



INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Partir ou ficar? Transição para a reforma e migração de regresso de casais portugueses na Suíça

Liliana Marisa Vieira da Silva Azevedo

Doutoramento em Sociologia

Orientador:

Doutor Rui Pena Pires, Professor Catedrático
Iscte, Instituto Universitário de Lisboa

Coorientadora:

Doutora Karin Wall, Investigadora Coordenadora
Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

Maio, 2023



SOCIOLOGIA
E POLÍTICAS PÚBLICAS

Departamento de Sociologia

Partir ou ficar? Transição para a reforma e migração de regresso de casais portugueses na Suíça

Liliana Marisa Vieira da Silva Azevedo

Doutoramento em Sociologia

Orientador:

Doutor Rui Pena Pires, Professor Catedrático
Iscte, Instituto Universitário de Lisboa

Coorientadora:

Doutora Karin Wall, Investigadora Coordenadora
Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

Maio, 2023



SOCIOLOGIA
E POLÍTICAS PÚBLICAS

Departamento de Sociologia

Partir ou ficar? Transição para a reforma e migração de regresso de casais portugueses na Suíça

Liliana Marisa Vieira da Silva Azevedo

Doutoramento em Sociologia

Júri:

Doutora Cláudia Pereira, Investigadora Integrada, Iscte - Instituto Universitário de Lisboa (Presidente)

Doutor José Carlos Marques, Professor Coordenador Principal, Instituto Politécnico de Leiria

Doutora Alina Esteves, Professora Auxiliar, IGOT - Universidade de Lisboa

Doutora Dora Sampaio, Professora Auxiliar, Utrecht University

Doutora Thais França, Investigadora Integrada, Iscte - Instituto Universitário de Lisboa

Maio, 2023

Financiamento

Este trabalho foi realizado com o apoio financeiro da Fundação para a Ciência e Tecnologia à qual agradeço a Bolsa de Investigação para Doutoramento concedida (Ref.^a SFRH/BD/128722/2017 e Ref.^a COVID/BD/152361/2022).

*À minha filha, Lara,
cujo nascimento constituiu um ponto de viragem no meu percurso
e motivou o regresso à universidade aos 40 anos*

*Aos meus pais, Joaquim e Maria José,
que inspiraram esta investigação*

Agradecimentos

Este trabalho é o resultado de um *saber partilhado*. Decorre de muitas horas de conversa, em presencial e à distância, de numerosas mensagens, às quais se somam muitas horas de trabalho solitário dedicado à reflexão, leitura, pesquisa, tratamento e análise de dados, à escrita e reescrita de múltiplos textos, que foram aumentados, encurtados, enxertados, limados, polidos. Nestas páginas, estão contidos os resultados desse longo trabalho.

Quero começar por agradecer às pessoas que me acompanharam no plano científico e que, apesar de não me conhecerem anteriormente, aceitaram o convite para me orientar. Ao longo destes anos seguiram os meus progressos, encorajaram-me, deram-me conselhos e sugestões, mas também liberdade para pensar por mim própria e trilhar o meu caminho. Os meus agradecimentos ao Rui Pena Pires, professor no Iscte, à Karin Wall, investigadora coordenadora do ICS e ao Gianni D’Amato, diretor do SFM, Forum suisse pour l’étude des migrations et de la population, da Universidade de Neuchâtel, na Suíça.

Por terem criado as condições para eu me dedicar à investigação científica, agradeço à Fundação da Ciência e Tecnologia, que me concedeu a bolsa de doutoramento, assim como ao CIES-Iscte e ao SFM pelo acolhimento institucional.

Quero também agradecer às pessoas que me ajudaram em termos logísticos e àquelas que me facilitaram o acesso a numerosos dados e documentos. Obrigada pelo vosso prestável e incansável apoio ano após ano: Neide Jorge e Sofia Rocha, do CIES-Iscte; Hoang-Mai Verdy e Christine Diacon do Centro de documentação do SFM; Michael Moser, do SEM, Secrétariat d’état aux migrations; Cédric Potterat, da CdC, Centrale de compensation; Charlie Klein, da STATEC.

O percurso para aqui chegar teria sido mais sinuoso e solitário se não tivesse contado com o apoio de diversas colegas que, pelo caminho, se tornaram amigas: Filipa Pinho, Amandine Desille, Aline Schiltz, Vanessa Carvalho da Silva, Heidi Rodrigues Martins, Obrigada pelas discussões, trocas, revisões, cafés e oportunidades de trabalho conjunto! Quero também agradecer amigas que se tornaram colegas e professoras, e vice-versa, pelas conversas e trocas frutuosas sobre categorias de pensar, dilemas metodológicos, epistemológicos e muito mais: obrigada Maria do Mar Pereira e Graça Cordeiro!

À Mihaela Nedelcu que me acolheu como elemento *ad-hoc* na equipa do projeto “Transnational Ageing”, possibilitou a minha integração nas atividades do programa doutoral do nccr - on the

move, na Universidade de Neuchâtel, assim como a minha participação na rede internacional IMISCOE. Estendo o agradecimento à Livia Tomás e Laura Ravazzini, colegas próximas apesar da distância, cujas colaborações foram oportunidades de aprofundar a reflexão em torno das migrações e envelhecimento.

Ao José Carlos Marques que me convidou a integrar a equipa do projeto ERNEEP, este representou uma oportunidade adicional de aprendizagem e de ampliação de redes colaborativas. À Milena Chimienti, pela camaradagem e generosidade.

Uma palavra de apreço ao Daniel Bertaux, cujo encontro me reconfortou na escolha (acertada) do método biográfico. Pelas numerosas conversas e mensagens inspiradoras ao longo destes anos, um agradecimento sincero.

Agradeço às amigas (umas de longa data, outras mais recentes) que me acompanharam neste percurso e sempre acreditaram no meu sucesso: a Magda, que (oportunamente) me incentivou a concorrer à bolsa de doutoramento; Marta Pinto, Rosa Silva, Susana Rau, Ana Sofia Oliveira, Estelle Valente, com quem partilho a herança da “emigração”; Antje Disterheft, Ana Anjo, Ana Cruz, Ellie Ali, Fabíola Mendonça, Filomena Rodrigues, Francesco Vacchiano, Isabel Branco, Jennie Ávila, Lúcia Saraiva, Luísa António, Maria João Fontoura, Sílvia Sá, Sónia Godinho, Sónia Ramalho, e a todas/os que foram estando presentes. Cada qual, à sua maneira, me apoiou: ouvindo as minhas inquietações, desabafos, entusiasmos e desânimos, oferecendo-me um ouvido atento, alimento, ou do seu tempo, tomando conta da minha filha por algumas horas. Vocês acreditaram no meu trabalho e encorajaram-me, senti-me acompanhada e isso é precioso. À Emília de Oliveira, amiga de infância e valiosa interlocutora durante a pesquisa de terreno.

Agradeço também aos meus pais e irmã, pelo seu constante e incansável apoio, cá e lá, e à minha filha. Tiveram de lidar com as minhas ansiedades, estresse e cansaço. Acomodaram numerosas vezes os seus tempos e espaços para que eu pudesse prosseguir com as múltiplas tarefas inerentes à pesquisa doutoral e chegar, finalmente, a bom porto.

Por fim, um caloroso agradecimento a todas as pessoas que colaboraram nesta investigação de alguma forma, diretamente ou indiretamente, partilhando pedaços das suas biografias, dedicando-me parte do seu tempo, enviando informações, emprestando documentos, recebendo-me nas suas casas. Por forma a preservar o anonimato, conforme havia sido combinado de início, não divulgo os nomes, mas vocês sabem quem são. Digo-vos: muito obrigada pela confiança depositada! Sem vocês, não teria tido acesso aos fragmentos da história da migração portuguesa para a Suíça contidos nesta monografia. *Un tout grand merci!*

Resumo

A migração portuguesa para a Suíça tem sido um fenómeno assinalável nos últimos quarenta anos, quer pelo volume dos fluxos, quer pela sua intensidade em determinados períodos. O estudo centra-se na transição para a reforma de casais portugueses emigrados naquele país, procurando compreender o que acontece no fim da vida profissional, quando o principal motivo da emigração, o trabalho, deixa de existir. Os dados recolhidos apontam para uma aceleração, na última década, dos movimentos de saída da Suíça de portugueses/as acima dos 60 anos e sugerem que, na hora da reforma, o regresso é a situação mais frequente. Tendo como pano de fundo a sociologia das migrações e os estudos sobre o regresso, a pesquisa cruza as perspetivas do transnacionalismo, das mobilidades, do percurso de vida e do género, e articula-as com uma dimensão espaço-temporal, particularmente relevante na análise de dinâmicas migratórias ao longo de décadas. Entre 2018 e 2022, foram realizadas entrevistas biográficas, uma etnografia multi-situada, análise estatística e pesquisa histórica. Na monografia, é realçada a pluralidade de perfis na reforma e dado conta das alterações dos projetos migratórios numa perspetiva diacrónica. Cruzando as aspirações e capacidades dos casais para partir ou ficar na Suíça no momento da reforma, são identificados dois tipos de regresso (assertivo e ambivalente adaptativo) e dois tipos de permanência (assertiva e ambivalente não assumida). São ainda discutidos os motivos para regressar e não regressar, as tensões e negociações no processo de tomada de decisão dos casais, assim como a mobilidade transnacional na reforma.

Palavras-chave: Migração de regresso; Mobilidade transnacional; Reforma; Género; Suíça; Portugal.

Abstract

Portuguese migration to Switzerland has been a remarkable phenomenon in the last forty years, both for the volume of the flows and for their intensity in certain periods. This study focuses on the transition to retirement of Portuguese couples who migrated to that country. It seeks to understand what happens at the end of working life, when the main reason for migration – work – no longer exists. The collected data points to an acceleration, in the last decade, of the out-migration from Switzerland of Portuguese nationals aged over 60 and suggests that, at retirement, most decide to return. With the sociology of migration and return studies as a backdrop, the research combines the perspectives of transnationalism, mobility, life course and gender, and articulates them with a spatial-temporal dimension, which is particularly relevant in the analysis of migratory dynamics over decades. It draws on fieldwork conducted between 2018 and 2022, which included biographical interviews, a multi-sited ethnography, statistical analysis and historical research. The thesis highlights the plurality of retirement profiles and provides a diachronic account of the changes in migratory projects. Considering couples' aspirations and abilities to leave or stay in Switzerland upon retirement, it identifies two types of return (assertive and adaptive ambivalent) and two types of stay (assertive and passive ambivalent). I also discuss the reasons for returning and not returning, the tensions and negotiations in the couples' decision-making process, and transnational mobility following retirement.

Keywords: Return migration; Transnational mobility; Retirement; Gender; Switzerland; Portugal.

ÍNDICE

Índice de quadros	17
Índice de figuras	18
Introdução.....	19
Parte I - Enquadramento teórico-metodológico e contextos migratórios	25
Capítulo 1. Regresso e envelhecimento nos estudos sobre migrações, mobilidades e transnacionalismo: uma revisão da literatura	27
1.1 O regresso na perspetiva das principais teorias das migrações	27
1.1.1 Os estudos sobre a migração de regresso	30
1.2 A viragem do transnacionalismo nos estudos migratórios	36
1.2.1 Transnacionalismo, integração e regresso.....	41
1.2.2 Famílias transnacionais	43
1.3 Migrações, percurso de vida e género	46
1.3.1 A articulação entre migrações e envelhecimento.....	50
1.3.2 O envelhecimento transnacional.....	54
1.3.3 Género, uma categoria de análise indispensável nos estudos migratórios	57
1.4 Migração e transição para a reforma: o papel das aspirações	60
1.4.1 O que fazer na reforma: regresso ou vai-e-vem?	62
1.4.2 Aspirações e capacidades para migrar (ou regressar).....	64
1.5 Migrações e mobilidade(s)	74
1.5.1 Mobilidade transnacional, regresso e bem-estar.....	77
1.5.2 Assegurar uma “vida boa” na reforma fazendo uso do uso capital de mobilidade....	79
Capítulo 2. Produção do conhecimento: aspetos epistemo-metodológicos e condições materiais e afetivas	83
2.1 Compreender o sentido da ação.....	83
2.2 Transnacionalismo: da teoria à prática	85
2.3 A pesquisa de terreno: etnografia multi-situada e em movimento	88
2.3.1 Entrevistas biográficas.....	90

2.3.2	Observação participante	99
2.3.3	A relação como ferramenta de investigação	104
2.4	As diversas temporalidades da pesquisa	106
2.4.1	Tempo histórico, tempo social e tempo biográfico da pesquisa	107
2.4.2	A longa duração como lente analítica	109
2.5	Reflexividade e epistemologia situada	110
2.5.1	Posicionalidade e motivações para realizar a pesquisa.....	112
2.5.2	Bastidores: condições concretas de produção de conhecimento	114
Capítulo 3. A migração entre Portugal e a Suíça		119
3.1	Suíça, de país de emigração a país de imigração	119
3.1.1	A Suíça, uma terra de imigração.....	121
3.1.2	O quadro jurídico-normativo da imigração e integração na Suíça	123
3.1.3	A interseção dos regimes migratório e de género e os seus efeitos	131
3.2	As pessoas entrevistadas e os seus contextos de vida	134
3.2.1	No país de origem	136
3.2.2	No país de destino.....	146
3.3	Movimentos migratórios entre Portugal e Suíça: o que dizem as estatísticas.....	153
3.3.1	Fluxos migratórios entre Portugal e Suíça.....	153
3.3.2	População portuguesa residente na Suíça.....	159
3.3.3	Fluxos migratórios entre a Suíça e Portugal.....	161
3.3.4	Aumento das saídas da Suíça na passagem à reforma	165
Capítulo 4. Envelhecimento, proteção social e saúde.....		169
4.1	Envelhecer na Suíça	169
4.2	O sistema de proteção social suíço e a política sobre a reforma	174
4.2.1	Um sistema de pensões baseado em três pilares	175
4.2.2	As sucessivas reformas do sistema de reforma	176
4.2.3	O cálculo das pensões.....	177

4.3	A portabilidade dos direitos sociais.....	180
4.4	Pensões de reforma suíças pagas no estrangeiro	181
4.5.	O sistema de saúde suíço	183
Parte II - A migração de regresso na reforma.....		187
Capítulo 5. Imaginar o regresso: os projetos migratórios iniciais e a sua evolução no tempo		189
5.1	Imaginários, mobilidades e temporalidades	190
5.2	O regresso imaginado por quem parte.....	195
5.3	O regresso imaginado por quem fica, entre mito e ideologia.....	197
5.4	Do regresso imaginado ao projeto de regressar.....	201
5.4.1	O conceito de projeto.....	201
5.4.2	Os projetos migratórios iniciais.....	203
5.4.3	Regressar, o projeto permanentemente adiado	206
5.5	Projetos e curso de ação	212
Capítulo 6. Decidir o regresso: motivos, dilemas e tensões		215
6.1	Os projetos migratórios na transição para a reforma.....	216
6.1.1	Regresso projetado que se concretiza	220
6.1.2	Regresso concretizado apesar de não projetado	221
6.1.3	Regresso projetado que não se concretiza.....	224
6.1.4	Regresso nem projetado nem concretizado	226
6.2	Tipos de regresso e de não regresso	230
6.3	Motivos para regressar na reforma	232
6.3.1	Motivos económicos: não empobrecer.....	232
6.3.2	Motivos estilo de vida: manter-se ativo/a	234
6.3.3	Motivos afetivos: viver em casal e junto da família em Portugal	237
6.3.4	Motivos identitários: o apego à sua terra	239
6.4	Motivos para não regressar na reforma	242

6.4.1	Motivos afetivos: manter a proximidade com a família.....	242
6.4.2	Motivos identitários: sentir-se socialmente integradas/os	243
6.5	Tipos de regresso e de não regresso, de acordo com as aspirações e capacidades dos casais.....	245
6.5.1	Ressignificar um regresso ambivalente	246
6.5.2	Dilema, património e campo de possibilidades.....	248
Capítulo 7. Regressar na reforma.....		251
7.1	Tensões e negociações no casal e na família.....	251
7.1.1	Partir ou ficar: tensões e negociações no casal.....	252
7.1.2	Regressar na reforma: a influência do género.....	261
7.1.3	Regressar na reforma: a influência do percurso de vida.....	266
7.1.4	Regressar na reforma: a influência da família.....	267
7.2	Lugares de regresso e lugares de não regresso	270
7.2.1	Lugares de regresso: o que diz a literatura?.....	273
7.2.2	De que lugares partiram as pessoas entrevistadas?	278
7.2.3	Para que lugares regressam?.....	280
7.2.4	Lugares para onde não se quer regressar	283
7.2.5	Lugares de pertença, lugares de herança, lugares de memória	285
7.2.6	As lógicas por detrás da escolha dos lugares de regresso.....	287
7.3	Mobilidade transnacional na reforma, antes e depois do regresso	289
7.3.1	Reforma como estrutura de oportunidades para a mobilidade transnacional	290
7.3.2	A mobilidade transnacional de reformados/as na Suíça	291
7.3.3	A mobilidade transnacional após o regresso a Portugal.....	293
7.3.4	Mobilidade e migrações entrelaçadas	297
Conclusões.....		297
Posfácio		315
Fontes		317

Referências bibliográficas.....	319
Anexos	355
Anexo I (capítulo 1)	357
Anexo II (capítulo 2)	361
Anexo III (capítulo 3).....	369

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1.1	Quadro meta-teórico “aspirações e capacidades”	66
Quadro 2.1	Caraterização das pessoas entrevistadas	97
Quadro 3.1	Evolução da população residente na Suíça (1981-2021)	121
Quadro 3.2	Evolução da escolaridade obrigatória	138
Quadro 3.3	Redes sociais das pessoas entrevistadas na sua migração para a Suíça	144
Quadro 3.4	Evolução do número de entradas de portugueses/as na Suíça, com autorização de residência permanente (1980-2001).....	158
Quadro 3.5	Evolução do número de saídas de portugueses/as da Suíça, de acordo com estatuto legal (2002-2019).....	164
Quadro 3.6	Fluxos de saída de portugueses/as residentes na Suíça, por faixa etária	165
Quadro 3.7	Fluxos de saída de portugueses/as residentes no Luxemburgo, por faixa etária.....	166
Quadro 3.8	Percentagem da população portuguesa residente com 65 ou mais anos.....	166
Quadro 4.1	População permanente na Suíça e distribuição por faixas etárias.....	171
Quadro 4.2	População permanente na Suíça, por faixas etárias, com e sem origens migratórias	173
Quadro 4.3	Beneficiários/as de pensões de velhice pagas pela Suíça, de acordo com a residência em dezembro de 2021	181
Quadro 4.4	Beneficiários/as de pensões de velhice pagas pela Suíça, de acordo com o país de residência em dezembro de 2021	182
Quadro 4.5	Pensões de velhice pagas pela Suíça a pessoas com domicílio em Portugal.....	183
Quadro 4.6	Pensões de viuvez pagas pela Suíça a pessoas com domicílio em Portugal.....	183
Quadro 5.1	Síntese das principais dimensões dos projetos migratórios	204
Quadro 5.2	Principais objetivos que sustentam os projetos de regresso nos primeiros anos.....	205
Quadro 6.1	Projeto de regresso vs regresso concretizado	219
Quadro 6.2	Tipos de regresso e de permanência	231
Quadro 6.3	Motivos e objetivos de quem regressa a Portugal na reforma	241
Quadro 6.4	Motivos e objetivos de quem não regressa a Portugal na reforma.....	245
Quadro 6.5	Tipos de regresso e de permanência, de acordo com as aspirações vs capacidades	246
Quadro 7.1	Lugares de partida: região e concelho.....	279
Quadro 7.2	Lugares de partida: rural vs urbano.....	279
Quadro 7.3	Tipo de alojamento após o regresso a Portugal.....	282

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 2.1	Distribuição da população estrangeira no território suíço, nível municipal, 2021.....	121
Figura 3.1	Entradas na Suíça, população portuguesa residente permanente (1969-2019).....	155
Figura 3.2	População portuguesa residente na Suíça (1980-2021)	159
Figura 3.3	Percentagem da população estrangeira residente, por nacionalidade, 2012.....	160
Figura 3.4	Percentagem da população estrangeira residente, por nacionalidade, 2021.....	160
Figura 3.5	Evolução do número de saídas da Suíça da população portuguesa residente permanente (1991-2019).....	161
Figura 3.6	Evolução do saldo migratório Portugal/Suíça (1991-2019).....	162

INTRODUÇÃO

A migração portuguesa para a Suíça tem sido um dos fenómenos mais notáveis nos últimos quarenta anos, quer pelo volume dos fluxos num e noutro sentido, quer pela sua intensidade em determinados períodos, sendo atualmente o segundo país do mundo onde reside um maior número de emigrantes (pessoas nascidas em Portugal que vivem fora do país), de acordo com os dados do Observatório da Emigração (Pires *et al.*, 2022). Notável também pela intensidade dos fluxos emigratórios para este destino na segunda metade da década de 1980 e inícios de 1990 (Piguet, 2004), precisamente quando “a emigração portuguesa adquiriu um estatuto de quase invisibilidade na abordagem dos fenómenos migratórios associados a Portugal” (Malheiros, 2011, p. 133). Outros factos assinaláveis: os/as portugueses/as representam a terceira população estrangeira mais importante na Suíça, lugar que ocupam desde meados da década de 1990 e a língua portuguesa é a quinta mais falada naquele país, a seguir às três línguas nacionais e ao inglês (OFS, 2020a). Ainda assim, a migração portuguesa para a Suíça é um fenómeno que tem suscitado um interesse académico reduzido, quer no país emissor, quer no país recetor.¹

O presente estudo visa contribuir para ampliar o conhecimento sobre esta migração e, em particular, sobre a população portuguesa na Suíça quando chega a reforma. É um momento do percurso de vida particularmente interessante de ser estudado porque a saída do mercado de trabalho pode ativar projetos de mobilidade ou, no caso de pessoas que têm uma experiência migratória prévia, pode reativar projetos de regresso, como se verá na segunda parte desta monografia. Não obstante esta coincidência entre fim da vida profissional e migração de regresso, a atenção tanto da academia como da política tem estado mais direcionada para as intenções e experiências de regresso de pessoas profissionalmente ativas.

Contudo, o aumento sustentado do fluxo de portugueses/as que saem da Suíça nos últimos anos, em particular das pessoas com 60 ou mais anos, não tem passado despercebido à comunicação social e a alguns sindicatos helvéticos.² Em Portugal, a problemática do regresso – das

¹ Não tendo a pretensão de estabelecer uma lista exaustiva, identifiquei, em ambos os países, menos de uma dezena de publicações dedicadas exclusivamente à população portuguesa na Suíça: Minga (1985), Doudin (1998), Pons *et al.* (2000), Marques (2008, 2009), Doudin *et al.* (2009), Afonso (2010), Fibbi *et al.* (2010). O número duplica se considerarmos trabalhos de mestrado: Fontana (1994), Marques (1997), L.Azevedo (2001), Caprez (2003), Miserez (2015), Rodrigues (2017), Camões (2019), Trujillo Valero (2019), Ngo Pem Lissoug (2020).

² Veja-se a título de exemplo os seguintes artigos de imprensa: Pourquoi les Portugais quittent en masse La Chaux-de-Fonds, *ArcInfo*, 14-02-2019, <https://www.arcinfo.ch/articles/regions/montagnes/les-portugais-quittent-en-masse-la-chaux-de-fonds-mais-le-phenomene-est-bien-plus-large-820261>; Portugueses na Suíça estão a regressar em massa, *Expresso*, 03-08-2019, <https://expresso.pt/sociedade/2019-08-03-Emigrantes-portugueses-na-Suica-estao-a-regressar-em-massa>; Ces portugais qui

gerações mais jovens – começou a atrair as atenções desde o lançamento em 2019, do programa *Regressar*, que já foi reconduzido diversas vezes e que se irá manter, pelo menos, até 2026. Esta medida política insere-se numa ótica de recuperação daqueles/as que saíram do país no seguimento da crise das dívidas soberanas, à semelhança do projeto *Empreender 2020: O Regresso de uma Geração Preparada*, promovido pela Fundação AEP em 2017, a qual se inquietava da “perda de valor económico” associada à emigração de “jovens qualificados, entre os 25 e os 34 anos” e procurava, por isso contrariar esse movimento.³

A atenção dada ao regresso de outras categorias de portugueses/as emigrados/as tem, porém, sido bastante limitada. Talvez porque, conforme ilustrado no capítulo 5, ao nível do imaginário coletivo português, o regresso de quem saiu nas décadas anteriores, por motivos económicos e políticos, seja esperado, ou até mesmo expectável, à medida que as pessoas (ou o país) melhorem as suas condições económicas. Este imaginário foi sendo alimentado por alguns discursos políticos, académicos e literários, pelo movimento de quem voltou de França e Alemanha no seguimento da recessão económica nos anos 1970 (“Ei-los que voltam” é o título de um artigo publicado na *Revista Crítica de Ciências Sociais* em 1985), assim como pelas figuras de torna-viagem presentes na literatura do século XIX. Sendo um desfecho esperado, o regresso é uma questão desproblematizada e despolitizada.

O regresso em idade avançada tem algumas particularidades, quando comparado com o regresso de pessoas noutras idades: por exemplo, não há inserção profissional, embora haja um contributo para a economia. Implica igualmente continuar a circular entre cá e lá, uma vez que o regresso na reforma não é protagonizado por toda a família (tendo esta, no caso estudado, ficado lá).

As narrativas apresentadas nesta monografia permitem complexificar o entendimento da migração de regresso: dão conta de realidades plurais e mostram que o regresso pode ser o

rentrent au pays, *La Liberté*, 26.02.2020, <https://www.laliberte.ch/news/regions/canton/ces-portugais-qui-rentrent-au-pays-555450>; Les Portugais s'en vont, *Le Courrier*, 23-08-2021, <https://lecourrier.ch/2021/08/23/les-portugais-sen-vont/>; Des milliers de Portugais rentrent au pays, *Le Nouvelliste*, 23-08-2021, <https://www.lenouvelliste.ch/articles/suisse/des-milliers-de-portugais-rentrent-au-pays-te-moignages-1102290>; Tausende Portugiesen verlassen die Schweiz, *SonntagsBlick*, 17-10-2021, <https://www.blick.ch/schweiz/zurueck-in-die-alte-heimat-tausende-portugiesen-verlassen-die-schweiz-id16913818.html>; Les Portugais de retour au pays, *La Liberté*, 12-03-2023, <https://www.laliberte.ch/news/suisse/les-portugais-de-retour-au-pays-681281>.

³ A alteração mais recente ao programa Regressar data de maio de 2023: Portaria n.º 114/2023, de 2 de maio, publicada em <https://dre.pt/dre/detalhe/portaria/114-2023-212447684>. O principal objetivo do programa é objetivo “incentivar o regresso e a fixação de emigrantes ou familiares de emigrantes em Portugal” (Art.2.º), sendo necessário iniciar uma “atividade laboral em Portugal continental” (Art.3º) para ser elegível. Para uma análise do programa Regressar, ver Pinho e colegas (2021a). Sobre o projeto Empreender 2020, ver <https://www.compete2020.gov.pt/noticias/detalhe/Proj15999Empreender2020>

resultado de um projeto anterior, como decorrer de uma agência pragmática perante o risco de deterioração da situação económica e qualidade de vida do casal quando transita para a reforma.

Ao abrir o ângulo de visão e estabelecer, algumas vezes, a comparação com estudos sobre a migração de reforma de pessoas que não têm antecedentes migratórios, o presente estudo situa o regresso *na* reforma no movimento mais amplo das migrações Norte-Sul, ou centro-periferia, e, em particular, numa perspetiva mais ampla de economia política daquilo que é ser-se reformado/a no espaço de mobilidade europeia na atualidade.

O objeto de estudo são as opções de vida de casais de migrantes portugueses/as no momento da transição para a reforma, mais concretamente homens e mulheres nascidos/as na década de 1950 ou no início da década de 1960, que foram para a Suíça em idade adulta, para trabalhar e onde viveram a maior parte da sua vida, tendo atingido a idade da reforma ou pré-reforma naquele país.

São, na sua maioria, pessoas com baixas qualificações formais, cuja escolaridade varia entre três e seis anos. A esmagadora maioria entrou no mercado de trabalho ainda na infância. Raramente tiveram a oportunidade de aprender um ofício na sua juventude, tendo o seu percurso profissional sido moldado pelas oportunidades que lhes surgiram.

O estudo centra-se em pessoas que vivem em conjugalidade com outro/a cidadão/ã português/a no momento em que são entrevistadas, deixando de parte os casos de pessoas separadas, divorciadas e viúvas, bem como as que vivem com uma pessoa de outra nacionalidade.⁴ Esta escolha deve-se à necessidade de ter um grupo homogéneo no que diz respeito à situação conjugal para poder estabelecer comparações em relação a outros fatores decisivos na mudança de residência no momento da reforma. A investigadora partiu do pressuposto que tanto a ausência de cônjuge como uma nacionalidade diferente são elementos que podem influenciar a decisão de não regressar ao país de origem e que, apesar da relevância de estudar igualmente esses casos, era conveniente focar-se num grupo com menos variações, dada a dimensão de uma investigação de doutoramento.

Para captar a dinâmica das decisões que influenciam o regresso e o não regresso, o estudo adota as perspetivas do percurso de vida, género, transnacionalismo e mobilidades. Estas perspetivas tiveram incidência sobre a metodologia adotada: etnografia multi-situada em

⁴ Uma vez que esta investigação mobiliza também a literatura proveniente dos estudos sobre mulheres, de género e feministas, importa desde já clarificar que ela se centra apenas em casais heterossexuais. Os estudos sobre heteronormatividade e o lugar do género na estruturação das desigualdades sociais assumem aqui particular relevância.

movimento e entrevistas aprofundadas de cariz biográfico com pessoas regressadas e pessoas que (ainda) não regressaram, pessoas já reformadas e pessoas perto da reforma.

O percurso de vida importa porque as decisões tomadas na altura da reforma decorrem de um conjunto de situações ocorridas previamente na vida. As condições materiais e financeiras da própria reforma são o resultado do que foi vivido anteriormente, em termos individuais e familiares.

A perspetiva de género importa porque sociedades e fenómenos migratórios são constituídos por mulheres e homens, cujas vidas são influenciadas por normas de género. Estas, por sua vez, variam de acordo com os contextos socioespaciais. Além disso, práticas e identidades são continuamente negociadas e renegociadas. Essa negociação decorre, frequentemente, do próprio contexto migratório e pode ocorrer tanto na emigração como no regresso. A dimensão do género é tanto mais importante que a principal unidade de análise do estudo é o casal. Por outro lado, as estruturas sociais e as políticas públicas, nomeadamente as políticas migratórias, também não são neutras do ponto de vista do género e têm, como veremos mais adiante, impactos diferenciados nas mulheres e nos homens.

O transnacionalismo e as mobilidades eram outras perspetivas necessárias integrar na análise, atendendo à forte mobilidade de pessoas migrantes entre Portugal e a Suíça, nos dois sentidos, mas também a um grande movimento de pessoas não migrantes, objetos e bens decorrente dessa mobilidade. Por outro lado, a perspetiva transnacional encontra-se também presente na própria metodologia, tendo levado à decisão de conduzir uma investigação multi-situada e realizar entrevistas tanto em Portugal como na Suíça, ambos países de partida e chegada, se bem que em momentos diferentes das vidas das pessoas entrevistadas.

Além destas perspetivas, foi indispensável mobilizar a literatura que se situa no cruzamento das migrações e do envelhecimento, uma produção em crescimento que abarca uma multiplicidade de situações a partir dos 55 anos, incluindo as problemáticas do envelhecimento de migrantes e a migração de pessoas envelhecidas, que são, por sua vez, atravessadas pelas problemáticas associadas tanto à mobilidade como à imobilidade.

O estudo tinha como objetivo central compreender o que acontece na passagem do estatuto de trabalhador/a para o estatuto de reformado/a, quando uma pessoa tem antecedentes migratórios. As questões de partida centraram-se (1) nas múltiplas dimensões (micro, meso, macro) envolvidas na tomada de decisão de um eventual (não) regresso a Portugal no fim da vida profissional e na negociação dessa decisão dentro do casal, (2) nos padrões de (i)mobilidade após a reforma, quer uma nova migração se concretize, ou não, nesta fase da vida – que tanto pode ter Portugal como destino (regresso), ou outro país mais próximo (re-emigração).

Tendo por base a literatura sobre envelhecimento e migrações e as teorias sociológicas sobre a modernidade reflexiva (Giddens *et al.*, 2000 [1994]), conclui-se que determinados “momentos críticos” (ou “*fateful moments*” como lhes chamou Giddens, 1996 [1990]) na vida de uma pessoa são propícios à decisão de migrar. Esta migração tanto pode ser interna (do urbano para o rural, do interior para o litoral, por exemplo) como transfronteiriça. A passagem para a reforma é um desses momentos e, no caso de migrantes portugueses/as, já foi estudada em alguns países (no caso de França, veja-se p.ex. Almeida, 1999, 2011; Attias-Donfut & Wolff, 2005; Coulon & Wolff, 2010; no caso do Luxemburgo, veja-se p.ex. Albert *et al.*, 2016a; Ramos & Martins, 2020).

No caso da Suíça, o envelhecimento da população portuguesa é um fenómeno muito recente, atendendo à história deste fluxo migratório, que ganhou expressividade na década de 1980. O que acontece na vida de homens e mulheres portuguesas que atingem a idade de reforma na Suíça, depois de numerosos anos a viver e trabalhar naquele país? Embora seja uma questão de grande atualidade, permanecia bastante inexplorada até recentemente. Na última década, tem-se verificado a inclusão da população portuguesa nos estudos sobre “migrações e envelhecimento” desenvolvidos naquele país (Bolzman & Vagni, 2015, 2017; Bolzman *et al.*, 2017; Bolzman & Bridji, 2019).

Esta monografia estrutura-se em duas partes: na primeira parte, é feita uma ampla revisão da literatura das principais lentes analíticas utilizadas neste estudo (capítulo 1) e explicitada a abordagem metodológica (capítulo 2). De seguida são apresentados os contextos migratórios de partida e chegada, assim como os movimentos migratórios entre Portugal e a Suíça (capítulo 3). Por fim, são abordados e sintetizados os sistemas suíços de proteção social e de saúde, dimensões particularmente importantes quando se analisa a transição para a reforma (capítulo 4).

A segunda parte da monografia é dedicada à apresentação e discussão dos dados empíricos e está organizada em três capítulos, que sintetizam um curso de ação: imaginar, decidir, regressar. O capítulo 5 centra-se nos imaginários de regresso: como ele é representado por quem parte e por quem fica, em termos individuais e coletivos, e quais os projetos migratórios iniciais das pessoas que participaram neste estudo? O capítulo 6 descortina o processo de decisão que conduz ao regresso ou à permanência. Nele, são analisadas as aspirações e os projetos na hora da reforma, são também apresentados e discutidos os principais dilemas com que se confrontam os casais, analisados os motivos que orientam a sua decisão e apresentados os principais tipos de regresso e permanência (não regresso) encontrados na população estudada: i) regresso assertivo, ii) regresso ambivalente adaptativo, iii) permanência ambivalente não assumida e iv) permanência assertiva. Por fim, o capítulo 7 subdivide-se em três secções: na primeira secção

são examinadas as tensões que a questão do regresso pode gerar nos casais. Na segunda secção, analisa-se os lugares para onde se regressa e os lugares para onde não se quer regressar. A terceira secção é dedicada à mobilidade transnacional antes e depois do regresso, mostrando-se que este não corresponde a um fim de ciclo, mesmo quando ocorre numa idade mais avançada, ou, precisamente, porque ocorre tão tardiamente. Nestes casos, deixam-se “raízes” no país que, outrora, foi destino, mas que, agora, está na origem de uma nova migração. O regresso na reforma equivale, efetivamente, a um recomeço, que se situa na junção da dimensão espacial (outro país) e temporal (outra fase do percurso de vida).

PARTE I - ENQUADRAMENTO TEÓRICO-METODOLÓGICO E CONTEXTOS MIGRATÓRIOS

CAPÍTULO 1. REGRESSO E ENVELHECIMENTO NOS ESTUDOS SOBRE MIGRAÇÕES, MOBILIDADES E TRANSNACIONALISMO: UMA REVISÃO DA LITERATURA

Esta investigação dialoga com uma vasta literatura no campo da sociologia das migrações e dos estudos migratórios em geral. Analisar a transição para a reforma de casais portugueses no estrangeiro implica debruçar-se sobre as teorias das migrações internacionais, o transnacionalismo e diversas mobilidades (de pessoas, bens, serviços e prestações sociais), implica também considerar os estudos sobre o percurso de vida e, em particular, sobre o envelhecimento e relacioná-los com experiências e processos migratórios passados e presentes. Por último, exige olhar para o campo da sociologia da família, especificamente para as áreas que se sobrepõem com a sociologia das migrações, mas também para os estudos de género, uma vez que o género é uma categoria de análise central quando a unidade considerada é o casal.

Este capítulo inicial serve para colocar algumas balizas em termos teóricos. Optou-se por simultaneamente incluir o quadro teórico-conceitual e uma revisão da literatura, que, embora abarque tanto a literatura internacional como a nacional, não se pretende exaustiva. Neste capítulo, são elencados autores e autoras de referência e resumidas as teorias mais relevantes para o estudo da migração de regresso na reforma de trabalhadores/as migrantes. Nenhuma teoria é, em si só, completamente satisfatória, o pluralismo teórico é a melhor – e arrisco-me a dizer a única – forma de compreender fenómenos multidimensionais como as migrações, quer se trate de emigração ou de regresso; uma ideia hoje consensual e defendida por diversos autores (Piguet, 2013; de Haas, 2014, 2021).

1.1 O regresso na perspetiva das principais teorias das migrações

As principais teorias das migrações foram formuladas para explicar movimentos de saída (emigração) – e não movimentos de regresso. O geógrafo Ernest Ravenstein foi pioneiro ao elencar, em 1885, um conjunto de regularidades que continuam pertinentes na atualidade. Desde então, numerosos/as autores/as têm procurado compreender como é que esses movimentos se iniciam e se mantêm ao longo do tempo. Everett Lee (1966) retoma as “leis das migrações” de Ravenstein e elabora uma teoria mais abrangente – conhecida como o modelo *push-pull* – na qual a decisão de migrar resulta da conjugação de fatores de atração e repulsão nos lugares de origem

e de destino, que são ponderados em função daquilo a que Lee chama de “obstáculos intervinientes” (p. 50), tais como a distância ou os custos de deslocação, e de fatores pessoais. Lee salienta que “não são tanto os fatores reais na origem e no destino, mas a *perceção* destes fatores que resulta na migração” (p. 51, *italico meu*). Quanto aos fatores pessoais, dependem da fase da vida em que a pessoa se encontra: podem facilitar ou, pelo contrário, adiar ou até impedir a migração. Nos fatores que influenciam a migração, o autor coloca ainda a ocorrência de imprevistos – como o divórcio e a viuvez – e a transição entre etapas do desenvolvimento individual – como a entrada no mundo do trabalho, a reforma ou o casamento. Estas observações de Lee evidenciam a importância das características demográficas na análise da mobilidade entre países. Outro aspeto que não é de somenos importância: a decisão de migrar “nunca é completamente racional” (Lee, 1966, p. 51).

Este autor destaca ainda três aspetos suscetíveis de desencadear o regresso: uma reavaliação dos fatores positivos e negativos na origem e no destino, os quais podem alterar-se ao longo do tempo; a aquisição de competências ou de dinheiro que permite regressar em melhores condições e colocam a pessoa que regressa em vantagem comparativa; por último, o autor salienta que “nem todas as pessoas que migram têm a intenção de permanecer indefinidamente nos locais de destino” (Lee, 1966, p. 55).

Até aos anos 1980, três paradigmas dominam as teorias migratórias. A perspetiva histórico-estrutural considera o contexto socioeconómico e político para explicar os fluxos migratórios. Esta abordagem inclui, por exemplo, a teoria do mercado de trabalho segmentado elaborada por Michael Piore e que, como assinala José Carlos Marques (2008), é adequada ao estudo da emigração portuguesa para a Suíça. Contudo, se permite compreender a atração que o mercado de trabalho suíço representou para migrantes com baixas qualificações e os seus modos de integração profissional, esta teoria não nos auxilia na compreensão dos movimentos em sentido contrário. As regulações dos movimentos migratórios impostas pelos Estados são um elemento histórico-estrutural relevante para compreender a composição dos fluxos em diferentes períodos e, como veremos no capítulo 3, para a existência de diversas categorias de migrantes e da sua hierarquização (sem estatuto, sazonais, anuais, permanentes).

A perspetiva neoclássica das migrações tem por base as diferenças salariais entre países de destino e de origem e assume que a maximização dos rendimentos é uma motivação central de quem migra. Assim, os fluxos migratórios são a consequência da agregação de decisões individuais racionais. Esta perspetiva assume ainda que a pessoa migra com o objetivo de se integrar permanentemente no país de destino e interpreta o regresso como um fracasso (Constant & Massey, 2002; Cassarino, 2004; de Haas *et al.*, 2015).

A nova economia das migrações laborais (*New Economics of Labour Migration* ou NELM, em inglês) é outra das perspetivas teóricas com grande influência. Uma das suas principais contribuições é considerar a migração como uma estratégia do agregado doméstico e não apenas do indivíduo (Stark, 1991), ou seja, a pessoa migrante não age de forma isolada. Esta mudança de escala na tomada de decisão é relevante para o presente estudo, uma vez que as observações empíricas permitem concluir que a decisão do regresso após a reforma envolve geralmente o casal e também, por vezes, a família alargada (este ponto é abordado no capítulo 7). De acordo com a perspetiva NELM, o regresso é “a consequência natural de uma experiência bem-sucedida no estrangeiro na qual os/as migrantes alcançaram os seus objetivos (p.ex. rendimentos mais elevados e poupanças)” (Cassarino, 2004, p. 255).

Como sucede por vezes, estas teorias levam a conclusões diferentes ou até mesmo antagónicas. Na perspetiva neoclássica, o regresso é visto como um fracasso de quem não se consegue integrar, enquanto na perspetiva NELM é visto como um sucesso, por exemplo, o alcançar de uma meta de poupança. Porém, como referem de Haas e colegas (2015) “não existe um processo uniforme de migração (de regresso) e as teorias concorrentes podem, portanto, ser parcialmente complementares” (p. 427), consoante os contextos específicos de origem e destino e os grupos específicos de migrantes considerados/as, uma conclusão à qual Amélie Constant e Douglas Massey (2002) já haviam chegado.

Se equiparamos o “regresso a Portugal” a uma “emigração da Suíça”, o argumento do *diferencial salarial* entre regiões e o foco na relação custo-benefício da teoria neoclássica poderá aplicar-se à migração na reforma em geral e à migração de regresso na reforma, em particular, atendendo a que a otimização do valor das pensões é uma das motivações que surge neste estudo e que encontramos também referenciada na literatura (Repetti *et al.*, 2018).⁵ Este diferencial é igualmente útil para se compreender tanto a *decisão* de migração como a *direção* dessa migração. Por sua vez, a teoria NELM corrobora uma visão mais clássica do regresso que ocorre após a concretização de metas como a acumulação de capitais (económico, social, cultural); sendo esta a leitura mais evidente da migração de regresso na reforma. Se elas contribuem para aclarar determinados aspetos da realidade social observável, nenhuma destas teorias constitui um quadro explicativo suficiente, até porque foram concebidas para analisar migrações *de trabalho*.

⁵ Equiparar regresso a Portugal (perspetiva do país de origem) e emigração da Suíça (perspetiva do país de residência) é consonante com a produção estatística daquele país que inclui as saídas de “imigrantes” na categoria “emigração”. A título de exemplo, veja-se o quadro su-f-01.05.04.03.02, relativa à emigração da população residente permanente estrangeira no *site* do Gabinete Federal de Estatística (www.bfs.admin.ch)

A teoria das redes também reveste algum interesse no caso da migração de regresso, embora seja geralmente usada para explicar a manutenção de fluxos migratórios para determinadas cidades ou regiões. Baseia-se na ideia de que as relações interpessoais existentes na origem facilitam cadeias migratórias para um mesmo destino, porque fornecem informações, mas também apoio logístico, material, económico, reduzindo os custos e riscos da migração (Massey *et al.*, 1993; Peixoto, 2004). No caso dos regressos, em particular quando as pessoas regressam para o lugar de origem, pode argumentar-se que permanece algum tipo de rede, independentemente de se tratar de laços fortes ou fracos. Apesar de uma ausência prolongada, as pessoas mantêm, frequentemente, laços com a família alargada, ou laços de amizade, vizinhança ou camaradagem que perduraram no tempo, graças nomeadamente às visitas regulares “à terra”.

1.1.1 Os estudos sobre a migração de regresso

No plano nacional

Antes de mais, importa clarificar o uso do termo *regresso* em português, em detrimento do termo *retorno*, que poderia ser entendido como uma tradução mais direta do inglês *return* e do francês *retour*. Na realidade, nos estudos realizados em Portugal sobre o movimento de volta de portugueses/as que emigraram, nem sempre os/as autores/as distinguem entre regresso e retorno, usando por vezes um e outro de forma intercambiável (Silva, 1984; Portela & Nobre, 2001; Oliveira, 2007; Peixoto *et al.*, 2016). Maria Beatriz Rocha-Trindade (1983) reconhece que existe, no caso português, uma carga emocional associada à semântica, nomeadamente “uma diferença afectiva entre a impessoalidade negativa de se voltar ao que era dantes, *retornando*, e o doce prazer de *regressar* ao que se ama”. Salienta ainda que “as pessoas não gostam que se lhes atribuam rótulos associados a conotações de desfavor ou de insucesso” (p. 90). Deste modo, e tendo por base recomendações do Conselho das Comunidades Portuguesas de abril de 1981 que sugerem a utilização do termo regresso “sempre que a deslocação para o país de origem seja voluntária” e do termo retorno “sempre que a saída do país de acolhimento seja compulsiva” (p. 91), opto por “sempre dizer *Regresso* e jamais *Retorno*, qualquer que seja a origem ou a circunstância que leva um emigrante a voltar a Portugal” (p. 91, *itálico meu*).

Em Portugal, no campo da sociologia, o regresso é amplamente estudado na década de 1980; por um lado, os movimentos intraeuropeus de trabalhadores/as, por outro, o repatriamento das antigas colónias (Poinard, 1983a, 1983b; Silva *et al.*, 1984; Amaro, 1985; Paiva, 1985; Pires *et al.*, 1987; Rocha-Trindade, 1987). Após um abrandamento em termos de estudos científicos durante a década de 1990, constata-se, desde o início deste século, um renovado

interesse para o tema (Candeias *et al.*, 2014). São igualmente de assinalar, nos últimos anos, diversos projetos de investigação, projetos em equipa, de doutoramento e pós-doutoramento, ou ainda números temáticos em publicações científicas periódicas (Pinho *et al.*, 2021a, 2021b; Marques & Góis, 2023; L. Azevedo, 2021, 2022a, 2022b; Desille, 2022; L. Azevedo *et al.* 2022).⁶

No plano internacional

Até à década de 1960, os estudos sobre migrações continham poucas ou mesmo nenhuma referência à migração de regresso, frisa Russell King (2000) no levantamento que faz da literatura sobre o tema. Os estudos sobre regresso desenvolvem-se acompanhando a evolução dos próprios fluxos. Alguma atenção começa a ser prestada ao fenómeno nos anos 1960 e aumenta a partir da década seguinte. Na Europa, a atenção redobra quando a Alemanha e a França implementam políticas de incentivo e apoio ao regresso no seguimento da recessão económica que decorre das crises petrolíferas (Poinard, 1979, 1983; Gastaut, 2004).⁷ Porém, é sobretudo a partir da década de 1980 que o debate académico se desenvolve, culminando na publicação de várias obras e conferências (Cassarino, 2004; Brettell, 2003). A produção académica sobre o fenómeno nunca mais parou, ao ponto de a introdução ao mais recente volume dedicado ao tema – *Handbook of Return Migration* – fazer o seguinte balanço:

Ao longo das últimas duas décadas, a migração de regresso evoluiu ao ponto de se tornar uma pedra angular no campo dos estudos sobre migrações. Existe agora uma abundante e abrangente literatura que abarca muitos tipos, geografias, temporalidades e outras nuances da migração de regresso e dos seus efeitos. (King & Kuschminder, 2022, p. 1).

Apesar de uma literatura extensiva, são numerosos os estudos de caso e poucas as tentativas de teorização. A preocupação recai essencialmente na definição do fenómeno, para poder medi-lo e criar tipologias, na identificação de fatores estruturais, no levantamento das intenções e motivos de potenciais regressados/as, na tomada de decisão, nos perfis de quem regressa e nos impactos desses movimentos, tanto do ponto de vista da reintegração social como do desenvolvimento económico no país de origem (Dustman, 1996; Constant & Massey, 2002; Conway &

⁶ Em termos de pesquisas doutorais, além da presente investigação, é de assinalar a investigação de Inês Vidigal, intitulada “O regresso como emigração: o caso dos jovens adultos portugueses”, iniciada em 2021 no Iscte-IUL.

⁷ Em França, a medida que ficou conhecida como o “milhão de Stoléru”, nome do ministro que a implementou, levou ao regresso de mais de 60 000 imigrantes, portugueses e espanhóis na sua maioria, e apenas 4% de argelinos, grupo alvo do governo na altura (Gastaut, 2004).

Potter, 2007; Rodríguez & Egea, 2006; de Haas & Fokkema, 2010; Paparusso & Ambrosetti, 2017; Bonifazi & Paparusso, 2019).

Frank Bovenkerk (1974) é um dos primeiros a tentar sistematizar o conhecimento sobre a migração de regresso ao país de origem e depara-se com um “labirinto terminológico” (p.5), ou seja, uma multiplicidade de termos que tanto são usados para designar a migração de regresso como outro tipo de migração. O antropólogo holandês refere termos como: migração de volta, contracorrente, contra fluxo, remigração, fluxo de regresso, movimento de regresso, migração pela segunda vez, repatriação. São ainda identificados, na literatura, os termos de retro-migração e migração em sentido inverso (*U-turn migration*) (Gmelch, 1980; Croitoru & Vlase, 2022).

O termo *regresso* levanta uma série de questões, a começar pela sua definição. É frequentemente usado de forma vaga e imprecisa, fazendo referência à deslocação espacial de pessoas em direção a um ponto – implicitamente considerado – *de origem*. Desta assunção podem decorrer um conjunto de conotações ideológicas (Pascual de Sans, 1983). As definições mais comuns referem-se à unidade *país*, mas também é feita referência a outras unidades, como *região* ou *lugar de origem* – noção também ela ambígua que pode significar coisas diferentes para pessoas diferentes (onde nasceu, onde cresceu, onde viveu antes de migrar). Estas são algumas das definições mais frequentemente referidas: “[as pessoas] regressam após terem emigrado pela primeira vez do seu país (ou região) de origem” (Bovenkerk, 1974, p. 5); “o movimento de emigrantes de volta às suas pátrias para se reinstalarem” (Gmelch, 1980, p. 136); ou “o processo através do qual as pessoas regressam ao seu país ou local de origem após um período significativo noutro país ou região” (King, 2000, p. 8). Ora, a questão da unidade é um dos aspetos que suscita debate e leva certos autores a distinguir entre “regresso no sentido estrito”, quando a pessoa volta ao concelho onde nasceu, e “regresso no sentido amplo”, quando a pessoa volta para uma região diferente daquela onde nasceu, em certos casos no seguimento de uma migração interna anterior à internacional (Pascual de Sans de Sans, 1993).

As definições de *regresso* e *regressados/as* são de extrema importância porque “desempenham um papel crucial na orientação, se não mesmo na formação, das percepções, taxonomias e políticas adotadas pelas agências governamentais e intergovernamentais” (Cassarino, 2004, p. 254), as quais, por sua vez, desempenham um papel nas expectativas que se vão gerando nas sociedades de origem e de destino em torno do regresso, ou não regresso, de determinados grupos de migrantes. Por exemplo, certas definições associam o regresso a um evento único (*one-time*), o que traduz uma visão rígida e inadequada das dinâmicas migratórias atuais. Os movimentos de regresso, tais como os movimentos de saída, podem ser repetidos e multidirecionais. Esta observação é ainda mais verdade se considerarmos não apenas as migrações

internacionais, mas também as migrações internas na vida de uma mesma pessoa, ou se ampliarmos a escala de observação ao nível da família ou até de várias gerações. Com base no conhecimento acumulado, Russel King & Katie Kuschminder (2022) traçam os contornos da migração de regresso como sendo *simultaneamente um evento* situado no tempo e no espaço *e um processo*, que acarreta *impactos económicos* e é uma componente importante do *transnacionalismo*, bem como um fenómeno com *contornos inevitavelmente genderizados*.

Para ser satisfatória, uma definição de migração de regresso deve permanecer ampla de modo a incluir vários tipos e circunstâncias de regresso e abranger as diferenças de perspectiva dos/as investigadores/as em diferentes disciplinas, mas também dos/as decisores/as políticos/as e profissionais. (King & Kuschminder, 2022, p. 3)

Os tipos de regresso

Ao longo do tempo, foram propostas diferentes tipologias de regresso. Enquanto umas têm em conta o diferencial de desenvolvimento dos países para onde se migra e para onde se regressa (de um país menos desenvolvido para um mais desenvolvido e vice-versa ou entre países com um nível identico de desenvolvimento), outras centram-se na dimensão temporal dos regressos (ocasionais, sazonais, temporários ou permanentes), ou nas convergências e divergências entre intenções de regressar e regresso efetivo. A tipologia mais conhecida é talvez a de Francesco Cerase (1974) que tenta articular motivos e circunstâncias dos regressos. O autor associa o regresso a quatro situações: fracasso, conservadorismo, inovação e reforma. Mais recentemente, Graziano Batistella (2018) propôs uma tipologia que articula a variável tempo (a que momento do projeto migratório decorre o regresso) com a decisão de regressar (voluntária ou involuntária) e propõe distinguir entre: regresso da realização, regresso de conclusão, regresso de retrocesso e regresso de crise ou forçado. Nenhuma destas tentativas de classificação conseguiu, no entanto, dar conta das múltiplas e complexas dimensões que a “aparente simplicidade” que o termo esconde, notam King e Kuschminder (2022, p. 3). Esta dupla de autores aponta insuficiências em termos das terminologias e apela a que sejam evitadas “imprecisões, ambiguidades, estereótipos e o uso do mesmo termo para designar coisas diferentes” (idem, p. 13).

Um dos quadros teóricos que tem permitido progredir no entendimento das dinâmicas subjacentes à migração de regresso tem sido o transnacionalismo, ao questionar o pressuposto de *ciclo* migratório à luz dos “padrões de mobilidade *circular*” (Guarnizo, 1997, p. 289, *itálico meu*). Jørgen Carling e Marta Erdal (2014) observam que transnacionalismo e regresso tendem por vezes a sobreporem-se e afirmam, até, que “nem sempre são fenómenos distintos” (p. 2).

Há quem fale em “ligações intrínsecas entre ambos” (Bilgili, 2022, p. 48) sugerindo que transnacionalismo e regresso podem ser vistos simultaneamente como causa e consequência um do outro. Esta autora propõe olharmos para o regresso através de uma lente transnacional e conceptualiza-o como um todo composto por três partes, em que as *mobilidades* e os *imaginários* se influenciam mutuamente e a *migração* de regresso é uma consequência dessa inter-relação (Bilgili, 2022). Para Carling e Erdal (2014), a interação entre ambos os fenómenos, em particular nas duas dimensões temporais e espaciais, constitui um eixo de análise fecundo em termos de investigação futura, pois são múltiplas e variadas as influências mútuas entre transnacionalismo e (intenções, projetos, experiências de) regresso. As visitas periódicas ao país de origem (*return visits*), por exemplo, contribuem para a manutenção de laços e informações atualizadas que facilitam a migração de regresso e o processo de reintegração social (Duval, 2004; Conway *et al.*, 2009). No entanto, essas visitas tanto podem contribuir para espoletar e sustentar projetos de regresso, como para os desencorajar: por exemplo, quando a pessoa migrante, através das suas estadias, toma consciência do desfasamento com a cultura do lugar de origem, modos de fazer e de estar que já não são os seus. Por outro lado, a prática de regressos cíclicos, seja de curta ou longa duração, pode substituir o regresso propriamente dito. Opta-se então por uma circulação pendular em vez de uma alteração permanente de residência (de Haas & Fokkema, 2010). A questão da mobilidade entre *cá* e *lá* é, aliás, uma questão recorrente quando surge a reforma (Bolzman *et al.*, 2006; de Coulon & Wolff, 2010; Baykara-Krume, 2013).

Antes da ampla difusão do paradigma transnacional, autores/as franceses/as como Alain Tarrius (1993), Yves Charbit, Michel Poinard e Marie-Antoinette Hily (1997) e Abdelmalek Sayad (1999) já haviam rompido com alguns dos pressupostos que dificultam uma visão compreensiva e plural da migração de regresso, mostrando a ligação dos/as migrantes a diversos espaços geopolíticos, económicos e socioculturais e colocando a tónica na circulação entre países. Sayad (2006) vai mais longe ao afirmar que emigração e imigração são “duas faces de uma mesma realidade” (p. 15) e que ambas as noções contêm a ideia de regresso. O antropólogo afirma mesmo que o regresso é um produto do pensamento do Estado, atendendo a que a presença estrangeira é pensada como “necessariamente provisória, mesmo que esse provisório possa ser indefinido, prolongar-se indefinidamente” (idem, p. 164). A temporariedade foi, efetivamente, o pressuposto sobre o qual assentaram os sistemas de *Gastarbeit* que vigoraram em diversos países europeus no pós-guerra.

É, todavia, evidente que um número importante de migrantes e respetivas famílias se instalou de forma permanente nos países de destino. A diversidade social e étnico-cultural de

grande parte do território europeu é a prova disso. Por um lado, quanto maior o tempo de permanência no estrangeiro, menor a probabilidade de o regresso se concretizar (Dustman, 1996), por outro, políticas migratórias restritivas que produzem situações precárias do ponto de vista legal e não garantem o direito de circular entre países – ou seja, a possibilidade de voltar ao país de residência após um regresso, temporário ou permanente, ao país de origem – fomentam comportamentos de sedentarização (Dumont & Spielvogel, 2008). De modo que, “embora o regresso pareça ser o objetivo final de uma maioria de migrantes, muitas vezes transforma-se numa ideologia, que alguns adiam indefinidamente ou nunca realizam” (Paparusso & Ambrosetti, 2017, p. 149). O incessante adiamento de um regresso efetivo que, no entanto, permanece como intenção ou desejo, levou o sociólogo paquistanês Muhammad Anwar (1979) a cunhar o conceito de “mito do regresso”, posteriormente retomado por diversos autores/as para ilustrar as ambivalências de muitos/as migrantes perante o regresso, a contínua negociação entre permanecer fora do país de origem ou regressar permanentemente e o constante diferir de um projeto cada vez mais longínquo e incerto e que, por vezes, transita entre gerações (Monteiro, 1994; Bolognani, 2007; Sinatti, 2011). O mito do regresso encontra-se igualmente associado à formação das diásporas (Carling, 2015). E poder-se-á ainda argumentar que surge quando, no momento da migração inicial, está implícito o pressuposto “emigração e regresso”, quer ao nível das intenções de quem parte, quer ao nível das políticas dos países de destino. Na Europa, pelo menos, a ideia de regresso associada à temporariedade e rotatividade de uma migração de trabalho perpassa muitos dos regimes migratórios na segunda metade do século XX.

Voltar depende, no entanto, de uma teia complexa onde aspirações e capacidades se confrontam com obrigações morais, familiares, económicas e podem modificar o projeto inicial ou torná-lo um “regresso instável” (*unsettled return*), dando lugar a formas de deslocação (*commuting*) variadas e mais ou menos espaçadas entre o país de origem e de residência (Sinatti, 2011, p. 163). Diferentes estudos indicam que tanto as intenções e projetos de regresso como os laços e as práticas transnacionais podem alterar-se ao longo do tempo. O regresso não é, por isso, “necessariamente uma decisão definitiva e irreversível” (Paparusso & Ambrosetti, 2017, p. 142), como comprovam as trajetórias de algumas pessoas entrevistadas nesta pesquisa. Em todo o caso, e apesar das dificuldades em medi-lo, o regresso é uma realidade, uma certa “proporção de migrantes regressa efetivamente” (Dustman, 1996, p. 217). Um relatório da OCDE refere que, “consoante o país de destino e o período considerado, 20% a 50% dos imigrantes deixam o país no prazo de cinco anos após a sua chegada, quer para regressar ao seu país de origem, quer para se instalarem num terceiro país (emigração secundária)” (Dumont & Spielvogel, 2008, p. 3). Para dar conta destes movimentos, importa ter presente que “não existem

processos uniformes de migração (de regresso) e que teorias concorrentes podem ser complementares” (de Haas, Fokkema & Fihri, 2015). Efetivamente, as variações observadas empiricamente neste estudo remetem para a necessidade de um quadro explicativo que integre uma pluralidade de lentes analíticas.

1.2 A viragem do transnacionalismo nos estudos migratórios

No início dos anos 1990, três antropólogas apresentam o conceito de transnacionalismo como um novo quadro analítico para compreender as migrações (Glick Schiller *et al.*, 1992, 1995; Basch *et al.*, 1994). As autoras afirmam que as pessoas migrantes estão envolvidas em ambas as sociedades (de residência e de origem) e que o transnacionalismo representa “um processo pelo qual os/as migrantes, através das suas atividades diárias e das suas relações sociais, económicas e políticas, criam campos sociais que transcendem as fronteiras nacionais” (Basch *et al.*, 1994, p. 22). Embora o termo já existisse, não era usado na análise dos fenómenos migratórios. A inovação proposta por estas autoras reside, portanto, na aplicação da perspetiva transnacional à *vida quotidiana* das pessoas migrantes, às suas atividades e relações sociais, económicas, culturais e políticas.

Os estudos sobre os processos de desterritorialização, crescente inter-conectividade além das fronteiras e aceleração resultantes do processo de globalização (Giddens, 1996 [1990]; Castells, 2007 [1996]; Held & McGrew (2003); Rosa, 2013 [2005]) contribuíram para os avanços em termos de conceptualização dos múltiplos laços que as pessoas migrantes mantêm com os seus países de origem. De igual forma, a perspetiva transnacional veio permitir visibilizar os constantes movimentos de vaivém (de pessoas e não só) entre dois ou mais países de que as abordagens clássicas não davam conta. Ao evidenciar que quem migra desenvolve “identidades fluídas e múltiplas alicerçadas tanto na sociedade de origem como na de acolhimento” (Glick Schiller, 1992, p. 13), afirma-se que a integração no país de residência não é incompatível com a manutenção de laços no país de origem.⁸

Ao longo dos anos 1990, o interesse das ciências sociais por todo o tipo de conexões transfronteiriças entre pessoas e instituições cresce rapidamente, multiplicam-se as publicações e

⁸ Nos anos 1990, o termo imigrante foi, inclusive, substituído pelo termo transmigrante, mas rapidamente perdeu relevância, porque, como fazem notar Portes e colegas (1999), “nada se ganha a chamar ‘transmigrantes’ aos imigrantes quando o termo anterior é mais familiar e perfeitamente adequado para descrever os sujeitos em questão” (p. 219). Ademais, seria assumir que todas as pessoas que migram se envolvem em atividades transnacionais, o que certos estudos contestaram (Portes, 2004).

conferências. O termo transnacionalismo é usado para referir um conjunto alargado e diversificado de atividades (económicas, políticas e culturais), de diversas escalas (macro, meso e micro), realizadas por diferentes atores sociais (indivíduos, organizações formais e informais e estados). Vários debates decorrem em torno deste novo paradigma: a questão da novidade do transnacionalismo e da disseminação das práticas transnacionais à generalidade das pessoas emigradas são algumas das controvérsias que despontam no final da década de 1990 (Portes, 2004; Waldinger & Green, 2016). Há menção, em trabalhos anteriores, nomeadamente em história e sociologia, de diversas formas de comunicação à distância entre migrantes e as suas famílias no país de origem e do envio de remessas, sem, porém, haver referências ao transnacionalismo. Por isso, embora não seja um fenómeno novo, a perspetiva transnacional é apresentada como inovadora nos estudos migratórios. E alguns autores defendem que a multiplicação, intensificação e aceleração das atividades e contactos transfronteiriços justifica um novo campo de investigação (Portes *et al.*, 1999; Pries, 2008; Vertovec, 2009).

O paradigma foi ganhando legitimidade através de numerosos estudos nas mais diversas disciplinas e contextos geográficos. Foram propostas tipologias e elaboradas distinções entre transnacionalismo “de baixo” vs “de cima” (*from below vs from above*) (Guarnizo, 1997); práticas transnacionais “estreitas” vs “amplas” (*narrow vs broad*) (Itzigsohn *et al.*, 1999); transnacionalismo “central” vs transnacionalismo “ampliado” (*core vs expanded*) (Levitt & Jaworsky, 2007), ou ainda espaço transnacional público vs privado (Itzigsohn & Saucedo, 2002). O potencial heurístico de tais conceptualizações é, porém, posto em causa devido à dificuldade em destringir entre processos de globalização e transnacionalismo (Vertovec, 2009).

A acumulação do conhecimento impôs a ideia de que “só uma minoria de imigrantes se caracteriza por um envolvimento regular em atividades transnacionais, e que o próprio envolvimento ocasional não constitui uma prática universal” (Portes, 2004, p.77). No entanto, independentemente do grau de adesão das pessoas migrantes a estas atividades, é incontestável que elas geram um impacto económico e social significativo nas sociedades de origem, seja em termos económicos, seja em termos culturais; neste último caso, através das “remessas sociais”, termo cunhado por Peggy Levitt (1998, 2001) para referir as ideias e práticas socioculturais, entre outras coisas imateriais que circulam entre países de residência e de origem.

Década e meia após o surgimento da perspetiva transnacional, Ludger Pries (2008) adverte para a persistente imprecisão conceptual e para o risco de *transnacional* e *transnacionalismo* se tornarem termos onde “cabe tudo e cabe nada”. Termo na moda ou programa específico de investigação, questiona Pries (2007). O autor sublinha também os desafios metodológicos que o novo paradigma acarreta; uma questão que já havia sido levantada por outros/as autores/as

(Portes *et al.*, 1999; Levitt & Glick Schiller, 2004; Levitt & Jaworsky, 2007). Retomando as críticas de Wimmer & Glick Schiller (2002) ao nacionalismo metodológico, Pries afirma ser necessário repensar as unidades espaciais de referência tidas, até então, como naturais (ou seja, os territórios e os dados nacionais) e definir unidades de análise e de referência adequadas ao estudo dos espaços sociais transnacionais.⁹

O problema da definição do que é, ou não é, transnacionalismo e da variabilidade das práticas transnacionais são das questões que mais debate tem suscitado. O transnacionalismo migrante é, pois, usado como uma categoria ampla para referir um leque alargado de práticas e atores sociais. Alejandro Portes e colegas (1999) propõem “delimitar o conceito de transnacionalismo às ocupações e atividades que requerem contactos sociais *regulares* e *duradouros* ao longo do tempo para a sua implementação além das fronteiras nacionais” (p. 219, *itálico meu*) e Stephen Vertovec (2009) considera transnacionalismo “relações transfronteiriças *duradouras*, padrões de intercâmbio, filiações e formações sociais que envolvem estados-nação” (p. 2). De acordo com estes autores, a regularidade e a permanência no tempo são critérios essenciais para definir uma atividade como transnacional. “A intensidade do transnacionalismo migrante difere consoante os locais, os grupos e ao longo do tempo”, observa Jørgen Carling (2022, p. 112). Para explicar a evolução das práticas transnacionais, este autor propõe considerar a *prevalência*

⁹ Faist (1998) cunhou “espaço social transnacional” (*transnacional social space*) enquanto Levitt e Glick-Schiller (2004) falam de “campo social transnacional” (*transnational social field*). Em França, surge o conceito de “campo migratório”. Trazido por Bernard Cousseau (1970) que, inspirado pelos trabalhos que o geógrafo sueco Torsten Hägerstrand desenvolveu na década de 1950, sugere que a interligação entre lugares de origem e de destino faz emergir novos elementos. O conceito é posteriormente retomado e elaborado na tese de doutoramento em geografia de Gildas Simon (1979). Campo migratório designa “um verdadeiro espaço humano fortemente estruturado e dinâmico. Corresponde à extensão das migrações de uma determinada população e a um espaço no qual essa mesma população constrói uma ou várias redes relacionais” (Simon, 1979, *em* Lessault & Berthomière, 2019, p.9). O conceito “campo migratório” encontra eco na produção científica sobre migrações em língua francesa, sendo usado como ferramenta para analisar diversas circulações (pessoas, bens, serviços, informações) em diferentes escalas dentro de um espaço estruturado por fluxos migratórios, porém, acaba por ter pouca expressão fora da universidade de Poitiers e do centro Migrinter do qual Simon é um dos fundadores (Simon, 2000; Lessault & Berthomière, 2019). As perspetivas heurísticas trazidas por este conceito conduzem a romper com um conjunto de dicotomias arraigadas nos estudos sobre migrações (o binómio emigrante/imigrante dando progressivamente lugar a migrante, por exemplo) e a um reequacionamento das problemáticas em termos de redes, circulações e multipolaridade. Surgem conceitos como “territórios circulatorios” (Tarrius, 1993) e “circulação migratória”, o conceito que, em francês, mais se aproxima do que vem sendo teorizado como transnacionalismo na literatura anglo-saxónica (para uma discussão mais detalhada sobre circulação migratória, ver Dorai & Hily, 2005 e Hily, 2009).

e a *substância* dos laços transnacionais, entendidos como relações recíprocas entre atores separados por uma fronteira.¹⁰ Este refinamento analítico revela-se útil para compreendermos as mudanças ocorridas ao longo dos anos às práticas que ligam as pessoas migrantes, nomeadamente as que participaram neste estudo, às suas famílias e comunidades de origem, tanto em termos da natureza como da intensidade dessas práticas.

Certos/as autores/as privilegiam a investigação em torno de espaços transnacionais mais ou menos institucionalizados, tais como grupos de parentesco, redes, comunidades e organizações, sejam elas estatais ou não, atuando no plano económico, político, cultural (Faist, 1998; Landolt, 2001; Itzigsohn & Saucedo, 2002), ou ainda no plano religioso (Haynes, 2001; Wuthnow & Offutt, 2008), e analisam o voto de residentes no estrangeiro, ações filantrópicas de apoio às regiões de origem, a participação em associações de migrantes, em eventos culturais e intercâmbios de cariz etnográfico no país de residência, ou seja, diversas formas de transnacionalismo de base (*grass-roots transnationalism*). Outros centram-se em atividades individuais, mais ou menos regulares, como o envio de remessas, o consumo cultural e mediático (jornais, rádios, música e afins do país de origem), as múltiplas deslocações ao país de origem (por motivos de férias, celebrações religiosas e familiares, funerais, assuntos administrativos, entre outros). Focar num ou noutro tipo de atividades, numa escala macro ou micro, produz conclusões distintas relativamente à intensidade do transnacionalismo, ou seja, embora o número de migrantes que se envolvem regularmente em práticas transnacionais económicas e políticas seja reduzido, o número de migrantes que se envolvem em práticas transnacionais ocasionais é substancialmente mais elevado (Levitt & Glick Schiller, 2004). Em suma, as conclusões a que diferentes autores chegam dependem da definição adotada tanto quanto das escolhas metodológicas (Tedeschi *et al.*, 2022).

José Carlos Marques e Pedro Góis (2008), por exemplo, qualificam de “transnacionalismo de baixa intensidade” (p. 163) as atividades transnacionais de migrantes cabo-verdianos/as em Portugal e de migrantes portugueses/as na Suíça e concluem que as suas práticas transnacionais “são limitadas, com exceção de práticas específicas (por exemplo, envio de dinheiro), e frequentemente esporádicas” (p. 162). Afirmam ainda que a família é o contexto no qual as práticas são mais visíveis, havendo uma menor participação em atividades de natureza coletiva. Os autores consideram quatro esferas (económica, política, sociocultural e informação-comunicação) e dividem as práticas entre coletivas e individuais/familiares, porém, optam por excluir

¹⁰ *Prevalência* refere-se à existência de laços entre a pessoa migrante e outra pessoa além-fronteiras, enquanto *substância* refere-se ao facto desses laços poderem induzir práticas transnacionais. Note-se que nem todos os laços são suscetíveis de canalizar relações à distância.

práticas de dimensão simbólica, como a gastronomia ou o consumo musical. As conclusões poderiam ser outras se tivesse sido incluída uma dimensão temporal. Tanto uma perspectiva de percurso de vida como uma perspectiva longitudinal permitem captar variações em termos de envolvimento e intensidade das práticas transnacionais ao longo do tempo, como no caso das visitas ao país, mais intensas em determinadas fases da vida dos/as migrantes (Horn, 2017). Efetivamente, consoante as fases e contextos específicos das suas vidas, os indivíduos estão mais (ou menos) propensos para se envolverem em campos sociais transnacionais e desenvolverem determinadas práticas (Levitt & Glick Schiller, 2004). “Para certos indivíduos, o transnacionalismo é uma forma de vida temporária, e não uma constante”, referem Miriam Tedeschi e colegas (2022, p. 611). Uma metodologia que inclua observação prolongada e entrevistas biográficas – como no presente estudo – permite dar conta que as pessoas alternam entre períodos de mobilidade e períodos de imobilidade e que a intensidade das práticas transnacionais varia ao longo do tempo, dependendo de fatores como a idade, o sexo, o modo de inserção profissional e a existência de obrigações familiares. No presente estudo, observou-se que algumas pessoas intensificaram as suas práticas de ida e volta entre país de residência e de origem, depois de se reformarem, regressando a Portugal três, quatro ou mais vezes ao ano.

Uma abordagem mais micro ao transnacionalismo tem permitido desvendar um vasto leque de práticas quotidianas (*everyday transnationalism*) potenciadas pelo rápido desenvolvimento tecnológico e a redução dos custos tanto das comunicações como das deslocações, que comprimiram a dimensão espaço-tempo e encurtaram distâncias físicas e relacionais entre migrantes e seus familiares não migrantes. “O transnacionalismo tornou-se uma possibilidade banal da vida quotidiana do cidadão comum em todo o continente”, afirmam Adrian Favell e colegas (2019, p. 171) que analisaram o transnacionalismo quotidiano em cinco países europeus. Neste domínio, tem sido estudada a mobilidade física (para turismo ou trabalho), e a mobilidade virtual das pessoas (comunicação através de telefone ou Internet, consumo de medias internacionais), mas também de objetos (compras pela internet) e de fluxos imateriais (transferências de dinheiro internacionais) (Salamońska & Recchi, 2019).

Vertovec (2009) já havia assinalado que os padrões de comunicação transnacional nas famílias dispersas entre países emissores e recetores se haviam tornado normativos. Aliás, entre outras transformações sociais em curso potenciadas pelo transnacionalismo quotidiano, este autor destaca, em primeiro lugar, as alterações nas relações familiares e de género. De facto, o estudo das complexas relações das famílias transnacionais tem suscitado um crescente interesse académico nos últimos vinte anos. Têm sido nomeadamente estudadas as diversas configurações dos laços e obrigações intrafamiliares mediadas por fronteiras nacionais, tais como, por

exemplo, a parentalidade à distância, a solidariedade inter-geracional e a prestação de cuidados além-fronteiras (entre filhas/os migrantes e pais no país de origem, entre avôs não migrantes e filhas/os no país de residência). Envelhecimento e mobilidade transnacional é outro dos temas que têm ganho bastante relevo nos estudos migratórios. Têm sido nomeadamente estudados os motivos e as modalidades da mobilidade numa fase mais avançada da vida, quer tome a forma de uma emigração, de uma migração de regresso ou de uma mobilidade transnacional, de pessoas com ou sem uma experiência migratória anterior (ver secção 1.3). De referir ainda a análise de dimensões como as identidades e os sentimentos de pertenças transnacionais (*transnational belonging*) (Dahinden, 2012; Friedman & Thiel, 2012; Klok *et al.*, 2017).

1.2.1 Transnacionalismo, integração e regresso

Um dos debates nas sociedades com uma taxa elevada de imigração centra-se no eixo “transnacionalismo e integração”. Certos discursos políticos tendem a associar as atividades transnacionais dos/as migrantes a obstáculos à sua integração e, inversamente, a assumir que a integração pressupõe o enfraquecimento dos laços transnacionais, refletindo uma visão impregnada de teorias assimilacionistas reatualizadas (sobre este assunto, veja-se Brubaker, 2001). A literatura tem, contudo, mostrado de forma consistente que o envolvimento transnacional com o país de origem não entra necessariamente em conflito com a integração no país de residência. Antes pelo contrário, diversos estudos sugerem que as práticas transnacionais podem reforçar a ligação não apenas com o país de origem, mas também com o país de residência (Guarnizo *et al.*, 2003; Snel *et al.*, 2006; De Bree *et al.*, 2010). Refutado o pressuposto de que integração e transnacionalismo se opõem, apela-se a ir além do simples reconhecimento da sua coexistência e descortinar a complexidade deste nexos. Erdal e Oeppen (2013) elaboram uma tipologia que permite analisar a natureza das interações entre transnacionalismo e dois tipos de integração (sociocultural e estrutural) e sugerem que resultado da interação entre estes polos pode ser: i) cumulativo (igual à soma de ambos, o que se traduz, por exemplo, por um sentimento de pertença e um envolvimento económico e cívico nos dois países, origem e residência), ii) sinérgico (maior do que a soma de ambos, ou seja, os recursos alcançados num país podem ser investidos no outro para potenciar novos recursos), ou iii) antagónico (inferior à soma de ambos, ou um polo cancela o outro, o que se traduz, por exemplo, por um sentimento de pertença a um país e não pertença ao outro). Carling e Petterson (2014) centram a sua análise nas intenções de regresso e concluem que a integração e o transnacionalismo, considerados em conjunto, vão mais longe na explicação destas intenções do que qualquer um dos conceitos

isoladamente. De acordo com este estudo, pessoas migrantes com fortes laços transnacionais e uma fraca integração sociocultural mostram uma maior inclinação para o regresso, enquanto pessoas com laços transnacionais fracos e uma forte integração sociocultural apresentam os níveis mais baixos de intenções de regresso.

O transnacionalismo vem não só desafiar a forma como são concebidos os processos de integração nos países recetores, mas igualmente a noção de regresso. Este foi durante muito tempo considerado como “o fim de um ciclo migratório” (Paiva, 1985). A perspetiva transnacional contribuiu para desconstruir essa representação. Veio não só permitir captar as sucessivas migrações que por vezes ocorrem ao longo do percurso de vida de uma mesma pessoa, como também possibilitar a compreensão das múltiplas circulações que, para certas pessoas, nomeadamente reformadas, se tornam um estilo de vida (Bolzman *et al.*, 2017). “A realidade dos espaços sociais transnacionais indica, em primeiro lugar, que a migração e a re-migração podem não ser decisões definitivas, irrevogáveis e irreversíveis – as vidas transnacionais podem tornar-se em si mesmas uma estratégia de sobrevivência e melhoramento”, resume Faist (1998, p. 217).

Caroline Brettell e James Hollifield (2014) observam um incremento de estudos sobre a migração de regresso e relacionam-no com o surgimento da perspetiva transnacional. Estes estudos “ênfatisa[m] as ligações com a pátria e a noção de que a emigração não significava necessariamente uma partida definitiva na mente dos/as próprios/as migrantes. O transnacionalismo implica igualmente que o regresso não é um regresso definitivo” (p. 16), sublinham. Efetivamente, como veremos na segunda parte desta dissertação, e em particular no capítulo 7.3, as pessoas migrantes circulam entre os dois países ao longo de toda a sua “carreira migratória” (Martiniello & Rea, 2014) e essa circulação perdura após o seu regresso, motivada pela presença de descendentes e familiares no estrangeiro. Aliás, não é preciso ser-se migrante para se ser transnacional, sendo observáveis diferentes formas e graus de transnacionalismo (Dahinden, 2009), que dependem tanto das sociedades de origem e de destino, como da dinâmica de determinados fluxos migratórios (Carling, 2022). De facto, é empiricamente observável que pessoas não migrantes também se envolvem em práticas transnacionais como, por exemplo, visitas à família emigrada e comunicações além-fronteiras mais ou menos regulares, senão mesmo diárias. Este ponto será retomado mais à frente.

Em suma, nas duas últimas décadas, o transnacionalismo tem sido um paradigma fecundo na análise dos padrões de vida das pessoas migrantes, inclusive das pessoas migrantes mais velhas, e “conseguiu posicionar-se, no campo das migrações, como uma espécie de terceira via

entre a opção da assimilação e a do regresso” (Fibbi & D’Amato, 2008), entre partir ou ficar, e analisar e revelar outras formas de inserção em ambas as sociedades, as de partida e de chegada.

1.2.2 Famílias transnacionais

A família transnacional é hoje um campo de estudos bem estabelecido e dos que mais tem crescido nos últimos vinte anos. O interesse pela temática foi, no entanto, tardio. Katy Gardner e Ralph Grillo (2002) constatarem que as práticas transnacionais das populações migrantes que não sejam atividades económicas são pouco estudadas. Eleonore Kofman (2004) relembra que, durante muito tempo, a unidade família foi negligenciada nos estudos migratórios devido à ênfase dada à migração laboral e à prevalência das teorias económicas. Também Josiane Le Gall (2005) atribui o interesse tardio ao tema da família à preponderância dada à esfera pública. Laura Merla e colegas (2020) notam que “a maioria dos académicos considerava as práticas familiares como formas ‘fracas’ de envolvimento transnacional” (p. 396). Não obstante esta hierarquização (público/privado) transversal às ciências sociais em geral, a esfera doméstica acaba por ganhar visibilidade, à boleia da institucionalização dos estudos de género. Talvez por isso os primeiros trabalhos dedicados ao estudo do transnacionalismo na esfera familiar sejam realizados por mulheres (Hondagneu-Sotelo & Avila, 1997; Landolt, 2001; Parreñas, 2001; Pessar & Mahler, 2003); uma tendência que persiste até hoje, facto de fácil verificação empírica através da consulta de referências bibliográficas sobre o tema.

Neste quadro mais afunilado do transnacionalismo em contexto familiar, volta a colocar-se a questão da definição. Para Deborah Bryceson e Ulla Vuorela (2002), são famílias transnacionais os grupos familiares cujos membros vivem uma parte do tempo separados uns dos outros, estando ligados por um sentimento de unidade e de família que perpassa as fronteiras nacionais. Para Leah Schmalzbauer (2004) são famílias divididas entre dois estados-nação que mantêm laços estreitos, nas quais o trabalho produtivo ocorre no país de acolhimento e o trabalho reprodutivo no país de origem. Porém, atendendo a que as famílias contemporâneas são cada vez mais heterogêneas nas suas configurações, que critérios usar, além da dispersão geográfica? Os estudos sobre “fazer família” (*doing family*) à distância usam diferentes unidades de análises. Uns centram-se na parentalidade transnacional, ou focam especificamente a maternidade e a paternidade (Parreñas, 2001 e 2008; Fresnoza-Flot, 2008; Lahaie *et al.*, 2009; Grassi, *et al.*, 2016; Ducu *et al.*, 2018), outros abarcam o casal (Grassi & Ferreira, 2016; Fernández-Sánchez *et al.*, 2020), outros, ainda, contemplam a unidade parentesco (Mason, 2004; Baldassar, 2008).

Grande parte destes trabalhos incidem sobre a temática mais geral da família “deixada para trás” (*left-behind*), no país de origem, com enfoque nas crianças (Graham *et al.*, 2012; Lam & Yeah, 2019) e nos pais envelhecidos de quem emigrou (Bolzman, 2018; Schröder-Butterfill, 2021). Entre outros aspetos, são analisadas obrigações morais cuja natureza varia de acordo com as características e a antiguidade dos fluxos migratórios. Por exemplo, Patricia Landolt (2001) mostra que o envio de remessas de migrantes de El Salvador nos Estados Unidos corresponde a expectativas económicas das famílias no país de origem perante a escassez de recursos na qual estas vivem, enquanto Loretta Baldassar (2007) e Laura Merla (2011, 2012) examinam a obrigação de cuidar dos pais idosos que ficaram no país de origem, sentimento partilhado por migrantes em diversos contextos espaço-temporais. Ambas as autoras dão conta da obrigação cultural de cuidar dos pais idosos: Baldassar analisa as redes familiares da migração italiana para a Austrália na segunda metade do século XX e os padrões de mobilidade (regressos temporários) relacionados com a prestação de cuidados e Merla analisa o caso de refugiados/as de El Salvador na Austrália e o apoio que dão à distância aos pais envelhecidos no país de origem, mostrando que transnacionalmente circulam *coisas* tão diversas como dinheiro e afetos. Juntas cunham o termo de *care circulation* (Baldassar & Merla, 2014) para dar conta de um conjunto de práticas de cuidados que circulam de forma multidirecional e envolvem complexas interdependências (vertical e horizontalmente) entre familiares dispersos por diferentes países; tais práticas podem implicar mobilidade física, comunicação à distância, recurso a serviços remunerados, entre muitas outras.

Karin Wall e Claudio Bolzman (2014) ilustram a pluralidade de famílias transnacionais em diferentes momentos do percurso de vida. Mostram também que a diversificação das configurações familiares acresce complexidade às “configurações de cuidados” (*care configuration*, p. 63) e que as necessidades de apoio que modelam as obrigações familiares dependem de um conjunto alargado de variáveis micro, meso e macro (nomeadamente a fase do percurso de vida, a rede familiar, as normas e contextos socioculturais e as políticas migratórias). Por fim, concluem que, de modo geral, as práticas de cuidados e as relações de interdependência das famílias transnacionais são semelhantes às das famílias não migrantes, embora sejam de assinalar algumas especificidades relacionadas com os constrangimentos inerentes às fronteiras.

Valentina Mazzucato e Bilisuma Dito (2018) salientam a mutabilidade da noção de cuidados que difere de acordo com o contexto espaço-cultural, mas também ao longo do tempo. Os dados empíricos recolhidos mostram que, efetivamente, as expectativas e normas de cuidados (neste caso, relativamente às mães e pais envelhecidos) podem divergir entre uma geração e a seguinte; mostram ainda que uma mesma pessoa pode alterar as suas expectativas ao longo da

vida, nomeadamente fazendo convergir a sua visão com as normas de cuidados do país de residência (ser cuidado/a pelos filhos/as vs institucionalização num lar de idosos). Por outro lado, Mazzucato e Dito (2018) defendem que o transnacionalismo deve ser considerado como um processo e as “famílias transnacionais como parte de uma constelação em permanente mudança de formas familiares que existem ao longo do processo migratório” (p.3). As autoras fazem notar que “até à data, a investigação tem funcionado principalmente com categorias estáticas de famílias (família transnacional uma vez, família transnacional para sempre)” (p.4), o que impede captar as dinâmicas intrínsecas às migrações. Ora, as famílias podem estar unidas no país de origem, ficarem separadas pela migração de um dos elementos e posteriormente voltarem a estar unidas no país de residência. De igual forma, podem estar reunidas no país de residência e tornarem-se transnacionais no momento da migração de regresso dos avós, como sugerem alguns casos do presente estudo.

Muitas das temáticas aqui elencadas estão presentes na migração portuguesa, nomeadamente na migração que teve a Suíça como destino. Como veremos mais à frente (capítulo 3), a separação de casais e de famílias nucleares foi vivenciada por um número alargado de participantes deste estudo, pois a política imigratória suíça em vigor na segunda metade do século XX só consentia o reagrupamento familiar a certas categorias de migrantes. Na atualidade, na vida das pessoas entrevistadas, coloca-se de forma mais contundente a problemática dos cuidados transnacionais intergeracionais, sejam cuidados aos pais idosos em Portugal, sejam cuidados a descendentes na Suíça, quando se efetiva o regresso a Portugal no momento da reforma. Este tema será desenvolvido mais adiante.

A manutenção das relações em famílias geograficamente dispersas é outra das problemáticas que se coloca aos/às participantes desta pesquisa, em particular a quem regressa a Portugal na reforma, quando um novo processo migratório reintroduz distância física entre as gerações. Neste campo particular, uma das principais linhas de investigação centra-se no potencial das tecnologias de informação e comunicação. O desenvolvimento da Internet, dos telemóveis e a redução dos custos das chamadas telefónicas, para citar apenas alguns aspetos, veio possibilitar a “ubiquidade, simultaneidade e imediatismo das interações além-fronteiras” (Nedelcu, 2012, p. 1346). Ao analisar como é que as pessoas migrantes gerem as saudades inerentes à distância, Baldassar (2008) identifica quatro tipos de copresença que concorrem para o sentimento de proximidade familiar: física (presença corporal), virtual (telefone, emails, SMS), proxy (objetos ou pessoas que simbolizam uma pessoa ou lugar distante) e imaginada (no plano dos sentimentos). Tracey Reynolds e Elisabetta Zontini (2014) observam que as tecnologias digitais introduziram mudanças significativas na forma como os cuidados circulam entre os membros

da família, nomeadamente em termos das estruturas e hierarquias familiares. Mihaela Nedelcu e Anna Wyss (2016) observam que a multiplicidade dos meios de comunicação permite criar rotinas de interação (*ordinary co-presence routines*) e, desta forma, recriar, à distância, práticas familiares que permitem manter um sentimento de “estar em família”. As autoras salientam que estas rotinas e rituais mediados pelas tecnologias de informação e comunicação tanto podem contribuir para um bem-estar recíproco e um conforto emocional como podem criar novas expectativas de solidariedade e tensões familiares. Em todo o caso, este tipo de estudos contribui para “a de-demonização da distância na vida familiar”, sublinha Baldassar (2016, p. 145).

1.3 Migrações, percurso de vida e género

Há pelo menos um século que a perspetiva do percurso de vida (*life course*) é usada nos estudos migratório.¹¹ A obra pioneira *The Polish Peasant in Europe and America* publicada nos anos 1918-20 por William Thomas e Florian Znaniecki abriu caminho a uma perspetiva que, contudo, demorou várias décadas a ganhar centralidade na sociologia e noutras ciências sociais (Elder *et al.*, 2003). Nas últimas três décadas do século XX tornou-se, porém, um paradigma importante e mudou a forma como se pensa e estuda o indivíduo em sociedade. Os momentos de transição que pontuam a vida pessoal, familiar e profissional adquiriram particular relevância, bem como a dimensão temporal. Tamara Hareven (1994) realça que a “sincronização do ‘tempo individual’, do ‘tempo familiar’ e do ‘tempo histórico’” (p. 439) constitui o eixo central do percurso de vida. Também Glen Elder (1994, 2003) destaca a inter-relação do tempo biológico com os tempos e lugares históricos e salienta que “as diferenças no ano de nascimento expõem os indivíduos a diferentes mundos históricos, com os seus constrangimentos e opções” (Elder, 1994, p. 5). *Tempo e lugar* é um dos cinco princípios-chave que, segundo o autor, caracterizam a perspetiva teórica do percurso de vida. Outro desses princípios é o *momento* (*timing*) em que, na vida daquela pessoa, acontece determinado evento ou transição, princípio que remete para a importância das normas sociais associadas à idade. “[O] impacto pessoal de qualquer mudança depende de onde as pessoas estão nas suas vidas na altura da mudança” (p. 6), resume o autor. Elder destaca ainda a *agência* (*agency*), ou seja, a capacidade de o indivíduo

¹¹ Existe uma ampla discussão sobre o conceito de percurso de vida e termo conexos, como o de ciclo de vida. Setterten (2003) considera que falar em ciclo de vida familiar, por exemplo, é em grande medida inadequado às dinâmicas familiares contemporâneas em que coabitação, casamento e parentalidade são processos muitas vezes independentes uns dos outros. Alwin (2012) afirma que muitos/as sociólogos/as têm optado por usar o termo percurso de vida (ou curso de vida) por este ser um conceito “mais sofisticado e flexível” (p. 210) e que ciclo de vida corresponde a um modelo de análise mais rígido e tornou-se, por isso, um “dispositivo analítico menos útil” (p. 210).

agir atendendo aos constrangimentos e oportunidades, e, por último, o *desenvolvimento ao longo da vida* (*life-span development*), princípio segundo o qual desenvolvimento humano e envelhecimento se estendem do nascimento à morte. Este princípio implica que os eventos e comportamentos em fases anteriores da vida têm repercussões em fases posteriores; sendo, por isso, necessário adotar uma perspetiva de longo prazo. Por último, o autor refere o princípio de *linked lives*, traduzido em português por *vidas ligadas* (Ramos, 2022) ou *vidas vinculadas*.¹² “As vidas humanas estão, tipicamente, inseridas em relações sociais com familiares e amigos/as ao longo de toda a vida”, salienta Elder (1994, p. 6). Embora os indivíduos não vivam de forma isolada, o conceito “vidas vinculadas” é ainda pouco explorado empiricamente, sendo, no entanto, frequentemente assumido implicitamente como argumento macro-sociológico (Carvalho *et al.*, 2021). O conceito “vidas vinculadas” abre a porta à investigação sobre as interdependências familiares e relações entre diferentes gerações. Reveste, por isso, um grande potencial heurístico no campo das migrações (Attias-Donfut & Wolff, 2009). Tem particular interesse no que concerne as decisões de mobilidade numa fase avançada da vida, dado que grande parte dos movimentos transnacionais na reforma – tanto regressos como vaivéns – estão relacionados com configurações familiares transfronteiriças (Treas & Mazumdar, 2004; Baykara-Krumme, 2013). De igual forma, decidir permanecer no país onde se reside está muitas vezes associado a relações intergeracionais (Bolzman *et al.*, 2006; de Coulon & Wolff, 2010; Yahirun, 2014).

Aos cinco princípios elencados, Elder e colegas (2003) acrescentam cinco conceitos que permitem pensar como é que as vidas estão socialmente organizadas: *percursos sociais* (ao nível da formação, emprego, família ou habitação, por exemplo), *trajetórias* (sequências de papéis ou experiências), *transições* (alteração de papel ou estatuto, como é o caso da reforma), *duração* (o tempo decorrido entre duas transições) e *pontos de viragem* (mudança substanciais no rumo seguido, por exemplo, retomar os estudos ou enveredar por outra via profissional na meia idade).

Autores como Martin Kohli (1986, 2007) e Richard Settersten (2003) salientam ter-se assistido na Europa, ao longo dos séculos XIX e XX, simultaneamente à *institucionalização* e à *standardização* dos percursos de vida. O primeiro termo refere-se à importância dos diversos contextos institucionais (tais como a família, a escola ou o mercado de trabalho) na estruturação da vida dos indivíduos. O segundo termo decorre do primeiro e refere-se à padronização cronológica ou normatividade dos percursos de vida. Ambos os processos orientam as sequências

¹² Ver, por exemplo, o projeto “LINKED - Vidas Vinculadas: uma abordagem multinível longitudinal e mista ao curso de vida da família” (Ref. FCT n.º PTDC/SOC-SOC/29132/2017).

biográficas e definem as principais transições ao longo da vida. Nas últimas décadas do século XX, tem-se observado uma *desinstitucionalização* e *desestandardização* dos percursos de vida, que se tornaram mais fluídos (Bengtson *et al.*, 2005, p. 495; Settersten, 2003, p. 84). Institucionalização/desinstitucionalização e estandardização/desestandardização são processos que não se excluem mutuamente, mas antes coexistem, sublinham Kohli e Settersten. As normas sociais que prescreviam que determinadas transições aconteciam em determinadas idades foram postas em causa. A repartição da vida em três grandes momentos relacionados com o trabalho (formação, atividade profissional, reforma) – aos quais acresce, para as mulheres, o tempo da maternidade – afigura-se demasiado rígida nas sociedades contemporâneas, sendo frequente as pessoas estudarem ao longo de toda a vida e trabalharem além da idade da reforma (Settersten, 2003). A isso acresce que a migração interrompe e “acrescenta incerteza aos percursos tradicionais (...). [Mas] também abre possibilidades a novas formas de prosseguir os cursos de vida” (Vlase & Voicu, 2018, p. 5).

Uma das vantagens do percurso de vida é oferecer uma leitura multidimensional da mudança social. Kathrin Komp e Stina Johansson (2015), por exemplo, explicam a alteração da estrutura etária da Alemanha e o envelhecimento demográfico daquele país combinando uma análise micro, meso e macro com a perspetiva de percurso de vida. Ao nível micro, os efeitos das desigualdades sociais inerentes ao género e ao estatuto socioeconómico impactam na esperança de vida dos indivíduos; ao nível meso, as redes sociais influenciam o deslocamento de pessoas através, por exemplo, do reagrupamento familiar); ao nível macro, observam-se impactos dos contextos sociais (tais como, mercado de trabalho e Estado-providência) nos cursos de vida. Em cada um destes níveis, diversos fatores influenciam a longevidade, a fertilidade e as migrações; e os seus efeitos conjugados favorecem o rejuvenescimento da população, em determinados períodos socio-históricos, e, noutros, o seu envelhecimento. A mesma análise pode ser feita para Portugal: constata-se, assim, que a vinda de trabalhadores/as migrantes com as suas famílias pode contribuir para o rejuvenescimento da população residente, mas que, no entanto, na última década, o aumento do número de regressos de portugueses/as numa fase adiantada da vida, designadamente da Suíça (ver o capítulo 3), associado ao aumento da imigração de reformados/as atraídos/as por incentivos fiscais que lhes são dirigidos e à saída constante de camadas mais jovens, tem contribuído para o seu envelhecimento da população portuguesa (sobre este assunto, ver L. Azevedo, 2022a). O momento do percurso de vida ao qual se dá a migração é, portanto, um elemento-chave para a compreensão de mudanças demográficas; uma vez que a idade biográfica, a par com o sentido da migração, influencia as taxas de fertilidade e mortalidade, tanto do país emissor como do país recetor.

Curiosamente, a utilização da perspectiva do percurso de vida nos estudos migratórios tem sido limitada (Wingens *et al.* 2011). O que certos autores consideram intrigante, uma vez que “os processos de integração se referem, na realidade, diretamente a processos de percurso de vida” (Wingens *et al.*, 2011, p. 2). Esta lacuna tem, contudo, vindo a ser corrigida e são cada vez mais os estudos empíricos sobre migrações que adotam o percurso de vida como perspectiva teórica ou lente analítica (Treas, 2008; Findlay *et al.*, 2015; Zontini, 2015; Horn, 2017; Vlase & Voicu, 2018; Bolzman & Vagni, 2018). São também de assinalar algumas tentativas de teorização (Erlinghagen, 2021).

O foco no percurso de vida é particularmente apropriado ao estudo de populações migrantes mais velhas, porque “[o]s últimos anos de envelhecimento não podem ser compreendidos em profundidade sem conhecimento do percurso de vida anterior” (Elder, 1994, p. 5). Por outro lado, a literatura mostra que os momentos de transição e ruturas biográficas (como casamentos, divórcios, nascimentos, entrada e saída do mercado de trabalho) são propícios para as pessoas repensarem os seus projetos de vida e podem desencadear decisões de mobilidade residencial (Lee, 1966; Falkingham *et al.*, 2016). A passagem à reforma é, precisamente, uma das transições que mais interesse académico tem suscitado. Inicialmente, a análise centrou-se sobretudo na mobilidade residencial em contexto de migrações internas, com enfoque na migração urbano-rural (Cribier & Kych, 1992; Bures, 1997; Bartiaux & Bonaguidi, 1993; Warnes, 1993; Sander & Bell, 2014; Lundholm, 2015). O foco nas migrações internacionais foi mais tardio e fez-se por via do estudo da chamada migração em busca de amenidades após a reforma (Williams *et al.*, 1997; King *et al.*, 1998). Estes estudos evidenciaram movimentos migratórios associados à reforma e contribuíram para dar uma imagem mais ativa e diversificada das pessoas com mais de 60 anos. Não significa, porém, que tenham adotado uma perspectiva percurso de vida, a preocupação destes autores era antes de dar conta do fenómeno e analisar os motivos deste tipo de migração.

Em síntese, a perspectiva do percurso de vida é essencial para captar de forma mais subtil e rigorosa as dinâmicas migratórias porque o tempo não é linear, nem unidirecional (Bernardi).¹³

¹³ Apontamentos da conferência final do projeto “LINKED - Vidas Vinculadas” decorrida no Iscte a 15.12.2022, em que Laura Bernardi foi *keynote speaker* e apresentou uma comunicação intitulada “*Time in the life course research*”.

1.3.1 A articulação entre migrações e envelhecimento

Gilles Dubus e Françoise Braud (2001) situam em meados da década de 1970 as primeiras publicações que assinalam a problemática do envelhecimento da população imigrante em França. A mesma observação pode ser feita no contexto anglo-saxónico. Essa literatura refere problemas económicos, legais, sociais, psicológicos e emocionais. É preciso esperar pela segunda metade da década de 1980 para que uma revista científica de língua francesa dedique um número temático a esta problemática. Na realidade, Dubus e Braud situam o surgimento do campo de pesquisa “envelhecimento e migrações” no início da década de 1990. Nessa altura, o enfoque é colocado em duas categorias: as pessoas migrantes que envelhecem nos países de residência (Bolzman, Fibbi & Vial, 1993) e a migração internacional de pessoas reformadas (Williams *et al.*, 1997; King, Warnes & Williams, 1998). O interesse académico é, contudo, ainda diminuto. Por um lado, as populações estrangeiras continuam, até então, a ser vistas como mão-de-obra que contribui para o rejuvenescimento e o financiamento das prestações sociais da população autóctone, isto é, não existe ainda um pensamento político ou académico sobre a figura do *guestworker* reformado. Por outro lado, a migração de reforma é estudada como um fenómeno que ocorre dentro das fronteiras nacionais (Cribier & Kych, 1992; Bartiaux & Bonaguidi, 1993; Warnes, 1993; Thomsin, 2001). Observa-se uma evolução semelhante do outro lado do Atlântico (Warnes & Williams, 2006). Importa aqui referir que, nos primórdios deste novo campo de investigação, encontram-se já algumas referências à população portuguesa envelhecida em França, destino europeu mais antigo dos fluxos migratórios de Portugal para a Europa (Branquinho Pequeno, 1983; Almeida, 1997; Tomé, 1998; Almeida, 1999).

Em 2004, Anthony Warnes e colegas coordenam um dossiê temático dedicado aos/às “migrantes idosos/as na Europa”.¹⁴ Lamentam a reduzida atenção dada à interação entre dois fenómenos bastante estudados, porém, isoladamente: o envelhecimento demográfico e as migrações internacionais. Efetivamente, as políticas públicas centram-se em migrantes jovens, sejam trabalhadores/as ou refugiados/as, os/as mais velhos/as, então considerados/as como uma

¹⁴ Grande parte da literatura considera que são “migrante idoso/a” pessoas com 55 ou mais anos de idade (Bolzman *et al.*, 2004; Machado & Roldão, 2010; King *et al.*, 2019; Conkova & Lindenberg, 2020). No entanto, outros estudos incluem pessoas a partir dos 50 anos (Yahirun, 2014) e outros centram-se nas pessoas com 65 e mais anos (Bolzman & Vagni, 2015; Ramos & Karl, 2016). Esta é a idade convencional para aceder à pensão de velhice num grande número de países e tem, por isso, a vantagem de permitir comparações estatísticas internacionais. Na presente investigação, o foco está numa eventual migração de regresso associada à passagem à reforma. Ana Alexandre Fernandes (2016) relembra, porém, que, socialmente, velhice está associada a reforma e que estas convenções sociais não acompanharam as transformações sociodemográficas recentes, existindo, na atualidade, um “crescente distanciamento entre a idade da reforma e a idade da velhice” (p. 32).

minoria entre as pessoas migrantes, não suscitam interesse. Warnes e colegas constataam, porém, o seu crescente número e diversidade, que relacionam com os processos de harmonização democrática e modernização societal em curso e advertem para os impactos futuros deste grupo da população nos setores da saúde e da segurança social. Perante a heterogeneidade desta população envelhecida, propõem uma tipologia na qual distinguem entre: i) trabalhadores/as idosos/as que migraram jovens e permanecem no país de residência (*aged in place*), ii) trabalhadores/as idosos/as que regressam aos seus países quando atingem a reforma (*return labour migrants*), iii) reformados/as que migram sazonal ou permanentemente para o Sul da Europa (*amenity-seeking international retirement migrants*), iv) reformados/as que se juntam a familiares noutros países europeus (*family-oriented international retirement migrants*). Esta tipologia é retomada por certos autores e refinada ou aumentada por outros. Surgem novos perfis de pessoas que se situam na articulação das migrações internacionais com a gerontologia social, tais como trabalhadores/as que migram numa idade avançada (acima dos 50 anos) e idosos/as que permanecem no país de origem (King *et al.* 2017). Surgem também outras terminologias, mais precisas, que refletem o motivo que leva pessoas reformadas a juntarem-se às famílias emigradas (Plaza, 2000; Nedelcu, 2009, Horn, 2019). Mais recentemente, em consequência das desigualdades intra e internacionais, tem-se assistido à migração de pessoas reformadas que partem em busca de cuidados de saúde e estruturas de apoio menos onerosas noutras latitudes (Bender *et al.*, 2017).

Gradualmente, institucionalizou-se um novo campo de investigação, que, no plano internacional, se tem revelado muito fecundo nas últimas duas décadas. O levantamento de obras coletivas e números temáticos em revistas científicas ilustra a amplitude temática do campo (ver anexo I.1). Nos últimos anos, a produção científica em língua inglesa é, de facto, assinalável. No plano nacional, porém, o nexu “envelhecimento e migrações” é ainda uma linha de pesquisa muito incipiente, tanto do lado das migrações como do lado da demografia e da gerontologia social. Na década passada, são de assinalar três publicações sobre migrantes idosos/as em Portugal (Machado & Roldão, 2010; Machado, 2012; Marques & Ciobanu, 2012): procuram traçar perfis sociais, fazer o diagnóstico das condições socioeconómicas e refletir sobre problemáticas como a saúde e o “envelhecimento ativo”. Nestas publicações, os/as autores/as sublinham a diversidade da população idosa migrante em Portugal e procuram estabelecer “uma tipologia de velhices migrantes” (Machado, 2012, p. 19; Machado & Roldão, 2010).

Não obstante, é dado maior enfoque a migrantes provenientes de países com uma relação histórica com Portugal, que são também aqueles/as que há mais anos se estabeleceram no nosso

país. Mais recentemente, a geógrafa Dora Sampaio (2017, 2018, 2020, 2022) estudou a articulação entre envelhecimento e migrações no contexto dos Açores, abrangendo simultaneamente três categorias: migração laboral (*labour migrants*), migração de regresso (*return migrants*) e a migração estilo de vida (*lifestyle migrants*). Eu própria tenho-me dedicado ao estudo da migração de regresso de casais portugueses em idade de reforma (L. Azevedo, 2021, 2022a, 2022b). Outras referências ao contexto nacional (ao Algarve em particular) surgem nos primeiros trabalhos que Russell King e colegas (1998, 2000) publicaram sobre migração internacional de reformados/as. No entanto, a generalidade dos estudos sobre a migração “estilo de vida” em Portugal não incluem a variável idade nas suas análises e apesar de identificar pessoas reformadas entre os/as migrantes *lifestyle*, ficam, no entanto, à margem dos debates em curso no campo das migrações e envelhecimento (Torkington & Ribeiro, 2019; Rauhut, 2021).

No plano internacional, é notória a efervescência em torno do nexos “migrações e envelhecimento”, bem como a diversificação dos eixos e categorias de análise. Esta ampliação do campo tem contribuído para a sua consolidação e evidenciado tanto a diversidade da categoria “migrantes envelhecidos/as” como a complexidade por detrás dos novos padrões de mobilidade de uma população que vai ganhando peso demográfico.¹⁵ As lentes analíticas têm-se multiplicado, vão das políticas públicas aos cuidados (*care*), incluindo as vulnerabilidades, a solidão, o bem-estar, o estilo de vida, o imaginário, as tecnologias, a mobilidade e o transnacionalismo, entre outras (Ackers & Dwyer, 2002; de Haas & Fokkema, 2010; King *et al.*, 2014; Ciobanu *et al.*, 2016; Baldassar, 2016; Baldassar *et al.* 2017; Gehring, 2017; Walsh, 2018; Sampaio & King, 2019; Ciobanu & Ludwig-Dehm, 2020; ten Kate *et al.*, 2021). Ademais, além dos fluxos migratórios das próprias pessoas de idade, cabem ainda na articulação entre migrações e envelhecimento outro tipo de fluxos, como, por exemplo, a migração laboral para apoio a pessoas idosas (Cangiano *et al.*, 2009), ou fluxos de objetos, bens e práticas, tais como móveis e bens alimentares, transações financeiras para pagamento de pensões ou ainda o voto por correspondência (L. Azevedo, 2020; Nedelcu *et al.*, 2023).

O desenvolvimento deste campo de pesquisa produziu uma grande variedade de agendas de investigação. Resultou também numa sobreposição de dimensões e categorias de análise

¹⁵ No caso da Suíça, o volume das pensões de velhice pagas no estrangeiro tem vindo a aumentar gradualmente nos últimos vinte anos, tanto para as pessoas de nacionalidade estrangeira como as de nacionalidade suíça. Em 2001, 5,5% do total de pensões de velhice auferidas por cidadãos/ãos suíças/os eram pagas num país estrangeiro. Esse número aumentou para 6,7% em 2011 e 7,5% em 2021. (Cálculos meus com base nos dados OFAS, Office fédéral des assurances sociales, disponíveis em https://www.pxweb.bfs.admin.ch/pxweb/fr/px-x-1305000000_101/px-x-1305000000_101/px-x-1305000000_101.px).

(Ciobanu *et al.*, 2020; Nedelcu *et al.*, 2023). No momento atual, é reconhecida a necessidade de, por um lado, se avançar na discussão teórica em torno deste nexos e, por outro, se adotar uma “perspetiva multifocal – ou seja, combinando várias lentes analíticas – que permita observar processos dialéticos que reúnem idosos/as migrantes e não migrantes, *young-old* e *old-old*, em mobilidade e sem mobilidade, prestadores/as e recetores/as de cuidados, Estado-Providência e redes pessoais, atores do Norte Global e do Sul Global, etc.” (Ciobanu *et al.*, 2020, p. 190, *italico meu*).¹⁶ É neste sentido que Nedelcu e colegas (2023) propõem abordar o envelhecimento transnacional sob a perspetiva da mobilidade (*retirement mobilities approach of transnational ageing*). Esta abordagem conceptual permite abarcar numa mesma análise as práticas transnacionais de pessoas migrantes e não-migrantes (Tomás & Ravazzini, 2022; Nedelcu *et al.*, 2023) e, desta forma, desafiar o “excecionalismo migrante” (Hui, 2016) comum à maioria das pesquisas neste campo.¹⁷

Antes de prosseguir, importa referir que nos tradicionais destinos europeus da migração portuguesa, principalmente França e Luxemburgo e, mais recentemente, Suíça, certos estudos sobre populações migrantes envelhecidas abarcam migrantes de origem portuguesa; e algumas publicações examinam especificamente a população portuguesa. Esta literatura centra-se predominantemente na caracterização desta população, nas suas vulnerabilidades e necessidades, nomeadamente em termos de cuidados, nas suas intenções de regresso e padrões de mobilidade transnacional após a reforma, nas questões identitárias e múltiplas pertenças e na solidariedade inter-geracional (Almeida, 1997, 1999, 2008 e 2011; Branco, 2004; Attias-Donfut & Wolff, 2005; Coulon & Wolff, 2010; Barreau-Tran, 2013; Albert *et al.*, 2013; Bolzman & Vagni, 2015,

¹⁶ A literatura sobre envelhecimento destaca a velhice como categoria social cujo limite de idade está associado à idade de acesso à reforma, corresponde, portanto, a uma definição institucional (Fernandes, 2016). A literatura sobre migrações e envelhecimento distingue duas idades entre as pessoas reformadas: uma velhice jovem até aos 79 anos (*young-old*) e uma velhice velha acima dos 80 anos (*old-old*) (Baldassar, 2007; Deneva, 2009). No entanto, na literatura sobre envelhecimento encontram-se, porém, outros recortes etários, como, por exemplo, “*old*, *old-old*, *oldest old*” para distinguir as pessoas entre 75-84, 85-94 e com mais de 95 anos (Cohen-Mansfield *et al.* 2013) ou “*youngest-old*, *middle-old*, *oldest-old*” para distinguir as pessoas entre 65-74, 75-84 e com mais de 85 anos (Lee *et al.*, 2018). Nos anos 1970, Bernice Neugarten (1974) falava de “a ascensão dos *young-old*” termo que usava para descrever a população entre 55 e 75 anos e que representava, então 15%, da população americana. Com estes exemplos, vemos que a velhice é um conceito social, institucional e estatisticamente construído. Sobre este tema, ver nomeadamente Pedroso de Lima (2010), Caradec (2015), Repetti (2018).

¹⁷ Para desconstruir a ideia de excecionalismo migrante, podemos comparar migrações internas e internacionais. Portugal tem boas condições para tal: caracteriza-se por importantes deslocamentos populacionais tanto além-fronteiras como dentro das suas fronteiras, com uma tendência de litoralização do país que se tem vindo a acentuar nas últimas décadas, que tem sido revelada pelos censos (INE, 2022, https://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=585774296&att_display=n&att_download=y). Porém, no panorama nacional, estudos comparativos deste género são praticamente inexistentes, salvo alguma exceção (Baía, 2022).

2017, 2018; Coulon, 2016; Albert *et al.*, 2016a; Ramos & Karl, 2016; Karl *et al.*, 2017; Albert & Barros, 2017; Bolzman 2018; Bolzman & Bridji, 2019; Ramos & Martins, 2020; Vidal, 2020; Ciobanu & Ludwig-Dhem 2020; L. Azevedo, 2020, 2021, 2022; Albert, 2021; Afonso *et al.*, 2022).

1.3.2 O envelhecimento transnacional

Assim como os processos de envelhecimento das populações migrantes e os processos migratórios das populações envelhecidas tardaram a ser analisados, os estudos que se situam na articulação entre migrações e envelhecimento também tardaram a adotar uma perspectiva transnacional. O foco no transnacionalismo surge por via do estudo das famílias em contextos migratórios e da prestação de cuidados transnacionais (*transnational caregiving*), nomeadamente a análise do papel das avós nas famílias transnacionais (Da, 2003; Treas, 2008) e, vice-versa, do papel de quem migra na vida da geração mais velha que permanece no país de origem (Baldassar *et al.*, 2007). Independentemente da distância geográfica imposta pela migração, essa geração mais velha *tanto* recebe *como* presta cuidados. Surgem então novas categorias como as “avós voadoras”/“*flying grannies*” (Plaza, 2000), a “geração zero”/“*zero generation*”, composta pela mãe e pai das pessoas que migram (Nedelcu, 2009), as “cuidadoras transnacionais envelhecidas”/“*transnational aging carers*” (Deneva, 2012). Estas categorias ilustram o envolvimento das pessoas mais velhas em acordos familiares transnacionais e analisam os padrões de mobilidade de avós que se deslocam entre países para suprir as necessidades de apoio de descendentes. Não constituem, porém, uma categoria homogênea. Malika Wyss e Mihaela Nedelcu (2018, 2020) salientam a pluralidade da “geração zero” e identificam quatro padrões de mobilidade transfronteiriça, que variam nos seus objetivos e duração: i) a mobilização no momento do parto, um tipo de coabitação com a geração zero desencadeada pela chegada de um novo membro na família; ii) o apoio na resolução de problemas quando a família migrante tem uma necessidade ocasional de apoio e que as soluções habituais se revelam insuficientes ou inoperantes; iii) a visita, mais ou menos prolongada, cujo objetivo principal não é proporcionar uma assistência prática, mas antes a partilha e transmissão da língua e cultura do país de origem; iv) a substituição da mãe em casa, quando as avós da geração zero assumem a maior parte das tarefas quotidianas numa base mais ou menos permanente.

As redes informais de cuidados que se estendem além-fronteiras são um dos focos predominantes de pesquisa. São analisados os cuidados *de* e *a* pessoas reformadas e as múltiplas práticas que lhes são inerentes e implicam mobilidade física ou somente virtual (mediada por

tecnologias). Surge novamente a heterogeneidade de perfis referida anteriormente: i) pessoas migrantes que envelhecem no país de residência, ii) pessoas que migram quando surge a reforma e iii) pessoas que envelhecem no país de origem e a quem os/as descendentes migrantes prodigam cuidados, instrumentais ou afetivos. Além de os estudos tipificarem as práticas transnacionais nas quais as pessoas mais velhas se envolvem, analisam igualmente os motivos e padrões dessas práticas, a sua frequência e duração, e ainda os diversos fatores que as influenciam. Conclui-se que essas práticas tanto podem ser duradouras, como esporádicas e que a sua frequência e intensidade varia ao longo do tempo (Horn, 2019), sobretudo quando a saúde declina (Hall & Hardill, 2016).

Outra linha de estudo relevante centra-se nas políticas (migratórias, sociais, fiscais) que possibilitam, impedem ou impõem a mobilidade das pessoas com idades mais avançadas. A questão da portabilidade ou transferibilidade de direitos sociais é uma das mais relevantes na decisão de mobilidade (Lunt, 2009; Gehring, 2017; Böcker & Hunter, 2017). Esta última questão não se coloca no caso da migração portuguesa intraeuropeia, uma vez que esta garantida pelos acordos de segurança social em vigor no seio da União Europeia e entre esta e a Suíça.

A utilização da perspetiva transnacional vem dar um novo impulso à investigação sobre migrações e envelhecimento. Vincent Horn, Cornelia Schweppe e Seong-gee Um (2013) sugerem, até, que o “envelhecimento transnacional” (*transnational ageing*) constitui um novo campo de investigação. De acordo com estes/as autores/as, a análise do envelhecimento transnacional refere-se a um conjunto de processos que organizam, moldam e permitem lidar com a velhice em contextos que não se enquadram num só estado-nação. Trata-se de explorar não só o envolvimento de migrantes mais velhos/as nos processos transnacionais, mas também o impacto desses processos na experiência do envelhecimento e em todas as dimensões da vida das pessoas com uma certa idade: relações familiares e interpessoais, saúde, bem-estar, identidade, mobilidade, entre muitas outras. Elisabetta Zontini (2015) afirma que uma lente transnacional é necessária para se compreender as experiências das pessoas migrantes mais velhas e defende, igualmente, a incorporação da velhice nos estudos sobre o transnacionalismo, por outro. Progressivamente, o envelhecimento transnacional surge, assim, como um quadro conceptual e metodológico que articula o estudo de processos transnacionais com o estudo da vida das pessoas mais velhas (Horn & Schweppe, 2015). Vincent Horn e Cornelia Schweppe (2017) propõem, inclusive, a releitura dos dados existentes à luz do transnacionalismo, dado o potencial heurístico desta perspetiva.

As pesquisas aqui sintetizadas revestem grande relevância para o presente estudo cujos dados empíricos dialogam em larga medida com a literatura sobre envelhecimento transnacional.

Os dados empíricos revelam que, efetivamente, o transnacionalismo está muito presente na vida das pessoas entrevistadas. E tal como referido por certos autores (Horn, 2022), são observáveis variações na frequência e na intensidade de determinadas práticas transnacionais ao longo do curso de vida, variações que são influenciadas tanto por elementos externos (obrigações laborais, por exemplo) como por eventos familiares (nascimento de um/a neto/a, por exemplo). Estes elementos podem simultaneamente constranger ou facilitar essas práticas.

Judith Treas (2008) considera como “verdadeiramente transnacionais” os/as migrantes da geração zero porque se deslocam “com a maior frequência possível” (p. 472) entre a sua casa no país de origem e a casa dos/as descendentes, neste caso particular, nos Estados Unidos. Esta afirmação traduz uma visão redutora do transnacionalismo: a deslocação entre países é apenas uma entre muitas dimensões do transnacionalismo em geral e do envelhecimento transnacional em particular (Gustafson, 2008; nccr - on the move, 2021). Como já havia formulado Peggy Levitt (2001), “[o] movimento não é um pré-requisito para o envolvimento em práticas transnacionais” (p. 198). No entanto, a mobilidade física entre países é, sem dúvida, uma das dimensões mais analisadas nos estudos que se centram sobre migrantes em fases mais avançadas da vida.

Tendo por base um inquérito a indivíduos residentes na Suíça com idades acima dos 65 anos de origens italiana, espanhola e portuguesa, Claudio Bolzman e colegas (2016) sugerem que, para certos/as reformados/as, “a mobilidade transnacional é um estilo de vida mais adaptado à dualidade de recursos e referências que construíram durante a sua vida adulta” (p. 1). Esta “dualidade de recursos e referências” (Bolzman *et al.*, 2006) inclui nomeadamente laços culturais e simbólicos, redes familiares, bens materiais e recursos económicos nos dois países, que facilitam a adoção de um estilo de vida transnacional. Quando cessam as suas vidas profissionais, certas pessoas optam por passar períodos mais prolongados (várias semanas ou vários meses) no país de origem, mantendo a sua residência principal na Suíça. Este padrão de vida “cá e lá” é igualmente observável entre migrantes envelhecidos/as do sul da Europa noutros contextos geográficos, em França por exemplo, e é atribuído à proximidade geográfica entre países de residência e de origem (Coulon & Wolff, 2006, 2010). No entanto, semelhantes movimentos de vaivém também se observam noutros fluxos migratórios, como, por exemplo, as populações turcas, marroquinas e de África ocidental residentes na Europa (de Haas & Fokkema, 2010; Fokkema *et al.*, 2015; Hunter, 2018). A pendularidade associada ao estilo de vida transnacional vem, desta forma, contrariar a “dupla ausência” afirmada pelo sociólogo Abdelmalek Sayad no século passado (1999) e remeter para “diferentes formas de ‘dupla presença’ que lhes permitem permanecer ligados aos dois países que foram relevantes ao longo

das suas vidas”, frisam Bolzman, Kaeser, Christe (2016, p. 10). Esta era, aliás, um aspeto que já havia sido frisado por Glick Schiller, Basch e Blanc-Szanton (1992): “os/as transmigrantes vivem em várias sociedades simultaneamente” (p. 11). Também no presente estudo, um dos traços mais salientes do transnacionalismo entre as pessoas entrevistadas são as visitas regulares e mais ou menos prolongadas a Portugal, ou à Suíça, no caso das pessoas que regressam na reforma, vivendo num constante vaivém cuja frequência depende de uma equação entre fatores exteriores e pessoais (este ponto é ilustrado no capítulo 7.3).

Partindo de uma definição ampla do transnacionalismo – laços com o país de origem e com o país de destino – Oana Ciobanu e Sarah Ludwig-Dehm (2020) analisam o tipo de transnacionalismo que migrantes com idades entre 65 e 82 anos residentes na Suíça desenvolvem. As autoras identificam quatro padrões: transnacionalismo menor, transnacionalismo distante, transnacionalismo ativo, transnacionalismo de regresso. Concluem que os elementos preditivos do tipo de transnacionalismo são o país de origem e os rendimentos. Da sua análise, também deduzem que os/as migrantes reformados/as portugueses/as se inserem predominantemente no tipo “transnacionalismo de regresso”, enquanto os/as de Itália e Espanha se inserem predominantemente no tipo “transnacionalismo ativo”. As autoras realçam ainda que o que distingue os/as portugueses/as é a sua forte propensão para enviar remessas, bem como manifestar o desejo de mudar de país e de ser enterrado/a no país de origem.

Antes de explorar a questão do regresso, vamos examinar o conceito de mobilidade, termo polissémico, muitas vezes usado como sinónimo de migração, mas também de movimentos frequentes em meios urbanos, por exemplo.

1.3.3 Género, uma categoria de análise indispensável nos estudos migratórios

O género entra tardiamente nos estudos migratórios, tendo perdurado por longas décadas a representação do *migrante-homem*. As mulheres migrantes ganharam visibilidade à medida que se institucionalizavam os estudos sobre as mulheres, de género e feministas. No entanto, a análise dos papéis sociais de género, e de como estes influenciam os processos migratórios, continuaram em segundo plano até às últimas décadas do século XX. Hoje, é, contudo, consensual que o género – uma categoria socialmente construída e local e temporalmente situada – influencia as experiências migratórias, quer a decisão de partir e os processos e percursos de integração económica, social e política no estrangeiro, como a decisão de regressar e a experiência de reintegração no país de origem. O género é, por isso, uma “categoria de análise” (Scott,

1986, p. 1054) relevante para apreender e compreender as assimetrias nos percursos de vida das pessoas migrantes.

As pessoas migrantes têm determinadas características, como a idade, a classe, a nacionalidade, entre muitas outras, e também um determinado género. São mulheres e homens, ou jovens, com atributos de género geralmente conformes aos lugares e períodos socio-históricos da sua socialização. O género não só tardou a entrar nos estudos migratórios (Morokvašić, 2014; Pessar & Mahler, 2003) como ainda é frequentemente desconsiderado. “O género continua a ser guetizado nos estudos sobre imigração. Conceitos básicos como género, sexo, poder, privilégio, discriminação sexual e interseccionalidade estão regularmente ausentes do vocabulário e dos desenhos de pesquisa”, afirma Pierette Hondagneu-Sotelo (2013, p. 180). Apesar de Ravenstein falar das mulheres migrantes nas suas “leis da migração”, as teorias clássicas e neoclássicas das migrações representam os homens como atores económicos em busca de melhores condições de vida e as mulheres como seguidoras e dependentes dos seus maridos (Brettell, 2003; Kofman, 2004). Uma ideia que se banalizou, embora não reflita o percurso de um grande número de mulheres, e se propagou em parte devido ao caráter androcêntrico de grande parte da produção científica, mas também ao modelo de um provedor masculino articulado com a “persistente ilegitimidade das mulheres no mundo do trabalho assalariado” (Gaspar, 1998, p. 89). Todavia, a notória irrelevância das mulheres nas migrações foi sendo contrariada a partir dos anos 1970-80 e, a reboque dos estudos feministas, as migrantes aparecem como protagonistas e conquistando o “lugar de sujeitos históricos sem estarem necessariamente atreladas à figura masculina” (Boschilia, 2017, p. 43). Porém, predomina muitas vezes uma visão genérica que se refere à categoria abstrata de *mulher migrante*, a qual não espelha a heterogeneidade de perfis e variações espaço-temporais das migrações no feminino. Outra ideia perversa, e errada, é a de que as mulheres são migrantes recentes (Miranda, 2018).

Ao longo dos anos 1980-90, multiplicam-se trabalhos – sobretudo de mulheres académicas – que contribuem para corrigir em parte o enviesamento decorrente de uma “literatura *mainstream* [que] não considera o género” e vê no homem o referente universal (Morokvašić, 2014, p. 357-358). Ao ponto de Eleonor Kofman (1997) intitular um dos seus textos “em busca do sujeito feminino ausente” (*in search of the missing female subject*). Passa-se progressivamente de um enfoque nas mulheres migrantes ao reconhecimento da “migração como um processo genderizado” (Christou, 2003, p. 1). O conceito de género vem introduzir uma perspetiva relacional (Scott, 1986; Massey, 1994) e permitir evidenciar as assimetrias entre mulheres e homens migrantes. Fica assim patente que “é necessária uma análise de género para interpretar as experiências das pessoas migrantes” (Zontini, 2015, p. 331), dado que as experiências migratórias

são moldadas pelas normas de género e hierarquias económicas e socioculturais do campo migratório no qual as se inserem; incluindo, portanto, tanto as normas e hierarquias do país de origem como as do país de residência.

No caso da migração portuguesa, destacam-se os trabalhos de Maria Beatriz Nizza da Silva (1986), que procura dar maior visibilidade às portuguesas no Brasil, numa perspetiva histórica, e de Bela Feldman-Bianco e Donna Huse (1995), que se focam nas vivências de açorianas emigradas nos EUA. Relativamente aos fluxos intraeuropeus, Caroline Brettell (1978, 1991 [1987]) e Karin Wall (1982, 1984) são as primeiras a realizar trabalho de campo, ainda nos anos 1970, junto de mulheres portuguesas em França e na Suíça. Ambas as autoras estudam as mulheres que partem, mas também as que ficam e destacaram “o papel activo da mulher rural tanto na emigração como no país de origem” e a sua função social e económica que “corresponde pouco às representações comuns que temos da emigração portuguesa e da sua história: uma aventura masculina” (Wall, 1984, p. 62). Embora existam dados desagregados por sexo sobre migrantes portugueses/as nos principais países de destinos – referem, por exemplo, elevadas taxas de participação feminina no mercado de trabalho (Brettell, 2003) – são, no entanto, escassos os estudos com um enfoque de género; apesar de uma dimensão relativamente presente nos estudos sobre imigração. Na produção nacional mais recente é, contudo, de assinalar, um texto no qual Maria Engrácia Leandro e colegas (2008) concluem que o contexto migratório é, para as mulheres (designadamente as portuguesas que emigraram para França e a Alemanha), um “espaço possível de realização de aspirações relativas à autonomia pessoal e familiar e de recomposição de tarefas e papéis familiares”. Uma conclusão que confirma, no caso português, o que outras autoras observam noutros contextos: que as migrações conduzem a uma reconfiguração das posições sociais, não só em termos de género, mas também de classe e raça, sendo incontornável e necessária uma perspetiva interseccional para desvendar as relações de poder (Miranda, 2018).

Na literatura sobre migrações, constata-se que o género tem sido, na maior parte das vezes, desprovido do seu potencial analítico e frequentemente reduzido a uma variável (Pessar e Mahler, 2003; Neves *et al.* 2016), ou seja, é corrente ser utilizado como sinónimo de “sexo”. Esta prática inviabiliza apreender o género na sua complexidade e conceptualizá-lo como elemento estruturante das migrações. Desta “desproblematização do género” (M.M. Pereira, 2023) nas ciências sociais decorre que nos estudos sobre migração de regresso prevaleça uma leitura dicotómica segundo a qual tendencialmente “os homens preferem regressar, as mulheres preferem ficar” (de Coulon & Wolff, 2010; Vlase, 2013). Este modo de olhar para os fenómenos sociais enfatiza as diferenças e contribui para polarizar a análise (uns vs outras), reproduzindo

desse modo estruturas de género hegemónicas. De acordo com a “narrativa dominante de que a migração de regresso é desempoderada para as mulheres” (Girma, 2017, p. 5), são, por isso, necessárias análises mais compreensivas das experiências de género na migração de regresso. Mirjana Morokvašić (1984) já havia alertado para a existência de estudos que apontam em direções contrárias, uns concluindo que o processo migratório é emancipatório para as mulheres e que o regresso é entendido com retrocesso, enquanto outros invalidam tais afirmações. Abordando de forma muito rápida a “diferença de sexo nestas discussões sobre o regresso” Monteiro (1994, p. 34) destaca diferenças nos casais sem, no entanto, cair na estereótipificação “eles isto, elas aquilo”, mas antes observando que em certas situações a mulher estava mais ligada à América enquanto noutras era o homem. Monteiro nota, porém, uma diferença entre mulheres com origem urbana e rural, concluindo que estas últimas podem “ver com outros olhos os benefícios da situação de emigrada” (Monteiro, 1994, p. 35). Como refere Doreen Massey (1994, p. 177), “a geografia é importante do ponto de vista do género”, ou seja, o lugar tem implicações nas relações de género e estas, por sua vez, produzem efeitos concretos nas decisões migratórias. Por outro lado, “o contexto cultural deve ser considerado”, enfatiza Caroline Brettell (2003, p. 147) num capítulo que dedica ao género e migrações.

Em suma, está já bem estabelecida na literatura em geral a ideia de que existem diferenças de género nos processos migratórios e que as limitações estruturais e as escolhas individuais não são as mesmas para homens e mulheres. Nem as políticas migratórias são neutras do ponto de vista do género, nem o género de cada indivíduo é, em si mesmo, um constrangimento (de Haas, 2014, p. 21). Também se gerou um consenso de que a questão do regresso é suscetível de gerar tensões no casal (Bolzman et.al., 2006; De Haas & Fokkema, 2010). A forma como os casais negociam, ou não, a decisão de regressar é, porém, um aspeto pouco explorado na literatura. A presente investigação vem contribuir para colmatar, em parte, esta lacuna, tomando o exemplo de casais portugueses na Suíça em idade de reforma.

1.4 Migração e transição para a reforma: o papel das aspirações

A literatura sobre as migrações refere que há momentos do curso de vida mais propícios do que outros para concretizar intenções de regresso; a transição para a reforma é um desses momentos (Klinthäll, 2006; Bolzman & Bridji, 2019). A saída definitiva do mundo do trabalho altera o lugar das pessoas na sociedade (Pedroso de Lima, 2010; Caradec, 2015) e pode impulsionar uma mobilidade residencial ou migração (Lee, 1980; Sander & Bell, 2014).

No plano internacional, os estudos incidem fortemente sobre o dilema de regressar ou não ao país de origem no final da vida profissional e sobre a análise das diversas formas de circulação entre países como alternativa à escolha binária de partir ou ficar. São nomeadamente examinadas as intenções de mobilidade transnacional, os laços familiares, a saúde, o sentimento de pertença, o género, o capital económico, social e cultural (Percival, 2013; Bocker & Gehring, 2015; Ciobanu & Ramos, 2015). Alguns estudos indicam uma maior probabilidade de regresso em torno da idade da reforma, probabilidade que reduz significativamente depois dos 65 anos (Klinthäll, 2006).

Em Portugal, os estudos sobre o regresso estão essencialmente centrados no perfil e modos de reinserção de quem regressa, ou nas intenções de regresso de migrantes em idade “ativa”. Salvo raras exceções (Sampaio, 2017), tanto a reforma como o envelhecimento dos/das migrantes português/as não tem sido tema de pesquisa no plano nacional. Surge geralmente de forma indireta, *por arrasto*, quando é feita uma caracterização sociodemográfica da população regressada, a reboque da variável “idade”. Não obstante, são por vezes feitas observações relativamente ao tema reforma e regresso. Quer essas observações, quer a escassez de estudos sobre o tema denotam, por um lado, um conjunto de pré-noções, por outro, ilustram a pouca relevância dada ao envelhecimento demográfico da população emigrada e às implicações que tanto o seu regresso como o seu não regresso acarretam para determinados territórios do nosso país.

Existe uma “visão tradicional da emigração na idade ativa e regresso na fase da reforma” (Oliveira *et al.*, 2016, p. 13) que é geralmente contestada pelos dados quantitativos disponíveis. Uma análise aos censos de 1981 indica que “(...) ao contrário do que muitas vezes se pensa, o regresso não traz para o País uma população envelhecida e completamente gasta/usada pelo capitalismo europeu (...) mas sim uma população predominantemente em idade ativa” (Amaro, 1985, p. 632, *italico meu*). Dois estudos qualitativos realizados na década de 1990 na região norte referem uma tendência para o regresso de “um número crescente de emigrantes em idade de pré-reforma” (Roca, 2000, p. 45; Leandro 2002), numa ótica de reforma antecipada ou de instalação de um negócio por conta própria. Um estudo baseado nos censos de 1991 e outro nos censos de 2011 concluem que, nos períodos observados, predominam os regressos de pessoas com idades de trabalhar (Rallu *et al.*, 2000; Oliveira *et al.* 2016; Oliveira *et al.* 2017; Peixoto *et al.*, 2019). No início deste século, porém, a França destaca-se dos restantes países recetores de mão-de-obra portuguesa: mais de metade (cerca de 52%) do fluxo de recenseados/as regressados/as é composto por pessoas reformadas vindas desse país. O que estas e outras análises mostram é que as pessoas que regressam em idade de reforma provêm dos destinos mais antigos

de emigração intraeuropeia. É por este motivo que, até recentemente, “de países como a Suíça, Espanha e Reino Unido vêm muito poucos emigrantes reformados/pensionistas” (Oliveira *et al.*, 2017, p. 14). Os resultados dos censos realizados em 2021 irão, com certeza, dar conta do progressivo envelhecimento da população portuguesa nos diferentes destinos europeus e mostrar a tendência, analisada no presente estudo, de um aumento sustentado do regresso de portugueses/as reformados/as em proveniência da Suíça (ver capítulo 3).

Nos estudos sobre intenções de regressos realizados nos últimos anos sobre a “nova emigração portuguesa” (Peixoto *et al.*, 2016), a reforma surge com alguma frequência como a meta temporal para o regresso de um certo número de respondentes. No entanto, uma maioria revela intenção regressar mais cedo ou, pelo contrário, não pretende regressar. Assim, o Inquérito a Enfermeiros Portugueses no Reino Unido realizado em 2014 indica que cerca de um terço dos/das respondentes tenciona regressar apenas quando se reforma (C. Pereira *et al.*, 2015). E ao inquérito *online* a cidadãos/ãs de nacionalidade e/ou naturalidade portuguesa, entre 20 e 49 anos, residentes no estrangeiro, com níveis de escolaridade pós-secundários ou superiores realizado em 2017, pouco mais de 10% situa o regresso no momento da reforma, enquanto cerca de 40% tenciona voltar no prazo de cinco anos (Pinho *et al.*, 2021a). A referência à reforma como um momento adequado para regressar a Portugal também surge em estudos baseados em entrevistas semiestruturadas a portugueses/as a residir no estrangeiro. A abordagem qualitativa permite explorar parte do imaginário presente nos discursos das pessoas entrevistadas. Pessoas com intenções ambivalentes de regresso não descartam a possibilidade de voltar mais tardiamente na vida, associando Portugal a um destino para passar férias e/ou viver a reforma (Correia, 2015; L. Azevedo *et al.*, 2023). Assiste-se, assim à construção de um novo imaginário que coexiste com “o eterno mito do retorno” (Monteiro, 1994). Um imaginário que, sem abdicar do *tradicional* projeto de regresso bem-sucedido, lhe acrescenta aspirações de bem-estar e qualidade de vida na reforma. Porém, chegada a idade da reforma, o regresso nem sempre é a opção preferida ou escolhida.

1.4.1 O que fazer na reforma: regresso ou vai-e-vem?

“O que fazer após a reforma? Migrantes idosos/as e a questão do regresso” é o título de um artigo no qual Claudio Bolzman, Rosita Fibbi e Marie Vial (2006) analisam as intenções de mobilidade de migrantes de Itália e Espanha com idades próximas da reforma. “Contrariamente às conclusões de muitos estudos anteriores, o regresso foi considerado a opção menos popular” (p. 1371). Diversos/as autores/as têm procurado analisar os motivos e padrões de mobilidade

que caracterizam as práticas de circulação e os vaivéns entre país de residência e de origem quando chega a idade da reforma (ver secção 1.3.2).

A mobilidade transnacional de migrantes portugueses/as mais velhos/as – tanto ao nível das intenções como das práticas efetivas de circulação – tem sido estudada nos contextos da migração para França, Luxemburgo, Suíça e Canadá. Esta mobilidade transnacional vem sendo analisada como alternativa a um regresso permanente, mas também como forma de conciliar referências duais e identidades híbridas, de garantir o acesso a serviços de saúde ou ainda de conciliar obrigações familiares em ambos os países. A localização de filhos/as e netos/as está, aliás, fortemente correlacionada com este tipo de mobilidade, bem como a posse de uma casa no país de origem (Cordeiro, 2002; Attias-Donfut & Wolff, 2005; de Coulon & Wolff, 2010; Barreau-Tran, 2013; Ramos & Karl, 2016; Bolzman *et al.*, 2017; Takahashi, 2022). Importa, no entanto, frisar que a mobilidade transnacional, apesar de ser aqui apresentada como alternativa ao regresso, não é incompatível com este último. Tanto pode ser um estilo de vida antes como depois do regresso (ver capítulo 7.3).

Apesar do entusiasmo suscitado pela possibilidade de uma circulação mais intensa quando desaparecem os constrangimentos laborais, num contexto de migração intraeuropeia que se caracteriza por custos reduzidos dos transportes e distâncias curtas entre origem e destino, é interessante notar que, nos estudos desenvolvidos em França e na Suíça junto de trabalhadores/as migrantes envelhecidos/as de várias nacionalidades, a população portuguesa destaca-se por intenções de regresso significativamente mais elevadas quando comparadas com as das populações espanhola e italiana (Attias-Donfut & Wolff, 2005; Bolzman *et al.*, 2017). Bolzman e colegas sugerem que este resultado esteja correlacionado com o facto de, por um lado, ser uma migração relativamente recente e, por outro, colocam a hipótese de existir uma “cultura de regresso” mais forte entre os/as portugueses/as (p. 6).

São igualmente interessantes as análises comparativas dentro de uma mesma população. Em 2008, de Almeida publica “Os Portugueses em França na hora da reforma” tendo por base dados de respondentes nascidos em Portugal que participaram no inquérito “PRI - Passagem à Reforma dos Imigrantes” realizado em França em 2002-03. Este estudo inédito abrange um vasto leque de perguntas sobre a trajetória migratória, a situação presente e os projetos futuros de migrantes entre os 45 e os 70 anos. Os resultados revelam uma clara preferência desta população por ficar em França após a reforma (37,7 %) ou por uma prática de residência alternada entre os dois países (36,8 %), sendo mais rara a opção de regresso permanente (11,1 %). No Luxemburgo, um estudo recente com portugueses/as entre os 41 e 79 anos aponta tendências semelhantes: a preferência recai na opção permanecer no país (43 %), seguida de uma prática

de vaivém (25,2 %) e apenas 21,5 % planeia regressar (Albert *et al.*, 2016a). As investigadoras acreditam, porém, que esta última percentagem poderá alterar-se à medida que forem envelhecendo, deixarem de trabalharem e tiverem netos/as. Tornar-se avós é, de facto, um dos principais motivos que justifica permanecer no Luxemburgo após a reforma (Ramos & Martins, 2020).

Na literatura, as intenções de regresso de migrantes laborais estão associadas à “combinação de um grande número de fatores que as podem condicionar ou favorecer” (Ciobanu & Ramos, 2015, p. 97), tais como o nível de integração no país de destino, as configurações familiares e redes sociais, a necessidade de cuidados médicos, os sistemas de saúde em cada país ou ainda a possibilidade de exportar os benefícios sociais. A idade é outro dos fatores relevantes assinalados, sendo mais provável uma migração (de regresso) ocorrer quando se é “jovem-velho” (*young-old*) do que quando se é “velho-velho” (*old-old*), fase da vida associada a vulnerabilidades acrescidas, dependências várias e sedentarização. As necessidades específicas de apoio e cuidados da população migrante portuguesa mais envelhecida começaram, aliás, a emergir na literatura (Karl *et al.*, 2017).

Falta, contudo, assinalar certos aspetos que Everett Lee (1980) refere num texto curto dedicado à migração das pessoas mais velhas e no qual, apesar de centrar a sua análise nas migrações internas estadunidenses, tece considerações extremamente válidas para a análise de migrações internacionais na atualidade. O sociólogo americano sugere que a mobilidade residencial que muitas vezes resulta numa migração de regresso decorre, por um lado, da “necessidade de reduzir os custos de vida” (p. 133) e, por outro, da busca de “uma vida melhor, definida em termos de *desejos* e *capacidades* dos idosos” (p. 134, *itálico meu*).

1.4.2 Aspirações e capacidades para migrar (ou regressar)

Num artigo recentemente publicado, Hein de Haas (2021) constata a ausência de progresso em termos teóricos no campo de investigação das migrações, o que contrasta fortemente com número elevado de estudos empíricos, sublinha o autor. De acordo com o autor, essa ausência constitui um obstáculo à nossa capacidade de interpretar os dados empíricos e explicar a grande diversidade de experiências migratórias observáveis. Constata ainda que os modelos teóricos existentes não respondem ao “desafio central no avanço da teoria das migrações”, ou seja, falham em “simultaneamente dar conta da estrutura e da agência na compreensão dos processos e experiências migratórias” (de Haas, 2021, p. 8). Tanto a perspetiva neoclássica como a perspetiva da nova economia das migrações laborais atribuem aos indivíduos uma racionalidade

instrumental e encaram a migração essencialmente como uma estratégia de otimização econômica, enquanto a perspectiva histórico-estrutural quase não deixa espaço à agência humana. Estas teorias não conseguem explicar a diversidade de padrões migratórios e as complexas realidades nas quais as populações migrantes se encontram enredadas. O autor concede, no entanto, que cada uma destas perspectivas têm algum poder explicativo, pelo que não devem ser rejeitadas “por completo”.

Hein de Haas não defende o desenvolvimento de teorias totalmente novas, defende, sim, o estabelecimento de pontes entre os paradigmas existentes, tal como Douglas Massey e colegas (1993) já haviam proposto há quase trinta anos. Para se realizarem avanços no campo das migrações, o caminho passa, portanto, por um ecletismo conceptual e teórico. Deve ser elaborado um “quadro meta-teórico que seja capaz de incorporar simultaneamente agência e estrutura na explicação das migrações e que reconheça que a grande maioria dos/as migrantes enfrenta algum nível de constrangimento, embora tenha, também, algum nível de escolha” (de Haas, 2021, p. 9).

Sistematizando o conhecimento existente, o autor identifica cinco questões relativas às quais as teorias convencionais não dão resposta: o acesso desigual a recursos migratórios (devido às hierarquias sociais e desigualdades estruturais); a variação nas aspirações pessoais e nas percepções subjetivas de oportunidades; as razões não instrumentais para as pessoas migrarem; a incorporação tanto da mobilidade como da imobilidade; a clivagem entre migração “voluntária” e “forçada”, que, segundo o autor, tem de ser ultrapassada, atendendo a que todas as pessoas migrantes enfrentam algum nível de constrangimentos e algum nível de agência.

O quadro meta-teórico “aspirações e capacidades”

De Haas responde às limitações identificadas propondo um quadro que qualifica de meta-teórico, em que articula as aspirações e as capacidades das pessoas para se moverem. Este quadro permite uma compreensão mais fina das migrações e da mobilidade humana, em geral, assim como do seu corolário, a imobilidade. Numa publicação anterior, na qual esboçava as premissas deste modelo explicativo, de Haas (2014) havia já afirmado: “só podemos esperar que as pessoas migrem se tiverem aspirações e capacidades para o fazer” (p. 28, *italico meu*).

O autor holandês desenvolve um modelo explicativo inspirando-se, por um lado, na abordagem das capacidades (*capability approach*) na teoria do desenvolvimento humano de Amartya Sen. Por outro lado, inspira-se no “modelo aspiração/capacidade” (*aspiration/ability model*) elaborado por Jørgen Carling (2002) no qual este propôs considerar, separadamente, a *vontade* e *projeto* de migrar e a *capacidade* de concretização dessa mesma vontade ou projeto.

Baseando-se no caso de Cabo Verde, o geógrafo norueguês mostra que o desejo de migrar nem sempre se acompanha da capacidade de o fazer: esta capacidade pode ser reduzida, ou mesmo nula, devido, por exemplo, a diversos constrangimentos, como, por exemplo, os custos da viagem, a ausência de rede de suporte, a inexistência da documentação necessária. Deste modelo, surge o conceito de “imobilidade involuntária” (Carling, 2002, p. 5).

De Haas refina esta proposta conceptual e acrescenta que as pessoas têm a capacidade de escolher onde querem viver, dentro das *estruturas de oportunidade* que percecionam.¹⁸ De acordo com este autor, mobilidade e imobilidade podem ser explicadas em função, por um lado, das aspirações subjetivas que se articulam com a percepção de oportunidades em diversos contextos geográficos, e, por outro, das capacidades que se articulam com o acesso a recursos (económicos, sociais, culturais). O resultado da interligação destas duas dimensões tanto pode levar as pessoas a partirem como a ficarem no lugar. No entanto, aspirações e capacidades podem andar desencontradas, uma vez que o acesso aos recursos se encontra desigualmente distribuído dentro das sociedades. Ao cruzar estas duas dimensões, de Haas inclui num só quadro diversas formas de mobilidade e imobilidade referidas em diversos estudos.

Quadro 1.1 Quadro meta-teórico “aspirações e capacidades”

		Capacidades de migrar	
		<i>Baixas</i>	<i>Elevadas</i>
Aspirações a migrar	<i>Elevadas</i>	Imobilidade involuntária	Mobilidade voluntária
	<i>Baixas</i>	Imobilidade consentida	Imobilidade voluntária e Mobilidade involuntária

Fonte: de Haas (2021, p. 22)

O autor vai mais longe e, inspirando-se do filósofo Isaiah Berlin e dos seus dois conceitos de liberdade, procura explicar como a “agência migratória” das pessoas – que combina as suas aspirações e capacidades – é influenciada por condições e processos estruturais. Afirmar, assim, que para se compreender o que leva as pessoas a partir ou a ficar, é necessário ter em conta a ausência de constrangimentos (liberdade negativa), por um lado, e a liberdade de movimento (liberdade positiva), por outro, aspetos que dependem das políticas migratórias, dos quadros normativos, da existência ou não de conflitos, etc., e que afetam (positiva ou negativamente) a

¹⁸ O conceito de “estruturas de oportunidade” foi inicialmente desenvolvido por Robert Merton (1996) para designar um conjunto de condições normativas que criam oportunidades, mas que podem igualmente restringi-las.

possibilidade que as pessoas têm de aceder aos recursos necessários para cumprir as suas aspirações, bem como as próprias aspirações. De acordo com de Haas, a interação entre estes fatores permite explicar movimentos migratórios complexos e, por vezes, contraintuitivos.

Resumindo, este autor procura ampliar o entendimento dos fenómenos migratórios e, nesse sentido, conceptualiza a mobilidade humana como “a capacidade das pessoas (liberdade) escolherem onde viver – incluindo a opção de ficar” (de Haas, 2021, p. 31). Partir e ficar são “manifestações complementares da mesma agência migratória”, conclui de Haas (2021, p. 31).

Esta perspetiva teórica reveste alguma utilidade para explicar por que razão é enganador interpretar os movimentos de regresso na reforma como sendo a concretização de um projeto inicial. Empiricamente, observa-se que, quando atingem a reforma, os/as migrantes portugueses/as na Suíça têm a capacidade de regressar a Portugal, se assim o desejarem. Porém, nem todos/as aspiram a voltar. No capítulo 6, serão apresentados casos de pessoas entrevistadas que regressaram a Portugal na reforma, mas que não tinham a intenção de o fazer alguns anos antes. O regresso poderia, neste caso concreto, ser entendido como “mobilidade involuntária”, mas será esta realmente a interpretação adequada?

Em todo o caso, tanto a discussão sobre o carácter voluntário/involuntário das migrações/mobilidades como a proposta de conceber as migrações/mobilidades em termos de aspirações vs capacidades revestem particular interesse para o presente estudo. As páginas que seguem são dedicadas à reflexão sobre estes dois aspetos.

O debate sobre o carácter “forçado vs voluntário” das migrações

Com exceção do período de descolonização que se seguiu à Revolução do 25 de Abril de 1974, marcado por um “retorno” massivo das antigas colónias (Pires *et al.*, 1987; Peralta, 2019; Delaunay, 2019) e dos casos de deportação dos Estados Unidos para os Açores (Rocha & Borralho, 2012), os movimentos de regresso de migrantes portugueses/as têm, em contrapartida, sido assumidos como sendo voluntários (Rocha-Trindade, 1983; ver também secção 1.1.1). Porém, o carácter voluntário ou compulsivo das migrações e, nomeadamente dos regressos, tem suscitado alguma discussão.

Nos estudos sobre migrações, o debate sobre regresso *forçado* e regresso *voluntário* tem estado associado a pessoas refugiadas e a migrantes sem estatuto legal. Mas, como sublinham Marta Erdal e Ceri Oeppen (2022), “a análise do carácter voluntário do regresso exige uma plena *compreensão do contexto* em que as decisões são tomadas” (p. 70, *itálico meu*). É essa compreensão que permite captar as *nuances* por detrás dos termos *forçado* e *voluntário*, perceber quais as alternativas de que dispõem os/as migrantes e qual a sua margem de manobra, isto

é, a sua agência (*agency*), para usar um termo sociológico. O debate esbarra, por vezes, na conceção dicotómica dos termos: forçado vs voluntário. No entanto, vários/as autores/as assinalam que se trata de uma oposição vã e contraproducente e defendem que estes termos devem, pelo contrário, ser entendidos como um espectro de experiências, como um *continuum* entre o polo *forçado* e o polo *voluntário*, ou como elementos que comportam um certo grau de variabilidade (Erdal & Oeppen, 2022; de Haas, 2021; Bartram, 2015).

Embora o termo *voluntário* permita reconhecer a capacidade de ação das pessoas migrantes (Ottonelli & Torresi, 2013), o corolário desta proposta é problemático, porque pressupõe que, no caso das migrações *forçadas*, as pessoas não teriam capacidade de acção, o que a literatura contesta (Bartram, 2015). Veja-se o caso recente da guerra na Ucrânia: nas mesmas condições, certas pessoas saíram do país e tornaram-se refugiadas, enquanto outras escolheram ficar.

Refletindo sobre as condições apropriadas para o uso destes dois termos, Valeria Ottonelli e Tiziana Torresi (2013) e David Bartram (2015) sugerem que uma migração seja considerada como voluntária quando existem, no país de destino, alternativas “suficientemente boas” (*good enough*), no sentido de “razoáveis”.¹⁹ Esta ideia é retomada por Erdal e Oeppen (2022) que a reformulam como “alternativas disponíveis aceitáveis” (*available acceptable alternatives*, p. 73). As autoras reconhecem, no entanto, que existe um problema com a definição daquilo que são *alternativas aceitáveis* e que esta depende da pessoa que define a situação. Trata-se, portanto, de reconhecer o *standpoint* (ou lugar de fala) de quem classifica, e não de elaborar acerca da conceção filosófica do termo “voluntário”, afirmam. Erdal e Oeppen (2018) recomendam, aliás, que se considere as *experiências* e *subjetividades* das pessoas migrantes, além das observações dos/as investigadores/as e das classificações administrativas das autoridades. Em todo o caso, o termo “voluntário” é discutível, como vemos ver no que se segue.

Os limites conceptuais do termo “voluntário”

Discutir um movimento migratório tendo por base o carater (in)voluntário desse mesmo movimento é questionável do ponto de vista da sociologia, atendendo ao património teórico da disciplina. Talcott Parsons surge aqui como uma referência incontornável, uma vez que, como relembra John Scott (1995): “A tarefa teórica que Parsons estabeleceu para si próprio em *A Estrutura da Ação Social* foi elucidar [a] teoria voluntarista da ação” (p. 33). Nos anos 1930, na obra que o tornou conhecido, Parsons afirma que “as ações sociais não são determinadas

¹⁹ Ottonelli e Torresi (2013) reconhecem, no entanto, que o entendimento de “*good enough*” varia entre culturas.

nem livres: elas são voluntárias” (Scott, 1995, p. 32). O sociólogo americano discute o papel da subjetividade na ação humana e o problema já clássico da racionalidade da ação, ou seja, a relação entre meios e fins. Para Parsons, qualquer ação implica quatro elementos estruturantes – fins, meios, condições e normas – que se articulam da seguinte forma: “as condições podem ser concebidas num polo, os fins e as regras normativas no outro, os meios e o esforço como os elos de ligação entre eles” (Parsons, 1937, p. 732). Além disso, a ação situa-se num quadro temporal: “O conceito de fim implica sempre uma referência ao futuro, a um estado de coisas antecipado, mas que poderá não existir sem a intervenção do ator” (Parsons, 1937, p. 733). Este “estado de coisas” representa o objetivo ou o fim que o indivíduo pretende alcançar e é concebido num contexto particular, no quadro de “uma norma concreta que rege a relação meios-fins”. Por outro lado, a ação “implica ainda um ‘ator’, ou seja, uma ‘personalidade’, cuja identidade transcende qualquer um dos seus atos particulares” (Parsons, 1937, p. 738). Em suma, resume Scott (1995), é por causa da centralidade do ponto de vista do ator e da(s) *escolha(s)* que cabe(m) aos indivíduos na ação que Parsons descreve a sua teoria de ação como “voluntarista”.

Seguindo o raciocínio deste autor, toda ação envolve sempre uma *escolha* e, como tal, é *voluntária*, o que não quer dizer que ela seja *livre*. Pois o indivíduo tem sempre de compor com as condições e as normas que o rodeiam na dimensão espaço-temporal na qual se encontra, isto é, com diversos constrangimentos, sejam eles de ordem física, sociocultural, legal ou outra. Conclui-se, assim, que os regressos de migrantes portugueses/as na reforma são o resultado de uma ação *voluntária* de quem não tem meios para ficar, mas tem, em alternativa, meios para partir.

Resolvida esta questão, importa ainda refletir um pouco mais sobre a noção de “aspirações”, assaz central no presente estudo.

Apontamentos sobre a noção de “aspirações”

Nos últimos anos, o termo aspirações surge com alguma frequência na literatura sobre migrações (Carling, 2001; Benson & O’Reilly, 2009; Graham, & Markowitz, 2011; de Haas, 2014; Czaika & Vothknecht, 2014; Crivello, 2015; Schewel, 2015; Sampaio, 2017; Boccagni, 2017; Carling & Schewel, 2018; Meyer, 2018; Scheibelhofer, 2018; Migali & Scipioni, 2019; Rodan

& Huijsmans, 2021, Papadopoulos & Fratsea, 2022).²⁰ Na maior parte das vezes, é, no entanto, usado sem qualquer definição ou clarificação, sendo assumido o seu poder autoexplicativo.

De Haas (2014, 2021) usa o termo *aspirações* no sentido de *preferências*, que vão sendo elaboradas com base nas percepções subjetivas de (melhores) oportunidades noutros lugares. Atribui-lhes duas dimensões (instrumental e intrínseca) para, logo a seguir, reconhecer a pouca utilidade de tal segmentação, porque, na prática, as duas confundem-se e são difíceis de distinguir. Outros/as autores/as usam o termo como sinónimo de *intenções* (Creighton, 2013), *desejo* (Sampaio, 2017; Carling & Schewel, 2018; Rodan & Huijsmans, 2021), *expectativas* (Meyer, 2018), *vontade* de migrar (Carling & Schewel, 2018; Migali & Scipioni, 2019), mas também como sinónimo de *esperanças*, *planos*, *ambições* e *objectivos* (Scheibelhofer, 2018), outros/as ainda fazem referência a processos mentais de *antecipação* da migração (Sampaio, 2017), à *motivação* para concretizar *progressos no plano pessoal* (Czaika & Vothknecht, 2014), à *imaginação* (Bal & Roos Willems, 2014), ou apresentam as aspirações em *oposição à realidade vivida* (Rodan & Huijsmans, 2021). Na mesma senda, as aspirações a mudar de país surgem como uma *possibilidade* (Carling & Collins, 2018), no sentido de *alternativas* às opções disponíveis localmente ou como *modelos* inspirados nos sucessos de outros/as migrantes (Alpes, 2014).

Uma parte da literatura examina as aspirações de quem ainda não migrou, outra parte centra-se nas aspirações dos/as migrantes e na análise de como evoluem juntamente com o projeto migratório, considerando as dimensões espaço-temporais e o percurso de vida. Nalguns casos, o foco é posto não nas aspirações relativas a uma emigração, mas a um eventual regresso ao país de origem (Boccagni, 2017; Sampaio, 2017; Scheibelhofer, 2018; Rodan & Huijsmans, 2021).

De modo geral, as aspirações estão relacionadas com horizontes positivos, no plano profissional, social e pessoal, uma vida melhor, bem-estar ou, até mesmo, fortuna e prosperidade. Grande parte dos/as autores/as considera as aspirações como um dos principais elementos da tomada de decisão migratória e um fator explicativo do movimento, mas só raramente são usadas para explicar a opção de ficar no lugar, de não migrar (Carling & Schewel, 2018; Schewel, 2015). Certos estudos evidenciam igualmente a relação dialética entre aspirações e movimentos migratórios: a migração é simultaneamente *alimentada por* e *geradora de* aspirações, ao mesmo

²⁰ São exclusivamente referidos textos da área de estudos das migrações que contêm o termos “aspirações” no título. Não considero, aqui, textos sobre asilo e refugiados/as.

tempo que é um meio para realizar determinadas aspirações, produz novas aspirações (Rodan & Huijsmans, 2021).

As aspirações estão associadas à agência dos indivíduos, mas interligam-se com os níveis meso e macro. São não só influenciadas por fatores individuais, como por dinâmicas familiares e intergeracionais, ou ainda por fatores externos, de ordem económica ou política, por exemplo. Além disso, embora sejam medidas ao nível individual, as aspirações podem ser elaboradas ou retrabalhadas coletivamente, no seio da família ou de um grupo de pares, ou ainda através do posicionamento perante outras gerações (a minha geração vs a geração dos meus pais ou dos meus avós). Existe, portanto, um mecanismo de “produção social das aspirações” (Rodan & Huijsmans, 2021, p. 150).

Constata-se que a literatura sobre aspirações a migrar (ou a regressar) refere uma pluralidade de termos para dar conta do sentido desta palavra, que é utilizada em contextos muito díspares para captar uma pluralidade de transformações socio-espaciais em curso, decorrentes da mobilidade mais ou menos permanente das pessoas. “Estes termos são frequentemente usados como se fossem permutáveis, o que não são”, observa Carling (2019, p. 2), sublinhando as implicações que a escolha dos termos tem. O autor realça ainda que os “diversos *pensamentos e sentimentos* sobre a perspetiva de migrar formam um domínio distinto dentro dos estudos migratórios” (Carling, 2019, p. 2, *italico meu*). Acrescenta que o interesse em estudar as aspirações reside na forte correlação entre os projetos de vida que uma pessoa formula e os seus comportamentos posteriores em termos de i/mobilidade. A previsão de movimentos populacionais é uma das principais razões para se investigar os elementos que desencadeiam a migração (*drivers of migration*), entre os quais as aspirações. Tendo analisado diversos inquéritos, Carling sugere que os materiais de recolha de dados incluam perguntas não só sobre as aspirações *a migrar*, mas também *a ficar* e que elas sejam formuladas de modo a considerar as *nuances* entre os diferentes termos usados para aferir as aspirações individuais, tais como expectativas, preferências, esperança e planos.

Um contributo relevante para esta discussão é a tentativa de Paul-Henry Chombart de Lauwe (1969) de esboçar uma teoria das aspirações. O sociólogo francês, que desenvolveu durante largos anos investigação sobre a génese das aspirações e o seu papel na vida social, observa que o termo se tornou frequente na imprensa no seguimento da crise de 1968 que abalou as estruturas sociais.²¹ De acordo com este autor, as aspirações são “orientadas por imagens,

²¹ Esta observação de Chombart de Lauwe sobre as aspirações, feita em 1969, prefigura, de certa forma, a modernização reflexiva de que falam Anthony Giddens, Ulrich Beck e Scott Lash (2000 [1994]).

sinais e símbolos” (p. 16), ou seja, por representações inseridas num determinado sistema económico e cultural. “As aspirações mais pessoais têm sempre a marca da sociedade”, afirma Chombart de Lauwe (1969, p. 17), nomeadamente porque elas emergem da relação, potencialmente conflituosa, entre indivíduo e sociedade. Pode, de facto, haver concordância ou discordância entre as aspirações individuais e as estruturas sociais. A sua génese tanto pode estar ancorada nas possibilidades oferecidas pela estrutura social na qual a pessoa está inserida, como nas possibilidades oferecidas por uma outra estrutura social, real ou *imaginada*, tornando-se, então, evidente a contradição entre as condições de vida atual e as aspirações de vida futura.

Chombart de Lauwe sublinha que as aspirações fazem referência a sistemas de valores, que variam no tempo e no espaço: surgem e evoluem à medida que a sociedade se transforma. No seu livro, escrito há mais de cinco décadas, Chombart de Lauwe refere o papel determinante da urbanização, da industrialização e da informatização no surgimento de novas aspirações – processos que, ao longo do século XX, impulsionaram novos valores, novas conceções da vida em sociedade, novas necessidades.²² O desenvolvimento tecnológico das últimas cinco décadas impulsionou numerosas transformações sociais que, por sua vez, produziram novas aspirações (variáveis em função da posição social dos indivíduos, da sua classe, género, nacionalidade e categorias afins), que se traduzem por novos interesses e objetivos de vida. Aspirações e mudança social estão, portanto, em constante interação. Mas o autor vai mais longe e situa as aspirações *na articulação* do pessoal e do social. Elas “nascem dos detalhes da vida quotidiana e das correntes de pensamento que chegam a cada meio social” (p. 45) e podem ser observadas e analisadas através de “imagens, representações e modelos (na imprensa ou literatura, por questionários, estudos aprofundados...)” (p. 48). Incluem um vasto “leque de possibilidades, desde desejos próximos a uma esperança longínqua” (p. 60), acrescenta Chombart de Lauwe. Esta ideia remete para a noção de “campo de possibilidades”: usada em sociologia e noutras disciplinas, abarca o que realmente acontece, mas também uma extensão infinita de alternativas que estão por vir (Velho, 1994; Bertaux, 2020 [1997]; Pleitinx, 2012; Deluermoz & Singaravelou, 2012).

O sociólogo francês distingue entre aspirações (o que uma pessoa deseja), expectativas (o que pode alcançar) e realização (o que realmente alcança). E sublinha que a “aspiração está intimamente ligada ao *projeto* que é uma orientação para a realização e a ação” (p. 61, *itálico meu*). De certa forma, Chombart de Lauwe pressente o que será posteriormente desenvolvido

²² O autor distingue entre as necessidades-obrigações, cuja satisfação é necessária à sobrevivência do indivíduo, e as necessidades-aspirações, não menos importantes, porém, dispensáveis à manutenção da vida.

por Gilberto Velho (1994): o antropólogo brasileiro concebe a noção de *projeto* como uma conduta para atingir uma finalidade situada dentro de um campo de possibilidades. Também relevante para esta discussão é o conceito de *curso de ação* que Catherine Delcroix (2022 [2001]) e Daniel Bertaux (2020 [1997]) definem como uma ação que se desenvolve ao longo do tempo, dentro de um campo de possibilidades, sendo influenciada pelos desejos/projetos e pelas convicções/valores do indivíduo. Podemos afirmar que esses campos de possibilidades são geralmente ampliados quando, ao migrar, a pessoa acede a outros (novos) recursos.

Sobressai em todos estes/as autores/as a articulação entre o indivíduo e o seu contexto. A análise das aspirações tem, por isso, de estar situada num “conjunto de aspirações mais amplas, de representações, de crenças, de valores”, afirma Chombart de Lauwe (1969, p. 60). No entanto, as aspirações individuais são indissociáveis das aspirações coletivas (de um grupo, classe social ou nação). Não é possível estudar umas sem ter as outras em conta. Estas considerações remetem para a obra de Arjun Appadurai (2004) que fala da “capacidade a aspirar, concebida como uma capacidade cultural” (p. 59) para imaginar o futuro ou para contestar o mundo real. O antropólogo indiano frisa ainda que as aspirações – que ele relaciona com “desejos, preferências, escolhas e cálculos” – são parte de “ideias éticas e metafísicas que derivam de normas culturais mais abrangentes” (p. 67). Sublinha, no entanto, que a *capacidade a aspirar* está relacionada com o capital económico e sociocultural e não se encontra, por isso, “equitativamente distribuída em nenhuma sociedade” (p. 68). Os pressupostos de Chombart de Lauwe fazem, também, eco com a noção de “cultura migratória” (Massey *et al.*, 1993; Kandel & Massey, 2002; Brettell, 2003; Kumpikaitė-Valiūnienė *et al.*, 2021). Sem fazer referência explícita às aspirações, é a forma como elas surgem e evoluem no plano coletivo que Douglas Massey e colegas (1993) descrevem no seguinte trecho:

À medida que a migração cresce em prevalência dentro de uma comunidade, altera os valores e as percepções culturais de tal modo que aumenta a probabilidade de migração futura (...) A migração torna-se profundamente enraizada no repertório de comportamentos das pessoas e os valores associados à migração passam a fazer parte dos valores da comunidade (p. 452-453).

Pese embora a sua “natureza multifacetada” (Migali & Scipioni, 2019, p. 184) e a forma vaga como são, muitas vezes, referidas nos estudos sobre migrações, as aspirações contêm um potencial analítico grande para uma melhor compreensão da agência humana, articulando diversas escalas espaço-temporais com diferentes planos (material, emocional, imaginativo) e diferentes níveis (micro, meso, macro).

1.5 Migrações e mobilidade(s)

O conceito de mobilidade(s), tanto na sua aceção social como espacial, é útil à análise de qualquer processo migratório. A emigração está frequentemente associada a uma estratégia para subir na escala social, quer se trate de uma ascensão intra ou inter-geracional (Portes, 1999; Attias-Donfut & Wolff, 2009), o que se verifica nomeadamente no caso português (Marinho Antunes, 1981; Baganha, 1998; Leandro 2004). Mas a migração é, antes de mais, uma mobilidade espacial. Serge Weber (2009) constata, porém, que essa mobilidade é “favorecida para uns [e] dificultada para outros” (p. 58). O sistema de vistos e a criação de espaços regionais de livre circulação, são disso exemplo. Thomas Faist (2013) sublinha igualmente as hierarquias subjacentes ao binómio mobilidade/migração. Dele resulta um trabalho que estabelece fronteiras e associa mobilidade a algo que gera ganhos para os indivíduos e para os estados, enquanto conota migração com integração social e controlo. A política europeia das migrações ilustra este “*boundary work*” (Faist, 2013, p. 1640) ao considerar como migrantes as e os cidadãos de Estados terceiros e como estando em mobilidade as e os cidadãos dos Estados-membros. O uso dos termos expatriado *versus* migrante é outro exemplo destas divisões hierárquicas operadas pela valorização da mobilidade e da viagem em detrimento da migração. De modo que o sociólogo alemão recomenda que seja prestada atenção aos “pressupostos políticos subjacentes ao nexo entre mobilidade espacial e social” (Faist, 2013, p. 1637) que funcionam como produtores de desigualdades sociais.

“O mundo inteiro parece estar em movimento” (Sheller & Urry, 2006, p. 207), sintetiza a dupla de sociólogos ao anunciar o surgimento de “paradigma das novas mobilidades” no ano que surge a revista interdisciplinar *Mobilities*.²³ Sob o impulso das novas tecnologias, nomeadamente da Internet e da telefonia móvel, aparecem novas formas de interação, possibilidades de viajar sem sair do lugar, ao mesmo que tempo que impulsionam a circulação de todo tipo de fluxos imateriais (financeiros, informações, imagens, doenças, etc.). Por outro lado, o desenvolvimento dos transportes aumenta fortemente a circulação de bens de consumo e de pessoas, por variados motivos, incluindo a migração e o turismo. Processos que já haviam, em grande medida, sido identificados ou pressentidos pelos teóricos da pós-modernidade e que ganhavam centralidade nos discursos sobre a globalização nos anos 1990. A mobilidade tornou-se, inclusive, uma característica do mundo globalizado pós-guerra fria (Salazar, 2020).

²³ <https://www.sciencedirect.com/org/journal/mobilities>

O que há então de novo na “viragem da mobilidade” que Sheller e Urry (2006) afirmam estar a acontecer nas ciências sociais? Embora não seja um tema novo a mobilidade como lente analítica veio desafiar o pressuposto da sedentariedade subjacente a grande parte dos estudos em sociologia e nas disciplinas vizinhas. Trata-se, portanto, de uma perspetiva que desconstrói o pressuposto de que a imobilidade é a condição normativa das sociedades e, nesse sentido, normaliza o movimento (Salazar, 2018), com as implicações metodológicas que tal postura pressupõe (ver capítulo 2). Este paradigma reflete uma nova forma de conceber a vida social, em que a mobilidade constitui um elemento central de análise e compreensão das sociedades, dos indivíduos e das suas práticas. Representa uma perspetiva crítica da produção de conhecimento sobre os fenómenos migratórios a partir de um ponto de vista estático, que tem caracterizado grande parte das ciências sociais, frisam Natalia Ribas-Mateos e María-Jesús Cabezón-Fernández (2021).

A desmaterialização dos laços é um dos fenómenos observáveis ao prisma da mobilidade, uma vez que todo o tipo de coisas relacionadas com os fluxos de pessoas – sejam elas migrantes, turistas ou outro tipo de passageiros/as – circulam, além de objetos e bens de consumo, tais como informações, imagens e imaginários, entre outros (Urry, 2000). As próprias fronteiras movem-se no tempo e no espaço – veja-se, a título de exemplo, os casos da União Europeia, do Espaço de Schengen e do dispositivo Frontex, cujas fronteiras se dilatam ou encolhem em função da evolução política e sanitária do continente; como no caso do Brexit e da pandemia da COVID-19, para citar exemplos recentes.²⁴

O entendimento do conceito de mobilidade tem sido expandido: são hoje reconhecidas formas de mobilidade virtual e imaginativa. Também se reconhece a coexistência de formas de mobilidade e imobilidade, consoante sejam consideradas dimensões como a corporeidade e a espacialidade ou as tecnologias e as redes sociais (Grenier *et al.* 2019; Salazar, 2020). Por outro lado, a noção de mobilidade adquire conteúdos diferentes consoante as características pessoais dos indivíduos: uma pessoa com fisicamente debilitada e com mobilidade reduzida pode, todavia, adotar outras formas de mobilidade e práticas transnacionais graças a dispositivos técnicos (como telemóveis e computadores) que permitem realizar comunicações à distância, mas também “deslocações” ou “mobilidades virtuais” (*virtual mobility*, Heward, 2015).²⁵

²⁴ Frontex é a Agência Europeia da Guarda de Fronteiras e Costeira, criada em 2004 pela União Europeia. É um sistema de gestão das fronteiras que inclui os estados-membros da UE e os países associados de Schengen e veio, na prática, externalizar a gestão da migração.

²⁵ O tema das “mobilidade virtual” está em expansão na investigação sobre famílias transnacionais (Baldassar *et al.*, 2016; Nedelcu & Wyss, 2016) e no campo de estudos sobre migrações e envelhecimento (Wilding & Baldassar, 2018; Nguyen *et al.* 2022). De assinalar, também, que este tipo de “mobilidades”

A mobilidade refere-se ao movimento, seja ele espacial, social ou político. Por outro lado, a mobilidade é, cada vez mais, considerada um recurso e, no caso do envelhecimento, seja igualmente um atributo de bem-estar (Grenier *et al.*, 2019) – estando a imobilidade em idades mais avançadas associada à incapacidade e dependência. Porém, a mobilidade é um recurso desigualmente distribuído, que varia consoante o capital económico, social e cultural dos indivíduos. Há, aliás, quem considere a própria mobilidade como um capital (Moret, 2018), também ele desigualmente distribuído.²⁶ Desta forma, produz alteridade e hierarquias, ao distinguir entre as pessoas que têm recursos socioeconómicos para se mover e as que não têm. É sabido, aliás, que não são as pessoas mais pobres que mais migram. Importa, pois, compreender a forma como as diferentes mobilidades se formam e são reguladas e distribuídas, bem como a forma como modelam as estruturas sociais, políticas e económicas (Salazar, 2020).

Nedelcu e colegas (2023) argumentam que a mobilidade é uma lente analítica particularmente adequada para dar conta, nomeadamente, das diversas formas de mobilidade associadas à reforma de pessoas com, ou sem, uma experiência migratória prévia. Nos últimos anos, tem, aliás, sido aprofundada a reflexão em torno do “nexo migração e mobilidade” para analisar a emergência de novos padrões migratórios, bem como de práticas de mobilidade e de imobilidade (D'Amato *et al.*, 2019; Salazar, 2019). Neste sentido, na Suíça, foi elaborado um inquérito (Migration-Mobility Survey) que, desde 2016, é aplicado a cada dois anos a uma ampla amostra de pessoas nascidas no estrangeiro.²⁷

Os estudos migratórios que se inserem numa perspetiva mais clássica ignoram os padrões de mobilidade das pessoas migrantes, que, apesar de uma possível sedentarização e enraizamento no país de destino, estão inseridas em redes que extravasam as fronteiras do país onde residem e desenvolvem, por isso, um conjunto de práticas transnacionais que implicam a mobilidade de todo o tipo de fluxos, bem como delas próprias e de pessoas que lhes estão próximas, sendo necessário considerar simultaneamente a mobilidade e a localidade (Dahinden, 2010). Vemos, assim, como as migrações se cruzam com o transnacionalismo e as mobilidades, sendo, por isso, necessário um quadro teórico-analítico que conjugue ambas as perspetivas para dar

ganhou força no contexto pandémico de 2020, em que, perante a impossibilidade de mobilidade física, foi tornado possível, por exemplo, realizar-se visitas “virtuais” a museus.

²⁶ De acordo com Joëlle Moret (2018), a mobilidade pode ser vista como um conjunto de experiências e competências que podem ser acumuladas e transformadas em capital isto é, como um recurso e um ativo mobilizável.

²⁷ O Migration-Mobility Survey é da responsabilidade do *nccr - on the move*, polo de pesquisa integrado na Universidade de Neuchâtel e financiado pelo Fundo Nacional Suíço para a Investigação Científica. Mais informações em <https://nccr-onthemove.ch/research/migration-mobility-survey>

conta da complexidade da realidade migratória (Nedelcu *et al.*, 2023), nomeadamente da decisão de regressar, ou não, a Portugal na reforma.

1.5.1 Mobilidade transnacional, regresso e bem-estar

A mobilidade transnacional numa idade avançada pode ser lida como uma estratégia de melhoria do bem-estar, nomeadamente porque possibilita ampliarem as estruturas de oportunidade em termos de cuidados (Sampaio, 2020). O conceito de bem-estar pode contribuir para uma melhor compreensão quer das decisões de regresso na reforma, quer dos padrões de mobilidade no fim da vida profissional, porém, a sua utilização como lente analítica no campo “migrações e envelhecimento” tem sido limitada. Efetivamente, o conceito só aparece esporadicamente e os estudos existentes centram-se prioritariamente em migrantes que envelheceram no país de destino (Bolzman *et al.*, 2004; Liu *et al.*, 2021; Gruber & Sand, 2022; Barbiano di Belgiojoso *et al.*, 2022), por exemplo, em migrantes portugueses/es envelhecidos/as no Luxemburgo (Ramos & Karl, 2016; Albert *et al.*, 2016a).

O bem-estar é um conceito multidimensional que tanto pode ser considerado numa dimensão objetiva como subjetiva. Os estudos aqui inventariados privilegiam o bem-estar subjetivo, ou seja, a avaliação das próprias pessoas sobre as suas vidas. O bem-estar subjetivo é composto por três dimensões, entre as quais: i) satisfação com a vida (*life satisfaction*), ii) sentimentos positivos, tais como a alegria e o otimismo, e iii) sentimentos negativos, tais como a tristeza e a zanga (Proctor, 2014). Cada dimensão pode ser medida em relação às mais diversas áreas da vida: relações sociais, saúde, habitação, emprego/ vida económica, participação cívico-política, entre outras. Em certos estudos, o bem-estar subjetivo serve para medir a satisfação de expectativas em relação à migração (Schiele, 2021). No campo “migrações e envelhecimento”, tem sido dada prioridade ao estudo da solidão (Fokkema & Naderi, 2013; King *et al.*, 2014; Ciobanu & Fokkema, 2017; Cela & Fokkema, 2017; Albert, 2021; Fokkema & Ciobanu, 2021) e, em menor número, da satisfação com a vida (Calvo *et al.*, 2017; Baykara-Krumme & Platt, 2018; Dones & Ciobanu, 2022). Na realidade, a satisfação com a vida é uma dimensão bastante analisada nas migrações, porém, raramente articulada com o envelhecimento. É, por exemplo, utilizada para avaliar o nível de integração das populações migrantes no país de residência e a autoperceção da qualidade de vida (Paparusso, 2018) e para explicar a opção de regressar ou não ao país de origem (Schiele, 2021).

Muita da investigação sobre a satisfação com a vida tem sido feita numa perspetiva comparativa, nomeadamente entre população migrante e população não-migrante no país de

residência (Sand & Gruber, 2018) e entre população migrante e população não-migrante no país de origem (Grunber & Sand, 2022). Outros estudos acrescentam a comparação entre estas populações e migrantes que regressaram (Baykara-Krumme & Platt, 2018). Verificam-se sistematicamente disparidades e estas variam consoante os países de destino e as políticas desses países. Regra geral, as populações migrantes mostram-se menos satisfeitas com a vida do que as populações não-migrantes do país de residência e mais satisfeitas do que as populações não-migrantes do país de origem, indicando que a migração compensa (Barbiano di Belgiojoso *et al.*, 2022).

No caso da migração portuguesa, são de assinalar alguns estudos no Luxemburgo, com migrantes de primeira geração entre 41 e 80 anos. Isabelle Albert e colegas (2016) não encontram diferenças em termos de satisfação com a vida entre quem planeia regressar, ficar ou ir-e-vir na reforma. Notam, porém, diferenças quanto às estratégias que as pessoas usam para regular o seu bem-estar subjetivo: migrantes que planeiam regressar denotam uma maior probabilidade de baixar as suas aspirações em relação ao futuro, ou seja, optam por uma estratégia adaptativa de tipo emocional, enquanto migrantes que planeiam ficar a viver no Luxemburgo ou que preveem ir-e-vir denotam mais frequentemente uma atitude de persistência e estratégias orientadas para a resolução de problemas. Outros estudos sublinham a importância dos sentimentos de pertença cultural e pertença inter-relacional para o bem-estar dos/as migrantes portugueses/as naquele país, em particular como fatores protetores contra a solidão em contexto migratório: o sentimento de não encaixar cultural e socialmente pode, nomeadamente, conduzir à solidão e reduzir o bem-estar subjetivo (Albert, 2021).

O conceito de bem-estar também aparece na literatura sobre migração de regresso, embora representando uma linha de investigação ainda incipiente (Mara & Landesmann, 2013; Vathi & King, 2017; Schiele, 2021; Lietaert, 2021; Galván Reyes *et al.*, 2022). É-o ainda mais na literatura sobre regresso e migrantes envelhecidos/as.

Um estudo qualitativo longitudinal na Alemanha analisa a relação entre dimensões do bem-estar e intenções de regresso de migrantes com mais de 50 anos e conclui que há uma diminuição acentuada do projeto regresso entre a década de 1980 e de 2010 (Cela & Bettin, 2018). As autoras notam uma melhoria das condições de vida objetivas ao longo do tempo. Quanto ao bem-estar subjetivo, realçam que “uma maior satisfação com a vida diminui a vontade de regressar” (p. 487). Porém, relacionam o bem-estar numa idade mais avançada com a capacidade de circular e a adoção de modo de vida transnacional. Apelam, por isso, à inclusão de fatores relacionados com o bem-estar subjetivo na teorização da migração de regresso, por um lado, e, por outro, a uma “conceptualização mais fluída” (p. 489) do regresso, subscrevendo

a proposta conceptual de “mobilidades de regresso” feita por Russell King e Anastasia Christou (2011).²⁸ As implicações do transnacionalismo na velhice, ou do envelhecimento transnacional, na qualidade de vida ainda estão por explorar (Horn, 2021).²⁹

1.5.2 Assegurar uma “vida boa” na reforma fazendo uso do uso capital de mobilidade

Good life ou “vida boa” é outro conceito que tem ganho centralidade na literatura sobre migrações e mobilidade e que pode revelar-se útil na análise da migração de regresso na reforma, como tive oportunidade de exemplificar num outro lugar (L. Azevedo, 2021). A literatura relaciona o conceito de “vida boa” com a migração “estilo de vida”, que é por vezes também referida como migração em busca de amenidades e frequentemente se sobrepõe com a migração de reforma internacional (Benson & O’Reilly, 2009; Torkington *et al.*, 2015). O conceito é nomeadamente usado para dar conta das motivações de migrantes privilegiados/as que, quando chegam à reforma, optam pela realocização, sazonal ou permanente, em territórios que constituem fortes polos de atracção turística, como o Algarve, La Costa del Sol, em Espanha, ou Cuenca, no Equador (King *et al.* 2000; Oliver, 2008; Hayes, 2018; Fàbrega Domènech, 2019). O termo “vida boa” recobre uma multiplicidade de sentidos e pode ser usando em referência a aspetos tão diversos como o clima, a saúde, o contacto com a natureza, uma vida rural, uma vida descontraída, o tipo de comida consumida, tempo para si, para desfrutar de lazeres, para praticar desporto, e assim por diante. Os sentidos que cada pessoa dá a uma *vida boa* dependem e são diretamente influenciados por traços identitários (a nacionalidade, o género, a classe), por experiências passadas (os empregos que teve, os lazeres a que teve ou não acesso numa fase anterior da vida), mas também pelas suas aspirações e imaginários. O termo traduz uma *transição no estilo de vida* de quem decide migrar no momento de uma *transição de fase da vida* tão marcada socialmente como é a reforma. Trata-se de um termo pronto-a-vestir que tanto serve a pessoas das classes sociais mais elevadas como das mais baixas. Efetivamente, está subjacente às migrações privilegiadas de reformados/as do Norte da Europa que possuem bens imobiliários

²⁸ King e Christou (2011) usam o conceito “*return mobilities*” para referirem uma ampla gama de movimentos de regresso, nos quais incluem visitas e migração de regresso, quer das pessoas que emigraram (primeira geração) quer de seus/suas descendentes.

²⁹ O conceito de qualidade de vida é frequentemente usado como sinónimo de bem-estar. Horn (2021) remete para a definição da Organização Mundial da Saúde segundo a qual corresponde à “perceção dos indivíduos sobre a sua posição na vida no contexto cultural e dos sistemas de valores em que vivem e em relação aos seus objetivos, expectativas, normas e preocupações” e inclui tanto para a componente física como psicológica da saúde, o grau de independência da pessoa, as suas relações sociais e como as suas relações com o ambiente que a rodeia (p. 7).

em ambos os países, como às migrações de quem se despoja do que tem no país de origem para financiar a sua reforma no estrangeiro (Fàbrega Domènech, 2019). Marion Repetti e colegas (2018) desmistificam, precisamente, a ideia de uma migração de reforma internacional em busca de amenidades e de uma vida *melhor*.³⁰ Evidenciam as desigualdades interpessoais da geração do *baby-boom*, bem como as desigualdades inter-países em jogo por detrás de um movimento Norte-Sul de reformados/as que tem vindo a avolumar-se e a ganhar visibilidade nas últimas décadas.³¹ Realçam também que, embora a migração para um país onde o custo de vida é mais baixo possa um melhor nível de vida numa fase inicial, podem surgir ao longo do tempo diversos imprevistos (deterioração da saúde, viuvez, problemas políticos, entre outros) que re-vertem esse relativo privilégio (Giner-Monfort *et al.*, 2016; Hall & Hardill, 2016). As conclusões de Repetti e colegas contrastam com as narrativas romantizadas de “indivíduos relativamente abastados” referidos por Michaela Benson e Karen O'Reilly (2009, p. 609).

A literatura associa as noções de *vida boa* e *vida melhor* a migrações “estilo de vida” e a destinos onde migrantes internacionais e turistas se cruzam. São também noções úteis do ponto de vista analítico nos casos de migrações de regresso de trabalhadores/as migrantes, e nomeadamente os chamados *guestworkers*. Os dados recolhidos indicam a presença de elementos que remetem para uma vida boa nos discursos daqueles/as que desejam regressar “à sua terra”. Mas estão também presentes nos discursos daqueles/as que, regressando apesar de não o ter desejado, reelaboram essa migração de regresso e apresentam-na como uma narrativa de *vida boa* ou *vida melhor* em Portugal.

³⁰ Alcançar uma “vida melhor” através da migração é uma perspetiva presente em numerosos textos académicos, institucionais e jornalísticos. Qualquer pesquisa num motor de busca – com as palavras ‘migrações’ e ‘vida melhor’ sejam elas em português, inglês ou francês – exemplifica esta afirmação. É uma expressão tão amplamente difundida que poderá soar a chavão. Como diz Noel Salazar (2014) “praticamente todas as formas de migração estão relacionadas com as aspirações de uma ‘vida melhor’”. O termo encontra-se, de facto, presente em grande parte dos discursos das pessoas migrantes, qualquer que seja a categoria na qual encaixem. Valerá, por isso, a pena não descurar o potencial heurístico que o termo possui. Ele é nomeadamente um indicador de expectativas de bem-estar que as pessoas almejam alcançar e, para tal, usam a migração como estratégia (Wright, 2012). Essa migração poderá ser laboral, estudantil, de reforma, de reforma, e por aí fora, dependendo do lugar e espaço onde a pessoa se encontra e para onde pretende ir, bem como da sua posição no curso de vida e na configuração familiar de que faz parte.

³¹ Num livro publicado no ano 2000, Stephen Castles previa já o aumento deste tipo de migração, observando que “alguns novos tipos de migração são suscetíveis de se expandir, tais como a migração de reforma: cidadãos idosos da Grã-Bretanha, da Escandinávia e da Alemanha já estão a repovoar a Toscana, a Costa del Sol e as ilhas gregas, enquanto idosos japoneses e coreanos estão a mudar-se para a Austrália e a Nova Zelândia” (p. 206).

Estas narrativas e imaginários de vida boa e vida melhor alicerçam-se parcialmente na ideia de bem-estar, que, por sua vez, se entrelaça com os discursos e políticas em torno do envelhecimento *ativo*, por vezes também cunhado de envelhecimento *bem-sucedido*.

CAPÍTULO 2. PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO: ASPETOS EPISTEMO-METODOLÓGICOS E CONDIÇÕES MATERIAIS E AFETIVAS

Aproveitei uns dias de férias na zona Centro para visitar o André, um dos participantes no estudo, que vive ali perto. Por causa da pandemia, passaram-se quase dois anos desde que nos vimos pela última vez, na Suíça. O André, entretanto, finalizou as remodelações na casa que comprou há cerca de dois ou três anos. A casa não só foi imaginada por ele, como foi ele quem fez a maior parte do trabalho. Orgulhoso, convida-nos para entrar e faz-nos uma visita guiada. (...) O piso térreo tem ares de caverna de Ali-Babá, recheada de objetos que recordam a vida noutras geografias. Os sinos das vacas pendurados na parede chamam de imediato a atenção de quem entra (...). Depois da visita e de um cálice de vinho do Porto, seguimos para o restaurante, onde André e Fátima são clientes habituais. É um desafio não perder o fio à meada. A Lara [minha filha, prestes a fazer cinco anos] pede incessantemente a minha atenção. Apesar das interrupções e do forte ruído ambiente àquela hora, a conversa prossegue. Falámos de várias coisas, mas não deu para aprofundar nenhuma questão. Pude, no entanto, perceber os desfasamentos que ambos sentem em relação ao “sistema muito organizado” onde viviam antes. Esta visita foi importante para manter o contacto, mas também para ficar com uma noção do seu lugar de vida atual. [Excerto do diário de campo, agosto de 2021]

Este excerto do diário de campo exemplifica a abordagem etnográfica adotada neste estudo e ilustra algumas das questões abordadas neste segundo capítulo, tais como a temporalidade da pesquisa, a relação com os/as participantes no estudo, a pandemia e a conciliação de múltiplos papéis durante a investigação. Nas páginas que se seguem, explico como acedi ao terreno e de que forma recolhi os dados, abordo os desafios de fazer um trabalho de campo em movimento, a posicionalidade da investigadora

2.1 Compreender o sentido da ação

Compreender o que acontece na vida de casais portugueses residentes no estrangeiro quando um dos membros do casal cessa a sua atividade profissional por motivos de reforma, em particular no que diz respeito à mobilidade transnacional e a eventuais projetos de regresso, foi o objetivo principal que norteou toda a pesquisa. Este objetivo desdobrava-se num conjunto alargado de perguntas, nomeadamente: o que projetam os/as migrantes para as suas vidas quando o emprego já não os/as prende ao lugar onde residem? Permanecem no país onde viveram largos anos, por vezes mais de três décadas, ou optam por mudar de país? Neste segundo caso, regressam a Portugal e voltam para o lugar onde viviam quando emigraram? Que fatores intervêm

nestas decisões de regressar ou não a Portugal? Como é que os casais negociam os seus projetos de vida na reforma? Qual o peso dos papéis sociais de género nas decisões migratórias nesta fase da vida?

Para abarcar uma problemática tão ampla e multifacetada, elaborei um desenho de pesquisa multi-situada (Marcus, 1995), que incluiu uma aproximação ao terreno por etapas, numa lógica de afunilamento, conforme sugerida por James Spradley (1980). Num primeiro momento, realizam-se *observações descritivas* (visão ampla, etapa em que tudo o que vem à rede é, potencialmente, peixe), num segundo momento, *observações focalizadas* (âmbito mais reduzido, etapa em que já sabemos o que procuramos) e, finalmente, *observações seletivas* (focagem mais precisa, etapa em que os contrastes se tornam evidentes, em que estamos tão perto da imagem que se podem ver os grãos ou pixéis). Trata-se de um processo de aproximação do olhar: através de um procedimento de *zoom in*, são selecionados recortes da imagem inicial (casais portugueses migrantes em transição para a reforma e as consequências em termos de mobilidades/ migração) que serão analisados.

De acordo com esta lógica, procurei, primeiro, alcançar uma visão geral, recolhendo um conjunto diversificado de estatísticas sobre fluxos de entrada e de saída de portugueses/as na Suíça, efetivos da população portuguesa residente naquele país, peso relativo da população portuguesa em relação à população permanente estrangeira, naturalizações, níveis de formação, número de pensões pagas em Portugal e todo o tipo de dados disponíveis junto das entidades suíças e em relatórios sobre a população estrangeira naquele país.³² Juntei os dados sobre regressos da Suíça recolhidos pelos censos de 2011 e elaborei uma primeira síntese (L. Azevedo, 2018; ver anexo II.1). Esses dados foram anualmente atualizados nos anos subsequentes e até 2022, (são apresentados no capítulo 3).

Em paralelo, refletia sobre as dimensões a abordar com as pessoas que iria entrevistar (ver anexo II.2). Além de entrevistas de cariz biográfico com pessoas emigradas na Suíça e pessoas regressadas a Portugal (ver secção 2.3) – estas entrevistas constituem o corpus principal do material analisado que é apresentado na segunda parte desta monografia – realizei também entrevistas semiestruturadas com atores institucionais em ambos os países (ver anexo II.3). Na Suíça, entrevistei representantes de associações portuguesas, associações de apoio a migrantes e pessoas reformadas, instituições públicas vocacionadas para a integração de migrantes, caixas

³² As entidades contactadas para obter esses dados foram: OFS, Office fédéral de la statistique, OFAS, Office fédéral des assurances sociales e CDC, Caisse de compensation

de pensões. Em Portugal, comuniquei com Gabinetes de Apoio ao Emigrante e o Serviço Regional norte da Direção Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas.

A incursão no terreno foi gradual e fez-se inicialmente à distância, a partir de Lisboa (onde vivo), usando os meios tecnológicos disponíveis. Parte da minha rede pessoal e familiar é constituída por pessoas que vivem na Suíça, por isso, comecei por contactar algumas dessas pessoas para lhes falar do estudo que pretendia realizar e pedir a sua ajuda na sinalização de eventuais participantes na pesquisa (*research participants*). Posteriormente, usei o método bola de neve: a cada pessoa entrevistada, perguntava se conhecia outras pessoas suscetíveis de colaborar no estudo. Este trabalho de aproximação foi realizado simultaneamente em Portugal e na Suíça ou, melhor dizendo, ia sendo realizado ao ritmo das viagens entre Portugal e a Suíça (ver anexo II.4), num perpétuo movimento de vaivém ao longo de quase 18 meses (desde setembro de 2018 até março de 2020), que foi abruptamente interrompido pelo eclodir da pandemia e o fecho das fronteiras.

Nessa altura, já havia realizado grande parte das entrevistas que pretendia e recolhido uma quantidade relativamente grande de material para analisar. Certas narrativas de vida ficaram, porém, inacabadas: era suposto eu voltar dali a poucas semanas e continuarmos a conversa, o que não veio a acontecer. Noutros casos, a narrativa estava concluída, mas tínhamos combinado rever-nos numa próxima ocasião, o que me permitiria, igualmente, aprofundar algumas questões que tivessem ficado confusas ou incompletas. Noutros casos ainda, tinha contactos que não tinha tido ainda a oportunidade de estabelecer, e que ficaram por explorar. A pandemia suspendeu todos esses planos. De repente, no momento em que tinha finalmente entrado com os dois pés no terreno e que tudo parecia encadear-se por forma a cumprir o plano de trabalho que havia elaborado, fiquei, como toda a gente, imobilizada, perante a incerteza de saber se este tempo em suspenso seria somente uma pausa ou se constituía uma viragem na pesquisa.

Apesar de já ter realizado a maior parte das entrevistas, não dei por concluída a pesquisa de terreno quando a pandemia eclodiu, até porque não tinha ainda atingido, naquele momento, a *saturação* desejada (Bertaux, 2020 [1997]). Optei, portanto, por prosseguir com a etnografia, nos moldes possíveis (o tema da pandemia é desenvolvido mais adiante, na secção 2.6.2).

2.2 Transnacionalismo: da teoria à prática

O paradigma transnacional veio desafiar a forma de produzir conhecimento no campo dos estudos migratórios, em termos teóricos, mas também metodológicos. Num texto seminal, Andreas Wimmer e Nina Glick-Schiller (2002) salientam que um dos principais méritos do

transnacionalismo é ter contribuído para evidenciar o “nacionalismo metodológico” que se encontra associado às teorias clássicas das migrações. Afirmam que “as ciências sociais foram capturadas pela *aparente naturalidade* e o pressuposto de um mundo dividido em sociedades segundo as fronteiras dos estados-nação” (p. 304, *itálico meu*). Falam nomeadamente em “*nation-blind theories*” (idem, p. 304) para referir que, no século XX, a sociologia ignorou a associação que foi sendo feita entre estados e sociedades. Esta visão é corroborada por autoras como Saskia Sassen (2010, p. 2) que refere os “fundamentos metodológicos e conceituais fortemente centrados no estado” da sociologia. Na mesma senda, o sociólogo Dominique Vidal (2020) considera o nacionalismo metodológico como “um viés cognitivo que encara o mundo social apenas através do prisma do estado-nação” (p.149). Wimmer e Glick Schiller salientam ainda que se trata de uma perspetiva que “limita metodologicamente o horizonte analítico” (p. 307) e se reflete numa “obsessão” das ciências sociais em “descrever os processos que ocorrem dentro das fronteiras de um estado-nação, em contraste com os que ocorrem fora delas” (p. 307), não considerando ligações e processos transfronteiriços. Apela, por isso, a uma epistemologia crítica e reflexiva que possibilite repensar os conceitos e as ferramentas analíticas dos estudos migratórios, por forma a captar aspetos dissimulados pelo nacionalismo metodológico. Não deixam, porém, de reconhecer que a lente do nacionalismo continua a assumir relevância, evitando deitar o bebé fora com a água do banho.

Nas últimas duas décadas, autores/as como Ludger Pries (2005, 2022), Anna Amelina e colegas (2012), Thomas Faist (2012), Peggy Levitt (2012), Janine Dahinden (2016) e Bridget Anderson (2019) têm mostrado os limites de abordagens centradas na lógica do estado-nação, cujos métodos de recolha e de análise de dados se revelam inadequados para analisar espaços sociais transnacionais e espaços pós-coloniais. Além disso, têm formulado propostas epistemometodológicas no sentido de “desnacionalizar” (*denationalization* ou *de-naturalizing the national* ou ainda *methodological de-nationalism*) e de “desmigrantizar” (*de-migrantization*) os estudos sobre migração e integração (Sassen, 2010; Amelina & Faist, 2012; Dahinden, 2016; Anderson, 2019).

Ao “nacionalismo metodológico”, Amelina e Faist (2012) contrapõem o “transnacionalismo metodológico”: possibilita “o estudo das mobilidades e estruturas transnacionais, evitando uma metodologia centrada no estado-nação” (p. 1708) e corresponde a abordagens epistemológicas que articulam as dimensões espacial e social com as mobilidades. Na senda deste/a autor/a, Levitt (2012) defende a adoção de metodologias transnacionais porque permitem considerar *simultaneamente múltiplas ligações* e “revelar como algo que é aparentemente local está intimamente ligado a outros lugares” (p. 4), permitindo também incorporar várias

escalas na análise e revelar os diversos planos e intersecções dos processos sociais. Metodologicamente, Faist (2012) considera como adequadas ao estudo de fenómenos que transpõem fronteiras que abordagens como a etnografia multi-situada (que abrange vários países) e a etnografia em movimento (que segue as pessoas e os fluxos).

Estudar práticas de mobilidade transnacionais a partir do gabinete ou, pelo contrário, através da experiência da deslocação física tem implicações distintas em termos metodológicos e epistemológicos. Lidar com as infraestruturas materiais – por exemplo, esperar na fila para embarcar e esperar pela entrega da mala de porão – tornou as práticas transnacionais das pessoas migrantes mais perceptíveis aos olhos da investigadora e multiplicou as situações de observação, bem como as oportunidades de contacto com potenciais interlocutores/as. Durante a pandemia, foi também necessário lidar com novas burocracias (procurar informação atualizada sobre normas de viagem que estavam constantemente a ser alteradas, ter de apresentar certificados de vacinação e/ou testes negativos), que constituíram uma oportunidade adicional de troca e conversa com os/as participantes na pesquisa. Além disso, realizar uma etnografia em movimento permite ampliar as perspetivas teórico-empíricas e questionar pressupostos. Nas minhas primeiras viagens de avião, rapidamente pude observar a pluralidade de “velhices migrantes”, constatando que nem todas as pessoas acima dos 60 anos que cruzava nestes espaços de fronteira (aeroportos e aviões) eram “emigrantes”. Cruzei-me também, por exemplo, com avós que pertencem à “geração zero” (Nedelcu, 2009; ver capítulo 1.3.2), pessoas reformadas que viajavam em turismo e outras que, não sendo portuguesas, vivem em Portugal ao abrigo do regime fiscal de residentes não habituais.³³

Ao regressar a Lisboa, no voo da Easyjet, conheci duas avós. Partilham a idade e pouco mais. Íamos as três sentadas na mesma fila, eu no meio. À minha direita, Filipa, que viveu 42 anos na Suíça e ficou viúva há dois. Reside atualmente no Alentejo, perto da filha. O filho é casado com uma mulher

³³ De acordo como Diário da República Eletrónico: “A Lei do Orçamento do Estado para 2009 autorizou o Governo a criar um regime especial em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) para os denominados, pelo legislador, “residentes não habituais”. Pretendia-se com esse regime fiscal atrair não residentes em Portugal com elevado património, rendimentos ou qualificações, de modo a que estabelecessem o seu domínio fiscal em Portugal.” Entre outros requisitos: não ter sido considerado “residente em território português em qualquer dos cinco anos anteriores ao ano relativamente ao qual pretenda que tenha início a tributação como residente não habitual. Quem seja considerado residente não habitual adquire o direito de ser tributado como tal no período de 10 anos consecutivos, a partir do ano, inclusive, da sua inscrição como residente em território português”. Até 2019, aplicava-se uma medida isenção sobre as pensões de fonte estrangeira. A partir de 2020, passou a incidir a taxa de 10% sobre esse tipo de rendimentos. Fonte: <https://dre.pt/dre/lexionario/termo/tributacao-residentes-nao-habituais>

suíça e vive em Genève.³⁴ Ela foi à Suíça para assistir ao funeral de um amigo. À minha esquerda, Mónica, uma avó do Montijo, cuja filha, arquiteta, se encontra a viver em Genève há uns doze anos. Foi à Suíça alguns dias porque a filha precisou de viajar e não tinha ninguém para tomar conta da filha. Enquanto Filipa admite ter muitas saudades da Suíça, Mónica desabafa: “Não poderia lá viver”. Segundo ela, as pessoas, na Suíça, não se encontram porque: “Tudo lá é mais caro, não dá para ir ao café. E eu não prescindo de ir diariamente ao café com as minhas amigas”, sentencia.

[Excerto do diário de campo, abril de 2019]

O desenho da pesquisa implicou que eu própria estivesse em movimento e, dessa forma, modificou e intensificou as minhas próprias práticas transnacionais, fazendo-me vivenciar alguns dos pressupostos teóricos que orientavam a pesquisa. À semelhança das pessoas que participaram na investigação, tive de organizar um conjunto de aspetos logísticos e outros em termos de trabalho reprodutivo e afetivo, como, por exemplo, negociar acordos de cuidados transnacionais (*care arrangements*) com os meus pais e irmã. A metodologia escolhida refletiu-se, portanto, não só na investigação como na minha própria vida. Por outro lado, atravessar fronteiras com alguma regularidade e participar em diversos contextos permitiu-me beneficiar de mais recursos (por exemplo, pedir emprestados livros na biblioteca universitária em Lausanne ou Neuchâtel e usá-los em Lisboa, uma vez que os empréstimos podem ser estendidos até quatro meses). Ao mesmo tempo, estes trajetos foram a oportunidade de observar as pessoas e as coisas que circulam em diferentes dias, horários e companhias (umas *low cost*, outras companhias aéreas de bandeira). Estes trajetos também possibilitaram muitas conversas casuais com as pessoas que esperavam comigo na fila ou que estavam sentadas ao meu lado no avião. Conseguia, em poucos minutos, saber se eram passageiros/as habituais ou turistas, qual o propósito da sua viagem, qual o seu país de residência, com que frequência viajavam entre Portugal e a Suíça e, por vezes, qual a sua configuração familiar e percurso profissional ou migratório.

2.3 A pesquisa de terreno: etnografia multi-situada e em movimento

Com vista a incluir uma diversidade de perfis e simultaneamente pessoas que haviam regressado ou (ainda) não, a pesquisa de terreno incidiu na Suíça francófona e em diversas regiões de

³⁴ Nas citações, o nome da cidade de Genebra não foi traduzido para português, optando-se por uma transcrição fiel às palavras da pessoa entrevistada.

Portugal (em particular norte e centro do país). Esta abrangência espacial permitiu incluir pessoas que estão perto da reforma, mas ainda ativas profissionalmente, bem como pessoas reformadas, umas tendo vivenciado o regresso, outras não.

“A investigação multi-situada é desenvolvida em torno de correntes, caminhos, fios, conjunções ou justaposições de locais” (Marcus, 1995, p. 105). É, por isso, especialmente adequada ao estudo de fenómenos migratórios e populações migrantes e, em particular, de correntes migratórias intraeuropeias, uma vez que a Europa é um espaço privilegiado de mobilidade que potencia a circulação tanto de pessoas como de todo o tipo de bens e fluxos. Por outro lado, esta metodologia é especialmente adequada a uma perspetiva teórica transnacional (Faist, 2012). Uma das técnicas preconizadas é, aliás, a de, literalmente, “seguir” as pessoas, coisas, metáforas, enredos, histórias, biografias (Marcus, 1995, p. 106-09). A etnografia multi-situada permite, nomeadamente, devolver à pessoa migrante a sua integridade, reconciliando numa mesma pesquisa a sua faceta *emigrante* e *imigrante*. Responde, assim, à crítica do sociólogo Abdelmalek Sayad (2006, p.18-19) relativamente à “partilha do trabalho intelectual” entre “sociedade de imigração” e “sociedade de emigração” que ele considera ser “uma outra versão de etnocentrismo”.

Ao longo da pesquisa de terreno, pude encontrar certos/as participantes nos seus dois contextos de referência: foi o caso de Elisa, que conheci na Suíça, através da comunidade católica portuguesa onde ela anima sessões de catequese, mas a entrevista decorreu na sua casa em Portugal, durante as férias. No caso de Mariana, a entrevista decorreu em casa dela, na Suíça, em 2018, e encontramos-nos anualmente desde então, certas vezes lá, outras vezes no norte de Portugal, durante as férias. Situações semelhantes sucederam com outros/as entrevistados/as. Estes exemplos exemplificam diversas formas de fazer etnografia multi-situada: tanto podemos ampliar a focal *abrangendo diversas localidades num mesmo país* (e assim comparar entre si pessoas que se encontram numa situação semelhante, como, por exemplo, pessoas que regressaram de determinado país num determinado momento do seu percurso de vida); como podemos *abranger mais do que um país* (e comparar pessoas com trajetórias migratórias relativamente semelhantes, tendo umas regressado a Portugal e outras não), ou também podemos *seguir determinada pessoa/coisa além-fronteiras*. Este último movimento pode ser realizado fisicamente, mas também virtualmente. A permanente conetividade das pessoas através de telemóveis “inteligentes” e a ampla adesão às redes sociais permitiu-me efetivamente *seguir* os/as participantes na pesquisa em várias das suas deslocações entre Portugal/Suíça e dentro de cada país. A pesquisa conjugou, portanto, etnografia multi-situada e “etnografia em movimento” (“*mobile ethnography*”, Marcus, 1995, p. 96).

A pesquisa de terreno teve início quando comecei a compilar dados estatísticos e a pensar nos tópicos que queria abordar com as pessoas a entrevistar, cerca de seis meses antes de iniciar o trabalho de campo. Tendo como objetivo “primeiro *descrever* um fenómeno, depois procurar *compreender* o seu funcionamento interno – incluindo tensões e dinâmicas” (Bertaux, 2020 [1997], p. 19), escolhi dois métodos principais para recolher o material empírico: entrevistas aprofundadas de cariz biográfico e observação participante. Ao longo de três anos (2018-2021), recolhi um vasto material que se encontra arquivado em dezenas de ficheiros informáticos (em formato áudio, texto e imagem) e em meia dúzia de cadernos com anotações e desenhos, aos quais se somam recortes de notícias (*online* e em papel) e diversos folhetos informativos.³⁵

No que se segue, procuro responder ao apelo do sociólogo francês Didier Demazière (2008) a uma maior reflexividade em torno das condições concretas de realização das pesquisas de terreno. Explico a abordagem metodológica e clarifico quer o estatuto atribuído aos /às participantes na pesquisa, quer a minha posicionalidade enquanto investigadora. Insiro-me, desta forma, numa “sociologia atenta às condições de produção dos seus dados” (Beaud & Weber, 2003 [1997], p. 294).

2.3.1 Entrevistas biográficas

Entre os diferentes tipos de entrevistas passíveis de serem usados numa pesquisa qualitativa, a entrevista biográfica (ou “narrativa de vida”, Bertaux, 2020 [1997]) afigurava-se como a mais adequada a esta investigação, porque “entre outras coisas, dá acesso à *historicidade* dos atores, bem como à sua *singularidade*, (...) e às dinâmicas temporais de longa duração” (Bertaux, 2020 [1997], p. 21, *itálico no original*). Este tipo de entrevista permite “conectar biografias individuais com as características globais de uma situação histórica precisa, datada e concreta” (Franco Ferrarotti, 1991, p. 171) e explorar questões às quais outras técnicas não dão resposta. A relação entre biografia e história é, aliás, uma questão sobre a qual refletiram sociólogos como Charles Wright Mills (2006 [1959]), Norbert Elias (2017 [1970]) e, mais recentemente, Franco Ferrarotti (1991), Liz Stanley (1993), Daniel Bertaux (2020 [1997]) e John Goodwin (2016). Na esteira destes/as autores/as, concordo que as histórias singulares podem revelar importantes pistas de compreensão das dinâmicas sociais em momentos históricos precisos, bem como de processos mais amplos de transformação. As entrevistas realizadas permitiram reconstituir toda

³⁵ A tese de doutoramento inclui apenas uma parte do material recolhido. Foi, de facto, necessário fazer escolhas e deixar de parte material empírico e temáticas que espero abordar futuramente noutras publicações.

a trajetória migratória da pessoa entrevistada e da sua família, recuando ao tempo antes da emigração e às circunstâncias em que a ideia de emigrar é elaborada, mas também explorar os contextos pessoais e socio-históricos em cada momento dessa trajetória.

O material recolhido por via das entrevistas biográficas revela dados primordiais sobre o percurso de vida das pessoas entrevistadas e das pessoas que lhe estão próximas – atendendo a que as vidas dos indivíduos são vinculadas às de outros com quem se relacionam e, eventualmente, partilham o espaço doméstico e que as trajetórias socioprofissionais e familiares se interpenetram. As entrevistas são igualmente ricas em dados histórico-contextuais: revelam normais sociais e legais e permitem identificar barreiras sociais e estratégias coletivas, ou seja, apontam pistas revelantes para uma melhor compreensão das dinâmicas migratórias locais e transnacionais. Como Daniel Bertaux (2020 [1997]) observou, e bem: quando se realizam várias entrevistas, aparecem as primeiras recorrências, estas “são um sinal de que, sob as particularidades individuais, começam a surgir as bases do coletivo” (p.xv).

Neste estudo de caso, foi possível identificar a existência de cadeias migratórias antigas do concelho de Santa Maria da Feira para La Chaux-de-Fonds (cantão de Neuchâtel) e do concelho de Marco de Canavezes para Yverdon (cantão de Vaud).³⁶ As narrativas de vida recolhidas revelam ainda que, em finais da década de 1970 e durante a década de 1980, havia uma certa conivência das autoridades perante situações de pessoas “sem papéis” e o trabalho “ao negro”.³⁷ Atestam o carácter familiar da migração para a Suíça e a capacidade de as pessoas migrantes contornarem as normas legais para continuarem a viver em família, apesar das restrições de um sistema migratório baseado na rotatividade e no modelo conhecido como *Gastarbeiter*. Estes exemplos ilustram a afirmação de Bertaux (2020 [1997]) de que “trabalhar na reconstituição das estruturas diacrónicas de um percurso biográfico (...) é tomar progressivamente consciência do impacto dos eventos históricos e dos processos de mudança social sobre esse percurso” (p. 96). De igual forma, “não se pode compreender uma narrativa de vida sem a reinserir no tempo histórico coletivo” (p. 97). Uma perspetiva que vai ao encontro de Ferrarotti (1991) quando sugere “fazer uso sociológico do potencial heurístico da biografia” (p. 172).

³⁶ A palavra “cantão” designa cada um dos 26 Estados federados da Suíça. O Estado federal foi criado em 1848, no entanto, os cantões conservaram autonomia em domínios que não são da competência exclusiva do Governo Federal (p.ex. educação, saúde, polícia). Cada cantão dispõe de uma constituição, parlamento e governo próprios.

³⁷ Pessoas “sem papéis” e trabalho “ao negro” são expressões usadas pelas pessoas entrevistadas. A segunda decorre da expressão francesa “*travail au noir*”, usada para referir um emprego não declarado, isto é, uma atividade profissional que não é comunicada aos organismos responsáveis pela cobrança das contribuições para a segurança social e impostos. O equivalente, em português, seria trabalho informal.

As narrativas de vida recolhidas no quadro desta pesquisa são também ricas em informações sobre a génese e dinâmicas do movimento associativo português na Suíça e das aulas de língua portuguesa ou ainda do papel da Missão Católica de língua portuguesa, presente na Suíça francófona desde 1971 e na Suíça germanófona desde 1974. De salientar que a maior parte destes factos não foram (ainda) estudados e não constam em publicações. Esta constatação torna o método biográfico particularmente relevante para resgatar fragmentos da história social recente que está por escrever. Assim, as narrativas de vida dos/as participantes na pesquisa constituem um manancial importante de informações não só para a investigação sobre a transição para a reforma, mas também para pesquisas futuras sobre outras problemáticas relativas à migração portuguesa para a Suíça desde os anos 1970. Ao mesmo tempo que dão relevo às práticas e às disposições dos atores, permitem aceder a uma perspetiva macrosociológica. As narrativas de vida permitem igualmente aceder à descrição dos cursos de ação que se desdobram ao longo do tempo (Bertaux, 2020 [1997], p. 20).

As pessoas entrevistadas e os seus discursos

Entre as metodologias que se centram na análise dos discursos dos atores sociais, encontramos fortes variações tanto no tipo de entrevista (p.ex. semiestruturada, não diretiva, biográfica) como na forma de tratar os discursos dos/as entrevistados/as. Nos manuais de metodologia, são dadas recomendações em relação à postura de quem entrevista (escuta, empatia, neutralidade) e à forma de ultrapassar a distância social gerada por uma posição muitas das vezes dominante do/a entrevistador/a. Porém, salienta Demazière (2008), o quadro de interação deve igualmente ser visto do lado das pessoas entrevistadas. Este autor frisa que a situação de entrevista coloca a pessoa entrevistada numa “indeterminação relativa” (p. 18). Sublinha ainda que “a entrevista é sempre uma forma de intrusão” (p. 19) – na agenda e tempo pessoal, na vida e intimidade das pessoas e por vezes nas suas casas – e que a definição da situação resulta de uma luta mais ou menos latente. Alerta ainda para o facto de a identidade do/da investigador/a ser produzida pelo/a entrevistado/a que, de imediato, lhe atribui determinadas intenções, independentemente de como ele/ela se apresente. A análise da relação entre entrevistador/a e entrevistado/a deve ser encarada com seriedade, conclui o sociólogo francês.

Nesta pesquisa, adotei, como sugerido por (Ferrarotti, 1991) uma postura heurística de “permanente ‘feed-back’ entre todos os elementos” (p. 172), assumindo que eu, investigadora, sou parte da interação e, portanto, da situação em análise, a qual não existiria sem a minha

presença. Por outro lado, esse *feedback* é circular: num quadro de interação (neste caso, a situação de entrevista), cada interveniente modifica/ajusta continuamente o seu comportamento em função da presença das outras pessoas.

Na prática, a definição da situação começava a ser negociada antes da entrevista, logo no primeiro contacto, geralmente telefónico: após nomear a pessoa que me havia facultado o contacto, apresentava-me sucintamente, referia ser estudante de doutoramento e estar interessada nos portugueses/as da Suíça *porque* eu própria tinha vivido naquele país. Procurava desta forma situar-me num espaço social próximo do das pessoas que eu queria entrevistar e reduzir a distância social gerada pela situação de entrevista, situação que visa responder aos propósitos de uma pesquisa *académica* – mundo distante e desconhecido para os interlocutores e interlocutoras. O dia, a hora e o local eram escolhidos pela pessoa e influenciavam, evidentemente, o quadro de interação. Quando se tratava de um lugar público, como, por exemplo, um espaço de restauração, eu sabia de antemão que a conversa teria de se concluir antes do estabelecimento começar a servir refeições. Já o espaço doméstico permitia que a conversa resvasse para lá do período de tempo que havia sido previamente acordado.

Entrar no espaço doméstico também permitia aceder a um conjunto de informações não-verbais de grande significado do ponto de vista da análise do transnacionalismo e dos sentimentos de pertença (como, por exemplo, fotografias na parede, jornais em cima da mesa, televisão sintonizada em determinado canal, móveis ou ornamentos remetendo para o outro país, alimentos). E esses elementos possibilitavam colocar outro tipo de perguntas: se eu me apercebia de algum objeto exposto que remetia para o *outro* país de referência da pessoa (Portugal ou Suíça, consoante o local em que se realizava a entrevista), aproveitava para comentar ou formular questões em torno desse objeto e, assim, obter informações sobre práticas culturais ou relações laborais, por exemplo (ver L. Azevedo, 2020, onde exploro a relação entre migração e cultura material).

No dia da entrevista, a conversa começava sistematicamente com a minha apresentação, desta vez um pouco mais longa e na qual incluía a explicitação dos motivos e objetivos do estudo. Eu falava durante cinco bons minutos, pelo menos, sobre a minha biografia, explicando a história dos meus pais (que, na altura em que iniciei o doutoramento, já se haviam reformado e regressado a Portugal). Depois deste preambulo é que clarificava o teor da entrevista e os tópicos que pretendia abordar: o que levou a pessoa a emigrar, como foi o seu percurso ao longo destes anos, quais os seus projetos de reforma. Na verdade, não usava o termo “entrevista”, mas sim *conversa*, por dois motivos que se prendem com a questão da *definição de situação* e a clarificação do que é esperado deste quadro de interação, o qual é continuamente cocriado

por todas as pessoas que nele estão envolvidas, apesar de ter sido solicitado por mim. Por um lado, “conversa” é um termo da linguagem corrente que evita equívocos, como, por exemplo, os que Daniel Bertaux conta em relação à sua pesquisa com padeiros na década de 1970 e a sua dificuldade em entrar no terreno porque se apresentava como um investigador que escreve relatórios para o Estado (L. Azevedo & Carvalho da Silva, 2022). Uma das recomendações feitas por Beaud e Weber (2003 [1997]) é relativa, precisamente, à “questão importante do vocabulário” (p. 114) e às consequências na relação entre investigador/a e participantes na investigação, uma vez que os termos não são neutros e podem carregar conotações negativas. Por outro lado, ao contrário de “entrevista”, “conversa” remete para um *diálogo*, possibilitando que as perguntas sejam bidirecionais. E era precisamente este aspeto que eu vincava antes de dar início à entrevista: além de poderem optar por não responder a determinadas perguntas por qualquer motivo, as pessoas entrevistadas podiam também colocar-me perguntas. Isso, de facto, veio a acontecer e está visível em várias transcrições, em que a minha fala ocupa por vezes meia página ou mais. Como escreve Ferrarotti (1991): “o preço a pagar (...) será o de reciprocamente ser conhecido” e o conhecimento adquirido neste contexto está “enraizado numa intersubjetividade” (p. 172).

Iniciar a interação com a partilha (*disclosure*) de um conjunto de informações pessoais era parte integrante da abordagem que decidi adotar desde a primeira hora e que visava tanto o estabelecimento de uma relação de confiança com os meus interlocutores e interlocutoras como facilitar a sua tomada de palavra. Visava ainda tornar a relação mais horizontal entre investigadora e participantes. Embora tenha conseguido criar com frequência relações de confiança e empatia, tive sempre presente a teoria de Erving Goffman (1993 [1956]) sobre a apresentação do “eu” e sabia que cada ator envolvido na pesquisa, tanto eu como os/as participantes, representava um determinado papel social, como é, na verdade, o caso em todas as situações da vida quotidiana. Consciente de que as entrevistas permitiam reunir um conjunto de informações-chave, mas que davam acesso a uma faceta muito limitada da pessoa, procurei ampliar as oportunidades de interação, realizando, posteriormente e quando possível, visitas às pessoas entrevistadas.

Encarar a entrevista como uma interação social permite explicar a grande variabilidade do material recolhido em cada uma. Pressupõe também uma reflexividade metodológica que, retrospectivamente, considere tanto as práticas da investigadora como as práticas dos/as participantes e assuma os imprevistos, ajustes, desencantos e frustrações que advêm de um quadro de interação imprevisível, por mais que se tente controlar certos parâmetros (Demazière, 2008).

Uma nota final sobre as reticências de algumas pessoas em participar no estudo. Perante o meu pedido de entrevista, mostravam-se por vezes hesitantes e retorquiam: “Não sei se saberei responder às suas perguntas”. Talvez se sentissem intimidadas por um contexto que percecionavam como formal e verticalizado pela nossa diferença em termos de capital cultural.

Para as tranquilizar e instigar-lhes um sentimento de legitimidade e confiança na sua capacidade em *saber* responder, eu replicava: “Não há respostas certas ou erradas. Trata-se de falar sobre a sua experiência de vida. Muitas das coisas que viveu não se encontra nos livros, e por isso só se podem conhecer falando com as pessoas que as viveram”. O objetivo das minhas palavras era colocar o meu interlocutor ou interlocutora no papel de perito/a (*expert*) sobre os assuntos em discussão. Era também proporcionar um clima favorável a um processo *colaborativo* de produção do conhecimento, em linha com as epistemologias feministas pós-coloniais e autores como a socióloga indiana Gayatri Spivak (2006), quem, nomeadamente, desenvolveu a noção de “subalternidade” proposta pelo filósofo italiano Antonio Gramsci.

Breve caracterização das pessoas entrevistadas

Realizei um total de 27 entrevistas biográficas. Destas, cerca de uma dezena decorreram em Portugal (concelhos de Aveiro, Azambuja, Felgueiras, Lousada, Moimenta da Beira, Oliveira de Azeméis, Pombal, Portalegre, Setúbal, Valongo), as restantes na Suíça (cantões de Genebra, Neuchâtel, Vaud e Valais). Na maioria dos casos, as entrevistas ocorreram no domicílio permanente dos/as participantes, em três situações ocorreram na sua casa em Portugal, durante o período de férias, e em quatro outras situações num espaço de restauração ou espaço associativo. A escolha do lugar, do dia e hora da entrevista era deixada ao critério dos/as participantes.

Participaram no estudo pessoas que respondiam aos seguintes critérios: 1) tinham estado emigrados/as na Suíça até à idade da reforma ou ainda lá residirem; 2) viviam em casal; 3) um dos membros do casal estava reformado/a (há menos de cinco anos) ou estava perto da reforma (faltando menos de cinco anos). Não era um critério ambos os elementos do casal serem entrevistados, porque tanto um como o outro podem fornecer os elementos (biográficos, factuais e motivacionais) necessários à análise sociológica.³⁸ Além disso, atendendo ao carácter multi-situado e transnacional da pesquisa e aos constrangimentos pessoais tanto da investigadora como

³⁸ Embora não tenha sido critério entrevistar ambos os membros do casal, em conjunto ou separados, há que reconhecer que as narrativas não se equivalem e que cada um pode dar versões/visões muito diferentes dos elementos recolhidos, inclusive dos elementos factuais, nomeadamente porque as suas perspetivas e experiências de vida são influenciadas pelo seu (papel social de) género. Isso mesmo pude constatar nas entrevistas realizadas com casais quando o cônjuge acrescentava elementos que complementavam, confirmavam ou relativizavam a percepção do marido/mulher.

dos/as participantes, a adoção desse critério – mais rígido – teria comprometido a operacionalidade da parte empírica da pesquisa. Ficou, portanto, ao critério das pessoas contactadas estarem, ou não, presentes os dois membros do casal. Geralmente, quando ambos os membros do casal se encontravam em situação de reforma, participaram ambos na entrevista. No entanto, por três vezes, aconteceu o outro membro do casal estar em casa e preferir não participar da conversa ou, precisamente por estar reformada, a outra pessoa estava ausente, em viagem por exemplo. Outras vezes, e porque o outro elemento do casal ainda se encontra em situação de emprego, não tinha disponibilidade para participar. Era, portanto, o contexto de vida dos/as participantes naquele dia que ditava as circunstâncias concretas da entrevista. Ao todo, as entrevistas abrangeram dez casais, dez homens e sete mulheres.

As entrevistas duraram entre duas horas e cinco horas. A duração das entrevistas deve-se ao contexto (dia, momento do dia e local) em que decorreu cada uma, mas também ao número de intervenientes (dois membros do casal ou apenas um) e ao nível de pormenor da narração.

O quadro 2.1 caracteriza de forma sintética as pessoas entrevistadas, nomeadamente o ano em que emigraram, concelho de onde partiram, a cidade onde residem/residiram na Suíça (todos/as vivem num contexto urbano), a situação profissional no momento da entrevista (emprego, desemprego, invalidez, doméstica, reforma antecipada, pré-reforma, reforma).³⁹ Procurando captar os movimentos migratórios em torno da reforma, o quadro inclui ainda o país de residência em dois momentos distintos (ano da entrevista e em 2022, ano em que foi feito o tratamento dos dados), o ano do regresso a Portugal, nos casos em que houve regresso. Vemos, assim, que no total dos 27 casais abrangidos, oito haviam regressado antes de participarem na pesquisa e que quatro regressos ocorreram durante a pesquisa.

Este quadro permite evidenciar a heterogeneidade dos contextos de vida tanto no momento da emigração (idades, situação familiar e locais de proveniência), como na fase de transição para a reforma.

³⁹ A *reforma antecipada* refere-se à situação em que uma pessoa decide cessar a sua atividade profissional antes da idade legal que, na Suíça, é, atualmente, de 65 para os homens e 64 para as mulheres. A lei suíça concede uma reforma antecipada até dois anos antes, ou seja 63 para os homens e 62 para as mulheres. A *pré-reforma* refere-se à situação de trabalhadores da construção civil que têm direito a um esquema de reforma antecipada devido ao reconhecimento da penosidade do seu trabalho. Sobre este assunto, ver capítulo 4.2.2.

Quadro 2.1 Caraterização das pessoas entrevistadas (na ordem em que se realizaram as entrevistas)

En- trevis- ta	Data Entrevista	Entrevista	Nome ⁴⁰	Ano	Idade	Situação fa- miliar	Situação familiar	Município	Município	Lugar de residência	Residência		Situação profissional atual (no momento da entrevista)		Regresso concreti- zado
#	(mês/ ano)	com	(fictício)	emigração	emigração	emigração	à data da entrevista	na CH	em PT	em PT	à data entrevista	2022	mulher	marido	ano
1	mar/18	casal	Júlio Margarida	Ele: 1986 Ela: 1988	Ele: 35 Ela: 33	casados 2 crianças	2 filhos/as 2 netos/as	Lausanne	Setúbal	cidade	PT	PT	reforma antecipada	pré-reforma	2016
2	ago/18	mulher	Francisca	1981	Ele: 33 Ela: 26	casados, 1 filha	1 filha 2 netas	Lausanne	Felgueiras	periferia cidade	CH	CH	invalidez	reforma	
3	set/18	mulher	Arnaldo Mariana	Ele: 1979 Ela: 1983	Ele: 29 Ela: 28	casados, 2 filhas	2 filhas 4 netos/as	Lausanne	Guimarães	aldeia	CH	CH	reforma + emprego	reforma	
4	out/18	casal	Leonardo Noémia	1980	Ele: 26 Ela: 24	casados, 1 filha	2 filhos/as	Lausanne	Moimenta da Beira	aldeia	PT	PT	reforma antecipada	pré-reforma	2014
5	nov/18	homem	Albino *	1985	Ele: 25	solteiro	2 filhos	Lausanne	Viseu	aldeia	CH	CH	emprego	emprego	
6	nov/18	casal	Rita Alberto	1976	Ele: 29 Ela: 25	casados sem crianças	1 filho 1 neto	Lausanne	Lisboa	cidade	CH	CH	reforma	reforma	
7	jan/19	mulher	Catarina	1985	Ele: 27 Ela: 25	casados, 2 crianças	2 filhos/as 2 netos/as	Nyon	Aveiro	aldeia	CH	PT	invalidez	reforma	2021
8	mar/19	homem	Simão	1987	Ele: 26	casados, 2 crianças	2 filhos/as 1 neta	Martigny	Barreiro	cidade	CH	PT	reforma	reforma	2019
9	abr/19	mulher	Elisa	2004	Ele: 56 Ela: 54	casados, cri- anças adultas	5 filhos/as 15 netos/as	Aigle	Lousada	aldeia	CH	CH	reforma + emprego	reforma	
10	abr/19	homem	André *	1980	Ele: 26	casado, 1 filho	1 filho	Bulle	Pombal	aldeia	PT	PT	reforma	reforma	2018
11	mai/19	casal	Jerónimo Floribela	Ele: 1982 Ela: 1983	Ele: 31 Ela: 29	divorciado solteira	2 filhos/as	Lausanne	Portalegre	aldeia	PT	PT	reforma	reforma	2018
12	mai/19	casal	Afonso Inês	Ele: 1982 Ela: 1983	Ele: 23 Ela: 21	solteiro	2 filhos/as	Martigny	Leiria	aldeia	CH	CH	emprego	emprego	
13	mai/19	mulher	Augusta	Ele: 1974 Ela: 1988	Ele: 17 Ela: 26	solteira	1 filha	Lausanne	Monção	periferia cidade	CH	CH	emprego	emprego reforma < 1	
14	mai/19	casal	José Lurdes	Ele: 1982 Ela: 1984	Ele: 27 Ela: 28	casados, 1 criança	2 filhos/as 2 netos	Genebra	Azambuja	aldeia	PT	PT	doméstica	pré-reforma	2016 **

⁴⁰ Todos os nomes foram alterados para preservar o anonimato das pessoas.

15	jul/19	homem	Álvaro	Ele: 2002	Ele: 44 Ela: 41	casados, cri- anças adultas	2 filhos 3 netos/as	Berna	Felgueiras	aldeia	PT	PT	reforma antecipada	pré-reforma	2019
16	set/19	casal	Mário Armanda	1984	Ele: 24 Ela: 22	casados, 2 crianças	2 filhos 5 netos/as	Lausanne	Cartaxo	periferia cidade	CH	PT	emprego reforma < 1	emprego reforma < 1	2020
17	set/19	homem	Telmo	1978	Ele: 27 Ela: 25	juntos sem estarem ca- sados, 1 criança	1 filha 2 netos	Martigny	Castro Verde	periferia cidade	CH	CH	reforma + emprego	reforma	
18	set/19	casal	Luís Anabela	1984	Ele: 26 Ela: 26	casados sem filhos	1 filha	Aigle	Guarda	aldeia	CH	PT	emprego	reforma	2021
19	nov/19	homem	Celestino	1994	Ele: 36	casados 1 filho	1 filho	Neuchâtel	Viseu	aldeia	CH	CH	emprego	desemprego	
20	nov/19	mulher	Sónia	Ele: 1980 Ela: 1972	Ele: 26 Ela: 17	solteira, com o pai	2 filhos 3 netos	La Chaux de Fonds	Sintra	cidade	CH	CH	reforma	reforma	
21	nov/19	homem	Óscar	Ele: 1974 Ela: 1984	Ele: 17	solteiro, com os pais	1 filha	Genebra	Lourinhã	aldeia	CH	CH	emprego	pré-reforma	
22	nov/19	homem	Sérgio	Ele: 1979 Ela: 1981	Ele: 24 Ela: 20	solteiro	2 filhos/as 1 neta	Vionnaz	Viseu	aldeia	CH	CH	emprego	pré-reforma	
23	dez/19	homem	Emílio Filipa	1984	Ele: 65 Ela: 66	casados sem filhos	1 filho	Genebra	Valongo	periferia cidade	PT	PT	reforma	reforma	2019
24	dez/19	casal	Miguel Antónia	1979	Ele: 27 Ela: 25	casados, 2 crianças	3 filhas 5 netos	Neuchâtel	Oliveira Azeméis	pequena vila	PT	PT	reforma antecipada	reforma	2017
25	jan/21	homem	Alexandre*	1982-99 2012-hoje	Ele: 21	casado sem filhos	2 filhos 4 netos	Martigny	S. Pedro do Sul	aldeia	CH	CH	emprego	emprego	
26	abr/21	casal	Ricardo Marta	1986	Ele: 26 Ela: 22	casados sem filhos	2 filhos 1 neta	Lausanne	Leiria	periferia cidade	CH	CH	emprego	emprego	
27	abr/21	mulher	Irene	Ele: 1987 Ela: 1990	Ele: 42 Ela: 29	casados, 2 crianças	2 filhos/as 7 netos/as	Neuchâtel	Barreiro	cidade	CH	CH	emprego	reforma	

* Casais recompostos após separação ou divórcio (três dos homens entrevistados vivem atualmente com uma mulher que não é a mãe dos/as filhos/as e não é a mulher com quem viveram os primeiros após emigrarem)

** Situação de regresso efetivo, embora não oficial (o casal manteve por mais cinco anos a sua residência na Suíça, apesar de estar a viver em Portugal)

2.3.2 Observação participante

A observação vem complementar as entrevistas. Ela é simultaneamente “ferramenta de descoberta e ferramenta de verificação” (Beaud & Weber, 2003 [1997], p. 144). Não está desconexa de outras fases da investigação, porque não é possível observar no vazio. São necessários pontos de referências e estes são produzidos no contexto da própria pesquisa. É assim elaborado um guia de observação que, mesmo que não chegue a ser explicitado no papel, existe na cabeça do/a investigador/a e delimita o que merece (ou não) ser anotado no diário de campo.

A observação participante passa, primeiramente pelo corpo, isto é, requer a presença do/a investigador/a no mundo social estudado e envolve praticamente todos os sentidos. O olhar e a audição têm obviamente um papel central, mas o paladar, o olfato e o toque também podem ser convocados para este exercício de percepção e captação de significados. De facto, durante a pesquisa de terreno, não raras vezes partilhei refeições ou petiscos com as pessoas envolvidas na investigação. Quando os/as participantes residiam num lugar distante, era convidada para almoçar, um sinal de gratidão pelos longos quilómetros percorridos até aos confins da Beira Alta ou do Alto Alentejo, por exemplo. Os beijinhos e apertos de mão fazem parte das normas culturais que temos em comum, mas deram por vezes lugar aos abraços, nas situações em que a relação se foi transformando e ganhando contornos de uma certa amizade.

À semelhança da situação de entrevista, a observação participante implica a investigadora negociar a sua presença naquele espaço naquele momento e assumir um determinado *papel* que é simultaneamente um “conjunto de procedimentos de interação social que visam obter informações com uma finalidade científica e um conjunto de comportamentos que envolvem o eu do/a observador/a” (Gold, 2003, p. 340). Esse papel pode variar consoante o contexto específico de observação e as pessoas ali presentes. Se a presença de quem observa/investiga “provoca necessariamente reações” (Cicourel, 2003, p. 380), as implicações e o tipo de interações são diferentes consoante se trata de uma festa de aniversário, de uma festa multicultural na praça principal do município ou de uma reunião numa associação.⁴¹ Trata-se, em todos os casos, de “aprender com as pessoas” (“*learning from people*”, Spradley, 1980, p. 3).

⁴¹ A presença no terreno de quem investiga não tem necessariamente de ser física. Tenho consciência de que o simples facto de eu me encontrar a realizar esta investigação, contactar com determinadas pessoas, colocar determinadas questões e, a partir de um determinado momento, escrever em determinados espaços informativos ou ter a oportunidade de contactar com jornalistas, veio modificar o terreno e a visibilidade dada à problemática estudada, o que poderá desencadear impactos que não identifico nem imagino. Em todo o caso, nem os fenómenos nem o próprio terreno devem ser “concebidos como estáticos, mas como processos em contínua transformação” (Strauss & Corbin, 2003, p. 364).

Fiz observação participante em múltiplos contextos, tanto em espaços públicos como cafés, associações, festas locais, igrejas, sessões de informação dirigidas à população portuguesa, fóruns e conferências, como em espaços privados, como festas de aniversário em almoços ou jantares de família ou vizinhança, na Suíça e em Portugal. Foram ocasiões de contactar com um leque alargado de pessoas, migrantes, descendentes, dirigentes associativos, representantes do consulado e da embaixada, professoras de português, membros de ranchos folclóricos, entre outras, e ampliar o material de análise, cruzando pontos de vista distintos sobre um mesmo objeto. Tal como sugerido por certos/as autores/as, fui agarrando as oportunidades que se apresentaram (Beaud & Weber, 2003 [1997]). Regra geral, eu saía de Lisboa com uma agenda mais ou menos organizada, mas cheia de “buracos” e só uma vez no local é que tinha acesso a informações relativamente a iniciativas que iam decorrer naqueles dias, pessoas que se encontravam ausentes, etc. A estadia no campo acabava por resultar bem diferente do que havia inicialmente projetado.

Apesar de ter sido sobretudo “observadora-como-participante”, também tive a oportunidade de ser “pura observadora” (Gold, 2003, p. 340), designadamente na rede social *Facebook* onde tenho uma conta e onde recebi “pedidos de amizade” por parte de vários/as participantes na pesquisa. Esse outro tipo de relação, inicialmente não esperado, revelou-se, em certos casos, uma fonte complementar de informações sobre práticas transnacionais e hibridação de identidades, nomeadamente através da observação das fotografias dos respetivos perfis, ricas em referências a contextos de viagem e práticas culturais, por exemplo.⁴²

O diário de campo

O meu diário de campo resultou num “objeto” multiforme, disperso por cadernos de tamanho A6 e ficheiros de computador, que se compõem de textos, mas também fotografias (tiradas com o telemóvel) e desenhos. Infelizmente não tomei nota de tudo o que queria ou devia, porque nem sempre tive o reflexo de anotar, no momento, os pensamentos e reflexões que me ocorriam em relação à pesquisa. Além disso, senti inicialmente uma espécie de vertigem da folha branca relativamente ao papel: embora tenha iniciado o diário digital em março de 2018, altura em que realizei uma primeira entrevista-teste, só comecei a andar com um caderno no bolso em janeiro de 2019. Recordo ainda hoje a tristeza e frustração sentidas por, na primeira viagem à Suíça,

⁴² Não aprofundei o método da “etnografia *online*”, embora seja já um método bastante utilizado na área das migrações (ver p.ex. Schrooten, 2012; Leurs & Prabhakar, 2018). No presente estudo, a componente *online* surgiu de forma imprevisível e acrescentou um canal de observação e um meio de comunicação adicional, que poderá ser útil numa perspetiva de uma futura investigação longitudinal.

em setembro de 2018, não ter conseguido fazer registos aprofundados em tempo útil. Estava tão assoberbada com a necessidade de, num espaço de duas semanas, assegurar o meu acesso àquele terreno e gerir uma diversidade de tarefas, contactos e emoções que preenchi todos os espaços da agenda sem deixar margem para a importante tarefa que é escrever o diário de campo: ingenuamente, achei que conseguiria guardar em mente tudo o que via e que poderia anotar tudo isso, uma vez em Lisboa.

Um erro a não cometer no futuro: deixar passar um mês sem escrever no diário de campo. A intensidade do trabalho na primeira semana que estive na Suíça e as dificuldades em conciliar maternidade e investigação, e outras coisas de trabalho nas semanas seguintes levaram-me a adiar a escrita. Apesar de ter guardado um conjunto de impressões, úteis para o desenvolvimento futuro da pesquisa, perdi, obviamente, grande parte do que vi e ouvi, por não ter conseguido criar o espaço e tempo necessários para anotar com regularidade o que observei e ouvi. [Excerto do diário de campo, setembro de 2018]

Ao folhear os cadernos, reparo nas folhas deixadas em branco. Representam os dias em que não consegui escrever logo na altura e deixei espaço para, mais tarde, visitar as memórias daquele dia e alinhar algumas ideias e impressões. Encontro cartões-de-visita, papéis soltos e *post-its* com anotações várias – por exemplo, o número de telefone e o nome de uma senhora que não cheguei a contactar porque, entretanto, surgiu a pandemia. À medida que avançava na investigação e sobretudo que entrava no terreno e ganhava novos pontos de referência, fui percebendo o que era conveniente fazer e o que não era, fui apurando a forma de tomar apontamentos e aperfeiçoando a relação com o diário de campo.

A prática do desenho surgiu no verão de 2020, através da participação num *workshop*.⁴³ Desde então, incorporei o desenho à escrita. Este método visual é menos invasivo do que a fotografia e constitui uma poderosa ferramenta de observação: permite afinar o olhar, exercitar a capacidade de observação e ver detalhes aos quais não havíamos prestado atenção até os desenharmos (um símbolo, uma palavra e a língua em que está escrita, etc.). O desenho auxilia a memória de forma mais eficaz do que as palavras e permitem captar objetos, espaços, ambientes nem sempre fáceis de descrever por palavras. Quando revejo os meus desenhos, sou instantaneamente transportada para o momento e o lugar ali representados.

⁴³ Em julho de 2020, frequentei o “Worskhop em Desenho Etnográfico” (25h), inserido na Escola de Verão da NOVA FCSH.

Excertos do diário de campo

Duas mulheres migrantes portuguesas reformadas: uma regressou há meia dúzia de anos, a outra está de férias.

Portugal, agosto de 2020

Este é o vírus do medo.

... As meninas
na escola...

Eu gosto muito
do meu Cunchado
terreno, já tem

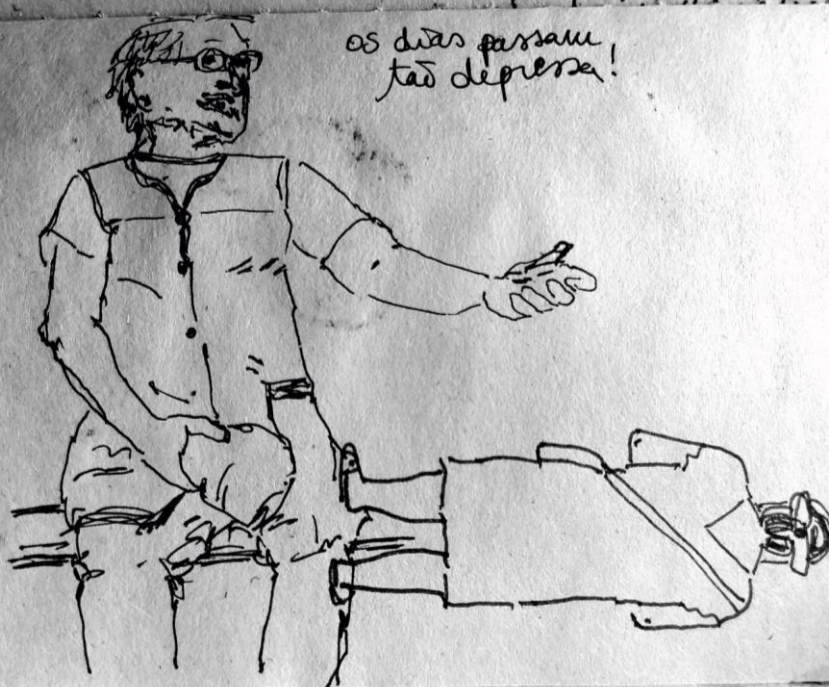
comida
do uzeiro
ite...

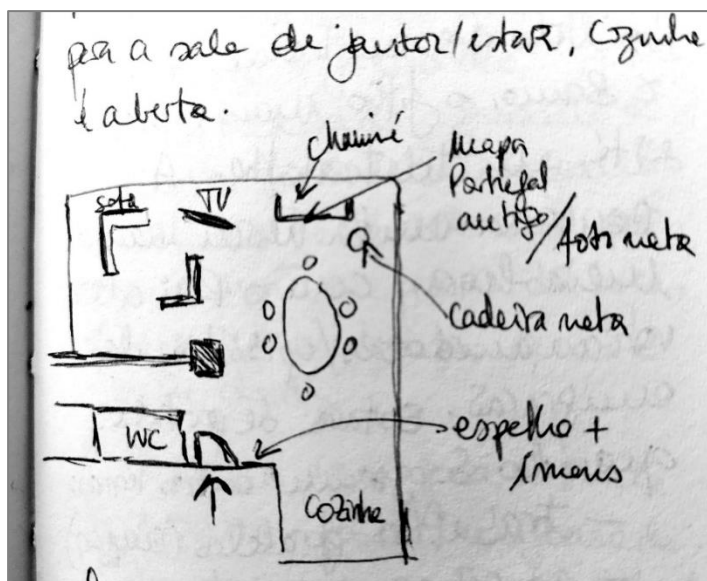


os dias passam
tão depressa!

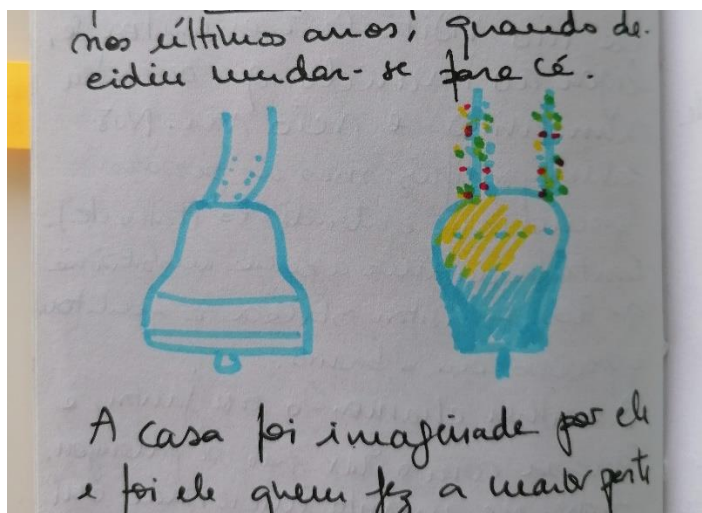
Eu não falo com
ninguém.

13.08.2020





Croquis de espaço onde se realizou a entrevista, Suíça, abril de 2021



Vista a casa do André, Portugal, agosto de 2021



Cozinha de jardim de uma pessoa que entrevistei em 2019, Suíça, abril de 2022

A questão que se coloca a quem estuda outras culturas é tornar familiar algo que lhes é estranho. No meu caso e no de muitos/as cientistas sociais que estudam as sociedades e os mundos sociais de que são parte coloca-se a questão inversa, isto é, alcançar um certo estranhamento quando se estuda algo que nos é próximo. Para que não se constitua em impedimento, esta familiaridade tem de ser “objeto de reflexão sistemática” (Velho, 1978, p. 128) e, tanto a escrita como o desenho concorrem para o processo de *distanciamento* necessário quando se está “observando o familiar” (Velho, 1978). Todavia, é enganador presumir que uma certa proximidade com o mundo social estudado pressupõe necessariamente o entendimento dos mecanismos que o organizam, uma vez que existem diferentes níveis de familiaridade. Além disso, o/a investigador/a pode não ser reconhecido/a pelos seus interlocutores como parte desse mundo (ver Ganga & Scott, 2006). Surge aqui a questão do estatuto atribuído a quem pesquisa/observa e da clivagem *insider/outsider* (esta questão será retomada na secção 2.6).

2.3.3 A relação como ferramenta de investigação

A relação que o/a investigador/a estabelece com as/os interlocutores/as no terreno é uma das principais ferramentas de investigação. Neste estudo, a relação revelou-se essencial, quer para aceder ao terreno (e convencer as pessoas em participarem na pesquisa), quer para obter dados que não se encontram em acesso aberto (a obtenção de dados estatísticos desagregados, por exemplo, implicou recorrer a determinadas pessoas). Da natureza e qualidade das relações irá depender o tipo e quantidade de material recolhido. São, aliás, as “interações pessoais que tornam possível a presença do/a investigador/a no terreno”, afirmam Stéphane Beaud e Florence Weber (2003 [1997], p. 294), para quem o interconhecimento é uma condição indispensável à pesquisa etnográfica.

No presente estudo, realizei entrevistas etnográficas e conversas casuais (Spradley, 1980) com migrantes portugueses/as de diversas idades e gerações. Por outro lado, realizei entrevistas semiestruturadas com representantes de entidades e instituições várias. Com estes/as a relação foi mais formal e distante, devido ao contexto institucional no qual a interação decorreu. Estes foram também contactos esporádicos, com exceção de dirigentes associativos portugueses com quem houve novas oportunidades de interação ao longo da pesquisa. Com cerca de metade das

peças entrevistadas, houve apenas um encontro, por vários motivos, não existiram oportunidades de reencontro ou novas conversas.⁴⁴ Com os/as restantes, porém, mantive um contacto mais ou menos regular e a relação foi evoluindo.

Tive a oportunidade de rever algumas das pessoas que havia entrevistado, aquando, por exemplo, de algumas das minhas deslocações regulares ao norte de Portugal. O mesmo aconteceu quando voltei à Suíça, no ano a seguir à eclosão da pandemia. Estas visitas decorreram num quadro de interação distinto do das entrevistas e os papéis sociais endossados por cada um/a de nós eram distintos dos da situação de entrevista. Tratava-se, desta vez, de uma visita de cortesia a uma pessoa conhecida que não via há algum tempo, trocávamos notícias sobre as nossas vidas respetivas e convivíamos à volta de um almoço ou de um lanche. Eu levava geralmente uns bolinhos, um doce ou um vinho, como ditam as normas culturais neste tipo de situação. Não havia gravador nem papéis, não havia tópicos pré-definidos de conversa, o que dava lugar à improvisação em torno dos mais variados temas: saúde, família, obras e manutenção da casa, ocupação do tempo, viagens realizadas ou planeadas, etc. Tanto estávamos à conversa, sentados/as frente a frente, como circulávamos pela casa e pelo jardim. Mostravam-me as melhorias realizadas na casa desde que haviam regressado, os animais que tinham adquirido, os vegetais que haviam plantado. Voltava sempre com algum saco de fruta ou legumes, uma garrafa, uns biscoitos típicos da terra ou uns chocolates suíços.

Com algumas pessoas, as visitas decorreram nos seus dois lugares de vida (na Suíça e em Portugal) e possibilitaram a participação em momentos da vida quotidiana, mas também em momentos de convívio com outros familiares, nomeadamente descendentes, que estavam presentes pessoalmente ou à distância (através de videochamadas). De modo que o estudo acabou por abranger não apenas a(s) pessoa(s) entrevistada(s) e o seu agregado doméstico, mas também, nalguns casos, a rede familiar mais próxima, os *significant others*, fonte complementar de informação.

Estas visitas foram, quase todas, realizadas com a minha filha (quando ela tinha entre três e cinco anos), contrariamente às situações de entrevista, em que eu tinha ido sozinha. A sua presença alterava, evidentemente, a representação que os/as meus/minhas interlocutores/as tinham de mim, mas também a representação que eu própria tinha de mim. Embora não tivesse deixado de parte o papel de investigadora e estivesse atenta ao que via e ouvia, neste quadro,

⁴⁴ Não era raro as pessoas estarem em Portugal quando eu me deslocava à Suíça. Os elevados custos das comunicações entre Portugal e a Suíça limitaram os contactos à distância ao WhatsApp, que certas pessoas não usam. Noutros casos, mudaram, entretanto, de residência e perdi-lhes o rasto.

prevalecia o papel de mãe e eu devia atender às necessidades da criança e à sua impaciência em brincar ou ir embora.

Porque estava acompanhada pela minha filha e assumia mais papéis do que somente o de investigadora, admito que os/as participantes pudessem não me perceberem como estando “em trabalho”, até porque estas visitas não tinham, formalmente, o objetivo de recolher informações, como no dia da entrevista, mas antes um cariz mais convivial e informal. As visitas eram, no entanto, parte integrante da pesquisa etnográfica: foram muito relevantes em termos de observação participante e essenciais para captar os meandros dos processos de tomada de decisão e as dinâmicas de adaptação após o regresso – o que só era possível mantendo o contacto ao longo do tempo e multiplicando as oportunidades de diálogo.

Esta situação obriga a uma reflexão acerca da fronteira entre investigação e convivialidade/amizade. É, aliás, uma linha de demarcação que nem sempre está claramente estabelecida na pesquisa etnográfica. A este respeito, veja-se, por exemplo, o texto de Magdalena Nowicka (2019) sobre convivialidade como ferramenta e prática de pesquisa no campo das migrações. Estou consciente que este tipo de situações comporta riscos éticos acrescidos (como, por exemplo, a obtenções de informações sensíveis ou confidenciais porque se estabeleceu um clima de maior familiaridade). É, por isso, imperativo, ir relembrando à pessoa o contexto de investigação. Introduzia, geralmente, na conversa um ponto de situação sobre o doutoramento (explicava que ainda me encontrava a fazer entrevistas, leituras, recolher estatísticas, ou que estava a escrever e só previa concluir em tal data). Por vezes, eram as próprias pessoas que me perguntavam em que ponto se encontrava o meu trabalho. De salientar que vários/as interlocutores/as se mostraram interessados/as na investigação e enviaram-se, algumas vezes, diversas informações, notícias ou imagens que consideraram suscetíveis de ter interesse para a minha pesquisa.

2.4 As diversas temporalidades da pesquisa

Os manuais de metodologia ilustram as diferentes fases da pesquisa – o acesso ao terreno, a observação ou entrevista, a análise, a escrita – e sugerem a duração de cada uma em função de se tratar de um estudo por aproximação ou distanciamento (Beaud & Weber, 2003 [1997]). Recomendam que, desde o início, seja elaborado um calendário onde se prevê o início e o termo das diferentes fases da pesquisa, incluindo a fase prévia de revisão da literatura, advertindo para a possibilidade de algumas fases se sobreporem temporalmente (Bryman, 2012 [2001]). Não abordam, no entanto, aspetos da dimensão temporal que extravasam esta visão de “calendário”.

Ora, a dimensão temporal é central neste estudo e desdobra-se em diferentes dimensões e escalas. Importa não só considerar o tempo da pesquisa (desde a sua conceção, em 2017, até à entrega desta dissertação, em 2023), mas também o tempo histórico em que ela se realizou e o tempo biográfico de quem nela participou. Estes diferentes níveis cruzam-se e produzem efeito uns nos outros. Qualquer variação numa destas temporalidades poderá conduzir a resultados semelhantes, embora com contornos distintos e evidencia outros aspetos que não surgiram nos dados que recolhi ou, pelo menos, não de forma manifesta. É provável que, daqui a uma ou duas décadas, o mesmo fenómeno possa estar associado a questões diferentes das observadas atualmente. Novas problemáticas podem, efetivamente, despontar à medida que o contexto socioeconómico e político num e noutro país se alterar, mas também quando o *stock* atual de portugueses/as a residir na Suíça (com características distintas dos *stocks* das décadas de 1980-90) atingir a idade da reforma. Importa também não esquecer que daqui a uma década, as pessoas mais velhas que pertencem à “segunda geração” estarão, elas também, em idade de reforma. Isto irá complexificar a discussão.

2.4.1 Tempo histórico, tempo social e tempo biográfico da pesquisa

A pesquisa situa-se, em primeiro lugar, num determinado *tempo histórico*. Não teria sido possível realizá-la há cerca de vinte anos, quando iniciei a minha vida profissional, dada a temporalidade tardia dos fluxos migratórios de Portugal para a Suíça, por comparação com outros destinos europeus, designadamente França, onde, no virar do século, já se observavam problemáticas relacionadas com o envelhecimento da população migrante portuguesa (Almeida, 1997, 1999; Branco, 2004). Até à década de 2010, o fenómeno da transição para reforma dos/as portugueses/as na Suíça era pouco perceptível, estatisticamente insignificante e, por isso, não era visível em grande escala. Efetivamente, as (poucas) pessoas que haviam migrado há mais tempo (na década de 1970) e haviam permanecido na Suíça todos esses anos, começavam, então, a confrontar-se com as problemáticas associadas ao fim da vida profissional.

Em segundo lugar, a pesquisa situa-se num determinado *tempo biográfico*. A problemática da transição para a reforma opera uma seleção *natural* entre potenciais participantes, elegíveis e escolhidos/as em função da sua idade biológica. Este tempo biográfico influencia a forma como a experiência vivida é narrada. A própria narração, feita de diferentes fragmentos da vida, questiona a representação de uma temporalidade linear e coerente (Pollak, 1992). A socióloga e demógrafa Laura Bernardi sublinha, aliás, a influência da dimensão temporal no modo como

as pessoas elaboram a sua agência e distingue três níveis de análise.⁴⁵ Primeiro, *o tempo não é cronológico*: o passado modela o presente, mas o inverso também é verdade. Segundo, *o tempo é elástico*: a experiência subjetiva não corresponde ao ritmo dos calendários. Por fim, *o tempo é telescópio*: a nossa percepção desloca-se entre uma temporalidade quotidiana e horizontes temporais mais latos.

Em terceiro lugar, o *tempo da pesquisa de terreno* articula-se com outros tempos – nem sempre previsíveis ou controláveis, como, por exemplo, o tempo da relação e o tempo social. Este último foi marcado por uma pandemia que amputou o tempo previsto para a observação participante e entrevistas e impactou as relações com as pessoas envolvidas no estudo. O tempo da pesquisa de terreno pode ser mais ou menos prolongado, dependendo das opções metodológicas e métodos de recolha dos dados adotados. No presente estudo, impunha-se uma duração relativamente lata, para possibilitar a observação dos processos e dinâmicas em torno da decisão de regressar, ou não, ao país de origem. Por outro lado, o acesso às pessoas, o agendamento e a realização das entrevistas não respondiam a um procedimento padronizado, devendo ser adaptados a cada situação (em certos casos, demorou até um ano).

Em quarto lugar, há o *tempo da relação* que se estabelece entre investigadora e participantes. Este pode ser um tempo curto, que corresponde à duração da entrevista, ou pode prolongar-se por umas semanas, meses, anos, o resto da vida? Neste caso, extravasa o tempo da pesquisa e insere-se no tempo biográfico das partes envolvidas. Esta relação inicia-se com a definição da situação de entrevista, momento em que se estabelece um contrato de confiança e se clarificam as regras éticas sobre as quais a pesquisa assenta (tais como o tratamento anónimo dos dados recolhidos e a possibilidade de se retrair da pesquisa, caso mude de ideias quanto à sua participação). Quando a relação se prolonga após a entrevista e o contacto se mantém por mensagens, telefonemas ou visitas, o tempo é novamente um elemento importante: se os contactos forem muito espaçados, corre-se o risco de distender por demais o laço ainda ténue e a relação perder relevância, mas, por outro lado, também não podem ser muito próximos, dada a distância geográfica e social entre nós, correndo o risco de serem artificiais. Certas relações ocorrem, portanto, num tempo mais lato, sendo importante prestar atenção ao ritmo e sequências dos contactos.

Por fim, chega o *tempo de sair do terreno*. Admito que não foi fácil dar este passo. Primeiro, porque o “terreno” é um lugar onde estou confortável e no qual gosto de estar. Gosto de “fazer

⁴⁵ Apontamentos da conferência final do projeto “*Linked Lives*” decorrida no Iscte a 15.12.2022, em que Laura Bernardi foi *keynote speaker* e apresentou uma comunicação intitulada “*Time in the life course research*”.

terreno”, de estar em interação com as pessoas, recolher dados, tratá-los, ou seja, ter as “mãos na massa”. Segundo, porque, mesmo querendo, sei que não posso sair de um lugar (que tem tanto de geográfico como de afetivo) no qual me encontro *naturalmente* inserida pela minha biografia e com o qual desenvolvi sentimentos de pertença. Durante o tempo da pesquisa, criaram-se laços sociais que vão perdurar ao longo dos anos e que não pretendo cortar, apesar de a pesquisa ter chegado a seu termo. Não sendo possível *sair* realmente do terreno, tratou-se, pois, de assumir que a partir de um determinado momento, importava mudar de postura, e parar de recolher dados e realizar viagens centradas na investigação. Já havia recolhido material suficiente e suficientemente diverso, e também havia atingido uma *certa saturação* (Bertaux, 2020 [1997]; Boccagni & Schrooten, 2018). No entanto, mesmo que a pesquisa de terreno tenha formalmente chegado ao fim, continuo a receber, direta ou indiretamente, informações sobre diversos/as interlocutores/as e sou regularmente contactada por jornalistas suíços/as interessados/as na problemática do regresso de migrantes portugueses/as (ver anexo II.6).

2.4.2 A longa duração como lente analítica

Nesta pesquisa, a *duração*, entendida como *o passar do tempo*, constitui um elemento central em termos metodológicos, uma vez que se pretendia desvendar e compreender processos e dinâmicas associadas à transição da idade “ativa” para a idade “de reforma”, mas também processos e dinâmicas associadas à migração de regresso. Ora, os processos “inserem-se numa duração, por vezes uma longa duração” (Bertaux, 2020 [1997], p. 81).

A longa duração é, de facto, essencial para captar os encadeamentos de situações e eventuais reviravoltas, as quais passam despercebidas se nos limitamos a observar o momento presente.⁴⁶ Um ângulo de visão curto pode induzir interpretações erradas, enquanto uma observação prolongada (direta ou indireta, por intermédio de entrevistas) permite compreender de que forma eventos inesperados (por exemplo, um nascimento ou uma doença) influenciam as ações e desencadeiam pontos de viragem nas trajetórias. Neste caso, importa compreender o que influencia as intenções relativas à migração de regresso ou à permanência no país de residência. Uma perspetiva de longa duração permite também compreender que as decisões de

⁴⁶ Neste estudo, a longa duração não é entendida no sentido dado por Fernand Braudel e a Escola dos Annales ao referir-se à quase imobilidade de fenómenos que decorrem numa temporalidade extremamente longa. O termo é usado no sentido dado por Daniel Bertaux: uma duração inscrita no tempo biográfico das pessoas.

mobilidade são frequentemente o resultado de processos dinâmicos e relacionais que se inscrevem em temporalidades de diversas escalas e vão além de uma racionalidade mais imediata de custos-benefícios.

Em suma, usar a longa duração como lente para analisar os processos implica recuar no percurso de vida (*lifes-pan*) – por via das narrativas de vida/entrevistas biográficas – e, desta forma, *seguir* as pessoas ao longo do tempo, identificar as lógicas de ação, os mecanismos sociais e “os contextos sociais em que as práticas e os cursos de ação se inscrevem” (Bertaux, 2020 [1997], p. 143). Na verdade, a longa duração está implícita no método biográfico e na perspetiva do percurso de vida, o que significa recuar várias décadas no tempo individual, socio-histórico e político, especialmente quando se trabalha com pessoas em idade de reforma.

2.5 Reflexividade e epistemologia situada

Toda a ciência resulta de um “conhecimento situado”, termo cunhado pela filósofa Donna Haraway (1988) para denunciar a pretensa imparcialidade de uma ciência que adota uma “visão de cima” (p. 589) e se afirma como objetiva, mas que, na realidade, esconde uma posição que é muito específica, mas não é reconhecida como tal, sendo por isso tratada como universal. Desta visão clássica decorrem consequências epistemológicas, metodológicas, éticas e políticas. Uma delas é a desconsideração do papel das mulheres na história em geral e, como vimos no capítulo anterior, nas migrações. Teóricas feministas americanas como Donna Haraway (1988), Sandra Harding (1991) e Patricia Hill Collins (1990) defendem epistemologias localizadas, em que o posicionamento de quem faz ciência é explicitado. O seu contributo foi fundamental para tornar a ciência mais reflexiva. Importa, pois, ter presente que tanto os conhecimentos produzidos pelas ciências sociais como pelas ciências naturais derivam da ação humana e, enquanto tal, estão ancorados na posição social de quem elabora esse conhecimento. Assim, qualquer perspetiva científica é sempre situada no xadrez socioeconómico e político – em termos de género, classe e raça, entre outros eixos de desigualdade – e isso reflete-se nas escolhas dos objetos e métodos de estudo.⁴⁷ De acordo com a “teoria do ponto de vista”

⁴⁷ O termo “raça” é terreno de disputa e tem suscitado intensos debates. Há quem defenda que deva ser substituído, uma vez que “as raças” não existem do ponto de vista científico. É, no entanto, uma categoria política que produz efeitos na vida das pessoas, em particular das pessoas ditas “racializadas”. É nesse sentido e por esse motivo que é aqui usado. A dimensão da racialização não foi considerada na presente investigação porque ela não era pertinente na população em estudo. No entanto, existem evidências empíricas de que, nas últimas duas-três décadas, os fluxos emigratórios portugueses passaram a incluir cada vez mais pessoas provenientes de fluxos imigratórios anteriores – veja-se, por exemplo, os

(*standpoint theory*) proposta por Harding (1991), o conhecimento é social e historicamente situado e as pessoas que ocupam posições mais baixas na hierarquia social – como é o caso das mulheres em geral e das mulheres negras em particular, e, podemos acrescentar, de trabalhadores/as migrantes como os/as que participaram neste estudo – têm um ponto de vista que, embora frequentemente ignorado ou marginalizado, permite problematizar e compreender questões sociais relevantes.

Em suma, há assuntos aos quais é dada visibilidade na ciência e outros que não são considerados pertinentes, pelo menos em determinados momentos socio-históricos e políticos. A título de exemplo, poder-se-á citar a eclipse dos estudos sobre emigração em Portugal na década de 1990 e no início dos anos 2000 em benefício de estudos sobre imigração (Malheiros, 2011). Retrospectivamente observa-se também que o financiamento dos estudos migratórios em Portugal flutua de acordo com o interesse político e a visibilidade mediática que um ou outro fluxo (de entrada ou de saída) suscitam. Esta tensão entre invisibilidade e (sobre)visibilidade de determinados objetos de pesquisa reflete o facto de a ciência/sociologia ser também um objeto de “luta” atravessado por relações de poder e hierarquias sociais.⁴⁸ Reconhecendo que a sociedade é um espaço social desigual e genderizado cujo conhecimento será sempre interpretativo e incompleto, as epistemologias situadas e feministas defendem a necessidade de uma postura crítica e reflexiva. Este posicionamento conduz quem investiga a refletir sobre as relações e práticas de poder – as dos outros e as suas próprias. Concordando com Ana Cristina Santos (2012) de que “a produção académica (...) é sempre o resultado de um conhecimento situado” (p. 251), não será suficiente reconhecer e desconstruir as contingências do conhecimento (seja ele produzido por nós próprios/as ou por outros/as), importa, igualmente, assumir a própria posicionalidade. Além de epistemológica, é também uma questão ética.

A sociologia reflexiva como análise crítica da prática científica e das condições sociais dessa prática já tem décadas e tem sido defendida por vários/as autores/as. De acordo com Michael Burawoy (2003 [1998]), “o envolvimento (...) é a via de acesso ao conhecimento” (p. 426) e desta forma de fazer ciência decorre a necessária problematização da participação do/a investigador/a no mundo social que estuda. O autor propõe basear a ciência reflexiva no corpus

trabalhos de Rita Cachado (2014) sobre famílias portuguesas de origem hindus-gujaratis e de Ambra Formenti (2023) sobre portugueses/as de origem guineense no Reino Unido.

⁴⁸ Ver, por exemplo, Bourdieu (1976) e o documentário “La sociologie est un sport de combat”, realizado por Pierre Carles em 2001 (disponível na Internet em <https://www.youtube.com/watch?v=VZWocPvGA>).

de teorias preexistentes e nas concepções de senso comum e sugere o *diálogo* entre investigador/a e sujeitos da pesquisa como uma das principais premissas (p. 438).

A sociologia reflexiva foi igualmente defendida por Pierre Bourdieu (2015 [1972]) como forma de produzir um conhecimento mais rigoroso do mundo social. Se esta premissa é relevante com qualquer objeto de estudo, a reflexividade passa a ser uma exigência que se impõe quando esse objeto nos é próximo (M.M. Pereira, 2013). Para evitar o uso não-reflexivo de categorias, importa prever procedimentos de autorreflexividade ao longo de toda a pesquisa. Estes permitem que o/a investigador/a tome consciência das suas limitações e das hierarquias de poder (mutáveis porque de ordem relacional) presentes no contexto da investigação (Amelina & Faist, 2012).

2.5.1 Posicionalidade e motivações para realizar a pesquisa

A reflexividade do/a investigador/a sobre a sua posicionalidade e o seu estatuto de *insider/outsider* tornou-se um procedimento comum nos estudos migratórios e é, até, considerado por alguns um requisito para a validação dos resultados de pesquisa (Ganga & Scott, 2006; Iosifides, 2018; Holmes, 2020; Amelina, 2020, Dahinden, Fischer & Menet, 2021).

De acordo com a teoria do conhecimento situado de Haraway, a nossa posicionalidade influencia o que é possível saber sobre determinado objeto de pesquisa. É uma outra forma de referir a moral da conhecida parábola sobre os cegos e o elefante, em que cada cego descreve o animal de acordo com a parte que consegue tocar. Uma postura vigilante e uma prática reflexiva (e autorreflexiva) são, por isso, necessárias para ultrapassar as dicotomias entre objetividade e subjetividade, *insider* e *outsider*. Na verdade, são oposições que não fazem muito sentido porque ambas as posições têm vantagens e desvantagens e porque o/a investigador/a pode ser simultaneamente *insider* e *outsider*. Ser uma pessoa que partilha características com os/as participantes no estudo (ao nível da cultura, língua, nacionalidade, experiência migratória) pode revelar-se um trunfo ou, pelo contrário, um entrave. Ganga e Scott (2006) refletem sobre a sua posicionalidade nos seus respetivos terrenos e concluem que é problemático atribuir-se um determinado estatuto de antemão, pois este é continuamente negociado na própria interação. Por outro lado, auto e hétero-percepção podem não coincidir (Holmes, 2020). No meu caso, a língua, nacionalidade e experiência migratória podiam colocar-me numa posição de *insider*; porém, as habilitações académicas e a geração/idade colocavam-me numa posição *outsider*. Esta última era dúbia, dependendo da idade dos filhos/as das pessoas entrevistadas e da semelhança que pudesse haver entre a minha situação familiar e a dos seus descendentes. O mesmo

com o género, consoante a pessoa que eu estivesse a entrevistar. Por outro lado, a minha pertença a determinado cantão suíço e região em Portugal também podiam fazer mudar o meu estatuto aos olhos do/da interlocutor/a. A posicionalidade é, por isso, mutável e variável em cada situação ao longo de todo o processo de pesquisa. Holmes (2020) fala, por isso, de um *insider/outsider continuum* e não de uma oposição binária. Além disso, um/a investigador/a “pode assumir várias posições ao mesmo tempo ao longo desse contínuo” (p.6).

Além da posição que a investigadora se atribui e da posição que cada interlocutor/a lhe confere – e que pode evoluir ao longo do tempo, em cada encontro posterior à entrevista, por exemplo –, há ainda a posição atribuída pelos pares. Todas essas posições têm consequências na própria pesquisa e nos seus efeitos. A este respeito recordo um episódio recente em que uma senhora que entrevistei em meados de 2019 exclamou: “Já não me lembrava que foi assim que nos conhecemos!”, depois de eu explicar a outra pessoa ali presente qual era o meu trabalho atual e que tinha sido esta a razão de nos conhecermos.

Em todo o caso, tanto nas migrações como na sociologia em geral, não é raro o/a investigador/a ser parte do seu objeto de pesquisa. Considere-se, a título de exemplo, o caso da sociologia da cultura: no seu estudo sobre a massificação da cultura, Edgar Morin (1962) admite ser praticamente impossível investigar práticas culturais sem nelas participar. Porém, consoante o objeto de pesquisa e o grau de reflexividade do/a investigador/a, essa consciência não sobressai da mesma forma ou pode, até, ser evacuada por completo.

Numa conferência realizada no Iscte em janeiro de 2020, o sociólogo britânico John Goodwin, a propósito de uma pesquisa que tinha realizado ao longo de vários anos, admitiu que tinha tido como ponto de partida a sua própria biografia fazendo “um desvio por eu próprio” (“*a detour via myself*”).⁴⁹ Igualmente, no meu caso, a motivação para estudar as dinâmicas migratórias entre Portugal e Suíça surge ancorada numa história individual e familiar que soma quatro décadas. O processo de investigação sobre portugueses/as com idades próximas das dos meus pais envolveu e revolveu memórias pessoais, não só minhas como de outros membros da família. À medida que ia recolhendo narrativas de vida de migrantes portugueses/as na Suíça, abria um pouco mais o baú da minha própria infância e adolescência: duas décadas passadas em Lausanne, entre os 4 e 24 anos de idade, nas décadas de 1980 e 90. As histórias que ouvia faziam eco com a minha própria história e a da minha família em vários aspetos. O meu tempo

⁴⁹ John Goodwin (University of Leicester) apresentou uma comunicação intitulada “*Adventures with Auto\Biography: Lessons for Research and Practice*” na Conferência “*The Biographical Echoes*”, que decorreu no Iscte a 16.01.2020. Disponível em <https://ecos-biograficos.wixsite.com/ecos/conferencias-ecos>

biográfico assumiu, assim, um significado particular nesta pesquisa. Para além desse tempo biográfico, os dados estatísticos recolhidos desde o início da investigação comprovam que o momento atual foi, também, um excelente tempo *sociológico* para realizar esta pesquisa. A migração de regresso na reforma está a marcar a atualidade, como atesta a visibilidade duradoura do tema na comunicação social suíça, e a revelar-se um fenómeno em crescimento, com atestam os dados estatísticos (ver capítulo 3).

2.5.2 Bastidores: condições concretas de produção de conhecimento

Bernard Lahire (2005, p. 64) considera que a reflexão sobre as condições de produção dos dados é necessária à formulação de interpretações sociológicas pertinentes. Concordando com este autor, tenho procurado, ao longo do capítulo, adotar uma postura epistemológica reflexiva. Além de expor os pressupostos teórico-metodológicos que delimitaram os processos de observação, recolha e análise de dados, importa, igualmente, clarificar e refletir sobre o contexto social no qual a investigadora está inserida porque também influencia esses processos.

No caso da presente investigação, dois eventos significativos (um deles social, o outro individual) influenciaram a forma como a pesquisa de terreno foi conduzida e as condições nas quais decorreram tanto a recolha e análise dos dados, como a escrita da dissertação: a maternidade e a pandemia.

Pesquisa e maternidade

Ser mãe foi o evento biográfico que me fez enveredar pela via do doutoramento e da investigação sociológica. Sem a maternidade, a oportunidade de mudar de via profissional por volta dos 40 anos talvez nunca tivesse surgido. Até então tinha um emprego estável e nada fazia prever a rutura profissional que se deu após o nascimento da minha filha.

Iniciei a pesquisa de terreno na Suíça em setembro de 2018, mês em que a minha filha fez dois anos. As viagens e entrevistas foram interrompidas abruptamente pelo primeiro confinamento devido à pandemia da COVID-19 no mês em que ela fez três anos e meio, março de 2020. Durante esse período de pesquisa de terreno, que durou cerca de um ano e meio, a minha filha fez praticamente todas as deslocações de terrenos comigo. Quando viajava para a Suíça, levava a minha filha e, com ela, a minha mãe, que cuidava da neta enquanto eu me deslocava aos quatro cantos da Suíça francófona. Sem esse apoio, dificilmente teria conseguido realizar a recolha de dados. Andei cá e lá, viajando entre Lisboa, onde vivo, o distrito do Porto, onde vivem os meus pais e a partir de onde fiz numerosas incursões pelo norte de Portugal, e a Suíça,

onde me deslocava com grande regularidade, para fazer trabalho de campo e pesquisa bibliográfica.

Cedo me dei conta de que a minha experiência era semelhante às experiências das pessoas cujas vidas eu investigava. Eu ocupava apenas um lugar diferente no tabuleiro de xadrez, era a filha que recebia apoio, enquanto as minhas entrevistadas e entrevistados eram geralmente as pessoas que forneciam esse tipo de apoio. À semelhança deles e delas, eu participava em acordos de cuidados transnacionais (*care arrangements*) resultantes de negociações familiares que, por um lado, contribuem para a coesão familiar e, por outro, permitem às mães manterem taxas de integração laboral equiparadas às dos homens. No meu caso concreto, negociava com os meus pais reformados e regressados a Portugal (na altura, há pouco mais de meia dúzia de anos) o apoio necessário à boa execução das minhas responsabilidades profissionais. Em suma, encontrava-me a viver parte dos fenómenos que estudava. Investigadora multi-situada, transnacional, com um pé em Portugal e outro na Suíça.

No momento em que escrevo estas linhas, a minha filha tem seis anos e está integrada no ensino primário. Felizmente, a fase da escrita não requer deslocações. Os desafios são outros: manter o foco no texto dia após dia, escrever diariamente, pelo menos tentar, apesar das greves de professores/as e das doenças infantis que trocam as voltas à agenda e dilatam o ritmo de trabalho. Nesta altura, se necessitasse de recolher dados, teria de repensar a metodologia, o calendário da fase de recolha e eventualmente reequacionar outro desenho de pesquisa, pois o tempo escolar não consente vaivéns como os que fiz durante a pesquisa de terreno.

Em certas semanas ou certos meses prevalece a impressão de tocar acordeão ou algum outro instrumento que encolhe e estica. Ora a escrita se torna fluída e as ideias se encadeiam num ritmo regular que permite alcançar avanços significativos materializados em palavras, ora é preciso suspender abruptamente esse fluxo – porque a criança adoece – e, uns dias mais tarde, tentar reencontrá-lo. Estas pausas forçadas que obrigam a substituir as tarefas de produção científica por tarefas de reprodução – ou, para ser mais precisa, para me dedicar à antroponomia, termo usado por Daniel Bertaux (1978 [1977]) para referir as tarefas de cuidado necessárias à “produção de seres humanos” (L. Azevedo & Carvalho da Silva, 2022, p. 20).

A relação entre pesquisa e maternidade é dúbia. Se, por um lado, o meu papel de mãe me afastou vezes sem conta da secretária onde leio, sintetizo e alinhavo os pensamentos sobre teorias, epistemologias, metodologias e os resultados que irão compor a monografia, por outro, o meu estatuto de mãe facilitou numerosas vezes o contacto com os/as participantes na pesquisa. Por diversas vezes, senti que o facto de a minha filha ter idade para ser neta e eu para ser filha

gerava empatia, além de, frequentemente, funcionar como um elemento potenciador de conversa.

Pandemia COVID-19

A pandemia do COVID-19 é a prova de que nenhuma investigação se realiza de forma isolada e que está interligada com as condições de vida concretas de quem nela está implicado/a, investigadora e participantes na investigação. No caso concreto, o surgimento desta pandemia, em março de 2020, veio interromper abruptamente a pesquisa de terreno. Na altura em que é decretado o primeiro confinamento em Portugal e praticamente por toda a Europa, eu tinha duas passagens aéreas marcadas, com o propósito de fazer entrevistas. Ao desmarcar essas viagens, não suspeitava que só teria a possibilidade de voltar à Suíça em abril de 2021, ou seja mais de um ano depois.

Em maio de 2020, reli partes de *A Sociedade de Risco Mundial* de Ulrich Beck (2008 [1986]) e anotei no meu diário de campo o seguinte excerto, substituindo, no texto original as referências a ataques terroristas por referências à pandemia:

A antecipação da catástrofe muda o mundo (...) As novas normas de segurança constituem a reação a nível mundial aos riscos antecipados da pandemia [a ataques terroristas antecipados] (...) Elas restringem a liberdade de milhões de passageiros por tempo indeterminado. Os passageiros, em cujas cabeças se instalou o perigo *da pandemia* [do terrorismo] aceitaram, sem protestos, estas restrições às suas liberdades. (p. 15-16)

A pandemia significou a interrupção abrupta da pesquisa de terreno tal como vinha a ser realizada. Com o fecho das fronteiras, fiquei impossibilitada de me deslocar à Suíça.⁵⁰ Por outro lado, não era conveniente visitar as pessoas participantes na minha pesquisa que viviam em Portugal por se encontrarem, na sua grande maioria, na faixa etária de maior risco. Perante estas circunstâncias desfavoráveis, fiz as adaptações possíveis em relação à recolha de dados, mantendo contacto com algumas pessoas que já haviam sido entrevistadas e procurando observar em que medida a pandemia havia afetado os seus planos e os seus padrões de mobilidade.

Com a pandemia tive de suspender as minhas idas à Suíça, desistir de novas entrevistas, desistir de concluir as que ficaram a meio. Procurei, no entanto, manter contacto com algumas pessoas: aquelas que, geograficamente, estavam mais próximas, bastando uma chamada nacional para falar com elas, aquelas com quem eu já tinha trocado mensagens pelo WhatsApp e com quem se tornava, portanto, mais fácil (e barato) manter o contacto. Fui mantendo vários destes contactos ao longo do

⁵⁰ Ver anexo II.6 e o meu post no blogue do *nccr - on the move*: <https://nccr-onthemove.ch/blog/what-happens-when-a-transnational-researcher-cannot-travel-anymore>

ano. Procurei obter informações sobre o que havia mudado na vida destas pessoas, o que havia mudado na Suíça durante estes meses de pandemia, se continuavam a viajar e para quem tinha regressado, procurava saber da vinda a Portugal de filhos/as e netos/as. Queria também saber como estavam a viver estas circunstâncias extraordinárias, como viviam este isolamento forçado. Passei longas horas ao telefone. Algumas pessoas conseguiram manter uma certa normalidade durante o período de verão: o José e a Lurdes estiveram de férias no Algarve, a Catarina e a Sónia continuaram a ir e vir entre Portugal e Suíça, a Fiona veio visitar a família, o Emílio adiou a visita ao filho, indo em julho em vez de maio. [Excerto do diário de campo, novembro de 2020]

Não realizei todas as entrevistas inicialmente planeadas, uma vez que a pandemia impossibilitou a realização de novos contactos durante um período relativamente longo (considerando o calendário da pesquisa). A pandemia não significou, porém, a interrupção do trabalho de campo: este deslocou-se do registo presencial para um registo à distância, e passou a realizar-se principalmente através do telefone e das redes sociais WhatsApp e Facebook, embora com um número reduzido de participantes. Ter sido possível manter o contacto com certos/as participantes revelou-se um elemento crítico na elaboração dos argumentos da tese porque possibilitou captar dinâmicas temporais relevantes.

A impossibilidade de viajar e estabelecer relações de confiança presencialmente inviabilizou, portanto, o “recrutamento” de novos participantes. Por isso, os contactos com participantes à distância foram apenas mantidos com participantes que já havia encontrado em pessoa e com quem havia estabelecido algum tipo de relação pessoal. O problema não é tanto o meio pelo qual se comunica à distância, uma vez que todos os casais envolvidos na pesquisa usam meios digitais para comunicar com a família próxima e amigos/as, mas o uso destes meios com uma finalidade de conduzir uma entrevista – e, neste caso, trata-se de uma entrevista relativamente longa com uma pessoa que não conhecem.⁵¹ Ao fazer esta pesquisa, conclui que a *relação interpessoal* é, de facto, um elemento essencial na recolha de informações com uma população acima dos 55 anos pouco escolarizada.

⁵¹ Do corpus de 27 entrevistas aqui tratadas, apenas uma foi realizada à distância (por WhatsApp) com um senhor com o qual não tinha contacto direto, mas que sabia quem eu era por nos termos encontrado há muitos anos em casa da sobrinha, a qual serviu de intermediária e deu crédito ao meu pedido.

CAPÍTULO 3. A MIGRAÇÃO ENTRE PORTUGAL E A SUÍÇA

Neste capítulo adota-se uma perspetiva histórica que permite reconstituir os contextos de partida e de chegada nos quais ocorreu a migração portuguesa para a Suíça no século XX. Apresenta-se o quadro socio-histórico e jurídico-legal suíço e assinalam-se os principais marcos da política migratória suíça, bem como a sua evolução. Recorrendo a excertos das entrevistas realizadas, aborda-se o contexto socioeconómico português entre as décadas de 1950 e 1980, período que corresponde à infância, juventude e entrada na vida adulta das pessoas que participaram neste estudo. Por fim, analisam-se estatísticas relativas a fluxos e efetivos de migrantes portugueses/as naquele país ao longo de várias décadas. Estes dados permitem observar movimentos de aceleração e contração das entradas e saídas de portugueses/as na Suíça e relacioná-los com a situação socioeconómica e política dos países de origem e destino. A análise da composição dos fluxos permite observar um aumento substancial, na última década, do número de portugueses/as envelhecidos/as que saem da Suíça. São pessoas que, na sua esmagadora maioria, regressam a Portugal quando chegam à reforma.

3.1 Suíça, de país de emigração a país de imigração

A Suíça, tal como a conhecemos hoje, tem origem no século XIX, mais precisamente em 1848, ano em que foi adotada a primeira Constituição Federal e em que a amálgama de pequenos estados (cantões) se tornou uma confederação dotada de um poder central. Uma forte descentralização do poder acompanhou o federalismo, de modo que os cantões mantiveram capacidade de decisão sobre um conjunto alargado de matérias como, por exemplo, a educação, a saúde e a segurança pública. A concessão da nacionalidade é, por sua vez, da competência dos municípios. De referir que a Suíça sempre se caracterizou pelo *jus sanguinis* e tem uma das leis mais restritivas em matéria de aquisição de nacionalidade (Galeano, Pont & Wanner, 2022).

País multilinguístico, multirreligioso e multicultural, a Suíça caracteriza-se por contrastes e clivagens, entre as quais a divisão urbano-rural é uma das que surge com maior frequência nas votações federais.⁵² A sobreposição das diferenças linguísticas e religiosas favoreceu, todavia, “um certo espírito de tolerância” (Dirlewanger, 2014, p. 16). A democracia direta é uma peculiaridade suíça: o povo é chamado a pronunciar-se sobre iniciativas, referendos, propostas de

⁵² A perceção da divisão urbano-rural levou a cooperativa agrícola Fenaco a criar um barómetro. O último realizado foi publicado este ano e aponta um aumento do antagonismo nos últimos anos. Fonte: https://www.fenaco.com/fr/barometre_ville-campagne-2023. Para uma visão mais matizada sobre esta questão, ver também <https://lecourrier.ch/2022/03/06/ville-campagne-un-fosse-pas-si-grand/>

lei e investimentos públicos a cada três meses.⁵³ Em vários cantões (Neuchâtel, Jura, Vaud, Friburgo, Genebra, Grisões), os municípios outorgam o direito de voto à população estrangeira permanente.⁵⁴ Neuchâtel e Jura são pioneiros e estenderam o direito de voto a matérias cantonais. O tempo de residência requerido para usufruir desse direito varia entre cantões.⁵⁵ Outras características deste pequeno país são, por um lado, a sua grande estabilidade política e, por outro, uma grande heterogeneidade populacional. A Suíça destaca-se por uma forte presença de população estrangeira desde finais do século XIX. Após um decréscimo entre as duas guerras mundiais, a população estrangeira voltou a aumentar de forma constante até à atualidade, pese embora regulamentações migratórias restritivas na segunda metade do século XX (Piguet, 2004).

Implementado em 2002, o Acordo sobre a Livre Circulação de Pessoas entre a Suíça e a União Europeia teve como corolário um crescimento populacional acentuado nos últimos vinte anos. A Suíça passou de 7,2 milhões de habitantes em 2001, dos quais 20% tinham nacionalidade estrangeira, para quase 8,7 milhões em 2021, dos quais 26% com nacionalidade estrangeira (ver Quadro 3.1 e Figura 2.1). Destes, 11,4% tinham exclusivamente a nacionalidade portuguesa (OFS, 2022a, cálculos meus). Atualmente, mais de metade da população estrangeira residente tem origem em três países limítrofes (França, Alemanha, Itália) e em Portugal. A forte presença portuguesa nota-se, por exemplo, no aumento do uso da língua: no plano nacional, o português surge em quinta posição (sendo falado por 3,5% da população em 2020), a seguir às três línguas nacionais (alemão, francês, italiano) e o inglês (OFS, 2020a). Em certos cantões, designadamente Valais, o português é mais falado do que algumas línguas nacionais. O boletim de informação estatística de Valais refere que, em 2018: “o português é a terceira língua principal mais frequente no cantão (8,0%, ou seja, 23.000 pessoas), à frente de uma das

⁵³ As iniciativas e os referendos são um dos pilares do sistema suíço de democracia direta e permitem que grupos de cidadãos/ãs façam propostas de modificação da Constituição Federal. Para que as iniciativas e os referendos sejam votados pelo povo, o comité de iniciativa tem de recolher 100 mil assinaturas em dezoito meses, enquanto uma proposta de referendo tem de recolher 50 mil assinaturas no prazo de cem dias. Para mais informações sobre este assunto, veja-se o portal da Confederação Helvética: www.bk.admin.ch/bk/fr/home/droits-politiques/initiatives-populaires.html e www.bk.admin.ch/bk/fr/home/droits-politiques/referendum.html

⁵⁴ Direito de votar não significa automaticamente o direito de eleger e ser eleito/a. Atualmente, as pessoas estrangeiras com residência permanente só podem eleger e serem eleitas (ao nível municipal apenas) nos cantões de Jura, Friburgo, Neuchâtel e Vaud.

⁵⁵ Para votar em matérias cantonais, em Neuchâtel, é necessário ter uma autorização permanente C e residir há pelo menos cinco anos no cantão. No Jura, é necessário residir há pelo menos 10 anos na Suíça e um no cantão.

línguas oficiais da Suíça, o italiano (4,4%)” (Office cantonal de statistique et de péréquation, 2020, p. 1).

Quadro 3.1 Evolução da população residente na Suíça (1981-2021)

Ano	Total	Estrangeira	Portuguesa	% Estrangeira / Total	% Portuguesa / Estrangeira
1981	6 372 904	930 593	13 324	14,6%	1,4%
1991	6 842 768	1 192 964	102 207	17,4%	8,6%
2001	7 255 653	1 447 553	136 135	20,0%	9,4%
2011	7 954 662	1 815 994	223 667	22,8%	12,3%
2021	8 738 791	2 244 181	255 236	25,7%	11,4%

Fonte: OFS, Office fédéral de la statistique

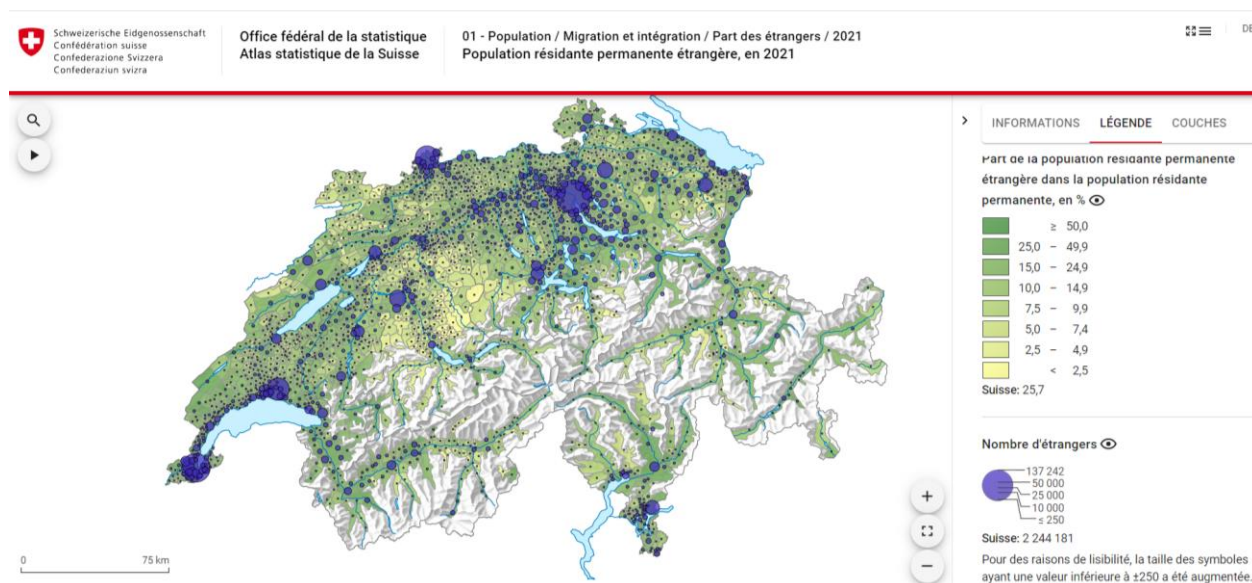


Figura 2.1 Distribuição da população estrangeira no território suíço, nível municipal, 2021⁵⁶

3.1.1 A Suíça, uma terra de imigração

Na atualidade, a Suíça é o segundo país da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) com a percentagem mais elevada de população estrangeira, a seguir ao

⁵⁶ Fonte: OFS, Office fédéral de la statistique, www.atlas.bfs.admin.ch/maps/13/fr/16907_90_89_70/26244.html

Luxemburgo.⁵⁷ Em 2020, 38% da população residente permanente com idade igual ou superior a 15 anos tinha antecedentes migratórios (2.766.000 pessoas).⁵⁸ No entanto, o país nem sempre foi terra de imigração. O primeiro recenseamento da população realizado em 1850 dá conta de 3% de estrangeiros/as entre a população residente que se concentravam nas zonas de fronteira, essencialmente Genebra e Basileia.⁵⁹ O número de entradas de estrangeiros supera, pela primeira vez, o número de saída de nacionais em 1890 (Piguet, 2004). Até então, eram numerosos aqueles e aquelas que procuravam na emigração uma vida melhor perante situações de crise, na agricultura ou na indústria, que atiravam milhares para situações de pobreza. Brasil e Estados Unidos são dois dos principais destinos. A viragem de país de *emigração* para país de *imigração* dá-se com o acelerar da industrialização na segunda metade do século XIX, quando a Suíça assumiu uma posição de vanguarda na indústria têxtil, de maquinaria e química, investindo tanto ao nível das infraestruturas como dos saberes (D’Amato, 2008). Neste período, o país começou a recrutar trabalhadores nos países limítrofes, nomeadamente artesões qualificados e profissionais liberais da Alemanha, França e Áustria, mas também Itália. Deste último vieram também os operários que construíram as numerosas infraestruturas de que a Suíça dispõe hoje, como os túneis nos Alpes. Desta forma, em 1914, a Suíça já contabilizava mais de 15% de população estrangeira, com destaque para a de origem alemã e italiana (Piguet, 2004; D’Amato 2008).

Na Suíça ocorre, no período entre as duas guerras, uma queda muito significativa da população estrangeira e a recuperação dessa inflexão dá-se gradualmente a partir da década de 1950. Desde então, a população estrangeira residente aumenta, de forma constante e expressiva, sobretudo vindo de Itália e Espanha. Nos anos 1970, a população estrangeira diminui, com a crise económica mundial gerada pelos choques petrolíferos, mas a retração é relativamente curta. Na década de 1980, a população portuguesa contribui significativamente para a retoma, juntamente com a população jugoslava (Piguet, 2004).

Internacionalmente conhecida pela sua estabilidade económica e neutralidade política, a Suíça é também um país com uma expressiva diversidade linguística e sociocultural. Nas últimas quatro décadas, a população portuguesa contribuiu fortemente para essa diversidade. É a terceira população estrangeira mais numerosa no país, a seguir à italiana e alemã, posição que alcançou desde meados da década de 1990.

⁵⁷ Fonte: <https://data.oecd.org/fr/migration/population-etrangere.htm>

⁵⁸ Fonte: <https://www.bfs.admin.ch/bfs/fr/home/statistiques/population/migration-integration/selon-statut-migratoire.html>

⁵⁹ Fonte: <https://www.census1850.bfs.admin.ch/fr/population-etrangere.html>

Atualmente, é reconhecido o contributo dado pelas populações migrantes em termos demográficos e económicos (Wanner, 2004, 2020). Por um lado, a população total progrediu cerca de 28% em 30 anos. Simultaneamente, a imigração permitiu manter uma estrutura etária relativamente jovem: 20% da população total tem 19 anos ou menos, 61% situa-se entre 20 e 64 anos e 18,8% tem 65 anos ou mais (OFS, 2022b). Esta estrutura etária está fortemente relacionada com a taxa de fecundidade (mais elevada) das mulheres estrangeiras que têm contribuído para um saldo natural importante e para a renovação da população.⁶⁰ Por outro lado, a população que chega anualmente é mais jovem do que a população residente (Wanner, 2012). Este contributo demográfico tem sido particularmente importante em termos económicos num momento em que se assiste à reforma dos *baby-boomers* e ao envelhecimento da população suíça. A imigração permite desta forma continuar a ter um número elevado de pessoas em idade ativa (e em idade de procriar) e responder às necessidades da economia nacional em diversos setores: saúde, construção, agricultura, indústria, turismo.

3.1.2 O quadro jurídico-normativo da imigração e integração na Suíça

“Wir riefen Arbeitskräfte, und es kamen Menschen”

(Pedimos trabalhadores e vieram pessoas)

Max Frisch, 1965 (em crónica de jornal intitulada *Überfremdung II*)

Apesar da forte presença estrangeira no último século e meio, a Suíça tende a não se definir como terra de imigração e tende a olhar para o fenómeno como um assunto meramente económico e temporário (Arlettaz & Arlettaz, 2004; Afonso, 2004; D’Amato, 2011). De tal modo que as disposições normativas e os textos oficiais fazem referência a políticas relativas “aos estrangeiros” e não a políticas migratórias (Chambovey, 1995).⁶¹

A evolução político-legislativa em matéria de circulação, integração e aquisição da nacionalidade por parte de pessoas estrangeiras acompanha o processo de formação do país enquanto estado-nação. Até à Primeira Guerra, os esforços são direcionados para a integração do povo

⁶⁰ Os dados mais recentes do Gabinete Federal de Estatísticas indicam que, em 2020, as mulheres de nacionalidade estrangeira tiveram em média 1,76 crianças, enquanto as mulheres suíças tiveram 1,36 crianças (Fonte: <https://www.swissstats.bfs.admin.ch/collection/ch.admin.bfs.swissstat.fr.issue22014802000/article/issue22014802000-05>).

⁶¹ A título de exemplo: em 1931 é adotada a “Lei Federal sobre Permanência e Estabelecimento de Estrangeiros”, disposição normativa que regulamentou os movimentos migratórios até 2002. Em 2005, esta lei é substituída pela “Lei Federal sobre Estrangeiros e Integração”.

suíço no espaço nacional e a tônica é colocada na assimilação. Pretende-se reforçar um sentimento de coesão nacional que (ainda) não existe num país fragmentado religiosa, linguística e administrativamente, e no qual as leis cantonais equiparam estrangeiros/as e pessoas provenientes de um outro cantão – aliás, o conceito de “nacionalidade suíça” só entra na Constituição aquando da revisão de 1874. Até à Grande Guerra vive-se um período de liberdade de circulação que se traduz por um aumento rápido da população estrangeira, que é bem-vinda (Arlettaz & Arlettaz, 2004; Riaño & Wastl-Walter, 2006). Quando começa a guerra, porém, existe uma certa conflituosidade em torno do “aumento anormal” e da “infiltração” de populações consideradas “exóticas” (Arlettaz & Arlettaz, 2004, p. 56). A “questão dos estrangeiros” – como ficou conhecida – é vista como um “perigo nacional que requer uma solução política” (Arlettaz & Arlettaz, 2004, p. 11) e terá como desfecho, anos mais tarde, a adoção do princípio de rotatividade e a implementação de autorizações temporárias de permanência, bem como a criação de um sistema de categorização das pessoas migrantes, que lhes atribui direitos e deveres diferenciados.

No início do século XX, surge no espaço público o termo *Überfremdung* para referir a ideia de sobrepopulação ou invasão estrangeira e um *perigo* de desnacionalização da sociedade suíça. O termo tem também subjacente a noção de excedente demográfico e a necessidade de reduzir a população estrangeira. Paradoxalmente, esta diminuiu um terço durante a guerra, não havendo correspondência entre os números e os discursos xenófobos que apresentam a população estrangeira como uma ameaça. No rescaldo da Primeira Guerra, predomina uma representação negativa sobre a população estrangeira e a atitude das autoridades em relação à imigração muda radicalmente (Afonso, 2004; Riaño & Wastl-Walter, 2006). Em 1921, o governo promulga o “Decreto sobre o controlo dos estrangeiros” que separa a questão da admissão da questão da permanência em território nacional, ou seja, permite controlar a migração laboral, salvaguardando o turismo.⁶² Este decreto lança as bases para a Lei Federal sobre a Permanência e Estabelecimento de Estrangeiros (LSEE) adotada em 1931, lei essa que reflete o contexto de xenofobia que se vive nos anos 1920 (D’Amato, 2011). Os direitos da população estrangeira são então restringidos, nomeadamente no plano da residência permanente e da aquisição de nacionalidade. Além disso, é introduzida a ideia de controlar a proporção de estrangeiros/as no território, com vista a prevenir o desemprego de cidadãos nacionais.

⁶² Fonte: Rapport du Conseil fédéral à l'Assemblée fédérale concernant l'ordonnance du 29 novembre 1921 sur le contrôle des étrangers, www.fedlex.admin.ch/eli/fga/1922/1_152/fr

A expansão económica que caracteriza o período do pós-Segunda Guerra (*Les Trente Glorieuses*) obriga ao recrutamento massivo de mão-de-obra estrangeira, que, no entanto, é vista como um “fenómeno temporário” (Riaño & Wastl-Walter, 2006, p. 1699). Em 1948, a Suíça assina um primeiro acordo com Itália com o objetivo de recrutar mão-de-obra com baixa escolaridade e considerada, por isso, como *pouca qualificada*, para construir as infraestruturas de que necessita. Os contratos são sazonais e têm uma duração máxima de nove meses. Após dez anos enquanto trabalhador/a sazonal (estatuto de “saisonnier” ou Permis A), é possível obter um contrato anual (Permis B).⁶³ No entanto, a sua renovação está condicionada à situação económica do país. A mão-de-obra estrangeira serve, assim, de amortecedor em caso de recessão económica, como foi o caso nos anos 1970, quando os choques petrolíferos travaram a economia mundial: a não renovação de dezenas de milhares de contratos sazonais e anuais permitiu exportar uma parte substancial do desemprego (D’Amato, 2011).⁶⁴

Durante a década de 1950, enquanto se assiste a uma restrição dos direitos civis, “o governo adota uma estratégia de *laisser-faire*, satisfazendo desta forma os interesses dos meios económicos” (Piguet & Mahnig, 2000, p. 3, *itálico no original*).⁶⁵ Em consequência desta política liberal de entradas – baseada na ideia de regresso ao país após um determinado número de anos – a população estrangeira aumenta significativamente, duplicando no prazo de uma década. Em 1961, a Suíça assina com Espanha um acordo semelhante ao que tinha com Itália. À data, Portugal é considerado pelas autoridades suíças como um país culturalmente distante e a sua mão-de-obra *pouco assimilável* (Afonso, 2010). Algumas conversas informais realizadas durante a pesquisa de terreno sugerem, no entanto, que durante a década de 1960 terão existido ações de recrutamento pontuais em Portugal visando trabalhadores/as *qualificados/as*, designadamente enfermeiros/as.⁶⁶ Nesta década, chegam também à Suíça dezenas de jovens, muitos deles estudantes, que fogem da ditadura salazarista (V. Pereira, 2010).

⁶³ Para mais detalhes sobre os tipos de autorizações, ver anexo III.1

⁶⁴ Yves Flückiger (1998) refere que a Suíça perdeu 330 mil empregos em consequência da crise petrolífera, no entanto, o número de pessoas desempregadas apenas aumentou 25 mil.

⁶⁵ Ume exemplo dessas restrições é, por exemplo, a modificação da lei relativa à aquisição da nacionalidade em 1952: passam a ser necessários doze anos de estadia no país para pedir a cidadania quando, no início do século XX, o pedido podia ser feito logo após dois anos. É, aliás, a combinação de uma política “liberal” relativamente à entrada de trabalhadores/as estrangeiros/as e de fortes restrições à sua integração e naturalização que explicam a elevada taxa da população estrangeira na Suíça, por comparação com outros países recetores de imigração (Wicker, 2003).

⁶⁶ Aos trabalhadores e trabalhadoras na área da saúde é atribuída de imediato uma autorização de residência anual (Permis B).

As restrições e as condições de vida impostas à mão-de-obra pouco qualificada vinda do Sul da Europa motivam protestos por parte do governo italiano. Um novo acordo, mais favorável, é assinado em 1964.⁶⁷ O número de anos necessários à obtenção de um estatuto anual desce para cinco e o prazo necessário ao reagrupamento familiar também é encurtado. De assinalar que, pela primeira vez, as autoridades suíças reconhecem “que os trabalhadores estrangeiros não vieram apenas por causa de uma tensão conjuntural temporária, mas tornaram-se um fator indispensável à nossa vida económica” (Feuille Fédérale, 1964, p. 1960). A assinatura do segundo acordo com Itália suscita um aumento da xenofobia: a ideologia da sobrepopulação estrangeira (*Überfremdung*) ressurge como bandeira de um partido conservador do cantão de Zürich (*Demokratische Partei*) que tira proveito do sistema de democracia direta e apresenta, em 1965, a iniciativa “contra a penetração estrangeira”. Do outro lado do espectro político, os sindicatos, por medo da concorrência da mão-de-obra estrangeira exigem, também eles, a sua limitação. Sentindo-se na obrigação de responder à preocupação de um número crescente da população, o governo adota uma limitação da admissão de novos/as estrangeiros/as. A iniciativa é retirada no ano seguinte, em 1969, mas, pouco depois, é apresentada uma segunda iniciativa “contra o domínio estrangeiro”, que ficou conhecida como a “iniciativa Schwarzenbach”, do nome do homem político que a defendeu publicamente.⁶⁸ A campanha agudiza-se e a presença estrangeira na Suíça torna-se uma questão fraturante.⁶⁹ Poucos meses antes da votação, o governo decide fixar contingentes anuais à mão-de-obra estrangeira calculados com base nas necessidades das empresas, numa tentativa de simultaneamente satisfazer os setores económicos e garantir uma limitação na admissão da população estrangeiras. A 7 de junho de 1970, a iniciativa conhece uma afluência histórica às urnas (74%), sendo chumbada por 54% dos votos.⁷⁰ Uma terceira iniciativa é votada em 1974 e rejeitada por mais de 65% dos votos. A recessão económica (e a não renovação de contratos de trabalho) vai encarregar-se de reduzir a população estrangeira no país (que passa de 17,2% em 1970 para 14,3% em 1980).⁷¹

⁶⁷ Accord entre la Suisse et l'Italie relatif à l'émigration de travailleurs italiens en Suisse : www.fedlex.admin.ch/eli/cc/1965/399_406_400/fr

⁶⁸ A segunda iniciativa visa limitar a 10% a proporção de população estrangeira em todos os cantões, com exceção de Genebra, sede de numerosas organizações internacionais.

⁶⁹ Veja-se, por exemplo, os arquivos da Rádio e Televisão Suíça www.rts.ch/archives/tv/information/politique/10953941-initiative-schwarzenbach.html e o filme documentário “Les années Schwarzenbach” realizado em 2010 por Katharine Dominicé e Luc Peter e disponível em www.youtube.com/watch?v=3N2jn5X9byw

⁷⁰ Recorde-se que, na Suíça, as mulheres não tinham ainda o direito de voto. Este só é concedido em 1971.

⁷¹ Ver o anexo III.2 para uma apresentação resumida e evolutiva do quadro jurídico-normativo e contexto político e económico suíço no último século.

Os “anos Schwarzenbach” representam um momento-charneira na política migratória suíça. Por um lado, são implementadas “quotas de imigração”, por outro, torna-se evidente a necessidade de desenvolver uma política de integração. À época, apenas existem algumas medidas de integração localizadas, muitas vezes decorrentes da iniciativa de entidades privadas. No seguimento do intenso debate no espaço público sobre “a questão dos estrangeiros”, são criados, ainda na década de 1970, os primeiros gabinetes municipais para imigrantes, seguem-se as câmaras consultivas municipais e, posteriormente, cantonais. A Comissão Federal para as Migrações data de 1983.⁷²

Didier Ruedin e colegas (2015) analisam o processo de elaboração de políticas migratórias pelo governo suíço desde 1848, ano que marca o início da Suíça moderna, e distinguem três períodos: um primeiro que qualificam de expansivo (até 1921), um segundo restritivo (até 1974) e um terceiro em expansão (até 2014, ano em que termina a sua análise). De facto, os “anos Schwarzenbach” conduzem o governo a adotar uma “política de estabilização” que procura ser um compromisso entre os interesses económicos e as reivindicações dos movimentos xenófobos: surge, assim, o sistema de quotas anuais (Piguet & Mahnig, 2000). É neste contexto político que chegam à Suíça os primeiros contingentes de trabalhadores/as portugueses/as, na sua esmagadora maioria com baixa escolaridade, quando grande parte dos/as estudantes e exilados/as portugueses/as que viviam no país haviam já regressado a Portugal. Em 1977-78, chegam cerca de mil trabalhadores/as portugueses/as em cada ano, em 1980 já foram quase três mil, em 1982, cerca de cinco mil, número que duplica em 1986 e ronda 20 mil em 1990. Estes são os números oficiais de quem conseguiu um contrato de trabalho nos setores que permitem a obtenção de um estatuto legal “sazonal”: construção, agricultura e hotelaria-restauração. Muitas pessoas não constam, porém, nas estatísticas porque chegam sem contrato e por vezes permanecem vários anos sem estatuto legal, sobretudo mulheres e crianças devido à impossibilidade de reagrupamento familiar (ver secção 3.2.2).

A crise económica da década de 1970 obriga os países europeus importadores de mão-de-obra estrangeira a repensarem as suas políticas migratórias. França e Alemanha interrompem o recrutamento e implementam políticas de incentivo e apoio ao regresso, admitindo novas entradas apenas por motivo de reagrupamento familiar. A Suíça percebe que o sistema de rotatividade está esgotado e que importa pensar a integração dos/as estrangeiros/as que, em vez de regressarem aos seus países após alguns anos, como inicialmente se esperava, tendem a prolongar a sua estadia, contribuindo em termos demográficos e de contas públicas. Na década de

⁷² Fonte: www.ekm.admin.ch/ekm/fr/home/ueber-uns/ekm.html

1980, assiste-se a uma mobilização em favor de uma melhoria dos direitos da população estrangeira e a algumas tentativas de mudar a legislação.⁷³ Porém, não são bem-sucedidas, de modo que o quadro normativo mantém a sua rigidez durante mais alguns anos. À mobilização interna, soma-se a pressão internacional, nomeadamente por parte de organismos como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Organização das Nações Unidas (ONU). Torna-se impensável continuar a impor o estatuto de “saisonnier” a trabalhadores/as da Europa e privá-los/as de direitos básicos como o reagrupamento familiar (Riaño & Wastl-Walter, 2006).

Em 1991, a Suíça adota a política dos “três círculos”, que define zonas geográficas prioritárias de recrutamento, com base na ideia de “proximidade cultural”. Mudam os critérios, mas mantém-se, contudo, uma lógica de seleção articulada com estereótipos étnico-raciais. Desta vez, Portugal situa-se na categoria de migrantes *desejáveis*, ou seja, no primeiro círculo que prevê a livre circulação com os países CE/EFTA.⁷⁴ No segundo círculo, cabem países ocidentais como o Canadá e os Estados-Unidos (e prevê-se a inclusão futura da Europa de Leste). O terceiro círculo inclui os restantes países, cujos cidadãos/ãs só em casos excecionais podem obter uma autorização de residência. Em 1998, os três círculos passam a ser só dois, numa lógica binária “Europa vs fora da Europa”: são reforçados os direitos do primeiro círculo ao mesmo tempo que se restringe a admissão do segundo círculo a trabalhadores/as *qualificados/as* (Riaño & Wastl-Walter, 2006; Afonso, 2010).

A década de 1990 representa um momento de viragem a vários níveis. Após a adesão ao Espaço Económico Europeu ter sido rejeitada em referendo, em 1992, o governo suíço, consciente do risco de isolamento político e económico, enceta um diálogo com a Comissão Europeia que se conclui, em 1999, com a assinatura do primeiro pacote de acordos bilaterais.⁷⁵ Nesta década também é lançado o primeiro programa nacional de investigação sobre migrações,

⁷³ Em 1981, é votada a iniciativa “Mitenand” que visa melhorar o estatuto jurídico dos/as estrangeiros/as e prevê a abolição do estatuto de “saisonnier”. No entanto, é chumbada. A campanha para esta iniciativa contou com a participação de migrantes portugueses (ver anexo III.4).

⁷⁴ A sigla CE designa a Comunidade Europeia e EFTA designa a Associação Europeia de Comércio Livre (sendo comum, em Portugal, usar-se a sigla inglesa). A EFTA integra países como a Suíça, o Liechtenstein, a Noruega e a Islândia.

⁷⁵ O primeiro pacote de acordos bilaterais entra em vigor em 2002 e diz respeito a sete setores: livre circulação de pessoas; barreiras técnicas ao comércio (ou *Mutual Recognition Agreement*); mercados públicos; agricultura; transportes terrestres; transporte aéreo; investigação. O segundo pacote de acordos bilaterais é assinado em 2004 e entraram em vigor em 2008. Dizem respeito às seguintes matérias: Schengen/Dublin; troca automática de informações; luta contra a fraude; produtos agrícolas transformados; ambiente; estatísticas; MEDIA; pensões; formação. Fonte: www.eda.admin.ch/europa/fr/home/europapolitik/politique-europeenne/bilaterale-1.html

e criado um centro de investigação e documentação especializado neste campo de estudos, tornando as migrações um “fenómeno de sociedade quase normal em vez de marginal” (Chimienti, Bolzman & Ruedin, 2021, p. 10).⁷⁶ O impacto político destes estudos é, no entanto, limitado, concluem estes/as autores/as. Acrescentam ainda ser necessário repensar a forma como o conhecimento tem vindo a ser produzido.

O tema da integração só ganha realmente relevância com o virar do século, quando está prestes a entrar em vigor a livre circulação de pessoas com a União Europeia. A questão da integração é finalmente inscrita na LSEE em 1999. São então criadas diversas estruturas em todo o país, nomeadamente comissões de integração municipais, e alocadas verbas para financiar medidas de integração, como, por exemplo, cursos de língua (D’Amato, 2011). No entanto, a integração só será considerada uma tarefa do Estado, em bom rigor, com a aprovação, em 2005, da nova lei federal, a LEI (*Loi fédérale sur les étrangers et l’intégration*), que entra em vigor em 2008.

A extrema-direita, ator importante no debate político desde as décadas de 1960-70, tem alimentado discursos xenófobos, até à atualidade, insistindo no tema da sobrepopulação estrangeira, embora tenha redirecionado o alvo para o tema dos/as refugiados/as e do asilo, que se tornou “uma metáfora para a migração indesejada” (D’Amato, 2011, p. 190). Foi-se constituindo como força política durante as décadas de 1980-90, sobretudo na parte germanófona, ao ponto de o SVP/UDC se tornar o principal partido, nas eleições federais de 1999, e aumentar a sua representatividade nos parlamentos (cantonais e federal) e no governo (dois dos sete ministros/as são SVP/UDC).⁷⁷ O partido tem sido um dos atores que originou mais iniciativas anti-imigração, designadamente a iniciativa “contra a imigração em massa”, aprovada em 2014, com 50,3% dos votos.⁷⁸

⁷⁶ O *Programme national de recherche "Migrations et relations interculturelles"* (PNR 39) decorre entre 1995 e 2000. Em 1995, é também criado o SFM, Swiss Forum for Migration and Population Studies (www.migration-population.ch), na Universidade de Neuchâtel.

⁷⁷ As siglas SVP/UDC significam *Schweizerische Volkspartei*, em alemão, e *Union démocratique du centre*, em francês. O partido integra o governo desde 1971, ano da sua fundação, no seguimento da fusão de três pequenos partidos conservadores. O SPV/UDC ganhou projeção nas votações de adesão ao EEE em 1992, contra a qual faz campanha. Posiciona-se enquanto guardião da independência e neutralidade do país. Faz da luta anti-imigração uma bandeira e cresce substancialmente, em particular na parte germanófona da Suíça, tornando-se o partido mais votado em 1999, passando da quarta para a primeira posição no tabuleiro político nacional, posição que manteve até hoje. Para dados sobre a evolução da paisagem política, ver www.bfs.admin.ch/bfs/fr/home/statistiques/politique/elections/conseil-national/force-partis.html#-1923937103

⁷⁸ A iniciativa “contra a imigração em massa” veio modificar o Art.121.º da Constituição e reintroduzir a ideia de contingentes anuais e tetos máximos de pessoas estrangeiras em função dos interesses económicos e da preferência de nacionais (www.bk.admin.ch/ch/f/pore/vi/vis413t.html). O seu intuito é

Há largas décadas que os instrumentos da democracia direta são utilizados para politizar a imigração, permitindo que partidos e grupos xenófobos influenciem a agenda e decisões políticas nesta matéria (Piguet & Mahnig, 2000; Ruedin & D’Amato, 2015). Parte do sucesso deste movimento anti-imigração explica-se ainda pelo conteúdo dos seus discursos e a persistência do conceito de *Überfremdung*, que se apoia no antagonismo nacional/estrangeiro, desejado/indesejado. “[E]xcluir os/as estrangeiros/as tem tido a importante função de preservar a identidade suíça”, sublinham Yvonne Riaño e Doris Wastl-Walter (2006, p. 1708). Ao todo, entre 1970 e 2020, foram votadas 13 iniciativas sobre imigração e outras cinco foram retiradas ou não conseguiram recolher o número suficiente de assinaturas.⁷⁹

A politização da imigração apresenta, no entanto, variações contextuais. Isto mesmo observam Marco Bitschnau e colegas (2021) na sua análise do debate político em torno do tema da imigração nos principais jornais suíços em dois momentos: a crise petrolífera de 1973 e a crise financeira de 2008. Afirmam que, embora as crises afetem a politização, esta foi mais forte no contexto de uma imigração de trabalhadores/as com estatutos precários e concebidos como temporários (nos anos 1970) do que no contexto de uma imigração permanente com direitos adquiridos e uma maior integração europeia (depois da assinatura dos acordos bilaterais).

Os direitos dos/as estrangeiros/as não estão, porém, garantidos e são permanentemente alvo de contestação. Em 2019, foram implementadas novas restrições à lei da nacionalidade e à Lei dos Estrangeiros e Integração (LEI). Para pedir a cidadania, passou a ser obrigatório ser titular de uma autorização de estabelecimento (Permis C, enquanto antes bastava o Permis B) e demonstrar estar integrado/a, o que passa nomeadamente por realizar uma prova de língua escrita e oral (critério novo). Por outro lado, o endurecimento da LEI possibilita a expulsão do território de uma pessoa com Permis B que recorra a ajudas sociais, inclusive para residentes há mais de 15 anos (critério novo), bem como a retroação do Permis C para B, o que implica a perda de alguns direitos. Não sendo a Suíça um país onde vigora o *jus solis*, mas sim o *jus sanguinis*, importa, por fim, reter que estas restrições se aplicam a quem é migrante, bem como aos/as descendentes. Existem barreiras estruturais à integração criadas pela legislação nacional, o que

manifestamente contraditório com os compromissos internacionais e designadamente os Acordos de Livre Circulação. Em finais de 2016, o governo adota uma solução de meio-termo, por forma a manter boas relações com a UE (ver www.fedlex.admin.ch/eli/fga/2016/2167/fr e Graf, 2018). Insatisfeito com este desfecho, o SVP/UDC propõe uma nova iniciativa “para uma imigração moderada”, que é rejeitada, em setembro de 2020, com mais de 61% dos votos.

⁷⁹ Para uma informação mais detalhada sobre cada iniciativa e os respetivos resultados, ver www.ekm.admin.ch/ekm/fr/home/zuwanderung---aufenthalt/zuwanderung/geschichtliches/volksinitiativen.html

leva Riaño e Wastl-Walter (2006) a concluir que “a política de imigração na Suíça pode ser interpretada como política de identidade nacional” (p. 1709).

3.1.3 A interseção dos regimes migratório e de género e os seus efeitos

Como vimos, a política migratória suíça torna-se mais restritiva ao longo do século XX, limitando o número e categorias de pessoas de nacionalidade estrangeira admitidas para exercer uma atividade económica. Por outro lado, ela é também discriminatória em função do género. Num casal com crianças com idades inferiores a 16 anos, a autorização de permanência apenas era concedida ao homem, a mulher tinha de ficar no país de origem com a(s) criança(s). Contudo, se ela *não* fosse mãe, poderia solicitar um contrato de trabalho e obter uma autorização em nome próprio.⁸⁰

Por detrás desta legislação está presente uma visão patriarcal ancorada na divisão “trabalho produtivo vs trabalho reprodutivo” cujo modelo de família é o do homem “ganha-pão” e de mulher “cuidadora”, em que trabalhar fora de casa não é considerado adequado para mães com crianças pequenas. Na Suíça, “as instituições contribuem para abrandar a progressão da igualdade entre os sexos (...) [e] a gestão das relações de género revelam o poder das forças conservadoras” frisam Olivier Giraud e Barbara Lucas (2009, p. 25).⁸¹

No campo das migrações, alguns estudos têm mostrado como um conjunto de representações estereotipadas e sexistas sobre pessoas migrantes são mobilizadas por diferentes atores para sustentar determinados discursos, práticas e políticas (Riaño & Wastl-Walter, 2006; Fisher & Dahinden, 2017; Dahinden & Schaer 2020). Estas autoras analisam como é que ideias clássicas e conservadoras relativamente ao género moldaram, e ainda moldam, a política suíça de imigração, a começar pela LSEE de 1931 na qual *o estrangeiro* é concebido como *um homem*. Como já foi dito no capítulo 1, a conceção predominante em relação às pessoas migrantes era,

⁸⁰ Yves Hofstetter (1981) frisa o carácter “estritamente pessoal” (p.157) da autorização sazonal, não sendo, por isso, extensível a outros membros da família e refere o tratamento diferenciado dado pela administração às mulheres com e sem crianças, que só são tratadas de forma igualitária com os homens, quando os/as filhos/as são maiores de idade. O autor refere, ainda, que estas restrições não se encontram publicadas, ou, pelo menos, tal não foi o caso até 1973. Nesse ano, esclarece Delia Castelnuevo-Frigessi (1978), são emitidas novas orientações do OFIAMT (Office fédéral de l’industrie, des arts et métiers et du travail) cujo artigo 18.º confirma que: “As esposas de *saisonniers* que queiram empregar-se pela primeira vez no nosso país, doravante só podem obter uma autorização se não tiverem crianças menores de idade” (p. 197).

⁸¹ Importa lembrar que o princípio da igualdade entre mulheres e homens só entrou na Constituição Helvética em 1981 e que a Lei Federal para a Igualdade entre Mulheres e homens data de 1995 (*LEg - Loi fédérale sur l’égalité entre femmes et hommes*).

até recentemente, a de um ator económico *masculino*, pilar da família. As mesmas autoras mostram também como a segregação no mercado de trabalho se opera na interseção das categorias de género, nacionalidade e classe. De onde se conclui que regime migratório e regime de género estão interligados, penalizando as mulheres migrantes.⁸²

Além disso, na Suíça, o Estado investe pouco nas estruturas de apoio às famílias para a pequena infância e isto tem um impacto na taxa de atividade das mulheres suíças quando se tornam mães.⁸³ Na Suíça do século XX, a mulher doméstica é apresentada como o ideal, sobretudo quando é mulher casada e mãe.⁸⁴ Ora, este é um modelo no qual as mulheres portuguesas não se reveem. As portuguesas caracterizam-se por uma elevada participação no mercado de trabalho, tanto em Portugal (Torres, 2008), como em contexto migratório e nomeadamente no mercado de trabalho helvético, mesmo quando têm crianças pequenas (Haug & Wanner 2005).

Desta inter-relação entre regime migratório e regime de género decorrem duas consequências principais: por um lado, alguma invisibilidade das mulheres migrantes, por outro, uma

⁸² O termo *regime migratório* refere-se à “expressão formal de objetivos determinados coletivamente no que diz respeito à regulação da circulação de pessoas” (Cornelissen, 2009, p.355). No entanto, Rass e Wolff (2018) mostram que coexistem diversas aceções do termo e que o sentido que lhe é dado é função dos atores (individuais e institucionais) que o usam e da sua posição e poder que têm. O termo *regime de género* refere-se ao conjunto de estruturas sociais, económicas e políticas que influenciam a divisão dos papéis sociais de género num determinado espaço e tempo histórico. O conceito permite considerar as relações de género na sua dimensão institucional, social e cultural. De assinalar que existe uma variedade de regimes de género que podem coexistir num espaço e período (Giraud & Lucas, 2009; Walby, 2020).

⁸³ Um relatório da OCDE realizado em 2004 sobre a questão da conciliação trabalho-família na Suíça salienta “o impacto do nascimento das crianças nos comportamentos femininos em relação ao trabalho: doravante as mães têm mais tendência a reduzir os seus horários de trabalho do que a deixar de trabalhar” (Bühler, 2004, p.13). O mesmo relatório refere igualmente que “cerca de 55% das mulheres trabalham menos de 34 horas por semana” (idem, p.44). Sublinha ainda a relação entre tempo de atividade feminino e a oferta insuficiente de estruturas para a primeira infância, mas também com um nível de rendimentos das famílias “relativamente elevado”. Desde finais do século passado tem-se verificado uma tendência para um aumento gradual do tempo de trabalho das mulheres na Suíça. No entanto, num inquérito recente à população ativa na Suíça conclui-se que a “redução do horário de trabalho é a consequência mais frequente das tarefas de cuidados infantis para as mulheres: 61% das mulheres empregadas que têm de cuidar de crianças com menos de 15 anos reduziram o seu horário de trabalho” (OFS, 2020b, p. 1). Para mais informações sobre a articulação entre atividade profissional e responsabilidades familiares, veja-se também www.bfs.admin.ch/bfs/fr/home/statistiques/population/familles/active-professionnelle-taches-domestiques-familiales.html. Relativamente ao investimento público nas estruturas para a pequena infância, o relatório da OCDE acima mencionado refere que, em 2001, a Suíça dedicou 1,34% do PIB às famílias, e apenas um sexto dessa percentagem às estruturas de apoio à família, ou seja, cerca de 0,2%. Em 2016, este valor seria de 0,4% do PIB, abaixo da média da OCDE que se situava nos 0,6% (Stern *et al.*, 2021, p. 80).

⁸⁴ Em entrevista ao jornal *La Liberté* em agosto de 2021, Pauline Milani refere a existência de várias disposições legais que, a partir dos anos 1920-30, puseram em causa o trabalho das mulheres fora de casa: “dois salários num casal era muito mal visto”, realça a historiadora. Fonte: <https://www.unifr.ch/webnews/content/190/attach/11034.pdf>

representação social destas mulheres como “seguidoras” dos maridos, uma vez que, em termos estatísticos, elas tendem a ficar visíveis somente após o processo de reunificação familiar. Pelo contrário, as evidências empíricas indicam que um certo número de mulheres portuguesas (não se sabe quantas) se juntou aos maridos, logo nos primeiros anos de emigração, enquanto outras emigraram ainda solteiras, com a ajuda de redes de proximidade. Entravam com um visto de turista e permaneciam no país além dos noventa dias consentidos pela lei.

Foi desta forma que as mulheres portuguesas se tornaram visíveis na sociedade suíça, desafiando simultaneamente o restritivo regime migratório e o conservador regime de género. Insistiram em residir no país sem autorização e insistiram em trabalhar, mesmo não tendo “papéis” e nem apoio institucional para as crianças, quando estas as acompanhavam. Nestas condições, os empregos disponíveis (mulher a dias, empregadas de limpeza ou empregadas de quarto e de hotel) remetiam-nas para uma certa invisibilidade social. Embora elas frequentassem o espaço público (rua, transportes, lojas), não participavam da economia formal, de modo que não lhes era atribuído um papel social (nem uma visibilidade estatística) enquanto trabalhadoras e contribuintes. As mulheres constituíam um contingente de mão-de-obra ainda mais precária do que a masculina, porque indocumentadas e, enquanto tal, eram impelidas para o mercado de trabalho informal que, na Suíça francófona, se designa por “trabalho ao negro”.

Ao longo do tempo, assiste-se ao que poderíamos chamar de *migração de substituição*: à medida que outras mulheres migrantes – designadamente italianas e espanholas – regressam aos seus países, se reformam ou conseguem melhores empregos, as portuguesas vão ficando com os lugares de empregadas de limpeza e de porteiras (*conciierge*) que estas ocuparam antes delas.⁸⁵ Paradoxalmente, a visibilidade das mulheres portuguesas construiu-se pela sua presença quase diária em espaços menos visíveis: casas particulares de médicos/as, arquitetos/as, engenheiros/as, advogados/as, professores/as, mas também nas cozinhas e corredores de hotéis, hospitais, escolas, lares, ou, ainda, em escritórios que frequentavam nos horários de menor movimento e onde se cruzavam com trabalhadoras em funções idênticas e origens semelhantes.

⁸⁵ O termo “migração de substituição” surge com a publicação do relatório da Organização das Nações Unidas (2000) intitulado “Migrações de substituição: Uma solução para populações em declínio e envelhecimento?” e remete para a necessidade de atrair migrantes para contrariar o envelhecimento demográfico e o declínio populacional associados à quebra de natalidade (sobre este tema, ver Peixoto *et al.*, 2017). No contexto da Suíça, e relativamente à alteração da composição dos fluxos migratórios a partir dos anos 1980, Pigué (2017, p. 42) fala em “fenómeno de substituição” para designar a substituição no mercado de trabalho nacional tanto de trabalhadores/as nacionais como estrangeiros/as por novos migrantes.

Estas mulheres entraram na esfera laboral através das oportunidades de trabalho “não declarado”, sem quaisquer direitos laborais, nem descontos para o desemprego ou para a reforma.

Uma pluriatividade que combina diferentes empregos a tempo parcial foi, e ainda é, para muitas mulheres migrantes, a estratégia possível para conciliar inserção económica e responsabilidades familiares, num contexto com insuficientes estruturas de apoio à família. “Contrariamente à crença popular, as normas de género que regulam o acesso das mulheres ao mercado de trabalho no contexto suíço não são necessariamente mais progressivas do que as experienciadas antes da migração. (...) A descoberta do regime de género suíço é inesperada e desafiante”, (Le Feuvre, Davoine, Cangia, 2023, p. 75), lê-se num texto que reúne pesquisas recentes realizadas na Suíça com migrantes beneficiando de um capital escolar elevado. Esta citação revela o desfasamento entre as expectativas sociais relativamente a um país com um elevado índice de desenvolvimento económico e uma estrutura social conservadora do ponto de vista do género. Por outro lado, a conformidade com as normas de género pode acarretar consequências negativas no longo prazo, nomeadamente na passagem à reforma, como se verá mais adiante.

Estas assimetrias de género que resultam de estruturas de oportunidades desiguais na interseção entre regime migratório e regime de género têm implicações duradouras no percurso de vida e repercussões em termos de assimetrias de poder nos casais, em particular na transição para a reforma. Por outro lado, o modo de integração estrutural na sociedade suíça dos primeiros fluxos de trabalhadores/as portugueses/as produz efeitos concretos em termos das representações sociais. Tornou-se comum associar-se as mulheres portuguesas ao setor das limpezas e os homens ao setor da construção e, de forma geral, a população portuguesa aos trabalhos manuais ditos “pouco qualificados”, sendo esta construção social persistente, pois prolonga-se até à atualidade (Azevedo, no prelo).

3.2 As pessoas entrevistadas e os seus contextos de vida

As narrativas de vida que surgem nesta monografia são as de pessoas nascidas em Portugal entre finais dos anos 1940 e o início dos anos 1960. Chegaram à Suíça entre a década de 1970 e o início da década de 1990, a maioria com idades entre os 20 e os 35 anos – com exceção de dois casais que migraram no início deste século, numa fase mais tardia do seu percurso de vida. A duração da estadia na Suíça é variável, contudo, a permanência na Suíça da maior parte das pessoas que participaram na pesquisa é igual ou superior a 35 anos. Salvo algumas exceções, viveram vários anos com um estatuto legal precário: algumas pessoas obtiveram de imediato

uma autorização de permanência sazonal (o chamado *Permis A*), outras permaneceram sem qualquer estatuto legal durante entre meses ou alguns anos, antes de obterem uma autorização de permanência. Estas situações tiveram, conseqüentemente, um impacto nos descontos efetuados para a reforma.

A maioria das pessoas entrevistadas viveu uma dupla migração: de Portugal para a Suíça, mas também de um meio rural para um meio urbano. Como relatam Claudine Attias-Donfut e François-Charles Wolff (2009) acerca dos diversos fluxos migratórios para França na segunda metade do século XX: “Para além da necessidade de se adaptar a um outro país e muitas vezes a uma outra língua, outros códigos sociais, é preciso também fazer a aprendizagem da vida urbana e dos seus ritmos, totalmente estranhos ao campo” (p. 50). No entanto, o contrário também sucedeu ocasionalmente: Simão, por exemplo, trocou uma cidade nos arredores de Lisboa por uma aldeia nos Alpes.

São ainda de assinalar algumas disparidades entre as pessoas que viveram toda a vida no mundo rural antes de sair de Portugal. Estas disparidades devem-se ao facto de o mundo rural ser um mundo social heterogêneo e hierarquicamente estruturado: enquanto certas pessoas provêm de famílias com algum capital económico e herdaram terreno, por exemplo, outras provêm de famílias menos favorecidas, sem património nem outros recursos, a não ser a sua força de trabalho.

Nas seções seguintes, procura-se ilustrar os contextos de vida à partida (Portugal) e à chegada (Suíça) das pessoas entrevistadas. Para esboçar os mundos sociais nos quais as pessoas formularam os seus projetos migratórios iniciais, recorre-se às narrativas das próprias. A reminiscência das suas vivências permite medir a trajetória social percorrida desde então, até ao momento da entrevista. De acordo com a perspectiva do percurso de vida, o passado faz eco no presente. Daqui decorre que, para se compreender melhor os desafios atuais, importa conhecer as etapas anteriores. Ademais, algumas das subtilezas constitutivas dos processos de decisão só se conseguem alcançar tendo em conta os contextos sociais e culturais particulares e “ouvindo as vozes dos/as próprios/as migrantes – como contam as suas histórias e que significados atribuem às suas próprias ações” (Brettell, 2003, p. 4). Isto porque, como salientou Everett Lee (1966, p. 51), “não são tanto os fatores reais na origem e no destino, mas a percepção desses factores que resulta na migração”.

3.2.1 No país de origem

Pese embora tenha tido início anteriormente, é na década de 1980 que a migração portuguesa para a Suíça ganha amplitude, ou seja, no período democrático (ver capítulo 3.3). As pessoas entrevistadas nasceram e cresceram durante a ditadura salazarista e vários dos participantes no estudo foram alistados na “guerra colonial”, com exceção dos homens que nasceram após 1955.

As entrevistas refletem a diversidade de situações sociais observáveis no período da transição democrática. São o resultado de processos históricos e económicos mais amplos, como a industrialização do país, o êxodo rural, a descolonização iniciada com a Revolução de Abril de 1974 e a instabilidade política, social e económica que se segue e que conduz à intervenção do Fundo Monetário Internacional em 1978. A transição para a vida adulta, além de precoce, é, para as pessoas nascidas entre 1945 e 1960, marcada por um período social e político conturbado e pela percepção de que as suas perspetivas de futuro são limitadas em termos profissionais e salariais. Quem viveu a infância nos anos 1950 relata situações de carência material (andar descalço, roubar fruta), uma escolaridade reduzida (por impossibilidade de estudar além do ensino primário) e uma iniciação precoce ao trabalho. As pessoas nascidas por volta de 1960, e que viveram em centros urbanos ou nas suas periferias, mencionam ter estudado até à 6.^a classe.⁸⁶

Em 1960, a adesão de Portugal à Associação Europeia de Comércio Livre (EFTA), da qual é membro fundador, representa um sinal de abertura progressiva do país e dá início a um período de crescimento económico. Os anos que se seguem são acompanhados de grandes e rápidas mudanças no plano demográfico, social e económico, que se traduzem, nomeadamente, por um “amplo movimento de fuga e abandono” (Murteira, 1993, p. 746) das zonas rurais. Este movimento está, em boa parte, relacionado com a emigração – que atinge, no final da década, uma dimensão até então inigualada – mas também com a mobilização militar maciça. Os dois fenómenos estão relacionados, como mostra Victor Pereira (2022). Até ao golpe militar do 25 de abril de 1974, a guerra surge não só como pano de fundo, mas também como acelerador das transformações sociais, ao subtrair uma importante mão-de-obra masculina ao sistema de produção, seja por via da mobilização militar, seja por via da emigração (alternativa ao serviço

⁸⁶ Para uma análise sobre evolução da estrutura escolar portuguesa nas décadas de 1950-60, veja-se o texto de Ludovico Morgado Cândido (1964). O autor constata “exíguas escolaridade obrigatória” (p. 672), o que tem como consequência que “a maioria esmagadora dos jovens portugueses ingressa na actividade económica sem qualquer preparação profissional e, o que é bem pior, sem uma instrução básica suficientemente sólida” (p. 678-79). Constata ainda que, no ano de 1963, “só 20,8 % dos alunos inscritos na 4.^a classe prosseguiram estudos secundários” (p. 680).

militar obrigatório).⁸⁷ Óscar emigrou com 17 anos. Conta que os pais decidiram sair de Portugal em 1972, para evitar que o seu filho único fosse enviado para uma das frentes de combate.

Um primo meu foi para Angola... teve azar, pisou uma mina e veio com a perna cortada. A minha mãe mal ouviu aquilo... “temos de tirar daqui o miúdo”! A minha madrinha de batismo estava aqui na Suíça. Então sucede que a minha mãe entrou em contacto com ela e ela disse: “sim, sim, sem problema nenhum, vocês vêm e a gente arranja trabalho”.

O contexto político dos anos 1960 potencia a emigração clandestina, em particular para França. Victor Pereira (2009) mostra a duplicidade retórica do governo salazarista em relação à emigração: embora procure conter a emigração legal, tolera a emigração clandestina. Isto porque a emigração permite canalizar para o estrangeiro o excedente de trabalhadores agrícolas, ao mesmo tempo que garante o envio de remessas indispensáveis ao equilíbrio da balança de pagamento e à modernização do aparelho produtivo nacional.

A década de 1960 marca também o “‘princípio do fim’ da agricultura e [o] acesso maciço das mulheres ao trabalho assalariado, seja nas fábricas ou no sector dos serviços que se irão substituir à agricultura familiar e ao trabalho doméstico” (Cabral, 2020, p. 38). Esta transição está patente entre as mulheres entrevistadas que viviam em áreas mais urbanas e iniciam a sua vida profissional em fábricas (Filipa, Lurdes), lojas (Augusta, Irene) ou ainda nas primeiras creches criadas após o 25 de abril (Anabela). As restantes participantes no estudo trabalharam na economia informal como empregadas domésticas ou no campo, sobretudo as que viviam em zonas rurais. Apesar de uma entrada precoce no mundo do trabalho, não efetuaram qualquer desconto para a segurança social.

Quando se dá a transição democrática, comparativamente com os países europeus, Portugal é um país com um atraso acumulado em diversos domínios, nomeadamente na saúde e na escolarização (Anido & Freire, 1978). Em 1970, a taxa de mortalidade infantil é de 55,5‰ e a taxa de analfabetismo de 25,7 % (indicadores que, em 2011, se situam nos 3,1‰ e 5,2% respetivamente).⁸⁸ O atraso em termos de qualificações da população portuguesa repercute-se no

⁸⁷ A fuga ao serviço militar como motivo para a emigração clandestina para França é nomeadamente referida por Nayade Anido e Rubens Freire (1978) e Victor Pereira (2009) A relação entre fuga ao recrutamento militar e emigração também surge noutros períodos históricos, veja-se, por exemplo, o texto de Isilda Monteiro (2007) sobre emigração portuguesa para o Brasil no século XIX.

⁸⁸ Fonte: PORDATA, www.pordata.pt/Portugal/Taxa+bruta+de+mortalidade+e+taxa+de+mortalidade+infantil-528-2950 e www.pordata.pt/Portugal/Taxa+de+analfabetismo+segundo+os+Censos+total+e+por+sexo-2517

modo de integração no mercado de trabalho nos países de destino, refletindo-se também nos níveis de salários auferidos e, mais tarde, nos níveis das pensões de velhice.

Escolaridade e entrada no mundo do trabalho

À exceção de algumas pessoas que alcançaram o 6.º ano, nomeadamente as mais jovens, a grande maioria das pessoas entrevistadas para este estudo frequentaram apenas a escola primária, o que significa, para as mulheres nascidas antes de 1960, apenas três anos de escolaridade. Efetivamente, o contexto salazarista veio impor uma limitação à escolaridade obrigatória: três anos para ambos os sexos entre 1930 e 1956 (Decreto de Lei 18 140 de 1930) e, a partir de 1956, quatro anos para os rapazes (Decreto de Lei 40 964). As raparigas são abrangidas por quatro anos de escolarização mais tardiamente, em 1960 (Decreto de Lei 42 994). A escolaridade obrigatória é progressivamente alargada nas décadas posteriores e equivale, na atualidade, ao 12.º ano, ou 18 anos de idade.

Quadro 3.2 *Evolução da escolaridade obrigatória*

Ano	Escolaridade obrigatória	Legislação
1911	3 anos	DL de 29.3. 1911
1919	5 anos	DL de 10.5.1919
1927	4 anos	DL 13619 de 17.5.1927
1930	3 anos	DL 18 140 de 3.1930
1956	4 anos para rapazes e 3 anos para raparigas	DL 40 964 de 12.1956
1960	4 anos para rapazes e 4 anos para raparigas	DL 42 994 de 5.1960
1964	6 anos (não foram asseguradas condições para o seu cumprimento)	DL 45 810 de 7.1964
1979	Condições que assegurem uma efetiva escolaridade de 6 anos	DL 538/79 de 31.12
1986	9 anos (dos 6 aos 15 anos de idade)	Lei 46/86 de 14.10
2009	12 anos (dos 6 aos 18 anos de idade)	Lei 85/2009, de 27.08

Fonte: Cardim (1999) e Diário da República Eletrónico <https://dre.pt/dre>

As narrativas de vidas espelham um sistema de reprodução social que, no entanto, pode ser interrompida com o recurso à emigração familiar, em particular, quando se dá uma sedentarização além da temporalidade inicialmente prevista e se verifica uma escolarização prolongada da geração seguinte no país de destino.

De origem essencialmente camponesa ou operária, como se referiu, poucos/as entrevistados/as estudaram além da escola obrigatória: ficaram pela 4.^a ou a 6.^a classe, consoante o ano

em que nasceram e o local onde viveram. Salvo algumas (poucas) exceções, regra geral saíram da escola entre os 10 e 13 anos e começaram de imediato a trabalhar. Eles foram trabalhadores rurais, pedreiros, serventes na construção ou operários fabris. Elas foram ajudantes na quinta familiar, criadas de servir, empregadas domésticas, operárias fabris ou empregadas de loja (ver a caracterização do perfil socioprofissional das pessoas entrevistadas no anexo III.3). Na geração seguinte, observa-se, no entanto, uma mobilidade social ascendente, com percursos escolares completos, acesso a formações profissionais ou, eventualmente, cursos superiores.

Condições de vida materiais e motivos de emigração

Muitas das pessoas entrevistadas relatam terem vivido em condições precárias, nomeadamente em termos de alojamento, no início da sua vida adulta. Já casados e com crianças, alguns casais viviam, nos anos 1970, em alojamentos sem casa de banho nem água corrente (por exemplo, Noémia e Leonardo, concelho de Moimenta da Beira) e em casas sem eletricidade (por exemplo, Armanda e Mário, concelho de Cartaxo). Outros casais não tinham meios para arrendar uma habitação própria, viviam em casa dos pais e aspiravam a ser autónomos, como ilustram as citações que se seguem.

A casa dos meus avós estava vazia, então eu fui viver para lá. Era uma casa pequena, sem condições, não tínhamos casa de banho. A casa nem sequer tinha espaço. Mas tinha eletricidade, a minha avó teve muito cedo eletricidade (...) Não tinha nada, só havia a luz. [Noémia, concelho de Moimenta da Beira, emigra em 1980, com a filha bebé]

O meu marido tinha vindo do serviço militar há pouco tempo. Nós casámos, eu não tinha... a minha mãe deu uns lençóis, uns cobertores, umas malgas, uns pratos (...) A casa era do meu pai, era uma casa velha que ele tinha comprado. Eu ia trabalhar para os meus pais [no campo], mas *não ganhava nada, era para o comer* (...) Já tinha a minha filha mais velha (...) nem havia tempo para eu estar com a miúda... Andámos nisso algum tempo. Depois, decidimos vir para a Suíça porque, sabes como é, as pessoas emigravam porque... não havia nada, como é que hei de dizer? *As casas eram velhas, não havia... condições nenhuma...* e o que é que tu fazias com o dinheiro que ganhavas? E depois, como ele já tinha aqui um irmão aqui (...) foi o irmão que disse se nós queríamos vir. E o meu marido veio, sem contrato e sem nada. [Mariana, concelho de Guimarães, emigra em 1983, as duas crianças ficam com a mãe dela]

Quando fomos, vivíamos nuns anexos e estava a pagar o terreno. Não havia luz, janelas, portas... estava cimentado no chão, só. [Catarina, concelho de Aveiro, emigra em 1985, com duas crianças em idade pré-escolar]

Aos 14 anos fui trabalhar no campo, era o que havia na altura. Depois tive uma proposta para a construção. Eu queria ser mecânico na altura, mas o meu pai não me deixava. Então trabalhei na construção, dos 17 anos até aos 23 (...) Era assim a vida que se vivia naquela altura. Mas eu sempre queria ser um bocadito mais, queria subir na vida e eu não tinha hipótese. Houve uma altura em que me fui muito abaixo (...) e depois decidi vir para a Suíça. Tinha minha irmã mais velha na Suíça. [Albino, concelho de São Pedro do Sul, emigra em 1982]

Estava casado e vivíamos em casa dos meus pais. Não tínhamos casa própria, então a situação não era boa. [Ricardo, concelho de Leiria, emigra em 1986, ainda não tinha crianças]

Enquanto Ricardo nunca havia pensado em emigrar, Afonso procurava ativamente uma saída para a difícil situação económica que se vivia em Portugal:

Eu tinha 22 anos, tinha então acabado o serviço militar, no final do ano [em 1981]. E depois, em setembro, resolvi. Como vi aquela oportunidade.... Já me tinha ido inscrever a Lisboa, na emigração, porque estavam a pedir para a Somália, eu estava... na altura, estava disposto a ir não sei, não importa para onde. [Afonso, concelho de Leiria, emigra em 1982]

Afonso acaba por ir para a Suíça de boleia, sem contrato de trabalho, para o cantão de Valais onde tinha “umas pessoas conhecidas”. Após três meses como motorista, consegue, através do sindicato, um emprego com contrato para o ano seguinte no seu ramo de trabalho, a carpintaria. Uma situação pouco comum, pois as entrevistas mostram que as pessoas trabalhavam de acordo com as oportunidades que existiam e essas dependiam do lugar (cantão e cidade) para onde tinham possibilidade de ir, o que, por sua vez, dependia em grande medida das redes sociais de que dispunham.

Em Portugal, o fecho de fábricas num contexto político e económico instável suscitava grande preocupação e contribuiu para aumentar o número de candidatos à emigração, sobretudo entre os jovens que tinham assumido responsabilidades parentais, como relatam André e José.

A fábrica onde trabalhava estava em falência, então eu emigrei. Tinha vinte e tal anos. Tinha casado naquela altura. Como havia a crise, emigrei. O meu miúdo era pequeno, tinha nascido nesse ano. [André, concelho de Pombal, emigrou em 1980]

Eu trabalhava numa fábrica de tubos. Entretanto, a fábrica perdeu um concurso de outra produção e teve que se libertar dos contratados. Eu era contratado, arranjei para os cimentos de Alhandra, entretanto... começou a paixão de novas aventuras, de mais projetos, hum. Ela ficou grávida e a partir daí.... Havia aquela influência de ir para os países árabes... Arábia Saudita, Iraque, Líbias, havia aí uma grande influência, eu inscrevi-me, fui chamado! [José, concelho de Azambuja, emigra em 1982]

Outros trabalhavam por conta própria, mas acabaram por procurar uma alternativa na emigração por causa de diversos dissabores relacionados, por exemplo, com problemas de liquidez e atrasos de pagamento de clientes. É o caso de Simão que monta, em finais dos anos 1970, uma oficina automóvel com o irmão na Grande Lisboa. Porém, menos de uma década depois, vê-se obrigado a declarar a insolvência. As desaventuras do trabalho por conta própria foram também o que levaram o marido de Antónia a decidir emigrar.

Acabámos por sofrer algumas situações complicadas a nível económico, porque as pessoas não recebiam ao fim do mês e não pagavam as reparações (...) As coisas estavam difíceis e nós tínhamos já uma irmã na Suíça (...) no fim do ano de 86, o [meu irmão] vem tentar a *chance* dele e vai para casa da minha irmã (...) ele arranjou trabalho aqui, eu cessei atividade lá em baixo e quando ele foi lá em abril de 87, eu vim com ele. [Simão, concelho do Barreiro, emigra em 1987]

O meu marido trabalhava por conta dele [nas pedreiras], comprou uma camioneta, mas roeram-lhe a corda, não lha entregaram. Ele desanimou. Tinha muito trabalho, ele trabalhava por conta dele, mas ficou sem camioneta, não podia entregar o material às pessoas. Chegou lá a casa um irmão dele e disse: amanhã vou para a Suíça, queres vir? E ele disse: nem é tarde, nem é cedo, vou! [Antónia, concelho de Oliveira de Azeméis, emigra em 1979]

Casar com alguém que já está emigrado é também motivo de emigração, para as mulheres, mas também para alguns homens. Foi o caso de Alexandre que já tinha estado em França durante a adolescência e, entretanto, havia regressado a Portugal.

Voltei para Portugal e fui trabalhar para ajudante de camião (...) Entretanto, conheci a minha ex-mulher, que já estava na Suíça e... um ano e tal depois casámos e eu vim para a Suíça. Com contrato, nas roseiras (...) Estive lá quatro anos. [Alexandre, concelho de São Pedro do Sul, emigra em 1982]

Embora estes exemplos não esgotem todos os motivos de emigração, permitem captar a sua diversidade. Mostram também que o que leva as pessoas a emigrar está relacionado com as circunstâncias de vida de cada pessoa/casal, mas também com o contexto socioeconómico regional e nacional. Se José e Júlio se sentiam animados por um certo espírito de aventura e tinham vontade de conhecer outros contextos geográficos e culturais, é mais comum as pessoas saírem do país em busca de outras/melhores oportunidades porque se encontram numa fase de aperto em termos profissionais ou económicos. Mas entrevistei também pessoas que emigraram sem que tal tivesse sido a sua intenção. Sérgio, por exemplo, juntou-se ao irmão na Suíça enquanto esperava ser chamado para fazer o serviço militar, o que acabou por não acontecer e originou a sua permanência. “Francamente, nunca tive intenção de vir para a Suíça”, admite.

A emigração, de geração em geração

Em algumas famílias, a emigração já tinha ocorrido na geração anterior. No caso de Afonso e Inês, ambos os pais estiveram emigrados alguns anos em França, bem como os irmãos mais velhos.

Todos os meus irmãos foram emigrantes. Eu era dos mais novos. Tinha 22 e tinha acabado o serviço militar no final do ano... depois em setembro, resolvi, como vi aquela oportunidade... Já tinha ido inscrever-me na emigração a Lisboa, que estavam a pedir para a Somália... na altura, estamos dispostos a ir não importa para onde (...) Não sei, era aquela coisa que, hum... o meu pai também foi, mas ficou um pouco chocado... de eu me ir embora e eu disse assim ‘Oh pai, *you também foi emigrante!*’. O meu pai emigrou em 1963, esteve em França, em Lyon, de 63 a 70. Pronto, foi dar um empurrão na vida. Éramos cinco filhos. [Afonso, concelho de Leiria, emigra em 1982]

Há famílias em que pais, tios ou irmãos tinham, anos antes, *feito pela vida*, partindo para o estrangeiro. Uns saíram temporariamente, tendo, entretanto, regressado, outros, prolongaram a estadia no estrangeiro, tecendo redes familiares multi-locais – algumas estão hoje dispersas por vários países (dentro e fora da Europa).⁸⁹ Tenham permanecido muitos ou poucos anos no estrangeiro, serviram de exemplo. No seu regresso (cíclico ou permanente), traziam poupanças, mas também objetos e ideias novas que inspiravam outros a partirem.

Os relatos de como as pessoas entrevistadas chegaram à Suíça refletem a existência, pelo menos em certas zonas do país, de uma “cultura emigratória” (Peixoto, 1993, p. 856; Baganha, 1998, p. 199; sobre a noção de “cultura migratória”, ver também Massey *et al.*, 1993; Kandel & Massey, 2002; Brettell, 2003; Kumpikaitė-Valiūnienė *et al.*, 2021).

Redes sociais como suporte da emigração

Enquanto algumas pessoas tinham o projeto de emigrar e procuravam concretizar essa sua intenção, inscrevendo-se em agências de recrutamento para o estrangeiro ou pedindo a uma pessoa já emigrada para as ajudar a arranjar trabalho lá fora, outras emigraram sem o terem planeado com antecedência. Isto é, saíram de Portugal devido a um conjunto de circunstâncias: Ricardo, por exemplo, recebeu um contrato de trabalho pelo correio após ter ido visitar o irmão à Suíça e Adélio, o marido de Catarina, foi desafiado por um vizinho a irem juntos e decidiu partir, de um momento para o outro. Numa ou noutra situação, as redes sociais, constituídas por

⁸⁹ Embora as redes familiares possam facilitar a emigração para um determinado país onde já reside um/a irmão/ã, primo/a ou tio/a, existem famílias em que uns membros emigraram para a Suíça e outros para França, Alemanha ou Estados Unidos e Brasil. Isto pode suceder, por exemplo, quando migram em períodos/décadas diferentes, devido à diferença etária, por exemplo, ou a eventos dos seus percursos de vida.

parentes ou pessoas conhecidas, desempenham um papel central no ato de emigrar. Possibilitaram o movimento, fornecendo ou facilitando o acesso ao emprego e, eventualmente, transporte e alojamento por uns tempos, ou somente informação útil.

Estas redes de interconhecimento tiveram um papel fulcral não só na escolha do destino como no próprio processo migratório e na decisão de partir. São redes constituídas por pessoa da família (irmã/irmão, prima/primo, tio, madrinha) ou por pessoas amigas, vizinhas ou somente conhecidas. O quadro 3.3 (na página seguinte) evidencia a importância destas redes de interconhecimento na migração para a Suíça.

Quadro 3.3 *Redes sociais das pessoas entrevistadas na sua migração para a Suíça*

Ano de emigração	Pessoa entrevistada	Natureza da relação que possibilitou a migração
1974	Óscar	“eu tinha aqui uma madrinha ”
1976	Rita	“viemos através de um primo ”
1978	Telmo	“tinha aqui uma irmã minha e um cunhado ... eles arranjaram-me aqui trabalho”
1979	Mariana	“ele já tinha aqui um irmão ”
1979	Sérgio	“tinha aqui o meu irmão , telefonei-lhe: arranja-me trabalho que eu quero ir para aí ganhar uns dinheiros”
1980	Leonardo	“foi um primo dela que me arranhou contrato”
1980	André	“tive amigos que me disseram: olha, vem que ajudo-te e arranjo-te trabalho. Eu fui”
1980	Mário	“tínhamos um casal amigo aqui na Suíça”
1981	Francisca	“uma vizinha minha veio para aqui e eu pedi-lhe se ela arranjasse um lugar [trabalho] para o meu marido”
1982	Afonso	“umas pessoas conhecidas ”
1983	Florbela	“eu tinha amigos que estavam em Genève”
1984	Luís	“tínhamos um tio que estava cá a trabalhar. Vim com ele”
1984	Emílio	“ela foi primeiro, tinha lá irmãs e primas ”
1985	Catarina	“um senhor [vizinho] perguntou ao meu marido [se ele queria ir]”
1985	Jerónimo	“tinha lá um primo; um primo da minha ex-mulher”
1985	Albino	“a minha irmã mais velha foi a primeira que veio para a Suíça (...) depois veio o meu irmão ”
1986	Ricardo	“tinha um irmão , mais velho, que já trabalhava na Suíça”
1987	Simão	“o meu irmão que vem tentar a chance dele e foi para casa da minha irmã , perto de Neuchâtel (...) e quando ele foi a Portugal, eu vim com ele”
1987	Irene	“[o meu marido] tinha um irmão na Suíça que lhe propõe ir trabalhar para a mesma empresa”
1988	Helena	“uma amiga minha estava cá e perguntou-me se eu queria vir”

Uma vez instalados/as na Suíça, após terem emprego e casa, muitos casais entrevistados tornaram-se, por sua vez, um elo dessas “cadeias migratórias” (MacDonald & MacDonald, 1964) ou “redes migratórias” (Anderson, 1974; Boyd, 1989) que se foram constituindo para este destino e contribuíram para ampliar o *stock* de migrantes portugueses/as nas décadas seguintes. Foi o caso de Armanda: “Trouxe muita gente para a Suíça, já nem consigo contar”.

As entrevistas revelam que muitos padrões privilegiavam canais informais de recrutamento, pedindo aos seus empregados e empregadas para identificarem novos/as trabalhadores/as no país de origem, o que, por sua vez, contribuiu para constituir e alimentar essas redes migratórias e para a aceleração da migração portuguesa para a Suíça em meados da década de 1980, quando a economia suíça já havia recuperado e precisava urgentemente de mão-de-obra pouco qualificada (Piguet, 2004). Estes “processos de recrutamento informais” são também referidos por José Carlos Marques (2008, p. 417).

Nos estudos migratórios, a teoria das redes é usada para explicar a manutenção dos movimentos migratórios, uma vez que a existência dessas redes reduz os custos inerentes a esses movimentos (Massey *et al.*, 1993). As redes podem, inclusive, ser reativadas várias décadas após os primeiros fluxos migratórios, como se veio a verificar, por exemplo, no último pico de saídas de Portugal, no seguimento da crise das dívidas soberanas que abalou fortemente a economia portuguesa. Entrevistas com migrantes portugueses/as mais recentes revelam casos de quem emigrou para a Suíça na década passada porque tinha naquele país algum tipo de suporte (familiar) ou conheciam alguém que lhes facilitou a chegada (L. Azevedo *et al.*, 2023).⁹⁰

Trajetórias migratórias

Entre as pessoas entrevistadas, o caso mais comum é o de pessoas que saíram da sua região de origem e foram diretamente para a Suíça, como Augusto e Francisca, Arnaldo e Mariana, Leonardo e Noémia, Catarina e o marido, Augusta, Armanda e Mário, entre muitos/as outros/as. No entanto, existe alguma diversidade em termos de trajetórias migratórias.

Antes de emigrarem para o estrangeiro, algumas pessoas viveram uma migração interna, de uma zona rural para a região de Lisboa: Júlio e Margarida, mas também Simão vieram do Alentejo para a península de Setúbal, Sónia veio da região de Coimbra para Lisboa. Outras pessoas “retornaram” das colónias e optaram por emigrar porque não conseguiam adaptar-se a Portugal, como Florbela, nascida em Angola, mas também Rita e o marido, que viveram vários anos em Moçambique. Há também casos de pessoas que viveram noutros países antes de irem para a Suíça, como Alexandre, que esteve primeiro um par de anos em França (onde tinha irmãs), mas também José e Júlio. Tanto um como outro trabalharam na construção civil em países árabes no início dos anos 1980, aí conheceram colegas suíços e constituíram redes profissionais que, mais tarde, lhes proporcionaram oportunidades de emprego na Suíça. Estas oportunidades

⁹⁰ Estas entrevistas foram realizadas no âmbito do projeto “*Expectations of return of new Portuguese emigrants living in Switzerland*”, executado no quadro do programa “*Seed money for joint Swiss-Portuguese academic projects*” (2020-2022), cuja equipa integrei.

encaixavam na vontade que cada um deles tinha de, por um lado, viverem num país com mais liberdades e, por outro lado, de estarem mais perto das respetivas famílias.

3.2.2 No país de destino

Como vimos anteriormente (no capítulo 3.1.2), os primeiros anos da migração portuguesa para a Suíça foram marcados pela rigidez da política migratória helvética e uma forte restrição dos direitos dos/as trabalhadores/as estrangeiros/as. As condições materiais de quem emigrou nas décadas de 1970-90 eram geralmente precárias. A primeira dificuldade residia na obtenção de um estatuto legal, o qual estava associado a um contrato de trabalho, que estava, por sua vez, condicionado ao sistema de quotas anuais.

Emigrar recorrendo ao apoio de uma pessoa conhecida ou parente era muitas vezes a melhor forma de conseguir trabalho e, eventualmente, um emprego com contrato. Mas houve casos de pessoas que partiram sem contrato nem qualquer garantia de arranjar trabalho, tentando a sua sorte, como conta Catarina em relação ao marido, que saiu de Portugal em 1985.

O meu marido foi sem trabalho, sem contrato. Não tinha onde dormir. Foi clandestino. (...) Uma senhora suíça onde foi dormir arranhou-lhe emprego passado quinze dias. Foi fazer limpezas e depois arranhou trabalho na construção civil, com contrato, [para o ano seguinte].

Outras pessoas partem para a Suíça porque surge a oportunidade de um contrato de trabalho, como Ricardo, a quem fizeram um contrato no setor da restauração.

No princípio de março [de 1986] aparece-me um contrato de trabalho em Portugal, para vir para a Suíça. Na altura, um *Permis A*. Era um contrato de nove meses. E foi assim. Eu tinha um contrato na mão, meti-me num comboio e lá vim, sozinho.

As pessoas detentoras de um *Permis A*, ou autorização de permanência sazonal, não podiam celebrar contratos de trabalho com uma duração superior a nove meses.

“Saisonnier”, um estatuto legal precário

O estatuto de *saisonnier* designa um sistema de contratação temporária que esteve em vigor desde 1934 e perdurou até 2002. Foi implementado com vista a suprir as necessidades de mão-de-obra sazonal nos setores em que era mais difícil contratar trabalhadores/as nacionais – construção, hotelaria-restauração e agricultura – e assentava na visão de uma imigração rotativa.

A duração máxima dos contratos de *saisonnier* (ou *Permis A*) era de nove meses. Impunha-se o regresso ao país de origem nos restantes três meses do ano. A obtenção de um estatuto mais estável implicava perfazer sucessivamente um determinado número de épocas: inicialmente

eram dez, depois passou para cinco e para quatro, em 1976. Assim, a larga maioria de portugueses/as necessitou completar 36 meses de trabalho enquanto *saisonnier* para obter uma autorização anual (Permis B). Caso faltassem algumas semanas ou somente alguns dias, era necessário efetuar mais um ciclo completo de nove meses.

“O estatuto de *saisonnier* impõe proibições e restrições muitas das quais violam os direitos humanos e negam fundamentais” (Archives contestataires *et al.*, 2019, p. 13). Efetivamente, trabalhadores e trabalhadoras sazonais eram privados do direito ao reagrupamento familiar e à mobilidade geográfica ou profissional. A temporalidade curta da autorização de permanência e a precariedade do estatuto dificultavam o arrendamento de apartamentos em nome próprio. Além disso, cada ano, à chegada à Suíça, era obrigatório realizar uma visita sanitária (para despistar doenças como a tuberculose, que eram motivo de expulsão do país).⁹¹

Apenas o Permis B consentia o direito de trazer a esposa e crianças. Os anos enquanto *saisonnier* eram de solidão e sofrimento psicológico, tanto para quem migrou como para quem ficou no país.

As condições habitacionais eram, a maior parte das vezes, precárias. Os homens que trabalhavam em regime sazonal na construção civil viviam nos chamados “*baraquements*”, isto é, uns cubos que se assemelhavam a contentores e eram partilhados por vários operários imigrantes (ver anexo III.6).⁹² Quem trabalhava na hotelaria-restauração e na agricultura tinha um quarto partilhado, no local de trabalho ou em casa dos patrões, e os custos com alojamento e comida eram-lhe descontados do salário. Entre os portugueses entrevistados, alguns conseguiram, contudo, com a ajuda dos patrões, arrendar um estúdio ou um pequeno apartamento e dessa forma trazer a mulher e as crianças.

⁹¹ Para mais informações sobre o estatuto de “*saisonnier*”, veja-se os *links* disponibilizados no anexo III.5.

⁹² No cantão de Berna, uma portaria de 1985, em vigor entre 1986 e 2014, clarifica nos seus artigos 71.º e seguintes as condições de alojamento dos trabalhadores nos estaleiros (RSB 721.1 - Ordonnance sur les constructions (OC) du 06.03.1985; www.belex.sites.be.ch/app/fr/texts_of_law/721.1/versions/394). O artigo 72.º estipula designadamente o espaço a que cada trabalhador tem direito:

¹ *Lorsque les travaux de construction (bâtiments et génie civil) durent plus de 15 journées de travail, des baraquements ou des locaux de séjour doivent être mis à la disposition des ouvriers près du chantier.*

² *Les baraquements et les locaux de séjour doivent satisfaire aux exigences générales (art. 71) et aux prescriptions ci-après:*

a le vide d'étage des locaux doit être au minimum de 2,2 m et la surface au plancher de 1,5 m² par ouvrier;

b la surface des fenêtres doit au minimum représenter un dixième de la surface au plancher;

c l'installation de chauffage ou une installation spéciale doit permettre de sécher les habits mouillés et de réchauffer les aliments;

d à défaut de cantine, il faut prévoir pour chaque ouvrier une place assise à table.

A impossibilidade de reagrupamento familiar e a clandestinidade de mulheres e crianças

A separação dos casais e das famílias era uma das consequências diretas do estatuto de *saisonnier*, sendo a outra a “produção” de pessoas “sem papéis”, decorrente da impossibilidade legal de reagrupamento familiar. Dá-se, assim, uma migração *irregular* de mulheres e crianças que pode ser entendida como o resultado de “aspirações e capacidades de migrar dentro de determinados conjuntos de estruturas de oportunidades perçecionadas” (de Haas, 2021, p. 30-31). Quando o marido decide emigrar para *endireitar a vida*, Catarina fica sozinha em Portugal com as duas crianças do casal. Passado algum tempo e com a ajuda da empresa, o marido consegue ter condições habitacionais para reunir a família e Catarina arrisca ir clandestinamente, meio ano depois, com as suas duas crianças, ainda em idade pré-escolar.

Eu fui em outubro de 1985 para o pé dele, sem papéis. Tive lá os meus filhos, não me separei dos meus filhos (...) Tive de mandar o menino para a escola para aqui, para Portugal, como ele fazia os 6 (...) Ele passou para o 3º ano e ela para o 2º ano e vim buscá-los, não aguentava mais. Ainda não tinha o permis B (...) Tive-os fechados lá, sem ir à escola, que eles não podiam (...) Eu estava lá, mas estava escondida, clandestina. Estava em casa, fazia as compras.

Quando as crianças atingem a idade para serem escolarizadas, a separação impõe-se, uma vez que, de acordo com as leis em vigor, as crianças em situação irregular não podiam frequentar a escola pública. Esta situação só se veio a alterar-se nos anos 1990, depois da ratificação da Convenção das Nações Unidas dos Direitos das Crianças. No entanto, desde finais de 1970 que existiam, em alguns cantões, nomeadamente Neuchâtel, Genebra e Vaud, iniciativas privadas que proporcionavam escolarização às crianças mais pequenas.⁹³

Se alguns casais assumiram o risco da clandestinidade, outros optaram, a contragosto, pela separação. Certas vezes, devido a uma ordem de expulsão, em consequência de uma denúncia à polícia, como aconteceu com Mariana e com a mulher de José.

Trouxe as minhas duas filhas, a mais nova teria dois anos e a mais velha cinco. E estivemos ainda bastante tempo. Só que... que complicação! Por duas vezes, a polícia... tocou à porta. (...) O que me safava é que eles às vezes não carimbavam o passaporte (...) Elas lá foram para Portugal, para casa dos meus pais (...) Ainda estive uma temporada sem elas (...) A minha mais velha sentia-se triste, eu via (...) N verão a seguir, entrámos no portão e a mais velha fugiu, escondeu-se, não sabíamos dela (...) Eu disse ao meu homem: já não ficam aqui mais! E trouxe-as.

⁹³ Sobre este assunto, esteve patente a exposição « Enfants du placard : à l'école de la clandestinité » no Musée d'histoire de La-Chaux-de-Fonds entre junho de 2022 e março de 2023.

(...) por razões da história da emigração, eles foram expulsos da Suíça, tanto a [minha mulher] como o [meu filho] foram expulsos da Suíça.

José emigra em 1982. A família junta-se a ele pouco depois, sem estatuto legal. Devido a uma denúncia, mãe e filho são expulsos. Um ano depois, ela volta a juntar-se ao marido, mas desta vez o filho fica com a avó em Portugal. Também no caso de Antónia e Armanda, são as avós que cuidam dos/as netos/as e assumem o papel de mãe de substituição vários anos.

Tive que pedir à minha mãe para me ficar com as filhas, que eu não podia levar as filhas para lá.
[Antónia, emigra com o marido em 1978]

Eu recebi o *Permis B* no princípio da semana e nesse fim-de-semana, fui logo buscar os meus filhos. Cheguei lá, o meu filho mais velho começou a chorar que não queria vir por causa da avó. Esteve lá quase cinco anos com a avó, não é? A minha mãe chorava, o meu pai chorava... (...) Custou-me muito quando os deixei, mas a minha mãe... também lhe custou quando ela teve que os deixar vir. Eu era a mãe, ela teve que me os deixar trazer, mas o meu filho mais velho já não queria deixar a avó, gostava de lá estar. [Armanda, emigra em 1980]

A separação das famílias é difícil para mães, avós e crianças e acarreta consequências em termos de coesão familiar. Além da separação familiar, além de “produzir” crianças indocumentadas, a política migratória suíça teve consequências na vida dos casais e provocou também ruturas matrimoniais, como relata André, que viveu quatro anos sozinho na Suíça, longe da mulher e do filho, que tinha dois anos quando o pai sai de Portugal.

É muito triste um pai ter um filho e viver no estrangeiro. Estar a trabalhar, tudo muito lindo, a ganhar dinheiro e dizer assim: Merda! Estou a trabalhar, não vejo o meu filho, não vejo a minha mulher, não tenho o direito de ir visitá-los. Era uma situação muito ingrata. Além de ser ingrata, havia muita família estragada. Houve muito divórcio devido ao sistema de separação de famílias.
[André, emigra em 1980]

Esta política migratória produziu ainda efeitos nas decisões em matéria de reprodução: houve casais a optarem por adiar gravidezes desejadas, sabendo que o nascimento de uma criança antes de alcançarem o *Permis B* implicaria a separação familiar. Foi essa a experiência de Sérgio e de Ricardo.

Naquela altura, se nós tínhamos filhos, as mulheres e os filhos iam repatriados. Com o *permisso A*, não havia hipótese. *Tivemos que estar à espera*, não é? [Sérgio, emigra em 1979]

(...) obrigaram-me a fazer um quinto ano com contrato de *saisonnier*. Fizemos esse quinto contrato e, entretanto, como tínhamos o *Permis B* seguro, sabíamos que íamos tê-lo, pensámos em ter um

filho. Porque estávamos à espera, eu... a minha ansiedade era ter um filho. Ela engravidou logo e... Tivemos o Permis em março e ele nasceu em abril. [Ricardo, emigra em 1986]

As mulheres sem filhos tinham direito a trabalhar e a ter um Permis A, ou seja, podiam ter o estatuto de *saisonnieres*. Porém, quando eram mães, era-lhes negado o direito ao trabalho. Consequentemente, não lhes era concedida qualquer autorização de residência, uma vez que era necessário apresentar um contrato de trabalho para ter direito ao Permis A (Archives contestataires *et al.*, 2019, p.15). Perante tais constrangimentos, a única alternativa que se lhes apresentava era o trabalho precário, muitas vezes no setor informal, como contam Anabela e Noémia (sobre este assunto ver também a secção 3.1.3).

Não podia trabalhar porque tinha uma filha. (...) Não podia trabalhar [legalmente], então comecei a trabalhar nas limpezas. [Anabela, emigra em 1984]

No primeiro ano não trabalhei. No segundo ano, [o meu marido] falou com umas raparigas de Gouveia que conheceu lá a jogar à bola. E a Adelaide trabalhava numa casa de pessoas de idade. E quando eles precisavam de alguém, chamavam. Nessa altura, não tínhamos telefone, então essa rapariga ia lá a casa dizer: olhe, hoje se puder trabalhar, precisam de si. E eu ia. Eu tinha uma amiga que vivia ali abaixo, ela tinha dois filhos mais ou menos da idade da minha filha e era ela que me a guardava (...) dava-lhe 5 francos por dia. Foi ela sempre que me guardou a minha filha. [No lar, fazia] limpezas, ajudava na cozinha. Sem contrato. Eu estive lá a trabalhar sem papéis durante três anos completos. [Noémia, emigra em 1980, “sem papéis”]

A impossibilidade do reagrupamento familiar levou algumas mulheres e crianças a viverem escondidas. Limitavam as saídas ao essencial e andavam no espaço público com receio. O medo é um sentimento recorrente nas narrativas sobre a migração nos anos 1970-80, em particular por parte das pessoas que viveram na Suíça enquanto “migrantes irregulares”, como testemunham Antónia e Emílio.

Eu fui para lá, mas eu só lá podia estar três meses, depois tinha que me vir embora.⁹⁴ Eu não podia arranjar trabalho porque o meu marido tinha um contrato de nove meses... Depois dos três meses *tinha de estar fechada, sempre fechada*. (...) Nesses três meses, eu podia andar cá fora... se eu fosse controlada, não fazia mal... mas ao fim dos três meses, se eu fosse controlada, tinha que me vir embora. Então depois era... dentro de casa, à janela, e olhe, chorei muito. Chorei muitas lágrimas (...) Fui para lá, mas foi muito duro, muito duro, não tem nada a ver como é agora. Ai, o que

⁹⁴ Três meses corresponde ao período máximo autorizado por motivos de turismo. Regra geral, o passaporte era carimbado com a data de entrada, o que permitia à polícia controlar se a pessoa se encontrava ilegalmente no país.

eu lá sofri, Jesus! Tinha de estar *sempre escondida*. Andava com *medo*. [Antónia, emigra em 1979, “sem papéis”]

A gente andava na rua... tínhamos medo de falar português! Porque havia um certo *receio* para *quem não tivesse papéis*, tudo mais. [Emílio, emigra em 1984]

André foi dirigente associativo durante grande parte dos quase 40 anos que viveu na Suíça, tendo por isso acompanhado de perto a situação de muitos/as compatriotas: “Eram anos muito tristes. Eram anos de... as pessoas que não tinham papéis andavam sempre a fugir”, resume. Relata, por exemplo, episódios em que a polícia fazia controlos sistemáticos de identidade à porta de algumas lojas: na década de 1980, as pessoas “eram identificadas ao sair das compras, pediam os documentos, depois faziam a expulsão”. No entanto, as ordens da polícia nem sempre eram acatadas, de modo que “muita gente foi expulsa, mas nunca saiu do país, mudavam de casa, mudavam de aldeia e continuavam na Suíça”.

Por vezes, também ficavam na Suíça os/as trabalhadores/as que, no termo do contrato sazonal, deviam regressar a Portugal e ali permanecerem três meses, em particular quando os patrões lhes davam trabalho e alojamento durante esse período. Foi o caso de Luís e da mulher:

Algumas vezes não fomos [a Portugal nos três meses de inverno]. Houve vezes que ficámos por aqui muito escondidinhos, muito calminhos, não dávamos alarido, nada, porque era um transtorno enorme, não é?

O regresso temporário a Portugal implicava três meses sem rendimentos, uma vez que não tinham direito ao subsídio de desemprego. Tinham de viver do dinheiro ganho durante os nove meses anteriores. Nestas condições, para conseguir amealhar e investir (numa casa, carro ou outro bem) era preciso fazer prova de uma gestão financeira muito rigorosa.

Condições de trabalho e de vida

Nas entrevistas surgem diversos relatos de situações de exploração e abuso por parte dos empregadores. Houve quem passasse fome, como Mário e Ricardo, e quem tivesse vivido em condições bastante precárias ou, até mesmo, em privação material.

A gente passou fome naquele hotel (...) Francamente voltei aos meus tempos de criança quando, por ficar órfão, passei fome. Aqui não posso dizer que passei aquela fome negra, mas que me fui deitar com a barriguinha vazia muitas vezes, fui (...) Passámos realmente uma situação muito difícil. [Mário, emigra e 1980]

Fomos maltratados... (...) Ao princípio, sentia-me explorado (...) cheguei a comer croissants congelados, de tanta fome que tinha. Tinha acabado a tropa e cheguei aqui para trabalhar, trabalhava

14-15 horas e o comerzito era pouco. Depois lá descobri que havia uma arca com croissants que estavam congelados, às vezes chegava lá, tirava um croissant e comia-o congelado, só para meter para dentro do estomago. [Ricardo, emigra em 1986]

Nem todos/as os/as entrevistados/as estavam habituados/as ao trabalho físico. Aqueles/as que, em Portugal, viviam em meios urbanos, eram muitas vezes empregado/as de escritório ou de loja. Na Suíça, tiveram de se sujeitar ao trabalho disponível para quem vinha do Sul da Europa sem curso superior. Jerónimo e Telmo contam quão difícil foi essa adaptação.

A minha vida na Suíça *foi difícil ao princípio*. Não estava habituado a trabalhar fisicamente. E aqui tinha uma vida mais ou menos. E quando cheguei lá, tinha de arranjar uma autorização *de séjour*, um *Permis A*. O que é que eu ia fazer? (...) Fui fazer as vindimas, [depois] arranjei trabalho numa vacaria (...) Ganhava 800 francos por mês, comida e dormida. Em dois meses emagreci quinze quilos. Pelo trabalho e pela comida. (...) Nem casa de banho tinha para tomar duche! O meu duche era, ia buscar... a senhora dava banho aos miúdos, tinha dois miúdos pequenos, onde ela lavava a loiça. Hã? Então, eu ia buscar um bidon de água quente, lá na cozinha e ia para a vacaria com um copo, lavava-me assim. Aguentei ali sete meses. [Jerónimo, emigra em 1985]

“O mundo mudou completamente para mim. Eu estava habituado a um sistema de trabalhar e vim para aqui *trabalhar no duro*! Era duro! A gente fazia... 55 horas por semana! 10 horas por dia mais cinco ao sábado... E era quando o patrão não tinha muito trabalho, porque senão fazíamos 60 horas por semana”. [Telmo, emigra em 1978]⁹⁵

Além da necessidade de adaptação às condições de trabalho, à língua e à comida, assim como a muitas outras diferenças culturais, havia também diferenças em termos de clima e paisagem, que marcaram as memórias de muitos/as entrevistados/as, sobretudo daqueles/as que foram viver para as zonas altas, como La Chaux-de-Fonds ou Valais, onde as montanhas culminam a mais de três e quatro mil metros e, certos anos, neva até à Páscoa. Sérgio e Telmo contam as suas primeiras impressões e o choque que sentiram então.

Para mim, *foi um choque*, digo francamente. Estar sozinho, sem conhecer ninguém, havia muita neve naquela altura, a montanha e tudo, foi um choque. Depois fui-me habituando, não é? Arranjando uns amigos, arranjando isto, aquilo. [Sérgio, emigra em 1979]

A gente quando parte do nosso país a primeira vez... A partida é dolorosa! Não se vem com alegria nenhuma! Uma pessoa quando vem, não sabe o que vai encontrar... Viemos de comboio de Genève para aqui... *encontrei-me aí com estas montanhas, eu vinha de uma planície... É já um choque, não*

⁹⁵ Veja-se um contrato tipo de trabalhador “saisonnier” na agricultura no anexo III.8.

é? E depois, no dia seguinte, fui trabalhar... campanha... não estava habituado, mas bora lá!... E adaptei-me. O patrão era um gajo que não nada simpático... [Telmo, emigra em 1978]

As dificuldades da vida dos *saisonniers* foram documentadas por Teófilo Minga (1985), que recolheu dezenas de testemunhos de mulheres e homens portugueses no início da década de 1980 em diferentes cidades. O autor salienta a precariedade da situação destes/as migrantes, a exploração laboral a que estão sujeitos e o medo daqueles/as que não têm estatuto legal. Estima serem cerca de sete mil os “clandestinos portugueses na Suíça” (p.54).

3.3 Movimentos migratórios entre Portugal e Suíça: o que dizem as estatísticas

Em 1980, a população portuguesa representava apenas 1,2% da população estrangeira permanente na Suíça.⁹⁶ Durante a primeira metade da década de 1990, a migração portuguesa ultrapassou a espanhola. Em 1996, representava já 10% da população estrangeira permanente, ocupando o terceiro lugar, a seguir à migração italiana e a ex-jugoslava – um número que testemunha o “carater excecionalmente breve e intenso” deste movimento migratório, como sublinha Étienne Piguet (2005, p. 93).

Na atualidade, os/as portugueses/as continuam a ser a terceira maior população estrangeira na Suíça (depois da italiana e da alemã) e a primeira nos cantões francófonos, assim como nos Grisões, cantão essencialmente turístico. Em relativamente pouco tempo, a Suíça tornou-se um destino *tradicional* para portugueses/as em busca de melhores condições de trabalho no estrangeiro.

No que segue, são analisados os fluxos migratórios num e noutro sentido (Portugal/Suíça e Suíça/Portugal) e a sua evolução ao longo do tempo. São também identificados os fatores que influenciaram a sua expansão e contração.

3.3.1 Fluxos migratórios entre Portugal e Suíça

A migração portuguesa para a Suíça é relativamente recente na história da “emigração portuguesa”. A ida de portugueses/as para aquele país foi inicialmente tímida. Nos anos 1970, alguns

⁹⁶ Menos de 11.000 portugueses/as tinham uma autorização de residência permanente (Permis B e C) e pouco mais de 1.100 tinham um contrato de trabalho sazonal (Permis A).

trabalhadores que não conseguiam adquirir um estatuto legal em França – destino por excelência desde os anos 1960 – foram tentando a sua sorte no país vizinho.⁹⁷ Algumas pessoas já tinham vislumbrado melhores oportunidades de trabalho do outro lado da fronteira (nos cantões de Neuchâtel e Genebra nomeadamente) e serviram de suporte às que vieram a seguir, tendo, desta forma, começado a surgir redes de apoio que vão alimentar os importantes fluxos das décadas de 1980-90.

A Suíça também é abalada pela crise económica que deriva da crise petrolífera de 1973-74. No entanto, assim que recupera, conhece um forte crescimento económico e, nos anos 1980, necessita de uma abundante mão-de-obra barata e pouco qualificada, cujo recrutamento é feito no estrangeiro (Piguet, 2004). Os/as portugueses/as, juntamente com trabalhadores/as provenientes da então Jugoslávia, vêm ocupar os postos de trabalho deixados vazios por outros/as migrantes que, entretanto, estavam a regressar aos seus países (Itália e Espanha) ou a chegar à idade da reforma. Deste modo, a população portuguesa com residência permanente cresce de forma sustentada no início da década de 1980 e conhece uma prodigiosa aceleração em meados da década.

⁹⁷ Relembre-se que no seguimento dos choques petrolíferos e da crise económica mundial que se lhes seguiu, França e Alemanha alteram as suas políticas de recrutamento de mão-de-obra estrangeira e implementam programas de apoio ao regresso. Por outro lado, são também de assinalar movimentos migratórios para a Suíça nas décadas de 1960 e 1970, embora em pequena escala. Entre o número reduzido de portugueses/as que chegam à Suíça nesses anos, encontram-se migrantes económicos/as, mas também trabalhadores/as especializados/as (na área de enfermagem, por exemplo) e estudantes universitários/as (especialmente em Genebra e Lausanne), bem como exilados políticos, tendo a maioria regressado a Portugal assim que se deu a transição democrática. É esta composição heteróclita da população portuguesa antes da chegada “massiva” de trabalhadores sazonais na década de 1980 que explica que, em 1970, 4,6% de portugueses/as na Suíça tinham uma formação superior e que esta percentagem diminua para 1,42% em 1980 e para 0,5% em 1990 (Piguet, 2005, p. 197).

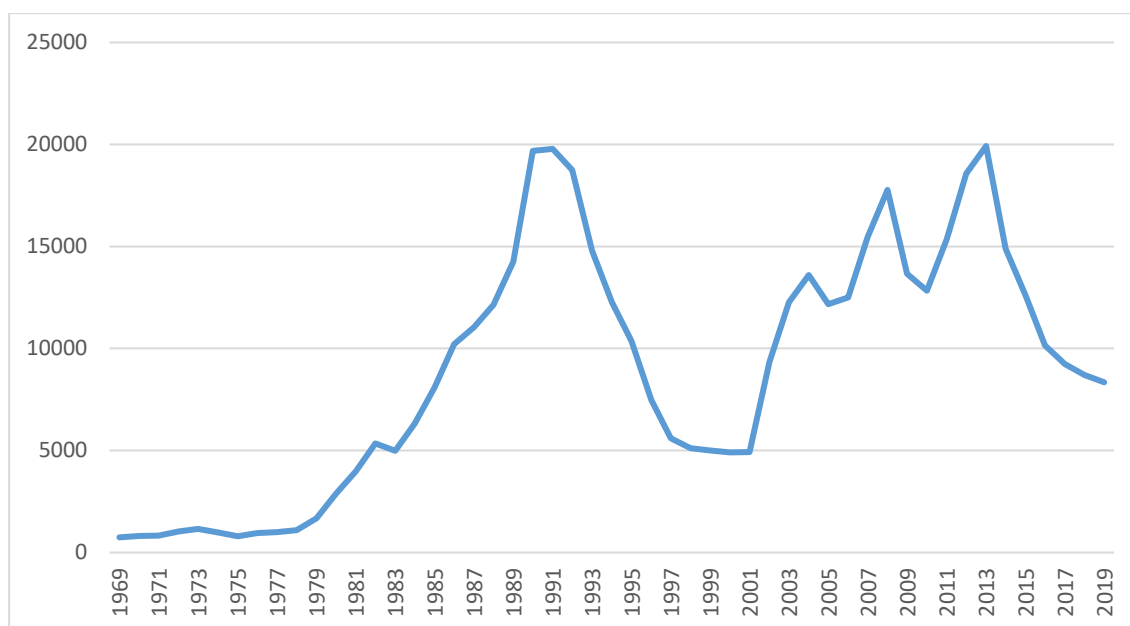


Figura 3.1 Entradas na Suíça, população portuguesa residente permanente (1969-2019)⁹⁸

Na década de 1960 e até 1974, a migração portuguesa intraeuropeia deve-se a motivações tanto económicas como políticas (V. Pereira, 2009). Os dados das entrevistas mostram que a partir de 1980, a falta de perspetivas profissionais associada ao desejo de autonomia por parte dos/as jovens, bem como a existência de oportunidades de emprego no estrangeiro (através de redes de relações interpessoais no estrangeiro e do estabelecimento de cadeias migratórias), surgem como principais fatores que motivam a partida de homens e mulheres, casados/as e solteiros/as. Este é, regra geral, um projeto migratório que prevê o regresso a curto ou médio prazo.

Em junho de 1985, Portugal assina o Tratado de Adesão à Comunidade Económica Europeia (CEE), do qual se torna membro efetivo em janeiro de 1986. É neste período que os fluxos migratórios para a Suíça se intensificam e o país se torna o principal polo de atracção para os/as portugueses/as (Marques, 2008).

Após um pico de entradas anuais em 1990 e 1991 (a rondar as 20.000), os fluxos provenientes de Portugal perdem progressivamente intensidade, situando-se abaixo das 5.000 entradas anuais entre 1998 e 2001. As razões deste acentuado abrandamento devem ser procuradas tanto do lado do país de destino como do país de origem. Enquanto, nos anos 1990, a Suíça é atingida por uma crise económica que impacta fortemente o setor da construção, que emprega um número elevado de portugueses, em Portugal vigora um espírito de modernização e investimento

⁹⁸ Em termos de fluxos de entrada e saída opta-se por considerar até ao ano 2019 apenas, uma vez que a pandemia da COVID-19 e os confinamentos de 2020 vieram condicionar a mobilidade das pessoas. Dados da OFS, Office fédéral de la statistique

em infraestruturas, nomeadamente na rede rodoviária, para as quais é canalizada uma parte substancial dos fundos comunitários. A EXPO 98, a construção do Parque das Nações e da Ponte Vasco da Gama são outros grandes estaleiros que dão alento ao país na segunda metade da década. O clima de otimismo económico e político que se vive então contribui simultaneamente para um abrandamento das saídas de nacionais e para a atração de trabalhadores/as do estrangeiro, que ocupam os empregos deixados pelos/as portugueses/as, nomeadamente na construção, agricultura, limpezas e comércio, tornando Portugal num país não só de emigração, mas também de imigração.⁹⁹

A partir de 2002, observa-se um novo aumento das entradas de portugueses/as naquele país. Efetivamente, a partir de 1 de junho desse ano (entrada em vigor do Acordo sobre a Livre Circulação de Pessoas), fica sem efeito o sistema de contingentes de trabalhadores/as sazonais. Consoante a duração do seu contrato de trabalho, cidadãos e cidadãs europeus adquirem uma autorização de curta duração (Permis L, quando o contrato de trabalho é inferior a 12 meses) ou uma autorização de longa duração (Permis B, quando o contrato de trabalho é superior a 12 meses).¹⁰⁰ Esta mudança traduz-se num incremento dos direitos dos/as trabalhadores/as estrangeiros/as que podem de imediato fazer o pedido de reagrupamento familiar, contrariamente ao que sucedia anteriormente.

Calcula-se que o aumento importante do número de entradas no ano de 2002 (cerca do dobro do ano anterior) se deva ao fim do estatuto sazonal (Permis A) e à legalização de pessoas que já se encontravam na Suíça, porém, em situação irregular (Wanner, 2004). A intensificação dos fluxos de entrada a partir de 2003 insere-se no “quarto ciclo da emigração portuguesa” (C. Pereira & J. Azevedo, 2019, p. 6) que as autoras afirmam ter tido início por volta de 2001, com o fim da circulação da moeda nacional (o escudo) e a introdução da moeda comum (o euro), situação que contribui para a estagnação da economia e o aumento do desemprego em Portugal. Além da primeira recessão económica do século, Portugal vive momentos políticos turbulentos com a demissão de António Guterres do cargo de Primeiro-ministro, em dezembro de 2001, e a saída de José Manuel Durão Barroso para a Comissão Europeia, em junho de 2004. O clima económico e político já não é percecionado como sendo de confiança.¹⁰¹ Esta situação vai nomeadamente refletir-se num aumento significativo dos fluxos migratórios para a Suíça a partir

⁹⁹ Em Portugal, a população estrangeira representa 1,1% da população total em 1991 (106.664). Duplica em dez anos e, em 2001, representa 2,2% (226.715), em 2011 situa-se nos 3,7% (396.496) e nos 5,4% em 2021 (555.299). Fonte: INE, Instituto Nacional de Estatística.

¹⁰⁰ Para mais detalhes sobre os diferentes tipos de autorizações, ver anexo III.1.

¹⁰¹ “Em 2001, a economia portuguesa sofreu um abrandamento significativo”, lê-se num relatório do Parlamento Europeu (Kristof & Rocha de Lima, 2003, p. 9). “Os factos mais salientes da evolução em

de 2003, atingindo níveis equivalentes aos do final da década de 1980, ainda antes da crise financeira de 2008 e de o tema da “nova emigração portuguesa” surgir na agenda mediática e académica (Lopes, 2014; Peixoto *et. al*, 2016; Gomes, 2017). Os fluxos para a Suíça diminuem ligeiramente nos anos 2009 e 2010, o que se explica pelo abrandamento da economia em todos os países de destino da migração portuguesa de então. No entanto, a economia suíça faz prova de resiliência e a sua retoma é bastante rápida (Lalive & Lehmann, 2020). Os fluxos migratórios para a Suíça crescem novamente em 2011 e atingem um pico em 2013, com cerca 20.000 entradas anuais. Esse é o ano em que o desemprego em Portugal atinge taxas históricas: de acordo com os dados do INE (2013) para o primeiro trimestre desse ano, a taxa global de desemprego situa-se nos 17,7%, a taxa de desemprego de longa duração nos 10,4% e a de desemprego jovem nos 42,1%.

A partir de 2014, observa-se uma progressiva desaceleração das entradas, uma tendência que se mantém até ao final da década. Em 2018, o número de entradas anuais na Suíça é inferior ao observado em 2002, com menos de 9.000. Em 2020 e 2021, anos anómalos devido ao contexto pandémico, contabilizam-se cerca 7.500 entradas/ano, o que mesmo assim representa mais de 5% do total de entradas de população estrangeira no país nesses anos. De acordo com os relatórios estatísticos sobre a emigração portuguesa que o Observatório da Emigração publica anualmente desde 2014, e que recuam até 2002, a Suíça é, desde o início do século, um dos três principais destinos, sendo mesmo o principal no período 2008-2010. Os outros países que mais atraem portugueses/as são o Reino Unido e alternadamente, França, Espanha e Alemanha.

A evolução da inflação, a (in)capacidade de a economia portuguesa absorver jovens recém-formados/as, bem como a evolução económica e política da Suíça irão influenciar o sentido da oscilação dos fluxos Portugal/Suíça nos próximos anos.

2002 foram o fraco crescimento económico verificado e o significativo aumento da taxa de desemprego” refere o Governador do Banco de Portugal na apresentação do Boletim Económico de Junho de 2003 (<https://www.bportugal.pt/intervencoes/apresentacao-do-governador-boletim-economico-de-junho-de-2003>). Em junho de 2004, um inquérito da Direção-Geral dos Assuntos Económicos e Financeiros da União Europeia revela que uma quebra no indicador síntese do clima económico em Portugal e que se encontra 6,4 pontos abaixo do indicador registado no ano 2000 (<https://www.publico.pt/2004/06/30/economia/noticia/clima-economico-em-portugal-deteriorouse-em-junho-1197995>). Foi também em 2004, em dezembro, que o Presidente da República Jorge Sampaio dissolveu o Parlamento, invocando como motivo principal a falta de credibilidade do governo chefiado por Pedro Santana Lopes, e convocando eleições antecipadas que se realizaram em fevereiro de 2005.

Um fluxo migratório feminizado

Uma característica do fluxo migratório para a Suíça é a forte participação das mulheres. Nas décadas de 1970-90, elas representam entre 46 e 53% das novas entradas anuais, seja por motivos de reagrupamento familiar seja por motivos de trabalho.¹⁰² Curiosamente, a percentagem de mulheres nos fluxos de entrada é mais reduzida desde o início deste século, tendo estabilizado entre 40 e 44% (para uma observação temporal mais longa, ver anexo III.7).

Quadro 3.4 *Evolução do número de entradas de portugueses/as na Suíça, com autorização de residência permanente (1980-2001)*

Ano	Total	Homens	Mulheres	Taxa de feminização (%)
1980	2 888	1 439	1 449	50,2
1981	3 977	2 120	1 857	46,7
1982	5 342	2 847	2 495	46,7
1983	4 992	2 670	2 322	46,5
1984	6 327	3 427	2 900	45,8
1985	8 101	4 360	3 741	46,2
1986	10 214	5 204	5 010	49,1
1987	11 051	5 662	5 389	48,8
1988	12 137	6 336	5 801	47,8
1989	14 253	7 585	6 668	46,8
1990	19 684	10 152	9 532	48,4
1991	19 784	10 409	9 375	47,4
1992	18 755	9 552	9 203	49,1
1993	14 800	7 459	7 341	49,6
1994	12 271	5 874	6 397	52,1
1995	10 362	5 035	5 327	51,4
1996	7 484	3 502	3 982	53,2
1997	5 599	2 686	2 913	52,0
1998	5 105	2 532	2 573	50,4
1999	4 996	2 468	2 528	50,6
2000	4 911	2 475	2 436	49,6
2001	4 931	2 604	2 327	47,2

Fonte: SEM, Secrétariat d'état aux migrations

¹⁰² Os dados desagregados por sexo só estão disponíveis a partir de 2002.

A proporção significativa de mulheres na população portuguesa residente na Suíça já havia sido evidenciada por outros/as autores/as (Wanner *et al.*, 2002; Marques, 2008). José Carlos Marques (2008) observa que este é um traço saliente deste fluxo migratório em relação aos fluxos tradicionais de emigração portuguesa. Em consequência, o *stock* de migrantes portugueses/as na Suíça apresenta uma estrutura entre sexos relativamente equilibrada.

3.3.2 População portuguesa residente na Suíça

A importância dos fluxos migratórios apresentados reflete-se no crescimento sustentado do *stock* da população portuguesa nas últimas quatro décadas. Neste período, observam-se dois momentos de contração: um primeiro entre 1997 e 2001 e um segundo que teve início em 2017 e perdura até à atualidade. O ano de 2016 representa um marco, contabilizando-se cerca de 269.000 residentes de nacionalidade portuguesa na Suíça, o efetivo mais elevado de sempre.¹⁰³ No entanto, em finais de 2021, residem permanentemente na Suíça pouco mais de 255.000 portugueses/as. Esta tendência de decréscimo deve-se, em parte, à aquisição da nacionalidade suíça (3.919 naturalizações no ano de 2017), mas sobretudo ao aumento das saídas (foram contabilizadas 10.115 saídas nesse ano, enquanto as entradas não ultrapassaram as 9.257).

A figura 3.2 ilustra a evolução dos efetivos e evidencia duas fases de crescimento notáveis, de uma duração aproximada de quinze anos cada uma. Uma primeira fase até meados dos anos 1990 e uma segunda que se inicia por volta de 2003 e termina em 2017.

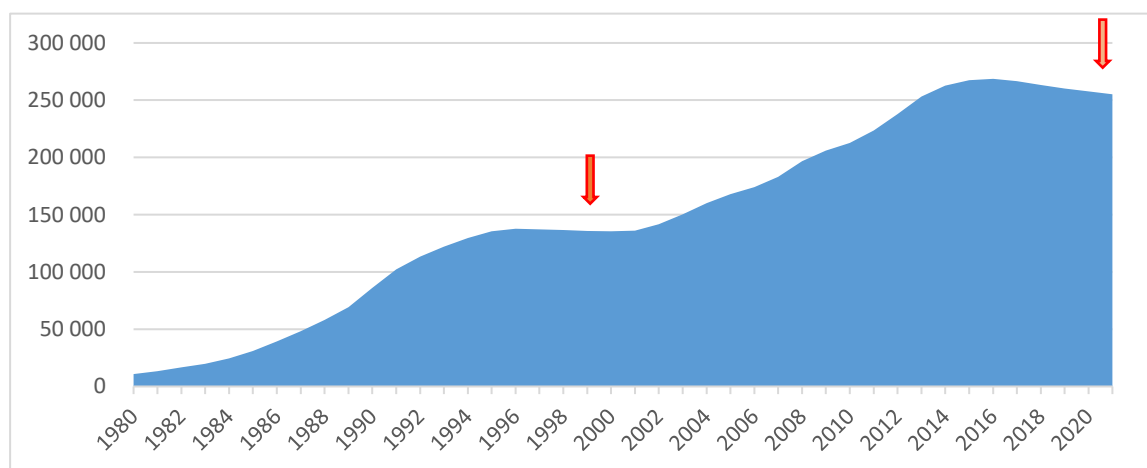


Figura 3.2 População portuguesa residente na Suíça (1980-2021)

Fonte: OFS, Office fédéral de la statistique

¹⁰³ Importa assinalar que uma criança nascida na Suíça de pais de nacionalidade estrangeira só pode adquirir a nacionalidade suíça através de um processo de naturalização. Assim, o número de residentes inclui descendentes de migrantes portugueses/as nascidos/as naquele país que não têm outra nacionalidade além da portuguesa.

A população portuguesa atinge 13,1% do total da população estrangeira nos anos 2013-15, mas em 2021 já só representa 11,4% sob o efeito combinado da diminuição das entradas e do aumento das saídas. Apesar desta inflexão, continua a ocupar o terceiro lugar atrás da população italiana (328.252) e alemã (311.299) – ver figuras 3.4 e 3.4. Uma posição alcançada em meados na década de 1990. Efetivamente, o peso relativo da população portuguesa no conjunto da população estrangeira atinge 10% no ano de 1996. Por outro lado, a seguir à França, a Suíça é o país “onde vive um maior número de emigrantes nascidos em Portugal” (Pires *et al.* 2022, p. 23), mas também um dos principais países de origem das remessas para Portugal, sendo mesmo o principal nos anos 2020 e 2021 (Pires *et al.* 2022, p. 277).

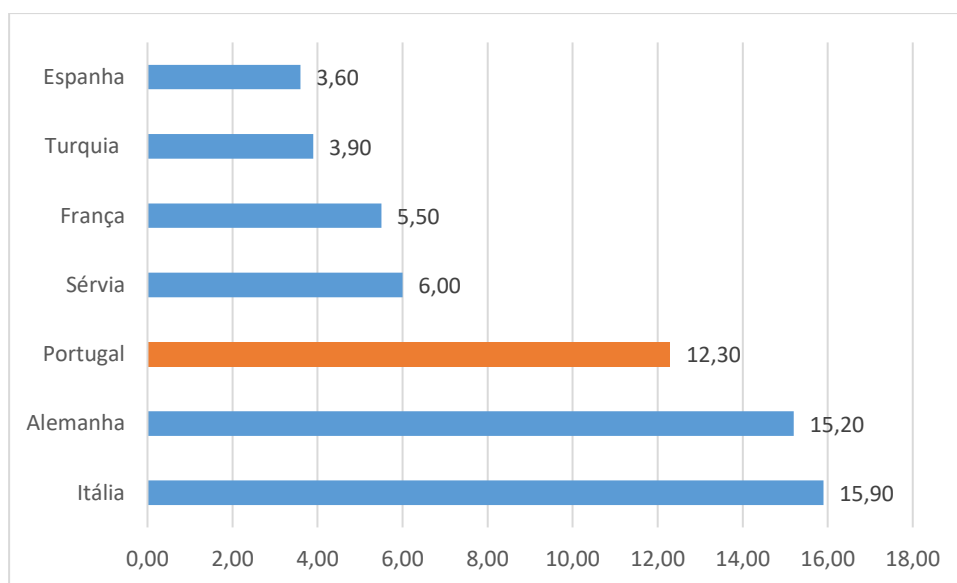


Figura 3.3 Percentagem da população estrangeira residente, por nacionalidade, 2012

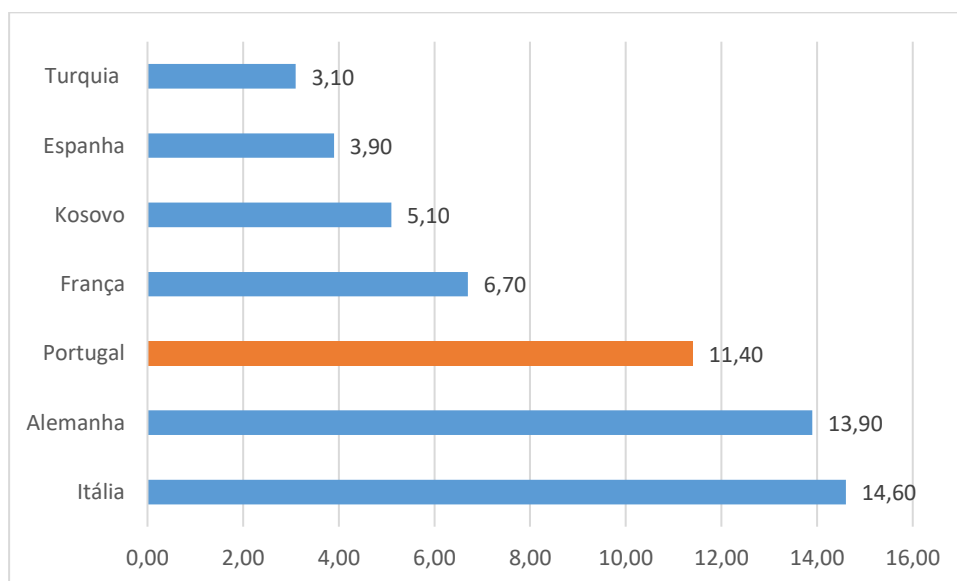


Figura 3.4 Percentagem da população estrangeira residente, por nacionalidade, 2021

Fonte dos dados das figuras 3.3 e 3.4: OFS, Office fédéral de la statistique

3.3.3 Fluxos migratórios entre a Suíça e Portugal

Embora não seja certo que os indivíduos que saem da Suíça regressem a Portugal (havendo, por exemplo, evidências de que algumas pessoas fixam residência em França, onde o custo de vida é mais barato), é, no entanto, a probabilidade mais forte. Podemos, portanto, assumir que a análise dos registos de saídas da Suíça permite ter uma ideia aproximada do volume e composição dos “regressos” a Portugal.¹⁰⁴ Antes de entrar no detalhe, importa assinalar que as saídas de portugueses/as da Suíça, apesar de flutuarem em termos de importância, são uma constante ao longo do tempo.

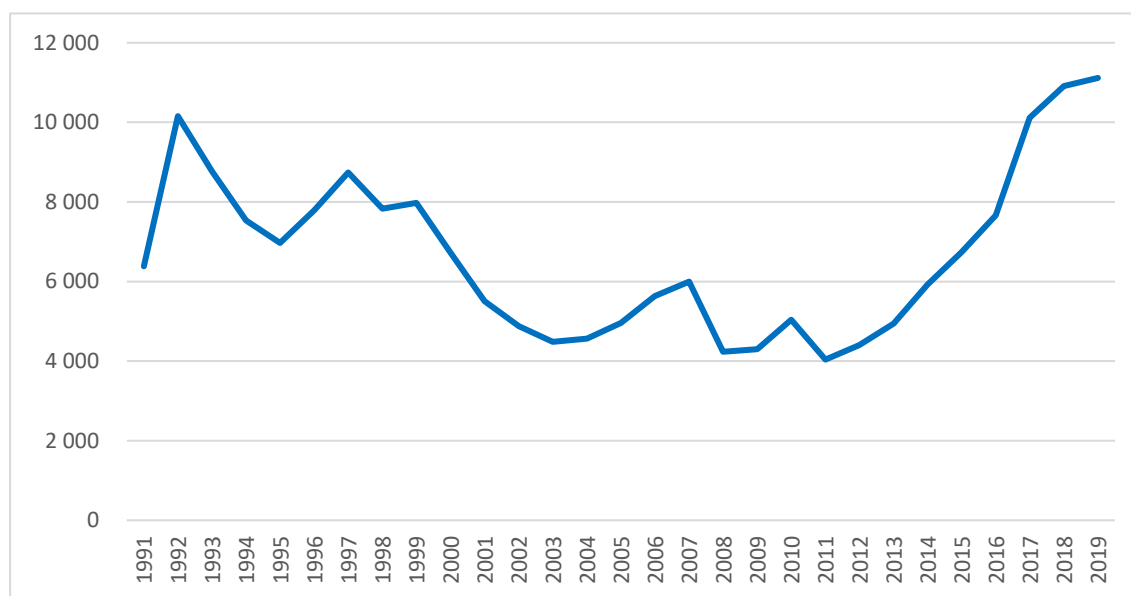


Figura 3.5 Evolução do número de saídas da Suíça da população portuguesa residente permanente (1991-2019)

Fonte: OFS, Office fédéral de la statistique

A figura 3.6 (na página seguinte) permite visualizar a evolução do saldo migratório ao cruzar os fluxos de entrada e de saída. Nos períodos em que a linha laranja ultrapassa a linha azul, o saldo é negativo, ou seja, o número de saídas supera o número de entradas.

¹⁰⁴ Não podemos considerar todas as saídas como “regressos”, porque muitos destes movimentos são de crianças e jovens nascidos/as na Suíça, que nunca viveram em Portugal. Por se tratar muitas das vezes de uma primeira migração, será mais prudente colocar o termo entre aspas.

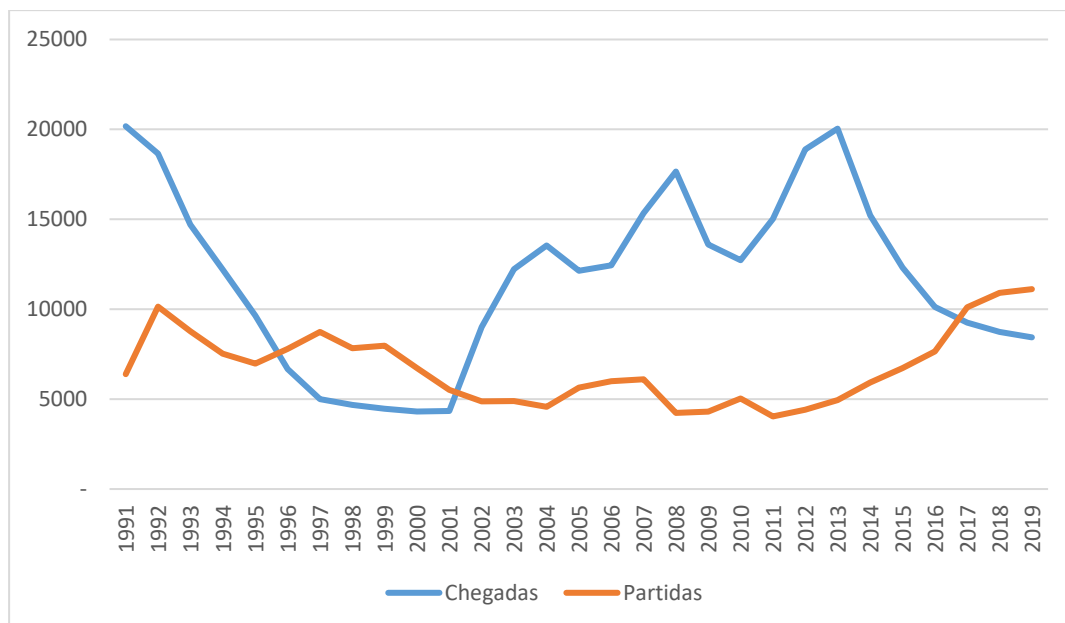


Figura 3.6 Evolução do saldo migratório Portugal/Suíça (1991-2019)

Fonte: OFS, Office fédéral de la statistique

Na década de 1990, o saldo migratório negativo deve-se, como vimos, nomeadamente à conjunção, no plano económico, de fatores de repulsão do lado suíço e fatores de atração do lado português. Nos anos mais recentes, a explicação é mais complexa e os fatores de ordem macro revelam-se insuficientes para explicar o saldo negativo que se observa desde 2017 até à atualidade.

Do lado português, são de assinalar, desde 2015, sinais políticos e económicos, tais como a recuperação das finanças públicas e uma melhoria da situação económica do país, associada ao *boom* turístico e ao ganho de atratividade do país com repercussões no aumento do investimento direto estrangeiro. É igualmente de assinalar a mensagem simbólica positiva que o governo envia aos portugueses/as emigrados/as com o programa Regressar, em vigor desde 2019, e a clarificação de que o estatuto de residente não habitual (RNH) também se aplica a reformados/as portugueses/as e não apenas estrangeiros/as. No entanto, e contrariamente aos anos 1990, a economia suíça está sólida e continua atrativa. Porém, os/as portugueses/as residentes há várias décadas estão a chegar à reforma. Esta situação não se colocava há trinta anos, nem há vinte e era ainda estatisticamente marginal há uma década. Por outro lado, os dados apresentados nas seções seguintes (ver capítulo 3.3.4) confirmam que muitos/as destes reformados/as optam por regressar a Portugal. Parte da explicação do saldo negativo atual deve ser procurada nas alterações da composição dos fluxos de saída, que reflete o envelhecimento da população portuguesa a residir na Suíça.

Composição dos fluxos de saída

Os fluxos de saída refletem a evolução da migração portuguesa para a Suíça ao longo do tempo. Para se ter uma ideia dessa evolução, existem duas fontes: o Recenseamento Geral da População em Portugal e os registos administrativos suíços, uma vez que qualquer cidadão/ã que mude de domicílio deve comunicar a sua partida ao município no qual reside.

A análise dos censos de 2011 realizada por Isabel Tiago Oliveira e colegas (2016) revela que os/as portugueses/as provenientes da Suíça durante a primeira década deste século eram essencialmente pessoas em idade ativa (44 anos em média), uma maioria de homens (57%) com um nível de escolaridade baixo (6 anos de escolaridade em média).

Os dados suíços indicam que nos primeiros anos do século e até ao eclodir da crise financeira, os fluxos de partida são constituídos principalmente por pessoas detentoras de *Permis C*, uma tendência que se altera a partir de 2008. Desde então, e até 2016, os fluxos são constituídos principalmente por pessoas detentoras de um *Permis B*, ou seja, a residir na Suíça há poucos anos, que escolhem regressar devido a dificuldades de integração, tanto social como estrutural ou que saíram com a intenção de voltar assim que possível. De assinalar a quebra significativa entre as pessoas com *Permis C* nos anos da crise e da Troika. Neste período, dois terços dos fluxos de saída compõem-se de pessoas com autorizações de trabalho com duração de cinco anos (*Permis B* representam cerca de 50%) e de autorizações de trabalho com duração inferior a um ano (*Permis L* representam 20%), isto é, uma maioria de migrantes recentes. Contudo, desde 2017 que, entre as pessoas que partem, predominam as que possuem uma autorização de longa duração: os *Permis C* representam 48% em 2017, 57% em 2019 e ultrapassam os 60% desde 2020. É neste grupo que se situa a generalidade das pessoas em idade de reforma.

Quadro 3.5 *Evolução do número de saídas de portugueses/as da Suíça, de acordo com o estatuto legal (2002-2019)*

Ano	Total	Permis L	Permis B	Permis C
2002	4 943	3,2	13,4	83,4
2003	4 526	9,8	13,0	77,2
2004	4 611	20,3	17,0	62,6
2005	5 029	22,8	19,3	57,9
2006	5 746	22,3	21,5	56,2
2007	6 104	21,3	22,1	56,6
2008	4 487	23,5	42,5	34,1
2009	4 458	19,2	47,8	32,9
2010	5 181	16,5	49,4	34,0
2011	4 441	20,8	48,6	30,6
2012	4 292	20,5	52,1	27,4
2013	4 898	21,4	49,9	28,7
2014	5 653	22,3	50,5	27,1
2015	6 583	19,7	49,5	30,8
2016	7 382	15,7	47,0	37,3
2017	9 394	10,5	41,5	48,0
2018	10 254	9,0	37,1	53,9
2019	10 528	8,1	34,8	57,1

Fonte: SEM, Secrétariat d'état aux migrations

A composição etária dos fluxos também se alterou bastante na última década. A percentagem das pessoas maiores de 60 anos quase duplicou desde 2016, passando de 11,9% para 21,7%, em 2021, e a das pessoas entre 18 e 59 anos reduziu de 70% para 61%. A percentagem de menores tem permanecido relativamente estável ao longo dos anos, oscilando entre 17 e 19% (ver quadro 3.6, abaixo). Em suma, embora a maioria dos/as portugueses/as que partem estejam em idade ativa, os atuais fluxos de saída refletem o progressivo envelhecimento da mão-de-obra portuguesa e a tendência para a maioria regressar para Portugal quando atinge a idade de reforma.

Estes dados são consistentes com a análise estatísticas dos “determinantes dos fluxos recentes de emigração da Suíça” (Fioretta & Wanner, 2017) que aponta uma tendência crescente para as saídas desde 2003 e mostra que, para as pessoas nascidas no estrangeiro, a probabilidade de irem para o estrangeiro aumenta no fim da vida ativa, entre 55 e 64 anos

3.3.4 Aumento das saídas da Suíça na passagem à reforma

Os dados recolhidos revelam resultados surpreendentes quando confrontados com outros países europeus com uma população portuguesa com características comparáveis, como é o caso do Luxemburgo, por exemplo.¹⁰⁵ No caso da Suíça, as estatísticas indicam que a percentagem de portugueses/as com 65 e mais anos representa, em 2021, uns escassos 2,2% da população portuguesa residente naquele país, embora a tendência seja para um aumento gradual (em 2011, eram 0,8%). Este número permanece residual quatro décadas após a chegada maciça de migrantes laborais vindos/as de Portugal porque o número daqueles/as que saem da Suíça em idade de reforma tem aumentado significativamente nos últimos anos (ver quadro 3.6). Considerando o número total de portugueses/as que saem da Suíça anualmente, a importância do grupo etário 60+ aumentou 10 pontos percentuais nos últimos cinco anos e, em 2021, representava mais de um quinto do número total de saídas.¹⁰⁶

Quadro 3.6 Fluxos de saída de portugueses/as residentes na Suíça, por faixa etária

	0-17 anos	18-59 anos	60+ anos	Total	60+ / Total
2016	1 309	5 196	877	7 382	11,9 %
2017	1 698	6 233	1 463	9 394	15,6 %
2018	1 824	6 749	1 681	10 254	16,4 %
2019	2 022	6 877	1 629	10 528	15,5 %
2020	1 748	6 041	1 800	9 589	18,8 %
2021	1 630	5 923	2 099	9 652	21,7 %

Fonte: OFS, Office fédéral de la statistique

Se compararmos com o caso luxemburguês, por exemplo, também se observa um aumento, tanto no número total de saídas como nas saídas das pessoas com mais de 60 anos. No entanto, no mesmo período, o aumento é de cerca dois pontos percentuais. Ademais, em 2021, este grupo etário representava menos de um décimo do número total de saídas (ver quadro 3.7), bastante

¹⁰⁵ Uma versão preliminar do texto desta secção foi publicada em 2022 na revista *Fórum Sociológico*, n.º40, <https://doi.org/10.4000/sociologico.10567>

¹⁰⁶ Na Suíça, a idade legal de reforma para os homens é aos 65 anos e para as mulheres aos 64. No entanto, em alguns setores profissionais, tais como a construção ou os caminhos-de-ferro, por exemplo, onde trabalham muitos homens portugueses com baixa escolaridade, existem esquemas de pré-reforma aos 60 anos. Esta situação reflete-se nos fluxos de saída, motivo pelo qual é mais relevante considerar, nesta análise, o grupo etário 60+ do que a idade legal da reforma.

aquém da tendência observada no caso suíço. Por outro lado, a atual taxa de regresso de portugueses/as com 60 e mais anos do Luxemburgo é comparável à de 2011 (nesse ano tinha sido 8,5%, de notar que foi o ano com a taxa de regressos mais elevada para esta faixa etária até 2020-21).

Quadro 3.7 Fluxos de saída de portugueses/as residentes no Luxemburgo, por faixa etária

	0-17 anos	18-59 anos	60+ anos ¹⁰⁷	Total	60+ / Total
2016	403	1 616	141	2 160	6,53 %
2017	445	1 813	178	2 436	7,31 %
2018	505	1 811	176	2 492	7,06 %
2019	506	2 079	185	2 770	6,68 %
2020	490	1 955	216	2 661	8,12 %
2021	575	2 215	265	3 055	8,67 %

Fonte: STATEC, Institut national de la statistique et des études économiques du Grand-Duché de Luxembourg

Vale a pena considerar, igualmente, o peso de reformados/as na população portuguesa residente em ambos os países: tem aumentado gradualmente ao longo da última década (ver quadro 3.8). O alargamento desta população migrante envelhecida é incontestável. A progressão faz-se, porém, a um ritmo mais acentuado no Luxemburgo, refletindo a taxa de regresso menos acentuada observada no quadro anterior.

Quadro 3.8 Percentagem da população portuguesa residente com 65 ou mais anos

	2011	2016	2021
Suíça	0,76	1,24	2,24
Luxemburgo	3,66	6,57	9,98

Fontes: OFS e STATEC

No caso do Luxemburgo, podemos supor que a maior percentagem de portugueses/as residentes após 65 anos reflete uma maior facilidade em adotar um modo de vida transnacional, feito de vaivéns regulares entre o país de residência e o país de origem. Isso mesmo sugere Aline Schiltz (2013) no seu estudo sobre “o espaço social transnacional luso-luxemburguês” (p.176). A população portuguesa mais velha mantém a residência no Luxemburgo, porque ali vivem os seus

¹⁰⁷ No Luxemburgo, a idade legal da reforma é aos 65 anos, mas a reforma antecipada é possível aos 60, e, por vezes, aos 57.

descendentes, assim como para manter o acesso aos serviços de saúde no Grão-ducado. Estes são, aliás, os dois principais motivos apontados por um inquérito relativamente recente realizado no Luxemburgo com migrantes portugueses/as com idades entre os 41 e os 79 anos e cujos resultados revelaram que 43% das pessoas inquiridas tencionavam ficar, 25,2% preferiam ir e vir entre os dois países e apenas 21,5% ponderavam regressar (Albert *et al.*, 2016a).¹⁰⁸

O que estes dados comparativos relativos a dois países que receberam portugueses/as com perfis socioeconómicos semelhantes indicam é que uma nova migração em idade da reforma ocorre com maior frequência no caso da Suíça. Cabe-nos questionarmo-nos. A distância entre país de residência e país de origem é semelhante. Os indicadores socioeconómicos de ambos os países são comparáveis. Os lugares ocupados pelos/as migrantes portugueses/as numa e noutra sociedade são também eles análogos. Em ambos os casos, filhos/as e netos/as estão bem integrados/as nas respetivas sociedades de acolhimento. Serão os/as portugueses/as residentes na Suíça mais saudosos/as do seu país? Este argumento não convence. A análise das narrativas de vida permite encontrar alguns elementos de resposta e a compreender por que razão se observa uma taxa de regressos mais elevada no caso da Suíça.

Antes da apresentação e discussão dos dados empíricos, abordam-se, no capítulo 4, as problemáticas da proteção social na velhice e da saúde na Suíça, temas relevantes para quem atinge a idade da reforma naquele país.

¹⁰⁸ As autoras consideram que este último número está inflacionado devido ao número de respondentes com um percurso migratório recente, sendo a orientação para o regresso mais elevada nos primeiros anos após a emigração.

CAPÍTULO 4. ENVELHECIMENTO, PROTEÇÃO SOCIAL E SAÚDE

Numa pesquisa que se situa na interseção das migrações e do envelhecimento, com enfoque no período de transição para a reforma, torna-se necessário refletir sobre o que significa envelhecer num país como a Suíça e abordar o seu sistema de proteção social e de saúde.

Analisar o sistema de pensões de reforma suíço permite uma melhor compreensão dos desafios que se colocam às pessoas reformadas com antecedentes migratórios, isto é, pessoas que chegaram à Suíça em idade de integrar o mercado de trabalho, porém nem sempre numa idade que lhe possibilitasse ter uma carreira contributiva completa. A situação é particularmente complexa quando a integração profissional se fez *por baixo*, ou seja, em postos de trabalho subalternos, com rendimentos mais baixos do que os de trabalhadores/as nacionais e em setores menos valorizados socialmente (limpezas, agricultura, construção, transportes, hotelaria-restauração), não obstante serem considerados trabalhos essenciais, como veio revelar a crise pandémica de 2020.

4.1 Envelhecer na Suíça

O envelhecimento é simultaneamente uma experiência individual e social, que se baseia tanto nas vivências pessoais como nos discursos sociais. A cada faixa etária estão associadas representações que diferem em função do espaço histórico-cultural. A forma como é encarada a fase da “velhice” e os papéis que são atribuídos socialmente a determinada idade biológica gera consensos sociais sobre o lugar das pessoas “de idade” na sociedade que se vão alterando ao longo do tempo (Pedroso de Lima, 2010).

A progressiva implementação de sistemas de pensões de velhice na Europa industrial desde finais do século XIX criou uma nova categoria social: a pessoa reformada. Antes disso, a “velhice” não estava socialmente definida, era uma fase da vida associada a um declínio físico, a doenças e a inaptidão para trabalhar. A proteção social na velhice resulta de um conjunto de lutas coletivas e reflete o direito a envelhecer com dignidade e a beneficiar de uma segurança material mínima (Lalive d’Epinay, 1996).

A standardização do percurso de vida operada ao longo do século XX passou a definir uma idade a partir da qual uma pessoa é considerada “velha”, através da associação entre reforma e velhice (Fernandes, 2001; Caradec, 2015). Na Suíça, as bases constitucionais para a criação de um sistema de pensões de reforma datam de 1925, é, no entanto, preciso esperar por

1947 para que seja plebiscitada a lei que cria a pensão de base universal (conhecida como “primeiro pilar”, ver capítulo 4.2.1). Nesta altura, impõe-se a figura de “reformado merecedor” e é instituído o “direito ao descanso” que legitima o afastamento do mercado de trabalho (Gavillet & Grandrieux, 2006; Repetti, 2018, p. 23).

Nas sociedades contemporâneas assiste-se a uma desestandardização do percurso de vida (ver capítulo 1.3) e a uma desvinculação entre idade da reforma e velhice que permite a emergência de um “novo tempo de vida que se intercala entre reforma e velhice” (Gavillet & Grandrieux, 2006; Fernandes, 2001). Na década de 1970, surge o termo “terceira idade”, em contraponto, precisamente, com a ideia de velhice. O termo veicula uma “ética ativista” e a aspiração a uma “nova juventude” e difunde novos estilos de vida na reforma (Caradec, 2015, p. 18-19). No final do século, emergem outras categorias: os *seniores*, para designar pessoas reformadas ativas que envelhecem bem e são úteis à sociedade, e a *quarta idade*, para designar pessoas dependentes que sofrem de solidão enquanto esperam a morte. Contudo, esta classificação não reflete a realidade porque subsume a distinção entre idade biológica e idade funcional e não reflete a grande variabilidade da “velhice” assinalada por diversos/as autores/as (Lalivie d'Epina, 1996; Pedroso de Lima, 2010; Caradec, 2015; Fernandes *et al.*, 2016; Fragnières, 2016; Repetti, 2018). De um lado, sobressai o polo do “envelhecimento bem-sucedido/ ativo” e, do outro, o polo do “declínio físico e mental”. São representações alimentadas por discursos biomédicos, discursos das indústrias farmacêuticas e cosméticas e discursos mediáticos, que insistem na prevenção do envelhecimento e dos males que lhe estão associados. Retomando as palavras de Pierre Bourdieu (1984 [1978], p. 143), “a fronteira entre juventude e envelhecimento é um jogo de luta em todas as sociedades”. Num livro que dedica ao tema do envelhecimento, Simone de Beauvoir (2020 [1970]) enfatiza a relação entre identidade e o lugar na sociedade, lugar esse que é definido pela ocupação profissional.

Arrancados ao seu ambiente profissional, os reformados têm de mudar o seu horário e todos os seus hábitos. O sentimento de desvalorização, comum à maioria das pessoas mais velhas, agudiza-se. De facto, não só recebem muito menos dinheiro do que antes, mas o que recebem, já não o ganham (...). É através da sua ocupação profissional e do seu salário que o homem define a sua identidade; perde-a ao reformar-se; um antigo mecânico, já não é mecânico: não é nada (...) E, portanto, perde o seu lugar na sociedade, perde a sua dignidade e quase a sua realidade. (p. 377).

A socióloga Dominique Méda (1995) também realça o papel integrador do trabalho que, nas nossas sociedades, constitui um importante laço social: “no pensamento judaico-cristão, o trabalho insere-se fundamentalmente numa relação com o outro e na ideia de utilidade social” (p. 22). Consequentemente, a reforma é frequentemente vista através do prisma do *défice*, porque

está associada à perda de rendimento, de sociabilidade, de estatuto e, até, de utilidade social (Pedroso de Lima, 2010; Fernandes, 2016). Vincent Caradec (2015) sublinha que “esta representação deficitária da idade avançada está na origem do ‘idadismo’” (p. 30). As atitudes negativas em relação às pessoas mais velhas estão, aliás, entre os motivos apontados para uma migração de reforma (Huber & O’Reilly, 2004). “[A] reforma é também uma forma de exclusão social”, afirma a socióloga Ana Fernandes (2001) que sublinha o caráter de desvalorização associado ao estatuto de “reformado”.

Os progressos em termos de aumento da esperança de vida e de contraceção, por um lado, e as mudanças sociais e familiares que caracterizam as sociedades contemporâneas, por outro, fizeram do envelhecimento demográfico um tema incontornável, o qual se tem acentuado desde finais do século XX e emergiu como preocupação social e política. O ano de 1999 foi proclamado o Ano Internacional dos Idosos pelas Nações Unidas e o 1 de outubro foi instituído como o Dia Internacional dos Idosos.

Pese embora os impactos demográficos favoráveis das dinâmicas migratórias das últimas décadas na Suíça (Wanner, 2020), o envelhecimento demográfico é um dado inelutável.

Quadro 4.1 População permanente na Suíça e distribuição por faixas etárias

Ano	População permanente	< 20 anos	20 - 64 anos	> 64 anos
1971	6 233 744	30,9%	57,4%	11,7%
1981	6 372 904	27,1%	59,0%	13,9%
1991	6 842 768	23,2%	62,2%	14,6%
2001	7 255 653	22,6%	61,8%	15,6%
2011	7 954 662	20,6%	62,2%	17,2%
2021	8 738 791	19,9%	61,0%	19,0%

Fonte: Office fédéral de la statistique

A questão do envelhecimento surge na agenda política suíça por via do relatório *Les Problèmes de la Vieillesse en Suisse* (Os problemas da velhice na Suíça), publicado em 1966 pelo OFAS, Office fédéral des assurances sociales (Gabinete Federal de Segurança Social). Um segundo relatório é publicado em 1979, desta vez pelo OFS, Office fédéral de la statistique (Gabinete Federal de Estatísticas). Em 1989, o governo mandata uma comissão *ad hoc*, presidida pelo sociólogo Christian Lalive d'Épinay, e, em 1995, é publicado o relatório *Vieillir en Suisse: Bilan et Perspectives* (Envelhecer na Suíça: balanço e perspetivas). Um conjunto de associações reage ao relatório e indigna-se contra a “tentativa de rentabilizar a terceira idade” (Cardinet *et al.*,

1999, p. 19) e contra a falta de reconhecimento do seu contributo à sociedade, apelando à redefinição do seu papel social.

Entretanto, entre 1992 e 1999, é implementado o Programa Nacional de Pesquisa *Vieillesse* (Envelhecimento), designado por PNR32, que visa estudar as condições de vida das pessoas mais velhas e fornecer recomendações para políticas públicas. É nesta altura que surgem os primeiros dados sobre população migrante envelhecida. Claudio Bolzman e Rosita Fibbi (1993) coordenam um estudo sobre a população envelhecida de origem italiana e espanhola (nesta altura, a população portuguesa é ainda recente no país e apresenta uma estrutura etária relativamente jovem). O estudo conclui que a população mais velha de origem estrangeira é mais afetada pela pobreza do que a população suíça da mesma idade: não só está sobre-representada nos escalões de rendimentos mais baixos como as suas condições de vida e integração social são inferiores. O estudo também salienta um estado de saúde mais deteriorado ainda antes da reforma: 28% da população estrangeira, mas apenas 12% da população suíça, recebe uma pensão de invalidez quando chega à idade da reforma (Höpflinger & Stuckelberger, 1999).

A precariedade e pobreza das pessoas com mais de 65 anos tem suscitado alguma atenção por parte do Estado. De acordo com os dados do Gabinete Federal de Estatística relativos a 2015 (Huguenin & Schneider, 2017), a pobreza atinge mais frequentemente pessoas que têm apenas a escolaridade obrigatória, as que vivem sozinhas, as que têm como rendimento principal a pensão do primeiro pilar, e as mulheres.¹⁰⁹ Embora a taxa de pobreza medida pelos rendimentos seja relativamente semelhante entre a população suíça e estrangeira, esta última encontra-se significativamente mais afetada quando o indicador de pobreza é a privação material. De assinalar que, devido às dinâmicas migratórias do país nas últimas décadas, o envelhecimento demográfico é mais acentuado na população sem origens migratórias do que na população com origens migratórias.

¹⁰⁹ De assinalar uma disparidade entre mulheres suíças e mulheres estrangeiras: as estatísticas disponíveis, no ano de 2015, sobre pensionistas indicam que enquanto 40% de novos/as beneficiários/as de pensões de previdência profissional (segundo pilar) são mulheres. Porém, a proporção cai para 28% no caso das pessoas de nacionalidade estrangeira, em consequência das suas trajetórias profissionais (Huguenin & Schneider, 2017).

Quadro 4.2 *População permanente na Suíça, por faixas etárias, com e sem origens migratórias*

sem origens migratórias	15-24 anos	25 - 64 anos	> 65 anos
2012	14,3%	61,2%	24,4%
2021	12,6%	60,2%	27,1%
com origens migratórias	15-24 anos	25 - 64 anos	> 65 anos
2012	12,8%	74,2%	13,0%
2021	11,5%	75,5%	13,0%

Fonte: OFS, Office fédéral de la statistique (cálculos meus)

Estes dados contrariam a representação das “pessoas idosas” como categoria homogénea. Evidenciam profundos contrastes, que já se vêm manifestando antes da reforma, entre as pessoas reformadas. Com a saída do mercado de trabalho, não só se mantêm as disparidades em termos de capital económico, social e cultural, como tendem a agudizar-se e refletir-se na saúde, nos rendimentos disponíveis após a reforma e no acesso a outros recursos. As pessoas com mais idade seguem percursos muito distintos devido à história individual de cada uma e aos eventos que marca(ram) os seus corpos e as suas mentes (Fragnières, 2016). Se o modo de inserção socioeconómica é geralmente usado para criar tipologias de reformados/as, a correspondência entre posição social e estilos de vida na reforma é questionável (Caradec, 2015), sobretudo quando uma pessoa migra e se confronta com outras normas culturais. Sem esquecer a importância das políticas públicas e das normas morais que orientam a construção social do envelhecimento, da velhice e da figura do/a reformado/a (para uma discussão de fundo sobre este aspeto, veja-se Repetti, 2018).

As entrevistas realizadas revelam que o baixo nível das pensões auferidas pela população estudada se deve essencialmente a descontos insuficientes para a reforma. Por um lado, estas pessoas não podem usufruir de uma pensão completa porque não iniciaram a sua vida profissional naquele país e têm, por isso, carreiras contributivas incompletas. Por outro lado, trata-se de uma população migrante que ocupou na sociedade suíça postos de trabalho entre os menos bem remunerados. Além disso, como vimos no capítulo 3, perante uma política migratória restritiva e impregnada de normas patriarcais, as mulheres foram compelidas para empregos não declarados ou a tempo parcial, o que as prejudicou em termos de descontos e se reflete nas suas pensões atuais. Problemas de saúde acrescidos – muitos dos quais devido a penosas condições de trabalho desde tenra idade e ao longo de toda a vida profissional – são também uma das razões de uma maior fragilidade económica e material dos/as reformados/as portugueses/as (Bolzman & Vagni, 2015)

4.2 O sistema de proteção social suíço e a política sobre a reforma

Como explicam Fabio Bertozzi e colegas (2008 [2005]), o desenvolvimento do estado social suíço é tardio, tendo sido edificado no período designado por Trinta Anos Gloriosos (*les Trente Glorieuses*), que se estende desde o fim da Segunda Guerra Mundial até meados dos anos 1970, um período caracterizado por forte crescimento económico na Europa, aumento contínuo da produtividade, taxa de desemprego baixa, aumento dos salários e do poder de compra dos trabalhadores e das trabalhadoras.

Se o sistema de proteção social demorou tempo a ser implementado, tal facto deve-se principalmente ao sistema político suíço que conjuga federalismo e democracia direta. Assim, por diversas vezes, medidas propostas pelo Parlamento Federal foram rejeitadas nas urnas. A primeira proposta de segurança social foi recusada pelo povo no ano de 1900, sendo necessário esperar até 1912 para que nova votação aprove a primeira lei federal sobre esta matéria, a LAMA (*Loi sur l'assurance-maladie et accidents*). O exemplo mais evidente é, no entanto, o da licença de maternidade, cuja implementação demorou 60 anos. Embora o princípio da licença tivesse sido inscrito na Constituição em 1945, só entrou em vigor em 2005, após a aprovação eleitoral do seu modelo de financiamento pelo povo no ano anterior.

Relativamente ao sistema de pensões de reforma, apesar de os primeiros passos terem sido dados ainda no século XIX, com o surgimento de algumas caixas de pensão privadas (a primeira das quais foi a Caixa de invalidez e velhice para trabalhadores das fábricas de fiação e tecelagem de Zurique em 1861) e, mais tarde, a adoção por alguns cantões de mecanismos facultativos de previdência profissional (Neuchâtel em 1898, Vaud em 1907 e Glaris em 1916), o sistema de proteção ligado à velhice só é inscrito na Constituição em 1925. No entanto, ele só será implementado após aprovação maciça pela população em 1947, depois de ter sido rejeitado uma primeira vez em 1931. A AVS, ou *Assurance vieillesse et survivants* (seguro velhice e sobreviventes, numa tradução literal, corresponde, em Portugal, à pensão de velhice ou pensão de reforma) entra em vigor a 1 de janeiro de 1948. No entanto, à época, a AVS não abrangia toda a população e as prestações eram relativamente modestas. O sistema de pensões atual foi criado na década de 1970, mas será preciso esperar até meados da década de 1980 para que o mesmo ganhe os contornos atuais (Bertozzi *et al.*, 2008 [2005]; Knüsel, *et al.* 2015).

4.2.1 Um sistema de pensões baseado em três pilares

O princípio dos “três pilares”, que rege o sistema de pensões de reforma suíço, foi inscrito na Constituição em 1972 e apoiado por todos os quadrantes políticos. O objetivo era reforçar a proteção das pessoas com mais idade, que nem sempre dispunham de rendimentos suficientes e, assim, evitar a pauperização de parte da população *inativa*.

O *primeiro pilar* corresponde à AVS. É universal e tem por objetivo cobrir as necessidades vitais do conjunto da população em idade de reforma. Este pilar é complementado pelo regime das “prestações complementares” (*prestations complémentaires*), criado em 1966. O objetivo primeiro deste tipo de transferências sociais era o de evitar a pobreza, por isso são atribuídas quando os rendimentos de pensionistas residentes na Suíça não chegam para cobrir as suas necessidades vitais.¹¹⁰ Inicialmente concebidas como transitórias, enquanto o “sistema dos três pilares” não saia do papel, estas prestações continuam em vigor. Cerca de 12,5% de pensionistas reformados/as recebem esta prestação social, um número que se tem mantido estável ao longo da última década (OFAS, 2022a).

O *segundo pilar* é chamado “previdência profissional” e está ligado, como o nome indica, à atividade profissional. O Fundo de Garantia LPP, sigla que designa a *Loi sur la prévoyance professionnelle*, aprovada pelo Parlamento em 1982, entra em vigor em 1985. Na prática, só abrange pessoas assalariadas, cujo ordenado seja superior a um determinado valor anual exclusivamente numa única entidade empregadora (em 2022, esse valor era de 21.510 francos suíços). Isto significa que uma pessoa que acumule diversos empregos a tempo parcial, como é o caso de muitas mulheres, poderá não conseguir descontar para o segundo pilar. Os montantes deste segundo pilar resultam, por um lado, de descontos feitos pelos/as empregados/as e, por outro lado, da carga social imposta à entidade empregadora. Mensalmente, trabalhador/a e entidade patronal descontam um valor igual para a previdência profissional, embora esta possa descontar proporcionalmente mais, se assim o desejar.

O *terceiro pilar* refere-se à poupança individual. É de cariz voluntário, mas encorajado através de deduções fiscais – algo que equiparável, em Portugal, aos Planos de Poupança Reforma.

As primeiras gerações de migrantes portugueses/as na Suíça assistiram ao surgimento do sistema moderno de pensões. Quem chegou antes de 1985 não fez, antes dessa data, quaisquer

¹¹⁰ Na prática, significa que as despesas têm de ser superiores aos rendimentos e que a “fortuna”, isto é, o património de que a pessoa é titular não pode exceder 100.000 francos suíços, no caso de um indivíduo sozinho, ou 200.000 francos, no caso de um casal. Fonte: <https://www.ahv-iv.ch/p/5.02.f>

descontos para a previdência profissional. Além disso, os valores descontados diferem substancialmente em função da caixa de pensões à qual se está afiliado. Isto é, um mesmo número de anos de descontos, no mesmo ramo e categoria profissional, pode resultar em valores muito díspares no momento da reforma, dependendo de qual a empresa para a qual se trabalhe e das regras específicas da caixa de pensão à qual esta está associada. Em 2020, existiam 1.434 caixas de pensões em todo o território. Ademais, as regras que se aplicam aos descontos variam consoante a idade do/da trabalhador/a (a taxa de desconto aumenta com a idade) e consoante a natureza da entidade empregadora (os descontos são mais elevados quando o empregador é uma entidade estatal).

É também de assinalar, aqui, uma diferença substancial entre mulheres e homens migrantes, uma vez que os homens portugueses ocuparam, regra geral, um emprego a tempo inteiro (salvo eventuais períodos de desemprego ou incapacidade por doença ou acidente) e descontaram, por isso, para o segundo pilar, enquanto as mulheres portuguesas eram mais raramente elegíveis para este tipo de descontos, devido ao seu modo de inserção no mercado de trabalho suíço. O tipo de empregos ocupados pelas mulheres está nomeadamente relacionado com a carência de estruturas de apoio à infância e horários escolares incompletos ou repartidos, o que se refletia, por sua vez, numa estratégia, assaz frequente, de acumulação de vários empregos a tempo parcial. Como referem Bertozzi e colegas (2008 [2005]), a Suíça caracteriza-se por ser um país deficitário em termos de estruturas de apoio à família e as que existem têm horários pouco compatíveis com o exercício de atividade profissional a tempo inteiro, além de serem muito dispendiosas. Esta situação decorre do contexto socio-histórico no qual o estado social suíço se institucionalizou. O modelo da família nuclear e do homem provedor (*male-breadwinner*) que se impôs nos países centro-europeus no período após a Segunda Guerra Mundial está hoje obsoleto. Naquele período, a preocupação do estado social estava “centrada na proteção do rendimento do pai de família” (idem, ibidem, p. 37). Porém, as evoluções socioeconómicas das últimas décadas, tanto no plano do mercado de trabalho como no plano familiar, não se compatibilizam com um modelo social de raiz patriarcal e “exigem uma individualização dos direitos sociais” (idem, ibidem, p. 37).

4.2.2 As sucessivas reformas do sistema de reforma

A pensão de velhice (AVS) tem sido o eixo da proteção social que mais debate tem gerado ao longo dos anos. Ao todo, desde a sua implementação em 1948, foram aprovadas 11 revisões, a última das quais em 25 de setembro de 2022. Nesse dia, foi aprovado, com 50,6% de votos, o

aumento da idade legal de reforma das mulheres de 64 para 65 anos, uma medida cujo financiamento será garantido pelo aumento do Imposto sobre Valor Acrescentado (IVA) em 0,4 pontos percentuais. O debate político teve, como pano de fundo, o inelutável envelhecimento demográfico e a alteração da relação entre pessoas que descontam para a AVS e pessoas que dela beneficiam. Esta 11.^a revisão da AVS foi muito contestada porque vem penalizar as mulheres, quando elas já auferem pensões mais baixas devido às desigualdades estruturais do mercado de trabalho.

Atualmente, a idade legal de reforma das mulheres ainda se situa nos 64 anos e a dos homens nos 65 anos.¹¹¹ Elas podem pedir uma reforma antecipada, até dois anos antes, mediante penalização no cálculo da pensão. De igual forma, é possível adiar a entrada na reforma, de um a cinco anos. Neste caso, a pensão é bonificada.

É de referir ainda uma modificação na lei que abrange os trabalhadores da construção civil, setor que emprega muitos migrantes, entre os quais muitos portugueses. Em 2003, fruto da luta das entidades sindicais e devido à penosidade do trabalho realizado, foi aprovado um esquema de pré-reforma aos 60 anos.¹¹² Assim, entre os 60 e os 65 anos, idade legal da reforma, um trabalhador da construção civil pode reformar-se antecipadamente e auferir uma pensão transitória que poderá equivaler até 80% do seu último ordenado, num máximo de 5.736 francos, em 2021.¹¹³

4.2.3 O cálculo das pensões

No espírito do legislador, os valores combinados do primeiro pilar (pensão base permitindo cobrir as necessidades básicas) e do segundo pilar (complemento de reforma que visa permitir manter em certa medida o nível de vida anterior) deveriam permitir alcançar cerca de 60% do último salário. Além disso, o terceiro pilar (previdência individual voluntária) visaria cobrir necessidades adicionais ou colmatar eventuais insuficiências da previdência obrigatória constituída pelos dois primeiros pilares (Assi, 2015).

¹¹¹ Porém, no seguimento das votações de 25 de setembro de 2022 sobre a reforma da AVS, a idade legal da reforma para as mulheres vai progressivamente aumentar a partir de 2024, para que em 2028 esteja equiparada à idade dos homens, 65 anos. Mais informações em <https://www.admin.ch/gov/fr/accueil/documentation/communiques.msg-id-92108.html>

¹¹² A *Convention collective de travail pour la retraite anticipée dans le secteur principal de la construction* (CCT RA) entrou em vigor a 1 de julho de 2003 após ser aprovada pelo Conselho Federal. A gestão cabe à FAR - *Fondation retraite anticipée*

¹¹³ Fonte: <https://www.far-suisse.ch/fr/wichtiges-von-a-z/?pdf=3602&parent=678>

Em 2021, o valor máximo da pensão velhice completa era de 2.390 francos mensais para uma pessoa sozinha e de 3.585 francos para um casal. Todavia, o montante auferido por pessoas casadas não pode ultrapassar mais do que 150% do valor máximo da pensão de uma pessoa solteira.¹¹⁴ Para se alcançar o valor máximo, é necessário não ter lacunas nos descontos para a AVS (ou seja, na atualidade, 43 anos de descontos para as mulheres e 44 anos para os homens) e ter auferido um rendimento médio anual de pelo menos 86.040 francos (valor ajustado à inflação), um valor que corresponde a um emprego de alguém com um cargo de chefia. Cada ano de descontos em falta – devido, por exemplo, a estadias no estrangeiro ou períodos de estudo – acarreta uma redução da pensão de 1/44 para os homens e 1/43 para mulheres. O montante da pensão de reforma depende, portanto, de dois fatores: número de anos de descontos efetuados, e rendimento médio anual.

Vemos, assim, como é difícil, no caso de migrantes, e em particular de quem chegou à Suíça durante a sua vida adulta, e ainda mais no caso de migrantes com baixas qualificações formais, que desempenham funções subalternas, alcançar um nível de pensão adequado quando atinge a idade legal da reforma. Em 2021, apenas cerca de 7% de pessoas com nacionalidade estrangeira tinham uma carreira contributiva completa e, por conseguinte, recebiam uma pensão completa (OFAS, 2022b).

De assinalar ainda que a 10.^a reforma da AVS, aprovada em 1994, veio permitir uma bonificação por tarefas educativas e de assistência, compensando, desta forma, as mulheres que foram, e continuam a ser, as mais penalizadas em termos de descontos devido a interrupções de carreira ou a reduções do seu tempo de trabalho por maternidade. Assim, os rendimentos auferidos durante os anos em que um casal tem de assegurar tarefas educativas é dividido pelos dois cônjuges, um procedimento chamado *splitting*.

“De acordo com a Constituição suíça, as pensões AVS devem cobrir as necessidades vitais de forma apropriada durante a reforma. Se se quiser manter o nível de vida anterior à reforma, esta pensão está longe de ser suficiente” (Bron & Bloch, 2019, p. 12). Esta frase é tirada de um manual de preparação para a reforma. Resume uma ideia que se tornou senso comum: na Suíça, a pensão universal de velhice não é suficiente para viver decentemente. O corolário disto é que a reforma precisa de ser preparada desde muito cedo, sendo essencial articular a pensão

¹¹⁴ Esta norma data da criação da AVS, em 1948, e não foi alterada desde então, o que coloca em desvantagem as pessoas casadas. Para enfrentar as dificuldades financeiras, certos casais optam por se divorciar depois da reforma, podendo assim usufruir de duas pensões completas. Sobre esta situação, veja-se a reportagem radiofónica de 14.12.2022 « Et nous serons mari et femme jusqu'à ce que la rente AVS nous sépare » disponível em <https://www.rts.ch/info/suisse/13625592-et-nous-serons-mari-et-femme-jusqua-ce-que-la-rente-avs-nous-separe.html>

do primeiro pilar com rendimentos complementares provenientes, por exemplo, dos segundo e terceiro pilares.

Planificar em tempo útil um futuro seguro em termos financeiros implica colmatar as lacunas da previdência dos 1.º e 2.º pilares. Eis uma das razões pelas quais o 3.º pilar individual é encorajado pelo estado.¹¹⁵

A “responsabilidade individual” e a “planificação financeira” surgem, assim, como traves-mes-tres de uma reforma “com qualidade de vida”, de acordo com o “modelo ideal de um envelhecimento autossuficiente promovido pelas autoridades suíças” (Seminario & Le Feuvre, 2021, p. 53).

As subtilezas do segundo pilar

O segundo pilar pode ser recebido sob a forma de pensão *vitalícia*, em complemento ao primeiro pilar, ou pode ser levantado sob a forma de capital.¹¹⁶ É ainda possível levantar uma parte do segundo pilar em capital e receber o remanescente mensalmente. A decisão cabe à pessoa que deverá comunicar o que pretende fazer com o montante acumulado ao longo da vida até três anos antes da idade da reforma. “A decisão não afeta apenas o montante e a segurança dos rendimentos após a reforma, mas também a flexibilidade financeira, os impostos e a segurança financeira dos familiares” (Bron & Bloch, 2019, p. 26). No entanto, cada caixa de pensões tem um regulamento próprio, o que pode condicionar a opção a tomar, uma vez que algumas caixas não permitem levantar mais do que 25% do capital. Ambas as soluções têm vantagens e des-vantagens: “a maioria dos fundos de pensões não ajustam, ou ajustam apenas parcialmente, as pensões às alterações do custo de vida” advertem Bron & Bloch (2019, p. 29). Por outro lado, em caso de falecimento, o cônjuge recebe, em geral, apenas 60% da mensalidade do segundo pilar.

Posto isto, se a pessoa reformada levantar a totalidade do capital, é ela quem gere o dinheiro e assume os riscos. Daqui resulta que “muitas caixas de pensões defendem atualmente o levantamento do capital, porque se encontram mais expostas a riscos nos mercados financeiros para assegurar o pagamento das pensões” (Bron & Bloch, 2019, p. 26). Esta é também a preferência

¹¹⁵ Excerto do folheto “3e pilier, prévoyance privée: Assurance-vie” da Allianz, p. 3. Consultado em 25/03/2023 em <https://docplayer.fr/1028319-3-e-pilier-prevoyance-privee-assurance-vie.html>

¹¹⁶ Optar por receber o segundo pilar sob forma de pensão mensal é vantajoso no caso de a pessoa ter uma esperança de vida coincidente com a esperança média de vida. Em contrapartida, se viver menos de quinze anos depois de se reformar, terá vantagens em levantar o capital na totalidade.

da maior parte dos/as portugueses/as, sobretudo homens, embora por outros motivos. Nas entrevistas, vislumbra-se o receio de uma esperança de vida curta após a reforma, seja porque conhecem várias pessoas que não tiveram tempo de gozar os anos de reforma, seja porque têm noção que as condições de trabalho às quais estiveram sujeitos lhes tolheu parte da saúde. Quando têm a opção, preferem, portanto, levantar o segundo pilar integralmente, correndo o risco de receber um montante total inferior, caso vivam ainda por muitos anos, e poderem decidir o que fazer com esse dinheiro. Uma parte importante destina-se geralmente à casa em Portugal no momento do regresso (por exemplo, obras de manutenção ou melhoria, aquisição de novos equipamentos como aquecimento central e painéis solares). Algumas pessoas aproveitam para ajudar financeiramente os/as filhos/as.

As disparidades de género nas pensões

Em 2020, a Suíça apresentava uma disparidade de género nas pensões na ordem dos 34,6%, uma disparidade superior à média dos países europeus (OFS, 2022c). O fosso entre as pensões de reforma das mulheres e dos homens reflete diferenças em termos de participação no mercado de trabalho ao longo da vida, além de desigualdades salariais. Para esta disparidade contribui, sobretudo, a diferença nos descontos efetuados para o segundo pilar: não só as mulheres descontam menos frequentemente do que os homens (49,7% contra 70,6%), como, quando o fazem, o montante descontado é, em média, 47% inferior ao dos homens (Conseil Fédéral, 2022).

4.3 A portabilidade dos direitos sociais

Um aspeto crucial para pessoas que mudam de país após a idade da reforma é a possibilidade de transferirem os seus direitos sociais e nomeadamente as suas pensões de velhice para outro país. Para o caso que nos interessa, importa saber que, em 1976, foi assinada uma Convenção sobre Segurança Social entre Portugal e a Suíça, aprovada pelo Decreto n.º 30/76, de 16 de janeiro, que estipulava, no seu artigo 3.º, que “os nacionais suíços e portugueses podem solicitar prestações a título das legislações enumeradas no artigo 1.º [entre as quais a legislação federal sobre o seguro de velhice e sobrevivência] recebem essas prestações integralmente e sem qualquer restrição enquanto habitarem no território de uma das Partes Contratantes”.¹¹⁷ Em 1995, foi assinado um Acordo Adicional a esta Convenção, aprovado pelo Decreto n.º 33/95, que veio clarificar algumas das disposições, sem alterar o seu teor inicial. Desde a entrada em vigor do

¹¹⁷ <https://dre.tretas.org/dre/222581/decreto-30-76-de-16-de-janeiro>

Acordo sobre a Livre Circulação de Pessoas em 2002, os regulamentos da União Europeia têm sido decisivos para determinar a coordenação dos sistemas de segurança social. Aquando da escrita deste texto, este assunto é regido pelos Regulamentos (CE) n.º 883/2004 e n.º 987/2009 sobre a coordenação dos sistemas de segurança social aplicáveis às relações entre a Suíça e os Estados-Membros da União Europeia – a versão atualmente em vigor data de 2018.¹¹⁸

4.4 Pensões de reforma suíças pagas no estrangeiro

As mais recentes estatísticas do Gabinete Federal de Segurança Social (OFAS, 2022b) indicam que, em 2021, entre os/as beneficiários/as de pensões AVS, cerca de 32% residiam no estrangeiro. Desta percentagem, cerca de 16% tinham a nacionalidade suíça e cerca de 84% residiam nos países limítrofes (Itália, Alemanha, França e Áustria) ou em Espanha e Portugal. Além de cidadãos e cidadãos suíços que emigraram, estes números incluem essencialmente antigos/as trabalhadores/as transfronteiriços/as e trabalhadores/as migrantes que regressaram ao seu país de origem.

Quadro 4.3 *Beneficiários/as de pensões de velhice pagas pela Suíça, de acordo com a residência em dezembro de 2021*

	Na Suíça	No estrangeiro	Total
Pensão de velhice (1º pilar)	1 687 000	784 000	2 471 000
Percentagem de pessoas com nacionalidade suíça	90%	16%	66%

Fonte: Office fédéral des assurances sociales (2022b), Rapport Annuel, Statistique de l'AVS 2021, p. 3

Quando as pessoas reformadas, que fizeram descontos na Suíça, vivem no estrangeiro, as pensões são pagas pela CdC, *Centrale de Compensation*. Este organismo dispõe de estatísticas por nacionalidade, pelo que é possível apurar a repartição por país de residência dos/das beneficiários/as de pensões suíças de velhice (1.º pilar) cuja única nacionalidade é portuguesa. Sem grande surpresa, os/as beneficiários repartem-se entre Portugal e a Suíça.

¹¹⁸ Para mais informações sobre estes Regulamentos, sugere-se a consulta das seguintes páginas: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=celex%3A32004R0883> e <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/ALL/?uri=CELEX%3A32009R0987>

Quadro 4.4 *Beneficiários/as de pensões de velhice pagas pela Suíça, de acordo com o país de residência em dezembro de 2021*

País de residência	2001	2011	2016	2021
Portugal	74,63%	79,14%	78,94%	82,14%
Suíça	23,39%	18,56%	18,63%	15,15%
França	0,27%	0,66%	0,81%	1,03%
Espanha	1,20%	0,85%	0,67%	0,52%
Alemanha	0,10%	0,18%	0,21%	0,25%
Luxemburgo	0,00%	0,09%	0,14%	0,24%
Cabo-Verde	0,08%	0,14%	0,12%	0,16%
Brasil	0,00%	0,10%	0,11%	0,13%
Outro	0,33%	0,27%	0,36%	0,40%

Fonte: CdC - Centrale de Compensation

Estes dados indicam que a principal tendência é o regresso a Portugal. Apesar de não permitirem tirar quaisquer conclusões relativamente ao regresso *na* reforma, os números permitem, contudo, deduzir onde estavam localizadas (em finais de 2021) as pessoas que alguma vez trabalharam na Suíça (seja por um período longo ou curto e ali fizeram descontos) e, chegada a idade legal da reforma, fizeram o pedido para receber a pensão de velhice. Estas percentagens constituem também um indicador relevante no que diz respeito à circulação subsequente de migrantes com nacionalidade portuguesa. As percentagens relativas a França e Alemanha, dois países limítrofes da Suíça, poderão indicar uma estratégia de mobilidade residencial para o outro lado da fronteira, de quem visa permanecer perto da família residente na Suíça, ou apontar para uma mobilidade transfronteiriça iniciada durante a vida profissional. A percentagem relativa a Espanha poderá, eventualmente, ser indicadora de uniões/casamentos com cidadãos/cidadãos desse país. São meras hipóteses de trabalho estabelecidas com base em informações obtidas durante a pesquisa de terreno relativamente a tendências que, apesar de estatisticamente marginais, poderão estar em crescimento.

A CdC dispõe também de estatísticas sobre o número de pensões pagas a pessoas residentes em Portugal, sejam elas de nacionalidade portuguesa ou de outras nacionalidades. Os dados apresentados no quadro 4.5, relativos a pensões de reforma, correspondem aos 82,1% mencionados na primeira linha do quadro 4.4. São, portanto, relativos a pessoas que, tendo mais de 65 anos (ou 64 no caso das mulheres), trabalharam um período na Suíça, mas vivem atualmente em Portugal. O período considerado (2001, 2011, 2016 e 2021) permite revelar a evolução do

envelhecimento dos fluxos migratórios para/desde a Suíça. O retrato aqui traçado tem, no entanto, algumas limitações, uma vez que algumas pessoas já faleceram e outras não acionaram os trâmites burocráticos para receber a pensão a que têm direito.

Quadro 4.5 *Pensões de velhice pagas pela Suíça a pessoas com domicílio em Portugal*

Ano	Nacionalidade portuguesa apenas ¹¹⁹			Sem distinção de nacionalidade	Nacionalidade PT em relação ao total
	H	M	Total	Total	%
2001	1 207	1 018	2 225	2 625	84,8
2011	5 299	2 804	8 103	8 815	91,9
2016	10 436	5 404	15 840	17 027	93,0
2021	21 287	11 638	32 925	35 866	91,8

Fonte: CdC - Centrale de Compensation

Importa também considerar as pensões de viuvez, uma vez que, se o montante desta for superior à pensão de velhice inicial, uma é substituída pela outra e, nesse caso, a pessoa deixa de constar nas estatísticas apresentadas no quadro anterior.

Quadro 4.6 *Pensões de viuvez pagas pela Suíça a pessoas com domicílio em Portugal*

Ano	Nacionalidade portuguesa apenas			Sem distinção de nacionalidade	Nacionalidade PT em relação ao total
	H	M	Total	Total	%
2001	23	767	790	841	93,9
2011	46	2 424	2 470	2 582	95,7
2016	46	3 564	3 610	3 758	96,1
2021	45	5 362	5 407	5 645	95,8

Fonte: CdC - Centrale de Compensation

4.5. O sistema de saúde suíço

O Estado social suíço tem uma génese federalista e atribui um lugar importante às seguradoras privadas. Assim, o sistema de saúde na Suíça, é, na prática, um sistema misto em que seguradoras de saúde privadas operam num mercado altamente regulado. Importa salientar que o setor

¹¹⁹ Não estão aqui incluídas pessoas que tenham adquirido a nacionalidade suíça; as pessoas com dupla nacionalidade entram na categoria “sem distinção de nacionalidade”.

da saúde é da competência dos cantões, motivo pelo qual os custos com seguros de saúde variam entre cantões. Quanto aos estabelecimentos de saúde, uns são públicos e outros privados.

Data da segunda metade do século XIX a constituição das primeiras caixas de socorros mútuos na Suíça, que, posteriormente, darão lugar às atuais seguradoras, chamadas “caixas-doença” (*caisses-maladie*). Em finais da década de 1880, contam-se mais de mil caixas, porém, cobrem menos de 5% da população: estão concentradas nas grandes zonas industriais e a maior parte encontra-se ligada a sindicatos, empresas ou municípios. Em 1912, é implementada a primeira Lei sobre o Seguro de Doença e Acidentes (*LAMA, Loi sur l'assurance-maladie et accidents*) que concede subvenções federais aos cantões e municípios que instituem um seguro obrigatório de doença. Em 1935, este tipo de seguros cobre cerca de metade da população. O aumento do nível de vida no pós-guerra é acompanhado por um crescimento do setor da saúde e a crescente procura de cuidados de saúde faz aumentar os custos. O princípio de um seguro obrigatório para toda a população, que esteve várias vezes em discussão ao longo do século XX, acaba por ser adotado em 1996, com a aprovação da Lei sobre o Seguro de Doença (*LAMal – Loi sur l'assurance-maladie*).¹²⁰ Nesse período, os seguros já funcionam com franquias obrigatórias variáveis, em que a pessoa segurada comparticipa uma parte das despesas de saúde (quanto mais elevada for a franquia, menor é a mensalidade). A ideia de uma caixa única, como forma de rentabilizar os custos administrativos, também esteve em debate, mas não vingou.

A LAMal obriga qualquer pessoa que reside na Suíça a subscrever um seguro de saúde para cobrir os cuidados de base. Além disso, pode optar por subscrever seguros ditos complementares que cobrem cuidados e tratamentos alternativos e oferecem melhores condições em caso de internamentos hospitalar (por exemplo, quarto duplo ou privativo e acesso a clínicas privadas). Os seguros complementares só se podem fazer quando não existem doenças declaradas.

O prémio de um seguro de saúde básico depende de vários fatores, nomeadamente da idade da pessoa, do cantão de residência e do valor da franquia.¹²¹ Além das mensalidades, e uma vez alcançado o valor da franquia anual contratualizada, é exigida uma comparticipação de 10% nas prestações de saúde e de 10 a 20% nos medicamentos, bem como um valor-dia de 15 francos em caso de hospitalização, até 700 francos por ano. Em caso de internamento, o Estado paga 55% da despesa. Pessoas numa situação de vulnerabilidade económica podem solicitar uma

¹²⁰ www.fedlex.admin.ch/eli/cc/1995/1328_1328_1328/fr#a65

¹²¹ Os valores das franquias podem variar entre os 300 e os 2.500 francos anuais.

redução dos prémios do seguro, de acordo com o artigo 65.º da LAMal, sendo a diferença suportada pelo Estado cantonal.¹²²

O aumento continuado dos prémios dos seguros de saúde a que se vem assistindo há duas décadas é fonte de preocupação para muitas famílias, nomeadamente para as pessoas reformadas, cujos prémios são agravados pelo efeito da idade: as pessoas entrevistadas para o presente estudo referem pagar valores na ordem dos 500-600 francos por mês por pessoa. Se estes valores já são considerados elevados quando as pessoas se encontram ativas profissionalmente, são considerados inoportunos quando o salário é substituído pela pensão de velhice. Além disso, o aumento das mensalidades dos seguros de saúde tem sido objeto de contestação social.¹²³ E tem gerado um debate quase permanente no espaço público.¹²⁴ Há quem defenda que o aumento constante gera um círculo vicioso: quanto mais se paga, maior a tendência para usar o sistema de saúde, para tirar partido do valor gasto. E há quem aponte o dedo ao aumento dos custos de saúde devido à inovação tecnológica e medicamentosa, num sistema sanitário que é um dos mais caros do mundo e que, em 2019, equivalia a 11,3% do PIB.¹²⁵ Há ainda quem se indigne pelo facto de os prémios dos seguros aumentarem mais depressa do que o poder de compra (para uma mais concreta dos aumentos praticados, veja-se o anexo III.9).

Na literatura sobre trabalhadores/as migrantes e reforma, o acesso ao sistema de saúde nos países de residência surge como um dos motivos que explica a preferência por um modo de vida entre cá e lá, em vez de um regresso permanente, tanto para migrantes provenientes de países terceiros (Hunter, 2011; Baykara-Krumme, 2013), como para portugueses/as residentes em França ou no Luxemburgo, por exemplo (Barreau-Tran, 2013; Albert *et al.*, 2016a; Ramos & Martins, 2020; Vidal, 2020). Neste estudo, porém, as pessoas entrevistadas apontam os elevados custos de saúde como fator que desincentiva a manutenção de residência na Suíça após

¹²² Não existe um valor a partir do qual as pessoas têm direito a este tipo de apoios, pois a forma de cálculo dos rendimentos que determina o direito a este tipo de subsídios varia de cantão para cantão, uma vez que a saúde é uma competência dos governos cantonais.

¹²³ Os argumentos são antagónicos consoante são apresentados no boletim dos médicos, pela associação nacional das seguradoras, pelo Gabinete Federal da Saúde Pública ou resultam de uma investigação jornalística (veja-se, a título de exemplo, a reportagem da RTS de 2017: [Assurance maladie, ceux qui ne peuvent plus payer](#)).

¹²⁴ A título de exemplo, veja-se estas notícias publicadas no jornal *Le Temps*, principal diário da Suíça francófona: 29.09.2005: [Assurance maladie: on ne paie plus!](#); 01.10.2009: [Les primes augmentent de 8,7% en 2010](#); 20.09.2013: [Confirmation: la hausse des primes d'assurance maladie sera modérée en 2014](#); 25.09.2014: [Les primes ont doublé en 20 ans, et ce n'est pas fini](#); 27.09.2018: [Primes maladie: les raisons d'une hausse vertigineuse](#); 27.09.2022: [La combinaison de l'inflation et de la hausse de prime fait craindre une précarisation](#)

¹²⁵ Fonte : OCDE. Veja-se www.oecd-ilibrary.org/sites/abdeea0e-fr/index.html?itemId=/content/component/abdeea0e-fr, gráfico 7.1 : Dépenses de santé en pourcentage du PIB, 2019 (ou année la plus proche) et 2020.

a reforma, atendendo à maior taxa de esforço que tal representa em termos de orçamento familiar quando se é pensionista. E embora os acordos internacionais de saúde prevejam que pessoas titulares de uma pensão de velhice suíça, residentes num país da UE ou EFTA, devam subscrever um seguro básico de saúde na Suíça, a mudança de residência para Portugal tem uma especificidade. Ou seja, existe um “direito de opção” que permite cancelar esse seguro e optar pelo sistema de saúde português. Esta foi, de facto, a decisão tomada por todas as pessoas regressadas entrevistadas no estudo, o que lhes permitiu reduzir os custos fixos mensais.¹²⁶

¹²⁶ Sobre a questão do direito de opção na saúde em caso de emigração da Suíça depois da reforma, veja-se a nota informativa do OFSP, Office fédéral de la santé publique: www.bag.admin.ch/bag/fr/home/versicherungen/krankenversicherung/krankenversicherung-versicherte-mit-wohnsitz-im-ausland/versicherungspflicht/bezuegerinnen-ch-rente-im-ausland.html

PARTE II - A MIGRAÇÃO DE REGRESSO NA REFORMA

CAPÍTULO 5. IMAGINAR O REGRESSO: OS PROJETOS MIGRATÓRIOS INICIAIS E A SUA EVOLUÇÃO NO TEMPO

Antes de ser concretizado, o regresso é imaginado e, não raras vezes, antes mesmo da própria emigração. Ao longo do tempo, as pessoas que migram, mas também aquelas que ficam no país de origem, (re)elaboram imagens mentais sobre a vida após o regresso. O conjunto dessas ideias, representações ou mapas mentais formam os imaginários de regresso. A casa de *sonho*, mas também a *ideia* de uma vida confortável ou desafogada estão no centro destes imaginários. Tal não será de estranhar, uma vez que o *desejo* de ter casa própria e a *aspiração* a uma vida melhor são os motivos que predominam nas narrativas das pessoas que migraram para a Suíça nas últimas décadas do século XX.

O regresso é idealizado nas suas várias componentes: temporais, espaciais, materiais, afetivas. As pessoas projetam-se num futuro mais ou menos próximo e visualizam-se a regressar *a casa* quando estiverem reunidas as condições consideradas necessárias, isto é, após a concretização dos objetivos fixados. Contudo, os objetivos e as expectativas evoluem ao longo do tempo histórico e ao longo do tempo biográfico, como também evoluem os contextos socioeconómicos e políticos, na origem e no destino, e estas dinâmicas podem inviabilizar o regresso, mesmo que os objetivos sejam alcançados.

Os projetos de regresso vão sendo alterados e sucessivamente adiados. A intenção de voltar ao país de origem pode ser diferida, suspensa ou, eventualmente, revogada. Quando deixa de haver intenção de regressar, mas que, porém, a aspiração perdura no imaginário, o regresso ganha contornos míticos. A sociologia das migrações tem prestado pouca atenção a esta dimensão simbólica do regresso, embora representações e imaginários sejam dimensões presentes nas obras de autores clássicos da sociologia.¹²⁷

Nos estudos sobre migrações e mobilidades, tem sido explorado o papel da imaginação e dos imaginários nas mobilidades transnacionais (sejam elas turísticas ou migratórias) e vice-versa. Vários/as autores/as mostram que antes de o movimento ser concretizado, ele é pensado/imaginado com base num conhecimento socialmente construído, incompleto e mediatizado sobre outros lugares. Este conhecimento interliga-se com as aspirações individuais, produzindo imaginários de vidas alternativas nesses outros lugares, embora o processo imaginativo de outros cenários de vida também possa facilitar a imobilidade, quando não existe

¹²⁷ Nomeadamente em Durkheim, em particular na obra “As formas elementares da vida religiosa” (2002 [1912]), em Simmel (2014 [1903]), mas também em Marx (veja-se Ansart, 1968).

capacidade de movimento (Salazar, 2011, 2020; Koikkalainen & Kyle, 2016; Kyle *et al.*, 2018; Cangià & Zittoun, 2020; Sjöberg & D’Onofrio, 2020).

O processo cognitivo de imaginar/visualizar uma realidade social alternativa à atual pode gerar/ativar aspirações e projetos de mobilidade/migração. Eles podem tornar-se reais caso existam os recursos necessários para a sua concretização. Considera-se, por isso, que os imaginários produzem efeitos reais (Bolognani, 2014; Salazar, 2020). Podemos ainda considerar que os projetos migratórios visam operacionalizar os imaginários e que os objetivos visam operacionalizar as aspirações – e que tanto uns como outros podem ser formulados ao nível individual e/ou familiar.

Neste capítulo, são analisados os imaginários relacionados com a migração de regresso e os projetos migratórios. Se uma maioria das pessoas entrevistadas se imaginava a voltar a viver em Portugal numa temporalidade curta, e não na reforma, várias razões – estatuto legal, família, adaptação ao país de residência, dificuldades de reintegração em Portugal – levaram, após alguns anos, a uma mudança de projeto, quer em termos de objetivos, quer em termos de calendário.

5.1 Imaginários, mobilidades e temporalidades

O interesse para a relação entre imaginários/imaginação e migrações/mobilidades, apesar de relativamente recente, tem vindo a crescer, e traduz-se nomeadamente na publicação de volumes coletivos e dossiês temáticos (Bal & Willems, 2014; Hillmann *et al.*, 2018; Cangià & Zittoun, 2020). Nos estudos sobre migrações de regresso, a dimensão dos imaginários/imaginação permanece pouco explorada. São de assinalar os textos de Bolognani (2014, 2016) e de Bolognani e Erdal (2017). As autoras concluem que os imaginários de regresso evoluem com o tempo e que a sua existência não põe em causa a integração dos/as migrantes nas sociedades onde residem.

Noel Salazar (2020) distingue o processo psicológico, *a imaginação*, do produto dessa imaginação, *os imaginários*. O autor define imaginários como conjuntos de representações coletivas partilhadas, que se interligam com a imaginação das pessoas e agem como dispositivos que lhes permitem dar significado ao mundo que as rodeia (Salazar, 2011). Mostra ainda que os imaginários têm tanto de individual como de social e que existe uma articulação entre essas escalas.

As imagens e ideias de outros (leia-se: melhores) lugares possíveis para viver – muitas vezes mal representados através de meios de comunicação populares – circulam num espaço global muito

desigual e acabam por ser filtradas através das aspirações pessoais dos/as migrantes (Salazar, 2011, p. 586-7).

Neste excerto, Noël Salazar destaca o papel dos meios de comunicação na formação dos imaginários. Uma ideia semelhante já havia sido formulada por David Lerner na década de 1950 no seu livro *The Passing of Traditional Society*. O sociólogo americano considerou a comunicação social como “multiplicadora de mobilidade” (*mobility multiplier*), capaz de promover aquilo a que chamou a “mobilidade psíquica” e de conduzir à “empatia”, que Lerner define como a capacidade dos indivíduos se imaginarem noutros lugares, noutras posições sociais. Desta forma, o autor conclui que a mobilidade física ocorre com maior facilidade quando existe uma mobilidade psíquica. Atribui-lhe igualmente um papel central nos processos de modernização e transformação social (Bah, 2008; Jafary, 2016).

Os imaginários e as práticas de mobilidade interligam-se com estruturas sociais onde emergem/ocorrem. Devem, por isso, ser situados e analisados nesses contextos específicos. Relativamente ao contexto português, Paulo Monteiro (1994) já havia observado que “a ideia do regresso é uma categoria que quase sempre está presente no imaginário ou na retórica tanto dos que ficaram como dos que saíram de Portugal” (p. 7). A ideia do regresso resulta, portanto, de uma co-construção por atores situados de ambos os lados da fronteira, uma representação socialmente partilhada que molda, inclusive, o pensamento (*mindset*) de quem *não* migra (Kyle *et al.*, 2018).

Os dados recolhidos durante a pesquisa de terreno confirmam que o regresso é imaginado/pensado tanto pelas pessoas que migram como pelas pessoas e instituições nas sociedades de origem e de residência, ao ponto de ser tido como algo *expectável*. Durante o primeiro ano de pesquisa de terreno, desloquei-me várias vezes à Suíça para recolher dados e realizar entrevistas. Quando explicava o tema da minha investigação – a transição para a reforma de casais portugueses – deparava-me repetidamente com uma reação que denotava que não haveria muito para investigar: era *expectável* regressarem ao seu país porque muitos/as portugueses/as de “primeira geração” estavam a partir, ou porque “poucos/as” pediam a nacionalidade suíça.¹²⁸ Observei uma reação semelhante do lado português, porém, mais contrastada: havia quem achasse que *obviamente* iam voltar para viver a reforma nas suas casas em Portugal e quem considerasse *evidente* preferirem passar alguns meses em Portugal e alguns meses na Suíça,

¹²⁸ Estes discursos correspondem a uma ideia amplamente difundida de que os/as portugueses/as não adquirem a nacionalidade do país de residência porque têm intenção de regressar ao seu país e que têm intenção de regressar a Portugal porque era esse o seu projeto de vida quando emigraram.

onde deixaram a família, porque é o que fazem, por exemplo, algumas pessoas que emigraram para França e lá permaneceram até à reforma. Umas e outras reações refletem, na realidade, *representações* sobre “os emigrantes”, elaboradas com base nos discursos mediáticos (comunicação social e outros media), nos discursos políticos, assim como em conversas que, por vezes, amplificam coisas que não passam de rumores. E os imaginários de mobilidade também se constroem com rumores e boatos (Salazar, 2011).

Em todo o caso, “os imaginários sobre o regresso produzem efeitos sociais reais” (Bolognani, 2014, p. 32). Esta interdependência entre imaginário e realidade já havia sido salientada por Benedict Anderson (2006 [1983]) no seu livro *Imagined Communities* e por Edgar Morin (1962) na obra *L'Esprit du Temps*. É, precisamente, porque são reais, que os imaginários constituem uma dimensão relevante no estudo das migrações. *Projetos e objetivos migratórios* são elaborados no plano das ideias (através da prática imaginativa) e dão uma direção à ação, isto é, *orientam o curso de ação* das pessoas que migram. Curso de ação é aqui entendido como “sequência de ações que decorrem durante uma temporalidade, média ou longa, cuja coerência e continuidade resultam de um projeto que visa alcançar um determinado objetivo ou prevenir a ocorrência de um acontecimento negativo” (Delcroix, 2022 [2001], p. 18).

São os imaginários de regresso que, nos primeiros anos, levam à construção/compra de casa no lugar de origem. As casas são planeadas de acordo com o projeto de *regressar em família*, com um certo número de andares e de quartos, um para cada criança. Na altura da sua construção, não se imagina que o regresso será adiado até à reforma. Contudo, imaginários e projetos migratórios evoluem ao longo do tempo. À medida que a estadia se vai prolongando, a vida é perspectivada de outra forma e, gradualmente, o regresso deixa de ser projetado no período da vida profissional.

A imaginação opera quer ao nível temporal, que ao nível espacial. Por um lado, permite distanciar-se do momento presente e aceder a *possíveis futuros*, como *fazer releituras do passado* (Cangià, 2020), por outro lado, influencia a mobilidade ou imobilidade geográfica e, inversamente, essa mobilidade ou imobilidade também influencia a imaginação (Salazar, 2011; Cangià & Zittoun, 2020). Por fim, estas interdependências alteram ao longo do tempo e da vida.

De acordo com Arjun Appadurai (1996, 2001), a imaginação é uma prática social que traz a capacidade de procurar alternativas, que muitas vezes (se) encontram além-fronteiras. Uma perspetiva que sustenta o argumento de que a imaginação é um elemento-chave no processo de tomada de decisão: “quem pondera migrar, envolve-se numa ‘migração cognitiva’, visualizando-se de forma concreta num determinado tempo e lugar no futuro, antes de efetuar a deslocação propriamente dita” (Kyle *et al.*, 2018, p. 130). No entanto, algumas projeções

poderão não passar de um sonho: abrir um negócio em Portugal, investir no imobiliário e viver de rendas, ou até mesmo o próprio projeto de regressar poderá não se concretizar ou, pelo menos, não se concretizar dentro do calendário previsto, como veremos mais adiante (no capítulo 6). Numerosos imponderáveis, seja ao nível da família, do trabalho ou da saúde podem alterar a natureza dos projetos ou a sua temporalidade.

As visitas periódicas ao país durante as férias podem consolidar, ou pelo contrário enfraquecer, os imaginários de regresso. Visitar Portugal com regularidade no Verão ou em épocas festivas, propícias para convívios e revivalismos com camaradas de outros tempos, pode concorrer para fortalecer uma imagem nostálgica e romantizada do país, que é associado ao convívio, à alegria e ao sol – por oposição ao país de residência, associado ao cansaço do trabalho e a um clima mais frio. Estes “regressos cíclicos” (Rocha-Trindade, 1983) permitem matar saudades e podem contribuir para cultivar “o regresso imaginado” (Rocha-Trindade, 1983), mas podem igualmente contrariar aquilo que é fantasiado. Algumas pessoas contam que as visitas anuais ou bianuais também as fazem tomar consciência do distanciamento (cultural) criado pela distância geográfica e que se vai acentuando ao longo do tempo.

Quando vou de férias, passados estes 35 anos, chego a Portugal e há pessoas que... me olham de outra maneira porque já não... *não vivo no país há muito tempo e já me tratam como um estrangeiro.* Apesar de nunca falar francês em Portugal. [Ricardo, a viver na Suíça desde 1986]

Este sentimento de distanciamento ou desfasamento com o país de origem é um elemento também presente em entrevistas realizadas com migrantes mais recentes.¹²⁹

Quando estamos lá de férias, passado algum tempo estamos felizmente por voltar para casa [na Suíça]... As férias passam-se a visitar a família... Já não sabemos viver em Portugal. Não é um país desconhecido, mas precisamos de nos adaptar... muitas coisas mudaram, a todos os níveis, tanto a nível social como do Estado, as infraestruturas, conhecemos mal, não estamos a par das coisas... *é um sentimento de desintegração.* (...) Se voltarmos, vamos precisar de nos reintegrar... *Não pensamos regressar de momento.* Logo se vê. [Homem de 42 anos, a viver na Suíça desde 2003]

Outras entrevistas com migrantes recentes dão conta de imaginários que associam regresso ao país de origem a uma fase mais tardia do percurso de vida.

¹²⁹ Estas entrevistas realizadas para o projeto *Expectations of return of new Portuguese emigrants living in Switzerland*, realizado no quadro do programa *Seed money for joint Swiss-Portuguese academic projects* (2020-2022) e cuja equipa integrei.

Pessoalmente, *por enquanto não penso regressar*. Cada um faz o que quer com a sua vida, mas eu, não poderia voltar para lá... só de férias... viver em Portugal, não consigo... (...) *Mas imagino-me em Portugal...* quero dizer, a minha juventude é aqui, mas *a minha reforma vai ser em Portugal...* (...). [Homem de 22 anos, a viver na Suíça desde 2011]

No imaginário deste jovem, e no de muitos portugueses e portuguesas residentes na Suíça com quem tive a oportunidade de conversar ao longo dos últimos anos, Portugal é representado como um país para passar férias ou para desfrutar da reforma e a Suíça é representada como um país para trabalhar. No plano profissional, este jovem afirma sentir maior segurança na Suíça, onde fez a sua formação e cuja cultura de trabalho conhece melhor. Por um lado, as disposições que adquiriu na esfera profissional fazem-no optar por um projeto de não mobilidade durante a vida profissional. Por outro, as suas disposições culturais fazem-no perspetivar uma mudança de país numa fase tardia da vida. O planeamento de um regresso tardio está também relacionado com o facto de este jovem associar a mudança de país a uma diminuição dos seus rendimentos de trabalho e, por consequência, do seu atual nível de vida.

No presente caso, o projeto de regresso na reforma, está relacionado com uma projeção negativa em termos de queda do poder aquisitivo se regressar durante a vida profissional (baseando-se nas informações que tem sobre os salários praticados no seu ramo) e a uma projeção positiva se o regresso for adiado até à sua saída do mercado de trabalho. Isto porque associa Portugal a um país onde é possível ter qualidade da vida, quando já não se tem obrigações profissionais e possui uma pensão acima da média (devido a desconto feitos no estrangeiro).¹³⁰ Em todo o caso, este exercício de *antecipação* de possíveis acontecimentos no futuro, no plano individual, tende a ganhar uma dimensão coletiva e normativa, definindo os parâmetros de um regresso bem ou malsucedido, medido nomeadamente em termos de níveis de rendimentos, bens materiais, padrões de consumo, que testemunharão do estatuto social alcançado durante os anos de emigração e do bem-estar na velhice.

Em suma, a imaginação é um processo mental que permite dar um sentido às experiências vividas no presente: a *orientação para o futuro* ajuda, por exemplo, a suportar a separação da família ou condições de trabalho difíceis e empregos exigentes, como os da maioria das pessoas entrevistadas neste estudo.

¹³⁰ Podemos interrogar-nos sobre a influência da mediatização de Portugal como “o novo Eldorado para os aposentados europeus” neste tipo de representações. Veja, a título de exemplo, algumas notícias em jornais franceses: Le Monde, 02.06.2014: “*Le Portugal se rêve en eldorado des retraités européens*”; Le Courrier International, 03.11.2022: “*Le Portugal, un nouvel eldorado?*”, e reportagens na televisão suíça: RTS, 01.10.2018: “*Ma retraite au Portugal*”; RTS, 06.10.2019: “*Le Portugal, eldorado pour les Suisses qui veulent émigrer*”

5.2 O regresso imaginado por quem parte

A ideia de emigração tem subjacente a ideia de um retorno, e isso se distingue da ideia de êxodo: emigrante não é apenas aquele que parte para outro país, é aquele que de alguma forma se mantém ligado ao país de origem. (Monteiro, 1994, p. 7)

As entrevistas revelam que, para uma ampla maioria das pessoas, a ideia de regressar a Portugal estava presente no momento da partida e que a aspiração a voltar à origem se encontrava, quase sempre, associada a uma temporalidade curta, a projetos migratórios entre um e cinco anos, por vezes 10 anos.

O objetivo na altura era vir *uns tempos* e ir embora. [Telmo, a viver na Suíça desde 1978]

Decidi vir fazer *nove meses* para ganhar algum dinheiro e voltar para Portugal. Hum... vai-se a ver, os anos foram passando e, 35 anos depois, continuo aqui. Ainda não me fui embora. [Ricardo, a viver na Suíça desde 1986]

Pensámos: vamos até ao nosso filho ir para a escola primária, só aí *cinco anos*, juntámos dinheiro para comprar um apartamento e depois vimos. Era essa a condição. [Sónia, a viver na Suíça desde 1972]

A gente pensava que ia para lá *dez anos ou assim* e que se vinha embora, não é? [Leonardo, viveu na Suíça entre 1980 e 2014]

No entanto, houve também quem perspetivasse o regresso numa temporalidade mais ampla.

Ia chateado com Portugal, porque trabalhei 18 meses numa firma que nunca me pagou. (...) Então eu pensei: arranjo trabalho [na Suíça], já não venho de lá *enquanto não me reformar*. [André, viveu na Suíça entre 1980 e 2019]

Na maior parte dos casos, os projetos migratórios continham objetivos específicos de ordem material, como pagar uma dívida, amealhar dinheiro para uma habitação própria ou para montar um negócio. Havia uma *ideia* concreta, embora nem sempre explícita ou explicitada, de como seria a vida após o regresso, uma vez alcançado essa meta. Nas narrativas de vida recolhidas, destaca-se a centralidade do projeto casa, símbolo de sucesso económico e social de quem emigra (Saraiva, 2017).

Era *construir uma casa...* arranjar um pouco de dinheiro e ir embora. E hoje ainda cá estamos, está a ver? [Telmo, a viver na Suíça desde 1978]

Quando viemos para cá, primeira coisa que [a minha mulher] queria era fazer uma casa em Portugal. (...) Ouça uma coisa, qual o emigrante, falo há 30 anos atrás, que não pensa nisso? A primeira coisa que ele pensa é fazer uma casinha. [Sérgio, a viver na Suíça desde 1979]

Nós tínhamos a ideia de ter a nossa casa, mas não tínhamos possibilidades de a fazer. O meu marido já tinha a areia... mas só com um empréstimo é que a gente conseguiria fazer uma casa. Mas eu também nunca fui de dívidas. [Noémia, viveu na Suíça de 1980 a 2014]

Fazer uma casa lá em baixo e voltar, a nossa ideia era essa. [Luís, viveu na Suíça de 1984 a 2021]

Era vir uns anos, construir uma família e ter uma casita em Portugal, estava já em construção. [Albino, a viver na Suíça desde 1985]

A nossa ideia na altura era... era a construção, como toda a gente quando se casa. Era a possibilidade da construir uma casa ou uma coisa assim. [Emílio, viveu na Suíça de 1985 a 2019]

Os discursos e as realizações ou êxitos de conterrâneos que emigraram e regressaram também foram contribuindo para a elaboração de representações coletivas em torno da díade “emigração e regresso”. Essas representações constituem elementos simbólicos de um vasto repertório de imagens mentais (imaginários), alimentado pelo *arquétipo* das “casas de emigrantes” e por estabelecimentos comerciais com nomes alusivos a outras geografias, como, por exemplo, o café Luxemburgo ou o restaurante Sonhos de Paris, que testemunham a concretização de um projeto. Bem-estar material e desejo de mobilidade social são dois dos principais resultados esperados da emigração (Leandro & Terças Rodrigues, 2007).

Para muitos/as portugueses/as emigrados/as “esse regresso *não se concretiza*” (Monteiro, 1994, p. 8, *itálico no original*), em particular no contexto das migrações transatlânticas, o que contribuiu para difundir a ideia do “regresso enquanto mito” (Monteiro, 1994, p. 7). Porém, no contexto das migrações intraeuropeias que ocorreram a partir da década de 1960 para França, Alemanha, Luxemburgo e Suíça, têm sido observados movimentos de regresso, com base nos censos, e constata-se que “a probabilidade de regressar a Portugal é muito diferenciada consoante o país de destino” (Oliveira *et al.*, 2016, p.27). Estes movimentos de regresso mereceram vários estudos (veja-se, por exemplo, Poinard, 1979, 1983; Silva *et al.*, 1984; Amaro, 1985; Rocha-Trindade, 1987; Cepeda, 1991; Roca, 2000; Portela & Nobre, 2001; e mais recentemente Peixoto *et al.* 2019; Pinho *et al.*, 2021b; Desille, 2022; Marques & Góis, 2023).

5.3 O regresso imaginado por quem fica, entre mito e ideologia

Os estudos sobre as migrações internacionais têm negligenciado o ponto de vista de quem fica no país de origem (*left-behind*). Ora, tanto a emigração como a migração de regresso são processos co-construídos e produzem impactos nas pessoas que partem, mas também nas que ficam. De igual forma, o regresso é imaginado tanto por quem sai do país como por quem fica (Monteiro, 1994; Kyle *et al.*, 2018). Estudos como o de Alistair Hunter (2011) mostram que por vezes existe um interesse de quem ficou no país de origem em que o regresso não seja concretizado, para que o envio de remessas possa manter-se. O regresso é apresentado como desejado, porém, o não regresso revela-se conveniente para todas as partes, para quem ficou no país de origem, o envio regular de dinheiro e bens permite manter determinado padrão de vida, como para quem emigrou e não perspetiva uma reintegração bem-sucedida ou alcançar um melhor estatuto na sociedade ou comunidade de onde saiu.

Na ausência de dados sobre o que pensam as pessoas não migrantes no país de origem relativamente ao (eventual) regresso de quem emigrou, é necessário socorrer-se de outro tipo de fontes.¹³¹ Poder-se-á procurar indícios de uma “ideologia do regresso” recorrendo por exemplo, a artigos de imprensa, reportagens televisivas, cartazes e panfletos produzidos por instituições públicas ou privadas portuguesas, programas eleitorais, debates parlamentares e políticas públicas.¹³² É o que fazem, por exemplo os/as historiadores/as. Victor Pereira (2009) mostrou que o Estado Novo instrumentalizou a emigração (e o regresso), privilegiando nomeadamente uma emigração não familiar, por forma a garantir a manutenção de laços fortes com o país e o envio de remessas, necessárias ao desenvolvimento de Portugal:

(...) a separação do núcleo familiar era garantia para que os emigrantes, casados ou tendo uma noiva e/ou parentes a quem prestavam auxílio financeiro, continuassem a enviar parte dos seus salários para Portugal. Impedir a reunião familiar em França assegurava a manutenção de uma *estratégia migratória baseada no retorno* (V. Pereira, 2009, p. 58, *itálico meu*).

Esta estratégia dividiu famílias e levou efetivamente a que muitos trabalhadores emigrados voltassem passado alguns anos. A este respeito, serve de exemplo a análise que Michel Poinard (1983) fez à política de incentivo e apoio ao regresso do Estado francês no seguimento da suspensão da política de recrutamento de trabalhadores/as estrangeiros/as. O autor conclui que “a

¹³¹ O presente estudo não abrangeu as famílias que ficaram em Portugal, centrou-se apenas em narrativas de pessoas em idade de reforma ou em transição para a reforma, migrantes e regressadas.

¹³² O termo “ideologia do regresso” é nomeadamente usado por Caroline Brettell (2003).

maioria dos candidatos representa trabalhadores (...) *cuja família ficara em Portugal (...)*, maioria que *nunca tinha pensado seriamente em instalar-se em França* e que estava disposta a regressar a Portugal quando o momento chegasse” (p. 56, itálico meu).

As vivências da emigração e do exílio durante o Estado Novo e as dificuldades colocadas à circulação das pessoas, por um lado, e as experiências de regresso de conterrâneos, por outro, marcaram as consciências e contribuíram para a construção de uma *ideologia* do regresso que convive com o *mito* do regresso, sem que isso seja contraditório. Além disso, estudos académicos, publicações e a cobertura noticiosa (ou a sua ausência dela) também têm influenciando a percepção do fenómeno.

Na literatura, o regresso é considerado mítico, quando o olhar se dirige para destinos transatlânticos e se fala em “comunidades portuguesas” radicadas em países longínquos há várias décadas, por exemplo, os Estados-Unidos (Monteiro, 1994). Ele é, no entanto, expectável, ou até mesmo esperado, no caso dos fluxos intraeuropeus mais recentes. Maria Baganha e João Peixoto (1997) fizeram, aliás, notar que “relativamente à migração de regresso, o elevado número de entradas no final da década de 70 e início da década de 80, provenientes principalmente da Europa, deu visibilidade e *criou expectativas* acerca deste fenómeno” (p. 28, itálico meu).¹³³ Por outro lado, Maria Beatriz Rocha-Trindade (2001) frisa que a “situação é singular para os portugueses radicados em países da União Europeia”, dada a maior facilidade de circulação neste território. E, portanto, ideias divergentes sobre o regresso coexistem sem serem antagónicas, desde que os movimentos migratórios sejam devidamente situados no tempo e no espaço e analisados no seu contexto histórico-político próprio.

As expectativas de um movimento de regresso que referem Baganha e Peixoto estavam já presentes nos programas eleitorais do Partido Socialista e do Partido Popular Democrático após a Revolução do 25 de abril, como ilustram os seguintes excertos:

A mais longo prazo, pensa também o PS que se devem criar condições que permitam *o regresso gradual e planificado* de todos os emigrantes que queiram trabalhar no nosso País. [Programa eleitoral do Partido Socialista para as Legislativas de 1976, p. 74, itálico meu]

¹³³ Essas expectativas são enunciadas, nomeadamente, nos programas dos dois principais partidos do Portugal democrático e têm efeito concretos, como, por exemplo, as referidas por Rui Pena Pires (2016): “De início, as atribuições do IARN incluíam o apoio ao retorno das ex-colónias e ao *retorno de emigrantes portugueses* em geral, o primeiro eventualmente subestimado, o segundo, pelo contrário, *sobrestimado*” (p.83, itálico meu). Lembra-se que o IARN é o Instituto de Apoio ao Retorno de Nacionais, que funcionou entre 1975 e 1981 e prestou apoio de emergência às pessoas “retornadas” das antigas colónias. Os fluxos de regressos de “emigrantes” ficaram, porém, aquém do que era esperado, como se veio a verificar nos censos.

Na sua quase totalidade, porém, os emigrantes não cortaram os laços que os unem à Pátria, com a qual mantêm efectivas ligações. Eles constituem, por tudo isto, um dos sectores mais nobres do nosso povo. A grande maioria *deseja voltar* logo que existam em Portugal condições económicas e sociais para proporcionar uma vida livre, digna e de desafogo económico. (...) Esses portugueses que labutam no estrangeiro estão altamente interessados na reconstrução política e económica do seu país. O futuro de Portugal há-de construir-se pelo esforço de todos os portugueses, pelo que os emigrantes nunca poderão ser esquecidos. Eles têm o direito e o dever de participar, activa e responsavelmente, na construção das estruturas políticas e sociais que os hão-de receber *no regresso*.

[Programa do Partido Popular Democrático, novembro de 1974, p. 70-71, itálico meu]

Os movimentos migratórios de saídas e entradas têm sido contínuos e são elementos estruturais da sociedade portuguesa. Porém, conhecem ciclos políticos, havendo momentos da história em que perdem, e outros em que ganham, visibilidade. Inês Vidigal e Carlota Veiga (2022) analisaram programas eleitorais e iniciativas legislativas no período 2011-2019 e verificaram que “em 2011 não existia qualquer referência às questões do regresso a Portugal e em 2015 esta foi uma preocupação para vários partidos” (p. 64). O contexto de crise económica aguda vivido no início da década anterior não se compadecia com imaginários de regresso, bem pelo contrário, tendo ficado na memória coletiva a mensagem deixada por alguns governantes aos jovens para “sair da zona de conforto e ir para além das nossas fronteiras”¹³⁴.

No entanto, noutros momentos políticos e económicos do país, foram implementadas diferentes políticas de “apoio ao regresso” pelo governo português como, por exemplo, o programa *Estagiar em Portugal*, implementado em 2000 e dirigido a descendentes de portugueses/as residentes no estrangeiro com vista a realizarem estágios profissionais no país de origem dos pais e eventualmente viessem a ficar em Portugal.¹³⁵ Em 2015, é implementado o programa *Valorização do Empreendedorismo Emigrante (VEM)* que visa apoiar “projetos de criação do próprio posto de trabalho, ou empresa, por parte de emigrantes com intenção de regressar a Portugal e

¹³⁴ Palavras do então secretário de Estado da Juventude e Desporto, Alexandre Mestre, em 2011. Afirmações semelhantes, que foram entendidas como apelos à emigração, foram proferidas pelo então ministro-adjunto e dos Assuntos Parlamentares, Miguel Relvas, e pelo Primeiro-ministro, Pedro Passos Coelho. A este respeito, veja-se <http://observatorioemigracao.pt/np4/3436.html>

¹³⁵ Fui uma das beneficiárias deste programa, entre setembro de 2001 e junho de 2002. Ver anúncio oficial em Diário da República, II Serie, N.º7 de 9 de janeiro de 2001, p. 310: “A Portaria n.º 567/2000, de 7 de Agosto, institui a medida de estágios profissionais para jovens portugueses e luso-descendentes residentes no estrangeiro designada por Programa Estagiar em Portugal, promovida pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional, em estreita colaboração com a Direcção-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas.”

empreender”.¹³⁶ Em 2019, entra em vigor o programa *Regressar* que se destina a “emigrantes que tenham saído de Portugal até 31 de dezembro de 2015” e “iniciem atividade laboral em Portugal continental entre 1 de janeiro de 2019 e 31 de dezembro de 2023”.¹³⁷ Os grupos-alvo e os objetivos enunciados para cada programa são indicadores de como determinado ator (o governo) concebe o regresso de portugueses/as emigrados/as em determinados momentos socioeconómicos e políticos do país. As resoluções que estabelecem estas medidas e outros documentos de comunicação (folhetos, sítios web) assumem o “objetivo explícito de *recuperar* população nacional residente no estrangeiro” (Pinho *et al.*, 2022, p. 110, *itálico no original*), mas também transmitem mensagens implícitas sobre, por exemplo, a desejabilidade do regresso de jovens e pessoas qualificadas.

No sítio da Internet do programa Regressar, na página de abertura,¹³⁸ pode ler-se:

Um apoio financeiro para os emigrantes ou familiares de emigrantes que venham trabalhar para Portugal e uma linha de crédito para apoiar o investimento empresarial e a criação de novos negócios em território nacional.

Esta frase contém uma mensagem explícita: por um lado, recuperar pessoas em idade “ativa” para suprir necessidades de mão-de-obra e, por outro, atrair investimento. Implicitamente reflete um imaginário no qual as pessoas regressadas são relativamente novas e voltam com a sua força de trabalho e/ou com uma postura empreendedora, mais/novas competências e eventualmente alguma poupança para investir num negócio que o Estado se propõe ajudar a alavancar.

Não me alongo na análise, que poderá ser retomada num outro espaço. O propósito destes parágrafos é tão-somente o de evidenciar que os imaginários associados às migrações (emigração ou regresso) são co-construídos por diversos atores e compostos por várias camadas discursivas e simbólicas.

¹³⁶ Fonte: www.publico.pt/2015/03/12/sociedade/noticia/governo-aprova-vem-um-programa-para-apoiar-regresso-de-emigrantes-1688887

¹³⁷ Sítio do programa: <https://www.programaregressar.gov.pt>. Criado em 2019 por um período de dois anos (ver Resoluções do Conselho de Ministros n.º 60/2019, de 28 de março e n.º 124/2020, de 31 de dezembro), a sua vigência foi sendo sucessivamente prorrogada, encontrando-se em vigor até 31 de dezembro de 2023. O programa sofreu diversas alterações desde que entrou em vigor, nomeadamente relativamente aos critérios de elegibilidade.

¹³⁸ www.programaregressar.gov.pt/pt/

5.4 Do regresso imaginado ao projeto de regressar

“Eu *sempre* tive vontade de ir embora”, desabafava uma das minhas interlocutoras. Frases como esta são repetidas amiúde por portugueses/as com mais de 50 anos residentes na Suíça. Certos/as autores/as referem o regresso como uma componente do próprio projeto de emigração (King 2000; Brettell, 2003; Klave & Súpule, 2019). As entrevistas realizadas indicam, precisamente, que as experiências de emigração para a Suíça realizadas nos anos 1970-90 eram, na maioria dos casos, projetadas para um curto período de tempo, como já foi referido, e estavam frequentemente associadas a projetos de melhoria das condições de vida materiais – como, aliás, também está documentado relativamente à migração portuguesa para França, Alemanha e Luxemburgo nos anos 1960-70 (veja-se por exemplo Klimt, 1989; Beirão, 1999; Leandro e Terças Rodrigues, 2007). Foi igualmente assinalado noutros estudos sobre a migração para a Suíça ocorrida nas décadas de 1980 e 1990 (Marques, 2008; Fibbi, 2010).

5.4.1 O conceito de projeto

O conceito de projeto é frequentemente utilizado nos estudos migratórios, embora careça de clarificação. Neste sentido, o contributo de Alfred Schütz é particularmente relevante. De acordo com este autor, uma ação implica uma antecipação orientada para o futuro, ou seja, uma projeção, e esta é norteadada por experiências prévias. Desta forma, “o projecto baseia-se em representações intuitivas da ação representada ‘como se’ fosse realizada” (Blin, 1999, p. 62). Consequentemente, no seu entendimento, a ação surge, primeiro, como um comportamento projetado e orientado para uma finalidade.

Num texto intitulado “trajetória individual e campo de possibilidades”, Gilberto Velho (1994) reflete sobre uma estadia que fez no início dos anos 1970 na região de Boston, nos Estados Unidos, onde contactou com famílias vindas dos Açores. Partindo de Schütz e da sua conceção de projeto como “a *conduta organizada* para atingir *finalidades específicas*” (Velho, 1994, p. 40, *itálico meu*), o antropólogo brasileiro acrescenta-lhe a “noção de *campo de possibilidades* como dimensão sociocultural, espaço para formulação e implementação de *projetos*”, o que permite, acrescenta o autor, “a análise de trajetórias e biografias enquanto expressão de um quadro sócio-histórico, sem esvaziá-las arbitrariamente de suas peculiaridades e singularidades” (Velho, 1994, p. 40, *itálico no original*). Esta perspetiva revela-se muito útil para a investigação sobre migrações, porque permite evidenciar a articulação entre o indivíduo e o seu contexto. Mais adiante, Gilberto Velho assinala ainda que os projetos “não operam num vácuo,

mas sim a partir de premissas e paradigmas culturais compartilhados por universos específicos” (p. 46).

Importa reter que os projetos são elaborados, e viabilizados, dentro de um *campo de possibilidades*, por um lado, e que, por outro, são *culturalmente situados*. As dimensões socio-históricas e culturais são importantes para compreender a relevância do projeto *contruir/comprar casa*: a aquisição de património é um marcador social. Por outro lado, o projeto casa acarreta um investimento de ordem económica e material, mas também afetiva e ancora as pessoas a um determinado território (ver capítulo 7.2). Num outro texto, Velho (1994 [1987]) enfatiza esta dimensão sociocultural dos projetos que não existem “sem referência ao outro ou ao social” e “são elaborados e construídos em função de experiências sócio-culturais, de um código, de vivências” (p. 26) devendo “‘fazer sentido’, num processo de interação com os contemporâneos” (p. 27).

Nesta discussão sobre o conceito de projeto, podemos incluir, igualmente, os contributos sobre processos reflexivos ao nível individual de autores/as como Pierre Bourdieu, Anthony Giddens e Margaret Archer. Ana Caetano (2011) propôs uma síntese destes principais contributos teóricos. Segundo Archer, o exercício da reflexividade permite às pessoas elaborarem projetos e definirem estratégias tendo por base o contexto no qual estão inseridas e os recursos de que dispõem. A esta perspetiva, importa acrescentar a ideia de “interiorização da exterioridade” sugerida por Bourdieu, por forma a considerar a influência das estruturas. Esta ideia é retomada por Giddens (2000) na teoria da estruturação quando afirma que “a estrutura tanto capacita como constrange (...) não deve ser concebida como uma barreira à acção, mas sim como encontrando-se envolvida na sua produção” (p. 43-44). Se a estrutura surge como condição e resultado da acção, o mesmo se poderá dizer dos projetos que antecipam a acção.

Em suma, as pessoas estabelecem um diálogo interior, ou processo mental, através do qual fixam objetivos, com base nas suas aspirações, emoções, recursos, constrangimentos, dentro de um determinado campo de possibilidades. Estes objetivos, ou finalidades, servem para elaborar um projeto que irá orientar as condutas ou ações individuais. Contudo, nenhum destes elementos é inteiramente estável, em particular em termos diacrónicos. Como veremos mais adiante, os projetos migratórios iniciais sofrem sucessivas mutações ao longo do tempo biográfico e social. Isto explica, em grande parte, o envelhecimento da população portuguesa no país de destino e os dilemas associados à transição para a reforma.

5.4.2 Os projetos migratórios iniciais

Das entrevistas realizadas, destacam-se cinco motivos principais que sustentam os projetos migratórios (ver quadro 5.1, na página seguinte). A melhoria das condições de vida aparece como transversal. Embora a grande maioria das pessoas coloque a tónica nas questões de ordem económica ou material, verifica-se existir uma variedade de motivos para emigrar. Algumas pessoas apontam a dimensão da realização pessoal, outras destacam a dificuldade de encontrar o seu lugar na sociedade portuguesa e referem terem saído em busca de um contexto mais apropriado ao seu modo de ser, outros ainda migram por motivos familiares. Por fim, observa-se também uma emigração por motivos políticos, para escapar ao serviço militar obrigatório e à guerra nas antigas colónias. Este é, no entanto, um caso pouco comum no contexto suíço, uma vez que os fluxos migratórios para este destino foram globalmente mais tardios.

De assinalar que por vezes os motivos sobrepõem-se. Por exemplo, Irene juntou-se ao marido quando este obteve, após quatro anos, a autorização necessária ao reagrupamento familiar, ela migrou por motivos familiares, mas o marido saiu por motivos socioeconómicos. De igual forma, Júlio refere ter saído porque tinha espírito aventureiro e em busca novos horizontes: “queria conhecer, queria ver, queria ter essa possibilidade, juntar o útil ao agradável”, mas aponta, simultaneamente, motivos de insatisfação:

Não podia com o sistema que estava aqui implantado, político e não sei que mais, eu não podia com isto! Eu, para mim, isto era estar aqui a morrer todos os dias. É precisamente por isso que eu fui embora.

Quadro 5.1 *Síntese das principais dimensões dos projetos migratórios*

Motivo principal da emigração	Citações das entrevistas	Emigrar para	Plano de regresso
Socioeconómico	“eu trabalhava, trabalhava e não conseguia juntar nada” “não conseguíamos ganhar para fazermos uma casa e fazermos uma vida melhor”	Construir/comprar casa; pagar dívidas; amealhar; bem-estar material	Sim
Realização pessoal	“eu queria ser um bocadito mais, subir e lá não tinha hipótese”	Alargar os horizontes; alcançar novas oportunidades profissionais; conhecer outros países e culturas	Sim
Inadaptação ou insatisfação com a sociedade portuguesa	“não gostava de estar em Portugal, vim de Angola, nunca me inseri em Portugal... nunca me adaptei” “vim aborrecido com a falta de oportunidades no meu país, com aquilo que estava a ser feito à Revolução de Abril”	Mudar de contexto sociocultural	Sim / Não
Familiar	“já tinha ido muitas vezes à Suíça de férias, a casa da minha filha, ia uma vez por ano, às vezes duas, gostava de lá, então animei-me a ir e fomos”	Viver com o cônjuge ou filhos/as já emigrados/as	Sim / Não
Político	“um primo meu foi para Angola... teve azar, pisou uma mina (...) A minha mãe mal ouviu aquilo... ‘Temos de tirar daqui o miúdo!’”	Evitar recrutamento militar	Sim

O quadro 5.1 mostra que o plano de regressar estava globalmente presente no momento da saída para o estrangeiro, embora existisse alguma incerteza nas pessoas que saíram de Portugal por inadaptação ao país ou de quem partiu para se juntar à família (descendente) já emigrada.

O quadro 5.2 resume elementos *arquetípicos* em torno dos quais o regresso foi inicialmente imaginado: uma pessoa regressaria quando tal objetivo fosse alcançado (casa construída, dinheiro amealhado). Contudo, com o passar do tempo, surgem novos objetivos, novas aspirações

para si e para a sua família. Os projetos migratórios acompanham essa evolução e vão sendo reformulados de acordo com a fase do percurso de vida, como veremos mais adiante.

Quadro 5.2 Principais objetivos que sustentam os projetos de regresso nos primeiros anos

Patrimonial	Ter casa própria	“fazer uma casa e voltar, a nossa ideia era essa” “construir uma casa... arranjar um pouco de dinheiro e ir embora [para Portugal]”
Aforro	Juntar dinheiro Poupar Pagar dívidas	“juntamos dinheiro para comprar um apartamento e depois vimos” “o meu marido tinha comprado um trator (...) era só pagar aquilo e ir [para Portugal]”
Profissional	Investimento Trabalhar por conta própria	“construir a casa e pormos aqui um negócio” “quando vim foi com o objetivo de estar aqui algum tempo e voltar. Eu sempre tive na ideia de trabalhar por minha conta, de fazer uma carpintaria”

Quem emigrou por motivos económicos, principalmente, perspectivava o regresso ao país era como uma sequência lógica após alcançar as metas que havia fixado ao sair de Portugal. Estas metas permitiriam adquirir conforto financeiro, mas também alcançar um melhor estatuto social. O quadro temporal de operacionalização do projeto foi-se dilatando, não por incapacidade de as pessoas atingirem os seus objetivos, mas porque outros objetivos foram surgindo ou porque diversos eventos (familiares ou outros) alteraram os contornos do projeto inicial. Isto mesmo refere Maria Engrácia Leandro (2004) relativamente a portugueses/as emigrados/as em França e na Alemanha:

Mais tarde dizem ter realizado o projecto económico que envolveu a sua partida, mas continuam ainda imigrados para proporcionarem aos filhos outras prerrogativas. É *a partir de então* que se denotam as principais inflexões nos projectos iniciais de e/imigração, mais direccionados para o material, tentando agora reorientar-se também para o cultural, uma escolarização mais prolongada, extremamente mais valorizado tanto pelas sociedades envolventes como pelos próprios. E, *posteriormente ainda*, quando esses já foram atingidos e os filhos entram ou estão prestes a entrar na vida activa, constata-se que continuam emigrados, afirmando não querer lesar o futuro dos filhos. (p. 102-03, itálico meu)

Resultados semelhantes foram encontrados num estudo realizado em finais da década de 1970 junto de mulheres espanholas e portuguesas residentes em Genebra (Arteaga & Wall, 1979). A casa e a poupança surgem como objetivos principais da migração e o regresso como o projeto último, porém, os prazos tornam-se menos definidos à medida que os anos passam, sobretudo

quando as crianças se juntam aos pais: “agora que estou aqui... penso no futuro da minha filha, em dar-lhe mais (mulher portuguesa, há quatro anos na Suíça)” (p. 140). As autoras distinguem, todavia, entre mulheres vindas do meio rural e do meio urbano, e sublinham algumas dissemelhanças nos respetivos projetos migratórios: “se, no meio rural, a casa é um símbolo de segurança económica e de estatuto social, no meio urbano, é antes o nível de vida e o consumo da família que são sinais de estatuto” (p. 221).

5.4.3 Regressar, o projeto permanentemente adiado

Um estatuto legal estável

As restrições impostas nos primeiros anos, e os constrangimentos pessoais e familiares que delas decorreram, tiveram como efeito a dilatação no tempo de um projeto concebido como temporário. Afinal, se uma pessoa aguentou o período mais difícil, não fará sentido ficar mais um pouco, quando o Permis B torna possível a mobilidade profissional e o reagrupamento familiar? É o que conta Mário, que foi residente na Suíça entre 1980 e 2020. Ele já era casado, com dois filhos, quando emigrou.

[Quando obtemos o Permis B], surge um dilema: sofremos *este tempo todo*, agora que está próxima a possibilidade de trazer os nossos filhos, vamos perder esta oportunidade, vou pôr em risco a minha situação financeira e não só, ou vou sofrer mais um pouco até que os filhos venham e depois, pronto, temos aqui a família (...) E então quando começámos a ver luz ao fundo do túnel, no sentido de poder trazer os filhos, pusemos outra vez em questão: vamos embora ou ficamos *mais um tempo*, eles fazem aqui a escola, talvez só a primária, depois vamos ainda numa idade onde eles se adaptem de novo a Portugal e nós recomeçamos? Só que a teoria é uma coisa e a prática é outra. Depois eles vêm...

Esta citação ilustra como o horizonte temporal do projeto migratório é ajustado à medida que expectativas e objetivos vão sendo alterados. Este exercício de reavaliação repete-se ao longo do tempo e surge quando se atinge um marco (a concretização de um objetivo) ou em momentos críticos do percurso de vida (por exemplo, divórcio, desemprego, saída de casa dos/as filhos/as).

O investimento no futuro dos/as filhos/as

Um dos motivos suscetíveis de alterar a temporalidade e a natureza do projeto de regresso é a preocupação com o bem-estar dos/as filhos/as. Assegurar-lhes “uma formação”, “um futuro profissional”, “uma situação” é um tema recorrente nas narrativas de vida. O discurso de Rita

e Alberto, que vivem na Suíça desde 1976, ilustra a centralidade da “segunda geração” nos projetos migratórios quando surge a parentalidade.

Rita: Quando viemos para aqui, não era para ficarmos (...) Era por nove meses *risos* Quando a gente veio, o contrato era de nove meses.

Alberto: Eram nove meses.

Rita: Quando o filho nasceu e que íamos a Portugal de férias, as pessoas diziam: então, quando é que regressam? E a minha resposta era: se eu estou num país onde os outros metem os filhos lá para estudarem, porque é que eu não hei de dar essa oportunidade ao meu filho? Portanto, eu só saio da Suíça quando ele terminar os *estudos*. A lógica era essa, enquanto ele não fosse independente, a gente não deixava a Suíça.

O lugar central atribuído à geração seguinte na reelaboração do projeto migratório também transparece na narrativa de Telmo. Ele emigrou em 1978, “à procura de uma vida melhor” porque, em Portugal, os salários eram pequenos e “não dava para fazer grande coisa”. O investimento na educação e formação dos/as filhos/as aparece como argumento central na decisão de “ir ficando”. O uso do gerúndio mostra que a permanência é o resultado de um processo: mais do que uma decisão num determinado momento, decorre de uma dinâmica ao longo do tempo, na qual os percursos de vida dos dois membros do casal e das filhas – e mais tarde dos netos – se entrelaçam.

O problema é que... É assim: há um filho... depois acaba a escola e começa a aprendizagem ou faz estudos...¹³⁹ Aquele acabou tudo e depois o outro começa... não é? E *os anos vão passando... e a gente vai ficando...* E depois chega-se a um período que já só me faltam X de anos para a reforma... vou ficar mesmo até à reforma, está a ver? É estes projetos de vida assim... *Os filhos é que também prendem os pais, não é?* Porque um termina, outro começa... A gente vai ficando... E depois o problema é que vêm os netos! (...) A mais velha, fez os estudos, de enfermagem... e depois a outra começou uma aprendizagem... Olhe, fomos ficando... e depois, a mais velha casou e teve um filho! Depois a mais nova casou... teve os filhos... *e a gente vai cá ficando...* está a ver?

Esta citação ilustra a forma como as biografias das diferentes gerações se articulam dentro de uma mesma família e a dificuldade em conjugar temporalidades por vezes discordantes. O tempo da escolaridade/formação das crianças colide com os projetos de regresso dos pais. Um

¹³⁹ A “aprendizagem” (tradução literal) é um sistema mais difundido na Suíça de formação pós-obrigatória (ensino obrigatório vai dos 4 aos 15 anos e é equivalente ao 9.º ano em Portugal). A aprendizagem corresponde, no sistema português, ao ensino secundário e articula ensino formal com formação profissional em contexto real de trabalho.

traço comum às pessoas que alcançam a idade da reforma na Suíça é, portanto, considerar os anos de escolaridade das crianças como um tempo desadequado para mudar de país e, conseqüentemente, prolongam a estadia no estrangeiro. A influência dos/as filhos/as no alargamento da temporalidade dos projetos de regresso dos pais está documentada na literatura (Dustman, 2003).

Afonso e Inês conjugam regresso em “idade ativa” com permanência até à reforma. Após uma dúzia de anos na Suíça, aproveitam o entusiasmo do filho com Portugal e antecipam o regresso, apesar do desgosto e frustração que tal decisão causou a Inês. Depois de 15 anos, umas férias na Suíça fazem-nos reativar as suas redes, surge então uma oportunidade de trabalho e decidem reinstalarem-se no Valais, com o filho, já adulto, e prevendo desta vez ficar até ao fim da vida profissional.

[Em 1995], o miúdo tinha 10 anos, já tinha feito a escola primária (...) ele queria ir para Portugal, que tinha os primos, que tinha os avós e queria ir para Portugal. E nós chegámos a uma altura... dissemos: Temos que aproveitar!

A entrada na escola ou a mudança de ciclo escolar surgem na literatura como um momento-critico de decisão: regressar (Monteiro, 1994) ou ficar (Leandro, 2002). Voltar enquanto as crianças são pequenas, para que prossigam a escolaridade no país de origem é uma estratégia para evitar que elas se fixem no país de residência – com essa finalidade, certas pessoas optam, até, por antecipar o regresso. Esta estratégia não garante, porém, que elas se fixem em Portugal, podendo, por sua vez, tornar-se migrantes quando forem adultas, como atestam as trajetórias de algumas pessoas que conheci durante a pesquisa de terreno.

Em todo o caso, é inequívoco que a existência de crianças e as suas idades influenciam os projetos migratórios, podendo o plano do regresso ser antecipado ou adiado em vários anos, consoante os pais privilegiem as estruturas de oportunidades no país de residência (ao nível da formação, mercado de trabalho, nível salarial e mobilidade social) ou os laços familiares, a cultura e a aprendizagem da língua no país de origem. No caso das pessoas entrevistadas, as decisões em torno da escolaridade/formação das crianças projetaram o regresso para uma fase da vida mais tardia. Elas continuaram a imaginar-se de volta ao país de origem, embora mais tardiamente.

A dificuldade em pensar a reintegração profissional em Portugal e a adaptação à Suíça

Durante o compasso de espera que representa o período formativo da “segunda geração”, a “primeira geração” alcança uma idade (50 anos) que não considera a melhor para concretizar o

regresso. Há uma tomada de consciência do tempo biológico e dos seus efeitos: por um lado, o envelhecimento está associado ao aparecimento de eventuais maleitas, por outro, a partir de uma certa idade, torna-se difícil pensar a reintegração profissional no país de origem, sobretudo para os homens, em particular quando conseguiram evoluir profissionalmente e alcançaram uma posição que lhes oferece estabilidade profissional e segurança económica.

Celestino, por exemplo, ponderou regressar quando o filho era adolescente, embora ele próprio tivesse quase 50 anos nessa altura. Contudo, esse momento coincide com um ciclo económico desfavorável para Portugal, estreitando o campo de possibilidades em termos de reintegração profissional, o que invalidou um possível regresso e prolongou a estadia.

Vamos embora, mas vamos embora para onde? É que lá em baixo também foi aquela fase em que apareceu o FMI na altura, crise do trabalho outra vez. Eu disse: não, vamos ficar aqui, estamos aqui bem, ficamos aqui, continuamos.

Também Sérgio, a viver na Suíça desde 1979, se manteve atento à situação económica em Portugal e descartou a possibilidade de voltar para trabalhar. Por um lado, as perspetivas profissionais eram incertas no país de origem, por outro, ganhou consciência de que tantos anos vividos num outro país haviam alterado os seus hábitos/*habitus*, designadamente em termos da cultura de trabalho.

Em princípio [a ideia era regressar]... Quer dizer, antes de ter filhos não se pensa. Eu só pensei [no regresso] depois dos filhos, entende? Depois... dissemos: *o que vamos fazer lá para baixo? Nós também olhamos para o país*, como é que o país estava, não é? Por exemplo, vai-se lá ganhar o quê? Eu comecei-me a habituar... Ao princípio também foi difícil (...) Depois habituando-se aqui, é uma rotina...

A integração no país de residência é um fator que se acompanha da dilatação temporal dos projetos. Mário e Armanda viveram na Suíça entre 1980 e 2020. Se os primeiros anos foram difíceis no plano profissional e familiar, a situação melhorou com a obtenção do Permis B e o reagrupamento familiar. O projeto migratório foi-se estendendo no tempo para acomodar novos objetivos, nomeadamente “pagar estudos, assegurar que se [os filhos] quisessem ir em frente”, teriam condições. Os anos foram passando, o casal sentia-se bem na Suíça e assumiu que o regresso tinha deixado de fazer sentido durante a vida profissional.

É claro que veio uma altura, os filhos casaram, nós podíamos dizer: ok, vamos embora! Depois de tantos anos fora [de Portugal], de *estarmos ambientados* aqui, fizemos inclusive a nacionalidade suíça, de *nos sentirmos integrados*, sem dificuldades com a língua, etc., vamos agora embora, porquê? Fazemos a nossa vida aqui e chegada a hora da reforma, iremos.

O sentimento de integração no país de residência acompanha-se frequentemente de um sentimento de distanciamento ou desfasamento com o país de origem. Existe uma consciência dos custos da adaptação a um país e contextos diferentes, onde normas, horários, modos de fazer e de estar são distintos. Decidir ficar até à reforma é decidir não se submeter a um novo processo de adaptação, cujos benefícios económicos e materiais são incertos: “ganhar o quê?”, questiona Sérgio.

O conceito “*embedding*” proposto por Louise Ryan e Jon Mulholland (2015) é apropriado para caraterizar a dinâmica através da qual as pessoas migrantes desenvolvem, ao longo do tempo, modos diversificados de incorporação, nomeadamente no plano social e profissional, em mais do que um lugar. Este conceito inclui uma dimensão espaço-temporal e multiescalar que permite considerar o processo continuado de construção e reconstrução das ligações aos lugares e às pessoas em mais do que um país e a variabilidade temporal dessas ligações.

O regresso frustrado, o regresso falhado e o regresso abortado

Outro motivo para o adiamento do regresso durante a “vida ativa” é uma tentativa de regresso frustrada. José imaginou-se regressar quando tinha cerca de 40 anos, para trabalhar em sociedade com o pai e o filho prosseguir os estudos em Portugal.

José: Houve um projeto de voltar a Portugal, antes da reforma. Esse projeto proporcionou-se.

Lurdes: Isso foi quando o [nosso filho] ia a entrar para a universidade.

José: Para evitar que os filhos crescessem lá. Ou que fizessem os estudos superiores lá. Houve esse projeto. (...) Tínhamos projetado o meu pai reformar-se e eu vir trabalhar em conjunto com o ele (...) Voltarmos para fazer crescer os filhos cá, para o ensino ser cá.

Com a morte repentina do pai, *este* projeto de regresso “deixou de fazer sentido porque tudo se modificou”.

José: (...) depois digo assim: agora temos que nos sacrificar para que eles continuem os estudos aqui. Nós não queríamos que eles fizessem os estudos [na Suíça] porque não queríamos ficar presos a esta situação, que estamos [separação familiar, eles lá, nós cá].

Perante a alteração imprevista e o estreitar do campo de possibilidades, José prefere não correr riscos profissionais em Portugal e reconsidera o projeto migratório: “depois foi projeto reforma”, conclui.

Quando reelaboram os seus projetos migratórios, nesta fase, Telmo e Celestino deixam de mencionar o regresso – que continua a ser uma possibilidade, mas deixa de ser um objetivo.

Pelo contrário, Sérgio e José apontam a reforma como nova meta – uma meta temporal considerada mais adequada para realizar uma nova migração, uma vez que coincide com uma nova etapa de vida.

José projetava voltar para Portugal no auge da vida, com força física e capacidade de trabalho, pais ainda vivos e crianças ainda a estudar. Ele idealizava um regresso em família e teve de o redimensionar para um regresso em casal.

Antónia e Miguel passaram por experiências de regresso falhadas. Durante a década de 1990, decidem tentar a vida em Portugal, por duas vezes, mas nenhuma dessas experiências corresponde ao que haviam imaginado. Não hesitam em voltar para a Suíça. Não desistem da ideia de regressar, mas, da segunda vez, deixam de associar o regresso a um projeto de trabalho.

[Da segunda vez] como a firma em que eu estava [na Suíça] ia dar falência, eu disse: vou para Portugal tentar outra vez a vida. Mas não estava bem... [Então disse] antes quero trabalhar na Suíça. Tornei para lá outra vez. Até à reforma.

O caso de Augusta é o de um regresso abortado: a viver na Suíça desde 1988, em 2001, decide de concretizar a vontade que sentia desde “sempre” de ir embora. No entanto, perante a iminência da partida, percecionada como *definitiva*, dá-se uma reviravolta. Augusta apercebe-se de que *este* não é o momento certo e que, afinal, “queria ficar”. Naquele instante, reconsidera a temporalidade do projeto regresso.

Até 2001, eu sempre tive vontade de ir embora [para Portugal]. E quando decidi ir embora, decidi que queria ficar. Quando realmente tinha que começar a dar [baixa das coisas], escrever para a escola e para os seguros, decidi que não queria ir. (...) Depois, por acabar, não fomos. E acho que foi a melhor decisão. Foi a melhor decisão porque as pessoas todas que foram, já voltaram. (...) Eu disse logo “agora fico cá até à reforma”, ou, se a minha filha casar e tiver filhos, já nem vou.

Este exemplo mostra-nos que projeções futuras podem tornar-se passado e conduzir a uma reavaliação das temporalidades ou, até, da própria natureza, dos projetos: o regresso pode continuar presente no imaginário ou, eventualmente, ir-se diluindo (até desaparecer?), consoante as circunstâncias da vida, a alteração das redes sociais e a alteração dos campos de possibilidades. A citação de Augusta ilustra a possível conflituosidade entre projeto e concretização do regresso. No momento de passar da intenção à ação, Augusta retraiu-se e alterou subitamente a temporalidade do projeto migratório: de uns anos “até à reforma” ou eventualmente “já nem vou”. Bolognani (2016) já havia salientado que “as fantasias sobre o regresso são uma fase do processo de migração que podem ser realizadas ou deixadas no domínio do virtual” (p. 199).

5.5 Projetos e curso de ação

Os projetos migratórios que não se concretizam na meta temporal prevista são reelaborados de acordo com a evolução dos contextos socio-históricos e familiares nos quais as pessoas estão inseridas. Acontecimentos familiares, como, por exemplo, falecimentos e nascimentos na família, podem obrigada a reorganizar prioridades, redistribuir recursos, fazer emergir necessidades e/ou novas solidariedades e, em última análise, obrigar a repensar os projetos individuais, do casal e da família no seu todo. O mesmo acontece quando surgem situações de desemprego, doença, acidente, precarização no emprego, alteração do estatuto legal, aquisição de cidadania, entre muitas outras possíveis. As alterações da situação do grupo familiar ou dos seus contextos de vida repercutem-se nos projetos migratórios e podem encurtá-los ou prolongá-los no tempo, adicionar-lhes certos objetivos e amputá-los de outros.

O projeto de regresso poderá, ou não, fazer parte do projeto migratório. Neste caso, a maioria das pessoas entrevistadas planeava de facto regressar, embora nem sempre a temporalidade estivesse claramente definida.

No seu estudo sobre experiências de regresso com trinta mulheres e homens, que se instalaram no concelho de Guimarães, vindos/as de França, Alemanha e Suíça, Maria Engrácia Leandro (2002) refere-se ao regresso como *um projeto que orienta* as decisões. Na literatura, encontram-se referências às implicações que uma orientação para o regresso acarreta em termos de integração: “a perspectiva de regresso tende a reduzir os incentivos à participação social na sociedade de acolhimento, e a investir na sua integração” (Afonso, 2010, p. 131). Práticas transnacionais, tais como remessas e aquisição de património em Portugal, são também relacionadas com um projeto de regresso (Fibbi *et al.*, 2010; L. Azevedo & Marques, 2023).

Como vimos anteriormente, o desejo de ter casa própria é um dos principais objetivos da migração. Implica ganhar mais dinheiro e poupar e a casa torna-se, por isso, a justificação para a integração da mulher no mercado de trabalho assalariado, a acumulação de horas extras, a adoção de uma estratégia de pluriatividades, padrões de consumo e outros comportamentos que permitam maximizar a poupança. O projeto migratório de cariz económico dita uma sequência de ações continuadas e coerentes entre elas, planeadas para uma temporalidade de curto ou médio prazo. O projeto “casa”, como qualquer outro projeto migratório, corresponde a “um curso de ação situada [e] é um processo que se insere em contextos marcados por incertezas e contingências” (Delcroix, 2022 [2001], p. 21). Neste sentido, os planos das pessoas migrantes são recursos que guiam a ação, a qual inclui necessariamente alguma adaptação e improvisação.

São as contingências, os imprevistos, as vicissitudes, mas também as oportunidades e as circunstâncias que alteram o curso da ação e, eventualmente, acrescentam etapas. Ao longo de todo este percurso e dos seus meandros, a imaginação continua a desempenhar um papel importante porque ela é “uma forma de negociação entre espaços de agência (indivíduos) e campos de possibilidades definidos globalmente” (Appadurai (1996, p. 31).

O imaginário do regresso pode perdurar ou, pelo contrário, esvair-se à medida que a migração em sentido contrário se torna difícil de concretizar. Neste caso, pode dar lugar a um imaginário de permanência. Porém, trocar o projeto de regresso por um projeto de permanência poderá revelar-se de difícil adequação ao campo de possibilidades, como veremos no capítulo 6, em particular quando às aspirações não correspondem os meios necessários à sua concretização.

CAPÍTULO 6. DECIDIR O REGRESSO: MOTIVOS, DILEMAS E TENSÕES

Os dados estatísticos disponíveis mostram que a população portuguesa residente na Suíça com 65 e mais anos é diminuta (2.24% em 2021) e que existe um acelerar dos movimentos de saída quando chega a reforma (ver capítulo 3). O primeiro resultado deste estudo é que o regresso é a escolha mais frequente na hora da reforma. Importa compreender porque assim é, ou seja: o que leva os/as portugueses/as reformados/as a optarem por uma migração de regresso, quando a literatura sugere que cada vez mais migrantes envelhecidos/as optam por permanecer no país de residência ou por uma vida vaivém (Bolzman *et al.*, 2006; de Coulon & Wolff, 2010)?

De acordo com a literatura, a decisão de regressar surge na inter-relação de um conjunto alargado de fatores individuais e externos, que, em certos casos, podem funcionar como recursos e, noutros, como constrangimentos. O sociólogo suíço Claudio Bolzman (2022) realça nomeadamente: “fatores estruturais (tais como o montante das suas pensões de reforma ou a qualidade dos serviços de saúde), fatores relacionais (como a localização dos membros da família num ou vários países) e fatores institucionais (tais como o risco de perder o seu estatuto de residente permanente se deixar a Suíça mais de seis meses)” (p. 215-16). São ainda de considerar fatores individuais como o género, o estado civil, a saúde, ter casa própria, ou as aspirações de cada um/a, entre outros. A combinação destes fatores e a ponderação que deles é feita conduz à decisão de regressar, ou não, de forma permanente ao país de origem.

No capítulo anterior abordou-se a natureza e a temporalidade dos projetos migratórios que, na sua maioria, continham, inicialmente, uma componente de regresso. No entanto, a duração da estadia no país de destino, por um lado, e as transformações ao nível familiar, por outro, alteraram esses projetos. Perto da idade da reforma, a aspiração a regressar tanto pode persistir como ter sido reelaborada ou abandonada. Neste último caso, as condições de vida na reforma num país com um nível de vida elevado como a Suíça colocam dilemas que nem sempre haviam sido antecipados.

Este capítulo centra-se no ponto de vista das pessoas entrevistadas. Nele são analisadas as aspirações de regresso/não regresso, os projetos migratórios na hora da reforma e a sua eventual concretização. São também apresentados e discutidos os dilemas com que se confrontam os casais portugueses que, aos 60-65 anos, ainda vivem na Suíça e analisados em pormenor os motivos que conduzem a um regresso ou à permanência. Combinando estas dimensões, propõe-se também, numa leitura de síntese, identificar os principais tipos de regresso/não regresso na

população estudada. No momento das entrevistas, os casais que participaram neste estudo tinham vivido na Suíça entre 25 e 45 anos – a permanência média situava-se nos 35 anos – e um pouco mais de metade tinha netos/as (com idades compreendidas entre um e 18 anos).

6.1 Os projetos migratórios na transição para a reforma

Como vimos no capítulo anterior, os projetos migratórios são mutáveis. A maioria das pessoas entrevistadas projetava o regresso num quadro temporal de um a dez anos. Porém, a intenção de voltar foi sendo diferida por diversos motivos que se sobrepõem, como, por exemplo: escolaridade dos/as filhos/as, adaptação ao país de residência, dificuldades em operacionalizar o regresso no plano profissional. Em consequência, perto da idade da reforma, todas as pessoas que participaram no estudo se encontravam ainda a viver na Suíça, algumas mantendo a aspiração a regressar, como era o caso de José, Leonardo e dos maridos de Catarina, Mariana e Francisca. No entanto, por vezes, as intenções alteram-se e, *nesta idade*, prevalece a aspiração a permanecer no país de residência, ou, eventualmente, a aspiração a viver “cá e lá” depois da reforma.

Os projetos migratórios iniciais, que assentavam em objetivos económicos (aforrar, adquirir património, abrir um negócio) foram acomodando, após alguns anos, outros objetivos (formação dos/as filhos/as e mobilidade social intergeracional). Além disso, as pessoas começaram a experienciar outras formas de estar, adquiriram novos hábitos e valores, alcançaram um nível socioeconómico que lhes permitiu desenvolver atividades de lazer e viajar e desenvolveram redes sociais in loco, o que pode contribuir para alterar os projetos de vida.

Simão explica que a mulher, *atualmente*, já não tem o projeto de regressar, contrariamente a ele, e atribui este desacordo à importância da vida relacional que ela tem com a filha e a neta, mas também com as amigas.

A minha mulher (...) hoje tem amigas que têm idade para serem filhas dela, mas tem uma grande amizade com elas, vai ao casamento delas, vai aqui, vai ali, e gosta de ir jantar com elas de vez em quando e telefonar-lhes. Portanto, tem a vida social dela. [Simão, viveu na Suíça entre 1987 e 2019]

Há que ter em consideração que a vida social ganha ainda mais relevância na reforma, fase da vida em que a pessoa deixa de estar inserida na sociedade pelo trabalho. Por outro lado, uma migração de regresso exige um processo de reintegração na sociedade portuguesa, onde os laços sociais que a pessoa tinha antigamente se distenderam, em consequência da distância espaço-temporal induzida pela migração, mesmo que a pessoa regresse anualmente de férias.

Com o aproximar da reforma, os planos de regresso podem continuar presentes ou serem substituídos por planos de mobilidade transnacional ou, ainda, por planos de imobilidade. O discurso entre Ricardo e Marta, que emigraram para a Suíça em 1985, revela a coexistência destas diferentes possibilidades no seio de uma mesma família. Denota ainda que os projetos são maleáveis e permanentemente renegociáveis e renegociados.

Ricardo: Era normal estarmos aqui [na Suíça], vivermos... nunca falámos disso [do regresso]. *Ultimamente*, agora, como já passei dos 61 e já se começa a aproximar mais a reforma, de vez em quando, já falámos um pouco, *já é uma questão*, como é que faço, como é que não faço e tal. Começa agora a aparecer nas conversas. Eu gostava de ir para Portugal. Mas não posso cortar os laços com a Suíça, por causa dos meus filhos e meus netos. (...)

Marta: *Eu não queria mesmo nada de todo ir para Portugal*. Porque... o meu conforto é aqui. Em Portugal, não tenho conforto nenhum e tenho aqui os meus filhos e as minhas netas. Eu, se pudesse, ficava aqui eternamente, já não ia... Ia enquanto o meu pai for vivo, mas depois cortava completamente com Portugal. Eu ficaria aqui mesmo na Suíça.

Esta citação exemplifica também as discrepâncias nas intenções de regresso entre cônjuges e evidencia a possível conflituosidade entre projeto individual e projeto coletivo, ou de casal (este ponto será desenvolvido no capítulo 7).

Entre Margarida e Júlio, pelo contrário, não havia divergências: saíram de Portugal em 1986 por motivos que não eram económicos – já tinham, aliás, comprado o apartamento onde vivem hoje. Após 20 anos na Suíça, ambos manifestaram a intenção de permanecer no país e, aos 50 anos, solicitaram a cidadania, que obtiveram em 2010.

Margarida: A gente estava mais a pensar em ficar lá [na Suíça].

Júlio: Eu pensava em ficar lá e, por causa disso, a gente [pediu] a nacionalidade suíça. Foi precisamente a pensar em ficar lá.

A intenção de ficar será contrariada, poucos anos depois, como veremos mais adiante. Júlio reformou-se em 2015 e, em 2016, o casal regressou a Portugal. Porque não se concretizou a sua intenção de permanência? A explicação reside em parte no facto de os projetos migratórios serem elaborados e reelaborados durante o período da “vida ativa”. A projeção de uma situação futura (reforma) baseia-se na situação presente: as pessoas consideram os recursos e constrangimentos atuais, sem terem uma perceção concreta do que representa a transição (futura) para a reforma, porque os seus conhecimentos sobre esse período porvir são incompletos. Júlio e Margarida não conseguiram, por isso, antecipar o revés que os esperava.

As citações que se seguem ilustram situações semelhantes, de pessoas que, poucos anos antes da reforma, aspiravam a ficar na Suíça e tiveram de reequacionar os seus projetos de vida em função das dificuldades que a escolha de permanecer no país de residência acarretava.

Hoje, *se lá pudesse estar*, se a minha reforma, se desse, *era lá que estava*, [a Suíça] era o meu país!
[Miguel, viveu na Suíça entre 1979 e 2016]

Eu só me dei conta que não poderia viver na Suíça com a minha reforma há poucos anos. *O meu objetivo era ficar na Suíça*. [André, viveu na Suíça entre 1980 e 2019]

Eu já queria vir há muitos anos para cá [Portugal] e, ao fim e ao cabo, *agora, ficaria lá* [na Suíça] (...) Se pudesse viver lá, financeiramente, sim [ficava]. E vinha cá de férias. Em vez de vir um mês, podia vir dois ou três meses. [Emílio, viveu na Suíça entre 1984 e 2019]

Outras pessoas mudaram de ideias várias vezes ao longo da vida. Antónia, a mulher de Miguel, refere essa oscilação e a dificuldade em ela e o marido terem aspirações sincronizadas:

O meu homem, primeiro, não gostava da Suíça, era eu que gostava. Depois, era ele quem gostava e eu que me queria vir embora. E andávamos assim, [puxava] um para cada lado *risos*.

Não só as dimensões espaço-temporais dos projetos migratórios estão em permanente evolução como o seu grau de definição é também ele evolutivo. De certa forma, os projetos assemelham-se a uma meada de fios: ora se enrola o novelo, ora se tira um fio do novelo para tecer uma peça, ora se desmancha a dita peça porque a malha, afinal, não era aquela. Outras vezes, o projeto encontra-se indefinido, porque as pessoas simplesmente não sabem que rumo seguir naquele momento. Era precisamente numa encruzilhada desta que se encontrava Irene quando a entrevistei. Poucos minutos depois de me receber em sua casa, ainda antes de iniciarmos a entrevista e de eu lhe expor os contornos da pesquisa, sentámo-nos na cozinha para tomar café e ela desabafou: “Estou num dilema muito grande porque *não sei* se vou [para Portugal] ou se fico [na Suíça] daqui a quatro anos, quando chegar à reforma”. Partir ou ficar, ambas alternativas estavam em aberto naquele momento.

Consideremos agora somente os casais em que pelo menos um dos membros se encontra em situação de reforma – condição essencial para desencadear o regresso nas idades mais avançadas, uma vez que deixa de haver entraves profissionais à mobilidade. Nos casos em que existe no casal um projeto negociado de regresso, a mulher opta por antecipar a sua reforma (como aconteceu, por exemplo, com Anabela, Armanda e Margarida). Nos casos em que o casal não alcança um consenso ou em que existe consenso no sentido de ficar, as mulheres continuam a

trabalhar até à idade legal da reforma ou, inclusive, além da idade (como aconteceu, por exemplo, com Mariana, Elisa e a mulher de Óscar). Noutros casos, a atividade laboral das mulheres não constitui uma questão porque elas já se encontravam fora do mercado de trabalho, por motivos de doenças (como aconteceu, por exemplo, com Noémia, Lurdes, Francisca e Catarina).

O quadro 6.1 cruza duas dimensões do regresso: “projeto/intenção” vs “concretização/ação”. São aqui considerados os projetos existentes num momento prévio à reforma. Importa clarificar que 1) atendendo a que a unidade de análise é o casal, considera-se haver projeto de regresso quando pelo menos um dos dois membros do casal manifesta intenção de regressar; 2) são referidos apenas os nomes das pessoas presentes nas entrevistas (motivo pelo qual nem sempre aparecem os nomes de ambos). Note-se os casos assinalados com uma cor mais clara e acompanhados por uma seta: trata-se de pessoas que, no momento da entrevista (realizada durante ou após o regresso), manifestaram o projeto de regressar, mas que, poucos anos antes, tinham tido um projeto contrário.

Quadro 6.1 Projeto de regresso vs regresso concretizado

Regresso concretizado		
Projeto de regresso na reforma		
Sim	Sim	Não
	Antónia * e Miguel * Mário * e Armanda * André Catarina José e Lurdes Noémia * e Leonardo * Simão * (-)	Francisca Mariana * Óscar * Sérgio Telmo
Não	Anabela * e Luís * Emílio Florbela * e Jerónimo Júlio * e Margarida * Antónia e Miguel * Mário e Armanda * André	Elisa Rita * e Alberto * Sónia *

* Pessoas com dupla nacionalidade

(-) Caso em que o marido regressou, mas a mulher não

Como vimos no capítulo 5, inicialmente, quando a emigração ocorre, a ideia de regressar a curto ou médio prazo estava presente, de forma mais ou menos assertiva, na esmagadora maioria dos casos. Elisa e Florbela, por exemplo, estão entre as pessoas que não formularam o regresso nos seus projetos iniciais, nem no momento prévio à reforma. Porém, enquanto a primeira permanece na Suíça, e pretende continuar a viver perto da sua numerosa família, a segunda, regressou a Portugal, a contragosto. No caso de Elisa, projeto e ação convergem, no

caso de Florbela, divergem. Nas seções seguintes, analisam-se quer os casos de convergência (sim/sim e não/não), quer os casos de divergência (sim/não e não/sim), antes de se analisarem os motivos para regressar/não regressar a Portugal.

6.1.1 Regresso projetado que se concretiza

Quando se trabalha com casais, é inevitável verem surgir desacordos e tensões relativamente a numerosos assuntos. Não é, por isso, de estranhar que as aspirações de um e de outro membro do casal nem sempre coincidam. Embora se observe concordância em relação ao projeto migratório inicial e, inclusive, em relação ao regresso nos primeiros anos, à medida que a experiência migratória se prolonga no tempo, surgem discordâncias. Contudo, quer o casal partilhe ou não as mesmas aspirações e projetos, o regresso pode concretizar-se (ver capítulo 7).

Mário e Armanda ilustram a situação em que existe convergência entre regresso projetado e regresso concretizado e também no casal. Emigraram em 1985 com o objetivo de fazer “uma campanha na Suíça, durante esses nove meses”. Pouco depois, o objetivo era “pagar a casa”. Mais tarde, quiseram comprar “um carrito para eu poder trabalhar lá em Portugal”. A vida seguiu o seu curso, os filhos juntaram-se aos pais na Suíça, cresceram, arranjaram emprego, “casaram e a gente também não queria logo ir embora”, conta Armanda. Depois nasceram os netos “e pude tomar conta deles”, acrescenta ainda. O casal adquiriu a nacionalidade suíça e, até, comprou um apartamento “na ideia de ficar eventualmente aqui”, explica Mário. No entanto, durou “pouco tempo a ideia de ficar [para] sempre na Suíça”, de modo que venderam o apartamento e, no momento da entrevista, em setembro de 2019, começavam a planear a partida dali a seis meses. Estavam ambos de acordo: naquela altura, reativaram o projeto de regresso que havia sido desativado durante algum tempo. Mário brinca:

Há quem diga que a gente quer sempre ir morrer onde caiu o umbigo, não sei se isso é verdade.

riso Sei que no nosso caso, começou a acentuar-se cada vez mais o desejo de viver em Portugal.

Mário e Armanda regressaram a Portugal em março de 2020, após 35 anos de vida na Suíça. As suas aspirações, bem como os projetos mudaram várias vezes ao longo do tempo. Por fim, predominou “o desejo de viver em Portugal”.

No caso de Leonardo e Noémia existe convergência entre regresso projetado e regresso concretizado, apesar da divergência entre marido e mulher. O casal emigrou em 1980 porque “a gente aqui não conseguíamos ganhar para fazermos uma casa e fazermos uma vida melhor”. Na altura, tinham uma bebé e um projeto a médio prazo: “a gente pensava que ia para lá dez anos ou assim e que se vinha embora”. Tiveram uma segunda criança, Leonardo manteve-se na

mesma empresa e passou a chefe de equipa, a filha prosseguiu estudos superiores. Por volta dos 40 anos, Noémia adoeceu e ficou incapacitada para trabalhar, embora continuasse a fazer umas horas de limpeza em casas particulares: “eu sempre trabalhei, sempre tive o meu salário e quero ser independente”. Filha e filho autonomizaram-se, mas ainda não lhes deram netos/as. Aos 60 anos, Leonardo pede a reforma antecipada, uma possibilidade dada aos trabalhadores da construção civil: “estava saturado do pessoal com quem eu trabalhava”. Por outro lado, ansiava pela possibilidade de concretizar aspiração que mantinha há mais de 30 anos: “sempre tive a minha ideia, quando chegasse à reforma, de vir embora”. Nessa altura, Noémia já não via coisas da mesma forma: “eu, para mim, antes queria ficar na Suíça”. Embora ambos concordassem no projeto migratório inicial, ela foi mudando de ideias ao longo do tempo. Porém, regressou com o marido à aldeia (dela) onde contruíram casa.

6.1.2 Regresso concretizado apesar de não projetado

Como vimos, o projeto migratório inicial é reelaborado ao longo do percurso de vida para encaixar novos objetivos ou para se adaptar a novas circunstâncias de vida. Consequentemente, *perto da reforma, o regresso nem sempre é a intenção que prevalece*, como foi exemplificado por Júlio e Margarida, mas também por Emílio, André e Miguel. A migração de regresso pode, pelo contrário, resultar não de um projeto de regresso, mas da tomada de consciência das dificuldades financeiras associadas à reforma na Suíça. Efetivamente, as pensões dos casais que participaram neste estudo são baixas (em média: 2.500-3.000 francos por casal) para fazer face ao elevado custo de vida do país. Os custos com os seguros de saúde (obrigatórios) são as despesas mais difíceis de suportar (em média: 1.000-1.200 francos por mês por casal). Os custos com a habitação também são elevados, apesar de praticamente todos os casais viverem no mesmo apartamento há décadas e terem rendas que podemos considerar razoáveis, no contexto atual (os valores oscilam entre 900 e 1.800 francos e variam consideravelmente consoante a localização/cantão).

Em suma, portugueses/as radicados/as na Suíça, há 30 ou mais anos, *que desistiram do projeto de regressar ou que não formularam inicialmente esse projeto* estão a voltar para Portugal porque não conseguem lá ficar na reforma. Uma situação que ilustra o caso de Júlio, e Margarida. Ele chegou à Suíça em 1986, ela em 1988 e, por fim, os filhos, em 1990. O projeto migratório não era de ordem económica nem tinha o regresso como objetivo final:

O meu objetivo era viver uma vida muito melhor, ter possibilidades de dar aos meus filhos aquilo que os meus pais não me puderam dar a mim e... mais nada. E, além disso, aproveitar para ver aquilo que eu gostava de ver, os países, as cidades...

Em 2010, obtiveram a nacionalidade e faziam planos para envelhecer na Suíça. Porém, Júlio reformou-se em 2014 e viu o seu salário substituído por uma pensão de velhice. Margarida, uns anos mais jovem, continuava a trabalhar, mas, mesmo assim, foi sendo cada vez mais difícil chegar ao fim do mês e viram-se perante uma situação que inesperada. Até então, não tinham consciência de que as contribuições para a segurança social feitas ao longo de 30 anos (ele como soldador e ela como auxiliar de enfermagem) não seriam suficientes para manter o mesmo nível de vida após a reforma. Júlio resume a situação da seguinte forma:

Eu tive um ano e meio a decidir, se vinha ou se não vinha [para Portugal]. Só ao fim de um ano e meio é que a gente decidiu. Não foi fácil... (...) durante aqueles meses vimos que *realmente não podíamos lá ficar*, porque senão o dinheiro que tínhamos de lado ia-se embora num instante. (...) Nesses meses, a gente tinha sempre que ir buscar dinheiro [às poupanças] para pagar as coisas todas, o que a gente ganhava não dava.

Nessa altura, apesar de residirem no mesmo apartamento há 25 anos e de terem uma vida sem excessos, as possibilidades de desfrutarem do tempo livre proporcionado pela reforma pareciam-lhes bastante limitadas. Em 2016, deu-se o choque com a nova realidade: não conseguiam chegar ao fim do mês sem recorrer às suas poupanças. Perante as dificuldades que sentiam para conseguir fazer face às despesas e, após um longo período de indecisão, resolveram, de comum acordo, regressar a Portugal.

Também Emílio e Filipa passaram por um processo semelhante. Em 1984, ficaram sem emprego e decidiram tentar a sorte na Suíça. Ela tinha lá família e foi primeiro, poucos meses depois: “A nossa ideia na altura era... como toda a gente quando se casa, era a possibilidade da construção de uma casa”. O regresso foi um objetivo durante largos anos, até que deixou de o ser, pelo menos para ele. Durante a entrevista, Emílio afirma que gostava muito de viver na Suíça e que não queria voltar. Teria desejado continuar a residir na Suíça e voltar a Portugal apenas para férias. No entanto, pouco antes da reforma, percebeu que essa era uma alternativa remota porque envelhecer na Suíça estava acima das suas possibilidades. Quando lhe perguntei em que momento compreendeu que teria de regressar, ele repetiu com desalento: “*eu já sabia, eu já sabia*”, dando conta de uma certa resignação perante as “evidentes” dificuldades financeiras que a intenção de ficar acarretava.

Quando entrevistei Anabela e Luís, o casal encontrava-se num momento de viragem. Saíram de Portugal em 1984, por motivos económicos, com a ideia de “fazer uma casa lá em baixo e voltar”. Porém, o seu projeto rapidamente se alterou porque “ficámos os dois apaixonados logo pela Suíça”. Construíram a casa, na aldeia dela, na Beira Interior, mas gradualmente as prioridades foram mudando. Começaram a viajar e, perto dos 50 anos, adquiriram a nacionalidade suíça, ao mesmo tempo que a sua (única) filha. Quem me facultou o contacto deste casal referiu que o casal planeava ficar na Suíça permanentemente. E essa era de facto a intenção, mas ela alterou-se depois de Luís se reformar, no início de 2019. E quando os visitei, em setembro desse ano, estavam a reequacionar o seu projeto de vida: a perda de rendimentos na reforma tinha feito surgir novas preocupações. É Anabela quem resume a situação:

No outro dia, começámos a falar, hum, de ir para Portugal. E se eu penso com o meu *coração* digo “não quero ir”, mas se eu penso com a minha *mente*, hum... (...) se a gente fica aqui até ao fim, com a nossa reforma, nós não vamos poder viajar muito. Mas se eu vou para Portugal, posso viajar.

Anabela fala das tensões entre o *coração* e a *razão*, *aqui* e *ali*. Por um lado, a proximidade com a família (aqui) acompanha-se de preocupações económicas. Por outro, a distância (ali) permite-lhes concretizar as aspirações, como viajar. Estas tensões atravessam o *dilema* que a idade da reforma coloca aos/às portugueses/as na Suíça, mas também aos/às reformados/as suíços/as.¹⁴⁰

Na realidade, viver na Suíça apenas com a pensão de velhice de base (primeiro pilar) representa um desafio para qualquer pessoa. A solução passa por utilizar o segundo pilar como complemento à pensão – isto quando a pessoa descontou para este pilar e não o mobilizou antecipadamente (ver capítulo 4). Juntar o primeiro e segundo pilares (pensão base e previdência profissional) permite um nível de rendimentos mensais mais adequado, mas, ainda assim, não garante um nível de vida idêntico ao anterior à reforma. Em todo o caso, entre as pessoas entrevistadas, poucos casais optaram por usar o segundo pilar como complemento à pensão. As prestações complementares (não contributivas) são outro mecanismo passível de melhorar a situação económica das pessoas reformadas (ver capítulo 4.2.1). No entanto, a maioria dos portugueses/as não preenche os requisitos necessários, por serem titulares de bens imobiliários no

¹⁴⁰ Efetivamente, são cada vez mais numerosos/as os/as reformados/as suíços/as que migram para países do Sul procurando desta forma escapar às dificuldades financeiras. Veja-se, a título de exemplo, o artigo “Pour fuir la précarité, les seniors choisissent l’expatriation” publicado no portal SwissInfo a 17.09.2021: <https://www.swissinfo.ch/fr/pour-fuir-la-pr%C3%A9carit%C3%A9--les-seniors-choisissent-l-expatriation/46943378> e o programa televisivo Temps Présent difundido na RTS a 06.08.2020: “Ma retraite en Exil” <https://pages.rts.ch/emissions/temps-present/suisse/11420392-ma-retraite-en-exil.html#11420393>

estrangeiro.¹⁴¹ Consequentemente, aquilo que os coloca em vantagem comparativa em Portugal coloca-os em desvantagem na Suíça.

6.1.3 Regresso projetado que não se concretiza

Em certos casos, o regresso foi sendo renegociado no seio do casal ou família e constantemente adiado. E, embora possa continuar presente, a ideia de regresso encontra-se em suspenso. A família, uma boa integração e a saúde surgem como as principais razões para não regressar. Na literatura, a localização geográfica dos membros da família mais chegada é apontada como fator preditivo de regresso/não regresso na hora da reforma (de Coulon e Wolff, 2010): a probabilidade de regressar é menor quando há membros da família a viverem no país de residência e maior quando a família, em particular os/as filhos/as, residem no país de origem.

Esta situação é ilustrada pelo caso de Francisca e do marido. Emigram em 1981, por motivos económicos, com o projeto de “construir a casa” e “pormos um negócio”. Tentaram o regresso depois a filha casar, tinham, na altura, pouco mais de 40 anos. Porém, a experiência não foi bem-sucedida e decidiram voltar à Suíça: “eu, quando fui, era mesmo para ficar, mas ele não, ele não”. Contudo, quando ele se reforma, já tinha duas netas.

Ele diz muitas vezes “não era desta vida que eu tinha escolhido para mim”... Ele continua a querer voltar. Mas agora, pronto, tem as netas e elas prendem-no bastante. As netas predem-no muito, muito. Sobretudo a pequenina.

A permanência do casal na Suíça tem sido viabilizada pela filha, que precisava de apoio familiar e decidiu suportar os custos com os seguros de saúde dos pais, os quais retribuíam ao cuidar das netas. Ao ir buscar as netas à escola e preparar-lhes diariamente o almoço, o avô possibilitou que a filha trabalhasse a tempo inteiro. As práticas de “apoios mútuos e reciprocidade” (Albert & Barros, 2017, p. 210) foram estudadas no contexto da migração portuguesa no Luxemburgo: elas inserem-se num conjunto de expectativas, culturalmente marcadas, em termos de relações intergeracionais em contexto migratório. Elas influenciam o adiamento do regresso, mas não resolvem, no longo prazo, o dilema que ele representa.

¹⁴¹ Esta situação remete para o princípio da subsidiariedade, consagrado nos artigos 5.º e 6.º da Constituição da Confederação Helvética desde 1999, nos quais cidadãos e cidadãos são considerados atores do bem comum: “cada pessoa é responsável de si própria e contribui, mediante as suas forças, ao cumprimento das tarefas do Estado e da sociedade”. De acordo com este princípio, a noção de responsabilidade individual é central na organização da sociedade e o Estado só presta assistência quando todos os outros meios de subsistência tiverem sido esgotados. Concretamente, isto significa, por exemplo, que alguém que tem património mobiliário ou imobiliário não pode beneficiar do apoio do Estado.

Quando entrevistei Francisca pela primeira vez, em 2018, ela estava consciente de que a situação poderia mudar após alguns anos e antecipava que sem o apoio material da filha, o casal deixaria de ter capacidade económica para permanecer na Suíça. Esse horizonte negativo era, na altura, fonte de preocupação para Francisca:

Um dia teremos mesmo de ir [para Portugal] por causa do problema financeiro. (...) *Já não vai ser uma escolha nossa. Vai ser uma obrigação. Vai ser uma obrigação, porque vamos ter mesmo que ir.*

Voltei a ter notícias deste casal na primavera de 2022: o apoio dado pela filha continuava, mas possivelmente apenas por mais um ano. Francisca e o marido estavam a mentalizar-se de que não haveria alternativa ao regresso e tinham começado a espalhar a notícia junto de casais amigos a viver em Portugal, preparando, desta forma, a sua readaptação a um velho-novo contexto. No entanto, no momento em que escrevo estas linhas, na primavera de 2023, consta que o regresso “de vez” foi adiado, mais uma vez.

A incerteza caracteriza também a situação atual de Mariana. O marido emigrou em 1979 porque “não havia condições nenhuma e o que é que fazias com o dinheiro que ganhavas?”, lamenta. Pouco tempo depois, ela juntou-se ao marido, embora sem qualquer estatuto legal, deixando as filhas com a avó: “era só pagar [a dívida contraída] e ir para lá [Portugal] (...) os anos vão passando e depois trouxe as minhas filhas”. Com um estatuto legal estável e a família reunida, a vida “mudou completamente” e o regresso deixou de estar na ordem do dia. Muitos anos depois, toda a família adquiriu a nacionalidade suíça, as filhas saíram de casa, cada uma teve duas crianças. Arnaldo, o marido, trabalhador na construção civil, deixou de trabalhar aos 60 anos e usou o tempo “livre” para cuidar das netas, enquanto a mulher, quatro anos mais nova, não se reformava. Ele mantinha o projeto de regressar, ela não e, por isso, continuou a trabalhar, além da idade legal da reforma.

Entrevistei Mariana pela primeira vez em setembro de 2018 e vi-a uma vez por ano desde então, umas vezes na Suíça, umas vezes em Portugal. A cada um dos nossos encontros, suspirava: “mais um ano e vamos ter de ir para Portugal”. No entanto, ia-se agarrando ao emprego e ao facto de a patroa, idosa, não a querer deixar ir embora, para continuar a adiar um regresso que, no entanto, pressentia como inevitável. As netas cresceram e apesar da forte ligação com os avós, passam menos tempo com eles. Quanto a Mariana, aproxima-se dos 70 anos e sente a necessidade de ter mais tempo para si e de se libertar de um emprego que se tornou “uma prisão”.

Francisca e Mariana ilustram casos de regressos permanentemente adiados. No entanto, a sua permanência na Suíça não é assumida. Persiste uma ambivalência: embora o regresso não esteja a ser planeado, ele tão pouco foi descartado e *ainda* poderá vir a realizar-se. Com o passar do tempo, netos e netas ficam mais crescidos/as e vão prescindindo do apoio dos avós, começam a espaçar as visitas porque desenvolvem, na adolescência, outras redes de sociabilidade e ganham autonomia em relação à família. Progressivamente, os avós perdem o papel social que tinham na rede familiar, situação que poderá gerar um questionamento sobre o seu lugar na sociedade de residência – sobretudo quando não existem outros compromissos ao nível da comunidade (associativos ou paroquiais, por exemplo). Porém, enquanto houver capacidade de ficar, ou seja, enquanto estiverem garantidos meios de subsistência suficientes, o regresso poderá continuar a ser adiado.

6.1.4 Regresso nem projetado nem concretizado

Em qualquer fase da vida, a família aparece como um elemento chave nas intenções de regresso dos/as migrantes portugueses/as a viver na Europa (de Coulon & Wolff, 2010; Marques & Góis, 2023). Consoante a fase em que se encontram, as intenções de mobilidade podem ser influenciadas por pais/mães, irmãos/irmãs ou filhos/filhas e netos/netas, e eventualmente por outras pessoas que lhes sejam particularmente próximas (tios/tias, padrinho/madrinha, amigo/amiga). O conceito de *linked lives* – vidas vinculadas – revela-se particularmente útil na análise dos processos de tomada de decisão que precedem uma migração (emigração ou regresso). As interdependências entre as pessoas migrantes e as pessoas que compõem as suas redes de parentesco e amizade (sejam elas migrantes ou não migrantes) ajudam a explicar por que, em determinado momento das suas vidas, as pessoas elaboram um projeto de migração, num ou noutro sentido (emigração/ regresso), ou, pelo contrário, um projeto de imobilidade/ sedentarização. Assim, na hora da reforma, a ausência de laços familiares fortes no país de origem e a maior valorização da família descendente em relação à família ascendente e colateral poderão explicar a inexistência de um projeto de regresso a Portugal.

Esta situação é ilustrada pelo caso de Elisa e do marido que emigraram já tarde na vida – em 2004, quando ela tinha 54 anos e ele 56 – para se juntarem às quatro filhas e filhos que os tinham precedido na migração para a Suíça. Em Portugal, deixaram os pais idosos, entretanto falecidos. Elisa vai duas vezes por ano a Portugal, na Páscoa e no verão, porém, é com um olhar crítico que considera a aldeia onde viveu várias décadas:

[Ali] é uma miséria. Na freguesia, dantes ainda havia umas lojitas, agora fecharam, não tem quase nada, a gente [na Suíça] sai a fora da porta e tem tudo. Tem tudo. É verdade, [em Portugal] qualquer coisa que a gente precise, olhe, tem que ir a Lousada.

Em contrapartida, na Suíça, tem tudo o que precisa logo ali, “fora da porta”, além disso, filhas e filhos “moram todos ali ao redor”. É essa rede de proximidade – composta pelas pessoas que, para ela, são mais significantes – associada ao facto de Elisa gostar “do ambiente” da Suíça – contrariamente ao da aldeia – que faz com que o regresso não esteja no horizonte. Quando lhe pergunto sobre regressar a Portugal, responde prontamente:

Não penso em regressar tão cedo! Tenho [na Suíça] os meus filhos todos, eu venho para [Portugal] fazer o quê? Para estar dentro [de casa]? Eu não sou pessoa que anda em casa desse ou daquele, não gosto (...) nestas aldeias as pessoas só gostam de se meter na vida dos outros, mexericam tudo, querem saber tudo, e eu não sou pessoa assim. Então para vir para estar metida dentro, a encolher não. Então estou [na Suíça] à beira dos meus filhos e estou bem.

Para Elisa, o regresso está associado a um estreitar de horizontes e a uma vida parada dentro de casa, mas também à solidão numa aldeia envelhecida e desprovida de quase tudo, até de lojas de conveniência. Qualquer necessidade que surja requer uma deslocação à cidade, que fica a três quilómetros, e nem ela nem o marido dispõem de carro ou sequer de carta de condução: movimentam-se de transportes, e “ainda é longe!”, ou à boleia da família alargada que ali vive., Apesar das pensões extremamente baixas que ela e o marido auferem, Elisa tem conseguido concretizar a sua intenção de permanecer na Suíça porque quando alcançou a reforma, optou por manter os empregos: “eu tinha trabalho e podia trabalhar e gostava”. Afirma que o conjunto de horas de limpeza, repartidas entre empresas e casas particulares, seis dias por semanas, é financeiramente compensador. Contudo, sabe que a sua vitalidade não irá durar para sempre: “quando eu não puder trabalhar, peço a suplementar”, diz, fazendo referência às *prestations complémentaires*, a que terá, em princípio direito, porque a sua casa em Portugal é muito antiga e de pouco valor patrimonial. O casal recuperou a casa que o pai dela havia construído, uma antiga casa rural, na qual fizeram pequenas melhorias, mas que está longe de se assemelhar a uma “casa de emigrantes”, seja em termos arquitetónicos, seja em termos materiais.

A existência de um recurso habitacional no país de origem cria condições que facilitam a mobilidade transnacional e pode, por isso, levar à concretização de um regresso, mesmo que este não seja desejado. Consequentemente, um fraco investimento ou um desinvestimento no domínio do imobiliário no país de origem é convergente com uma intenção de não regresso, como é o caso de Elisa, mas também de Rita.

Rita e Alberto chegaram à Suíça em 1976, após uma primeira experiência migratória numa antiga colónia portuguesa, onde se conheceram e casaram. O regresso a Portugal foi difícil. A “má situação económica e política” do país, associada à “fama dos retornados” levou-os a emigrar poucos meses depois. No início dos anos 1980, adquiriram um apartamento no Algarve, região de onde ela é natural e tem família. O seu objetivo era duplo: por um lado, ter onde ficar quando iam de férias – “eu sempre gostei de ser independente”, comenta o marido. Por outro lado, queriam precaver-se, pois “não se sabe o dia de amanhã, se um dia a gente tem que regressar a Portugal, ao menos temos um telhado”. A sua experiência anterior de regresso no rescaldo do 25 de Abril tinha sido traumática e ainda estava fresca nas suas memórias, sentiam, por isso, a necessidade de assegurar uma alternativa, na eventualidade de algum evento inesperado os empurrar para fora da Suíça.

O comportamento deste casal em relação aos bens adquiridos através do envio de remessas para Portugal destoa em relação ao de outros casais entrevistados: em 2016, venderam os dois apartamentos que tinham adquirido nos anos 1980-90 na costa algarvia e hoje não possuem qualquer património imobiliário. Inicialmente a ideia era comprar outro apartamento, para passarem os meses de inverno em Portugal. No entanto, vários dissabores com a burocracia portuguesa fizeram-nos desistir e optaram por não reinvestir.

As suas práticas de férias também destoam do conjunto dos casais participantes no estudo: cerca de quinze anos depois da sua emigração para a Suíça, decidiram reduzir o tempo passado anualmente no país de origem, porque, frisa Alberto:

(...) acabavam por não ser férias verdadeiras. A gente vai para outro sítio, gasta-se menos e são férias verdadeiras.

Ambos gostam de viajar e, assim que o seu filho foi mais crescido, optaram por desfrutar de outros destinos, fazendo férias como qualquer outra família suíça de classe média e visitando Chipre, Guadalupe, México, Madeira, entre outros destinos. Os regressos anuais a Portugal eram sobretudo motivados pelas relações familiares: nos anos 1970-80, importava estar “com a família, [estar] com os pais e essas coisas todas, e [ir] ver o nosso país”. Quando o filho era pequeno “também era por causa de ele estar em contacto com a família, os primos”. Hoje, “Portugal, só para ir ver a família e férias” e chegaram à conclusão de que, para cumprir esse propósito, não precisavam de ter casa própria. Nesta fase da sua vida, optaram por fazer várias estadias de curta duração no estrangeiro, alternando Portugal com outros destinos. De modo que, “não dá muitas saudades, porque a gente vai lá todos os anos”, rematam em coro.

O distanciamento com o país de origem foi acontecendo paulatinamente. Assim, uma experiência migratória que era concebida como temporária foi tornando-se permanente, com o passar do tempo. A perspectiva de um dia regressar foi minguando à medida que o casal ia somando experiências negativas com as instituições portuguesas e ia ficando desapontado: revolta, desilusão e decepção foram termos repetidos várias vezes ao longo da entrevista. Esses episódios contribuíram para distender os laços com Portugal, tendo o efeito contrário na sua apreciação da Suíça, como ilustra o seguinte excerto:

Rita: São estas pequenas coisas que depois não nos leva... não é que eu não goste do meu país, mas sinto-me bem aqui [na Suíça].

Alberto: Uma pessoa sente-se bem aqui porque, está a ver, aqui, não é do género a complicar a vida às pessoas, não há burocracia como em Portugal. Gosto muito do meu país, gosto muito de Portugal, é um país bonito, as pessoas são muito simpáticas, muito acolhedoras, mas...

Mas não é suficiente para os decidir a viver a sua reforma em Portugal, fase da vida em que procuram tranquilidade. Ao longo do tempo, foi predominando o sentimento de serem mais bem acolhidos no país de residência do que no país de origem, o que contribuiu para afastar a ideia de um hipotético regresso. A conversa prossegue, contam mais algumas peripécias e sentenciam:

Rita: Quer dizer, esses fatores todos que se vão passando de ano para ano fazem com que uma pessoa diga: *porquê ir* para Portugal?

Alberto: Fica desiludido.

Rita: Aqui estás bem, tens uma vida boa.

Marido: Bem, uma pessoa tem aqui uma boa qualidade de vida. Tem qualidade de vida.

Podemos classificar como assertiva a forma como Rita e Alberto exprimem o projeto de reforma: permanecer e envelhecer na Suíça. O casal apresenta um discurso coerente e sem ambivalências relativamente às suas relações com um e outro país. A sua saída precoce de Portugal e uma primeira experiência falhada de regresso e reintegração, associada ao facto do seu filho (único) estar bem ancorado na Suíça (pediu a nacionalidade e casou com uma mulher suíça), mas também e, sobretudo, a trajetórias profissionais estáveis durante mais de trinta anos – ambos tiveram um contrato de trabalho desde o primeiro ano e ambos fizeram descontos até à reforma – contribuíram para que haja alinhamento entre a aspiração a ficar e a capacidade para o fazer.

Em síntese, estes dois últimos casos ilustram uma postura assertiva em relação ao não regresso: ambos apresentam laços fracos com Portugal e laços fortes com a Suíça. Na hora da reforma, a família mais próxima encontra-se a viver na Suíça e, ou não têm bens em Portugal, ou são de pouco valor. Tanto um casal como o outro continuam a acompanhar diariamente as notícias de Portugal e a lá ir regularmente passar férias, no entanto, consideram ter mais conforto e qualidade de vida na Suíça e não veem motivo para mudar de país, isto porque conseguem garantir a sua autonomia financeira. Curiosamente, encontram-se em situações materiais diametralmente opostas. Num caso, duplas carreiras contributivas relativamente longas e ininterruptas (35 anos) em empregos a tempo inteiro, com descontos para os três pilares de reforma (o universal e o profissional, ambos obrigatórios, e o individual, facultativo). No outro caso, carreiras contributivas curtas (menos de dez anos) devido a uma migração tardia, trajetória profissional feminina marcada por empregos a tempo parcial ou não declarados, tendo descontado somente para a pensão básica. Elisa e o marido, apesar da sua aparente fragilidade material, reúnem condições para ficar: residem numa vila mais pequena, descentrada e barata, ela continua a trabalhar, apesar da idade, mas quando tiver de deixar, sabe que cumpre os critérios de elegibilidade para requerer os apoios estatais existentes – contrariamente a outros casais que investiram no património em Portugal, idealizavam um regresso em família.

6.2 Tipos de regresso e de não regresso

Se olharmos para as situações acima descritas do ponto de vista da sociologia compreensiva, ao cruzarmos as duas dimensões projeto e concretização, identificamos quatro tipos de ação:

- *regresso assertivo*, quando o regresso é projetado e se concretiza;
- *regresso ambivalente*, quando o regresso se concretiza apesar de não ser projetado;
- *permanência ambivalente*, quando o regresso é projetado e não se concretiza;
- *permanência assertiva*, quando o regresso nem é projetado nem se concretiza.

Quadro 6.2 *Tipos de regresso e de permanência*

Regresso concretizado		Regresso não concretizado Permanência	
Projeto de regresso	Projeto de não regresso	Projeto de regresso	Projeto de não regresso
Regresso assertivo	Regresso ambivalente	Permanência ambivalente	Permanência assertiva
Noémia e Leonardo Catarina e Adélio José e Lurdes Armanda e Mário Antónia e Miguel	Júlio e Margarida Anabela e Luís Emílio e Filipa Florabela e Jerónimo Simão e Rosália	Francisca e Augusto Mariana e Arnaldo Óscar e Bia Sérgio e Celina Telmo e Bernarda	Elisa e Gustavo Sónia e Fernando Rita e Alberto

O *regresso assertivo* resulta de uma decisão consensualizada no casal, apesar de marido e mulher não compartilharem as mesmas aspirações. O projeto de regresso pode ter perdurado ao longo do tempo ou pode ter sido desativado e, entretanto, reativado. Os motivos que sustentam este tipo de regressos são multidimensionais: sentimento de pertença, família, estilo de vida e, também, económicos.

O *regresso ambivalente* resulta de uma situação em que o projeto de regresso era ténue e deixou de existir ou, até, nunca existiu. Os motivos que sustentam este tipo de regressos são principalmente económicos, mas as pessoas podem, após o regresso e alguma adaptação ao país, reelaborá-los: são então salientadas outras dimensões, por exemplo, o estilo de vida.

A *permanência ambivalente* resulta de um sentimento dúbio em relação ao regresso: a pessoa afirma não querer regressar e, ao mesmo tempo, não descarta a hipótese de (ter de) voltar. São encontradas formas de justificar a permanência (por via dos laços familiares e da manutenção de obrigações laborais), mas ela não é assumida e a sua continuidade é incerta. Na prática, o regresso continua a fazer parte do campo de possibilidades, embora seja continuamente adiado.

A *permanência assertiva* resulta de uma decisão inequívoca do casal ficar a residir na Suíça após a reforma. O projeto de regresso deixou de existir ou nunca existiu. O nível de integração e a proximidade à família são os principais motivos que justificam esta decisão.

Tanto no caso da permanência ambivalente como da permanência assertiva, o regresso “definitivo” é substituído por viagens regulares de curta duração (uma a três semanas) a Portugal.

6.3 Motivos para regressar na reforma

Nas seções anteriores, analisaram-se e tipificaram-se os projetos migratórios na transição para a reforma na sua componente regresso/não regresso. Nesta secção, são aprofundados os motivos que as pessoas entrevistadas apontam para explicar o seu (possível) regresso. Por razões analíticas, os motivos expressos foram classificados em quatro categorias: motivos económicos, estilo de vida, afetivos e identitários. No entanto, os diferentes motivos surgem muitas vezes entrelaçados, com veremos mais adiante. Uma mesma pessoa pode regressar porque se sente pertencer a tal lugar, porque quer desfrutar do estilo de vida que esse lugar lhe proporciona e porque essa é, para ela, a melhor opção em termos económicos. Outra pessoa pode regressar a Portugal, apenas porque essa é, economicamente, a melhor solução, embora sinta particular apego ao lugar ou país.

Estas combinações de motivos são variáveis (económico e identitário; económico e estilo de vida; económico e afetivo; estilo de vida e afetivo) e podem modificar-se ao longo do tempo: uma pessoa pode, inicialmente, salientar determinado(s) motivo(s) e, posteriormente, adicionar outro(s) motivo(s) à sua narrativa, ou seja, reelaborar o sentido que dá ao regresso que protagonizou.

Em suma, os motivos da ação (regressar/ permanecer) resultam de escolhas ou atos racionais, que combinam múltiplas lógicas de ação (Weber, 2014). Estas escolhas não são, todavia, redutíveis a uma racionalidade instrumental pura, e podem incluir, simultaneamente, interesses, crenças, afetos, valores, preferências.

Ao analisarmos o sentido subjetivo da ação, descobrimos as razões que conduziram o indivíduo a agir daquela forma e que teve “boas razões” (Boudon, 2003) para fazer o que faz.

6.3.1 Motivos económicos: não empobrecer

As pessoas que regressam a Portugal na reforma, quando essa *não* era a sua intenção, justificam a sua decisão invocando, em primeiro lugar, motivos de ordem económica. Os casos de Júlio e Simão ilustram esta situação. Quando se reformaram, sentiram o seu nível de vida deteriorar-se. A perspetiva de empobrecer no final de uma vida toda ela de trabalho levou-os a repensar os seus projetos de vida para a reforma e a (re)equacionar a possibilidade de regressar a Portugal. Nestes casos, a migração de regresso pode ser entendida como uma estratégia para evitar uma mobilidade descendente, ou seja, uma *ação orientada para a finalidade*. As citações de Júlio e de Simão são bastante eloquentes nesse sentido:

O que fez a gente vir embora foi as contas e ver que o dinheiro que ganhávamos de reforma *não dava para viver lá* (...) ao fim do mês estávamos tesos. [Júlio, viveu na Suíça entre 1986 e 2016]

Está-me a custar agora deixar aqui o 2ème pilier inteiramente e depois ter de vender o que tenho para, possivelmente, usufruir, se tiver vida para isso, d[a assistência] social e, em vez de deixar alguma coisa aos meus filhos do tempo de trabalho que tive, ter de *ficar dependente deles e do social* o resto da vida, o que é *uma situação caótica para mim*, que eu não quero equacionar. (...) o que me preocupa é que depois de tantos anos de descontos e tantos anos de trabalho, eu tenha que consumir muito rapidamente aquilo que... (...) [e] conhecer o espectro de... de poder amanhã estar dependente de quem quer que seja. [Simão, viveu na Suíça entre 1987 e 2019]

Tanto Júlio como Simão associam a permanência na Suíça após a reforma a um processo de progressiva precarização: preveem que terão de “consumir” as suas poupanças “para viver”, uma vez que a pensão não é suficiente para pagar mais do que os custos fixos com renda, luz, água, telefone e seguros. Esta situação cria ansiedade a Simão, que receia a possibilidade de, um dia, ter de depender de terceiros “depois de tantos anos” a trabalhar e a descontar. Além disso, é uma perspetiva contrária aos seus valores, segundo os quais os pais “deixa[m] alguma coisa aos [s]eus filhos” – e as poupanças realizadas ao longo da vida devem ser geridas de modo a servir também esse propósito. A migração de regresso pode, portanto, também ser entendida como uma *ação orientada por valores*.

A *racionalidade instrumental* é, no entanto, a ideia mais difundida tanto entre migrantes como não migrantes para explicar o regresso de portugueses/as na reforma: quando as pensões são baixas, é economicamente mais *racional/lógico* regressar do que permanecer, atendendo ao diferencial do custo de vida nos dois países. As palavras de Armanda corroboram este tipo de racionalidade:

Eu gosto muito da Suíça e... e depois foi o que eu pensei, *a gente vai embora porque* na Suíça é tudo muito bonito, mas *quando a gente chega à reforma, é um bocado complicado*. Porque o apartamento temos que o pagar, com menos salário, porque a reforma... os impostos reduzem um bocadinho, mas a eletricidade é a mesma, a comida é a mesma, o seguro de doença é o mesmo, portanto...

Contudo, as migrações de regresso são um fenómeno complexo e, como referiu Cassarino (2004), existem “vários fatores micro e macro que motivam o regresso e moldam a sua configuração, em circunstâncias específicas” (p. 268), e não um fator apenas, suscetível de ser isolado. As razões económicas podem, portanto, aparecer como predominantes na decisão, mas

estão interligadas com outras razões. Armanda prossegue com a explicação dos motivos que levaram o casal a decidir regressar:

É a tal coisa, estar aqui [na Suíça], num apartamento, *ativos como somos* (...) Eu acho que eu ficava doida aqui, só no terraço e a ver o lago, não tendo outra atividade. Então, pensamos: nós vamos lá para baixo [Portugal], quando tivermos saudades, vimos cá à Suíça, apanhamos a Easyjet, vimos nas épocas mais baratas. Eles [os filhos] vão lá também... De longe, fazemos perto e vamos embora. A gente *vive melhor* lá em baixo.

Esta citação mostra como o casal dá sentido à sua partida/regresso: antecipam viajar com frequência, graças às companhias aéreas de baixo custo, o que lhes permite continuar a *viver em família à distância*. Por outro lado, a última frase remete para a dimensão de bem-estar subjetivo e não apenas para a dimensão material. Armanda e Mário têm a percepção de que diferentes estilos de vida os esperam após a reforma, consoante escolham ficar (num apartamento de três assoalhadas com terraço) ou partir (e viver na sua moradia espaçosa e com jardim). Foram sempre um casal muito ativo – ajudaram a criar os netos, que já são adolescentes – e não se imaginam sem atividade quando cessarem os seus empregos, e esse horizonte negativo acresce à preocupação material.

6.3.2 Motivos estilo de vida: manter-se ativo/a

As entrevistas revelam a presença de aspirações a uma vida ativa nos projetos de reforma. As pessoas que participaram no estudo querem aproveitar para viver experiências para as quais anteriormente não tinham tempo, como viajar: querem, por exemplo, conhecer o próprio país, conhecer outros países, fazer cruzeiros. Outras pessoas querem continuar “ocupadas”, cultivando uma horta ou um jardim, por exemplo. Quaisquer que sejam os seus projetos de vida, não se imaginam “paradas” nem passar os dias frente à televisão. As suas aspirações em relação ao futuro revelam um conjunto de representações relacionadas com o envelhecimento e a reforma. “Parar é morrer”, apontei certo dia no meu diário.

Os motivos económicos que levaram Júlio e Margarida a decidir regressar não são, em rigor, *puramente* económicos, estão relacionados com aspirações “estilo de vida”. O casal gosta de viajar e quer aproveitar a reforma para continuar a viajar. Nos últimos anos, fizeram várias excursões por toda a Europa e não só. Da segunda vez que os visitei, mostraram-me com entusiasmo vários álbuns de fotografias das suas viagens por outros continentes.

Júlio: Aproveitamos para viajar.

Margarida: Aqui [em Portugal], com a reforma que temos, podemos fazer isso e lá [na Suíça] não podíamos.

Júlio: Foi só por isso que eu mudei.

Ambos têm consciência de que, se tivessem ficado na Suíça, não teriam capacidade financeira para realizar a sua aspiração a viaja ou ir ao restaurante.

O caso de Anabela e Luís é semelhante: são “apaixonados por cruzeiros” e querem aproveitar a reforma para desfrutar da vida e viajar enquanto têm saúde e energia. Entra na equação “ficar vs partir” o fator idade e a deterioração do corpo associada ao envelhecimento. Anabela sintetiza:

Lá em baixo [em Portugal], aos 65 anos, se estamos bem [de saúde], podemos viajar, podemos continuar a fazer muita coisa, mas aqui [na Suíça] não se pode fazer muita coisa.

Quando os entrevistei, ainda não tinham tomado a sua decisão. Tinham, porém, tomado consciência de que dificilmente poderiam concretizar as suas aspirações “estilo de vida” ao permanecer na Suíça. E é este dilema (aspirações vs capacidades) que os fazia ponderar a possibilidade de regressar a Portugal. Ir para um país onde o custo de vida é mais barato permitir-lhes-ia ter a margem financeira de necessária para “viajar” e “fazer muita coisa”.

Além das atividades de lazer, pode considerar-se também motivos “estilo de vida” a apetência por atividades relacionadas com jardinagem e cultivo de pequenas hortas, olivais, vinhedo, ou ainda a vontade de ter animais domésticos (cães) ou de pequeno porte (aves e coelhos). Em suma, prosseguem motivos “estilo de vida” as pessoas que querem tirar proveito da reforma para viver mais próximas da natureza e (re)adotar um modo de vida rural. Por sua vez, esta aspiração está frequentemente relacionada com o desejo de desfrutar do seu património em Portugal e, mais concretamente, de “se ocupar” da sua casa e terrenos.¹⁴²

Este caso é ilustrado por José: ele afirma gostar muito de Genebra, mas não se imagina a viver a reforma naquela cidade. Na citação que se segue, ele tipifica o estilo de vida de um reformado urbano, com o qual não se identifica:

(...) levantar de manhã e *ter que* ir ao café, e ler o jornal, voltar a casa para almoçar, hum, ir jogar às cartas duas horas, voltar a casa para dormir a sesta, ver televisão (...) nem isso faz parte da minha cultura.

¹⁴² Praticamente todas as pessoas entrevistadas viveram numa cidade e em apartamento durante os anos que estiveram na Suíça. Nesta geração de migrantes, o acesso à propriedade na Suíça raramente aconteceu, mas é muito frequente em Portugal, e este é um fator relevante na hora de decidir onde passar a reforma.

Assim que obteve a pré-reforma, aos 60 anos, José rumou para Portugal, remodelou uma parte da sua casa e ocupa-se diariamente da sua horta e vinhas. O regresso representa, para José, uma forma de voltar a viver no campo e passar o essencial do seu tempo em exterior: “aqui temos a nossa liberdade”, declara.

José admite que as facilidades proporcionadas por viver em contexto urbano e em apartamento eram vantajosas durante a vida profissional, nomeadamente enquanto as crianças estavam em idade escolar ou em formação, mas considera que o contexto rural e a vida numa casa com jardim e animais é mais adequado à fase da reforma. Podemos pôr a hipótese de que, caso José tivesse migrado para Lisboa, em vez de Genebra, o seu percurso após a reforma não teria sido muito diferente e que, possivelmente, também teria optado por trocar a cidade pelo campo nesta fase da sua vida.

A reforma impõe a necessidade de repensar os ritmos quotidianos e de encontrar novas rotinas, novas ocupações, novos espaços de socialização. Ora, chegada a reforma, o contexto urbano no qual vivem na Suíça, deixa de ser compatível com as aspirações de alguns homens. Os que querem continuar a ser ativos *fora de casa* e que não estão, na Suíça, envolvidos em associações, clubes desportivos, redes de solidariedade e não têm um terreno ou espaço onde “se entreter”, consideram que o contexto português lhes proporciona mais oportunidades para tal.

Os exemplos aqui citados mostram a articulação entre estilos de vida, contextos espaciais (urbano/rural) e momentos do percurso de vida. Escolher viver o período da reforma na Suíça ou em Portugal significa, por isso, também, escolher um determinado estilo de vida. No processo de tomada de decisão, são ponderados aspetos como as condições de vida materiais, as oportunidades de lazer, as redes de sociabilidade, a cultura e os valores.

Há ainda que considerar que o termo da vida profissional de uma pessoa migrante por pôr em causa o *significado da vida*, por um lado, e, por outro, o *significado da residência* fora do seu país de origem. Isto porque, até à reforma, foi o trabalho que deu sentido tanto a uma como a outra.

Tomemos o exemplo de Simão: ele começou a trabalhar assim que concluiu a escola primária, com pouco mais de 10 anos, como a maioria de portugueses/as nascidos/as até à década de 1970, e, na hora da reforma, tem dificuldades em deixar de trabalhar. Recém-reformado, continuou envolvido em atividades associativas e sindicais, mesmo assim sobrava-lhe tempo. Ocupou-o a trabalhar na casa da filha e de um amigo:

Desde que me reformei, já me especializei em meter azulejos, fazer muros, hum... demolir cozinhas, fazer casas de banho, instalar... eu nem sequer sabia que era tão *bricoleur* (...) já fiz uma série de coisas e só não trabalho mais na casa da minha filha porque ela não me pede.

Simão quer continuar a ser ativo e diz que “lá [em Portugal] tenho meios para o fazer, aqui [na Suíça] não tenho meios”. Efetivamente, em Portugal, além de um apartamento, é também proprietário de um pequeno terreno, no qual projeta instalar uma pequena oficina para continuar a exercer a sua profissão (mecânico) e fazer biscates uns dias por semana.

Nos casos aqui mencionados, a migração de regresso pode entendida como uma estratégia para viver de acordo com determinadas disposições: desenvolver atividades ao ar livre e estar em contacto com a natureza, atividades de lazer ou outras que permitam manter a forma física e psicológica.

6.3.3 Motivos afetivos: viver em casal e junto da família em Portugal

A conjugalidade é outro dos elementos que surge, nas narrativas, como fator que induz a uma migração de regresso. Algumas e alguns participantes na pesquisa percecionam a passagem à reforma como uma transição para os seus últimos anos de vida ou como a entrada na “reta final”. A perda de familiares, pessoas amigas e conhecidas de idades próximas à sua, as notícias de colegas que regressaram a Portugal na reforma e pouco tempo depois adoeceram e/ou faleceram contribuem para acentuar esta ideia. Poucos anos depois de terem experienciado o “ninho vazio”, confrontam-se agora com a perspectiva da progressiva desintegração das suas redes sociais, de uma eventual viuvez e consequente solidão na velhice.

Neste contexto, o casal ganha uma importância redobrada: protege contra o isolamento social e contribui para o bem-estar individual. Haja ou não acordo, no casal, relativamente ao projeto de regresso na reforma, existe, regra geral, uma negociação entre cônjuges (ver capítulo 7). A vontade de continuar a viver em conjugalidade – e não “juntos mas separados” (*apart together*) – prevalece e favorece compromissos, tanto no sentido do regresso como do não regresso. É por isso que quando os maridos se reformam mais cedo do que as esposas e optam por ir e vir duas ou três vezes ao ano a Portugal sozinhos, raramente se ausentam mais do que um ou duas semanas. É também por isso que algumas mulheres optam por pedir a reforma antecipada, para poderem regressar juntamente com os maridos no momento em que eles se reformam. Os dados recolhidos apontam para uma conceção da *migração de regresso na reforma como um projeto de casal*, uma experiência de vida a dois.

“Não tem graça o meu marido estar cá e eu lá”, suspira Catarina que, apesar de reticente relativamente a outros aspetos decorrentes da readaptação ao país de origem, como o sistema de saúde e as práticas de sociabilidade, não se imagina a viver o quotidiano perto da filha e dos netos (ocupados com emprego e estudos) e longe do marido (cujo ritmo de vida é agora semelhante ao seu e se mostra disponível para sair com ela). No caso de Catarina, a opção de viver junto do marido está também relacionada com a dificuldade material que a opção de viver à distância acarreta. No primeiro ano após ele se ter reformado e mudado para Portugal, ela manteve um quarto na Suíça e rapidamente verificou que a sua permanência lá, sozinha, não era economicamente viável.

Anabela e Luís reequacionaram os seus planos de vida após dois momentos de rutura biográfica ocorridos no intervalo de um ano: a reforma dele e o casamento/autonomização da sua filha (única).

[A nossa filha] vai casar este mês. A vida dela...vai ter a vida dela, não é? Nós também temos que *começar a nossa vida*.

Nesta entrevista, realizada em 2019, Anabela confidenciava que ela e o marido tinham começado a equacionar um eventual regresso a Portugal, embora essa opção não estivesse nos planos deles até então. A situação de reforma do marido, associada a um raciocínio sobre o bem-estar económico, que, por sua vez, se interliga com aspirações estilo de vida, mas também com a necessidade de dar resposta ao vazio deixado pela ausência da filha que doravante “vai ter a vida dela”, tornou evidente que se iniciava uma nova fase da “nossa vida” e impôs a elaboração de projetos a dois. Em 2021, soube que se haviam mudado para Portugal, tendo ela antecipado a sua reforma.

Nestes exemplos, o consenso entre cônjuges relativamente ao regresso é favorecido pelo projeto comum de viver juntos (“*shared project of making a life together*”, Walsh, 2018, p. 478). A migração de regresso pode, nestes casos, ser entendida como uma ação duplamente orientada: orientada para a finalidade (manter a conjugalidade e a unidade do casal numa fase da vida que se afigura de crescida vulnerabilidade, mas também assegurar o bem-estar material), por um lado, e, por outro lado, orientada por valores (importância dos afetos e do bem-estar emocional).

Uma segunda razão de ordem afetiva que pode motivar o regresso prende-se com a família (ascendente e colateral) que reside no país de origem. Efetivamente, apesar da idade avançada das pessoas entrevistadas, mães e/ou pais estão por vezes ainda vivos. Além disso, em certos

casos, os laços com irmãos e irmãs foram preservados e existe a perspetiva de recuperar uma sociabilidade forte baseada em laços familiares.

Emílio e Filipa deixaram na Suíça o seu único filho, um jovem perto dos 30 anos, ainda solteiro. Em Portugal, Emílio reencontrou a mãe, atualmente nonagenária, mas que ainda goza de saúde suficiente para viver sozinha em casa. Desde que regressou, Emílio ocupa uma parte do seu tempo a visitar e cuidar da mãe: é ele quem, por exemplo, vai receber a reforma dela e comprar-lhe os medicamentos. Filipa, por sua vez, convive quase diariamente com as irmãs, que também estiveram muitos anos emigradas e, entretanto, regressaram. No dia da entrevista, Emílio estava sozinho em casa: a esposa tinha ido “jogar Loto com as irmãs, passa assim um bocadinho” do seu tempo, explicou.¹⁴³

A mãe de Armanda também ainda era viva quando ela regressou, em 2020. No entanto, a saúde dela já era pouca, pelo que passava dois meses em casa de cada filho/filha. Ao regressar a Portugal, Armanda participou neste acordo familiar e também se ocupou da mãe algumas vezes até ao seu falecimento, em 2022. Cuidar de pais idosos representa, portanto, outro motivo forte para regressar na reforma, já que é a última oportunidade para “aproveitar” deles e delas. Contrariamente ao apego ao casal, o apego à família no país de origem é um elemento adicional e não um elemento central na tomada de decisão.

6.3.4 Motivos identitários: o apego à sua terra

A migração de regresso está, por vezes, relacionada o sentimento de pertença à aldeia/vila/terra onde se viveu a infância/juventude e onde se tem casa.¹⁴⁴ É um sentimento ainda mais forte quando foram os próprios a construir as suas casas. Catarina, por exemplo, conta que emigraram pouco depois de comprarem o terreno e que a casa foi construída ao ritmo dos vaivéns sazonais:

Só fazíamos quando vínhamos cá (...) Levou cinco anos. Fazíamos só de janeiro a fevereiro e em agosto. Nós nunca tivemos férias, não íamos a lado nenhum. Fizemos uma placa primeiro e depois parámos. Depois subimos os muros todos até à outra placa. Depois uma outra vez para fazer o telhado.

Quando fala da casa na qual hoje vive, José fala do investimento material, mas também do investimento afetivo que ela representa. Herdou a casa que era dos pais e para a qual foram viver pouco depois de ele nascer:

¹⁴³ O Loto é um jogo de tabuleiro equivalente ao Bingo, muito popular na Suíça.

¹⁴⁴ Salvo algumas meia dúzia de casos, a maioria dos casais são do mesmo concelho e marido e mulher tem origens em freguesias vizinhas.

Reconstruí, alarguei. Esta parte toda, de lá para cá, era feita em terra ainda. Eu deitei-a abaixo. Fiz uma sala única, dois quartos e uma casa de banho. Eu vim para aqui em 1956, vim para aqui com seis meses. (...) Todo o tempo que passámos como emigrantes foi tentar investir na herança que nos deixaram.

A narrativa de regresso de José articula motivos identitários e estilo de vida: ele conta que tinha “saudades disto”, do ambiente rural, daquele lugar “afastado” da cidade, da sua casa com pomar, horta e vinhas, de se sentir “completamente livre, autónomo”. Para José, há muito que estava “definido que quando [ele] terminasse a fase efetiva profissional”, iam voltar. Há vários anos que Lurdes tinha deixado de trabalhar fora de casa por motivos de saúde, o que lhe retirava poder negocial (ver capítulo 7).

À semelhança de José, também Leonardo investiu ao longo de toda a vida na casa em aldeia, construída num terreno dado pelo avô de Noémia. A casa revelou-se motivo de partida e motivo de regresso:

Como vínhamos em dezembro e estávamos aqui três, quatro meses, era aí que começámos a avançar a nossa casa, nessa altura, desses 3 meses. (...) Em 1980, fizemos os alicerces. (...) Acabamos há pouco tempo. Mudei as portas, as janelas. Tirei a lareira, metemos o aquecimento (...) Quando viemos [de vez], construímos uma piscina. (...) Fiz ali uma passagem para as galinhas descerem (...) são 40 e tal. Fiz um jardim também. Tenho ali dois cães. E continuamos sempre com os trabalhos, nunca acaba. (...)

Embora os motivos económicos também entrem na equação, a combinação de motivos identitários com motivos estilo de vida são preponderantes na narrativa de Leonardo.

Sempre pensei ter a minha hortazinha, ter os meus animais para me entreter, ajudar algum amigo. É o que estou a fazer agora. (...) [faço] biscates com o trator para um lado e para o outro e assim se passa o tempo. (...) Tudo o que seja carne de ave, a gente não compra, não é? Tenho ali uns oito patos para matar.

Tanto José como Leonardo colocam ênfase na sua ligação à terra-aldeia e terra-campo, evocam as suas disposições rurais e a vontade de se reinserirem socialmente nesse meio. Despendem, aliás, diariamente tempo fora de casa, com os seus pares.

Contrariamente aos motivos económicos, estilo de vida e afetivos mencionados mais acima, os motivos identitários são raramente partilhados por ambos os membros do casal.

Quadro 6.3 *Motivos e objetivos de quem regressa a Portugal na reforma*

Motivos	Objetivos do regresso	Motivação
Económicos	- Não empobrecer - Manter nível de vida	- Assegurar o bem-estar material através do diferencial do poder de compra - Fiscalidade (possibilidade de ter estatuto de Residente Não Habitual em Portugal) - Recursos materiais (casa em Portugal)
Estilo de vida	- Manter-se ativo/a	- Desenvolver atividades de lazer (viajar) e atividades relacionadas com o clima (moto, bicicleta, praia) - Voltar a um modo de vida rural (cultivar horta, animais)
Afetivos	- Preservar a conjugalidade - Estreitar laços com a família alargada	- Manter a conjugalidade - Evitar a solidão - Assegurar o bem-estar emocional - Estar próximo/a da família alargada numa fase avançada da vida
Identitários	- Viver no lugar de origem/aldeia	- Sentir-se pertencer a um determinado território - Desejo de reatar com amigos e camaras-das de juventude - Vontade de morrer na terra de origem

6.4 Motivos para não regressar na reforma

À semelhança de quem regressou a Portugal, as pessoas que continuam a viver na Suíça após a reforma distinguem-se entre aquelas que, inicialmente, tinham o projeto de regressar, mas que, entretanto, o abandonaram e aquelas que não formularam tal projeto. Em ambos os casos, ficam na Suíça principalmente por dois motivos: afetivos (família) e identitários (integração). No entanto, o grau de confiança com que umas e outras se projetam no futuro difere. E essa diferença reside, por um lado, nas tensões e possíveis desacordos no casal e, por outro, nas capacidades que têm para prosseguir o seu projeto de permanência.

6.4.1 Motivos afetivos: manter a proximidade com a família

A centralidade da família descendente é evidente nas narrativas de todas as pessoas que permanecem na Suíça depois de se reformarem. Filhas e filhos, netas e netos são os seus *significant others*, as pessoas que realmente importam, além do cônjuge.

Francisca enfatiza a ligação que tem com a filha – “a minha família é a minha filha, a minha *única* filha” – e que foi reforçada pelo contexto migratório e a separação da sua família de origem.

Não queria estar longe dela [filha] porque, para mim, já foi muito difícil deixar os meus pais e ir [para a Suíça] sozinha. Não tinha lá família nenhuma (...) Nós somos seis irmãos e enquanto os meus pais foram vivos, a gente reunia-se todos, era uma alegria. Quando os meus pais morreram, cada um seguiu o seu caminho e pronto. (...) A gente quando vem [a Portugal] é uma estrangeira.

Esta citação ilustra o afastamento progressivo dos membros da família colateral quando desaparece o pilar (os pais) que unia todos numa só constelação. Também não existe proximidade afetiva com a família do marido, que, em Portugal, vive na sua vizinhança, o que lhe provoca ainda mais relutância em voltar.

Estar próxima da filha *até ao fim* é, inclusive, mais importante do que estar próxima do marido: enquanto ele quer ser enterrado no lugar de origem (e já tratou do necessário nesse sentido), ela prefere ser sepultada no país onde reside a família que lhe vai sobreviver e onde ela própria residiu a maior parte da sua vida.

Eu penso ficar [na Suíça]. Eu pensei *ficar até morrer* *risos* (...) eu já tenho dito à minha filha: “se eu morrer aqui, não gastes dinheiro para me levar para lá, deixa-me ficar aqui”. Mas pronto, comprámos, ele comprou, sepultura [em Portugal]. Mas eu não me importo. Eu, quando fui, era mesmo para ficar *risos* Mas ele não, ele não.

O exemplo de Francisca atesta da relevância de se fazer uma análise qualitativa das redes sociais (*qualitative social network analysis*) numa perspetiva longitudinal e transnacional, tal como sugere a socióloga Louise Ryan (2021). Este tipo de análise permite captar a evolução das relações que, para a pessoa migrante, são significantes.

6.4.2 Motivos identitários: sentir-se socialmente integradas/os

Os modos de integração das pessoas entrevistadas na sociedade suíça são variáveis. Embora todas se sintam socialmente integradas, observam-se diferenças tanto ao nível da integração estrutural (socioprofissional) como da integração cultural (língua, valores, estilo de vida). De salientar igualmente a influência da primeira na segunda (Wanner, 2004, p. 56). Efetivamente, os dados recolhidos mostram que os modos de inserção profissional e as trajetórias socioeconómicas afetam a aquisição da língua, as redes de sociabilidades, os lazeres e os gostos e valores adquiridos em contexto migratório.

Rita e Alberto ilustram de modo exemplar a permanência na Suíça por motivos de integração. O casal está em sintonia quando um e outra explicam a relação de afinidade com o país de residência e a relação de desencanto com o país de origem. Embora ambos afirmem gostar do Portugal, um país “bonito”, com pessoas “muito simpáticas”, já não se identificam com ele culturalmente.

Atualmente, a nossa mentalidade é mais suíça do que portuguesa, para falar francamente.

Os primeiros anos foram marcados pela precariedade profissional e legal. Mais tarde, Rita investiu na sua qualificação: fez um curso de língua e uma formação profissional que lhe permitiram alcançar uma situação melhor. Ambos trabalharam a tempo inteiro em empregos de contacto com o público. Quando o filho ingressou no sistema escolar, adotaram hábitos semelhantes aos da classe média suíça e reduziram as viagens ao país de origem.

Alberto: Íamos todos os anos a Portugal de férias no verão, mas no inverno íamos uma semana de férias para a montanha. Quando eram as férias escolares, íamos sempre para a montanha passar uma semana de férias, fazer esqui.

Rita: Em outubro, íamos visitar as cidades.¹⁴⁵

Alberto: Ah, visitámos muito! E também a Europa, quer dizer, França, Itália...

Rita: A Suíça conheço-a quase toda.

¹⁴⁵ O calendário escolar suíço inicia-se em agosto e prevê uma pausa letiva em outubro.

Além de terem investido no conhecimento (geográfico e cultural) do país de residência, o casal tem uma rede social diversificada: “portugueses, suíços, italianos, hum... espanhóis, menos”. Adquiriram a nacionalidade suíça já perto dos 60 anos, por pressão do filho e porque lhes garante o direito ao território, podendo sair por um tempo prolongado, se o desejarem e, depois, voltar.

Rita: Não nos podem pôr daqui para fora, somos suíços. Se a pessoa se quiser ausentar, pode ir, o tempo que quiser.

Embora não tenham uma carreira contributiva completa na Suíça, ambos trabalharam mais de 35 anos a tempo inteiro, descontaram para a previdência profissional (segundo pilar) e também para uma caixa de previdência individual (terceiro pilar, facultativo). Ao optar por ficar na Suíça de forma permanente, optaram também por receber o segundo pilar como complemento do primeiro: as suas pensões são, por isso, mais elevadas do que se tivessem optado por receber o segundo pilar como capital. Além disso, o casal dispõe de duas almofadas financeiras que lhes proporcionam alguma tranquilidade: o terceiro pilar e algum dinheiro em Portugal, esse “dá para férias”.

Rita: Felizmente, problemas de chegar ao fim do mês, não temos. Vamos buscar ao terceiro [pilar] cada vez que é necessário.

Alberto: O terceiro [pilar] é as nossas economias.

Rita e Alberto têm um estilo de vida semelhante ao de qualquer casal suíço da mesma idade com boa saúde: cuida do seu estado físico, faz caminhadas, natação, ioga e outras atividades. No momento da entrevista, o filho encontrava-se a trabalhar no estrangeiro, motivo pelo qual as suas rotinas não incluíam, na altura, os netos.

Rita e Alberto veem diariamente “as notícias suíças” e “as notícias portuguesas”, vão a Portugal uma ou duas vezes por ano, mas não planeiam regressar. São unânimes: sentem-se bem na Suíça. Se, no início, “foi uma mudança radical” e a adaptação ao país e ao trabalho foram difíceis, entretanto, o seu modo de ser alterou-se e, apesar de o filho e netos estar emigrado, não perspetivam voltar para Portugal de forma permanente.

Quadro 6.4 *Motivos e objetivos de quem não regressa a Portugal na reforma*

Motivos	Objetivos do regresso	Motivação
Afetivos	Manter a proximidade com a família descendente	- Viver perto da família próxima (filhos/as e netos/as) - Manter a conjugalidade - Evitar a solidão - Assegurar o bem-estar emocional
Identitários	Manter-se sintonizado/a com o seu modo de ser e estar	- Sentir-se pertencer a determinada sociedade, partilhar os seus valores - Assegurar o bem-estar psicossocial

6.5 Tipos de regresso e de não regresso, de acordo com as aspirações e capacidades dos casais

Nenhum dos motivos apresentados nas seções anteriores é suficiente para, por si só, explicar por que razão se escolhe ficar ou partir quando chega a reforma. Nesta fase da análise, vale a pena retomar as propostas de Carling (2002) e de Haas (2014, 2021), apresentadas no capítulo 1.4.2, e considerar, separadamente, as aspirações/projeto e as capacidades – não para migrar, mas para ficar. Ao aplicar este quadro teórico aos dados recolhidos, observa-se que:

- os perfis de *regresso/permanência assertivos* estão associados a situações em que existe *consonância* entre aspirações e capacidades para ficar;
- pelo contrário, os perfis de *regresso/permanência ambivalentes* estão associados a situações em que existe *dissonância* entre aspirações e capacidades.

Quadro 6.5 Tipos de regresso e de permanência, de acordo com as aspirações vs capacidades

Aspiração/ projeto	Regressar	Permanecer	Regressar	Permanecer
Capacidades para ficar	Não	Não	Não	Sim
Perfil	Regresso assertivo	Regresso ambivalente adaptativo	Permanência ambivalente não assumida	Permanência assertiva
Aspirações vs capacidades	Consonância	Dissonância	Dissonância	Consonância
Motivos	Económicos Estilo de vida Afetivos Identitários	Económicos	Afetivos Identitários	Afetivos Identitários
Tensões no casal	Sim	Não	Sim	Não

No quadro 6.5, acrescentou-se uma linha relativamente às tensões no casal, por se considerar que é uma variável pertinente para explicar a diferença entre perfis assertivos e ambivalentes. No caso da permanência ambivalente, pese embora seja permanentemente adiado, o projeto de regresso mantém-se, precisamente porque um dos membros do casal não desiste de, um dia, regressar. A dissonância situa-se, portanto, ao nível das aspirações no casal e acompanha-se de incertezas em relação ao futuro, das quais decorrem uma permanência *não assumida*. No caso do regresso ambivalente, a dissonância situa-se ao nível das capacidades, que se revelam insuficientes para implementar as aspirações do casal a permanecer. O regresso é ambivalente *adaptativo* porque se acompanha de um processo de adaptação exigente, que implica uma reelaboração do projeto de vida.

6.5.1 Resignificar um regresso ambivalente

As pessoas que não projetavam regressar a Portugal na reforma, embora tenha sido essa a sua ação, enfatizam o bem-estar que sentiam ao viver na Suíça, país com o qual se sentiam alinhadas, contrariamente a Portugal onde se sentem desenquadradas, nos primeiros anos após o regresso. Tendem a comparar e opor um e outro país: um pauta-se pela seriedade, disciplina, organização e horizontalidade social, o outro pela corrupção,

irresponsabilidade, classismo e inveja. À pergunta “o que gostaram mais da Suíça”, Emílio, por exemplo, responde sem hesitações: “*Tudo!*”, tal como Margarida: “Eu gostava de *tudo* lá na Suíça”.

A temporalidade da pesquisa permitiu manter contacto com vários/as entrevistados/as e observar, nesse intervalo, como as pessoas que regressaram a Portugal foram resignificando – ou seja, como “deram sentido a” (*making sense of*) – escolhas que tinham sido condicionadas por fatores externos e eram contrárias às suas aspirações na altura em que foram tomadas. Trata-se de um trabalho emocional de ajuste ou reapropriação da nova realidade. É adotada uma estratégia cognitiva do tipo “*viver aqui e agora*”, com a qual também são *a posteriori* reelaborados os significados da migração de regresso. Este é um processo fundamental para o bem-estar psicossocial da pessoa.

O caso de Florbela é ilustrativo: quando a conheci, em maio de 2019, ainda não fazia um ano que ela e o marido tinham trocado a vista dos Alpes pela vista das planícies alentejanas. Era com descontentamento e algum dissabor que Florbela falava do “regresso” a esse lugar ao qual não se sentia pertencer, e com razão, pois ela era o pai, e não ela, que era natural dali e que lhe deixou a casa como herança. Voltei a visitar o casal dois anos mais tarde, num dia solarengo de outubro. Florbela parecia pacificada com as opções que a vida lhe tinha dado. Pois naquela tarde, quando nos sentámos cá fora, soltou entusiasticamente: “Vês este sol? Às vezes penso: se me for embora, não terei mais este sol”, fazendo referência ao seu desejo de vender a casa.

Também Júlio reelaborou a narrativa em torno do seu regresso e tende a esquecer a contrariedade que este representou na altura. Retrospectivamente, considera que foi uma decisão acertada e valoriza os benefícios que o custo de vida mais baixo e o clima mais ameno lhe proporcionam.

[O regresso] foi bem pensado, porque aqui o clima é outro, estás a ver? (...) Um gajo, aqui, com o dinheiro de lá, está bem! (...) Eu gosto andar de moto. Lá, andava só três meses, aqui, é quase o ano inteiro.

O caso de Emílio é semelhante: ambicionava ficar em Genebra e deslocar-se a Portugal somente para férias. Um ano após ter voltado e apesar de várias desventuras relacionadas com burocracias inerentes ao regresso ao país, destaca a vantagem comparativa que representa ter um rendimento estável e acima da média, para os padrões portugueses.

Eu vivo aqui *como um rei*! No aspeto financeiro e de saúde. (...) Posso permitir-me ir ao restaurante, mas a gente nem vai muitas vezes. (...) *Nunca me preocupo com o dia de amanhã*, no aspeto material. Eu vivo *hoje* e vou vivendo *enquanto posso*.

Com estes exemplos, vemos que, após o regresso, pode ocorrer um processo em que as pessoas *resignificam a sua ação*. Desta forma, valorizam as vantagens que a opção de regressar a Portugal lhes traz.

6.5.2 Dilema, património e campo de possibilidades

Quando se olha para o dilema partir ou ficar na reforma, prevalece a ideia de que não há outra escolha a não ser regressar a Portugal, porque, como resume Miguel ao referir-se ao nível das pensões de velhice: “*tinha de vir embora, não tinha possibilidade de lá ficar*”. Há, porém, outra forma de encarar a questão: as capacidades podem ser limitadas, mas elas são suficientes para possibilitar partir.

Foi uma conversa tida em casa de Augusta, com ela e a sua amiga Felisbela, que me ajudou a virar a questão ao contrário e ver o outro lado do dilema. Preocupada com o que fazer quando se reformar daqui a um par de anos, Augusta afirmou: “muita gente sente que não tem alternativa”, ao que Felisbela retorquiu: “eles têm escolha! Há muitos suíços que vivem *como* as pessoas que vão embora”. Augusta acenou com a cabeça e recordou uma conversa que tinha tido com uma colega de trabalho suíça:

Às vezes digo que não sei o que fazer porque não me queria ir embora e a minha colega diz-me assim: “*Mas tu tens escolha*, eu não tenho! Eu sou suíça, vou para onde? Mesmo que a reforma do meu marido seja pequena, a minha seja pequena, eu terei de viver com esse dinheiro porque eu não tenho para onde ir!”

Esta citação evidencia a posição de privilégio *relativo* das pessoas migrantes em relação a pessoas não migrantes que ocupam a mesma posição social. De facto, viver a reforma na Suíça representa um desafio, independentemente da nacionalidade e de ter ou não antecedentes migratórios. Estudos recentes mostram que há cidadãos /ãs suíços/as a emigrar na reforma porque, consoante o(s) tipo(s) de emprego(s) e o percurso de vida das pessoas, as suas pensões são demasiado baixas para viverem decentemente no seu país de origem (Repetti & Bolzman, 2020; Repetti & Schilliger, 2021). Aliás, o sistema de pensões suíço está em constante debate público, precisamente porque o objetivo de assegurar um nível de vida decente após a reforma não está garantido.

Assim, num contexto em que trabalhadores/as com rendimentos baixos e médios auferem pensões baixas ou relativamente baixas,¹⁴⁶ as pessoas migrantes que possuem uma propriedade no seu país de origem – quer seja grande ou pequena, valiosa ou não – têm mais recursos para enfrentar as dificuldades associadas à reforma. Consequentemente, ser proprietário/a de uma casa amplia o campo de possibilidade, oferece alternativas que as pessoas não migrantes não têm e acaba por ser um fator que encoraja/facilita a migração de regresso, mesmo que esse não fosse o plano na reforma.

¹⁴⁶ Já em 2011, um documento da União Sindical Suíça alertava para a precarização das pessoas reformadas: “É também um facto que mais de 25% das pessoas com mais de 65 anos estão em sério risco de pobreza. Em particular, os mais de 130.000 antigos trabalhadores sazonais que estão agora reformados enfrentam dificuldades (...) as pensões dos 1.º e 2.º pilares auferidas por assalariados ordinários são demasiado baixas. Estes rendimentos, que se situam entre 3.000 e 3.500 francos (...) não são suficientes para viver decentemente”. (tradução minha) Fonte: www.uss.ch/fileadmin/user_upload/Bianchi_assumer_solidairement_les_risque_de_la_vie.pdf

CAPÍTULO 7. **REGRESSAR NA REFORMA**

7.1 Tensões e negociações no casal e na família

A transição para a reforma é um momento crítico na vida de qualquer pessoa. Mas, quando se tem uma experiência migratória anterior, a passagem à reforma pode (re)ativar a ideia de regresso e implicar uma negociação entre cônjuges, potencialmente conflituosa. A ausência de consenso entre mulher e marido perante o regresso é, aliás, assinalada noutros estudos (Bolzman *et al.*, 2006; De Haas & Fokkema, 2010).

É neste pano de fundo que são abordadas as divergências no casal e analisadas as influências do género, do percurso de vida e da família no processo de tomada de decisão da migração de regresso na reforma. Compreender o fenómeno do regresso (ou do não regresso) numa fase avançada da vida tendo como unidade de análise o casal exige usar uma lente de género e uma lente de percurso de vida, uma vez que mulheres e homens têm papéis sociais e experiências de vida distintas e que, além disso, as experiências passadas produzem efeitos cumulativos que afetam os processos de envelhecimento (Wall & Aboim, 2015). Por outro lado, os projetos migratórios articulam-se em diferentes escalas e, dentro de uma mesma família, aspirações, expectativas e projetos, individuais e coletivos, podem eventualmente colidir (Velho, 1994).

Colocar o foco no momento da saída do mercado de trabalho evidencia questões tão diversas como a reorganização da vida do casal que se segue à alteração de rotinas quotidianas, a renegociação das esferas de poder e autonomia entre cônjuges, mas, também, a possibilidade de regressar, de forma permanente, ou, pelo menos, mais frequente, a Portugal. O enfoque no casal evidencia, por sua vez, assimetrias de género acumuladas ao longo do percurso de vida que se refletem principalmente numa capacidade económica das mulheres inferior à dos maridos.

Os dados recolhidos mostram que o casal tende a ganhar relevância numa fase da vida em que filhas e filhos saíram de casa, a rede de relações enfraquece à medida que amigas e amigos partem, a sociabilidade através do emprego desvanece e a pessoa tem/toma consciência das vulnerabilidades presentes e futuras.¹⁴⁷ Consequentemente, o

¹⁴⁷ A rede social tende a reduzir-ser porque amigos/as e ex-colegas mudam-se para outras regiões, para o estrangeiro, ou porque falecem.

resultado da negociação no casal para decidir entre partir e ficar pode ser também interpretada como uma forma de preservar a conjugalidade e a coabitação na velhice, ou seja, uma forma de prevenir a solidão.

Considerar diferentes níveis e unidades de análise, como sugerido por Brettell e Hollifield (2014), possibilita um entendimento mais apurado dos processos de negociação. Vemos então que tanto o regresso como o não regresso podem ser o resultado de uma decisão influenciada por outras pessoas, nomeadamente a família alargada (ascendente, descendente e até colateral), ou, por vezes, uma decisão partilhada, em que a família mais próxima participa da solução para viabilizar a permanência.

7.1.1 Partir ou ficar: tensões e negociações no casal

Nesta secção, são apresentados quatro casos em que regressar na reforma não é um projeto consensual no casal.¹⁴⁸ As pessoas entrevistadas nasceram entre 1951 e 1961 e emigraram para a Suíça no início dos anos 1980, já casadas e com filhos/as que, entretanto, fizeram a sua vida naquele país. As trajetórias pessoais e profissionais são, contudo, totalmente distintas. A integração na sociedade de acolhimento de uns e de outras teve contornos diferentes consoante o lugar de destino, a profissão e o género – elemento que moldou os seus percursos de vida, nomeadamente ao nível do campo das possibilidades, em particular profissionais e sociais.

Caso 1: Determinação do marido em regressar, resistência da mulher

Quando encontro Simão pela primeira vez, em março de 2019, tanto ele como a mulher estão reformados há cerca de dois anos e residem num apartamento que compraram há mais de uma década, numa pequena cidade situada num vale alpino. Em Portugal, são proprietários de um apartamento num centro urbano da Grande Lisboa, que é usado apenas nas férias de verão e que carece de algumas melhorias (instalação de um sistema de aquecimento, por exemplo) para proporcionar o conforto necessário a uma vida mais permanente no mesmo. Aquando da entrevista, não havia acordo entre Simão e a esposa quanto a um eventual regresso a Portugal.

¹⁴⁸ Uma versão preliminar do texto desta secção foi publicada em 2022 na revista *Cidades, Comunidades e Territórios*, n.º44, <https://doi.org/10.15847/cct.26304>

Eu nunca equacionei a possibilidade de ter um problema desta natureza. Mas compreendo, são argumentos de peso, os netos... os filhos, os 30 anos que [ela] passou aqui, hum... a integração,

Simão encara o regresso como resposta às preocupações económicas que passou a sentir desde que se reformou. Inquieto, desabafa:

Estou reformado e só me serve para gastar dinheiro. Eu ganho 40 francos por dia na reforma e gasto três vezes mais (...) é claro que aqui [na Suíça] não consigo fazer face à vida de forma nenhuma.

Para resolver este dilema, pensou em diferentes cenários, mas todos eles implicam uma mudança permanente de país, que a esposa recusa. Perante este impasse, o marido muda-se sozinho para Portugal nesse ano, no fim do verão, optando por uma vida conjugal à distância em que ambos fazem idas e voltas.

Além da questão económica, o regresso de Simão é, em parte, motivado pelos bens imobiliários que possui em Portugal e pela vontade de se manter ativo na reforma. Antes de ter emigrado, Simão comprou um terreno e ambiciona um projeto de negócio por conta própria, dado que se sente com saúde, energia e vontade de trabalhar.

Eu estou aqui [na Suíça] neste momento a consumir, a consumir e eu tenho aquela casa fechada, paga... e não estou lá (...) posso passar um dia ou dois por semana [a realizar atividades] dentro da minha profissão (...) que me podem pagar perfeitamente o condomínio ou até ajudar-me nas despesas e viver com à vontade de ir cá e lá.

O discurso de Simão revela a preocupação de muitos homens portugueses que atingem a idade da reforma na Suíça, cujas vidas se centraram nos empregos e cuja identidade se construiu em torno da imagem do migrante trabalhador: como ocupar o tempo quando cessa o período da atividade remunerada? Simão vê, no regresso a Portugal, a possibilidade de manter uma vida ativa, dado que tem “um terreno lá em baixo onde me posso ocupar”, insiste. A questão da ocupação do tempo libertado no fim da vida profissional surge frequentemente como um elemento central na motivação a regressar. À semelhança da esmagadora maioria das pessoas entrevistadas, Simão começou a trabalhar precocemente, assim que conclui o ensino primário, tendo adquirido uma disposição muito forte para o trabalho.

Fiquei absorvido durante 50 anos com o meu trabalho (...) Depois de me reformar tenho trabalhado muito no apartamento da minha filha (...) já fiz uma série de coisas e só não trabalho mais na casa dela porque ela não me pede.

A esposa não aparenta ser uma pessoa tão centrada no trabalho (fora de casa) quanto ele. Simão realça a “vida social dela” para justificar a divergência dos projetos individuais de cada membro do casal. No entanto, a explicação reside também em parte nos papéis sociais de género e na maior centralidade do trabalho/ emprego na construção social do género masculino.

[A minha mulher] tem a vida social dela, ela entende que ao ir para Portugal fica de certa forma bloqueada porque vai ter que se reintegrar num país de onde saiu há 30 anos e ela aprecia muito mais a Suíça do que Portugal, pela higiene, pela... não sei, não sei.

Nestas duas citações, sobressai o que cada membro do casal mais valoriza (trabalho, no caso dele; vida social, no caso dela) e destaca-se a questão da reintegração no país de origem após uma ausência prolongada. Uma reintegração que, na reforma, já não passa pela esfera profissional e requer um investimento em termos de redes de sociabilidade (ativação de antigas redes e criação de novas redes).

Caso 2: Determinação do marido em regressar, cedência da mulher

Aproveitei a passagem de Catarina por Portugal, em janeiro de 2019, para a visitar e entrevistar. O interior da sua casa, numa freguesia rural do concelho de Aveiro, é composto por uma mistura de estilos: mesa, cadeiras e louceiro em madeira de estilo tradicional português partilham o espaço com estantes retilíneas brancas trazidas recentemente da Suíça.

O meu marido veio agora de vez. Estas mobílias eram as que estavam lá (...). Ele sempre teve a ideia de vir para cá aos 60.

Assim que obtive a pré-reforma, o marido mudou-se para Portugal para desfrutar da casa que ele próprio construiu, enquanto Catarina continua a residir na Suíça, num quarto que arrendou perto da filha. Além da companhia dos netos, hoje já adolescentes, Catarina tem uma vasta rede social naquele país. Desde os primeiros anos de emigração, ela foi uma pessoa muito ativa, tanto na comunidade portuguesa como no seu bairro. O casal emigrara para a Suíça 34 anos antes e há cerca de vinte que ela vive com uma pensão de invalidez devido a um problema grave de saúde. Perante esta situação, é com apreensão que encara o regresso a Portugal.

Não é que não goste do meu país. Faz-me *medo* vir para cá. Imaginemos que o meu marido me falte, o que estou aqui a fazer? Que na minha idade, a saúde não é nenhuma (...) Vou vir, mas com um bocado de *receio*. Os hospitais públicos são uma desgraça aqui.

Apesar das suas reticências e da filha não apoiar a sua vinda para Portugal, Catarina está decidida em juntar-se ao marido. Nesta fase da vida, não se vê a viver longe do marido. Esta nova migração, em sentido inverso, é, no entanto, perspectivada como um processo faseado e reversível.

Ele vem, mas guarda [a autorização de residência] ainda durante quatro anos. *Partida provisória*. Podemos não nos adaptar e voltar [para a Suíça].

Catarina mantém, portanto, a porta aberta a um eventual regresso ao país de adoção, com o qual sente atualmente uma maior ligação.

Sinto-me bem lá [na Suíça]. Eu fiz a minha vida lá. Saí daqui muito nova. Tenho mais tempo de Suíça. Adaptei-me à Suíça mais do que aqui estou adaptada. Já não conheço ninguém cá. Os velhotes já partiram. A cultura destas aldeias custa-me muito a aceitar.

Nos anos que se seguiram a essa primeira visita, Catarina e o marido fizeram muitas idas e voltas entre os seus dois contextos de vida, vivendo de forma pendular, cá e lá, visitando-se um ao outro e passando algumas temporadas separados. Este compromisso permitiu que os processos de decisão e tempos de cada um/a fossem respeitados. Ela continuou a poder beneficiar do acompanhamento médico na Suíça, embora passando cada vez mais tempo em Portugal e, desta forma, adaptando-se a um novo contexto de vida. Ele concretizou o seu projeto de voltar, usufruindo da sua casa e sem ter de fazer face ao espectro do vazio que por vezes se gera quando chega a reforma: “ocupa-se do jardim, das galinhas, tem sempre que fazer”, conta Catarina.

Perante a questão da negociação relativamente ao regresso, emergem os temas da saúde mental masculina no fim da vida profissional e do papel de suporte das mulheres. Catarina desabafa:

Ele está muito em baixo. Não posso impor isso [ficar] ao meu marido. Se é aqui [em Portugal] que ele está feliz, tem todo o direito de estar cá. E eu tenho de me arranjar, como sempre.

Ela reconhece, porém, que “para ficar lá, não dava”, atendendo aos recursos financeiros de que dispõem (menos de 2.000 francos de pensão) para fazer face às despesas (1.300 francos de seguros de saúde, mensalmente, para os dois).

Enquanto o regresso contribui para o bem-estar do marido, nomeadamente em termos de saúde mental, vivendo uma vida de reformado de acordo com as suas disposições¹⁴⁹

¹⁴⁹ De acordo com Lahire (2011 [1998]), as pessoas são portadoras de disposições incorporadas – esquemas de perceção e de ação adquiridos nas diferentes instâncias de socialização – que podem

(regresso ao mundo rural, horta, aves), a mulher perspetiva o regresso com alguma inquietação. Tem consciência que “é uma adaptação”: ao sistema de saúde, às pessoas, à vida na aldeia, à cultura. Ela tem noção de que se trata, na prática, de uma nova migração, apesar de, desta vez, possuir a nacionalidade e a língua do país de destino e antevê que terá de reaprender a viver naquele lugar que já não é para ela – hoje mais urbana do que camponesa – um lugar de pertença. No entanto, o elemento “casal” ganhou uma importância maior nesta fase da vida e viverem longe um do outro não é visto como uma hipótese sustentável no longo prazo. De modo que, após ponderados todos os elementos, ela decidiu mudar permanentemente de residência, mantendo idas regulares à Suíça. Para Catarina, como para a maioria das pessoas entrevistadas, tanto a conjugalidade como a coabitação assumem maior relevância, numa fase da vida em que as/os filhas/os já saíram de casa e a saúde enfraquece.

Caso 3: Resistência da mulher em regressar, cedência do marido

Em setembro de 2018, visito Mariana nos arredores de Lausanne, na casa onde vive e onde é empregada doméstica a tempo inteiro há cerca de vinte anos. O marido está reformado há quase uma década e ocupa os dias com o cultivo de uma pequena horta, além de dar apoio às quatro netas (na altura com idades de 3-8 anos), sempre que as filhas necessitam. Vivem na mesma cidade e os convívios familiares são semanais. Laços estreitos unem Mariana às filhas e netas. Poucos minutos depois de encetada a conversa, Mariana recorda com emoção a separação das filhas, que teve de deixar em Portugal quando se juntou ao marido na Suíça – por força da política imigratória então em vigor nos anos 1980 (ver 3.1 e 3.2.2).

Hoje já não era capaz. Olhando para trás, no fundo, o melhor tempo de estar com os filhos é quando são pequenos.

Os laços familiares e a experiência traumática da primeira migração explicam em parte a sua resistência a migrar novamente.

Já há muito que ele diz que quer ir. Ele já está na reforma há muito ano.

ser ativadas em determinados contextos ou no seguimento de determinados eventos. Algumas disposições são ativadas em momentos de crise ou de ruturas biográficas, como são a passagem à reforma e a migração, por exemplo.

Apesar de não haver consenso entre ela e o marido, existe entre ambos o compromisso tácito de ir ficando enquanto ela trabalhar. De modo que, três anos depois, Mariana continuava no mesmo emprego, apesar de já ter alcançado a idade de reforma. Manter o emprego é uma forma de assegurar rendimentos suficientes e, dessa forma, assegurar também a permanência no país, já que viver somente da pensão de velhice significa uma quebra acentuada dos rendimentos e eventuais dificuldades materiais. Consciente que a opção de ficar na Suíça se acompanha de um horizonte mais precário, Mariana quase vacila:

Vais fazer o quê na Suíça com esse dinheiro [pensão de velhice] que te dão? Se é para teres que tirar sempre alguma coisa do que tens de lado... para continuares a viver aqui, não... pelo menos, em Portugal, podemos viver normalmente.

Embora a questão económica pese a favor do regresso, os argumentos em sentido contrário são igualmente sólidos. Mas além dos laços familiares fortes na Suíça e da reativação de traumas afetivos passados, entra também em jogo o fator espacial, o que complexifica a tomada de decisão. Mariana está reticente perante um regresso ao mundo rural.

Eu ponho-me a pensar: vou para lá, tenho ali a casa, tenho ali muito que fazer, muitos terrenos, mas os terrenos, como eu já não gostava dantes... Alguma coisinha para mim, um jardinzinho para eu tirar para comer, mas... ali todo o dia! Depois dissemos assim: vamos comprar um apartamento na praia. Também deixámos para a última, agora são tão caros! Enfim... (...) Eu, na praia, já me via mais. Saio fora, vou passear, estou sempre a ver pessoas. Eu gosto de estar tranquila, mas ao mesmo tempo também gosto de ver movimento e na aldeia...

Esta citação revela o sentimento de desadequação que se gerou em relação ao lugar de onde partiu, após décadas de ausência. O casal reabilitou a casa dos pais dela, numa aldeia no concelho de Guimarães, onde passa férias anualmente. Porém, Mariana já não se identifica com o lugar nem com a vida na aldeia – talvez até tivesse emigrado porque já não se identificava, na altura, com a vida camponesa que era a sua. Na verdade, Mariana entende que regressar a Portugal poderá permitir-lhes uma vida material mais desafogada e não é frontalmente contra a ideia de voltar, se for para um outro lugar que não a aldeia, onde possa viver a vida de acordo com as suas disposições atuais.

De modo que, enquanto puder trabalhar, Mariana vai mantendo o *status quo* e adiando o momento de uma decisão que, para ela, é dolorosa. Antes da pandemia, o marido tornou-se menos insistente porque começou a viajar sozinho para Portugal com alguma regularidade, aproveitando os voos *low cost*. Foi restabelecendo uma maior ligação com

antigos camaradas e com a família em Portugal, aproveitando ocasiões como as vindimas para ciclicamente regressar ao lugar de origem.

Caso 4: Determinação do marido em regressar, ausência de poder negocial da mulher

A situação da Lurdes, 63 anos, é muito diferente das anteriores devido à sua dependência económica do marido. Tinha pouco mais de 40 anos quando a sua saúde se deteriorou, ficando impossibilitada de prosseguir com uma atividade profissional fora de casa. Contrariamente a Catarina, a incapacidade para o trabalho não lhe foi reconhecida nem lhe foi concedida qualquer pensão de invalidez. Lurdes procurou, contudo, manter alguma autonomia financeira.

Mantive sempre esta atividade de fazer costura para fora. Sempre tinha o meu dinheirinho. Porém, quando o marido, trabalhador da construção civil, atinge 60 anos e decide entregar o apartamento que tinham na cidade de Genebra e viver na casa que herdou dos pais, nos arredores de uma pequena vila da Grande Lisboa, ela não teve escolha. Quando lhes pergunto como e quando decidiram vir para Portugal, Lurdes responde prontamente: “Foi ele”! Segue-se então um diálogo entre marido e mulher revelador do ténue poder negocial de que ela dispõe:

Ele: Tínhamos entendimento de vir. Ela não foi forçada.

Ela: Pronto, eu não fui forçada a vir, mas...

Ele: Foi surpreendida.

Ela: Fui surpreendida. Nunca pensei que viesse tão cedo.

O regresso deste casal não foi ainda formalizado: a residência oficial foi mantida em casa do filho, na Suíça, onde, antes da pandemia da COVID-19, iam regularmente, continuando a desempenhar um papel de suporte e a cuidar dos netos durante as férias escolares nomeadamente. A saúde era outro motivo de vaivém, uma vez que continuaram a ser acompanhados pelos médicos de sempre e foi lá que ele iniciou os tratamentos quando, já reformado, lhe foi diagnosticado um cancro.

A dependência de Lurdes em relação ao marido não é apenas económica. E o marido está consciente das dificuldades que ela enfrenta. É ele, aliás, que puxa o assunto:

Para ela, é muito mais complicado, dado que viveu 30 anos no centro de uma cidade e agora veio para o campo (...) Eu, estou saturado da cidade, gosto muito de Genève, muito linda,

muito bonita, a Suíça é muito disciplinada, tudo isso, mas, hum... quis refugiar-me aqui. *Ela sente prisão*. Eu sou um refugiado, ela 'tá presa. Porque eu tenho autonomia de pegar no carro e sair, *ela precisa de mim para sair*. Não está dentro de uma vila onde possa sair à hora que quer e lhe apetece sem... ir ao café ou discutir com umas amigas, não sei quê.

A entrevista decorreu na casa onde ele cresceu e que ele próprio reabilitou, situada num alto verdejante, com uma vista ampla para planícies a leste e florestas a oeste. O centro da vila está a menos de dez minutos de carro, mas a pé é uma longa caminhada, sobretudo quando a saúde já não é o que era. Lurdes conforma-se com a sua reduzida liberdade de movimentos e vai-se ocupando da casa, das refeições e de todas as rotinas que ritmam a vida doméstica. Não fica, porém, confinada em casa:

(...) tenho o jardim, certas coisas da vinha, às vezes vou ajudá-lo.

Existe um entendimento tácito relativamente às esferas de poder de cada membro do casal. O marido clarifica isso mesmo quando pergunto como tem sido a experiência de passar mais tempo só a dois.

Ele: Passa-se bem porque temos esta separação. Eu tenho a rua e ela tem a casa.

Ela: Eu também tenho a rua!

Ele: Mas eu não tenho a casa. Ela tem a rua e a casa e eu tenho só a rua. (...) Ela é uma excelente dona de casa, não preciso de pensar em nada, absolutamente nada.

Ambos concordam que a experiência de vida como casal reformado tem-se revelado positiva porque, apesar de ter perdido alguma liberdade, Lurdes não contesta o papel de doméstica que já era o seu antes de regressarem. Quanto ao marido, organizou o quotidiano em torno de rotinas que lhe permitem passar boa parte do dia fora do espaço doméstico.

Vou dar a minha voltinha, tomo o pequeno-almoço, e depois faço duas, três horas na agricultura. Consegui integrar-me num grupo de reformados (...) vou beber o meu aperitivo com eles.

Na prática, continua a existir, dentro do casal, uma divisão espacial e de tarefas, coincidente com a vida anterior à reforma – pois Lurdes já era doméstica há cerca de duas

décadas – e coerente com as normas de género da sociedade envolvente.¹⁵⁰ Contudo, o regresso ao meio rural coloca Lurdes em desvantagem comparativa em relação ao meio urbano onde vivia anteriormente, que possibilitava uma maior autonomia. É o próprio marido, consciente da perda de liberdade que a mudança de contexto de vida significa para a esposa, que faz esta análise.

[Na Suíça], ela tinha liberdade de se levantar de manhã e fazer o que queria e neste momento já não tem essa liberdade. Faz o que quer, mas depende de mim. Não dependia de mim, porque eu trabalhava e ela saía de manhã (...) não precisava de me dizer. Fazia a vida dela, como fez sempre. O problema é que, *aqui*, é dependente e *lá* não era.

Já, no caso dele, é a permanência na Suíça, após a reforma, que representa uma perda de liberdade e um fechamento de horizontes. Mudar-se para Portugal significou, para ele, uma vida em liberdade, ao ar livre, em contraponto com a vida ideal-típica de um reformado de apartamento, cujo estilo de vida ele rejeita.

[Na Suíça, os] amigos trabalham... não sinto saudades de me ver fechado num apartamento (...) Neste momento, não tenho saudades. Levantar-me de manhã e ter que ir ao café, ler o jornal, voltar para casa para almoçar... ir jogar às cartas duas horas, voltar para casa para dormir a sesta, ver televisão... nem isso faz parte da minha cultura. Tinha saudades disto [em Portugal], da minha liberdade... apetece-me, faço, não me apetece, não faço. Livre, completamente livre, autónomo.

Esta citação mostra que, a decisão de regressar a Portugal ou ficar na Suíça contém questões mais profundas, que tocam nomeadamente à identidade de género e ao estatuto social: o que é ser homem quando se deixa de ser trabalhador? A passagem à reforma implica da categoria “no ativo” para a categoria “reformado/a”. Nas mulheres, a transição para a reforma é marcada por uma certa continuidade no plano familiar e doméstico, ficando elas com mais tempo para as atividades que já vinham desempenhando além do trabalho pago e ganhando tempo para outras, de lazer. Já, no caso dos homens, são muitos aqueles que têm uma identidade fortemente ancorada no papel de “trabalhador migrante”. Consequentemente, o fim da vida profissional pode significar uma rutura identitária, sobretudo quando não existem outras formas de inserção (pelo associativismo ou desporto,

¹⁵⁰ Normas que remetem para uma divisão tradicional “esfera pública/masculino” vs “esfera privada/feminino”, dicotomia que sustenta uma ordem de género desigual nas sociedades modernas ocidentais (Aboim, 2012).

por exemplo). Nestes casos, a permanência na Suíça deixa de lhes fazer sentido e o regresso impõe-se como uma forma de dar um significado/propósito a esta nova fase da sua vida.

7.1.2 Regressar na reforma: a influência do género

Quer se trate de uma migração laboral ou de uma migração de regresso, nem sempre a mudança de país é consensual no casal. Os quatro casos apresentados na secção anterior focam-se precisamente em situações de divergência e expõem alguns dos motivos de discordância entre marido e mulher relativamente a um eventual regresso a Portugal. Nalguns casos, essas divergências já existiram no passado, quando se deu a primeira migração, nos anos 1980. Mais concretamente, nos quatro casos aqui apresentados, os maridos foram os iniciadores da emigração: partiram primeiro, sozinhos, com ou sem contrato de trabalho. Em todos estes casos, as mulheres juntaram-se aos maridos pouco tempo depois, acompanhadas, ou não, pelas suas crianças. Mais de três décadas depois, para alguns destes casais, a história repete-se, desta vez em sentido contrário.

Uma abordagem superficial poderá concluir que as mulheres desempenham um papel passivo de seguidoras nestes processos migratórios – até porque foram apresentados quatro exemplos em que os maridos desejam regressar, contrariamente às esposas. Contudo, por vezes sucede o oposto, como veremos mais à frente nesta secção. Uma abordagem mais aprofundada permite realçar contornos menos visíveis, reveladores da capacidade de ação destas mulheres migrantes, já casadas e mães quando emigraram.¹⁵¹ Na realidade, tanto a sua ida (emigração) como a sua vinda (regresso) resultam de uma escolha própria, colocando por vezes em xeque os projetos dos cônjuges, como no caso de Simão, que regressou a Portugal sozinho e vive, contrariado, uma conjugalidade à distância; ou no caso de Mariana, cujo marido aceitou a escolha dela e foi ficando. A posição negocial dos

¹⁵¹ O papel da mulher no projeto migratório inicial não é o tema deste texto. Importa precisar que várias das mulheres entrevistadas emigraram solteiras. Entre as mulheres casadas que se juntaram aos maridos na Suíça, muitas fizeram-no essencialmente por dois motivos: evitar que eles desistissem do empreendimento logo no primeiro ano (salvar o projeto migratório) ou evitar uma não desejada desunião que pudesse resultar de um afastamento prolongado (salvar o casamento). Em ambos os casos, elas tiveram um papel ativo e apesar de não iniciarem o projeto migratório, fizeram-no seu e moldaram-no ao longo do tempo. No momento de decidir acerca de um eventual regresso, as que têm alguma autonomia financeira dispõem de uma margem de manobra que usam para adiar ou travar a decisão e, por vezes, optam por viver parte do ano longe do marido, em vez de regressarem juntamente com eles.

dois membros do casal é, porém, muitas vezes, desigual. O caso de Lurdes é disso exemplo: a sua curta trajetória profissional devido a um problema de saúde colocou-a na dependência financeira do marido e tolheu-lhe autonomia de decisão, tendo ela ficado “surpreendida” com a súbito (porém esperada) decisão de regresso decidido por parte do marido. Já, no caso de Catarina, a decisão de regressar permanentemente foi tomada num tempo mais lato, tendo ela inicialmente optado por ficar junto da filha, graças à sua parca pensão. Porém, percebe que “para lá ficar, não dava” financeiramente, além de que não lhe faz sentido viver esta fase do ciclo de vida longe do marido.

As entrevistas revelam a diversidade dos fatores ponderados durante o processo de tomada de decisão, tais como a família (a sua composição e a sua dispersão geográfica), o estado de saúde dos membros do casal, o património/ bens imobiliários (herdados ou adquiridos), os territórios de referência em ambos os países (urbano/ rural), os rendimentos de que dispõem ou irão dispor no fim da vida ativa ou ainda os regimes fiscais num e noutro país. Estes fatores tanto podem conduzir a uma decisão favorável ao regresso ao país de origem, a uma fixação no país de residência, ou ainda à mobilidade entre dois ou mais lugares de referência.

Na hora de decidir, é feito o balanço entre recursos disponíveis (monetários, materiais e afetivos), por um lado, e constrangimentos (custos com saúde e habitação, fiscalidade, distância da família), por outro. No processo de tomada de decisão, além dos membros do casal, outros membros da família intervêm frequentemente, direta ou indiretamente, como veremos mais adiante. Por exemplo, netos e netas, sobretudo quando são pequenos/as, desempenham também um papel importante na fixação dos avós no país de residência. Durante o trabalho de campo, verifiquei que o nascimento de um/a neto/a é um evento que concorre para o adiamento do regresso. “A mulher até agora queria ir para Portugal, mas agora nasceu a [primeira] netinha...” conta Óscar, que vai e vem regularmente entre os dois países desde que obteve a reforma antecipada, há cerca de quatro anos, enquanto a mulher, dez anos mais nova, continua empregada. Perante o alargamento inesperado da família, partir para Portugal quando ele completasse 65 anos tornou-se um horizonte incerto.

À primeira vista, este exemplo encaixa no cliché ‘as mulheres não querem regressar porque estão mais ligadas às/aos filhas/os’. Os dados recolhidos revelam, porém, que o mesmo sucede no masculino. Sérgio tinha completado 39 anos de trabalho na Suíça quando o conheci, faltava-lhe menos de um ano para a reforma e planeava regressar a Portugal nessa ocasião, em 2020. No entanto, o projeto foi alterado poucos meses depois,

quando se tornou avô pela primeira vez: “Vou ficar aqui por agora”, admitiu, feliz por partilhar a boa notícia. De repente, a reforma passou a ser projetada “cá” [na Suíça] e já não “lá” [em Portugal], contrariamente ao previsto. Quando o visitei, em abril de 2021, Sérgio era o principal cuidador da neta, enquanto a esposa, mais nova, continuava ativa profissionalmente. Afinal, se foi capaz de tomar conta dos filhos quando eram pequenos (já em contexto migratório), será, também hoje, capaz de tomar conta da neta, retorquiu confiante, quando lhe perguntei como se sentia no papel de reformado-avô-educador.

Verifica-se, portanto, que os avôs desempenham um papel por vezes mais importante do que as avós. Tal situação deve-se ao facto de, frequentemente, os homens alcançarem a idade da reforma mais cedo do que as suas esposas (seja porque existe uma diferença etária no casal, sendo ele mais velho, seja porque nalguns setores, como a construção, se alcança a pré-reforma aos 60 anos) e ficarem, por isso, com mais disponibilidade para cuidar das netas e dos netos. Este papel de cuidador e a forte ligação afetiva que vão criando com as/os netas/os pode interferir nas intenções iniciais e, até, inverter a atitude perante o regresso no seio do casal. Telmo, por exemplo, mostra-se renitente em regressar porque não se vê a viver longe dos netos de quem cuida há largos anos. Já, a esposa, que está prestes a reformar-se, ambiciona regressar. Os netos já estão crescidos, uns adolescentes, outros em idade escolar e, portanto, não sente que precisem dela, nem tão pouco desenvolveu com eles uma relação tão sólida quanto o marido.

Na análise do processo de tomada de decisão, revela-se indispensável aceitar o repto de Maria do Mar Pereira (2023) e ir além de uma utilização binária do género, uma vez que “essa abordagem tende a exagerar a homogeneidade interna de cada categoria. Como tal, negligencia as diferenças entre pessoas da mesma categoria”. No caso que nos ocupa, trata-se de ir além da dicotomia “homens/regressar vs mulheres/ficar”, para alcançar um olhar mais complexo e fazer emergir as *nuances* que compõem o fenómeno migração de regresso. Importa assim analisar as diferenças dentro de cada categoria (mulheres/homens), bem como as semelhanças entre ambas as categorias, tal como sugere Pereira.

Tomando o exemplo do cuidar (*care*), constatamos que é uma tarefa assumida tanto por mulheres como por homens e que, quando assim é, a relutância em regressar está presente tanto nas mulheres como nos homens. Na literatura, o desejo de ficar no país de residência atribuído às mulheres tem implícita a ideia (patriarcal) de que elas estão mais ligadas à família, já que o domínio do cuidar é “feminino”. Este pressuposto não corresponde à verdade, como vimos, e subentende uma rigidez dos atributos de género quando, na realidade, no contexto migratório em análise, é possível observar uma certa fluidez do

género, mesmo em gerações mais velhas. Uma constatação feita também em estudos sobre famílias portuguesas emigradas na Alemanha e em França. Efetivamente, Maria Engrácia Leandro (2002, p. 61) observa que “os papéis masculino-feminino são agora menos delimitados” e constata “uma maior permuta dos papéis domésticos atribuídos, tradicionalmente, aos homens e às mulheres e a passagem de uma forma familiar hierarquizada para uma outra mais igualitária” (Leandro, 2002, p. 63). Perante novas realidades, a ausência de uma rede de apoio familiar e o assalariamento das mulheres,¹⁵² os homens foram tendo uma maior participação na esfera doméstica e nos cuidados às crianças. As minhas observações corroboram as de Leandro. De realçar também que esta flexibilização dos papéis sociais tradicionais decorre de um consenso familiar que sustenta o projeto migratório, o qual se resumiu, para grande parte dos casais nascidos entre finais dos anos 1940 e início dos anos 1960, na tríade trabalhar-poupar-regressar e favoreceu o trabalho assalariado das mulheres, comprometendo a sua disponibilidade na esfera doméstica.

O que alguns exemplos aqui trazidos mostram é que o recorte das esferas trabalho produtivo/ trabalho reprodutivo não é assim tão linear, nomeadamente nos casais em que elas continuam a trabalhar e são eles que dispõem de tempo para cuidar das crianças. E, portanto, não só a diversidade é maior dentro do grupo “homens” e de grupo “mulheres”, como as semelhanças entre mulheres e homens são mais acentuadas, em contexto migratório, do que muitas análises dão a entender.

Uma diferença de género assinalável prende-se com a forma como mulheres e homens experienciam a mudança de contexto rural-urbano e urbano-rural, uma mudança com implicações importantes em termos de bem-estar individual. Enquanto o regresso ao mundo rural é apresentado com entusiasmo pelos homens, ele suscita resistências em muitas mulheres. Na verdade, as mulheres reticentes em regressar não contestam a mudança de país, em si, mas antes os efeitos produzidos por uma (re)instalação no mundo rural. Efetivamente, as observações realizadas com casais já regressados, em particular os que se fixaram em meios mais pequenos e pouco cosmopolitas, permitem observar uma reintegração diferenciadas nas mulheres e nos homens, que se traduz, no caso das mulheres, num enfraquecimento da sociabilidade e uma reduzida circulação autónoma no espaço público, enquanto, no caso dos homens, se observa um efeito contrário. Tal situação deve-se aos efeitos conjugados da reforma com a mudança de país, que também

¹⁵² De referir que todas as mulheres entrevistadas trabalhavam antes de emigrarem. A maioria, porém, no âmbito da economia familiar ou informal.

coincide amiúde com uma mudança urbano-rural. Assim, mais do que um efeito da migração de regresso, esta será uma consequência de uma migração entre contextos onde vigoram normas de género distintas. O meio rural caracteriza-se por um maior interconhecimento e um controle social mais forte, especialmente para as mulheres, as quais, no estrangeiro, viviam geralmente em meio urbano e de forma independente, sem estarem submetidas ao escrutínio da vizinhança ou família.

Em suma, os papéis de género não são permanentes, são antes negociados dentro de contexto específico. Se partir para o estrangeiro possibilita uma maior flexibilidade e permuta de papéis, o regresso às localidades de origem pode, no entanto, voltar a alterar a ordem de género.

Esta permutabilidade pode ser observada tanto no espaço como no tempo e uma mesma pessoa ou casal pode alternar a sua posição em relação ao regresso em determinados momentos do percurso de vida. O caso de Antónia e Miguel ilustra bem este propósito. Entre 1979 e 2017, o casal emigrou três vezes em cada sentido, somando outros tantos regressos. O cônjuge que iniciava a migração ia alternando, consoante a (in)satisfação decorrente das respetivas situações profissionais e o percurso escolar das filhas.

O meu homem, primeiro, não gostava da Suíça, era eu que gostava. Depois, era ele que gostava e eu que me queria vir embora. E andávamos assim, [puxava] um para cada lado. (...) E agora, ele gostava de lá estar, e eu [disse]: vamos embora, não estamos aqui a fazer nada, vamos embora.

Esta citação é exemplar em dois aspetos: por um lado, salienta a vantagem de uma perspectiva diacrónica, por outro, mostra que os papéis de género não são imutáveis, mas, sim, constantemente negociados e redefinidos e que, portanto, não devemos ceder a afirmações estereotipadas *eles isto, elas aquilo*, tal como Mirjana Morokvašić (1984, 2014) e Paulo Monteiro (1994) já haviam sublinhado.

Apesar do campo de estudos “género e migrações” estar hoje bastante consolidado, são ainda escassos os trabalhos em que as/os investigadoras/es abandonam esquemas mentais incorporados que impedem a deteção de modos de ser e fazer (dos indivíduos observados) que escapam às representações tipificadas (e muitas vezes essencializadas) mulheres/homens.¹⁵³ Isto leva Morokvašić (2014) a realçar o seguinte paradoxo: “embora muitos estudos insistam tanto nos ganhos como nas perdas, a ideia generalizada é de que

¹⁵³ Continua a ser comum fazer-se uso do conceito *género* como se fosse intercambiável com a variável *sexo*, usando-se, por exemplo, “género masculino” para referir “homens”.

o poder de negociação e a autonomia de uma mulher aumentam com a migração” (p.367-368). Desta ideia decorre o entendimento de que as mulheres têm a perder com o regresso ao país de origem. Convém, porém, não transpor apressadamente conclusões de um determinado terreno de pesquisa para outro, mas antes situar a análise nos contextos de partida e de chegada específicos dos/as migrantes, considerando as forças sociais, políticas e económicas que ela/ele enfrenta/ou. Caso contrário, incorremos no risco de nos deixarmos guiar por “imaginários de género” (*gendered imaginaries*) e “imaginários sobre a migração e as pessoas migrantes” (Morokvašić, 2014, pp. 360-362) em vez da realidade observável. Conclui-se que nem tudo o que vem na literatura serve de ponto de comparação para a análise da situação dos casais portugueses.

7.1.3 Regressar na reforma: a influência do percurso de vida

Na tomada de decisão relativamente à migração de regresso, um dos aspetos mais relevantes prende-se com a idade e o momento (*timing*) do percurso de vida em que a pessoa se situa. Regressar quando se tem trinta, quarenta, cinquenta ou sessanta anos, com ou sem família a cargo, tem, obviamente, implicações diferentes em termos de integração social e profissional.

À reforma está associada uma maior liberdade de movimento, não havendo mais obrigações profissionais. Porém, como já vimos, podem existir outro tipo de obrigações, nomeadamente familiares, incumbindo muitas vezes aos avós responsabilidades de cuidados, pontuais ou regulares. Assim, o momento do percurso de vida em que se encontram as pessoas próximas (*significant others*) também importa e pode influenciar a temporalidade do regresso ou a própria decisão de (não) regressar.

Um segundo aspeto desta discussão prende-se com os efeitos cumulativos de experiências passadas. As opções disponíveis no momento da reforma, nomeadamente em termos de diversas formas de mobilidade (residencial ou de lazer, por exemplo), são o resultado do percurso de vida e dos diversos tipos de capital que a pessoa, ou o casal, acumulou. Deste percurso decorrem, por exemplo, os rendimentos, o património e o estado de saúde no momento da reforma, bem como o acesso a diversos recursos que favorecem, ou não, a mobilidade e/ou o regresso.

São de assinalar disparidades várias dentro do casal associadas a percursos de vida genderizados. Assim, a entrada das mulheres na esfera laboral – tanto no país de origem como em contexto migratório – através de trabalho *não declarado*, ao qual não estão

associados quaisquer direitos, nem descontos para o desemprego ou para a reforma, coloca-as em desvantagem em relação aos homens. Estes, por sua vez, não só tiveram mais facilmente acesso a contratos de trabalho (e fizeram os respetivos descontos) como tinham empregos a tempo inteiro.

No contexto suíço, estas assimetrias de género resultam de estruturas de oportunidades desiguais criadas pela inter-relação entre regime migratório e regime de género. Elas têm implicações duradouras no percurso de vida e repercussões em termos de assimetrias de poder nos casais, que se repercutem nos recursos económicos disponíveis na reforma e se tornam mais evidentes quando não existe consenso em relação aos projetos futuros de mobilidade.

7.1.4 Regressar na reforma: a influência da família

O processo de tomada de decisão da migração de regresso é complexo e multidimensional. Além do casal, por vezes, outras pessoas intervêm no processo. Assim, regresso e não regresso podem resultar de um acordo ou desacordo entre marido e mulher, mas também podem ser o resultado de uma *decisão influenciada* ou de uma *decisão partilhada* entre o casal e as pessoas próximas. Já Warnes e Williams (2006, p. 1266) haviam referido que “a maioria dos migrantes mais velhos toma decisões residenciais de acordo com o agregado ou grupo familiar e alargado”.

Efetivamente, os dados empíricos indicam que filhos e filhas do casal por vezes encorajam o regresso, e, outras vezes, o desencorajam e até apoiam (materialmente) o não regresso ao país de origem numa base permanente. No capítulo anterior, vimos o caso de Francisca, cuja filha ajudou financeiramente os pais, permitindo-lhes ficar na Suíça mais uns anos após a reforma, numa lógica de solidariedade mútua em que eles forneciam o apoio familiar de que ela precisava para as suas filhas pequenas e ela assumia uma parte das despesas fixas deles.

Pode, portanto, haver uma influência de membros da família que não coabitam com o casal, isto é, filhos/as que já se autonomizaram, ou netos/as, em particular quando os avós fazem parte dos “acordos de cuidados” (*care arrangements*). Familiares que ficaram no país de origem (referidos na literatura por “*left behind*”) também podem desempenhar um papel decisivo quando existem laços afetivos fortes (por exemplo, mães/pais, irmãs/irmãos)

Tomemos o caso de Irene, 60 anos. É com uma voz trémula, que ela fala do dilema no qual se encontra desde que tomou noção de que já só faltam quatro anos para ela alcançar a idade da reforma. Ela dedica quase todo o seu tempo livre à família, sobretudo aos mais novos e é com emoção que explica:

Todos os dias vejo os meus filhos, os meus netos (...) Se eu digo aos meus netos que estou de folga, eles vêm todos cá para casa. Ainda agora, estive duas semanas de férias, e durante cinco dias tive os sete [netos e netas] aqui em casa. Eles adoram vir para aqui.

A questão de um eventual regresso dos avós a Portugal inquieta e cria ansiedade tanto a Irene como aos netos e netas:

Somos muito ligados. É isso que me faz... que me faz mal. E quando começo a pensar nisso, choro, eles choram... olhe, é uma desgraça.

E toda a família está mobilizada na procura de uma solução para a futura precarização económica que irá atingir o casal quando ela cessar a sua vida profissional.

[O meu filho e a minha filha sentem-se] tristes. Eles não querem que a gente vá. Eles não querem e a minha filha já me disse: “Mãe, vamos tentar arranjar maneira de vocês ficarem aqui, vamos ver o que se pode fazer”. O meu filho, a mesma coisa, mas vá lá... [silêncio] Ainda falta quatro anos.

A família em Portugal também desempenha um papel tanto na intenção como na concretização do regresso. Ter mãe e/ou pai vivos, ter uma relação próxima com irmãs/irmãos ou outros membros da família influencia a frequência das viagens a Portugal quando se vive no estrangeiro e torna igualmente mais provável um regresso ao país de origem. Nas entrevistas surgem referências a uma mãe ou um pai idoso, uma irmã, sobrinhas, pessoas que representam um elo de ligação/um vínculo ao lugar de origem, e um motivo adicional para regressarem.

Armanda e Mário têm dois filhos e quatro netos/as que ajudaram a criar e, hoje, são adolescentes. O casal entende, por isso, que já os/as netos/as não precisam tanto dos avós. Por outro lado, a mãe de Armanda ainda é viva e necessita de cuidados.

As minhas noras não queriam que a gente fosse embora, nem pensar, houve uma que começou logo a choramingar e depois o meu filho mais novo disse: então, mas eles estão melhor lá em baixo na reforma do que estão aqui. E é verdade...

Estes exemplos ilustram que, no momento da reforma, não raras vezes o regresso deixa de ser assunto de quem, de facto, emigrou para passar a ser um *assunto de família*. Armanda e Mário regressaram a Portugal no início de 2020 e ela ainda cuidou da mãe em casa, de forma alternada com a irmã e irmão, até ela falecer dois anos mais tarde.

Também Simão e Óscar referem as respetivas mães, idosas, com quem gostariam de passar mais tempo, como motivo adicional em favor de um regresso.

Gostaria de voltar a Portugal. Tenho as minhas origens em Portugal, tenho a minha mãe viva, com 87 anos, e tenho a minha irmã. [Simão, viveu na Suíça de 1987 a 2019]

Era muito pegado à minha mãe, ainda sou (...). E eu estava naquela coisa de que quando apanhasse a reforma (...) havia aquela coisa de eu lhe fazer companhia, porque o meu pai faleceu e ela estava sozinha. E era uma maneira [de] passar mais tempo com a minha mãe, etc. [Óscar, emigrado desde 1972]

Em numerosos casos, a ligação com a família ascendente e colateral está associada ao desejo de voltar a viver em Portugal de forma mais permanente. Mas, mais uma vez, podem verificar-se divergências no casal. Telmo e a esposa emigraram em finais dos anos 1970. Ambos já atingiram a idade da reforma, porém ela continua a fazer umas horas de limpeza. Contrariamente à esposa Telmo gostaria de ficar na Suíça. Ele assumiu um papel ativo e muito relevante no apoio aos netos e desenvolveu com eles vínculos fortes. Nas discussões em família, os netos, por sua vez, também se posicionam em relação a um eventual regresso dos avós.

Sou eu é quem está sempre com eles, está a ver? Eles gostam da avó, mas estão mais ligados a mim porque sou eu que ando sempre com eles para aqui, para ali... (...) Quando nós falamos disso, os netos dizem assim ‘Ó vó, tu vais para Portugal, o avô fica cá com a gente’.

A esposa de Telmo mantém vínculos fortes com a família alargada que vive no lugar de origem, perto da casa que eles construíram.

Ela tem lá uma irmã que mora perto da nossa casa e tem uma sobrinha que mora lá ao lado também e tem crianças pequenas. E tem outro sobrinho, moram todos ali ao lado. Pronto, tem aquela família toda... também são família, não é? São os sobrinhos dela... eu dou-me bem com eles, não é? Mas enfim...

Telmo levanta a questão da família e da rede social. Quem faz parte da “minha” família? Que relações (de proximidade) se desenvolvem com parentes que estão longe e com amigos/as ou vizinhos/as que estão perto? Estas são questões que valeria a pena explorar com

maior profundidade no contexto das famílias transnacionais, inspirando-se nomeadamente nas reflexões desenvolvidas por Elizabeth Bott (1976 [1957]) no seu livro *Família e Rede Social*. Como mostra a autora, existem consideráveis variações nas redes familiares dos casais, assim como nas redes de cada cônjuge. Além disso, uma maior ou menor interconexão e coesão dessas redes impacta nas expectativas recíprocas e nos papéis de cada membro do casal. Os dados do presente estudo apontam, igualmente, para uma influência da densidade, ou "malha", das redes familiares nas intenções de mobilidade transnacional e/ou de regresso na hora da reforma.

Para compreender melhor estes nós no momento presente, importa adotar um olhar retrospectivo e analisar como os vínculos de parentesco em contexto migratório foram/são vividos e como variaram ao longo do percurso de vida. Dentro da rede familiar, que papéis desempenham marido, mulher, respetivos/as pais/mães, filhos/as e outros familiares próximos, no país de residência e no país de origem? Que expectativas recíprocas existem, por exemplo, ao nível dos cuidados (*expectations of care*) – ou da economia dos bens simbólicos, “economia das coisas sem preço”, na terminologia de Bourdieu (1994, p. 181) – nomeadamente entre a primeira geração (migrantes) e segunda geração (descendentes)? Estas expectativas influenciam, como temos vindo a perceber através de vários exemplos, a decisão de (não) regressar, assim como os padrões de mobilidade adotados após a reforma – este último ponto será examinado mais adiante, na secção 7.3.

7.2 Lugares de regresso e lugares de não regresso

Partir!

Nunca voltarei.

Nunca voltarei porque nunca se volta.

O lugar a que se volta é sempre outro,

A gare a que se volta é outra.

Já não está a mesma gente, nem a mesma luz, nem a mesma filosofia.

Fernando Pessoa (1944). *Poesias de Álvaro de Campos*. Ática

O termo *lugar* é utilizado em referência a espaços geográficos atravessados por relações sociais que fazem deles muito mais do que somente uma localização no mapa. Esta ideia de que o lugar estrutura relações sociais é defendida por John Agnew (1990, p. 90), que sublinha o caráter elástico do conceito e o desdobra em três níveis: a localização (ponto

geográfico no mapa), o local (quadro no qual as relações sociais ocorrem, podendo ser uma instituição como a escola, a igreja ou um espaço informal) e o *sense of place* (apego afetivo e subjetivo para com um espaço, no qual vivemos ou crescemos em criança). Por sua vez, Doreen Massey (1991) salienta que os lugares não são estáticos e que, embora cada lugar tenha a sua singularidade, não tem uma “identidade” única, são antes espaços onde diversas identidades se confrontam. Ou seja, os lugares são continuamente (re)produzidos.

Na presente análise, entende-se que sair de/voltar a determinada aldeia, vila ou cidade é sair de/voltar a determinado lugar onde a pessoa que emigra/regressa teceu relações. Ali dispõe de redes (familiares e de vizinhança, mais ou menos densas), ali estabeleceu ligações, através da participação em celebrações locais (por exemplo, as vindimas, a festa do santo padroeiro) e através de memórias de eventos pessoais significativos (como o casamento e o nascimento das crianças). Ada Mourão e Sylvia Cavalcante (2011) frisam que o lugar onde se nasce, se vive ou viveu são importantes para o processo de construção identitária de cada um/a. Aline Brochot e Martin La Soudière (2010) destacam a pertinência científica do conceito “lugar” e o seu regresso em força nas ciências sociais a partir dos anos 1990 como uma “noção multiforme e multiusos” (p. 7), transversal a várias disciplinas. Salientam que “lugar” se encontra “dotado de uma densidade semântica muito particular” e acrescentam que quando não é investido de *sentido*, um lugar é simplesmente o fragmento de um espaço. Estes autores evocam a casa, a cidade e a região como exemplos de “lugares-matrizes, necessários à construção de si e à elaboração da relação ao mundo, e ao outro” (Brochot & La Soudière, 2010, p. 6-8). Pierre Nora, na sua obra colossal “*Les lieux de mémoire*” (1984-92), realça que os lugares cristalizam a memória e que tanto podem ser constituídos por matéria como serem imateriais e existirem somente no imaginário. O historiador afirma que “lugar de memória” é um objeto investido emocionalmente e escapando, assim, ao esquecimento.

Tanto o aspeto imaterial como emocional e simbólico são particularmente revelantes na análise sobre o “regresso”, uma vez que ele é projetado, idealizado, adiado, reavaliado, reconfigurado, numerosas vezes antes de ser concretizado. O regresso é sempre pensado em relação a um lugar – a maior parte das vezes, o lugar de onde se partiu, e com o qual se poderá ter uma ligação afetiva positiva, negativa ou ambivalente, como veremos mais à frente. A relação que as pessoas constroem com os seus diferentes lugares de vida (que podem multiplicar-se em função de sucessivas experiências migratórias internas e internacionais) resulta de um processo de mudanças permanentes. Recorrendo ao conceito de

“geografia do espaço-tempo” proposto pelo geógrafo sueco Torsten Hägerstrand nos anos 1960, que aborda conjuntamente as relações entre as atividades das pessoas, os espaços e as temporalidades, é possível mostrar os efeitos recíprocos destas dimensões e a forma como se entrelaçam. A frase de Fernando Pessoa – *o lugar a que se volta é sempre outro* – toma então todo o seu sentido: a relação com os lugares é dinâmica e tal como as pessoas, os lugares de onde elas partiram e aos quais regressam ocasionalmente ou regularmente, mudam ao longo do tempo. Esta evolução das pessoas e dos lugares dificulta, não raras vezes, a reintegração social após o regresso, como também pode ser motivo para não querer voltar. Como refere o geógrafo Tim Creswell (2004), *place/lugar* tem sido um conceito contestado e é objeto de debate há várias décadas. Apresenta, porém, a vantagem de ser ao mesmo tempo o objeto que vemos e a forma de o olhar. *Place/lugar* “é basicamente o espaço investido de sentido num contexto de poder” (p. 12).

Por outro lado, o termo “lugar” remete também para a posição social que a pessoa ocupa nos espaços socioeconómicos e culturais nos quais vive/viveu. Esses lugares são atribuídos de acordo com os diversos capitais de que a pessoa dispõe. Assim, o emigrante-agricultor-assalariado na sociedade de origem tornar-se-á frequentemente imigrante-pe-dreiro ou imigrante-fabril na sociedade de destino, porque desprovido de certificados de habilitações que lhe deem acesso a outras profissões. Poderá, no entanto, voltar à sociedade de origem, como trabalhador por conta própria graças ao capital que conseguiu amealhar (veja-se, a título de exemplo, o estudo de Portela e Nobre, 2001). A experiência migratória contribui, assim, para melhorar a posição na escala social na sociedade de origem. Na literatura sobre a emigração portuguesa, são frequentes as menções ao efeito “mobilidade social” da migração (veja-se, por exemplo, Marinho Antunes, 1981; Baganha, 1998; Leandro, 2004).

Em todo o caso, os lugares, enquanto espaço geográfico, importam porque forjam traços identitários, mas são também espaços relacionais e históricos, realça o antropólogo Marc Augé (1994 [1992]). Além disso, os lugares podem “fundamentalmente moldar o imaginário de regresso dos migrantes” (Sampaio, 2017, p.60). Partindo da premissa de que a dimensão espacial das migrações assume particular relevância na migração de regresso, mais adiante, analiso os lugares espaciais e sociais para onde se quer, ou não quer, regressar na reforma.

Em suma, o lugar é um conceito elástico, cujas fronteiras cruzam diversos planos: espacial, social, emocional. É, também, atravessado por várias escalas: uma pessoa migrante pode sentir uma ligação afetiva com um espaço geográfico ou sociocultural ao

nível local ou nacional do país (onde vive/viveu) e/ou sentir uma ligação ao nível do prédio ou do bairro (Palladino, 2019). Os lugares de regresso são simultaneamente espaços físicos e imaginados, compostos por elementos identitários (há/não há identificação com o lugar) e expectativas de mobilidade (social).

Antes de examinar para onde estão a regressar as pessoas vindas da Suíça que participaram neste estudo e quais as lógicas por detrás da escolha dos lugares de regresso, vejamos o que diz a literatura sobre esta questão.

Grande parte da literatura sobre “emigração portuguesa” analisa movimentos unidirecionais, de saída ou de entrada de/no território português. De notar, que diversas publicações são dedicadas ao estudo dos movimentos de regresso em regiões específicas, com uma predominância em concelhos do Norte e Centro de Portugal: Beira Interior (J. Martins, 1986), Coimbra (Rocha-Trindade, 1987), Nordeste interior português (Cepeda, 1991), Viseu (N. Santos, 1991), Ponte de Lima (Roca, 2000), Bragança (Portela & Nobre, 2001), Boticas (Gonçalves, 2010). Contrariamente a esses estudos, que se cingem a um espaço definido por fronteiras administrativas, a presente investigação centra-se *nas pessoas*, procurando seguir os seus movimentos entre origem e destino.¹⁵⁴

7.2.1 Lugares de regresso: o que diz a literatura?

Para onde regressam as pessoas que estiveram emigradas quando voltam a Portugal? Esta é uma questão recorrente nos estudos migratórios e uma pergunta sistemática nos inquéritos relativos às intenções de regresso. Pretende-se, pois, saber a localização geográfica deste movimento imigratório de nacionais. Tanto os censos como diversos estudos sobre o fenómeno do regresso realizados desde finais dos anos 1970 têm dado elementos de resposta. Por um lado, analisam estatísticas para aferir que concelhos e regiões vão ganhando/perdendo população migrante década após década e qual o perfil sociodemográfico da população que regressa. Por outro lado, os autores que estudaram o fenómeno, emitiram algumas hipóteses explicativas para o regresso/ não regresso para os concelhos e regiões de onde partiram.

Michel Poinard (1983a) é um dos primeiros a debruçar-se sobre o assunto, ainda nos anos 1970. Analisa os “processos de portugueses que optaram por receber ‘ajudas de

¹⁵⁴ O termo “origem” deve ser entendido, aqui, como espaço geográfico de onde a pessoa saiu num determinado momento e não deve ser confundido com a origem no sentido de naturalidade.

custo' para o regresso" (p. 33) previstas pelo programa de incentivo ao regresso no seguimento da crise que abalou a economia francesa nos anos 1970. Ao comparar o local de nascimento e a morada da família em Portugal após o regresso, observa que "o essencial dos emigrantes provinha do campo e, destes, 90% reinstalaram-se no concelho de nascimento ou num concelho limítrofe (que corresponde geralmente ao concelho natal da esposa)" (Poinard, 1983a, p. 38).

A localização geográfica após a reintegração em Portugal do ex-emigrante também é um dos aspetos analisados no estudo "Retorno, Emigração e Desenvolvimento" coordenado por Manuela Silva (1984) onde os/as autores/as sublinham que "a primeira conclusão importante a retirar quanto ao regresso dos emigrantes para Portugal, tendo em conta a sua reinserção geográfica, é que 90% dos que responderam a essa questão disseram ter regressado para a mesma freguesia onde viviam antes de emigrar, o que revela a existência de um movimento de emigração-regresso predominantemente de tipo pendular: volta-se sobretudo para o local de partida" (p. 111). Os/as autores/as referem ainda que esta tendência "aumenta em função da idade actual dos inquiridos (...) ou seja, a idade favorece a fixação nos locais de origem" (p. 111).

Nas décadas de 1980 e 90, realizam-se em Portugal vários estudos sobre o "regresso de emigrantes", a sua reintegração e impacto no desenvolvimento regional, que se focam na análise de territórios específicos: o Nordeste interior é analisado por Francisco Cepeda (1991), os concelhos de Sátão, Tondela e Viseu são analisados por Norberto Pinto dos Santos (1991), o caso de Ponte de Lima é estudado por Maria da Nazaré Roca (2000), o regresso à freguesia de Pinela, no concelho de Bragança, é analisado por José Portela e Sílvia Nobre (2001) e o caso do Pinhal Interior Sul por Fernando Ribeiro Martins (2011). Nestes estudos, é assumido que as pessoas voltam para os locais de onde haviam partido. A direção deste movimento em sentido inverso pode ter contribuído para uma leitura do regresso como sendo o fecho de um "ciclo migratório", expressão usada por Portela e Nobre (2001, p. 1106), para quem "o retorno à sociedade de partida é o último elo de uma cadeia". Uma ideia que se encontra em diversos autores, nomeadamente Cepeda (1991) quando afirma: "os emigrantes saídos do Nordeste Interior regressam, na sua esmagadora maioria, a esta mesma Região logo que decidem terminar o ciclo natural de emigração" (p. 26).

A construção ou compra de casa e a compra de terras, objeto de grande parte das remessas enviadas, são tidas como elementos que justificam o movimento de regresso a um determinado lugar e o vínculo a esse mesmo lugar, como sublinha Amaro (1985), "a

construção ou compra de casa é um dos projectos mais determinados do emigrante, simbolizando, por outro lado, a ligação a terra e a ideia do regresso” (p. 362), e Cepeda (1991): “os emigrantes, com as primeiras poupanças conseguidas, compraram propriedades rústicas e fizeram ou repararam casas nas suas aldeias. Estava já a perfilar-se, no horizonte do emigrante, o regresso à aldeia, vila ou cidade que haviam abandonado, assumindo a casa e as propriedades rústicas importantes factores de ligação à Região ele onde partiram” (p. 27).

Num documento da Direção Regional do Centro do Instituto Nacional de Estatística onde se analisam os dados do Censo de 1991 relativos ao movimento de regresso dos emigrantes, pode ler-se que “o total dos emigrantes naturais de Portugal, cujo número é de 24.943, ao regressar fixaram a sua residência no seu concelho de naturalidade numa percentagem de 75,51%” (Lucas, 1997, p. 5). O autor destaca, porém, diferenças regionais: concelhos urbanos como Coimbra e Aveiro absorvem uma percentagem bastante elevada de pessoas oriundas de outros concelhos. Aqueles/as que escolheram reinstalar-se num concelho diferente do seu local de nascimento são 61,13% em Coimbra e 48,26% em Aveiro. Isto deve-se, segundo o autor a uma maior dinâmica de emprego nestes concelhos que se tornam, por isso, polos de atração.¹⁵⁵

A preocupação com a localização após o regresso ao país também tem sido incluída em estudos mais recentes. Assim, o inquérito *online* realizado no âmbito do projeto de investigação “Expectativas e experiências de regresso dos novos emigrantes portugueses: reintegração e mobilidades” incluía a pergunta “Pretende regressar para residir em Portugal?” e as seguintes opções de resposta: - Sim, para o concelho onde vivia; - Sim, para outro concelho. Qual?; - Sim, mas ainda não sei para que concelho; - Não, pretendo ficar onde resido; - Não, pretendo ir residir noutro país. Qual?; - Não sei/ainda não decidi. As respostas das 234 pessoas inquiridas residentes na Suíça apontavam para uma elevada intenção de regresso a Portugal (52,6%), com uma maioria a pretender voltar para o concelho onde vivia antes de sair do país (30,8%), enquanto 14,5% ainda não sabiam para

¹⁵⁵ Podemos igualmente supor que uma parte destas pessoas tenham realizado uma migração interna antes da migração internacional. Deste modo, voltam para o lugar de onde partiram e não para o lugar de onde são naturais. Outra hipótese é a “influência dos suportes familiares na fixação”, tal como foi identificado por Rui Pena Pires (2003, p. 208), no caso dos “retornados”: as pessoas “que se fixaram em distritos diferentes daqueles em que nasceram, escolheram preferencialmente as zonas de migrantes oriundos das mesmas regiões”. A explicação é que, no país de origem, as redes (familiares) que podem apoiar a sua reintegração também se deslocam.

que concelho iriam voltar e 7,3% optava por outro concelho (19,2% respondeu que não pretendia regressar e 28,2% que não tinha ainda decidido, totalizando 47,4%).¹⁵⁶

Resumindo este ponto, os estudos realizados até à data em Portugal mostram efetivamente que a maior parte das pessoas que emigraram e regressaram, fizeram-no para o lugar de onde partiram. Importa, no entanto, precisar que esses lugares nem sempre são os lugares de origem (darei exemplos disso mais abaixo). A questão que surge a seguir é: o que leva a maioria das pessoas a regressarem aos lugares onde viveram antes de emigrar? Estudos anteriores apontam razões afetivas (saudades da família e da terra, educar as crianças em Portugal) como principal motivo para o regresso (Amaro, 1985; Portela e Nobre, 2001). Silva e colegas (1984) sugerem que as razões familiares são as que “[pe- sam] mais na decisão de regressar para o ponto de origem (80% dos casos)” (p. 112).

Se admitirmos uma relação entre motivo de regresso e escolha do lugar onde residir após o regresso, talvez possamos compreender a razão por que certas pessoas resistem à ideia de voltar ao lugar de onde partiram e onde, porventura, poderão já não ter família ou pessoas próximas, quando o movimento de regresso se dá numa fase mais avançada da vida, contrariamente ao que tinham imaginado quando partiram. É, aliás, recorrente ouvir-se relatos onde os pais, quando ainda vivos, são o fator principal para os regressos anuais ao lugar de origem, apesar de este raramente corresponder às expectativas de umas “boas” férias. Ricardo e Marta residem na Suíça desde 1986 e afirmam que vão todos os anos a Portugal para passar o Natal com os respetivos pais.

Ricardo: No Natal sempre gostei muito de lá [a Portugal] ir por causa da família... tinha os meus pais... [metia-me no carro e] só parava em casa dos meus pais. E agora, que não estão cá, como tenho o meu sogro, continuo a ir, pelo meu sogro. Um dia, quando ele não estiver, talvez perca... mas enquanto ele for vivo, vou lá por ele. (...)

Marta: Pelo momento, eu vou porque está lá o meu pai, mas no dia em que não estiver... férias é para outro lado (...) Eu gosto muito da minha irmã, é minha irmã, mas eu depois vou viver a minha vida, não vou ter que lá ir duas vezes por ano por causa dela. E tenho lá também os meus tios, por quem tenho muitos sentimentos, mas depois já não vai ser a mesma coisa.

¹⁵⁶ Este inquérito foi realizado no âmbito do projeto PTDC/SOC-SOC/28730/2017, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia e coordenado pelo Instituto Politécnico de Leiria, em parceria com o Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra e o CIES-Iscte, cuja equipa integrei em 2019.

Os outros elementos da família, apesar de serem pessoas consideradas próximas, não têm o mesmo peso nas dinâmicas migratórias, podendo-se prever que os laços com o país de origem fiquem mais distendidos quando o pai dela falecer.

De seguida são analisados os lugares onde vivem atualmente as pessoas entrevistadas que experienciaram o regresso e os motivos que apontam para regressarem a esses lugares. São também analisados os lugares de onde saíram as pessoas entrevistadas que residem atualmente na Suíça e que ainda não decidiram se regressam a Portugal, bem como a sua relação com esses lugares. Inerentes a esta análise estão conceitos como “apego ao lugar” (*place attachment*, Manzo & Devine-Wright, 2013), “pertencer ao espaço” (*spatial belonging*, Vallentin, 2020), ou ainda “produção do lugar” (*place-making*, Desille, 2022) e “produção do lar” (*home-making*, Boccagni, 2022). Os lugares são produzidos material e emocionalmente e as “casas de emigrantes” revestem um papel importante neste processo de vinculação a um lugar. No entanto, tanto a casa como o lugar podem perder o seu significado com o passar do tempo, sobretudo quando se localizam em espaços que sofreram processos de desertificação e desinvestimento.

Anabela e Luís, por exemplo, construíram a casa há cerca de trinta anos na aldeia dela, no concelho da Guarda. Na altura pareceu ser a escolha acertada em termos de localização perante um projeto de regresso a curto-médio prazo. Chegada a idade da reforma e perante o êxodo que esvaziou a região nas últimas décadas, a falta de regionalização e de investimento público, projetam regressar, sim, para outro lugar, se possível mais perto de um aeroporto. O diálogo entre do casal testemunha que o lugar perdeu, a seu ver, sentido (*sense of place*).

Anabela: É isso que faz medo quando se chega a Portugal, praticamente não conhecemos... na aldeia toda a gente...

Luís: Saiu.

Anabela: Muitos não estão emigrados, mas foram para outras cidades.

Luís: Foram para Lisboa.

Anabela: Ou Castelo Branco. Pessoas nossas amigas, mas cada um foi para o seu lado. Na aldeia, tenho a irmã da minha mãe e o filho dela. Da parte do meu pai, não temos assim... É tudo. O resto são pessoas idosas ou são aquelas moças que também emigraram e já estão quase na reforma, mas não há ligação.

Os exemplos aqui apresentados de pessoas regressadas e de pessoas emigradas (que se encontram perante o processo de decisão) ilustram certas tensões que a questão do *lugar de regresso* faz emergir. Tensões a nível individual (quando a pessoa já não se sente pertencer à comunidade de onde saiu), tensões a nível do casal (quando o vínculo com o possível lugar de regresso é forte para um dos membros, mas não o é para o outro). Também existem tensões da pessoa migrante com os seus diferentes lugares de vida. Simona Palladino (2019) analisa a relação de migrantes italianos/as envelhecidos/as no Reino Unido e mostra que a relação com os lugares de partida e de regresso é frequentemente construída por comparação entre “cá” e “lá”, entre sociedade de residência e sociedade de origem, constituindo-se ambas como lugares/culturas de referência. Os lugares ganham um sentido particular quando relacionados com outros lugares (por exemplo, casa/trabalho, espaço privado/espaço público, interior/exterior, aldeia/cidade). No caso de pessoas emigrantes/imigrantes, esta dialética revela-se por vezes fonte de tensões, ambivalências e dilemas. Um dos principais dilemas é, precisamente, decidir entre partir ou ficar, quando não é possível concretizar um modo de vida pendular, entre “cá” e “lá”. Por outro lado, a mobilidade transnacional é frequentemente apresentada como uma solução ideal, porque permite conciliar dois lugares de vida num vaivém mais adequado às atuais configurações familiares do que um regresso inicialmente projetado como definitivo.

7.2.2 De que lugares partiram as pessoas entrevistadas?

As pessoas entrevistadas partiram de diversos contextos geográficos: Norte, Centro e Sul de Portugal, litoral e interior, em meios rurais, mas também urbanos. A maioria cresceu no meio rural e viveu a sua infância e juventude em aldeias, ou em zonas periféricas de sedes de concelhos. Quem saiu de meios urbanos, geralmente efetuou uma migração interna anterior, ou seja, apenas uma ínfima minoria é natural de uma cidade. Desta forma, o lugar de origem nem sempre é o lugar de partida. Júlio e Margarida, por exemplo, viveram a infância e juventude numa aldeia do concelho de Montemor-O-Novo antes de se instalarem na cidade de Setúbal, por motivos laborais, depois de encontrar emprego na indústria siderúrgica. Simão nasceu numa freguesia do concelho de Santiago do Cacém, mas “as limitações económicas eram mais que muitas naquela zona do país” e o pai foi migrando com a família sucessivas vezes até se instalar numa cidade industrial da Grande Lisboa: “O meu pai, que era um homem do campo, um homem da agricultura, virou-se para a construção”. Quanto a Sónia, veio em criança com os pais de Coimbra para a linha

de Sintra, por motivos de saúde. Entre as pessoas entrevistadas, estão também pessoas “retornadas”, vindas de Angola e Moçambique para Lisboa, que emigraram para a Suíça porque não se adaptaram ao contexto português ou porque não conseguiram integração por via do emprego.

O quadro 7.1 apresenta os concelhos de residência das pessoas entrevistadas quando emigraram e o quadro 7.2 precisa se se tratava de um meio rural ou de um meio urbano ou semi-urbano.

Quadro 7.1 *Lugares de partida: região e concelho*

Norte litoral	Emílio e Filipa (Valongo), Francisca e Augusto (Felgueiras), Mariana e Arnaldo (Guimarães), Elisa e Gustavo (Lousada), Augusta e Albano (Monção), Álvaro e Maria João (Felgueiras)
Norte interior	Noémia e Leonardo (Moimenta da Beira)
Centro litoral	Catarina e Adélio (Aveiro), Óscar e Carlota (Lourinhã), Antónia e Miguel (Oliveira Hospital), André (Pombal), Afonso e Inês (Leiria), Ricardo e Marta (Leiria)
Centro interior	Albino (S. Pedro do Sul), Anabela e Luís (Guarda), Sérgio e Celina (Viseu), Celestino e Rute (Viseu), Alexandre (S. Pedro do Sul)
Sul litoral	Simão* e Rasália (Baixa da Banheira), Rita e Alberto* (Lisboa), Florbela e Jerónimo* (Lisboa), Armanda e Mário (Cartaxo), Irene e Rogério (Barreiro), Sónia* e Fernando (Sintra), Júlio e Margarida* (Setúbal), José e Lurdes (Azambuja)
Sul interior	Telmo e Bernarda (Castro Verde)

* Casos em que o lugar de partida não corresponde ao lugar de origem (naturalidade)

Quadro 7.2 *Lugares de partida: rural vs urbano*

Rural	Urbano / Semiurbano
Albino	Afonso e Inês
Anabela e Luís	Armanda e Mário
Antónia e Miguel	Augusta e Albano
André	Emílio e Filipa
Álvaro e Maria João	Florbela e Jerónimo
Alexandre	Irene e Rogério
Catarina e Adélio	José e Lurdes
Celestino e Rute	Júlio e Margarida
Elisa e Gustavo	Ricardo e Marta
Francisca e Augusto	Rita e Alberto
Noémia e Leonardo	Simão e Rosália
Mariana e Arnaldo	Sónia e Fernando
Óscar e Carlota	
Sérgio e Celina	
Telmo e Bernarda	

Entre as e os participantes deste estudo, observa-se uma predominância de pessoas provenientes do litoral, da região Centro e do meio rural, embora haja um certo equilíbrio. De assinalar, uma quase inexistência de migrantes em proveniência do Alentejo, Algarve e ilhas, que se poderá explicar pelas correntes migratórias que sustentaram a migração de Portugal para a Suíça.

7.2.3 Para que lugares regressam?

Como vimos, a literatura relativa à migração portuguesa para a Europa no século XX evidencia que os lugares do regresso são geralmente os lugares de partida. É a situação que se verifica com maior regularidade também neste estudo. Assim, entre as pessoas que regressaram, a esmagadora maioria fê-lo para o último lugar onde tinha vivido antes de emigrar e onde geralmente tem casa, redes familiares e sociais. Houve quem, porém, escolha viver para um lugar que não era o seu lugar de partida. É o caso de Florbela que vivia em Lisboa no início dos anos 1980 e hoje vive numa aldeia do Alto Alentejo, lugar de origem do seu pai, mas com o qual sente pouca afinidade. Talvez porque Florbela viveu sempre em cidades, primeiro em Angola e depois na Suíça, com uma breve passagem por Lisboa. No entanto, ao voltar para Portugal, Florbela e o marido instalam-se onde tinham casa, património herdado após o falecimento do pai e do irmão dela. A casa foi destino de férias no verão durante décadas e representa o único laço de Florbela com aquele lugar. Ela qualifica de “pasmaceira” tanto a aldeia onde vive como a urbe vizinha, capital de distrito, que fica a dez minutos de carro, mas onde não encontra nada que a anime ou distraia. Não tem pessoas de família ou amigas nas redondezas. Por outro lado, a população encontra-se envelhecida e minguante e a região carece de dinamização económica e cultural. Da segunda vez que visitei o casal, cerca de ano e meio após a entrevista e poucos meses antes da pandemia, a venda da casa estava na ordem do dia, o que lhes possibilitaria uma migração interna para uma zona litoral, onde o marido tem família, e estarem perto da capital. Um projeto que ainda não se concretizou devido à dificuldade de encontrar quem dê um valor justo pela casa.

Este caso ilustra o papel central que a propriedade de um alojamento (seja ele construído pelo próprio, comprado ou herdado) desempenha na decisão relativamente ao lugar de residência após o regresso. Entre os casais que regressaram no momento da análise dos dados, observa-se uma multiplicidade de situações: 1) os que já tinham aquele alojamento antes de emigrar; 2) os que herdaram o alojamento onde hoje vivem; 3) os que

construíram as suas casas logo a partir do primeiro ano de emigração; 4) os que compraram casa assim que conseguiram reunir as condições para tal (a aquisição de casa própria era, aliás, o objetivo principal da emigração); 5) os que compraram o seu atual alojamento pouco antes ou pouco depois do regresso, sendo este último pensado de acordo com a sua vida no momento atual. Esta informação encontra-se sintetizada no quadro 7.3 (na página seguinte).

Quadro 7.3 *Tipo de alojamento após o regresso a Portugal*

Álvaro e Maria João	Casa onde viviam antes de emigrar, que têm vindo a melhorar antes e depois do regresso	Aldeia	Mesma freguesia	Mesmo alojamento antes e depois emigração
Júlio e Margarida	Apartamento onde viviam antes de emigrar	Cidade	Mesma freguesia	
Florbela e Jerónimo	Casa herdada (do pai dela)	Aldeia	Outro concelho noutra região do país	Alojamento herdado
Armanda e Mário	Casa herdada (dos pais dele) e renovada onde já viviam antes de emigrar	Periferia cidade	Mesma freguesia	
José e Lurdes	Casa herdada (dos pais dele) e renovada onde já viviam antes de emigrar	Aldeia	Mesma freguesia	Alojamento construído nos primeiros anos de emigração
Catarina e Adélio	Compraram terreno e tinham começado a construir antes de emigrar	Aldeia	Mesma freguesia	
Noémia e Leonardo	Construíram casa num terreno herdado	Aldeia	Mesma freguesia	
Antónia e Miguel	Casa comprada e renovada na freguesia onde vivam antes de emigrar	Vila pequena / Núcleo urbano	Mesma freguesia	
Emílio e Filipa	Casa comprada nos primeiros anos de emigração, renovada após o regresso	Periferia cidade	Freguesia limítrofe	Alojamento comprado durante emigração
Simão e Rosália	No ano anterior à entrevista, vende o apartamento que tinha para comprar outro com melhores condições num centro urbano	Cidade	Concelho limítrofe	
André e Fátima	Casa comprada e renovada após regresso, situada na freguesia onde vivia antes de emigrar	Aldeia	Mesma freguesia	

Estes dados vêm contestar uma ideia de senso comum acerca das “casas de emigrantes”: que a sua arquitetura e dimensão resultaria de comportamentos de ostentação da suposta fortuna acumulada no estrangeiro. Podendo ser verdade nalgumas situações, não é o de

certeza em todos os casos. O que os dados permitem observar é que tanto a emigração como os modos de integração social após o regresso apresentaram uma variedade de situações.

Nas narrativas de quem migrou encontram-se referências às expectativas criadas por quem ficou em Portugal em relação ao potencial de enriquecimento de quem emigrou, expectativas reforçadas quando o destino é um país cuja imagem internacional está associada ao desenvolvimento económico e ao setor financeiro. Parece estar relativamente difundida nas comunidades de origem a ideia de que “é emigrante, tem dinheiro”.

As reformas não são grandes, mas eles [em Portugal] pensam que a gente... que foi lá, abanou a árvore e trouxe o dinheiro todo, que fez uma vida de regalo e coisa, mas não sabem o que a gente trabalhou. [Antónia]

Nem sempre se verificam as expectativas de sinais exteriores de ascensão social e riqueza que, no imaginário coletivo, se identificam, por exemplo, nas marcas e cilindrada dos carros e nas casas. Mas estas por vezes não refletem o nível de poupança alcançado.

7.2.4 Lugares para onde não se quer regressar

Apesar de ter construído ou adquirido casa no lugar de onde partiu, uma pessoa pode não querer lá regressar. Telmo, por exemplo, contrariamente à esposa, não tem vontade de regressar. A sua casa está na vizinhança de vários membros da família dela, um fator que constitui, para ela, um atrativo, mas não para ele.

A gente é verdade que temos lá uma boa casa, não é? Às vezes, a casa não é tudo, não é? Para mim, os netos são mais importantes que a casa! Ela também tem lá uma irmã que mora perto da nossa casa... e tem uma sobrinha que mora lá ao lado também... E tem outro sobrinho, moram todos ali ao lado. Pronto, tem aquela família toda... Eu dou-me bem com eles, não é? Mas enfim...

Situação idêntica vive Francisca que, na eventualidade de regressar, preferiria trocar a sua casa de três andares no meio rural por um apartamento pequeno em meio urbano. Uma preferência que ela justifica pelo conforto que lhe proporciona a proximidade de serviços de saúde numa fase mais avançada da vida, por um lado, e, por outro, pela necessidade de sentir mais autonomia e menos controle social. Habituada a viver em meio urbano desde que emigrou em 1981, hoje, lamenta ter construído casa junto aos familiares do marido.

Se tivesse muito dinheiro, comprava um apartamento na cidade. Não queria viver mais, assim, na aldeia. Não queria. Porque, agora é que eu vi a necessidade que é, com os problemas de saúde que eu tive, a necessidade que é de viver numa cidade onde haja um hospital, onde haja médicos, que a gente possa realmente, de um momento para o outro, estar em casa e estar lá, mas pronto... (...) Nunca me senti muito bem nesta casa. Por causa de, tenho aqui ao redor toda a família do meu marido. São pessoas que falam muito e eu não gosto, não gosto muito. (...) Por isso é que eu queria ir para uma cidade onde ninguém me conhecesse e onde eu não conhecesse ninguém e estar mais, sei lá, porque se eu precisasse de ir a um médico, de ir a algum lado, ou assim, ter tudo à mão.

Estes exemplos mostram que o lugar onde é possível regressar influencia a decisão de regressar ou não. Várias entrevistas denotam uma certa resistência ao regresso para *aquela* lugar, de onde se partiu e onde se tem casa, mais do que uma resistência à ideia de regresso a Portugal. Nestes casos, o património, é simultaneamente símbolo de capital económico e fonte de dilemas. Por um lado, a casa simboliza uma meta alcançada e toda a dureza que a migração acarreta (separação da família, duplas ou triplas jornadas de trabalho, vida social reduzida). Por outro, a casa é prisão e amarra a um lugar e a um estilo de vida.

Mariana, natural de uma aldeia recuada do concelho de Guimarães, não se identifica com o estilo de vida rural, aliás nunca se identificou, nem em criança.

(...) aos sete anos, já íamos para o campo trabalhar e era muito duro (...) nunca gostei de trabalhar no campo e trabalhei até à idade de me casar (...) as minhas irmãs não compreendiam.

Emigrar permitiu a Mariana dar o salto para um meio urbano e uma vida mais cosmopolita, que lhe corresponde melhor. Atualmente na reforma, mostra-se renitente em regressar. Os argumentos sobrepõem-se: por um lado, quer continuar a envelhecer perto das filhas e netas, por outro, não se imagina a *voltar para a aldeia*, no entanto, é lá que tem casa. Trata-se de uma casa antiga, onde viviam os seus pais, que ela e o marido compraram, remodelaram e modernizaram. Para se instalarem numa outra região, seria necessário vender esta, mas além da localização não ser das melhores e além da dificuldade em recuperar o valor monetário investido, há o valor sentimental, nomeadamente para as filhas que também ali viveram uma parte da sua infância.

Como é na aldeia, não sei se alguém... sei lá... Os meus pais nasceram lá e acho que a minha filha mais velha não, como dizer, como era dos meus pais, não sei se ela estaria de acordo de vender. Vendê-la... ninguém dá o valor que aquilo vale. Para nós, tem outro valor e se formos a vender, ninguém dá aquele valor.

A casa na aldeia corresponde ao projeto inicial e pressupunha um regresso assim que tivessem alcançado os objetivos materiais definidos. Hoje, volvidas quatro décadas desde que partiram, as suas casas, por mais dinheiro que nelas tenha sido investido e conforto que lhes possa proporcionar não são atrativos suficientes para motivar uma migração em sentido contrário.

Francisca e Mariana são exemplos de mulheres que contestam a ideia de regresso ao lugar de origem. Regressar àquele lugar equivale, para elas, a regressar ao passado (ao controlo social, à vida no campo) e a distanciar-se das comodidades a que se habituaram. Já não se identificam com o modo de viver num meio pequeno onde, por um lado, as redes de interconhecimento não consentem o grau de liberdade que é atualmente o seu e que, por outro lado, não oferece os serviços que as pessoas necessitam quando envelhecem, nomeadamente em termos de cuidados de saúde. No entanto, por mais dolorosa que lhes seja a ideia da separação com as filhas e as netas ao deixarem a Suíça, admitem a possibilidade de um regresso... se for para outro lugar que não aquele onde têm casa.

Francisca e Mariana ilustram algumas das tensões induzidas pela ideia de regresso quando a migração se prolonga por várias décadas. Já completaram mais anos de vida fora do país do que em Portugal e os laços de pertença com os lugares de onde saíram enfraqueceram. Elas têm consciência que *ali* já não é o seu lugar, que os seus hábitos e costumes não correspondem ao das pessoas/família que *lá* vivem. Quando se lhes pergunta o que idealizam para si em termos de futuro, se pudessem escolher livremente, a resposta é “ir e vir”. Viver com um pé em cada sítio possibilita uma continuidade da vida atual (nomeadamente a proximidade com filhas/os e netas/os) e, ao mesmo tempo, responde ao desejo de regresso do cônjuge. Esta é, no entanto, uma solução que muitos percecionam como difícil de concretizar, como vimos no capítulo 6.

7.2.5 Lugares de pertença, lugares de herança, lugares de memória

Os lugares de regresso podem ser lugar de pertença/apego (*place of attachment*), quando há uma forte ligação emocional com o mesmo, ou, podem ser lugares de herança, como no caso de Florbela e do marido, que nunca planearam viver no Alto Alentejo. Neste caso, o lugar de regresso foi ditado por laços familiares. O casal nunca investiu, aliás, no imobiliário em Portugal durante todo o período que viveu na Suíça. Um caso menos comum, mas que não é único.

Os lugares de regresso podem também ser, simultaneamente, lugares de pertença e herança, o que acresce um nível de complexidade a cenários de vida no futuro. Enquanto Florbela e o marido ponderam vender a casa que, embora seja lugar de memórias (de férias em família), não constitui um lugar de pertença, uma vez que nem ela, nem ele, alguma vez ali viveram de forma permanente. Noutros casos, como o de Mariana, ou a de José e Lurdes, que construíram as suas casas em terrenos herdados da família ou que renovaram as casas que outrora foram dos pais, existe uma relação afetiva forte com o lugar-casa, que é, por sua vez, fonte de muitas ambivalências. Por um lado, a ligação àquele espaço concreto está imbuída de sentimentos de filiação e lealdade. Por outro, a vontade de ali residir e mais tarde transmitir aquela herança à geração seguinte coexiste com a vontade de se desfazer de uma propriedade nem sempre bem localizada, que requer manutenção e onde, a bem dizer, filhos/as e netos/as, raramente vão. Observa-se, portanto, a coexistência de sentimentos de atração e repulsão relativamente ao objeto “casa” e, por consequência, relativamente ao “lugar de regresso” expectável e/ou possível.

O sentimento de pertencer a um lugar – isto é, sentir afinidades/ identificação/ ligação afetiva com um determinado espaço geográfico e sociocultural – é alimentado por ligações familiares, em particular quando pais e irmãs/irmãos da pessoa migrante ou outras pessoas próximas vivem ali ou ali perto. Por exemplo, Telmo e Emílio referem ligações afetivas das esposas com membros das suas respetivas famílias como elemento que as motiva a querer regressar a Portugal. Já, eles, preferem ou teriam preferido ficar na Suíça. Quanto a Lurdes, Catarina e Armanda, todas tinham o pai ou a mãe em vida quando se mudaram para Portugal.

Os lugares de regresso são também “lugares de memória” aos quais uma pessoa se sente pertencer por força das recordações do tempo de juventude e da camaradagem que outrora existiu com pessoas que nunca dali saíram e com pessoas que se espalharam pelo país ou estrangeiro. As festas da aldeia/ cidade são muitas vezes a ocasião de reencontros e manter vivos esses laços.

Tenho uma amiga que vem de Vigo, tenho outras que vêm de França, e então combinamos (...) A gente vai no dia 18, é a festa [da cidade]. Já fazemos isso há uns anos. Depois da procissão, reunimo-nos todas no adro da igreja *risos* Estamos ali na conversa um bocado.
[Augusta, a viver na Suíça desde 1988]

7.2.6 As lógicas por detrás da escolha dos lugares de regresso

Na migração de regresso na reforma, a escolha do lugar de residência está fortemente condicionada pelo património imobiliário, quer tenha sido adquirido ou herdado. De certa forma, a realização de um dos principais objetivos do projeto migratório (ter casa própria) acaba por funcionar como uma armadilha após tantos anos fora de Portugal, em que decorreram alterações significativas no seio da família e nos lugares de apego, num e noutro país. Na hora da reforma, em que o regresso se apresenta como a via mais provável, são frequente os lamentos sobre as opções tomadas em relação à casa em Portugal. Diversas pessoas admitem que a casa devia ser construída no momento de voltar, porque, aos 60 anos, as prioridades e as necessidades são outras e, portanto, a escolha acerca do lugar, dimensão e funcionalidades teriam sido outras. Ou, talvez, como Sérgio, tenham chegado à conclusão de que o dilema do regresso seria mais simples de resolver, se não tivesse uma casa em Portugal.

Comprámos o terreno e fiz a casa, na aldeia dela. (...) Mas foi pena porque não devia ter comprado nada. Hoje [percebo isso]. Era aqui [na Suíça] que devia ter comprado. É, ou não é? [Sérgio, a viver na Suíça desde 1979]

No capítulo 6, foram identificados diversos motivos para regressar na reforma: *económicas* (regressar para não empobrecer); *estilo de vida* (regressar para se manter ativo/a); *afetivas* (regressar para continuar a viver em casal e junto da família em Portugal); *identitárias* (regresso por sentimento de apego à terra/aldeia). Na escolha do lugar de residência após o regresso, surgem lógicas correspondentes aos motivos

Na lógica material, predomina o valor do investimento realizado. As narrativas remetem para o património e a preocupação com a sua inutilização ou abandono em caso de não regresso.

Eu tenho aquela casa fechada, paga [pausa] e não estou lá. [Simão, viveu na Suíça entre 1987 e 2019]

Nós temos amigos que vieram e dizem assim: a casa está lá sozinha e nós gastamos muito dinheiro, de maneira que agora vamos ocupar a casa. [Florbela, viveu na Suíça entre 1983 e 2019]

Na lógica estilo de vida, são valorizadas as amenidades proporcionadas por Portugal. As narrativas remetem para o clima, atividades ao ar livre, ter um jardim ou quintal, a proximidade do mar e as possibilidades que uma localização no litoral português oferece.

[Em Portugal] temos possibilidade de ir ao restaurante. Tanto vou ao restaurante à [beira mar], como vou [à lota] a Matosinhos comprar peixe fresco para fazer em casa. Gosto muito de peixe. Também vou ao Douro e tudo isso (...) Eu vivo hoje e vou vivendo enquanto posso, porque tenho amigos meus que foram para a reforma e já morreram, não aproveitaram nada. [Emílio, viveu na Suíça entre 1984 e 2019]

Na lógica afetiva, as narrativas remetem para a proximidade com a família e/ou para a dimensão da conjugalidade. Catarina não acha “graça” a ficar “lá” quando o marido veio para “cá”. Nesta fase da vida, são a companhia um do outro, estando a filha ocupada com o seu negócio e os netos com os estudos e as amizades próprias às suas idades. No entanto, a mesma lógica poderá reverter a decisão, no caso de o marido falecer. Colocando essa hipótese, ela questiona: “Imaginemos que o meu marido me falte, o que estou aqui a fazer?”

Encaixa também nesta lógica o caso de Filipa, esposa de Eduardo. Ela tem quatro irmãs, três das quais estiveram emigradas na Suíça. Aliás, Filipa emigrou para a Suíça porque tinha lá as irmãs. Na hora de regressar, a irmã com a qual ela tem mais ligações já havia regressado e uma outra “está para vir”, conta Eduardo, que se encontrava sozinho no dia em que decorre a entrevista, precisamente porque a mulher tinha ido passar a tarde em casa da irmã.

A lógica identitária manifesta-se num sentimento forte de apego ao lugar enquanto espaço de pertença sociocultural. Prevalece, neste caso, uma aspiração a voltar ao lugar de origem, mesmo que esse regresso se faça depois da morte. É o que conta Francisca relativamente ao marido, que, apesar de sentir felicidade por viver perto das netas, vê-las crescer e participar no seu quotidiano, continua a alimentar o sonho de, um dia, regressar à terra onde nasceu, mesmo que já não seja para desfrutar do lugar.

[Se morrer,] o meu marido quer que o traga [para a aldeia] (...) comprámos, *ele* comprou, sepultura [lá], *ele quer vir*.

Sérgio e Alexandre associam Portugal e a sua “terra” a emoções que provocam reações físicas (arrepios) e alteram o seu estado psíquico, algo perceptível na alteração da entoação da sua voz durante a entrevista.

Eu adoro aquilo [a aldeia]. E eu digo sempre: chegando àquela terra, só o ar, faz-me respirar. Faz-me viver, faz-me viver. A minha mulher já não. [Sérgio]

Quando chego [à fronteira de] Vilar Formoso, que se vê a placa “Portugal”, dá-me arrepios! Porquê? Não sei. [Alexandre]

Duas notas relativamente a estas lógicas de ação. Primeiro, elas não se excluem e podem articular-se entre si: tanto Júlio e Margarida (Setúbal) como Emílio e Filipa (Valongo) elaboram a sua argumentação em torno do conforto material e económico ao mesmo tempo que valorizam a localização das suas habitações, que lhes permite ter acesso a um estilo de vida de sol, mar e ar livre (Júlio e Emílio são aficionados de moto e bicicleta, respetivamente). Segundo, quem se sente em desadequação com o lugar para onde regressou/pode regressar, pondera uma realocação, em certos casos, possível mediante a venda do seu património (uma hipótese considerada por Florbela e Jerónimo). Esta alternativa poderá, no entanto, não ser fácil de realizar, atendendo à perda de atratividade de alguns territórios nas últimas décadas.¹⁵⁷

7.3 Mobilidade transnacional na reforma, antes e depois do regresso

Atualmente é assumido que o regresso a Portugal não significa o fim de um ciclo migratório, contrariamente à ideia difundida há algumas décadas (Paiva, 1985). Os dados empíricos mostram, efetivamente, que o regresso não põe fim aos vaivéns entre país de origem e de destino. Todas as pessoas entrevistadas que concretizaram o regresso continuam a circular entre cá e lá por diversos motivos, entre os quais, as visitas e o apoio aos filhos e filhas que ficaram na Suíça.

As práticas de mobilidade numa fase avançada da vida inserem-se no conjunto de práticas transnacionais que estes/as migrantes tiveram desde o início da sua experiência migratória. Os movimentos de vaivém entre a Suíça e Portugal são uma constante deste fluxo migratório intraeuropeu, que se inicia sob um regime migratório que impõe uma mobilidade sazonal. Porém, a intensidade dos movimentos entre país de residência e de origem altera-se ao longo da vida e, quando surge a reforma, podem intensificar-se ou, pelo contrário, diminuir, por exemplo, por motivos de saúde ou familiares.

A curta distância entre origem e destino favorece deslocações anuais a Portugal (uma ou mais vezes por ano). Nos primeiros anos, as viagens faziam-se de autocarro ou de comboio, quando a vida foi melhorando, as viagens passaram a ser feitas de carro. É a

¹⁵⁷ A título de exemplo, veja-se o estudo realizado em 2007-08 na região da Guarda e Salamanca concluía que a zona raiana se encontrava envelhecida e esquecida, e relacionada com o despovoamento com a falta de oportunidades de emprego. Fonte: <https://www.publico.pt/2008/12/26/jornal/zona-raiana-da-guarda-e-salamanca-perdeu--mais-de-metade-da-populacao-nos-ultimos-50-anos-289267>

solução mais rentável para transportar toda a família, além de permitir transportar, igualmente, coisas para a casa *lá em baixo* e prendas para a família alargada (L. Azevedo, 2020). Progressivamente, os voos diretos de baixo custo substituem as longas e cansativas viagens rodoviárias. Nos últimos 20 anos, a redução dos custos das viagens de avião veio permitir estadias mais frequentes (e mais curtas) para, por exemplo, visitar a família, realizar tratamentos dentários, participar nas vindimas ou na apanha da azeitona, em celebrações religiosas, festas da aldeia ou comícios políticos.

Na literatura, as práticas transnacionais e de mobilidade ganharam relevância nos últimos vinte anos, contudo, as práticas de trabalhadores/as migrantes dos países do Sul da Europa ainda não foram amplamente estudadas, nomeadamente na Suíça (Bolzman *et al.*, 2017). Entre outras questões, importa analisar como evoluem as práticas transnacionais e os padrões de mobilidade após a reforma, tanto em caso de regresso como de não regresso a Portugal. Que projetos de (i)mobilidade tinham antes da reforma e o que acontece realmente depois dessa transição? Que elementos estimulam ou limitam a sua mobilidade após a reforma e/ou após o regresso? Neste subcapítulo são esboçados alguns elementos de resposta com base nos dados recolhidos. Este é, no entanto, um tema que merece ser aprofundados em futuros estudos.

7.3.1 Reforma como estrutura de oportunidades para a mobilidade transnacional

A reforma corresponde ao tempo em que já não existem obrigações profissionais (salvo algumas exceções analisadas no capítulo 6). Por seu lado, filhos e filhas são adultos e autonomizaram-se dos pais. A reforma representa, por isso, um período de maior liberdade, sobretudo quando ainda não existem netos e netas, ou seja, novas obrigações familiares decorrentes da solidariedade intergeracional.

A reforma pode surgir como o tempo para desfrutar dessa liberdade e implementar projetos que não era possível concretizar quando a pessoa estava presa pelos calendários da atividade económica, como, por exemplo, viagens e atividades de lazer, mas também o casal passar mais tempo juntos. A reforma pode, portanto, ser um tempo de mobilidade.

Esta oportunidade de maior movimento pode, no entanto, estar distribuída de forma desigual no casal. Acontece, por exemplo, quando a reforma corresponde a um *tempo desencontrado* entre marido e mulher, nomeadamente quando há alguma diferença de idade entre ambos. Observei vários casos em que o homem atingiu a idade da reforma

vários anos antes da mulher, por vezes uma década mais cedo. Esta situação dá início a um *tempo de espera*, que pode variar entre um e dez anos, por vezes mais, a não ser que a mulher opte por antecipar a sua reforma, mas esta opção pode ser arriscada porque implica uma redução da sua pensão.

Na realidade, se a reforma pode representar um tempo *dessincronizado* para o casal, pode também representar um tempo *sincronizado*, quando a mulher escolhe reformar-se antecipadamente. Foi essa a opção de Margarida e Aurora, e Anabela prevê fazer o mesmo, para poder, entre outras coisas, viajar e desfrutar da vida, juntamente com o marido, antes que chegue a “velhice”.¹⁵⁸ Ela está no horizonte e é encarada com algo que lhes irá tolher as capacidades de mobilidade de que hoje dispõe. A reforma pode ser vista como uma estrutura de oportunidades, pelo menos, enquanto se é “jovem” reformado/a, mas, com o tempo, poderá deixar de o ser, porque como explica Merton (1996): “a estrutura de oportunidades expande-se ou contrai-se” (p.153).

7.3.2 A mobilidade transnacional de reformados/as na Suíça

Um inquérito recente realizado na Suíça sobre envelhecimento transnacional mostra que a mobilidade diz respeito tanto às pessoas migrantes como às pessoas não migrantes (nccr - on the move, 2021), desconstruindo a ideia de excecionalismo migrante que domina ainda o campo de pesquisa sobre “envelhecimento e migrações” (Nedelcu *et al.*, 2023). Não sendo um fenómeno exclusivo de pessoas migrantes, elas adotam, com maior frequência, padrões de mobilidade transnacional, revela o inquérito.

As observações realizadas indicam que a intensidade da mobilidade transnacional varia de acordo com a situação perante o emprego, mas também do estado de saúde e da situação familiar. Embora a condição de reformado/a possa facilitar as deslocações entre países, uma fraca saúde pode significar sedentariedade, como no caso do marido de Irene.

Ele dizia-me: pronto, agora estou na reforma, tu tens o teu trabalho, ficas aí, eu vou um ou dois meses, depois venho. Mas depois deu-se o caso de ele ficar doente, com o cancro dos intestinos e isso acabou, porque ele não pode estar sozinho. [Irene, a viver na Suíça desde 1990]

¹⁵⁸ O termo “velhice” deve ser usado com cautela, porque embora as representações sociais tendam a associar reforma e velhice, as pessoas entrevistadas afirmam não se sentirem “velhas” nem “idasas”, palavras que usam para descrever a geração dos seus pais, com idades acima dos 80-85 anos. Aliás, nas conversas informais, expressões como “é ainda um/a jovem” são usadas para referir as pessoas com 65-70 anos.

O vaivém por alguns dias ou algumas semanas é, no entanto, uma prática relativamente difundida entre os/as portugueses/as e pode intensificar-se no momento da reforma, como aconteceu com Óscar, Simão, Sónia e os maridos de Augusta e Elisa.

[O meu marido] não trabalha e vem cá [a Portugal] quando lhe lembra... Vem cá para ver aqui o quintal, ele é que fabrica o quintal e vem cá. Às vezes, está uns 15 dias, depois lá vai outra vez (...) É assim, ele está lá, está com aquela coisa da casa aqui e vem. E depois está aqui, e está sempre com a coisa de ir pra cima. Gosta de andar assim. [Elisa, a viver na Suíça desde 2004]

A mobilidade frequente de alguns interlocutores e interlocutoras foi a razão de vários desencontros durante o trabalho de campo: aconteceu repetidamente que as pessoas que eu queria entrevistar estivessem em Portugal no período em que eu me encontrava na Suíça.

Os motivos apontados para este vaivém prendem-se essencialmente com a propriedade de uma casa (fator que pode facilitar ou, até mesmo, obrigar à mobilidade), a família (prevalecem os laços ascendentes, mas a família colateral também motiva a mobilidade), assuntos administrativos (relacionados geralmente com o património), celebrações (religiosas, mas também políticas) e ainda a saúde (para aceder a tratamentos mais baratos, dentários, por exemplo, ou porque o clima de Portugal tem um impacto favorável na sua saúde). A saúde aparece simultaneamente como elemento que constrange ou que desencadeia a mobilidade. Motivos semelhantes são apontados por outros/as autores/as (Bolzman *et al.* 2017; Nedelcu *et al.* 2023).

A mobilidade pode funcionar como um escape para o homem quando a mulher está obrigada à imobilidade por motivos de trabalho, como é o caso de Óscar e dos maridos de Augusta e Elisa, por exemplo. Já, Francisca e o marido, ambos reformados e com obrigações familiares perante a filha, viajam em casal e vão a Portugal a cada dois meses, em função do calendário letivo das netas. No caso de Sónia, é ela o elemento do casal com maior mobilidade: além de irem de férias juntas, ela vai a Portugal três a cinco vezes por ano para participar em eventos políticos (ela é militante de um partido político), enquanto o marido fica na Suíça para assegurar o apoio aos três netos.

Estes exemplos dão conta que, se a mobilidade transnacional não é exclusivamente masculina, ela é um recurso utilizado de forma diferente por homens e mulheres. Mostram também que os acordos familiares de prestação de cuidados por parte das avós e dos avôs são motivo de imobilidade, ou, em todo o caso, regulam a mobilidade, após a reforma.

Em contrapartida, quando avós e avôs vivem no país de origem, o seu envolvimento nos cuidados aos netos e netas pode desencadear a mobilidade das pessoas mais velhas, como atestam outros estudos (Nedelcu, 2009) e como se verifica na presente investigação.

7.3.3 A mobilidade transnacional após o regresso a Portugal

Os/as portugueses/as reformados/as que voltam para Portugal não deixam de circular entre cá e lá. Efetivamente, desde que iniciei esta pesquisa, tenho observado que as deslocações entre Portugal e a Suíça são igualmente frequentes após o regresso ao país – com exceção dos anos 2020-21, por causa da pandemia da COVID-19. A variação em termos de frequência e duração das estadias está relacionada com o motivo da viagem (família, saúde, lazer) e pelas condições de habitação no antigo país de residência.

As pessoas com maior mobilidade são aquelas que têm uma solução habitacional estável na Suíça. É, por exemplo, o caso de Florbela e Jerónimo que mantêm o seu apartamento na Suíça, apesar de terem regressado a Portugal. O filho e a filha, jovens adultos, continuam a viver no apartamento que era dos pais. E é graças a esta continuidade que Florbela pode exclamar: “eu tenho sempre o meu quarto (...) vou e venho quando quero e bem me apetece, não é?”. Efetivamente, entre as pessoas entrevistadas regressadas, Florbela é das que viajou para a Suíça com maior frequência e por mais tempo (em média cerca de um mês).

Também André tem circulado com muita frequência entre cá e lá. Na hora de regressar a Portugal e ciente dos seus laços de pertença à região de Friburgo, procurou uma solução habitacional que lhe garantisse autonomia e liberdade de movimento: investiu num alojamento secundário num parque de campismo, uma solução minimalista relativamente barata, que lhe permite de ir e vir sem ter de negociar com o filho ficar alojado em casa dele durante a sua estadia.

Enquanto tiver força para isso, eu continuarei a ir e vir (...) Tenho um *mobile home* para ir de férias lá [à Suíça] (...) E ainda faço parte lá do rancho.

Além da família, as pessoas que regressam mantêm ligações com associações e centros paroquiais a que pertenceram, pessoas do bairro e ex-colegas de trabalho. Estas múltiplas ligações podem ser ativadas pontualmente, nas deslocações à Suíça, ou mantidas ao longo do tempo através das redes sociais. A manutenção destes laços cria oportunidades de circulação tanto para quem regressou como para quem ficou. No ano anterior à entrevista,

Margarida foi uma semana à Suíça para participar num passeio organizado pelas antigas colegas de trabalho e espera que, em breve, sejam elas a vir a Portugal.

Sim, mantenho contacto [com as antigas colegas], até mesmo com a minha patroa de antigamente, ela hoje já não está lá, mas estou em contacto com ela. Falamos muitas vezes no Facebook. Elas prometeram que vinham cá visitar (...) Agora veio uma colega de trabalho que trabalhou sempre comigo, a gente começou no mesmo dia naquele serviço.

Antes da pandemia, José e Lurdes viajavam para Genebra três a quatro vezes por ano para participar nos “acontecimentos de família”, continuar a acompanhados pelos mesmos médicos (uma vez que não formalizaram a sua partida e mantêm o seu seguro de saúde suíço) e dar um apoio com os netos.

José: Eu tinha uma consulta [para fazer] e coloquei a consulta no mês de fevereiro, aproveitando as férias da escola e aproveitando o aniversário [do meu filho e do meu neto].

Lurdes: Fui lá de propósito, tomar conta deles os dois, tive lá uma semana sozinha.

José: Ela foi uma semana sozinha, agora vou eu sozinho e ela fica cá.

Desde que regressaram, José e Lurdes cultivam o quintal, têm galinhas e dois cães, ou seja, um conjunto de obrigações que limita a sua mobilidade. Ausentar-se requer pedir a alguém para tomar conta do terreno e dos animais. Ambos continuam a ir e vir, embora as razões e temporalidades sejam diferentes: Lurdes presta pontualmente apoio familiar ao filho, mantendo, apesar da distância, uma prática anterior ao regresso, enquanto José viaja com frequência, por motivos de saúde. No Natal e nos aniversários, procuram ir juntos, mas nunca se ausentam por muitos dias.

José: Vamos lá uma semana, dez dias, quinze dias, depende.

Lurdes: Quinze dias é muito (...) Eu gosto muito da minha privacidade.

José: Nós estamos à vontade com eles.

Lurdes: A gente está à vontade, mas não é a mesma coisa que na nossa casa.

José: Não, não é.

Lurdes: Porque se eu tivesse a casa lá [em Genebra]... dormir na minha casa e aquilo tudo, ir buscar [os meus netos].... e depois ir levá-los, é diferente.

A questão da “casa” surge como elemento central da mobilidade, quer antes, quer depois do regresso. Não manter um apartamento/espço seu na Suíça não impede quem regressou de lá voltar, mas torna as viagens menos oportunas. As pessoas regressadas exprimem um certo desconforto em não estarem em *sua* casa.

Mariana está indecisa quanto ao regresso, gostava de optar por uma solução de *vai-vém*, mas sabe que lhe será difícil encontrar um alojamento acessível em Lausanne que lhe permita conservar a sua independência e permita ir e vir “à vontade”.

Se puder ir e vir. Mas, pronto, ir e vir.... [As minhas filhas] às vezes dizem: ó mãe, você se não encontrar nada, você sabe que tem casa para estar. Mas eu também *não quero incomodar* ninguém, vá lá.

O desabafo de Margarida, que costuma ficar em casa da filha quando se desloca à Suíça, é concordante:

O meu problema é justamente não ter casa lá [na Suíça] e quando lá vou tenho de estar na casa das outras pessoas. Pronto, é diferente do que estar na nossa própria casa, não é?

A mobilidade transnacional dos/as reformados/as é potenciada pelo facto de, contrariamente ao imaginado, não se verificar um regresso em família. A haver regresso, apenas os avós, iniciadores da migração para a Suíça, o protagonizam. O que implica uma separação de gerações numa mesma família. E estes laços familiares que certas vezes desincentivam o regresso da geração mais velha, outras vezes incentivam a mobilidade. Os ritmos e temporalidades dessa mobilidade dependem quanto a eles da fase do percurso de vida, do estado civil e das idades dos diversos membros da família.

Tanto Rui como Alexandre projetam “andar para lá e para cá” quando regressarem a Portugal: deixam na Suíça as suas “raízes” e não podem, por isso, “cortar os laços” com o país.

Eu gostava de ir para Portugal. Mas eu indo para Portugal, *não posso cortar os laços com a Suíça, por causa dos meus filhos e meus netos*. Quer dizer que vai ser um vai e vem, vou fazer o... ir um, dois, três, quatro meses a Portugal, depois voltar para a Suíça dois, três meses e andar para lá e para cá. Vai ser o que me vai acontecer. [Rui]

Embora é evidente que, de ano a ano, ou não sei [de quanto em] quanto tempo, venho cá de novo, continuo a vir cá, porque *vão cá ficar as minhas raízes, os meus netos, os meus filhos*, não é? E, claro que tenho que vir cá vê-los, não é? Embora eles também vão a Portugal, mas eu tenho que cá vir, não é? [Alexandre]

Além dos laços familiares num outro país, as alterações identitárias decorrentes de várias décadas de vida no estrangeiro podem criar, em quem regressa, o sentimento de estar fora do lugar. Alexandre, motorista de pesados, pressente que, no pós-regresso, vá sentir falta de um certo cosmopolitismo ao qual está habituado por força das circunstâncias.

Eu, quando for para Portugal, reformado, e viver em Portugal... mas São Pedro do Sul é muito pequenino para mim. Mais, eu acho que Portugal é muito pequenino para mim. Porque eu sempre... depois vim para cá (...) a gente entra nesta vida de [camionista], vai para ali, vai para acolá, vê gente nova e não sei quê... Habitua-se a isto. Habitua-se.

O futuro, porém, é incerto. Como ficou plasmado ao longo dos capítulos, os projetos podem sofrer reviravoltas e as intenções de mobilidade podem não se concretizar. Contudo, é plausível que o futuro de algumas das pessoas que estão atualmente a regressar a Portugal com as suas pensões de reforma, voltem a residir na Suíça numa fase mais tardia da sua vida, sobretudo aquelas que têm dupla nacionalidade, como Júlio e Margarida. Tanto ele como ela deixam em aberto essa possibilidade.

Júlio: Eu acho que quando chegar a velho vou para lá [para a Suíça]. Vou lá para uma [casa de repouso] lá, que é melhor que aqui (...) sou muito mais bem tratado do que aqui. Aqui, os lares têm falta de materiais, têm falta de gente, que não é preparada para tratar de velhos de uma certa idade (...) isso faz-me medo, muito sinceramente.

Margarida: Eu vivo o dia-a-dia e não faço previsões para o futuro. Se ficar aqui, fico, se precisar de ir para a Suíça, vou para a Suíça de boa vontade, já conheço lá esses ambientes, não tenho medo de uma coisa nem de outra.

Estas citações ilustram a relevância do princípio das “vidas vinculadas” identificado por Elder (1994) na análise dos fenómenos migratórios e, em particular, dos padrões de mobilidade transnacional após o regresso. Quando ocorre numa fase tardia da vida, a migração de regresso acompanha-se de uma nova separação familiar, tal como sucedeu quando emigraram há umas décadas atrás. Desta vez, não são os pais que ficam “para trás”, mas filhos/as e netos/as. E estes laços familiares irão potenciar um movimento perpétuo de uns e outros, migrantes e seus descendentes. As pessoas entrevistadas residentes em Portugal irão continuar a realizar “regressos cíclicos”, desta vez, em sentido contrário.

7.3.4 Mobilidade e migrações entrelaçadas

Este último subcapítulo ilustra como migrações e mobilidade, mas também mobilidade e imobilidade, se interligam (Salazar, 2019; Nedelcu *et al.*, 2023). No caso dos/as portugueses/as na Suíça, a mobilidade transnacional faz parte da experiência migratória desde o início, fomentada pela política migratória da época e a sazonalidade dos contratos de trabalho, mas também pela curta distância entre origem e destino. A sua intensidade varia, porém, ao longo do tempo, como atestam as narrativas de vida recolhidas.

A perspetiva do percurso de vida é central para compreender quem circula e com que frequência. Como atestam outros estudos realizados na Suíça (Nedelcu *et al.*, 2023), a mobilidade pode aumentar no período de transição para reforma, quer para as pessoas com uma experiência migratória prévia como para as pessoas que nunca migraram, embora seja mais frequente no caso das primeiras. Tal deve-se nomeadamente à maior liberdade de movimento, decorrente de um aumento do tempo livre na reforma. Deve-se também a redes sociais que se estendem além-fronteiras, motivo particularmente saliente quando existe uma migração anterior (da própria pessoa ou de um dos progenitores) e, consequentemente, família ascendente ou colateral num outro país.

Estado de saúde e a situação habitacional são outros fatores que intervêm nos padrões de mobilidade das pessoas na reforma – tenham, ou não regressado – e tanto podem favorecer como inibir essa mobilidade. É, no entanto, expectável que a mobilidade diminua ao longo do tempo, à medida que as pessoas transitam da fase “jovem-velho/a” para a fase “velho/a-velho/a”, que a sua saúde se deteriora e que os/as netos/as crescem, ganham autonomia e transitam para a vida adulta.

CONCLUSÕES

Quando iniciei esta pesquisa sobre a transição para a reforma de casais portugueses na Suíça, não esperava vir a elaborar uma tese centrada na migração de regresso. Nutria particular interesse pela questão da mobilidade transnacional e estava curiosa em perceber que padrões de mobilidade iria encontrar em pessoas que migraram em idade adulta e envelheceram num país no qual, ao longo do tempo, se foram incorporando (*embedding*, Ryan & Mulholland, 2015) social e profissionalmente e ali criaram *raízes*, em termos identitários e/ou familiares: “Vão cá ficar as minhas raízes, os meus netos, os meus filhos” dizia Alexandre, que perspetiva regressar a Portugal quando se reformar.

Iniciei o trabalho de campo, em 2018, de mente aberta, interessada em compreender o impacto da reforma na vida de pessoas que se estabeleceram de forma permanente fora de Portugal há várias décadas. Interessava-me particularmente compreender a negociação dos projetos de reforma no casal e como os cônjuges resolvem as tensões decorrentes das desigualdades associadas ao género, à idade e ao percurso de vida.

Informada pela literatura, nomeadamente por estudos sobre trabalhadores/as migrantes (*labour migrant*) do sul da Europa na Suíça, França e Luxemburgo, esperava encontrar, no “meu” terreno, três tipos de situações: casais que permanecem, casais que regressam e casais que optam por viver num movimento de perpétuo vaivém (Attias-Donfut & Wolff, 2005; Bolzman *et al.*, 2006; Albert *et al.*, 2016a). À medida que ia progredindo na recolha de dados qualitativos, verifiquei, porém, que era difícil encontrar quem optasse por ficar na Suíça quando ambos os cônjuges cessam as suas vidas profissionais.

Os primeiros resultados obtidos, alguns dos quais surpreendentes, foram os seguintes:

- na última década, tem-se observado uma aceleração dos movimentos de saída da Suíça de portugueses/as acima dos 60 anos (representaram 12% do total das saídas em 2016 e 22% em 2021), assim como a um aumento das pensões de velhice e viuvez pagas em Portugal pela Suíça;
- a faixa etária com 65 e mais anos representa apenas 2,2% da população portuguesa residente na Suíça, abaixo do expectável numa migração que tem mais de quatro décadas;
- algumas mulheres optam por continuar a trabalhar após a idade legal de reforma, quando a saúde o permite, combinando rendimentos da pensão e do trabalho, para poderem permanecer na Suíça;

- algumas pessoas regressam a Portugal no momento da reforma, mesmo que esta não tenha sido a sua intenção uns anos antes;
- para os/as portugueses/as que rondam os 60 anos, o “dilema” de partir ou ficar surge com alguma frequência nas conversas em família e, por vezes, permanecer na Suíça só é possível com o apoio dos/as filhos/as, se estes/as tiverem recursos para tal;
- por último, é também reveladora a dificuldade em encontrar pessoas para entrevistar cujo projeto de vida na reforma fosse permanecer na Suíça e, entre os poucos casos que me foram indicados, havia quem, afinal, tivesse alterado esse projeto e previa partir a curto ou médio prazo.

O regresso da população portuguesa quando transita para a reforma emerge como o cenário mais frequente. Deste modo, na análise dos dados recolhidos, procurei compreender os motivos quer para regressar, quer para não regressar, assim como os elementos que intervêm no processo de decisão.

Para este exercício de sociologia compreensiva, que teve como pano de fundo a sociologia das migrações e os estudos sobre o regresso, foram mobilizadas as lentes analíticas do transnacionalismo, das mobilidades, do percurso de vida e do género. Foi igualmente considerado o modelo “aspirações e capacidades” proposto por de Haas (2021), inspirado no trabalho de Carling (2002). A justaposição destas lentes permitiu uma leitura mais fina de uma realidade que é mais complexa do que parece à primeira vista. Os quadros conceptuais adotados têm, por sua vez, implicações metodológicas e levaram-me a realizar uma etnografia multi-situada e em movimento, com recurso a entrevistas biográficas para captar as dinâmicas dos processos e a diacronicidade dos projetos migratórios.

A combinação de uma dimensão espaço-temporal com uma perspetiva multiescalar foi primordial para desvendar as interligações entre aspirações individuais, solidariedades intergeracionais, constrangimentos económicos e ligações (afetivas) aos territórios, que, por sua vez, se articulam com o género e o percurso de vida das pessoas consideradas, podendo gerar dilemas e tensões em termos individuais e familiares.

A “metáfora da dobra” sugerida por Lahire (2005, p. 120) é adequada para ilustrar como uma mesma pessoa incorpora e combina diferentes lógicas de ação para justificar a sua decisão de partir/ficar, ou a sua indecisão. Numa mesma pessoa coexistem múltiplos motivos para regressar, ou não, com níveis de saliência diferentes. Cabe à investigadora

desdobrar essa pluralidade e tornar visíveis as “fibras” do “tecido social” (idem, p. 121) contidas na singularidade de cada indivíduo.

O período de observação foi suficientemente alargado (estendeu-se de 2018 a 2022) para possibilitar o estudo dos processos de decisão de alguns casais e respetivas dinâmicas sociofamiliares (por vezes marcadas por eventos inesperados, como, por exemplo, nascimentos ou doenças) nas quais a decisão de regressar, ou não, ao país de origem está enredada. A duração do estudo (quatro anos) revelou-se indispensável para captar os encaadeamentos de situações e eventuais reviravoltas nos projetos de vida das pessoas que nele participaram. A observação prolongada também permitiu considerar as diferentes mobilidades – antes e depois do regresso – das pessoas entrevistadas, das pessoas que lhes estão próximas e de outros fluxos (pensões, produtos vários).

É igualmente importante situar os indivíduos nas estruturas sociais nas quais estão inseridos e dentro das quais as suas ações ganham sentido. Estas estruturas podem potenciar ou, pelo contrário, inibir oportunidades em termos de mobilidade e migrações. Por este motivo, procurou-se desenhar os contornos dos contextos sociohistóricos, económicos e políticos da migração e traçar os contornos dos sistemas suíços de proteção social e de saúde. Sem estes elementos, os dilemas no momento da reforma tornar-se-iam menos inteligíveis.

Antes de sintetizar os resultados da análise realizada à migração de regresso na reforma, importa ainda assinalar a diversidade de perfis entre as pessoas entrevistadas. Se uma maioria saiu de Portugal na década de 1980, várias pessoas saíram na década anterior e algumas já neste século. Se uma maioria reside de forma ininterrupta na Suíça desde que lá chegou (tendo, quase sempre, permanecido na mesma localidade ou região), algumas pessoas tentaram o regresso, outras experienciaram-no e viveram em Portugal alguns anos, antes de voltar a residir na Suíça (por sinal, na cidade onde residiam anteriormente).

O projeto de regresso: de imaginado a concretizado, frustrado ou descartado

Este estudo mostra a interdependência entre aspirações, projetos e ação, ou seja: como a migração (de regresso) é pensada, planeada e, eventualmente, concretizada. No capítulo 5, vimos que o regresso é imaginado por quem parte e por quem fica, ao nível individual e ao nível coletivo. Há, até, quem fale em “ideologia portuguesa da migração de regresso” (Brettell, 2003) e quem avance a hipótese de uma “cultura de regresso” entre os/as migrantes portugueses/as (Bolzman *et al.*, 2017, p. 6).

Autores/as como Salazar (2011) ou Cangìà e Zittoun (2020) mostram a influência mútua entre imaginação/imaginários e migração/mobilidade. No caso em estudo, vimos que a migração inicial ampliou o campo de possibilidades. Consequentemente, as pessoas reconfiguraram as suas aspirações e alteraram os objetivos dos seus projetos migratórios, assim como a sua temporalidade, que foi sendo alargada. Com o passar do tempo, para algumas pessoas, o projeto de *regressar para trabalhar*, eventualmente por conta própria, depois de ter a casa paga e algumas poupanças, deu lugar ao projeto de *regressar para desfrutar da reforma*, e do seu património, enquanto a saúde o permite. O projeto de *regressar em família* deu lugar ao projeto de *regressar em casal*, consentindo uma vida familiar à distância, possibilitada pelo recurso às novas tecnologias e viagens fora da época alta. Para outras pessoas, o regresso deixou de fazer sentido, a determinado momento dos seus percursos de vida, deixaram de aspirar a voltar para o país de onde partiram. O projeto de regresso transformou-se em projeto de permanência, com vaivéns mais ou menos frequente ao país de origem, pelo menos para um dos cônjuges.

Dentro de um mesmo agregado familiar, a experiência migratória é vivida de forma singular por cada indivíduo, pelo que, à medida que se alonga a permanência no país de residência, podem surgir dissonâncias no casal, nomeadamente em relação ao projeto do regresso. Estas resultam de uma gradual desafinação ao nível das aspirações individuais de cada cônjuge e podem, eventualmente, colidir, fazendo surgir tensões entre marido e mulher na hora da reforma, uma vez que este é um momento de transição propício para desencadear uma migração.

O poder negocial de ambos os cônjuges não é, todavia, igual e depende, em grande parte, da capacidade económica de cada membro do casal, resultante das respetivas trajetórias profissionais. As das mulheres foram, frequentemente, trajetórias mais precárias e irregulares, pelo que as suas pensões são inferiores às dos maridos e elas nem sempre dispõem de um fundo de previdência profissional próprio. A passagem à reforma torna visíveis as assimetrias de género ao longo da vida, colocando as mulheres em desvantagem. Porém, a questão do desacordo no casal é mais complexa – nem sempre são as mulheres que querem ficar e os homens que querem partir, por vezes, é o contrário – e não se resume à dimensão económica. Como vimos no capítulo 7, outras dimensões, nomeadamente afetivas e identitárias, são mobilizadas na negociação dos projetos de vida na reforma e na tomada de decisão relativamente a partir ou ficar. Por outro lado, os projetos podem sofrer reviravoltas e as intenções de mobilidade/regresso não se concretizarem.

Neste aspeto particular, importa considerar as “vidas vinculadas” ao casal. Como vimos em diversos capítulos, a família é uma dimensão central do processo decisional na equação partir ou ficar. Durante a vida profissional, o investimento na educação dos/as filhos/as, associada a projetos de mobilidade social intergeracional, surgiu, frequentemente, como um motivo para adiar o regresso. No momento da reforma, o investimento afetivo nas relações com os/as netos/as e os compromissos de solidariedade intergeracional estão entre os principais motivos de um novo adiamento e de sentimentos ambivalentes em relação ao regresso. É, aliás, com o apoio dos/as filhos/as que algumas pessoas conseguem manter-se na Suíça depois da reforma.

Regressar ou permanecer quando chega a reforma?

Existem diferentes tipos de regresso. Neste estudo, distingue-se entre “regresso assertivo” e “regresso ambivalente”. No primeiro, há correspondência entre projeto e ação, no segundo, o mesmo não se verifica.

Regressar permanece uma aspiração forte para algumas pessoas ao longo do tempo, mas, para outras, a determinado momento, deixa de fazer sentido, dando lugar a projetos de permanência no país de residência que incluem regressos cíclicos, ou seja, vaivéns mais ou menos frequente ao país de origem. Seria, por isso, precipitado concluir que, quando é concretizado, o regresso na reforma decorre do projeto migratório. Se é verdade nalguns casos, não o é em todos, como foi mostrado no capítulo 6.

Quando aspiração e ação convergem e, portanto, as pessoas fazem o que queriam fazer, a situação não carece de explicação. O que representa um dilema para a sociologia são os casos em que intenção e ação divergem, como sucede com o “regresso ambivalente”. Os dados qualitativos recolhidos mostram que quem volta ao país de origem, apesar de essa não ser a sua intenção, fá-lo porque, não tendo capacidades para ficar, tem capacidades para regressar. Neste aspeto, a casa em Portugal ocupa um lugar central: a existência de um bem imobiliário no país de origem participa da estrutura de oportunidades dentro da qual, chegado o momento da reforma, os projetos de vida são ponderados. Esse bem representa uma desvantagem para quem pretende ficar na Suíça: não só aumenta a taxa de imposto sobre o rendimento como torna inviável recorrer aos mecanismos sociais previstos para as pensões baixas. No entanto, pode igualmente ser visto como uma vantagem, uma vez que amplia o campo das possibilidades e permite incluir a opção “migrar na reforma” entre as alternativas possíveis.

Perante uma situação de maior fragilidade económica num momento da vida em que a saída do mercado do trabalho abala as bases que sustentam o sentido de continuidade – rotinas, lugar na sociedade, vida social, vida em casal são reconfiguradas na reforma – o receio de ver a sua qualidade de vida deteriorar-se gera alguma ansiedade. Para resolver esta situação, algumas pessoas alteram, não as suas aspirações, mas as suas intenções, de modo a torná-las coerentes com os recursos disponíveis. Perante os constrangimentos estruturais com que se deparam, fazem prova de uma agência pragmática e voltam para Portugal. Para dar sentido a este movimento, procedem, frequentemente, a uma reformulação cognitiva (*reframing*): a migração de regresso na reforma é apresentada como uma forma de se alcançar uma *vida boa* ou uma *vida melhor* e insere-se em narrativas de busca de amenidades e bem-estar, semelhantes às das migrações “estilo de vida”. Podemos considerar que se trata de um regresso ambivalente adaptativo.

A outra situação dissonante que necessita de uma explicação é o regresso que foi planeado, mas que não se concretiza. Neste caso, os casais encontram-se numa “permanência ambivalente”: o projeto de regressar é mantido, embora constantemente adiado, *porque* a sua capacidade a permanecer é muito incerta. Uma incerteza que coloca as pessoas num desassossego permanente: “não estou bem aqui [na Suíça], não estou bem em Portugal”, desabafava Óscar. A viver em Genebra há mais de 40 anos, na entrevista realizada em 2019, contava como se sentia a viver entre a espada e a parede:

(...) estou neste medo... há momentos que digo ‘vou-me embora’ [...] mas é metade de mim que vai embora porque [...]... todas as minhas recordações boas, más, é aqui! Eu, lá, sou um zero à esquerda! [...] Estou assim nesta situação, não sei como fazer.

As narrativas das pessoas em situação de permanência ambivalente fazem lembrar a figura de “O visconde partido ao meio”, do romance que Italo Calvino publicou em 1952, e remetem para a discussão em torno da segurança ontológica (Giddens, 1996 [1990]). As pessoas entrevistadas descrevem um misto de sentimentos de tensão, preocupação e medo que afeta o seu estado mental e emocional e põe em causa o sentimento de continuidade no qual a pessoa viveu até então. A confiança na “constância dos ambientes sociais e materiais envolventes” (Giddens, 1996 [1990], p. 64) é abalada.

As pessoas que vivem numa permanência ambivalente não assumem nem o regresso nem o prolongamento da sua permanência. Na incerteza persistente na qual se encontram,

a alimentação de esperanças coexiste com um sentimento de pessimismo associado à ansiedade gerada pela situação. Vivem, pragmaticamente, um dia/ano de cada vez, sem se projetarem num horizonte de longo prazo.

Quer o “regresso ambivalente adaptativo”, quer a “permanência ambivalente não assumida” acompanham-se de custos psicológicos relacionados com a dificuldade de agir de acordo com as suas preferências (aspirações). Estes dois tipos de situações ilustram a interação entre a estrutura e a agência individual. Num e noutro caso, vemos a capacidade de ação de pessoas migrantes (que ocuparam, na sua maioria, posições laborais consideradas “não qualificadas”) e as formas que encontraram para ultrapassar os constrangimentos que, no contexto socioeconómico suíço, emergem quando se chega à reforma. Há quem tire vantagem da sua dupla pertença e dos recursos de que dispõem no país de origem, cujo contexto se revela, por isso mesmo, facilitador de uma solução alternativa. E há quem ultrapasse os constrangimentos, mobilizando os recursos possíveis no país de residência.

Indo mais longe na explicação, poder-se-á considerar que, em certos casos, o regresso deve-se à “interiorização da exterioridade”, sugerida pelas abordagens disposicionalistas e, segunda as quais, “o social encontra-se enraizado nas mentes dos sujeitos sob a forma de esquemas de percepção e interpretação que orientam a acção” (Caetano, 2011, p. 158). A forma como Miguel apresenta a sua decisão de voltar para Portugal reflete, precisamente, a sua interiorização dos constrangimentos estruturais. As suas palavras denotam, aliás, algum conformismo:

Já sabíamos como era: não dava para lá viver (...) Eu já sabia, já estava mentalizado, quando terminasse esses cinco anos [de reforma antecipada], tinha de me vir embora, não tinha possibilidade de lá ficar.

Este tipo de condicionamento da ação é encontrado nas narrativas tanto do tipo “regresso ambivalente” como do tipo “regresso assertivo”. Isto porque a realidade é dinâmica e, por isso mesmo, o tipo assertivo inclui pessoas regressadas que, uns anos antes, tinham pertencido ao tipo “permanência ambivalente”.

Por último, foram identificados casos de “permanência assertiva” que correspondem às situações de pessoas que ficam porque querem inequivocamente ficar. Nestes casos, o projeto de regressar deixou de existir ou, por vezes, nunca existiu. A relação com Portugal mantém-se através de viagens regulares de curta duração.

A plasticidade do género e dos lugares

Os resultados deste estudo contribuem também para desconstruir algumas ideias pré-concebidas relativamente à dimensão de género. Ficou patente que o contexto migratório pode dar lugar a uma flexibilização dos papéis sociais tradicionais no casal, que se traduz, nomeadamente, por uma maior participação dos homens na esfera doméstica. Por outro lado, mostrou-se que, por vezes, são os homens que manifestam vontade de ficar no país de residência, embora grande parte da literatura tenda a associar o desejo de permanência às mulheres. Uma análise de género atenta às diferenças dentro de cada categoria (mulheres/homens), assim como às semelhanças entre ambas as categorias, permite questionar visões estereotipadas (eles isto, elas aquilo) e revelar a plasticidade do género. Este varia em função dos contextos espaço-temporais nos quais as pessoas se encontram. Desta forma, cada migração possibilita uma alteração dos papéis de género no casal e poderá implicar uma renegociação dos mesmos, embora a capacidade negocial de cada cônjuge seja diferente no país de origem e no país de residência, atendendo, por exemplo, à maior ou menor proximidade das respetivas redes familiares. Assim, em alguns casos, a migração de regresso pode significar voltar a adotar normas de género tradicionais, devido a um maior controle social no contexto de origem.

O receio deste regresso, ou melhor dizendo, desta regressão, poderá também explicar por que mulheres e homens desenvolvem ligações diferentes com os mesmos lugares e por que é que, algumas vezes, elas não querem voltar para *aquela* lugar. No entanto, como diz Álvaro de Campos no seu poema, “o lugar é sempre outro” porque evolui ao longo do tempo. E essa evolução também pode ser motivo para não querer voltar a residir no lugar de origem. Efetivamente, as transformações dos espaços decorrem de forma desigual, consoante o seu posicionamento geopolítico e económico. Viver no litoral tem sido mais atrativo do que viver para o interior do país, atendendo ao maior grau de investimento e desenvolvimento na zona costeira. A maior densidade em termos de infraestruturas produz efeitos nas estruturas de oportunidades e, poderíamos acrescentar, nas estruturas mentais.

O regresso como nova migração

Embora possa ter usado por diversas vezes, ao longo dos capítulos, por comodidade, o termo “regresso” de forma isolada, importa frisar que se trata de uma *nova* migração e

que, por isso, o termo “migração de regresso” é mais adequado para caraterizar o fenómeno analisado nesta monografia na sua complexidade.

A pessoa que regressa na reforma viveu um processo de sedentarização, criou laços duradouros no plano sociocultural, sofreu uma hibridização da sua identidade, perceptível na sua forma de falar. Volvidos tantos anos sobre a primeira saída de Portugal, as pessoas que regressam têm de passar por um processo de integração. As narrativas incluem referências aos desafios e dificuldades de adaptação a Portugal que sentiram ou que preveem vir a sentir ao mudar de país: as pessoas entrevistadas reconhecem um défice ou um desajuste em termos de informação e modos de fazer, sentem que não sabem navegar no sistema português. Além disso, passaram por um processo de aculturação e trazem um olhar diferente, por vezes, avaliador das instituições nacionais e das práticas culturais. Os regressos cíclicos ao longo dos anos não foram suficientes para impedir um (maior ou menor) sentimento de desfasamento, decorrente de uma ausência prolongada. Possuir a nacionalidade, a língua e os traços culturais do país para o qual se migra não é, por si só, garante de uma integração sociocultural forte imediata. Deste modo, a pessoa que regressa necessita de algum tempo para se atualizar em relação às normas e códigos que sofreram alterações desde a sua partida. Nos primeiros meses/anos, são várias as dificuldades para lidar nomeadamente com as múltiplas burocracias (por exemplo, legalizar veículos, alterar a residência, compreender os assuntos de fiscalidades e o acesso aos cuidados de saúde), perante as quais o recurso a serviços privados, como advogados/as e solicitadores/as, é, não raras vezes, a solução (L. Azevedo, 2022a). Os temas da reinstalação e integração após o regresso na reforma não foram explorados nesta monografia, poderão sê-lo em publicações futuras.

Em síntese, a pessoa que regressa volta a estar na condição de migrante: “somos um pouco como estrangeiros aqui [em Portugal]”, indigna-se Emílio, resumindo o que é expressado por vários/as portugueses/as que foram, ou são ainda, residentes no estrangeiro.

Outra analogia importante entre os processos de emigração na vida adulta e de regresso na reforma prende-se com a família que fica no país (*left-behind*, ver capítulo 1.2.2). Enquanto num caso, fica “para trás” a família ascendente e colateral e, por vezes, numa fase inicial, também a família descendente e/ou cônjuge, no outro caso, quem fica é a família descendente – e, por vezes, eventualmente, a família colateral, quando houve migração de vários/as irmãos/ãs para o mesmo país. A particular relevância deste aspeto reside nas implicações em termos de mobilidade futura, tanto de quem parte, como de quem fica.

Revisitar e problematizar o conceito de regresso

Os paralelismos entre duas etapas de um mesmo processo migratório (emigração e regresso) remetem para a discussão do próprio conceito de regresso como contracorrente de uma corrente migratória original, que alguns autores entendem ser um termo que incorpora “elementos ideológicos” (Pascual de Sans de Sans, 1983, p. 70) e “produto do pensamento de Estado” (Sayad, 2006, p. 161). A reflexão do sociólogo franco-argelino desafia-nos a questionar as perspetivas teórico-epistemológicas adotadas nos estudos sobre migrações quando, ao referir-se ao estudo do fenómeno migratório, afirma: “o *discurso* sobre o objeto faz parte do objeto e deve ser integrado no objeto de estudo ou tornar-se ele próprio objeto de estudo” (Sayad, 1999, p. 17, *itálico meu*). Uma perspetiva que vai ao encontro da distinção que o sociólogo americano Rogers Brubaker (2013) estabelece entre categorias de análise (usadas pelos cientistas sociais) e categorias de prática (usadas na linguagem quotidiana e na linguagem política), que importa considerar neste tipo de estudos. Efetivamente, a noção de *regresso* pode, e deve, ser questionada (a este propósito, veja-se o editorial de um número temático recente na revista *Cidades, Comunidades e Territórios*, dedicado à migração de regresso para Portugal: L. Azevedo *et al.*, 2022).

Importa assinalar que as pessoas entrevistadas e as suas famílias nem sempre falam em “regressar” para designar a possibilidade de voltar a viver em Portugal, é frequente usarem o termo “partir”, ou usarem, de forma intercambiável, um e outro termo. A diferença pode parecer irrelevante, é, no entanto, reveladora da perspetiva adotada: regressar alude à perspetiva do país de origem, partir alude à perspetiva do país de residência. Se considerarmos a dimensão espaciotemporal, podemos argumentar que *partir para* remete para uma visão de futuro ancorada no presente, enquanto *regressar a* remete para uma visão de futuro ancorada no passado.

Esta distinção não é insignificante, porque tem subjacente outra questão: até quando uma pessoa é considerada migrante? Quantos anos de residência são necessários para se ser considerado/a uma pessoa *local*? Como resolver a questão da auto-categorização vs hetero-categorização, isto é, a distinção entre uma perspetiva *emic* e uma perspetiva *etic*?

São questões relevantes que abrem novos caminhos para a interpretação dos dados. Podemos colocar a hipótese de algumas pessoas que participaram no estudo estarem a agir, não como migrantes, mas como nacionais (não migrantes), atendendo ao facto de muitas destas pessoas terem vivido na Suíça mais de metade das suas vidas. E se Júlio,

por exemplo, estivesse a encarar a migração de regresso como um reformado suíço (o que ele é, do ponto de vista da administração suíça, dado que tem dupla cidadania) que veio para Portugal para melhorar a sua situação económica e usufruir das vantagens que os países do Sul da Europa e do Mediterrâneo oferecem a migrantes do Centro e Norte da Europa, como tem vindo a acontecer com outros/as reformados/as/as daquele país (veja-se outros exemplos em Repetti *et al.*, 2018; Repetti & Bolzman, 2020; Nedelcu *et al.*, 2023)?

Existem semelhanças entre migração de regresso na reforma e migração internacional de reforma, *return retirement migration* e *international retirement migration* são termos distintos que caracterizam fenómenos distintos, que podem, no entanto, sobrepor-se. Os laços com o país não são um elemento suficiente para distinguir estas duas categorias de migrantes porque há quem, na reforma, se estabeleça num país com o qual foi desenvolvendo diferentes ligações ao longo da vida (L. Azevedo & Tomás, 2022). São essencialmente dois os aspetos que distinguem uma e outra migração na reforma: quem regressa possui a nacionalidade e cultura do país para onde se desloca e é retratado/a, na literatura, como *labour migrant*, enquanto os/as migrantes reformados/as ocupam posições sociais mais elevadas. Embora a literatura se centre nas diferenças entre estas duas categorias de migrantes na reforma, diversas semelhanças são observáveis. Deste modo, a comparação entre pessoas migrantes e não migrantes não deve ser descurada.

Regresso e mobilidades

Quer migrem de volta para Portugal ou fiquem na Suíça, quando se reformam, os/as portugueses/as da Suíça continuam a circular no espaço transnacional constituído por estes dois espaços geográficos, sociais, políticos e económicos criado por sucessivos fluxos migratórios e que contribuem a reproduzir. Quem ainda não regressou, mas projeta fazê-lo, assume que irá manter laços com a Suíça, uma vez que ali deixam os/as filhos/as e que, por esse motivo particular, continuarão a ir e vir com alguma regularidade.

O incentivo à mobilidade transnacional de quem regressa reside, precisamente, no seu passado migratório e no facto desse regresso ocorrer numa fase tardia da vida, quando os/as filhos/as já constituíram os seus próprios agregados familiares ou, pelo menos, transitaram para a vida adulta.

Como vimos no capítulo 7, após a migração de regresso, as pessoas circulam em ambos os sentidos (os/as próprios/as regressados/as, descendentes e amigos/as) e levam

consigo diversos bens (comestíveis e outros), como também circulam cuidados às gerações mais novas (os avós voltam à Suíça para cuidar dos/as netos/as ou estes/as vão a Portugal passar as férias de verão nos avós) e fluxos financeiros (pensões e fundos de previdência profissional da Suíça). As narrativas e observações recolhidas durante a etnografia confirmam as afirmações de Grenier e colegas (2019) de que a mobilidade é um recurso que contribui para o bem-estar no envelhecimento e de que “(i)mobilidade é fluída, contextual e está sempre a mudar no tempo e do espaço” (p. 4). Podemos desde já emitir a hipótese que, dentro de alguns anos, quando uma saúde mais frágil ou o falecimento de quem agora regressa terá uma influência na mobilidade dos/as descendentes e eventualmente de outro tipo de fluxos (na eventualidade das casas serem vendidas).

Por outro lado, como afirmou Bourdieu (1994, p. 17), “a realidade é relacional”. Importa, por isso, considerar mobilidade e imobilidade em conjunto. Adotando uma perspetiva relacional, conclui-se que a imobilidade de uns/umas desencadeia a mobilidade de outros/as e vice-versa. A vida profissional dos/as filhos/s pode ser motivo para a deslocação dos pais, o fraco estado de saúde dos pais pode ser motivo para a deslocação dos/as filhos, a (im)possibilidade destes/as viajarem no Natal, por exemplo, define quem se desloca nessa ocasião. Estes padrões de mobilidade, observados em contexto internacional, são igualmente observáveis no contexto nacional. Apercebi-me de comportamentos semelhantes em algumas aldeias do Norte de Portugal de onde tinham saído pessoas para a Suíça e pessoas para o Porto. Estas últimas desfrutam da sua reforma na aldeia, mas, por motivos de saúde e familiares, mantêm casa na cidade e praticam, à semelhança das pessoas participantes neste estudo, uma pendularidade conforme as necessidades. Aliás, fazem falta estudos que comparem migrações internas e internacionais: salvo algumas exceções (Baía, 2022), esta perspetiva comparativa é praticamente inexistente no nosso país.

Nesta senda, revela-se oportuna a proposta da antropóloga suíça Janine Dahinden (2016) de “de-migrantizar” os estudos migratórios e “migrantizar” a investigação social em geral. Nos estudos sobre migrações, uma forma de operacionalizar esta proposta é comparar pessoas migrantes e não migrantes, como fazem Nedelcu e colegas (2023), no seu artigo sobre “mobilidades de reforma”: as autoras adotam uma perspetiva comparativa que permite desconstruir ideia de excecionalismo migrante que prevalece em grande parte da literatura sobre envelhecimento transnacional.

A perspetiva relacional também se aplica aos países: que vantagens ou desvantagens estes movimentos de populações envelhecidas têm para os países envolvidos? Portugal,

emissor de uma população jovem, com força de trabalho e em idade fértil, é recetor de uma população cuja força de trabalho declinou e necessita de cuidados específicos (ou irá necessitar num futuro próximo). A Suíça encontra-se na posição contrária: acolhe mão-de-obra que contribui para a dinamização da sua economia e exporta uma população cuja permanência significaria o aumento dos custos sociais e de saúde, ao mesmo tempo que preserva o potencial demográfico legado por esta população em movimento. Com elas circulam fluxos financeiros e é esse o principal ganho de Portugal: as pensões e os fundos de previdência profissional são “importações” favoráveis à balança de pagamentos nacional. Além disso, a dispersão das famílias por espaços sociais transnacionais das quais um membro se encontra em Portugal (neste caso, a primeira geração regressada) gera circulação de pessoas, a qual se pode enquadrar, nomeadamente, nos fluxos turísticos internacionais.

Embora o regresso das pessoas mais velhas não esteja a suscitar grande atenção política, académica ou mediática em Portugal, cujos holofotes estão sobretudo virados para reformados/as estrangeiros/as, o tema é, no entanto, de grande relevância para o país. Primeiro, porque tudo indica que o regresso em proveniência da Suíça em idades mais avançadas é uma tendência que se vai manter. Em segundo lugar, porque a vinda destas pessoas tem impactos na economia local. Em terceiro lugar, porque a sua presença pode contribuir à revitalização de algumas localidades no meio rural. Nesta pesquisa, pude vislumbrar indícios disto. O objeto de estudo não era, no entanto, a reintegração no país e os modos de vida após o regresso, nem o impacto, a médio-longo prazo, nos territórios para onde regressam. Fica a sugestão para pesquisas futuras.

Em todo o caso, a discussão da migração de regresso e das mobilidades de portugueses/as acima dos 60 anos deve ser situada numa perspetiva mais ampla de economia política daquilo que é ser reformado/a no espaço atual de mobilidade europeia.

Outros caminhos de análise que importa trilhar

Os dados apresentados e discutidos nesta monografia podem ser aprofundados sob outros pontos de vista como, por exemplo, o das desigualdades de género, desigualdades entre reformado/as e desigualdades territoriais.

Do ponto de vista das desigualdades de género podemos revisitar os dados recolhidos e analisar como a emigração afetou de forma diferente/desigual as trajetórias familiares e profissionais de mulheres e homens, e como o regresso afeta o bem-estar e a saúde física e mental de umas e outros.

Do ponto de vista das desigualdades territoriais, podemos examinar como a vinda de migrantes envelhecidos/as para territórios que sofreram processos de desertificação e de desinvestimento, no interior Norte e Centro do país, cria uma pressão acrescida nas estruturas existentes, em particular nas estruturas de saúde e de cuidados. Impõe-se fazer uma reflexão sobre os desafios que as migrações na reforma colocam aos territórios que as acolhem. Atendendo à tendência dos/as migrantes portugueses/as reformados/as regressarem para os locais de onde saíram e onde têm casa, podem dar um contributo demográfico e económico em zonas rurais que tinham vindo a perder população com a emigração e a litoralização do país. Contudo, a sua reinstalação acompanha-se da procura de serviços que nem sempre encontram localmente (por exemplo, cuidados de saúde e de apoio ao domicílio, mas também serviços de manutenção da casa e de espaços exteriores).

Do ponto de vista das desigualdades entre reformados/as num mesmo território, estão por analisar os efeitos da posição de privilégio relativo que quem vem da Suíça na reforma ocupa por comparação com outros/as cidadãos/ãs nacionais, uma vez que os primeiros dispõem, muitas vezes, de pensões mais elevadas do que aqueles/as que ocupam a mesma posição social no contexto nacional. Por outro lado, estão, não raras vezes, em posição de desvantagem em relação a reformados/as estrangeiros/as, não beneficiando do mesmo nível de informação nem das mesmas condições para aceder aos mecanismos fiscais aos quais são elegíveis (designadamente, ao estatuto de residente não habitual).

A temporalidade futura é um aspeto adicional a considerar noutras investigações. Neste estudo, abordaram-se algumas das implicações que o regresso ao país de origem acarreta no momento presente, mas podemos interrogar-nos relativamente às implicações futuras. Adivinham-se, por exemplo, situações de viuvez, num futuro mais ou menos próximo. Estas afetam mais as mulheres do que os homens, que impactos terão nas relações familiares, nos padrões de mobilidade de quem está em Portugal e da família próxima no estrangeiro? Poderá haver nova migração, em sentido contrário? O que irá acontecer ao património quando os/as únicos/as herdeiros/as serão descendentes a viverem no estrangeiro? Por outro lado, poderá o regresso da primeira geração afetar as intenções migratórias da segunda geração, nomeadamente de quem nasceu em Portugal e saiu durante a infância e/ou de quem nunca optou por adquirir a nacionalidade do país onde reside?

Para responder a estas questões, entre outras possíveis, seria muito útil um estudo longitudinal, como também seria muito útil adotar-se uma perspetiva de análise de redes

sociais que permita abranger a rede familiar de quem está a regressar e considerar, simultaneamente, uma pluralidade de perspetivas sobre a mesma situação.

Numa nota final, importa sublinhar que os resultados apresentados nesta monografia não devem ser transpostos tal e qual para outros contextos. Nos estudos migratórios, importa realizar uma *análise situada*, ou seja, situar a análise nos *contextos específicos* de partida e de chegada das pessoas em estudo, considerando as estruturas sociopolíticas e económicas nas quais se inserem e se movem – que se alteram ao longo do tempo e que as pessoas (migrantes e não migrantes) contribuem para alterar. Por outro lado, os resultados apresentados não são generalizáveis a migrantes portugueses/as com trajetórias educacionais e profissionais distintas daquelas que foram aqui analisadas. Nas gerações mais jovens, possivelmente várias questões aqui analisadas já não se colocarão da mesma forma. Podemos supor que seja atualmente menos provável uma mulher depender do marido para se deslocar da aldeia à cidade após o regresso a Portugal, dada a evolução das práticas e normas sociais. Aliás, podemos pôr a hipótese de que os regressos para o mundo rural serão menos comuns nas gerações mais jovens, atendendo à maior diversificação de perfis de migrantes portuguesas/es neste século. São, no entanto, meras suposições. Outros estudos são necessários para aferir de que forma género, idade, classe social e raça impactam na emigração e regresso de portuguesas/es que saíram do país mais recentemente.

POSFÁCIO

Certo dia, escrevi no meu diário: “a feitura da tese assemelha-se à elaboração de uma manta de retalhos”. Usei este termo para me referir ao processo de *corte e costura* por detrás deste laborioso texto que, finalmente chegou a seu termo e se encontra disponível para quem tiver interesse nos temas da migração portuguesa e/ou da migração de regresso na reforma. Trata-se de uma *manta de retalhos* porque boa parte do texto resulta de peças trabalhadas em diferentes momentos do doutoramento. Versões preliminares de certos capítulos ou subcapítulos foram apresentadas em conferências ou integraram, eventualmente, publicações científicas. Houve, portanto, um trabalho de recolha desses recortes espalhados por diferentes pastas, ficheiros e cadernos. E, por vezes, um trabalho de tradução, do inglês ou do francês para o português. Mas certas partes do processo de escrita também se assemelharam a um trabalho de *tricot* ou de *crochet*, em que é, por vezes, necessário desfazer algumas malhas, neste caso, algumas linhas, ou até, por vezes, vários parágrafos. Quando isso acontece, tenta-se, pacientemente, apanhar a malha caída, reescreve-se as linhas desfeitas, procurando o tom certo, as referências adequadas, os exemplos apropriados à narrativa que está a ser construída (foi o que aconteceu mais do que uma vez com os capítulos 5 e 6). Chega um momento em que é necessário aceitar que a peça que daqui resulta não é aquilo que imaginámos quando lançámos mão à obra. Pelo caminho, ganhou vida própria, seguiu outro rumo. Embora relevantes e merecedores de atenção, certos fios não fazem falta, afinal. Deixo-os de parte, para outras peças, artigos ou capítulos por vir. Percebo não ser possível alcançar o sentimento de trabalho acabado, porque o momento de colocar um ponto final e submeter a monografia a um júri é apenas um outro início.

*Em memória da avó Isaura
que me legou a sua máquina de costura*

FONTES

Legislação geral

Accord du 21 juin 1999 entre la Suisse d'une part, et la CE sur la libre circulation des personnes(RS 142.112.681), <https://www.fedlex.admin.ch/eli/cc/2002/243/fr>

Feuille Fédérale, 19 novembre 1964, Volume II, Accord entre la Suisse et l'Italie relatif à l'émigration de travailleurs italiens en Suisse, https://www.fedlex.admin.ch/eli/cc/1965/399_406_400/fr#fn-d6e16

LAMA, Loi sur l'assurance-maladie et accidents, du 4 février 1912

LSEE, Loi fédérale sur le séjour et l'établissement des étrangers, du 26 mars 1931, www.fedlex.admin.ch/eli/fga/1931/1_425_437_237/fr

LAVS Loi fédérale sur l'assurance-vieillesse et survivants, du 20 décembre 1946, https://www.fedlex.admin.ch/eli/cc/63/837_843_843/fr

LAMal, Loi fédérale sur l'assurance-maladie, du 18 mars 1994
https://www.fedlex.admin.ch/eli/cc/1995/1328_1328_1328/fr

LPP, Loi fédérale sur la prévoyance professionnelle vieillesse, survivants et invalidité, du 25 juin 1982 https://www.fedlex.admin.ch/eli/cc/1983/797_797_797/fr

LEg - Loi fédérale sur l'égalité entre femmes et hommes, du 24 mars 1995, https://www.fedlex.admin.ch/eli/cc/1996/1498_1498_1498/fr

LEI, Loi fédérale sur les étrangers et l'intégration, du 16 décembre 2005, <https://www.fedlex.admin.ch/eli/cc/2007/758/fr>

Rapport du Conseil fédéral à l'Assemblée fédérale concernant l'ordonnance du 29 novembre 1921 sur le contrôle des étrangers, www.fedlex.admin.ch/eli/fga/1922/1_152_/fr

Legislação específica

Convenção sobre Segurança Social entre Portugal e a Suíça, Decreto n.º 30/76, de 16 de janeiro. <https://dre.tretas.org/dre/222581/decreto-30-76-de-16-de-janeiro>

Acordo Adicional a esta Convenção, aprovado pelo Decreto n.º 33/95 <https://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/documentos/instrumentos/dec33-1995.pdf>

Regulamentos (CE) n.º 883/2004 e n.º 987/2009 sobre a coordenação dos sistemas de segurança social aplicáveis às relações entre a Suíça e os Estados-Membros da União

Europeia <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=celex%3A32004R0883> e <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/ALL/?uri=CELEX%3A32009R0987>

Programa Regressar

Portaria n.º 214/2019, de 5 de julho, <https://dre.pt/dre/detalhe/portaria/214-2019-122960401>

Portaria n.º 114/2023, de 2 de maio, <https://dre.pt/dre/detalhe/portaria/114-2023-212447684>

Websites institucionais

Centre d'information AVS/AI <https://www.ahv-iv.ch/fr/>

Diário da República Eletrónico <https://dre.pt/dre/home>

FEDLEX <https://www.fedlex.admin.ch/de/home>

OCDE, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

<https://data.oecd.org/fr/migration/population-etrangere.htm>

OFAS, Office fédéral des assurances sociales <https://www.bsv.admin.ch/bsv/fr/home.html>

OFS, Office fédéral de la statistique <https://www.bfs.admin.ch/bfs/fr/home.html>

OFSP, Office fédéral de la santé publique <https://www.bag.admin.ch/bag/fr/home.html>

Programa Regressar <https://www.programaregressar.gov.pt/pt>

Websites noticiosos

ArcInfo <https://www.arcinfo.ch>

Le Courier <https://lecourrier.ch>

La Liberté <https://www.laliberte.ch>

Le Nouvelliste <https://www.lenouvelliste.ch>

Le Temps <https://www.letemps.ch>

Radio Télévision Suisse Romande www.rts.ch

Público <https://www.publico.pt/>

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aboim, Sofia (2012). Do público e do privado: uma perspectiva de género sobre uma dicotomia moderna. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 20 (1), 95–117. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2012000100006>
- Ackers, Louise, & Dwyer, Peter (2002). *Senior Citizenship? Retirement, Migration and -Welfare in the European Union*. Bristol. Policy Press.
- Afonso, Alexandre (2004). Immigration and its Impacts in Switzerland. *Mediterranean Quarterly*, 15(4), 147-166. <https://doi.org/10.1215/10474552-15-4-147>
- Afonso, Alexandre (2010). Permanently provisional: History, facts & figures of portuguese immigration in Switzerland. *International Migration*, 53 (4), 120-134. <https://doi.org/10.1111/j.1468-2435.2010.00636.x>
- Afonso, Joyce D., Barros, Stéphanie, & Albert, Isabelle (2022). The Sense of Belonging in the Context of Migration: Development and Trajectories Regarding Portuguese Migrants in Luxembourg. *Integrative Psychological and Behavioral Science*. <https://doi.org/10.1007/s12124-022-09721-4>
- Agnew, John (1990). Les lieux contre la sociologie politique. *Espaces Temps*, 43-44, 87-94. <https://doi.org/10.3406/espac.1990.3757>
- Albert, Isabelle (2021). Perceived loneliness and the role of cultural and intergenerational belonging: the case of Portuguese first-generation immigrants in Luxembourg. *European Journal of Ageing*, 18, 299-310. <https://doi.org/10.1007/s10433-021-00617-7>
- Albert, Isabelle, Ferring, Dieter, & Michels, Tom (2013). Intergenerational Family Relations in Luxembourg. *European Psychologist*, 18 (1), 59-69. <https://doi.org/10.1027/1016-9040/a000125>
- Albert, Isabelle, Barros Stéphanie, & Ferring, Dieter (2016a). Future plans and the regulation of well-being of older Portuguese immigrants in Luxembourg. *Social Inquiry into Well-Being*, 2, 70-78. <https://doi.org/10.13165/siiw-16-2-1-06>
- Albert, Isabelle, Ferring, Dieter, & Lang, Frieder R. (2016b). Introduction to the special issue on “Aging and migration in Europe”. *GeroPsych: The Journal of Gerontopsychology and Geriatric Psychiatry*, 29 (2), 53–55. <https://doi.org/10.1024/1662-9647/a000142>
- Albert, Isabelle, & Barros, Stéphanie (2017). Family Cultures in the Context of Migration and Ageing. *Integrative Psychological and Behavioral Science*, 51, 205-222. <https://doi.org/10.1007/s12124-017-9381-y>
- Almeida, Aníbal de (1997). Enjeux, perspectives et conséquences prévisibles des nouvelles précarités et du vieillissement. Em Béatrice de Varine, *Les familles portugaises et la société française* (pp. 139-148). W Editions.
- Almeida, Aníbal de (1999). Le vieillissement des Portugais en France: choix et perspectives. *Gérontologie et Société*, 91, 115-1125.
- Almeida, Aníbal de (2008). *Os Portugueses em França na Hora da Reforma. Les Portugais en France à l'heure de la retraite*. Paris, Éditions Lusophone.
- Almeida, Aníbal de (2011). Les Portugais en France à l'heure de la retraite cinquante ans après leur arrivée en France, les portugais parviennent à l'âge de la retraite. *Gérontologie et société*, 34 (139), 161-178. <https://doi.org/10.3917/gs.139.0161>
- Alpes, Maybritt Jill (2014). Imagining a future in bush: migration aspirations at times of crisis in Anglophone Cameroon. *Identities*, 21 (3), 259- 274. <https://doi.org/10.1080/1070289X.2013.831350>
- Alwin, Duane F. (2012). Integrating varieties of life course concepts. *The Journals of Gerontology, Series B*, 67(2), 206-220, <https://doi.org/10.1093/geronb/gbr146>.

- Amaro, Rogério Roque (1985a). Ei-los que voltam: problemas e desafios do regresso dos emigrantes. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 15/16/17, 351-373.
- Amaro, Rogério Roque (1985b). Reestruturações demográficas, económicas e socioculturais em curso na sociedade portuguesa: o caso dos emigrantes regressados. *Análise Social*, 87 (88-89), 605-677.
- Amelina, Anna, & Faist, Thomas (2012). De-naturalizing the national in research methodologies: Key concepts of transnational studies in migration. *Ethnic and Racial Studies*, 35 (10), 1707-1724. <https://doi.org/10.1080/01419870.2012.659273>
- Amelina, Anna, Nergiz, Devrimsel Faist, Thomas, & Glick Schiller, Nina (Eds.) (2012). *Beyond Methodological Nationalism: Social Science Research Methodologies in Transition*. Routledge.
- Anderson, Benedict (2006 [1983]). *Imagined Communities: Reflections on the Origine and Spread of Nationalism*. Verso.
- Anderson, Bridget (2019). New directions in migration studies: towards methodological de-nationalism. *Comparative Migration Studies* 7, 36. <https://doi.org/10.1186/s40878-019-0140-8>
- Anderson, Grace (1974). *Networks of contact: the Portuguese and Toronto*. Wilfrid Laurier University Press.
- Anido, Nayade, & Freire, Rubens (1978). *L'émigration portugaise : Présent et avenir*. Presses Universitaires de France.
- Ansart, Pierre (1968). Marx et la théorie de l'imaginaire social, *Cahiers internationaux de sociologie*, 45, 99-116.
- Anwar, Muhammad (1979). *The Myth of Return*. London, Heineman.
- Appadurai, Arjun (1996). *Modernity at large: Cultural dimensions of globalization*. University of Minnesota.
- Appadurai, Arjun (2001). Grassroots Globalization and the Research Imagination. Em Arjun Appadurai (Ed.), *Globalization* (pp. 1-21). Duke University Press. <https://doi.org/10.1515/9780822383215-001>
- Appadurai, Arjun (2004). The Capacity to Aspire: Culture and the terms of recognition. Em Vijayendra Rao & Michael Walton (Eds). *Culture and Public Action* (pp. 59-84). Stanford CA, Stanford University Press,
- Archives contestataires, Collège du travail et Rosa Brux (2019). *Nous, saisonniers, saisonnières... Genève, 1931-2019. Catalogue d'exposition*. https://www.collegedutravail.ch/fileadmin/News/Media_file/3_2019Saisonnier-publication.pdf
- Arlettaz, Gérald, & Arlettaz, Silvia (2004). *La Suisse et les étrangers : immigration et formation nationale, 1848-1933*. Antipodes.
- Arteaga, Ana Maria, & Wall, Karin (1979). *Migration féminine et changement: étude d'une situation conflictuelle. Le cas des immigrées espagnoles et portugaises à Genève*. [Dissertação de licenciatura, Universidade de Genebra].
- Assi, Jenny (2015). Les défis de la prévoyance vieillesse suisse : entre responsabilité individuelle et rationalité limitée. *Revue suisse de sociologie*, 41 (3), 359-375. <https://doi.org/10.5169/seals-814148>
- Attias-Donfut, Claudine, & Wolff François-Charles (2005). Transmigration et choix de vie à la retraite. *Retraite et Société*, 44, 79-105. <https://doi.org/10.3917/rs.044.0079>
- Attias-Donfut, Claudine, & Wolff, François-Charles (2009). *Le destin des enfants d'immigrés. Un désenchaînement des générations*. Editions Stock.
- Augé, Marc (1994 [1992]). *Não-lugares: introdução a uma antropologia da sobremodernidade*. Bertrand Editora.

- Azevedo, Liliana (2001). *Emigration portugaise vers la Suisse: le rôle des femmes dans la réalisation du projet migratoire*. [Dissertação de Mestrado, Universidades de Genebra e Lausanne].
- Azevedo, Liliana (2018, 10-12 julho). Emigrantes portugueses/as na reforma: O caso da Suíça. Mobilidade, envelhecimento, género e transnacionalidade [Poster]. *X Congresso Português de Sociologia*, Universidade da Beira Interior, Covilhã.
- Azevedo, Liliana (2020). Entre cá e lá: Migração, objetos e memórias. Em Elsa Lechner, Graça Capinha, & Maria Clara Keating (Orgs.), *EM migração, EM português: Exílios, retornos, colonizações* (pp. 25-45). Almedina, CES.
- Azevedo, Liliana (2021). Transition to retirement and return migration: In search of a good life. *Ageing in Europe Newsletter*. *ESA Research Network on Ageing in Europe, Special Issue*, 31, 7-10.
- Azevedo, Liliana (2022a). Este país é para velhos? Migrações e envelhecimento em Portugal. *Fórum Sociológico*, 40, 73-84. <https://doi.org/10.4000/sociologico.10567>
- Azevedo, Liliana (2022b). Migração de regresso na reforma: tensões e negociações no casal. *Cidades, Comunidades e Territórios*, 44, 38-52. <https://doi.org/10.15847/cct.26304>
- Azevedo, Liliana (no prelo). La migration portugaise en Suisse: entre changements et continuités. Em Philippe Wanner, & Rosita Fibbi (Orgs.), *Paysage migratoire de la Suisse au XXI siècle - entre mobilité et migrations*. Seismo.
- Azevedo, Liliana, Desille, Amandine, & Pinho, Filipa (2022). Migração de regresso para Portugal: Revisitar o passado, compreender o presente. *Cidades, Comunidades e Territórios*, 44, iii-x. <https://doi.org/10.15847/cct.27207>
- Azevedo, Liliana, & Carvalho da Silva, Vanessa (2022). Entrevista a Daniel Bertaux: “Vim para a sociologia para compreender”. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 100, 145-171. <https://doi.org/10.7458/SPP202210028005>
- Azevedo, Liliana, & Marques, José Carlos (2023). Expetativas de regresso de portugueses residentes na Suíça. Em José Carlos Marques & Pedro Góis (Orgs.), *O regresso de emigrantes no Portugal contemporâneo* (pp. 105-122). Almedina.
- Azevedo, Liliana, Marques, Marta, & Chimienti, Milena (2023). Intenções de regresso de portugueses e portuguesas residentes na Suíça: uma abordagem qualitativa. Em José Carlos Marques, & Pedro Góis (Orgs.), *O regresso de emigrantes no Portugal contemporâneo* (pp. 123-152). Almedina.
- Baganha, Maria Ioanis (1998). Portuguese Emigration After World War II. Em António Costa Pinto (Ed.), *Modern Portugal* (pp. 189-203). The Society for the Promotion of Science and Scholarship.
- Baganha, Maria Ioanis, & Peixoto, João (1997). Trends in the 90's: the Portuguese migratory experience. Em Maria Ioannis Baganha (Ed.), *Immigration in Southern Europe* (pp. 15-40). Celta Editora.
- Bah, Umaru (2008). Rereading The Passing of Traditional Society. *Cultural Studies*, 22 (6), 795-819. <https://doi.org/10.1080/09502380701702599>
- Baía, João (2022). Retornar, não retornar ou circulação entre lugares? Diferentes práticas migratórias e seus impactos no presente e no futuro de um lugar de partida (aldeia de Montesinho). *Cidades, Comunidades e Territórios*, 44, 19-37. <https://doi.org/10.15847/cct.25412>
- Bal, Ellen, & Roos, Willems (2014). Introduction: Aspiring migrants, local crises and the imagination of futures ‘away from home’. *Identities*, 21 (3), 249-258. <https://doi.org/10.1080/1070289X.2014.858628>
- Baldassar, Loretta, Wilding, Raelene, & Baldock, Cora (2007). Long-Distance Caregiving: Transnational Families and the Provision of Aged Care. Em Isabella Paoletti

- (Ed.), *Family Caregiving for Older Disabled People: Relational and Institutional Issues* (pp. 201-228). Nova Science Publishers.
- Baldassar, Loretta, Baldock, Cora, Wilding, Raelene (2007). *Families Caring Across Borders: Migration, Ageing and Transnational Caregiving*. Palgrave Macmillan <https://doi.org/10.1057/9780230626263>
- Baldassar, Loretta (2007). Transnational Families and Aged Care: The Mobility of Care and the Migrancy of Ageing. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 33 (2), 275-297. <https://doi.org/10.1080/13691830601154252>
- Baldassar, Loretta (2008). Missing Kin and Longing to be Together: Emotions and the Construction of Co-presence in Transnational Relationships. *Journal of Intercultural Studies*, 29 (3), 247-266. <https://doi.org/10.1080/07256860802169196>
- Baldassar, Loretta, & Merla, Laura (2014). Locating transnational care circulation in migration and family studies. Em Loretta Baldassar, & Laura Merla (Eds.), *Transnational families, migration and the circulation of care: Understanding mobility and absence in family life* (pp. 25–58). Routledge.
- Baldassar, Loretta (2016). De-demonizing distance in mobile family lives: co-presence, care circulation and polymedia as vibrant matter. *Global Networks*, 16, 145-163. <https://doi.org/10.1111/glob.12109>
- Baldassar, Loretta, Nedelcu, Mihaela, Merla, Laura, & Wilding, Raelene (2016). ICT-based co-presence in transnational families and communities: challenging the premise of face-to-face proximity in sustaining relationships. *Global Networks*, 16, 133-144. <https://doi.org/10.1111/glob.12108>
- Baldassar, Loretta, Wilding, Raelene, Boccagni, Paolo, & Merla, Laura (2017). Aging in place in a mobile world: New media and older people's support networks. *Transnational Social Review*, 7 (1), 2-9. <https://doi.org/10.1080/21931674.2016.1277864>
- Barbiano di Belgiojoso, Elisa, Cela, Eralba & Rimoldi, Stefania Maria Lorenza (2022). The effect of migration experiences on wellbeing among ageing migrants in Italy. *Social Indicators Research*, 161, 553-579. <https://doi.org/10.1007/s11205-020-02335-6>
- Barreau-Tran, Léa (2013). La fin d'un train et des fins de vie. *Hommes et migrations*, 1302, 162-168. <https://doi.org/10.4000/hommesmigrations.2508>
- Bartiaux, Françoise, & Bonaguidi, Alberto (1993). Les migrations de retraite des Milanais. *Espace, populations, sociétés*, 3, 515-522. <https://doi.org/10.3406/espos.1993.1613>.
- Bartram, David (2015). Forced Migration and “rejected alternatives”: a conceptual refinement. *Journal of Immigrant & Refugee Studies*. 13 (4), 439–456. <https://doi.org/10.1080/15562948.2015.1030489>
- Batistella, Graziano (2018). *Return migration: a conceptual and policy framework*. The Center for Migration Studies. <http://cmsny.org/publications/2018smc-smc-return-migration>
- Basch, Linda, Glick Schiller Nina, Blanc-Szanton Cristina (Eds). (1994). *Nations unbound: transnational projects, postcolonial predicaments, and deterritorialized nation-states*. Gordon & Breach.
- Baykara-Krumme, Helen (2013). Returning, staying, or both? mobility patterns among elderly Turkish migrants after retirement. *Transnational Social Review*, 3 (1), 11-29. <https://doi.org/10.1080/21931674.2013.10820745>
- Baykara-Krumme, Helen & Platt, Lucinda (2018). Life satisfaction of migrants, stayers and returnees: Reaping the fruits of migration in old age? *Ageing & Society*, 38 (4), 721-774. <https://doi.org/10.1017/S0144686X16001227>

- Beaud, Stéphane, & Weber, Florence (2003 [1997]). *Guide de l'enquête de terrain*. La Découverte.
- Beauvoir, Simone (2020 [1970]). *La vieillesse*. Gallimard.
- Beck, Ulrich (2008 [1986]). *La société du risque. Sur la voie d'une autre modernité*. Flammarion.
- Beirão, Delfina (1999). *Les Portugais du Luxembourg: Des familles racontent leur vie*. L'Harmattan.
- Bender, Désirée, Hollstein, Tina, & Schweppe, Cornelia (2017). The emergence of care facilities in Thailand for older German speaking people: structural backgrounds and facility operators as transnational actors. *European Journal of Ageing*, 14 (4), 365-374. <https://doi.org/10.1007/s10433-017-0444-1>
- Bengtson, Vern L., Elder, Glen H., Jr., & Putney, Norella M. (2005). The lifecourse perspective on ageing: linked lives, timing, and history. Em Malcolm L. Johnson (Ed). *The Cambridge Handbook of Age and Ageing* (pp. 493-509). Cambridge University Press.
- Benson, Michaela, & O'Reilly, Karen (2009). Migration and the search for a better way of life: a critical exploration of lifestyle migration. *The Sociological Review*, 57(4), 608-625. <https://doi.org/10.1111/j.1467-954X.2009.01864>
- Bertaux, Daniel (1978 [1977]). *Destinos pessoais e estrutura de classe*. Moraes editores.
- Bertaux, Daniel (2020 [1997]). *As narrativas de vida*. Mundos Sociais.
- Bertozzi, Fabio, Bonoli, Giuliano, & Gay-des-Combes, Benoît (2008 [2005]), *La réforme de l'État social en Suisse : Vieillissement, emploi, conflit travail-famille*. Presses polytechniques et universitaires romandes.
- Bilgili, Özge (2022). Return and transnationalism, Em Russell King & Katie Kuschminder (Eds), *Handbook of Return Migration* (pp. 38-52). Ed Elgar.
- Bitschnau, Marco, Ader, Leslie, Ruedin Didier, & D'Amato, Gianni (2021). Politicising immigration in times of crisis: empirical evidence from Switzerland. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 47 (17), 3864-3890. <https://doi.org/10.1080/1369183X.2021.1936471>
- Blin, Thierry (1999). *Phénoménologie de l'action social. A partir d'Alfred Schütz*. L'Harmattan.
- Boccagni, Paolo (2017). Aspirations and the subjective future of migration: comparing views and desires of the "time ahead" through the narratives of immigrant domestic workers. *Comparative Migration Studies*, 5 (4). <https://doi.org/10.1186/s40878-016-0047-6>
- Boccagni, Paolo (2022). Transnational migration and homemaking. Em Brenda S.A. Yeoh, & Francis L. Collins (Eds). *Handbook on Transnationalism* (pp. 141-154). Edward Elgar -Publishing.
- Boccagni, Paolo, & Schrooten, Mieke (2018). Participant observation in migration studies: an overview and some emerging issues. Em Ricard Zapata-Barrero, Ricard, & Evren Yalaz (Eds), *Qualitative Research in European Migration Studies* (pp. 209-225). IMISCOE Research Series. Springer, Cham. https://doi.org/10.1007/978-3-319-76861-8_12
- Böcker, Anita, & Gehring, Anoeska (2015). Returning 'home' after retirement? The role of gender in return migration decisions of Spanish and Turkish migrants. *Review of Social Studies*, 2(1), 77-97.
- Böcker, Anita, Hunter, Alistair (2017). Legislating for transnational ageing: a challenge to the logics of the welfare state. *European Journal of Ageing*, 14, 353-363. <https://doi.org/10.1007/s10433-017-0431-6>

- Bolognani, Marta (2007). The myth of return: dismissal, survival or revival? a bradford example of transnationalism as a political instrument. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 33(1), 59-76. <https://doi.org/10.1080/13691830601043497>
- Bolognani, Marta (2014). The emergence of lifestyle reasoning in return considerations among british pakistanis. *International Migration*, 52 (6), 31-42. <https://doi.org/10.1111/imig.12153>
- Bolognani, Marta (2016). From myth of return to return fantasy: a psychosocial interpretation of migration imaginaries. *Identities*, 23 (2), 193-209. <https://doi.org/10.1080/1070289X.2015.1031670>
- Bolognani, Marta, & Erdal, Marta Bivand (2017). Return imaginaries and political climate: comparing thinking about return mobilities among Pakistani origin migrants and descendants in Norway and the UK. *Journal of International Migration and Integration*, 18 (1), 353-367. <https://doi.org/10.1007/s12134-016-0470-4>
- Bolzman, Claudio (2018). Configurations familiales transnationales et liens intergénérationnels. *Revue des sciences sociales*, 60, 56-65. <https://doi.org/10.4000/revss.1410>
- Bolzman, Claudio (2022). Labour migrants and the retirement-return nexus. Em Russell King & Katie Kuschminder (Eds), *Handbook of Return Migration* (pp. 212-225). Ed Elgar.
- Bolzman, Claudio, Fibbi, Rosita, & Vial, Marie (1993). Les immigrés face à la retraite: rester ou retourner ?. *Revue suisse d'Economie politique et de Statistique*, 129 (3), 371-384.
- Bolzman, Claudio, Poncioni-Derigo, Raffaella, Vial, Marie, & Fibbi, Rosita (2004). Older labour migrants' well-being in Europe: The Case of Switzerland. *Ageing and Society*, 24 (3), 411-429. <https://doi.org/10.1017/S0144686X03001557>
- Bolzman, Claudio, Fibbi, Rosita, & Vial, Marie (2006). What to do after retirement? Elderly migrants and the question of return. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 32 (8), 1359-1375. <https://doi.org/10.1080/13691830600928748>
- Bolzman, Claudio, & Vagni, Giacomo (2015). Égalité de chances ? Une comparaison des conditions de vie des personnes âgées immigrées et "nationales". *Hommes et migrations*, 1309, 19-28. <https://doi.org/10.4000/hommesmigrations.3062>
- Bolzman, Claudio, & Vagni, Giacomo (2017). Forms of care among native Swiss and older migrants from Southern Europe: a comparison, *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 43 (2), 250-269. <https://doi.org/10.1080/1369183X.2016.1238908>
- Bolzman, Claudio, Kaeser, Laure, & Christe, Etienne (2017). Transnational mobilities as a way of life among older migrants from Southern Europe. *Population, Space and Place*, 23 (5), e2016. <https://doi.org/10.1002/psp.2016>
- Bolzman, Claudio, & Vagni, Giacomo (2018). 'And we are still here': Life courses and life conditions of Italian, Spanish and Portuguese retirees in Switzerland. In Vlase, Ionela, & Voicu, Bogdan (Eds.), *Gender, family, and adaptation of migrants in Europe* (pp. 67-89). Palgrave Macmillan. https://doi.org/10.1007/978-3-319-76657-7_4
- Bolzman, Claudio, & Bridji, Slim (2019). Older immigrants living in Switzerland and ambivalence related to return around the retirement period. *International Journal of Comparative Sociology*, 20 (1-2), 14-36. <https://doi.org/10.1177/0020715218824634>
- Bonifazi, Corrado, Paparusso, Angela (2019). Remain or return home: the migration intentions of first-generation migrants in Italy. *Population, Space and Place*, 25(2), 1-13. <https://doi.org/10.1002/psp.2174>
- Boschilia, Roseli (2017). As mulheres imigrantes portuguesas sob o véu da invisibilidade. Em Luis Fernando Beneduzi & Maria Cristina Dadalto (Ed.), *Mobilidade humana e*

- circularidade de ideia: Diálogos entre a América Latina e a Europa* (pp. 41–54). Edizioni Ca'Foscari. <https://doi.org/10.14277/978-88-6969-122-5>
- Boudon, Raymond (2003). *Raison, Bonnes Raisons*. PUF
- Bourdieu, Pierre (1976). Le champ scientifique. *Actes de la recherche en sciences sociales*. 2(2-3), 88-104.
- Bourdieu, Pierre (1984 [1978]). La “jeunesse” n’est qu’un mot. *Questions de sociologie* (pp.143-154). Éditions de Minuit.
- Bourdieu, Pierre (1994). *Raisons pratiques. Sur la théorie de l’action*. Éditions du Seuil.
- Bourdieu, Pierre (2015 [1972]). Esquisse d’une théorie de la pratique, précédé de Trois études d’ethnologie kabyle. Éditions du Seuil.
- Bovenkerk, Franck (1974). *The Sociology of Return Migration*. Martinus Nijhoff.
- Boyd, Monica (1989). Family and Personal Networks in International Migration: Recent Developments and New Agendas. *International Migration Review*, 23 (3), 638-670. <https://doi.org/10.1177/019791838902300313>
- Branco, Jorge Portugal (2004). Structure démographique et vieillissement de la population portugaise. *Cahiers de l’URMIS*, 9, 35-42. <https://doi.org/10.4000/urmis.32>
- Branquinho Pequeno, A. (1983). Famille et vieillissement chez l’immigré portugais en France. *Gérontologie*, 45, 10-14.
- Brettell, Caroline (1978). *Já chorei muitas lágrimas. Crónica de uma mulher portuguesa imigrada em França*. Universidade Nova de Lisboa.
- Brettell, Caroline (1991 [1987]). *Homens que partem, mulheres que ficam esperam: consequências da emigração numa freguesia minhota*. Publicações Dom Quixote.
- Brettell, Caroline (2003). *Anthropology and migration. Essays on transnationalism, ethnicity and identity*. Altamira Press.
- Brettell, Caroline & Hollifield, James (Eds.) (2014). *Migration theory accross disciplines*. Routledge.
- Brochot, Aline, & de La Soudière, Martin (2010). Pourquoi le lieu ?. *Communications*, 87, 5-16. <https://doi.org/10.3917/commu.087.0005>
- Bron, Roland, & Bloch, Alexandre (2019). *Retraite : mode d’emploi : caisse de pension, rente ou capital ? Comment assurer mes revenus ? Puis-je prendre une retraite anticipée ?*. VZ-VermögensZentrum
- Brubaker, Rogers (2001). The return of assimilation? Changing perspectives on immigration and its sequels in France, Germany, and the United States. *Ethnic and Racial Studies*, 24 (4), 531-548. <https://doi.org/10.1080/01419870120049770>
- Brubaker, Rogers (2013). Categories of analysis and categories of practice: a note on the study of Muslims in European countries of immigration. *Ethnic and Racial Studies*, 36 (1), 1-8. <https://doi.org/10.1080/01419870.2012.729674>
- Bryceson, Deborah, & Vuorela, Ulla (2002). *Transnational Families in the Twenty-first Century*. Routledge.
- Bryman, 2012 [2001]). *Social Research Methods*. Oxford University Press (4th edition).
- Bühler, Susana (2004). *Bébés et employeurs – Comment réconcilier travail et vie de famille. Version abrégée de l’étude comparative de l’OCDE portant sur la Nouvelle-Zélande, le Portugal et la Suisse: aspects suisses*. SECO, Secrétariat d’Etat à l’économie
- Burawoy, Michael (2003). L’étude de cas élargie. Une approche réflexive historique et comparée de l’enquête de terrain. Em Daniel Céfaï (Org.). *L’enquête de terrain* (pp.424-646). La Découverte
- Bures, Regina M. (1997), Migration and the life course: is there a retirement transition?. *International Journal of Population Geography*, 3, 109-

119. [https://doi.org/10.1002/\(SICI\)1099-1220\(199706\)3:2<109::AID-IJPG65>3.0.CO;2-I](https://doi.org/10.1002/(SICI)1099-1220(199706)3:2<109::AID-IJPG65>3.0.CO;2-I)
- Cabral, Manuel Villaverde (2020). Sociedade portuguesa na década de 1960. Em de Brito, José Maria Brandão de Brito & Paula Borges Santos (Coord). *Os anos sessenta em Portugal. Duas governações, diferentes políticas públicas?* (pp.37-50). Edições Afrontamento.
- Cachado, Rita Ávila (2014). Locating Portuguese Hindus: transnationality in urban settings. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 76, 109-124.
- Caetano, Ana (2001). Para uma análise sociológica da reflexividade individual. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 66, 157-174.
- Çaglar, Ayşe (2007). Rescaling cities, cultural diversity and transnationalism: migrants of Mardin and Essen. *Ethnic and Racial Studies*, 30 (6), 1070-1095. <https://doi.org/10.1080/01419870701599507>
- Calvo, Rocío, Carr, Dawn C., & Matz-Costa, Christina (2017). Another paradox? The life satisfaction of older Hispanic immigrants in the United States. *Journal of Aging and Health*, 29(1), 3–24. <https://doi.org/10.1177/0898264315624901>
- Camões, Virgília (2019). *A integração social e cultural dos emigrantes portugueses na Suíça (Cantão de Vaud)*. [Dissertação de Mestrado, Escola Superior de Educação de Bragança].
- Candeias, Pedro, Góis, Pedro, Marques, José Carlos, & Peixoto, João (2014). *Emigração portuguesa: bibliografia comentada (1980-2013)*. Socius Working Papers, 01/2014, ISEG.
- Cândido, Ludovico Morgado (1964). A evolução recente da estrutura escolar portuguesa. *Análise Social*, 11 (7/8), 671-698.
- Cangia, Flavia (2020). (Im)Mobile imagination. On trailing, feeling stuck and imagining work on-the-move. *Culture & Psychology*, 26 (4) 697–712.
- Cangia, Flavia, & Zittoun, Tania (2020). Exploring the interplay between (im)mobility and imagination. *Culture & Psychology*, 26 (4), 641–653. <https://doi.org/10.1177/1354067X19899063>
- Cangiano, Alessio, Shutes, Isabel, Spencer, Sarah, & Leeson George (2009). *Migrant Care Workers in Ageing Societies: Research Finding in the UK*. COMPAS, University of Oxford.
- Caprez, Christina (2003). *Camaleões : zu den Lebensgeschichten (re)migrierter Secondos in Portugal* [Dissertação de Mestrado, Universidade de Zurique]
- Caradec, Vincent (2015). *Sociologie de la Vieillesse et du Vieillissement*. Armand Colin.
- Cardim, José Casqueiro (1999). *O sistema de formação profissional em Portugal*. CEDEFOP. Disponível em www.cedefop.europa.eu/files/7009_pt.pdf
- Cardinet, Arlette, Wust, Jane-Marie, & Chatelain, Jean-Paul (1999). *Quels projets pour la vieillesse ? Vieillesse aujourd'hui et demain : commentaires du rapport fédéral « Vieillir en Suisse »*. Réalités sociales.
- Carling, Jørgen (2001). Aspiration and ability in international migration Cape Verdean experiences of mobility and immobility [Tese de doutoramento, Universidade de Oslo].
- Carling, Jørgen (2002). Migration in the age of involuntary immobility: theoretical reflections and Cape Verdean experiences. *Journal of Ethnic and Migration Studies* 28(1), 5-42. <https://doi.org/10.1080/13691830120103912>
- Carling, Jørgen (2015). The myth of return. Em John Stone, Dennis Rutledge, Polly S. Rizova, Anthony D. Smith, & Xiaoshuo Hou (Eds). *The Wiley Blackwell Encyclopedia of Race, Ethnicity, and Nationalism*. John Wiley & Sons, Ltd. <https://doi.org/10.1002/9781118663202.wberen228>

- Carling, Jørgen (2019) *Measuring migration aspirations and related concepts*. MIGNEX Background Paper. Peace Research Institute Oslo.
- Carling, Jørgen (2022). Understanding variation and change in migrant transnationalism. Em Brenda S.A Yeoh, & Francis L. Collins (Eds). *Handbook on Transnationalism* (pp.110-126). Edward Elgar Publishing.
- Carling, Jørgen, & Petterson, Silje Vatne (2014). Return migration intentions in the integration–transnationalism matrix. *International Migration*, 52 (6), 13-30. <https://doi.org/10.1111/imig.12161>
- Carling, Jørgen, & Erdal, Marta B. (2014). Return migration and transnationalism: How are the two connected?. *International Migration*, 52, 2-12. <https://doi.org/10.1111/imig.12180>
- Carling, Jørgen, & Collins, Francis (2018). Aspiration, desire and drivers of migration. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 44 (6), 909-926. <https://doi.org/10.1080/1369183X.2017.1384134>
- Carling, Jørgen, & Schewel, Kerilyn (2018). Revisiting aspiration and ability in international migration. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 44 (6), 945-963, <https://doi.org/10.1080/1369183X.2017.1384146>
- Carvalho, Diana, Magda Nico, & Helena Carvalho (2021). Family ties, knots and gaps: mapping the linked lives principle in the family and life course literature. *Marriage & Family Review*, 59:4, 277-297. <https://doi.org/10.1080/01494929.2021.1975862>
- Castells, Manuel (2007 [1996]). *A Sociedade em Rede. A era da informação: Economia, sociedade e cultura*. Vol. I. Fundação Calouste Gulbenkian
- Castelnuevo-Frigessi, Delia (1978). *La condition immigrée : les ouvriers italiens en Suisse*. Éditions d'en bas.
- Cassarino, Jean-Pierre (2004). Theorising return migration: the conceptual approach to return migrants revisited. *International Journal on Multicultural Societies*, 6 (2), 253-279.
- Castles, Stephen (2000). *Ethnicity and globalization: from migrant worker to transnational citizen*. SAGE Publications.
- Cela, Eralba, & Fokkema, Tineke (2017). Being lonely later in life: A qualitative study among Albanians and Moroccans in Italy. *Ageing & Society*, 37 (6), 1197-1226. <https://doi.org/10.1017/S0144686X16000209>
- Cela, Eralba, & Bettin, Giulia (2018). Returning to the country of origin in later life: Longitudinal evidence from the German Socio-Economic Panel. *Area*, 50, 483-491. <https://doi.org/10.1111/area.12438>
- Cepeda, Francisco (1991). *Emigrantes regressados e desenvolvimento no Nordeste Interior português*. Instituto Politécnico de Bragança.
- Cerase, Francesco (1974). Expectations and reality: a case study of return migration from the United States to Southern Italy. *International Migration Review*, 8 (2), 245-262.
- Chambovey Didier (1995). Politique à l'égard des étrangers et contingentement de l'immigration. L'exemple de la Suisse. *Population*, 50 (2), 357-384. <https://doi.org/10.2307/1534193>
- Charbit, Yves, Poinard Michel, & Hily, Marie-Antoinette (1997). *Le va-et-vient identitaire. Migrants portugais et villages d'origine*. INED/PUF.
- Chimienti, Milena, Bolzman, Claudio, & Ruedin, Didier (2021). Introduction: The sociology of migration in Switzerland: past, present and future. *Swiss Journal of Sociology*, 47(1), 7-26. <https://doi.org/10.2478/sjs-2021-0004>
- Chombart de Lauwe, Paul-Henry (1969). *Pour une sociologie des aspirations*. Paris, Éditions Denoël.

- Christou, Anastasia (2003). Migrating gender: feminist geographies in women's biographies of return migration. *Michigan Feminist Studies*, 17, 71–103. <http://hdl.handle.net/2027/spo.ark5583.0017.004>
- Cicourel, Aaron V. (2003). Contre un empirisme naïf. Une théorie plus forte et un contrôle plus ferme des données. Em Daniel Céfaï (Org.). *L'enquête de terrain* (pp.380-397). La Découverte
- Ciobanu, Oana, Fokkema, Tineke, & Nedelcu, Mihaela (2016). Ageing as a migrant: Vulnerabilities, agency and policy implications. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 43 (2), 164-181. <https://doi.org/10.1080/1369183X.2016.1238903>
- Ciobanu, Oana, & Fokkema, Tineke (2017). The role of religion in protecting older Romanian migrants from loneliness. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 43 (2), 199-217. <https://doi.org/10.1080/1369183X.2016.1238905>.
- Ciobanu, Oana, & Ramos, Anne Carolina (2015). Is there a way back? A state-of-the-art review of the literature on retirement return migration. Em Ute Karl, & Sandra Torres (Eds.), *Ageing in contexts of migration* (pp. 96-107). Routledge.
- Ciobanu, Oana, & Hunter, Alistair (2017). Older migrants and (im)mobilities of Ageing: An introduction. *Population, Space and Place*, 23 (e2075). <https://doi.org/10.1002/psp.2075>.
- Ciobanu, Oana, Nedelcu, Mihaela, Soom Ammann, Eva, & van Holten., Karin (2020). Intersections between Ageing and Migration: Current Trends and Challenges. *Swiss Journal of Sociology*, 46(2), 187-197. <https://doi.org/10.2478/sjs-2020-0010>
- Ciobanu, Ruxandra Oana, Ludwig-Dehm, Sarah M. (2020). Life in Limbo: Old-Age Transnationalism. *Gerontologist*, 60 (2), 322-330. <https://doi.org/10.1093/geront/gnz166>
- Cohen-Mansfield, Jiska, Shmotkin, Dov, Blumstein, Zvia, Shorek, Aviva, Eyal, Nitza, & Hazan, Haim (2013). The old, old-old, and the oldest old: continuation or distinct categories? An examination of the relationship between age and changes in health, function, and wellbeing. *International Journal of Aging and Human Development*, 77(1), 37-57. <https://doi.org/10.2190/AG.77.1.c>.
- Collins, Patricia Hill. (1990). *Black feminist thought: Knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. Unwin Hyman
- Conkova, Nina, & Lindenberg, Jolanda (2020). The Experience of Aging and Perceptions of “Aging Well” Among Older Migrants in the Netherlands. *The Gerontologist*, 60(2), 270-278. <https://doi.org/10.1093/geront/gnz125>
- Conseil Fédéral (2022). *Inégalité salariale entre les femmes et les hommes. Saisir l'écart global de revenu du travail et d'autres indicateurs*. <https://www.admin.ch/gov/fr/ac-cueil/documentation/communiqués.msg-id-90256.html>
- Constant, Amélie, & Massey, Douglas S. (2002). Return Migration by German Guest-workers: Neoclassical versus New Economic Theories. *International Migrations*, 40(4), 1-36.
- Conway Dennis, & Potter, Robert (2007). Caribbean Transnational Return Migrants as Agents of Change. *Geography Compass*, 1, 25-45. <https://doi.org/10.1111/j.1749-8198.2006.00001.x>
- Conway, Dennis, Potter, Robert B. & Bernard, Godfrey St. (2009). Repetitive Visiting as a Pre-return Transnational Strategy among Youthful Trinidadian Returnees. *Mobilities*, 4 (2), 249-273. <https://doi.org/10.1080/17450100902906707>
- Cordeiro, Albano (2002). Le va-et-vient des Portugais en Europe. *Revue Projet*, 272, 63-68. <https://doi.org/10.3917/pro.272.0063>

- Cornelissen, Scarlett (2009), Migration Regimes and the Politics of Difference in Contemporary Southern Africa. *The Round Table*, 98 (402), 347-360, <https://doi.org/10.1080/00358530902895501>
- Correia, Gabriela Martins (2015). Motivações para um eventual regresso de emigrantes a Portugal. *Revista Migrações*, 12, 39-67. ACM.
- Costa, Joaquim (2001). Lugares de partir, lugares de voltar: espaços de regresso na emigração portuguesa. *Discurso: Língua, Cultura e Sociedade*, número especial, 79-87.
- Coulon, Augustin de, & Wolff, François-Charles (2006). The location of immigrants at retirement: stay/return or 'va-et-vient', *IZA Discussion Papers*, No. 2224, Institute for the Study of Labor.
- Coulon, Augustin de, & Wolff, François-Charles (2010). Location intentions of immigrants at retirement: Stay/return or go 'back and forth'?. *Applied Economics*, 42(26), 3319-3333. <https://doi.org/10.1080/00036846.2010.482518>
- Coulon, Augustin de (2016). Where do immigrants retire to?. *IZA World of Labor*, 297. <https://doi.org/10.15185/izawol.297>
- Courgeau, Bernard (1970). *Les champs migratoires*. Presses Universitaires de France.
- Creighton, Mathew J. (2013). The Role of Aspirations in Domestic and International Migration. *Social Science Journal*, 50 (1), 79–88.
- Creswell, Tim (2004). *Place: A Short Introduction*. Wiley-Blackwell
- Cribier, Françoise, & Kych, Alexandre (1992). La migration de retraite des Parisiens: une analyse de la propension au départ. *Population*, 47(3), 677-717.
- Crivello, Gina (2015). 'There's No Future Here': The Time and Place of Children's Migration Aspirations in Peru. *Geoforum*, 62, 38-46. <https://doi.org/10.1016/j.geoforum.2015.03.016>.
- Croitoru, Alin, & Vlase, Ionela (2022). Stepwise migration: What drives the relocation of migrants upon return?. *Population, Space and Place*, 28, e2492. <https://doi.org/10.1002/psp.2492>
- Czaika, Mathias, & Vothknecht, Marc (2014). Migration and aspirations – are migrants trapped on a hedonic treadmill?. *IZA Journal of Migration*, 3 (1), 1-21. <https://doi.org/10.1186/2193-9039-3-1>
- Da, Wei Wei (2003). Transnational Grandparenting: Child care arrangements among migrants from the People's Republic of China to Australia. *Journal of International Migration and Integration / Revue de l'integration et de la migration internationale*, 4, 79-103. <https://doi.org/10.1007/s12134-003-1020-4>
- Dahinden, Janine (2009). Are we all transnationals now? Network transnationalism and transnational subjectivity: the differing impacts of globalization on the inhabitants of a small Swiss city. *Ethnic and Racial Studies*, 32 (8), 1365-1386. <https://doi.org/10.1080/01419870802506534>
- Dahinden, Janine (2010). The dynamics of migrants' transnational formations: between mobility and locality. Em Rainer Bauböck, & Thomas Faist (Eds.), *Transnationalism and Diaspora. Concept, Theories and Methods* (pp. 51-71). Amsterdam University Press.
- Dahinden, Janine (2012). Transnational Belonging, Non-ethnic Forms of Identification and Diverse Mobilities: Rethinking Migrant Integration?. Em Michi Messer, Renee Schroeder, & Ruth Wodak (Eds.), *Migration: Interdisciplinary Perspectives* (pp. 117-128). Springer.
- Dahinden, Janine (2016). A plea for the 'de-migrantization' of research on migration and integration. *Ethnic and Racial Studies*, 39 (13), 2207-2225. <https://doi.org/10.1080/01419870.2015.1124129>

- Dahinden, Janine, & Schaer, Martine (2020). Gender matters! Le genre comme élément crucial de la production des inégalités. *SAGW Bulletin*, 1, 41-44.
- Dahinden, Janine, Fischer, Carolin & Menet, Joanna (2021). Knowledge production, reflexivity, and the use of categories in migration studies: tackling challenges in the field. *Ethnic and Racial Studies*, 44 (4), 535-554. <https://doi.org/10.1080/01419870.2020.1752926>
- D'Amato, Gianni (2008). Une revue historique et sociologique des migrations en Suisse. *Annuaire suisse de politique de développement*, 27 (2), 169-187. <https://doi.org/10.4000/aspd.511>
- D'Amato, Gianni (2011). The case of Switzerland. Em Giovanna, Zincone, Rinus Penninx, & Maren Borkert (Eds). *Migration policymaking in Europe* (pp.165-193). IMISCOE Research. Amsterdam University Press.
- D'Amato, Gianni, Wanner, Philippe, & Steiner, Ilka (2019). Today's Migration-Mobility Nexus in Switzerland. Em Ilka Steiner, & Philipp Wanner (eds) *Migrants and Expats: The Swiss Migration and Mobility Nexus* (pp. 3-20). IMISCOE Research Series. Springer, Cham. https://doi.org/10.1007/978-3-030-05671-1_1
- de Bree, June, Davids, Tine, & De Haas, Hein (2010). Post-return experiences and transnational belonging of return migrants: a Dutch-Moroccan case study. *Global Networks*, 10: 489-509. <https://doi.org/10.1111/j.1471-0374.2010.00299.x>
- De Coulon, Alain, & Wolff, François-Charles (2010). Location intentions of immigrants at stay/return or go 'back and forth'?. *Applied Economics*, 42 (26), 3319-3333. <https://doi.org/10.1080/00036846.2010.482518>
- de Haas, Hein (2014). Migration Theory - Quo Vadis? *International Migration Institute Working Papers*, 100.
- de Haas, Hein (2021). A theory of migration: the aspirations-capabilities framework. *Comparative Migration Studies*, 9, 8. <https://doi.org/10.1186/s40878-020-00210-4>
- de Haas, Hein, & Tineke Fokkema (2010). Intra-Household Conflicts in Migration Decision-making: Return and Pendulum Migration in Morocco. *Population and Development Review*, 36 (3), 541-561. <https://doi.org/10.1111/j.1728-4457.2010.00345.x>.
- de Haas Hein, Fokkema Tineke, & Fihri Mohamed Fassi (2015). Return Migration as Failure or Success? The Determinants of Return Migration Intentions among Moroccan Migrants in Europe. *Journal of International Migration & Integration*, 16(2), 415-429. <https://doi.org/10.1007/s12134-014-0344-6>
- Delaunay, Morgane (2019). *Le processus d'intégration des retournados au Portugal (1975-2018): Analyse comparée avec le cas Français des pieds-noirs d'Algérie* [Tese de doutoramento, Iscte - Instituto Universitário de Lisboa]. <https://www.iscte-iul.pt/tese/9966>
- Delcroix, Catherine (2022 [2001]). Postface. *Ombres et lumières de la famille Nour. Comment certains résistent à la précarité* (pp.1-28). Payot.
- Deluermoz, Quentin & Singaravélou, Pierre (2012). Explorer le champ des possibles. Approches contrefactuelles et futurs non advenus en histoire. *Revue d'histoire moderne & contemporaine*, 59(3), 70-95. <https://doi.org/10.3917/rhmc.593.0070>
- Demazière, Didier (2008). L'entretien biographique comme interaction négociations, contre-interprétations, ajustements de sens. *Langage et Société*. 123, 15-35. <https://doi.org/10.3917/ls.123.0015>
- Deneva, Neda (2009). The Young-Old Transnational Travellers on the Transformation of Care Arrangements among Bulgarian Muslim Migrants in Spain. *Migration. Focus on Central and Eastern Europe*, 1-16.

- Deneva, Neda (2012). Transnational Aging Carers: On Transformation of Kinship and Citizenship in the Context of Migration among Bulgarian Muslims in Spain. *Social Politics: International Studies in Gender, State & Society*, 19 (1), 105-128. <https://doi.org/10.1093/sp/jxr027>
- Desille, Amandine (2022). Border regions, migration and place-making: The case of Trás-os-Montes in Portugal. *Cidades. Comunidades e Territórios*, 44, 1-18. <https://doi.org/10.15847/cct.25204>
- Dirlewanger, Dominique (2014). *Les Suisses: Lignes de vie d'un peuple*. Paris, Henry Dougier.
- Dones, Iuna, & Ciobanu, Oana (2022). Older migrants' life satisfaction: What role does migration play?. *GeroPsych: The Journal of Gerontopsychology and Geriatric Psychiatry*, 35(2), 55–66. <https://doi.org/10.1024/1662-9647/a000288>
- Dorai, Kamel, & Hily, Marie-Antoinette (2005). Du champ migratoire aux circulations: une lecture des migrations internationales. *Géographes associés*, 29, 19-26. <https://doi.org/10.3406/geoas.2005.2306>
- Doudin, Pierre-André (1998). *Scolarisation des enfants portugais en Suisse / Schulung der portugiesischen Kinder in der Schweiz*. CDIP/EDK.
- Doudin, Pierre-André, Lafortune, Louise, Pons, Francisco et Moreau, Jean (2009). Le paradoxe de certaines mesures d'aide à l'intégration scolaire : quand l'aide mène à l'exclusion. *Revue des sciences de l'éducation*, 35 (1), 41–53. <https://doi.org/10.7202/029922ar>
- Dubus Gilles, & Braud Françoise (2001). Les migrants âgés dans les publications scientifiques francophones. *Revue Européenne des Migrations Internationales*, 17 (1), 189-197. <https://doi.org/10.3406/remi.2001.1771>
- Ducu, Viorela, Nedelcu, Mihaela & Telegdi-Csetri, Aron (2018). *Childhood and Parenting in Transnational Settings*. Springer Cham.
- Dumont Jean-Christophe, & Spielvogel, Gilles (2008). Return Migration: A New Perspective. Em *International Migration Outlook 2008* (pp. 191-222). SOPEMI/OECD. https://www.oecd-ilibrary.org/social-issues-migration-health/international-migration-outlook-2008/return-migration_migr_outlook-2008-7-en
- Durkheim, Emile (2002 [1912]). *As formas elementares da vida religiosa: o sistema totemico na Austrália*. Celta Editora.
- Dustman, Christian (1996). Return Migration: The European Experience. *Economic Policy*, 11 (22), 213-250.
- Dustman, Christian (2003). Children and Return Migration. *Journal of Population Economics*, 16 (4), 815-830.
- Duval, David T. (2004). Linking return visits and return migration among Commonwealth Eastern Caribbean migrants in Toronto. *Global Networks*, 4, 51-67. <https://doi.org/10.1111/j.1471-0374.2004.00080.x>
- Elder, Glen H., Jr. (1994). Time, Human Agency, and Social Change: Perspectives on the Life Course. *Social Psychology Quarterly*, 57 (1), 4-15.
- Elder, Glen H., Jr., Johnson, Monica K., & Crosnoe, Robert (2003). The Emergence and Development of Life Course Theory. Em Jeylan T. Mortimer & Michael J. Shanahan (eds), *Handbook of the Life Course* (pp.3-19). Springer. https://doi.org/10.1007/978-0-306-48247-2_1
- Elias, Norbert (2017 [1970]). *Introdução à Sociologia*. Edições 70.
- Emerson, Robert (2003). Le travail de terrain comme activité d'observation. Perspectives ethnométhologiques et interactionnistes. Em Daniel Céfaï (Org.). *L'enquête de terrain* (pp. 398-424). La Découverte.

- Erdal, Marta Bivand, & Oeppen, Ceri (2013) Migrant Balancing Acts: Understanding the Interactions between Integration and Transnationalism. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 39(6), 867-884, <https://doi.org/10.1080/1369183X.2013.765647>
- Erdal, Marta Bivand, & Oeppen, Ceri (2018). Forced to leave? The discursive and analytical significance of describing migration as forced and voluntary, *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 44 (6), 981-998. <https://doi.org/10.1080/1369183X.2017.1384149>
- Erdal, Marta Bivand, & Oeppen, Ceri (2022). Theorising voluntariness in return. Em Russell King & Katie Kuschminder (Eds), *Handbook of Return Migration* (pp. 70–83). Ed Elgar.
- Erlinghagen, Marcel (2021). The transnational life course: an integrated and unified theoretical concept for migration research. *Ethnic and Racial Studies*, 44 (8), 1337-1364, <https://doi.org/10.1080/01419870.2021.1880014>
- Fàbrega Domènech, Emma (2019). Problematizing the ‘good life’ on the Costa del Sol: detecting diversity in privileged experiences of northern European migrant retirees. *QUADERNS*, 35, 61-75
- Faist, Thomas (1998). Transnational social spaces out of international migration: evolution, significance and future prospects. *European Journal of Sociology / Archives Européennes de Sociologie*, 39 (2), 2013-247. <https://doi.org/10.1017/S0003975600007621>
- Faist, Thomas (2012). Toward a transnational methodology: methods to address methodological nationalism, essentialism, and positionality. *Revue européenne des migrations internationales*, 28 (1). <https://doi.org/10.4000/remi.5761>
- Faist, Thomas (2013). The mobility turn: a new paradigm for the social sciences?. *Ethnic and Racial Studies*, 36 (11), 1637-1646. <https://doi.org/10.1080/01419870.2013.812229>
- Falkingham, Jane, Sage, Jo, Stone, Juliet, & Vlachantoni, Athina (2016). Residential mobility across the life course: Continuity and change across three cohorts in Britain. *Advances in Life Course Research*, 30, 111-123. <https://doi.org/10.1016/j.alcr.2016.06.001>.
- Favell, Adrian, Jensen, Janne Solgaard, & Reimer, David (2019). Narratives and varieties of everyday transnationalism. Em Ettore Recchi, Adrian Favell, Fulya Apaydin, Roxana Barbulescu, Michael Braun, Irina Ciornei, Niall Cunningham, Juan Diez Medrano, Deniz N. Duru, Laurie Hanquinet, Steffen Pötzschke, David Reimer, Justyna Salamonska, Mike Savage, Janne Solgaard Jensen, & Albert Varela, *Everyday Europe: Social Transnationalism in an Unsettled Continent* (pp. 171-194). Bristol University Press. <https://doi.org/10.46692/9781447334217>
- Feldman-Bianco, Bela, & Huse, Donna (1995). Entre a saudade da terra e a América: mulheres imigrantes. *Ler História*, 27-28, 45-73.
- Fernandes, Ana Alexandre (2001). Velhice, solidariedades familiares e política social: itinerário de pesquisa em torno do aumento da esperança de vida. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 36, 39-52.
- Fernandes, Ana Alexandre (2016). A proteção social na velhice estará em risco?. Em Ana Alexandre Fernandes, Paula C. Albuquerque, & António M. Fonseca, (Eds.), *A (re)forma das reformas: uma análise sociológica, económica e psicológica da reforma e do sistema de pensões* (pp. 9-53). Almedina.
- Fernandes, Ana Alexandre, Albuquerque, Paula C., & Fonseca, António M. (Eds.) (2016). *A (re)forma das reformas: uma análise sociológica, económica e psicológica da reforma e do sistema de pensões*. Almedina.

- Fernández-Sánchez Higinio, Salma Jordana, Márquez-Vargas Patricia Marisol, Salami Bukola (2020). Left-Behind Women in the Context of International Migration: A Scoping Review. *Journal of Transcultural Nursing*, 31 (6), 606-616.
- Ferrarotti, Franco (1991). Sobre a autonomia do método biográfico. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 9, 171-177.
- Fibbi, Rosita, & D'Amato, Gianni (2008). Transnationalisme des migrants en Europe : une preuve par les faits. *Revue Européenne des Migrations Internationales*, 24(2), 7-22. <https://doi.org/10.4000/remi.4452>
- Fibbi, Rosita, Bolzman, Claudio, Fernandez, Antonio, Gomensoro, Andrés, Kaya, Bülent, Maire, Christelle, Merçay, Clémence, Pecoraro, Marco, & Wanner, Philippe (2010). *Les Portugais en Suisse*. Office fédéral des migrations.
- Findlay, Allan, McCollum, David, Coulter, Rory, & Gayle, Vernon (2015). New mobilities across the life course: a framework for analysing demographically linked drivers of migration. *Population, Space and Place*, 21, 390-402. <https://doi.org/10.1002/psp.1956>.
- Fioretta, Juliette, & Wanner, Philippe (2017). Rester ou partir ? Les déterminants des flux d'émigration récents depuis la Suisse. *Revue Européenne des Migrations Internationales*, 33(1) 111-131. <https://doi.org/10.4000/remi.8532>
- Fischer, Carolin, & Dahinden, Janine (2017). Gender representations in politics of belonging: An analysis of Swiss immigration regulation from the 19th century until today. *Ethnicities*, 17(4), 445–468. <https://doi.org/10.1177/1468796816676844>
- Flückiger, Yves (1998). The labour market in Switzerland: the end of a special case?. *International Journal of Manpower*, 19 (6), 369-395.
- Fokkema, Tinke, & Naderi, Robert (2013). Differences in late-life loneliness: A comparison between Turkish and native-born older adults in Germany. *European Journal of Ageing*, 10(4), 289-300. <https://doi.org/10.1007/s10433-013-0267-7>
- Fokkema, Tineke, Cela, Eralba, & Witter, Yvonne (2015). Pendular migration of the older first generations in Europe: misconceptions and nuances. Em Vincent Horn, & Schweppe, Cornelia (Eds.) *Transnational aging – Current insights and future challenges* (pp.141–161). Routledge.
- Fokkema, Tineke, Ciobanu, Oana (2021). Older migrants and loneliness: scanning the field and looking forward. *European Journal of Ageing*, 18, 291-297. <https://doi.org/10.1007/s10433-021-00646-2>
- Fontana, Emmanuela (1994). *Communauté portugaise et interruption de grossesse : une démarche de recherche-action dans le canton de Vaud*. [Dissertação de Mestrado, Universidade de Lausanne].
- Formenti, Ambra (2023). On the road again: onward migration and transnational subjectivity among Portuguese-Guinean migrants in Peterborough (UK). Em Jill Ahrens, & Russell King (Eds.), *Onward Migration and Multi-Sited Transnationalism*. IMISCOE Research Series. Springer, Cham. https://doi.org/10.1007/978-3-031-12503-4_11
- Fragnières, Jean-Pierre (2016). *Bienvenue dans la société de longue vie*. Editions à la Carte.
- Fresnoza-Flot, Asuncion (2008). *Migration, genre et famille transnationale : l'exemple des mères migrantes philippines en France*. [Tese de doutoramento em Sociologia, Université Paris 7].
- Friedman, Rebecca, & Thiel, Markus (2012). *European Identity and Culture. Narratives of Transnational Belonging*. Routledge.
- Galeano, Juan, Pont, Aurélie, & Wanner, Philippe (2022). A longitudinal analysis of naturalization and international migration in Switzerland, 2011–2017. *Journal of*

- International Migration and Integration*, 23 (2), 889–910.
<https://doi.org/10.1007/s12134-021-00857-7>
- Galván Reyes, Jorge, Casanova Rodas, Leticia, Saavedra Solano, Nayelhi, Navarro, Sarahí Alanis, & Berenzon Gorn Shoshana (2022). Subjective Well-being in Mexican Return Migrants. *Journal of International Migration and Integration*.
<https://doi.org/10.1007/s12134-022-00981-y>
- Ganga, Deianira, & Scott, Sam (2006). Cultural "insiders" and the issue of positionality in qualitative migration research: moving "across" and moving "along" researcher-participant divides. *Forum Qualitative Sozialforschung / Forum: Qualitative Social Research*, 7(3). <https://doi.org/10.17169/fqs-7.3.134>
- Gardner, Katy, & Grillo, Ralph (2002). Transnational households and ritual: an overview. *Global Networks*, 2, 179-190. <https://doi.org/10.1111/1471-0374.00035>
- Gaspar, Françoise (1998). Invisíveis, diabolizadas, instrumentalizadas: figuras de mulheres migrantes e das suas filhas na Europa. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 50, 83-101.
- Gastaut, Yvan (2004). Français et immigrés à l'épreuve de la crise (1973-1995). *Vingt-tième Siècle. Revue d'histoire*, 84 (4), 107-118.
<https://doi.org/10.3917/ving.084.0107>
- Gavillet, Véronique, & Grandrieux, Laurence (2006). *Ne touche pas à tes vieux*. Éditions IES, Haute école de travail social
- Gehring, Anoeska (2017). Pensioners on the move: a 'legal gate' perspective on retirement migration to Spain. *Population, Space and Place*, 23 (e2007).
<https://doi.org/10.1002/psp.2007>
- Giddens, Anthony (1996 [1990]). *As consequências da modernidade*. Celta Editora.
- Giddens, Anthony (2000). *Dualidade da Estrutura: Agência e Estrutura*. Celta Editora.
- Giddens, Anthony, Beck, Ulrich, & Lash, Scott (2000 [1994]). *Modernização reflexiva: Política, tradição e estética no mundo moderno*. Celta Editora.
- Giner-Monfort, Jordi, Hall, Kelly, & Betty, Charles (2016). Back to Brit: retired British migrants returning from Spain. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 42 (5), 797–815. <https://doi.org/10.1080/1369183X.2015.1100068>
- Giraud, Olivier, & Lucas, Barbara (2009). Le renouveau des régimes de genre en Allemagne et en Suisse : bonjour 'néo maternalisme' ?. *Cahiers du Genre*, 46, 17-46.
<https://doi.org/10.3917/cdge.046.0017>
- Girma, Hewan (2017). The salience of gender in return migration. *Sociology Compass*, 11:e12481. <https://doi.org/10.1111/soc4.12481>
- Glick Schiller, Nina, Basch, Linda, & Blanc-Szanton, Cristina (1992). Transnationalism: a new analytic framework for understanding migration. *Annals of the New York Academy of Sciences*, 645 (1), 1-24.
- Glick Schiller, Nina, Basch, Linda, & Blanc-Szanton, Cristina (1995). From immigrant to transmigrant: theorizing transnational migration. *Anthropological Quarterly*, 68(1) 48-63.
- Gmelch, George (1980). Return migration. *Annual Review of Anthropology*, 9, 135–159.
- Gold, Raymond (2003). Jeux de rôles sur le terrain. Observation et participation, Em Daniel Céfaï (Org.). *L'enquête de terrain* (pp.380-397). La Découverte.
- Goffman, Erving (1993 [1956]). *A apresentação do eu na vida de todos os dias*. Relógio d'Água.
- Gomes, Gomes, Rui Machado, Teixeira Lopes, João, Vaz, Henrique, Ganga, Rafaela, Silva, José Pedro, Silva, Sílvia, Peixoto, Paulo, Machado, Maria de Lourdes, Brites, Rui, Patrocínio, Tomás, Cabrito, Belmiro (2017). *L'émigration portugaise qualifiée*

- dans le contexte européen. *Hommes & migrations*, 1317-1318, 93-104. <https://doi.org/10.4000/hommesmigrations.3880>
- Gonçalves, Maria Olinda Barros (2010). Emigração, regresso e desenvolvimento no Barroso (Portugal). *POLÍGONOS. Revista de Geografia*, 20, 171-194. <https://doi.org/10.18002/pol.v0i20.991>
- Goodwin, John (2016). Sociology's Fate: Intersections of History and (My) Biography. *Sociology*, 50(5), 975–983. <https://doi.org/10.1177/0038038516650604>
- Graf, Anne-Laurence (2018). « Contre l'immigration de masse » : la mise en oeuvre paradoxale dans l'ordre juridique suisse d'une votation populaire visant à limiter l'immigration. *Revue Européenne des Migrations Internationales*, 34(1). <https://doi.org/10.4000/remi.9683>
- Graham, Carol, & Markowitz, Julie (2011). Aspirations and happiness of potential latin american immigrants. *Journal of Social Research and Policy*, 2, 9-25.
- Graham, Elspeth, Jordan Lucy, Yeoh, Brenda, Lam, Theodora, & Asis, Maruja (2012). Transnational families and the family nexus: perspectives of Indonesian and Filipino children left behind by migrant parent(s). *Environment and Planning A: Economy and Space*, 44, 793-815.
- Grassi, Marzia, Vivet, Jeanne, & Marinho, Luena (2016). *Famílias transnacionais entre Angola e Portugal: Organização e práticas de cuidados às crianças*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Grassi, Marzia, & Ferreira, Tatiana (Eds.) (2016). *Mobility and Family in Transnational Space*. Newcastle: Cambridge Scholars Publishing.
- Grenier, Amanda, Griffin, Meredith, Andrews, Gavin, Wilton, Robert, Burke, Equity, Ojembe, Blessing, Feldman, Benjamin, & Papaioannou, Alexandra (2019). Meanings and feelings of (im)mobility in later life: case study insights from a 'new mobilities' perspective. *Journal of Aging Studies*, 51 (1). <https://doi.org/10.1016/j.jaging.2019.100819>
- Gruber, Stefan, & Sand, Gregor (2022). Does migration pay off in later life? income and subjective well-being of older migrants in Europe. *Social Indicators Research*, 160, 969-988. <https://doi.org/10.1007/s11205-020-02502-9>
- Guarnizo, Luis Eduardo (1997). The emergence of a transnational social formation and the mirage of return migration among Dominican transmigrants. *Identities*, 4 (2), 281-322. <https://doi.org/10.1080/1070289X.1997.9962591>
- Guarnizo, Luis Eduardo, Portes, Alejandro, & Haller, William (2003). Assimilation and transnationalism: determinants of transnational political action among contemporary migrants. *American Journal of Sociology*, 108 (6), 1211-1248.
- Gustafson, Per (2008). Transnationalism in retirement migration: the case of North European retirees in Spain. *Ethnic and Racial Studies*, 31 (3), 451-475. <https://doi.org/10.1080/01419870701492000>
- Hall, Kelly, & Hardill, Irene (2016). Retirement migration, the 'other' story: Caring for frail elderly British citizens in Spain. *Ageing & Society*, 36 (3), 562–585. <https://doi.org/10.1017/S0144686X14001342>
- Harding, Sandra (1991). *Whose Science? Whose Knowledge? Thinking from Women's Lives*. Cornell University Press
- Haraway, Donna (1988). Situated knowledges: the science question in feminism and the privilege of partial perspective. *Feminist Studies*, 14 (3), 575-599.
- Hareven, Tamara K. (1994). Aging and generational relations: a historical and life course perspective. *Annual Review of Sociology*, 20, 437-61. <https://doi.org/10.1146/annurev.so.20.080194.002253>

- Haug, Werner, & Wanner, Philippe (2005). *Migrants et marché du travail : Compétences et insertion professionnelle des personnes d'origine étrangère en Suisse. Recensement fédéral de la population 2000*. Office Fédéral de la Statistique.
- Hayes, Matthew (2018). *Gringolandia: Lifestyle migration under late capitalism*. University of Minnesota Press
- Haynes, Jeff (2001). Transnational religious actors and international politics. *Third World Quarterly*, 22 (2), 143–158.
- Held, David, & McGrew, Anthony (2003). *The Great Globalization Debate. An Introduction to the Globalization Debate* (2.^a ed). Polity.
- Heward, Michelle (2015). Older people's perspectives on virtual mobility. *Gerontechnology*, 13 (4), 396-404.
- Hillmann, Felicitas, van Naerssen, Ton, & Spaan, Ernst (Eds.) (2018). *Trajectories and imaginaries in migration: the migrant actor in transnational space*. Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781351119665>
- Hily, Marie-Antoinette (2009). L'usage de la notion de « circulation migratoire ». Em Geneviève Cortes (ed.), *Les circulations transnationales: Lire les turbulences migratoires contemporaines* (pp. 21-28). Armand Colin. <https://doi.org/10.3917/arco.corte.2009.01.0021>
- Hofstetter, Yves (1981). *Le statut juridique du travailleur saisonnier : Étude de droit suisse de la police des étrangers* [Tese de doutoramento, Université de Lausanne]
- Holmes, Andrew (2020). Researcher positionality - a consideration of its influence and place in qualitative research - a new researcher guide. *Shanlax International Journal of Education*, 8(4), 1-10. <https://doi.org/10.34293/education.v8i4.3232>
- Hondagneu-Sotelo, Pierrette, & Avila, Ernestine (1997). I'm here, but I'm there: the meanings of Latina Transnational motherhood. *Gender and Society*, 11 (5), 548-571.
- Hondagneu-Sotelo, Pierrette (2013). New directions in gender and immigration research. Em Steven J. Gold, & Stephanie J. Nawyn (Eds.), *The Routledge International Handbook of Migration Studies* (pp.180-188), Routledge.
- Höpflinger, François, & Stuckelberger, Astrid (1999). *Alten Anziani Vieillesse, Principaux résultats et perspectives du programme national de recherche PNR 32*. Fonds National de la Recherche Scientifique.
- Horn, Vincent (2017). Migrant family visits and the life course: interrelationships between age, capacity and desire. *Global Networks*, 17, 518-536. <https://doi.org/10.1111/glob.12154>
- Horn, Vincent (2019). *Aging within transnational families: the case of older Peruvians*. Anthem Press.
- Horn, Vincent (2021). Transnational aging and quality of life. Em Fermina Rojo-Pérez, & Gloria Fernández-Mayoralas (Eds) *Handbook of Active Ageing and Quality of Life*. (pp. 185–200). Springer, Cham. https://doi.org/10.1007/978-3-030-58031-5_11
- Horn, Vincent (2022). Transnational ageing and the later life course. Em Brenda S.A Yeoh, & Francis L. Collins (Eds). *Handbook on Transnationalism* (pp.77-92). Edward Elgar Publishing.
- Horn, Vincent, Schweppe, Cornelia, & Um, Seong-gee (2013). Transnational aging - a young field of research. *Transnational Social Review*, 3 (1), 7-10, <https://doi.org/10.1080/21931674.2013.10820744>
- Horn, Vincent, & Schweppe, Cornelia (Eds.) (2015). *Transnational aging – Current insights and future challenges*. Routledge.
- Horn, Vincent, & Schweppe, Cornelia (2017). Transnational aging: toward a transnational perspective in old age research. *European Journal of Ageing*, 14 (4), 335-339. <https://doi.org/10.1007/s10433-017-0446-z>.

- Huber, Andreas, & O'Reilly, Karen (2004). The construction of Heimat under conditions of individualised modernity: Swiss and British elderly migrants in Spain. *Ageing & Society*, 24(3), 327-351. <https://doi.org/10.1017/S0144686X03001478>
- Huguenin, Olivia, & Schneider, Lucian (2017). *Statistique des nouvelles rentes 2015 : Synthèse des résultats définitifs*. Office fédéral de la statistique.
- Hui, Allison (2016). The boundaries of interdisciplinary fields: temporalities shaping the past and future of dialogue between migration and mobilities research. *Mobilities*, 11 (1), 66-82. <https://doi.org/10.1080/17450101.2015.1097033>
- Hunter, Alistair (2011). Theory and practice of return migration at retirement: the case of migrant worker hostel residents in France. *Population, Space and Place*, 17, 179-192. <https://doi.org/10.1002/psp.610>
- Hunter, Alistair (2018). *Retirement Home? Ageing Migrant Workers in France and the Question of Return*. Cham, IMISCOE Research Series. <https://doi.org/10.1007/978-3-319-64976-4>
- Iosifides, Theodoros (2018). Epistemological issues in qualitative migration research: self-reflexivity, objectivity and subjectivity. Em Ricard Zapata-Barrero, & Evren Yalaz (Eds). *Qualitative Research in European Migration Studies* (pp. 93-109). IMISCOE Research Series. Springer, Cham. https://doi.org/10.1007/978-3-319-76861-8_6
- Itzigsohn, José, Dore Cabral, Carlos, Hernandez Medina, Esther, & Vazquez, Obed (1999). Mapping Dominican transnationalism: narrow and broad transnational practices. *Ethnic and Racial Studies*, 22, 316-339. <https://doi.org/10.1080/014198799329503>
- Itzigsohn, José, & Saucedo, Silvia Giorguli (2002). Immigrant incorporation and socio-cultural transnationalism. *International Migration Review*, 36 (3), 766-798.
- Jafari, Maziar (2016). *Étude du livre de Daniel Lerner « The passing of Traditional Society ; Modernizing the Middle East » et de sa réception par la communauté scientifique*. [Dissertação de Mestrado, Universidade de Quebec]
- Kandel, William, & Massey, Douglas S. (2002). The culture of Mexican migration: a theoretical and empirical analysis. *Social Forces*, 80 (3), 981-1004. <https://doi.org/doi.org/10.1353/sof.2002.0009>
- Karl, Ute, & Torres, Sandra (2016). *Aging in contexts of migration*. London, Routledge
- Karl, Ute, Ramos, Anne Carolina, & Kühn, Boris (2017). Older migrants in Luxembourg – Care preferences for old age between family and professional services. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 43 (2), 270-286. <https://doi.org/10.1080/1369183X.2016.1238909>
- King, Russell (2000). Generalizations from the history of return migration. Em Bimal Ghosh (Ed.), *Return Migration: Journey of Hope or Despair* (pp. 7-55). Geneva, United Nations, IOM.
- King, Russell, Warnes, Anthony M., & Williams, Allan M. (1998). International retirement migration in Europe. *International Journal of Population Geography*, 4 (2), 91-112. [https://doi.org/10.1002/\(SICI\)1099-1220\(199806\)4:2<91::AID-IJPG97>3.0.CO;2-S](https://doi.org/10.1002/(SICI)1099-1220(199806)4:2<91::AID-IJPG97>3.0.CO;2-S)
- King, Russell, Anthony M. Warnes, & Williams, Allan M. (2000). *Sunset Lives. British retirement migration to the Mediterranean*. Berg Publishers.
- King, Russell, & Christou, Anastasia (2011). Of counter-diaspora and reverse transnationalism: return mobilities to and from the ancestral homeland. *Mobilities*, 6(4), 451-466. <https://doi.org/10.1080/17450101.2011.603941>
- King, Russell, Cela, Eralba, Fokkema, Tinneke, & Vullnetari, Julie (2014). The migration and well-being of the zero generation: transgenerational care, grandparenting, and

- loneliness amongst Albanian older people. *Population, Space and Place*, 20, 728 – 738. <https://doi.org/10.1002/psp.1895>
- King, Russell, Lulle, Aija, Sampaio, Dora, & Vullnetari, Julie (2017). Unpacking the ageing–migration nexus and challenging the vulnerability trope, *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 43 (2), 182–198. <https://doi.org/10.1080/1369183X.2016.1238904>
- King, Russell, & Kuschminder, Katie (Eds) (2022). *Handbook of return migration*. Ed Elgar.
- Kļave, Evija, & Šūpule, Inese (2019). Return migration process in policy and practice. Em Rita Kaša, & Inta Mieriņa (eds) *The Emigrant Communities of Latvia: National Identity, Transnational Belonging, and Diaspora Politics* (pp 261–282). IMISCOE Research Series. Springer, Cham. https://doi.org/10.1007/978-3-030-12092-4_12
- Klimt, Andreas (1989). Returning home: Portuguese migrant notions of temporariness, permanence, and commitment. *New German Critique - Special Issue on Minorities in German Culture*, 46, 47–70. <https://doi.org/10.2307/488314>
- Klinthäll, Martin (2006). Retirement return migration from Sweden. *International Migration*, 44 (2), 153–180. <https://doi.org/10.1111/j.1468-2435.2006.00367.x>
- Klok, Jolien, van Tilburg, Theo G., Suanet, Bianca, Fokkema, Tineke, & Huisman, Martijn (2017). National and transnational belonging among Turkish and Moroccan older migrants in the Netherlands: protective against loneliness?. *European Journal of Ageing*, 14, 341–351. <https://doi.org/10.1007/s10433-017-0420-9>
- Knüsel, René, Bickel, Jean-François, & Höpflinger, François (2015). Transformations des politiques de retraite : introduction au numéro spécial. *Revue suisse de sociologie*, 41 (3), 341–358. <https://doi.org/10.5169/seals-814147>
- Kohli, Martin (1986). The world we forgot: a historical review of the life course. Em Victor W. Marshall (Ed.). *Later life: The social psychology of ageing* (pp. 271–303). Sage.
- Kohli, Martin (2007). The institutionalization of the life course: looking back to look ahead. *Research in Human Development*, 4 (3-4), 253–271. <https://doi.org/10.1080/15427600701663122>
- Kristof, Milan, & Rocha de Lima, Marcelo (2003). *A economia portuguesa*. Briefing Econo 505 PT/rev.1. Parlamento Europeu. [https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/note/join/2003/285092/DG-4-ECON_NT\(2003\)285092_PT.pdf](https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/note/join/2003/285092/DG-4-ECON_NT(2003)285092_PT.pdf)
- Kofman, Eleonore (1997). In search of the missing female subject: comments on French migration research. Em Maire Cross, & Sheila Perry (Eds), *Population and Social Policy in France* (pp.78–91). Pinter.
- Kofman, Eleonore (2004). Family-related migration: a critical review of European Studies. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 30 (2), 243–262. <https://doi.org/10.1080/1369183042000200687>
- Koikkalainen, Saara, & Kyle, David (2016). Imagining mobility: the prospective cognition question in migration research. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 42(5), 759–776. <https://doi.org/10.1080/1369183X.2015.1111133>
- Komp, Kathrin, & Johansson, Stina (2015). Population ageing in a lifecourse perspective: Developing a conceptual framework. *Ageing & Society*, 36 (9), 1937–1960. <https://doi.org/10.1017/S0144686X15000756>
- Kumpikaitė-Valiūnienė, Vilmantė, Liubinienė, Vilmantė, Žičkutė, Ineta, Duobienė, Jurga, Mockaitis, Audra I., & Mihi-Ramirez Antonio (2021). *Migration Culture: A Comparative Perspective*. Springer Cham. <https://doi.org/10.1007/978-3-030-73014-7>

- Kyle, David, Koikkalainen, Saara, & Gupta Tanaya Dutta (2018). Mobilities and mind-sets. Locating imagination in transnational migrations. Em Felicitas Hillmann, Ton van Naerssen, & Ernst Spaan (Eds.). *Trajectories and Imaginaries in Migration: The Migrant Actor in Transnational Space* (pp.127-143). Routledge.
- Lahaie, Claudia, Hayes, Jeffrey A. Tinka, Piper, Markham, & Heymann, Jody (2009). Work and family divided across borders: the impact of parental migration on Mexican children in transnational families. *Community, Work & Family*, 12 (3), 299-312. <https://doi.org/10.1080/13668800902966315>
- Lahire, Bernard (2005). *L'Esprit Sociologique*. Éditions La Découverte.
- Lahire, Bernard (2011 [1998]). *L'Homme Pluriel: Les Ressorts de l'Action*. Fayard/Pluriel.
- Lalive, Rafael, & Lehmann, Tobias (2020). *The labor market in Switzerland, 2000–2018*. IZA World of Labor. <https://doi.org/10.15185/izawol.402.v2>
- Lalive d'Epinay, Christian (1996). *Entre Retraite et Vieillesse: Travaux de Sociologie Comprehensive*. Réalités sociales.
- Lam, Theodora, & Yeoh, Brenda S.A. (2019). Parental migration and disruptions in everyday life: reactions of left-behind children in Southeast Asia. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 45 (16), 3085-3104. <https://doi.org/10.1080/1369183X.2018.1547022>
- Landolt, Patricia (2001). Salvadoran economic transnationalism: embedded strategies for household maintenance, immigrant incorporation, and entrepreneurial expansion. *Global Networks*, 1 (3), 217-41. <https://doi.org/10.1111/1471-0374.00014>
- Leandro, Maria Engrácia (2002). Dinâmica familiar e migrações. A situação das famílias portuguesas na Alemanha e em França. *Actas do Colóquio Internacional "Família, Género e Sexualidade nas Sociedades Contemporâneas"* (pp.57-62). Associação Portuguesa de Sociologia.
- Leandro, Maria Engrácia (2004). Dinâmica social e familiar dos projectos migratórios - uma perspectiva analítica. *Análise Social*, 39 (170), 95-118.
- Leandro, Maria Engrácia, & Terças Rodrigues, Victor (2007). Da migração dos pais à escolarização dos filhos. O caso dos portugueses em França. *Revista Portuguesa de Educação*, 20 (1), 99-128.
- Leandro, Maria Engrácia, Nossa, Paulo Nuno, & Boavida, Maria José (2008). Na encruzilhada da família e do género em contexto migratório. *Configurações*, 4, 27-64. <https://doi.org/10.4000/configuracoes.421>
- Lee, Everett S. (1966). A theory of migration. *Demography*, 3, 47-57. <https://doi.org/10.2307/2060063>
- Lee, Everett S. (1980). Migration of the aged. *Research on Aging*, 2 (2), 131–135. <https://doi.org/10.1177/01640275802200>
- Lee, Sang Bum, Oh, Jae Hun, Park, Jeong Ho, Choi, Seung Pill, Wee Jung Hee (2018). Differences in youngest-old, middle-old, and oldest-old patients who visit the emergency department. *Clinical and Experimental Emergency Medicine*, 5 (4), 249-255. <https://doi.org/10.15441/ceem.17.261>
- Le Feuvre, Nicky, Davoine, Eric, Cangia, Flavia (2023). When mobility meets gender in the transnational life-course. Em Dario Spini & Eric Widmer (Eds.). *Withstanding Vulnerability throughout Adult Life*. Palgrave Macmillan. https://doi.org/10.1007/978-981-19-4567-0_5
- Le Gall, Josiane (2005). Familles transnationales : bilan des recherches et nouvelles perspectives. *Les Cahiers du Gres*, 5 (1), 29–42.
- Lessault, David & Berthomière, William (2019). Le champ migratoire : une notion fondatrice des théories contemporaines des migrations internationales. Em Yann

- Scioldo-Zürcher, Marie-Antoinette Hily et Emmanuel Ma Mung (Eds). *Etudier les migrations internationales* (pp.21-50). Presses universitaires François Rabelais.
- Leurs, Koen, & Prabhakar, Madhuri (2018). Doing digital migration studies: methodological considerations for an emerging research focus. Em Ricard Zapata-Barrero, & Evren Yalaz (Eds), *Qualitative Research in European Migration Studies* (pp. 247-266). IMISCOE Research Series. Springer, Cham. https://doi.org/10.1007/978-3-319-76861-8_14
- Levitt, Peggy (1998). Social Remittances: Migration Driven Local-Level Forms of Cultural Diffusion. *International Migration Review*, 32(4), 926-948.
- Levitt, Peggy (2001). Transnational migration: taking stock and future directions. *Global Networks*, 1, 195-216. <https://doi.org/10.1111/1471-0374.00013>
- Levitt, Peggy (2012). What's wrong with migration scholarship? A critique and a way forward. *Identities*, 19 (4), 493-500. <https://doi.org/10.1080/1070289X.2012.676255>
- Levitt, Peggy, & Jaworsky, Nadya (2007). Transnational migration studies: past developments and future trends. *Annual Review of Sociology*, 33(1), 129-156
- Levitt, Peggy, & Glick Schiller, Nina (2004). Conceptualizing simultaneity: A transnational social field perspective on society. *International Migration Review*, 38 (3), 1002-1039. *Annual Review of Sociology*, 33, 129-56. <https://doi.org/10.1146/annurev.soc.33.040406.131816>
- Lietaert, Ine (2021), Migrants' post-return wellbeing: a view from the Caucasus. *International Migration*, 59, 239-254. <https://doi.org/10.1111/imig.12777>
- Liu, Shuang, Hong, Yanyan, Gallois, Cindy, Haslam, Catherine, Jetten, Jolanda, Tran, Le Nghi Tran & Dane, Sharon (2021). Contributors to social well-being from the perspective of older migrants in Australia. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, <https://doi.org/10.1080/1369183X.2021.1959305>
- Lopes, João Teixeira (2014), *Geração Europa? Um Estudo sobre a Jovem Emigração Qualificada para França*. Mundos Sociais.
- Lucas, Vasco (1997). O retorno de emigrantes. A sua relevância na região centro. *CADERNOS Regionais - Região Centro*, 7, 21 – 47.
- Lundholm, Emma (2015). Return to where? The geography of elderly return migration in Sweden. *European Urban and Regional Studies*, 22 (1), 92–103. <https://doi.org/10.1177/0969776412464505>
- Lunt, Neil (2009). Older people within transnational families: the social policy implications. *International Journal of Social Welfare*, 18, 243-251. <https://doi.org/10.1111/j.1468-2397.2008.00600.x>
- MacDonald, L. & MacDonald J. S. (1964). Chain migration, ethnic neighborhood formation and social networks. *The Milbank Memorial Fund Quarterly*, 42 (1), 82-96.
- Machado, Fernando Luís, & Roldão, Cristina (2010). *Imigrantes idosos. Uma nova face da imigração em Portugal*. ACIDI.
- Machado, Fernando Luís (Org.) (2012), *Imigrantes idosos e envelhecimento ativo. Migrações: Revista do Observatório da Imigração*, 10. ACIDI.
- Malheiros, Jorge (2011). Portugal 2010: O regresso do país de emigração? *Janus.net*, 2 (1), 133-142.
- Manzo, Lynne, & Devine-Wright, Patrick (Eds) (2013). *Place Attachment: Advances in Theory, Methods and Applications*. Routledge
- Mara, Isilda, & Landesmann, Michael (2013). *Do I stay because I am happy or am I happy because I stay? Life satisfaction in migration, and the decision to stay permanently, return and out-migrate*. Discussion Paper N.º 2013-08. Norface Migration.

- Marcus, George E. (1995). Ethnography in/of the world system: the emergence of multi-situated ethnography. *Annual Review of Anthropology*, 24, 95-117. <https://doi.org/10.1146/annurev.an.24.100195.000523>
- Marinho Antunes, Luís R. (1981). Migrações, mobilidade social e identidade cultural: factos e hipóteses sobre o caso português. *Análise Social*, 27 (65), 17-27.
- Marques, José Carlos (1997). A emigração portuguesa para a Suíça. [Dissertação de Mestrado, Universidade de Coimbra].
- Marques, José Carlos (2009). “E continuam a partir”: as migrações portuguesas contemporâneas. *Ler História*, 56, 27-44. <https://doi.org/10.4000/lerhistoria.1936>
- Marques, José Carlos (2008). *Os portugueses na Suíça. Migrantes europeus*. Imprensa de Ciências Sociais.
- Marques, José Carlos, & Góis, Pedro (2008). Pratiques transnationales des Capverdiens au Portugal et des Portugais en Suisse. *Revue Européenne des Migrations Internationales*, 24 (2), 147-165. <https://doi.org/10.4000/remi.4592>
- Marques, José Carlos, & Góis, Pedro (2023). *Expetativas e experiências de regresso de emigrantes portugueses*. Almedina
- Marques, Margarida, & Ciobanu, Oana (2012). *Migrantes idosos em Portugal*. Principia.
- Martiniello, Marco, & Rea, Adrea (2014). The concept of migratory careers: Elements for a new theoretical perspective of contemporary human mobility. *Current Sociology*, 62(7) 1079-1096. <https://doi.org/10.1177/0011392114553386>
- Martins, José N. (1986). Emigrantes, retornados, regressados e mudança, numa comunidade da Beira Interior. *Povos e Culturas*, 1, 149-165.
- Martins, Fernando Ribeiro (2011). *Pinhal interior sul e o regresso de emigrantes: (1975-2001)*. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Mason, Jennifer (2004). Managing kinship over long distances: the significance of the ‘visit’. *Social Policy and Society*, 3 (4), 421-429.
- Massey, Doreen B. (1991). A global sense of place. *Marxism Today*, 38, 24–29.
- Massey, Doreen B. (1994). *Space, Place and Gender*. University of Minnesota Press.
- Massey, Douglas S., Arango, Joaquin, Hugo, Graeme, Kouaouci, Ali, Pellegrino, Adel, & Taylor J. Edward (1993). Theories of international migration: a review and appraisal. *Population and Development Review*, 19 (3), 431-466.
- Mazzucato, Valentina, & Dito, Bilisuma B. (2018). Transnational families: cross-country comparative perspectives. *Population, Space and Place*, 24 (e2165), 1-7. <https://doi.org/10.1002/psp.2165>. ~
- Meda, Dominique (1995). *Le travail : Une valeur en voie de disparition*. Éditions Alto Aubier.
- Meeks, Suzanne (2020). Common themes for im/migration and aging: social ties, cultural obligations, and intersectional challenges. *The Gerontologist*, 60 (2), 215-218. <https://doi.org/10.1093/geront/gnz193>
- Merla, Laura (2011). Familles salvadoriennes à l'épreuve de la distance : solidarités familiales et soins intergénérationnels. *Autrepart*, 57-58, 145-162. <https://doi.org/10.3917/autr.057.0145>
- Merla, Laura (2012). Salvadoran migrants in Australia: an analysis of transnational families' capability to care across borders. *International Migration*, 53(6), 153-165. <https://doi.org/10.1111/imig.12024>
- Merla, Laura, Kilkey, Majella, & Baldassar, Loretta (2020). Introduction to the special issue "Transnational care: Families confronting borders". *Journal of Family Research*, 32 (3), 393-414. <https://doi.org/10.20377/jfr-420>
- Merton, Robert (1996). *On Social Structure and Science*. The University Of Chicago Press

- Meyer, Frank (2018). Navigating Aspirations and Expectations: Adolescents' Considerations of Outmigration from Rural Eastern Germany. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 44 (6), 1032-1049. <https://doi.org/10.1080/1369183X.2017.1384163>
- Migali, Silvia, & Scipioni, Marco (2019). Who's about to leave? A global survey of aspirations and intentions to migrate. *International Migration*, 57, 181-200. <https://doi.org/10.1111/imig.12617>
- Minga, Teófilo, A. R. (1985). *La famille dans l'immigration: étude de la problématique dans le domaine de l'immigration portugaise en Suisse*. Secretaria de Estado da Emigração.
- Mills, Charles Wright (2006 [1959]). *L'Imagination Sociologique*. La Découverte.
- Miranda, Adelina (2018). Déconstruire les paradigmes migratoires à travers les études sur les émigrations et les immigrations des femmes en Italie. *Revue Européenne des Migrations Internationales*, 34 (1), 173-194. <https://doi.org/10.4000/remi.10279>
- Miserez, Geneviève (2015). *Vieillesse et migration. Les regards des migrants portugais de première génération en Suisse*. [Dissertação de Mestrado, Universidade de Genebra]
- Monteiro, Paulo Filipe (1994). *Emigração: O Eterno Mito do Retorno*. Celta Editora.
- Monteiro, Isilda (2007). A emigração para o Brasil e a fuga ao recrutamento militar – uma questão em debate na segunda metade do século XIX. Em Fernando Sousa (Org.), *A Emigração Portuguesa para o Brasil* (pp.385-400). CEPESE/Edições Afrontamento.
- Moret, Joëlle (2018). *European Somalis' Post-Migration Movements: Mobility Capital and the Transnationalisation of Resources*. IMISCOE Research Series: Springer, Cham.
- Morin, Edgar (1962). *L'Esprit du Temps*. Bernard Grasset.
- Morokvašić, Mirjana (1984). Birds of passage are also women... *International Migration Review*, 18(4), 886-907.
- Morokvašić, Mirjana (2014). Gendering Migration. *Migracijske i etničke teme*, 30 (3), 355-378.
- Mourão, Ada R. T., & Cavalcante, Sylvia (2011) Identidade de Lugar. Em Sylvia Cavalcante e Gleice Elali (Orgs.), *Temas Básicos em Psicologia Ambiental* (pp.208-216). Vozes.
- Murteira, Mário (1993). Um olhar (dos anos 60) sobre Portugal. *Análise Social*, 28 (123-124), 745-752.
- Näre, Lena, Walsh, Katie, & Baldassar, Loretta (2017). Ageing in transnational contexts: transforming everyday practices and identities in later life. *Identities*, 24 (5), 515-523. <https://doi.org/10.1080/1070289X.2017.1346986>
- nccr - on the move (2021). *Primeiro Inquérito sobre o Envelhecimento Transnacional. Primeiros resultados na Suíça*. Neuchâtel, nccr – on the move. https://nccr-onthe-move.ch/wp_live14/wp-content/uploads/2021/12/Flyer-Transnational-Ageing-POR-Online.pdf
- Nedelcu, Mihaela (2009). La génération zéro: du sédentaire à l'acteur circulant. Effets de mobilité sur la génération des parents des migrants roumains hautement qualifiés à Toronto à l'ère du numérique. Em Geneviève Cortes, & Laurent Faret (eds), *Les Circulations Transnationales. Lire les Turbulences Migratoires Contemporaines* (pp.187-198). Paris, Armand Colin.
- Nedelcu, Mihaela (2012). Migrants' new transnational habitus: rethinking migration through a cosmopolitan lens in the digital age. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 38 (9), 1339-1356. <https://doi.org/10.1080/1369183X.2012.698203>

- Nedelcu, Mihaela, & Malika Wyss (2016). 'Doing family' through ICT-mediated ordinary co-presence: transnational communication practices of Romanian migrants in Switzerland. *Global Networks*, 16, 202-218. <https://doi.org/10.1111/glob.12110>
- Nedelcu, Mihaela, & Malika Wyss (2020). Transnational Grandparenting: An Introduction. *Global Networks*, 20 (2), 292-307. <https://doi.org/10.1111/glob.12249>
- Nedelcu, Mihaela, Tomás, Livia, Ravazzini, Laura, & Azevedo, Liliana, (2023). A Retirement Mobilities Approach to Transnational Ageing. *Mobilities*. <https://doi.org/10.1080/17450101.2023.2213402>
- Neugarten, Bernice. L. (1974). Age Groups in American Society and the Rise of the Young-Old. *The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science*, 415(1), 187–198. <https://doi.org/10.1177/000271627441500114>
- Neves, Ana Sofia, Nogueira, Conceição, Topa, Joana, & Silva, Estefânia (2016). Mulheres imigrantes em Portugal: uma análise de gênero. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 33(4). 723-733.
- Ngo Pem Lissoug, Rose (2020). *L'impact des allers-retours entre le Portugal et la Suisse romande de portugaises de la deuxième génération sur leurs parcours de vie*. [Dissertação de Mestrado, HETS Lausanne].
- Nguyen, Hien Thi, Baldassar, Loretta, Wilding, Raelene (2022). Lifecourse Transitions: How ICTS Support Older Migrants' Adaptation to Transnational Lives. *Social Inclusion*, 10(4), 181–193. <https://doi.org/10.17645/si.v10i4.5735>
- Nizza da Silva, Maria Beatriz (1986). A mulher no contexto da imigração portuguesa no Brasil. *Análise Social*, 92-93, 653-659.
- Nora, Pierre (1984-92). *Les lieux de mémoire*. Gallimard
- Nowicka, Magdalena (2019). Convivial research between normativity and analytical innovation. Em Magdalena Nowicka, & Mette Louise Berg (Eds.), *Studying Diversity, Migration and Urban Multiculture: Convivial Tools for Research and Practice* (pp. 17–35). UCL Press. <https://doi.org/10.2307/j.ctvfrxs30.7>
- OFAS, Office fédéral des assurances sociales (2022a), *Rapport annuel : Statistique des prestations complémentaires à l'AVS et à l'AI, 2021*. <https://www.bsv.admin.ch/bsv/fr/home/assurances-sociales/ergaenzungsleistungen/statistik.html>
- OFAS, Office fédéral des assurances sociales (2022b). *Rapport Annuel, Statistique de l'AVS 2021*. <https://www.bfs.admin.ch/asset/fr/22304438>
- OFAS, Office fédéral des assurances sociales (2020). *Les langues principales les plus fréquentes, en 2020*. su-f-01.08.01.01. Disponível em : <https://www.bfs.admin.ch/bfs/fr/home/statistiques/population/langues-religions/langues.assetdetail.21344029.html>
- Office cantonal de statistique et de péréquation (2020). *BIS: Population, Bulletin d'Information Statistique*.
- OFS, Office fédéral de la statistique (2020). *Les langues principales les plus fréquentes 2010-2020, Population résidente permanente*. <https://www.bfs.admin.ch/bfs/fr/home/services/pour-medias.assetdetail.21344029.html>
- OFS, Office fédéral de la statistique (2020b). *Enquête suisse sur la population active (ESPA): Concilier travail et famille en Suisse et en Europe, en 2018*. <https://www.bfs.admin.ch/asset/fr/14877707>
- OFS, Office fédéral de la statistique (2021). *Population: Panorama*. <https://www.bfs.admin.ch/bfs/fr/home/statistiques/population.assetdetail.16704277.html>
- OFS, Office fédéral de la statistique (2022a). *Foreign permanent resident population by citizenship, 1980-2021*. <https://www.bfs.admin.ch/asset/en/je-e-01.05.01.01>
- OFS, Office fédéral de la statistique (2022b). *Portrait démographique de la Suisse: État, structure et évolution de la population en 2020*. www.bfs.admin.ch/asset/fr/480-2000

- OFS, Office fédéral de la statistique (2022c). Écart de rente entre femmes et hommes. https://www.bsv.admin.ch/dam/bsv/fr/dokumente/ahv/faktenblaetter/ahv21-higru-genderpensiongap.pdf.download.pdf/220822_Faktenblatt_GenderPension-Gap_FR.pdf
- Oliveira, Isabel Tiago (2007). Emigração, retorno e remigração na primeira metade do século. *Análise Social*, 42 (184), 837-852.
- Oliveira, Isabel Tiago, Candeias, Pedro, Peixoto, João, Azevedo, Joana, & Malheiros Jorge (2016). Regresso e circulação de emigrantes portugueses no início do século XXI. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 81, 11-35. <https://doi.org/10.7458/SPP2016817155>
- Oliveira, Isabel Tiago, Candeias, P., Peixoto, João, Malheiros Jorge, & Azevedo, Joana (2017). *Regressos de emigrantes portugueses, 2001-2011*. OEm Fact Sheets, 6. <https://doi.org/10.15847/CIESOEMFS062017>
- Oliver, Caroline (2008). *Retirement migration. Paradoxes of Ageing*. Routledge.
- Ottonelli, Valeria, & Torresi, Tiziana (2013). When is Migration Voluntary?. *International Migration Review*, 47 (4), 783-813. <https://doi.org/10.1111/imre.12048>
- Paiva, Amadeu (Org.) (1985). *Portugal e a Europa. O Fim de Um Ciclo Migratório*. Lisboa, IED / CEDEP.
- Palladino, Simona (2019). Older migrants reflecting on aging through attachment to and identification with places. *Journal of Aging Studies*, 50, 1-7, <https://doi.org/10.1016/j.jaging.2019.100788>.
- Papadopoulos, Apostolos G., & Fratsea, Loukia-Maria (2022). Aspirations, agency and well-being of Romanian migrants in Greece. *Population, Space and Place*, 28, e2584. <https://doi.org/10.1002/psp.2584>
- Paparusso, Angela (2018). Studying immigrant integration through self-reported life satisfaction in the country of residence. *Applied Research in Quality of Life*. <https://doi.org/10.1007/s11482-018-9624-1>
- Paparusso, Angela, & Ambrosetti, Elena (2017). To stay or to return? Return migration intentions of Moroccans in Italy. *International Migration*, 55 (6), 137-155. <https://doi.org/10.1111/imig.12375>
- Parsons, Talcott (1937). *The Structure of Social Action*. Vol. 2, New York, McGraw-Hill.
- Parreñas, Rachel S. (2001). Mothering from a distance: emotions, gender and intergenerational relations in Filipino Transnational families. *Feminist Studies*, 27(2), 361-90.
- Parreñas, Rachel S. (2008). Transnational fathering: gendered conflicts, distant disciplining and emotional gaps. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 34 (7), 1057-1072, <https://doi.org/10.1080/13691830802230356>
- Pascual de Sans, Àngels (1983). Connotaciones ideológicas en el concepto de retorno de migrantes. *Revista de sociologia*, 20, 61-71. <https://doi.org/10.5565/rev/papers/v20n0.1392>
- Pascual de Sans, Àngels (1993). La migración de retorno en Europa: La construcción social de un mito. *Polígonos. Revista De Geografía*, 3, 89-104. <https://doi.org/10.18002/pol.v0i3.1251>
- Pedroso de Lima, Margarida (2010). *Envelhecer*. Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Peixoto, João (1993). Portugal e as migrações internacionais: as perspetivas de evolução. *Estruturas sociais e desenvolvimento: Actas do II congresso português de sociologia*. Lisboa, 5 a 7 de Fevereiro de 1992. pp. 849-862.
- Peixoto, João (2004). *As Teorias Explicativas das Migrações: Teorias Micro e Macro-Sociológicas*. SOCIUS Working Papers N.º11, ISEG, SOCIUS.

- Peixoto, João, Tiago de Oliveira, Isabel, Azevedo, Joana, Marques, José Carlos, Góis, Pedro, Malheiros, Jorge, & Madeira, Paulo Miguel (2016). *Regresso ao Futuro. A Nova Emigração e a Sociedade Portuguesa*. Gradiva
- Peixoto, João, Craveiro, Daniela, Malheiros, Jorge & Oliveira, Isabel Tiago (Orgs.) (2017). *Migrações e sustentabilidade demográfica: perspectivas de evolução da sociedade e economia portuguesa*. Fundação Francisco Manuel do Santos.
- Peixoto, João, Candeias, Pedro, Ferreira, Bárbara, Tiago de Oliveira, Isabel, Azevedo, Joana, Marques, José Carlos, Góis, Pedro, Malheiros, Jorge, Madeira, Paulo Miguel, Schiltz, Aline, Ferro, Alexandra, & Santana, Eugénio (2019). New emigration and Portuguese society: transnationalism and return. Em Claudia Pereira, & Joana Azevedo (Eds.) (2019). *New and Old Routes of Portuguese Emigration. Uncertain Futures at the Periphery of Europe*. Imiscoe Research Series: Springer Cham. https://doi.org/10.1007/978-3-030-15134-8_1.
- Peralta, Elsa (2019). A integração dos “retornados” na sociedade portuguesa: identidade, desidentificação e ocultação. *Análise Social*, 54 (231), 310-337. <https://doi.org/10.31447/AS00032573.2019231.04>
- Percival, John (2013). Charting the waters: return migration in later life. Em John Percival (Ed.), *Return migration in later life: international perspectives* (pp.1-18). University Press.
- Pereira, Cláudia, Pinto, Nuno, & Pires, Rui Pena (2015). *Portuguese nurses in the UK 2014/Enfermeiros portugueses no Reino Unido 2014*. OEm Fact Sheets. 3, Observatório da Emigração, CIES-IUL, Iscte-IUL.
- Pereira, Cláudia, & Azevedo, Joana (Eds.) (2019). *New and Old Routes of Portuguese Emigration. Uncertain Futures at the Periphery of Europe*. IMISCOE Research Series. Springer, Cham. <https://doi.org/10.1007/978-3-030-15134-8>
- Pereira, Maria do Mar (2013). On being invisible and dangerous: the challenges of conducting ethnographies in/of academia. Em Sofia Strid, & Liisa Husu (Eds.), *Gender Paradoxes in Changing Academic and Scientific Organisation(s) (GEXcel Reports, Volume XVII)* (pp.191 - 212). University of Örebro.
- Pereira, Maria do Mar (2023), A construção do género na sociologia portuguesa contemporânea: problemas comuns e propostas práticas, *Análise Social*, 247, 196-222.
- Pereira, Victor (2009). Ineficiência, fragilização e duplicidade. O velho Estado Novo perante a emigração para França (1960-1968). *Ler história*, 56, 45-68. <https://doi.org/10.4000/lerhistoria.1944>
- Pereira, Victor (2010). O exílio português na Suíça (1962-74). Em Maria Inacia Rezola, & Pedro Aires Oliveira (eds). *O longo curso. Estudos em Homenagem a José Medeiros Ferreira* (p.305-330). Tinta-da-china.
- Pereira, Victor (2022). Guerre à la guerre. Préface. *Exils. Témoignages d'exilés et de déserteurs portugais* (pp.7-18). Chandeigne.
- Pessar, Patricia, & Mahler, Sarah (2003). Transnational migration: bringing gender in, *International Migration Review*, 37 (4), 812-846.
- Piguet, Etienne (2004). *L'Immigration en Suisse : 50 Ans d'Entrouverture*. Presses polytechniques et universitaires romandes.
- Piguet, Etienne (2005). *L'Immigration en Suisse depuis 1948. Une Analyse des Flux Migratoires*. Seismo Verlag.
- Piguet, Etienne (2013). Les théories des migrations - Synthèse de la prise de décision individuelle. *Revue Européenne des Migrations Internationales*, 29 (3), 141-161. <https://doi.org/10.4000/remi.6571>
- Piguet, Etienne (2017). *L'Immigration en Suisse : 60 Ans d'Entrouverture* Presses polytechniques et universitaires romandes.

- Piguet, Etienne, & Mahnig, Hans (2000). Quotas d'immigration: l'expérience suisse. *Cahiers de Migrations Internationales* (ILO/BIT), 37, 1-42
- Pinho, Filipa, Góis, Pedro, & Marques, José Carlos (2021a). Ficar ou voltar? Intenções de regresso entre portugueses qualificados emigrados a partir do ano 2000. *Análise Social*, 56 (1), 4-29. <https://doi.org/10.31447/as00032573.2021238.01>
- Pinho, Filipa, Marques, José Carlos, & Góis, Pedro (2021b). Migrações de regresso a Portugal: uma história sem fim. *Sociedade & Estado*, 36 (3), 1989-1013. <https://doi.org/10.1590/s0102-6992-202136030007>
- Pinho, Filipa, Marques, José Carlos, & Góis, Pedro (2021a). Migrações de regresso a Portugal: uma história sem fim. *Sociedade & Estado*, 36 (3), 1989-1013.
- Pinho, Filipa, & Góis, Pedro, & Marques, José Carlos (2021b). Ficar ou voltar? Intenções de regresso entre portugueses qualificados emigrados a partir do ano 2000. *Análise Social*, 56 (1), 4-29. <https://doi.org/10.31447/as00032573.2021238.01>
- Pinho, Filipa, Marques, José Carlos, & Góis, Pedro (2022). Portugal e Espanha, países para regressar. *CIDADES, Comunidades e Territórios*, 44, 104-120. <https://doi.org/10.15847/cct.26508>
- Pires, Rui Pena (2003), *Migrações e Integração. Teoria e Aplicações à Sociedade Portuguesa*. Celta Editora.
- Pires, Rui Pena (2016). Instituto de Apoio ao Retorno de Nacionais (IARN). Em António Reis, Maria Inácia Resola, & Paula Borges Santos (Orgs.), *Dicionário de História de Portugal: o 25 de Abril*, vol. 5 (pp.82-89). Figueirinhas.
- Pires, Ruis Pena, Maranhão, Maria José, Quintela, João P., Moniz, Fernando, & Pisco, Manuel (1987). *Os retornados, estudo sociográfico*. Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.
- Pires, Ruis Pena, Vidigal, Inês, Pereira, Cláudia, Azevedo, Joana, & Veiga, Carlota Moura (2022), *Emigração Portuguesa 2022: Relatório Estatístico*. Observatório da Emigração e Rede Migra, CIES-IUL, ISCTE-IUL. <https://doi.org/10.15847/CIESOEMRE092022>
- Plaza, Dwaine (2000). Transnational Grannies: The Changing Family Responsibilities of Elderly African Caribbean-Born Women Resident in Britain. *Social Indicators Research*, 51 (1), 75-105. <https://doi.org/10.1023/A:1007022110306>
- Pleitinx, Renaud (2012). Le Champ des Possibles. *lieuxdits*, 4,17-22. <https://10.14428/ld.vi4.22563>
- Poinard, Michel (1979). *Le retour des travailleurs portugais*. Paris, La Documentation Française.
- Poinard, Michel (1983a). Emigrantes portugueses: o regresso. *Análise Social*, 19 (75), 29-56.
- Poinard, Michel (1983b). Emigrantes retornados de França: a reinserção na sociedade portuguesa. *Análise Social*, 19 (76), 261-296.
- Pollak, Michael (1992). Memória e identidade social. *Revista Estudos Históricos*. 5(10), 200-212.
- Pons, Francisco, Doudin, Pierre-André, & Pini, Gianreto (2000). Varia: Identité culturelle et scolarité d'élèves portugais en Suisse. *Revue suisse des sciences de l'éducation*, 3, 585-605.
- Portela José, & Nobre, Sílvia (2001). Entre Pinela e Paris: emigração e regressos. *Análise Social*, 36 (161), 1105-1146.
- Portes, Alejandro (1999). *Migrações Internacionais. Origens, Tipos e Modos de Incorporação*. Celta Editora.
- Portes Alejandro (2004). O estudo do transnacionalismo imigrante. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 69, 73-93.

- Portes, Alejandro, Guarnizo, Luis E., & Landolt, Patricia (1999). The study of transnationalism: pitfalls and promise of an emergent research field. *Ethnic and Racial Studies*, 22(2), 2017-237.
- Pries, Ludger (2005). Configurations of geographic and societal spaces: A sociological proposal between 'methodological nationalism' and the 'spaces of flows'. *Global Networks*, 5(2), 167-190. <https://doi.org/10.1111/j.1471-0374.2005.00113.x>
- Pries, Ludger (2007). *Transnationalism: Trendy Catch-all or Specific Research Programme? A Proposal for Transnational Organisation Studies as a Micro-macro-link*. COMCAD Working Papers, 34). Universität Bielefeld, Fak.
- Pries, Ludger (2008). Transnational Societal Spaces: Which Units of Analysis, Reference, and Measurement? Em Ludger Pries (Ed.), *Rethinking Transnationalism. The Meso-link of organisations* (pp.1-20). Routledge.
- Pries, Ludger (2022). Transnationalism. Em P. Scholten (Ed.), *Introduction to Migration Studies* (pp. 233-247). IMISCOE Research Series. https://doi.org/10.1007/978-3-030-92377-8_15
- Proctor, Carmel (2014). Subjective well-being (SWB). Em Alex C. Michalos (eds) *Encyclopedia of Quality of Life and Well-Being Research*. Springer. https://doi.org/10.1007/978-94-007-0753-5_2905
- Rallu, Jean Louis, Muñoz Pérez, Francisco, & Carrilho, Maria José (2000). Return migration from Europe to Spain and Portugal. *Studi Emigrazione*, 37(139), 625-650.
- Ramos, Anne Carolina, & Karl, Ute (2016). Social relations, long-term care, and well-being of older migrants in Luxembourg. *GeroPsych: The Journal of Gerontopsychology and Geriatric Psychiatry*, 29 (2), 115-123. <https://10.1024/1662-9647/a000148>
- Ramos, Anne Carolina, & Martins, Heidi Rodrigues (2020). First-generation migrants become grandparents: How migration backgrounds affect intergenerational relationships. *Global Networks*, 20 (2), 325-342. <https://doi.org/10.1111/glob.12261>
- Ramos, Vasco (2022). Entre percurso de vida e desigualdades sociais: propostas de articulação e resultados de pesquisa. *Análise Social*, 57 (242), 32-54. <https://doi.org/10.31447/as00032573.2022242.02>
- Rass, Christoph, Wolff, Frank (2018). What is in a migration regime? genealogical approach and methodological proposal. Em Andreas Pott, Christoph Rass, & Frank Wolff (Eds), *Was ist ein Migrationsregime? What Is a Migration Regime?*. Springer VS. https://doi.org/10.1007/978-3-658-20532-4_2
- Rauhut, Daniel (2021). Heading for a 'better life'? Why Swedes move to Portugal. *Nordic Journal of Migration Research*, 11 (3), 341-360. <https://doi.org/10.33134/njmr.441>
- Repetti, Marion (2018). *Les bonnes figures de la vieillesse*. Antipodes.
- Repetti, Marion, Phillipson, Christopher, & Calasanti, Toni (2018). Retirement migration in Europe: a choice for a better life?. *Sociological Research Online*, 23 (4), 780-794. <https://doi.org/10.1177/1360780418782243>
- Repetti, Marion. & Schilliger, Sarah (2021). In search of a good life in and out of Switzerland: making use of migration in old age. Em Marion Repetti, Toni Calasanti, & Christopher Phillipson, (eds.) *Ageing and Migration in a Global Context. Challenges for Welfare States*. (pp. 147-161). Springer, Cham. https://doi.org/10.1007/978-3-030-71442-0_10
- Repetti, Marion, & Bolzman, Claudio (2020). Ageing Abroad. The Case of Swiss Nationals in Morocco and Spain. *Swiss Journal of Sociology*, 46 (2), 199-217. <https://doi.org/10.2478/sjs-2020-0011>

- Reynolds, Tracey, & Zontini, Elizabetta (2014). Care circulation in transnational families: social and cultural capitals in Italian and Caribbean migrant communities in Britain. Em Loretta Baldassar, & Laura Merla (Eds), *Transnational families, migration and the circulation of care* (pp. 203-219). Routledge.
- Riaño, Yvonne, & Wastl-Walter, Doris (2006). Immigration policies, state discourses on foreigners, and the politics of identity in Switzerland. *Environment and Planning A: Economy and Space*, 38(9), 1693-1713. <https://doi.org/10.1068/a37411>
- Ribas-Mateos, Natalia, & Cabezón-Fernández, María-Jesús (2021). Nuevas fronteras de la movilidad y de las migraciones: un análisis teórico-empírico. *Finisterra*, 61(117), 253-272. <https://doi.org/10.18055/Finis23821>
- Roca, Maria da Nazaré (2000). Migração de regresso e desenvolvimento rural sustentável: um novo paradigma para as áreas rurais. *GeoInova*, 1, 34-50.
- Rocha, Gilberta, & Borralho, Álvaro (Coord.) (2012). *Emigrantes deportados nos Açores*. Centro de Estudos Sociais, Universidade dos Açores.
- Rocha-Trindade, Maria Beatriz (1983). O Regresso Imaginado. *Nação e Defesa*, 28, 87-97.
- Rocha-Trindade, Maria Beatriz (1987). *O fenómeno migratório na região Centro: regresso e reinserção na Diocese de Coimbra*. Comissão de Coordenação da Região Centro
- Rocha-Trindade, Maria Beatriz (2001). As políticas portuguesas para a emigração. *Anuário Janus*. OBSERVARE. Universidade Autónoma de Lisboa.
- Rodan, Lisa, & Huijsmans, Roy (2021). "Our generation..." aspiration, desire, and generation as discourse among highly educated, Portuguese, post-austerity migrants in London. *The European Journal of Development Research*, 33, 147-164. <https://doi.org/10.1057/s41287-020-00299-4>
- Rodrigues, Carla. 2017. L'immigration portugaise à Genève: La pertinence de la formation pour l'intégration des premières générations. [Dissertação de Mestrado, Universidade de Genebra].
- Rodríguez, Vicente, & Egea, Carmen (2006). Return and the Social Environment of Andalusian Emigrants in Europe. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 32 (8), 1377-1393. <https://doi.org/10.1080/13691830600928771>
- Rosa, Hartmut (2013 [2005]). *Accélération. Une critique sociale du temps*. La Découverte/Poche.
- Ruedin, Didier, Alberti, Camilla, & D'Amato, Gianni (2015). Immigration and Integration Policy in Switzerland, 1848 to 2014. *Swiss Political Science Review*, 21, 5-22. <https://doi.org/10.1111/spsr.12144>
- Ruedin, Didier, & D'Amato, Gianni (2015). The politicisation of immigration in Switzerland: the importance of direct democracy. Em Wouter Van der Brug, Gianni D'Amato, Didier Ruedin, & Joost Berkhout (Eds.). *The Politicisation of Migration* (pp. 140-158). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781315723303>
- Ryan, Louise (2021). Telling network stories: researching migrants' changing social relations in places over time. *Global Networks*, 21, 567-584. <https://doi.org/10.1111/glob.12295>
- Ryan, Louise, & Mulholland, Jon (2015). Embedding in motion: analysing relational, spatial and temporal dynamics among highly skilled migrants. Em Louise Ryan, Umut Erel, & Alessio D'Angelo (eds) *Migrant Capital. Migration, Diasporas and Citizenship* (pp. 135-153). Palgrave Macmillan. https://doi.org/10.1057/9781137348807_9
- Salamońska, Justyna, & Recchi, Ettore (2019). The social structure of transnational practices. Em Ettore Recchi, Adrian Favell, Fulya Apaydin, Roxana Barbulescu, Michael

- Braun, Irina Ciornei, Niall Cunningham, Juan Diez Medrano, Deniz N. Duru, Laurie Hanquinet, Steffen Pötzschke, David Reimer, Justyna Salamonska, Mike Savage, Janne Solgaard Jensen, & Albert Varela, *Everyday Europe: Social Transnationalism in an Unsettled Continent* (pp. 61-86). Bristol University Press. <https://doi.org/10.46692/9781447334217>
- Salazar, Noel B. (2011). The Power of Imagination in Transnational Mobilities. *Identities*, 18:6, 576-598. <https://doi.org/10.1080/1070289X.2011.672859>
- Salazar, Noel B. (2014). Migrating imaginaries of a better life ... until paradise finds you. Em Michaela Benson & Nick Osbaldiston (eds) *Understanding Lifestyle Migration. Migration, Diasporas and Citizenship Series* (pp. 119-138). Palgrave Macmillan, London. https://doi.org/10.1057/9781137328670_6
- Salazar, Noel (2018). Theorizing mobility through concepts and figures. *Tempo Social*, 30 (2), 153-168.
- Salazar, Noel (2019). Mobility. *REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana* 27 (57).
- Salazar, Noel B. (2020). On imagination and imaginaries, mobility and immobility: Seeing the forest for the trees. *Culture & Psychology*, 26 (4), 768-777. <https://doi.org/10.1177/1354067X20936927>
- Sampaio, Dora (2017). Ageing 'here' or 'there'? Spatio-temporalities in older labour migrants' return aspirations from the Azores. *Finisterra*, 52 (106), 49-64. <https://doi.org/10.18055/Finis9961>
- Sampaio, Dora (2018). *Ageing 'on the edge': later-life migration in the Azores*. [Tese de doutoramento, Universidade de Sussex].
- Sampaio, Dora (2020). Ageing strategically: on migration, care, and diversity in later life. *Population, Space and Place*. 26 (e2317). <https://doi.org/10.1002/psp.2317>
- Sampaio, Dora (2022). *Migration, Diversity and Inequality in Later Life: Ageing at a Crossroads*. Palgrave Macmillan.
- Sampaio, Dora, King, Russell, & Walsh, Katie (2018). Geographies of the ageing-migration nexus: an introduction. *Area* 50 (4), 440-443. <https://doi.org/10.1111/area.12463>
- Sampaio, Dora, & King, Russell (2019). 'It's not everybody that wants to stay on a remote island': Understanding distinction in the context of lifestyle migrants growing older in the Azores. *Journal of Rural Studies*, 72, 186-195. <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2019.10.021>
- Sand, Gregor, & Gruber, Stefan (2018). Differences in subjective well-being between older migrants and natives in Europe. *Journal of Immigrant and Minority Health*, 20, 83-90. <https://doi.org/10.1007/s10903-016-0537-5>
- Sander, Nikola, & Bell, Martin (2014). Migration and retirement in the life course: an event history approach. *Journal of Population Research*, 31, 1-27. <https://doi.org/10.1007/s12546-013-9121-1>
- Santos, Norberto Pinto dos (1991). Emigração e retorno: dinamismos locais da integração: consequências do regresso de emigrantes nos concelhos de Sátão, Tondela e Viseu. *Cadernos de Geografia*, 10, 307-429.
- Santos, Ana Cristina (2012). Disclosed and willing: towards a queer public sociology. *Social Movement Studies*, 11 (2), 241-254. <https://doi.org/10.1080/14742837.2012.664904>
- Saraiva, Ana (2017). *Casas (pós-) rurais. Mobilidade, arquitetura e trajetórias identitárias*. CRIA Working-Paper n.º15.
- Sassen, Saskia (2010). The global inside the national: A research agenda for sociology. *Sociopedia.isa*. <https://doi.org/10.1177/2056846010>

- Sayad, Abdelmalek (1999). *La Double Absence. Des illusions de l'émigré aux souffrances de l'immigré*. Paris, Seuil.
- Sayad, Abdelmalek (2006). *L'Immigration ou les Paradoxes de l'Altérité. Les Enfants Illégitimes*. Éditions Raisons d'agir.
- Scheibelhofer, Elisabeth (2018). Shifting migration aspirations in second modernity. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 44 (6), 999–1014. <https://doi.org/10.1080/1369183X.2017.1384151>
- Schewel, Kerilyn (2015). *Understanding the Aspiration to Stay: A Case Study of Young Adults in Senegal*. Working Paper 107. University of Oxford, International Migration Institute.
- Schiele, Maximilian (2021). Life satisfaction and return migration: analysing the role of life satisfaction for migrant return intentions in Germany. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 47 (1), 110-129. <https://doi.org/10.1080/1369183X.2020.1763786>
- Schiltz, Aline (2013). *Migrations et développement dans un espace politique changeant. Analyse de la mobilité intra-européenne entre le Portugal e le Luxembourg* [Tese de doutoramento, Universidade do Luxemburgo].
- Schmalzbauer, Leah (2004). Searching for wages and mothering from Afar: The case of Honduran transnational families. *Journal of Marriage and Family*, 66, 1317-1331. <https://doi.org/10.1111/j.0022-2445.2004.00095.x>
- Schröder-Butterfill, Elisabeth (2021). Emigration and the care of older people 'left behind': the changing role of neighbourhood networks, ethnicity and civil society. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 48 (15), 3561-3579. <https://doi.org/10.1080/1369183X.2021.2009783>
- Schrooten, Mieke (2012). Moving ethnography online: researching Brazilian migrants' online togetherness. *Ethnic and Racial Studies*, 35(10), 1794-1809, <https://doi.org/10.1080/01419870.2012.659271>
- Scott, Joan W. (1986). Gender. A useful category of historical analysis. *The American Historical Review*, 91(5), 1053–1075. <https://doi.org/10.2307/1864376>
- Scott, John (1995). Talcott Parsons: where it all began. Em John Scott. *Sociological Theory: Contemporary Debates* (pp.29-72). Cheltenham, Edwar Elgar.
- Seminario, Romina, & Feuvre, Le Nicky (2021). The retirement scenarios of Peruvian migrants in Switzerland. Em Marion Repetti, Toni Calasanti, & Christopher Phillipson (eds.), *Ageing and Migration in a Global Context. Challenges for Welfare States*. (pp. 45-61). Springer, Cham. https://doi.org/10.1007/978-3-030-71442-0_4
- Settersten, Richard A. (2003). Age Structuring and the Rhythm of the Life Course. Em, Jeylan T Mortimer, & Michael J. Shanahan (eds), *Handbook of the Life Course*. (pp.81-98). Springer, Boston, MA. https://doi.org/10.1007/978-0-306-48247-2_4
- Sheller, Mimi, & Urry, John (2006). The New Mobilities Paradigm. *Environment and Planning A: Economy and Space*, 38(2), 207–226. <https://doi.org/10.1068/a37268>
- Silva, Manuela, Amaro, Rogério Roque, Clausse, Guy, Conim, Custódio, Matos, Madalena, Pisco, Manuel, Seruya Luís Miguel (1984). *Retorno, emigração e desenvolvimento regional em Portugal*. Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.
- Simmel, Georg (2014 [1903]). The metropolis and mental life. Em Jack Gieseking, William Mangold, Cindi Katz, Setha Low, Susan Saegert (Eds.), *The People, Place, and Space Reader* (pp. 223-226). Routledge.
- Simon, Gildas (1979). *L'espace des travailleurs tunisiens en France. Structures et fonctionnement d'un champ migratoire international* [Tese de doutoramento, Univesidade de Poitiers].

- Simon, Gildas (2000). La mise en place et l'évolution du concept de champ migratoire. *Géographes associés. Actes de Géoforum Aix-en-Provence 26 et 27 mai 2000*, 24, 99-103. <https://doi.org/10.3406/geoas.2000.2449>
- Sinatti, Giulia (2011). 'Mobile transmigrants' or 'unsettled returnees'? Myth of return and permanent resettlement among Senegalese migrants. *Population, Space and Place*, 17, 153-166. <https://doi.org/10.1002/psp.608>
- Sjöberg, Johannes, & D'Onofrio, Alexandra (2020). Moving global horizons: imagining selfhood, mobility and futurities through creative practice in ethnographic research. *Culture & Psychology*, 26(4), 732-748. <https://doi.org/10.1177/1354067X20922141>
- Snel, Erik, Engbersen, Godfried, & Leerkes, Arjen (2006). Transnational involvement and social integration. *Global Networks*, 6, 285-308. <https://doi.org/10.1111/j.1471-0374.2006.00145.x>
- Spradley, James (1980). *Participant Observation*. Harcourt Brace College
- Spivak, Gayatri (2006). Can the subaltern speak?. Em Cary Nelson, & Lawrence Grossberg (Eds.), *Marxism and the Interpretation of Culture* (pp.271-313). University of Illinois Press.
- Stanley, Liz (1993). On Auto/Biography in Sociology. *Sociology*, 27(1), 41-52. <https://doi.org/10.1177/003803859302700105>
- Stark, Oded (1991). *The migration of labor*. Cambridge & Oxford, Blackwell.
- Stern, Susanne, von Dach, Andrea, Fries, Sabine, & Iten, Rolf (2021). *Financement de l'accueil institutionnel des enfants et tarifs parentaux: Rapport*. Commission fédérale pour les questions familiales (COFF)
- Straus, Anselm, & Corbin, Juliet (2003). L'analyse des données selon la *grounded theory*. Procédures de codage et critères d'évaluation. Em Daniel Cefaï (Org.). *L'enquête de terrain* (pp.363-379). La Découverte
- Takahashi, Koki (2022). The aging of international migrants and strategic transnational practice in later life: Exploring Portuguese seniors in Toronto, Canada. *The Canadian Geographer / Le Géographe canadien*. <https://doi.org/10.1111/cag.12809>
- Tarrius, Alain (1993). Territoires circulatoires et espaces urbains : Différentiation des groupes migrants. *Les Annales de la recherche urbaine*, 59-60, 51-60. <https://doi.org/10.3406/aru.1993.1727>
- Tedeschi, Miriam, Vorobeva, Ekaterina, & Jauhiainen, Jussi S. (2022). Transnationalism: current debates and new perspectives. *GeoJournal* 87, 603-619. <https://doi.org/10.1007/s10708-020-10271-8>
- ten Kate, Rowan, Bilecen, Başak, & Steverink, Nardi (2021). The role of parent-child relationships and filial expectations in loneliness among older Turkish migrants. *Social Inclusion*, 9 (4), 291-303. <https://doi.org/10.17645/si.v9i4.4508>
- Thomsin, Laurence (2001). Migration de retraite. Em Monique Legrand (dir.), *La retraite: une révolution silencieuse* (pp. 223-242). Érés.
- Tomás, Livia, & Ravazzini, Laura (2022) Inclusiveness plus mixed methods: an innovative research design on transnational practices of older adults. *Gerontologist*, 62(6), 816-822. <https://doi.org/10.1093/geront/gnab128>
- Tomé, Manuel (1998). « Os velhotes », les vieux Portugais de France. *Plein droit*, 39, 24-26.
- Torkington, Kate, David, Inês, & Sardinha, João (Eds) (2015). *Practising the Good Life Lifestyle Migration in Practices*. Cambridge Scholars Publishing
- Torkington, Kate, & Ribeiro, Filipa Perdigão (2019). A place in the sun? Discursive constructions of positive outcomes in post-migration stories in the Algarve. *Social & Cultural Geography*, 20 (5), 671-691. <https://doi.org/10.1080/14649365.2017.1373145>

- Torres, Anália (2008). Women, Gender, and Work: The Portuguese Case in the Context of the European Union. *International Journal of Sociology*, 38 (4), 36-56.
- Torres, Sandra, & Lawrence, Susan (2012). An introduction to 'the age of migration' and its consequences for the field of gerontological social work. *European Journal of Social Work*, 15, 1-7. <https://doi.org/10.1080/13691457.2012.661562>
- Treas, Judith (2008), Transnational Older Adults and Their Families. *Family Relations*, 57, 468-478. <https://doi.org/10.1111/j.1741-3729.2008.00515.x>
- Treas, Judith, & Mazumbar, Shampa (2004). Kinkeeping and caregiving: contributions of older people in immigrants families. *Journal of Comparative Family Studies*, 35 (1), 105-122.
- Urry, John (2000). *Sociology beyond Societies: Mobilities for the Twenty-First*. Routledge.
- Trujillo Valero, Valeria (2019). *L'inclusion des personnes âgées issues de l'immigration portugaise par la politique de vieillesse. L'exemple du canton de Vaud*. [Dissertação de Mestrado, HETS Lausanne]
- Urry, John (2000). *Sociology beyond Societies: Mobilities for the Twenty-First Century*. Routledge.
- Vallentin, Rita Tamara (2020). Constructing non-ethnic community belonging on grounds of spatial affiliation: The local adverb *aquí* in a Guatemalan community. *Journal of Postcolonial Linguistics*, 2, 67–84.
- Vathi, Zana, & King, Russell (Eds.) (2017). *Return Migration and Psychosocial Wellbeing: Discourses, Policy-Making and Outcomes for Migrants and their Families*. Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781315619613>
- Velho, Gilberto (1978). Observando o familiar. Em Edson de Oliveira Nunes (Org.). *A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social* (pp.1-13). Zahar Editores.
- Velho, Gilberto (1994). *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Zahar Editores.
- Velho, Gilberto (1994 [1987]). *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Zahar Editores
- Vertovec, Stephen (2009). *Transnationalism*. Routledge.
- Vidal, Dominique (2020). Que nous dit l'approche transnationale sur l'immigration portugaise en France?. *Migrations Société*, 180, 149-164. <https://doi.org/10.3917/migra.180.0149>
- Vidigal, Inês, & Moura, Carlota Veiga (2022). Emigração e política. Análise aos programas eleitorais e iniciativas legislativas, 2011 a 2019. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 99, 47-67. <https://doi.org/10.7458/SPP20229924175>
- Vlase, Ionela (2013). 'My Husband Is a Patriot!': Gender and Romanian family return migration from Italy. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 39 (5), 741-758. <https://doi.org/10.1080/1369183X.2013.756661>
- Vlase, Ionela, & Voicu, Bogdan (Eds.) (2018). *Gender, family, and adaptation of migrants in Europe: A Life Course Perspective*. Palgrave Macmillan Cham. <https://doi.org/10.1007/978-3-319-76657-7>
- Walby, Sylvia (2020). Varieties of Gender Regimes, Social Politics: International Studies in Gender. *State & Society*, 27 (3), 414-431. <https://doi.org/10.1093/sp/jxaa018>
- Waldinger, Robert, & Green, Nancy L. (2016). Introduction. Em Robert Waldinger, & Green, Nancy L. (Eds.). *A Century of Transnationalism: Immigrants and Their Homeland Connections* (pp.1-32). University of Illinois Press.
- Wall, Karin (1982). *Outra face da emigração: estudo sobre a situação das mulheres que ficam no país de origem*. Comissão da Condição Feminina.

- Wall, Karin (1984). Mulheres que partem e mulheres que ficam: uma primeira análise da função social e económica da mulher no processo migratório. *Ler História*, 3, 53-63.
- Wall, Karin, & Aboim, Sofia (2015). Gender in ageing Portugal: following the lives of men and women. Em Kathrin Komp, & Stina Johansson (Eds.), *Population Ageing from a Lifecourse Perspective: Critical and International approaches* (pp. 65-84). Policy Press.
- Wall, Karin, & Bolzman, Claudio (2014). Mapping the new plurality of transnational families: a life course perspective. Em Loretta Baldassar, & Laura Merla (Eds.), *Transnational Families, Migration and the Circulation of Care* (pp. 61-77). Routledge.
- Walsh, Katie, & Näre, Lena (2016). *Transnational Migration and Home in Older Age*. Routledge.
- Walsh, Katie (2018). Materialities and imaginaries of home: Geographies of British returnees in later life. *Area*, 50, 476-482. <https://doi.org/10.1111/area.12453>
- Wanner, Philippe (2004). *Migration et intégration : populations étrangères en Suisse*. Office fédéral de la statistique.
- Wanner, Philippe (Coord.) (2012). *La démographie des étrangers en Suisse*. Seismo Verlag.
- Wanner, Philippe (2020). *Quelles sont les conséquences démographiques et sociales de la libre circulation?*. nccr - on the move, en bref #16. <https://nccr-on-the-move.ch/wp-content/uploads/2020/05/Policy-Brief-nccr-on-the-move-16-Wanner-FR-Web.pdf>
- Wanner, Philippe, Neubauer, Anna, & Moret, Joëlle (2002). *Caractéristiques de vie et d'intégration des populations issues de l'immigration. Une analyse des données du Panel suisse des ménages 1999-2000*. Forum suisse pour l'étude des migrations et de la population.
- Warnes Anthony M. (1993). The development of retirement migration in Great Britain *Espace, populations, sociétés*, 3, 451-464. <https://doi.org/10.3406/espos.1993.1608>
- Warnes, Anthony M., Friedrich, Klaus, Kellaher, Leonie, & Torres, Sandra (2004). The diversity and welfare of older migrants in Europe. *Ageing & Society*, 24 (3), 307-326. <https://doi.org/10.1017/S0144686X04002296>
- Warnes, Anthony M., & Williams, Allan (2006). Older migrants in Europe: a new focus for migration studies. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 32 (8), 1257-1281.
- Weber, Max (2014). *Conceitos sociológicos fundamentais*. Edições 70.
- Weber, Serge (2009). Comprendre la mobilité, réinterroger l'intégration. *Revue Projet*, 311, 58-67. <https://doi.org/10.3917/pro.311.0058>
- Wicker, Hans-Rudolf (2003). Introduction: migration, politique de migration et recherche sur la migration. Em Hans-Rudolf Wicker, Rosita Fibbi, & Werner Haug, (Eds.), *Les Migrations et la Suisse* (pp.11-60). Editions Seismo Verlag.
- Wilding, Raelene, & Baldassar, Loretta (2018). Ageing, migration and new media. *Journal of Sociology*. 54(2), 226-235. <https://doi.org/10.1177/1440783318766168>
- Williams, Allan M., King, Russell, & Warnes, Tony (1997). A place in the sun: International Retirement Migration from Northern to Southern Europe. *European Urban and Regional Studies*, 4 (2), 115-134. <https://doi.org/10.1177/096977649700400202>
- Wimmer, Andreas, & Glick Schiller, Nina (2002). Methodological nationalism and beyond: nation-state building, migration and the social sciences. *Global Networks*, 2 (4), 301-334. <https://doi.org/10.1111/1471-0374.00043>
- Wingens, Matthias, de Valk, Helga, Windzio, Michael, & Aybek, Can (2011). The sociological life course approach and research on migration and integration. Em Matthias

- Wingens, Helga de Valk, Michael Windzio, & Can Aybek (Eds.), *A Life-Course Perspective on Migration and Integration* (pp. 1-26). Springer Dordrecht. <https://doi.org/10.1007/978-94-007-1545-5>
- Wright, Katie (2012). Migrating for a Better Life?. *International Migration, Development and Human Wellbeing. Rethinking International Development Series* (pp.8-32). Palgrave Macmillan. https://doi.org/10.1057/9781137284853_2
- Wuthnow, Robert, & Offutt, Stephen (2008). Transnational religious connections. *Sociology of Religion*. 69 (2), 209-232. <https://doi.org/10.1093/socrel/69.2.209>
- Wyss, Malinka, & Nedelcu, Mihaela (2018). Zero generation grandparents caring for their grandchildren in Switzerland. the diversity of transnational care arrangements among EU and Non-EU migrant families. Em V Viorela Ducu, Mihaela Nedelcu, & Aron Telegdi-Csetri (eds) *Childhood and Parenting in Transnational Settings. International Perspectives on Migration* (pp.175-190). Springer, Cham. https://doi.org/10.1007/978-3-319-90942-4_11
- Wyss, Malinka, & Nedelcu, Mihaela (2020). Grandparents on the move: a multilevel framework analysis to understand diversity in zero-generation care arrangements in Switzerland. *Global Networks*, 20 (2), 343-361. <https://doi.org/10.1111/glob.12250>
- Yahirun, Jenjira (2014). Take me 'home': return migration among Germany's older immigrants. *International Migration*, 52 (4), 231-254. <https://doi.org/10.1111/imig.12009>
- Zontini, Elisabetta (2015). Growing old in a transnational social field: belonging, mobility and identity among Italian migrants. *Ethnic and Racial Studies*, 38 (2), 326-341. <https://doi.org/10.1080/01419870.2014.885543>
- Zubair, Maria, & Norris, Meriel (2015). Perspectives on ageing, later life and ethnicity: Ageing research in ethnic minority contexts. *Ageing & Society*, 35, 897-916. <https://doi.org/10.1017/S0144686X14001536>

ANEXOS

Anexo I (capítulo 1)

I.1 Levantamento de obras coletivas e números temáticos sobre o nexo ‘migrações e envelhecimento’

Ano	Coordenadores/as	Título revista e introdução / obra e editora
2004	Warnes, A., K. Friedrich, L. Kella-her, & S. Torres	Ageing & Society The diversity and welfare of older migrants in Europe
2006	Warnes, A., & A. Williams	Journal of Ethnic and Migration Studies Older migrants in Europe: a new focus for migration studies
2007	Badassar, L., Baldock, C. & R. Wilding	Families Caring Across Borders Migration, Ageing and Transnational Caregiving. <i>Palgrave Macmillan</i>
2012	Torres, S. & S. Lawrence	European Journal of Social Work Older People and Migration: Challenges for Social Work
2013	Horn, V. & Schweppe, C. & S. Um	Transnational Social Review Transnational Aging - A Young Field of Research
2015	Zubair, M. & M. Norris	Ageing & Society Perspectives on ageing, later life and ethnicity: ageing research in ethnic minority contexts
2015	Horn, V., & C. Schweppe	Transnational aging – Current insights and future challenges. <i>Routledge</i>
2016	Karl, U., & S. Torres	Aging in contexts of migration. <i>Routledge</i>
2016	Walsh, K., & L. Näre	Transnational Migration and Home in Older Age. <i>Routledge</i>
2016	Albert, I., Ferring, D. & F.R. Lang	GeroPsych Introduction to the Special Issue on “Aging and Migration in Europe”
2016	Ciobanu, R. O., T. Fokkema, & M. Nedelcu	Journal of Ethnic and Migration Studies Ageing as a migrant: Vulnerabilities, agency and policy implications
2017	Horn, V., & C. Schweppe	European Journal of Ageing Transnational aging: toward a transnational perspective in old age research
2017	Ciobanu, R.O., & A. Hunter	Population, Space and Place Older migrants and (im)mobilities of ageing: An introduction
2017	Näre, L., K. Walsh, & L. Baldassar	Identities Ageing in transnational contexts: transforming everyday practices and identities in later life
2017	Baldassar, L. Wilding, R. Boc-cagni, P. & L. Merla	Transnational Social Review Aging in place in a mobile world: New media and older people's support networks
2018	Sampaio, D., R. King, & K. Walsh	Area Geographies of the ageing-migration nexus: an introduction.
2020	Ciobanu, R. O., M. Nedelcu, E. Soom Ammann, & K. van Holten	Swiss Journal of Sociology Intersections between Ageing and Migration: Current Trends and Challenges
2020	Nedelcu, M., & M. Wyss	Global Networks Transnational Grandparenting: An Introduction

2020	Meeks, S.	Gerontologist Common Themes for Im/migration and Aging: Social Ties, Cultural Obligations, and Intersectional Challenges
2021	King, R., Cela, E., & T. Fokkema	Ageing & Society New frontiers in international retirement migration
2021	Fokkema, T., & O. Ciobanu	European Journal of Ageing Older migrants and loneliness: scanning the field and looking forward
2022	Bilecen B. & F.Tinekke	The Gerontologist Conducting Empirical Research With Older Migrants: Methodological and Ethical Issues

I.2 Mapa político da Suíça



Fonte: <https://www.worldatlas.com>

Anexo II (capítulo 2)

II.1 Poster apresentado no X Congresso da APS, na Covilhã, julho de 2018

X Congresso Português de Sociologia – Universidade da Beira Interior – Covilhã – 10 a 12 de julho de 2018

EMIGRANTES PORTUGUESES/AS NA REFORMA: O CASO DA SUÍÇA MOBILIDADE, ENVELHECIMENTO, GÉNERO E TRANSNACIONALIDADE

Liliana Azevedo / Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), CIES / Liliana_Marisa_Azevedo@iscte-iul.pt

SUIÇA: UM DESTINO DE EMIGRAÇÃO RECENTE. O país tornou-se um importante destino de emigração a partir dos anos 1980.



OBJETO DE PESQUISA

Emigrantes portugueses/as na Suíça em idade de reforma, numa perspetiva de percurso de vida e de género.

ALGUMAS QUESTÕES DE PESQUISA

- O que acontece nesta fase da vida: fixação no país de destino, regresso a Portugal ou mobilidade entre os dois países? Como se negocia esta decisão no seio do casal?
- Quais os fatores que intervêm nesta decisão? Qual o peso da situação pessoal e familiar (saúde, habitação, nível de integração, redes sociais de apoio, etc.)? Qual o peso das políticas fiscais e das prestações sociais?
- Que implicações a emigração de retorno pode ter ao nível das políticas públicas em Portugal? E quais as implicações ao nível das políticas públicas suíças em caso de fixação de migrantes envelhecidos/as?

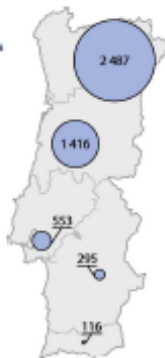
ALGUNS DADOS ESTATÍSTICOS

Composição da população portuguesa residente permanente, dados de 30.04.2018					
Total	Sexo		Grupos de idade		
	H	M	0-17	18-64	65 +
268 128	147 818	120 310	58 215	206 155	3 758
100%	55,1%	44,9%	21,7%	76,9%	1,4%

Saídas de portugueses/as da Suíça, a partir dos 50 anos (2008-2016)				
	0 e 65+ anos	50 a 64 anos	65+ anos	
2008	4 487	459	59	10,2
2009	4 458	536	65	12,0
2010	5 151	645	94	12,5
2011	4 441	678	100	15,3
2012	4 292	711	68	16,6
2013	4 898	898	127	18,5
2014	5 653	1 095	159	19,4
2015	6 583	1 329	192	20,2
2016	7 382	1 599	302	21,7
Total	47 345	7 950	1 166	

REGRESSOS. Os dados dos Censos de 2011 fornecem elementos sobre as regiões e municípios para onde esta população está a regressar.

População proveniente da Suíça residente em Portugal a 31.03.2011		
	2009	2005
Portugal	4 919	12 756
Continente	4 867	12 642
Norte	2 487	6 253
Centro	1 416	4 074
Lisboa	553	1 059
Alentejo	295	912
Algarve	116	344
Ilhas	52	114

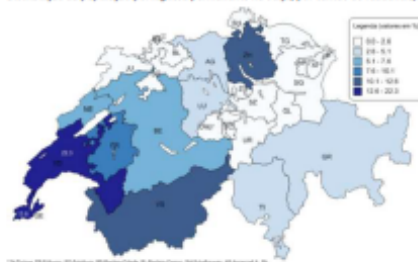


SISTEMATIZANDO.

- O número de portugueses/as com 65+ residentes na Suíça é residual (1,4%).
- O número de portugueses/as residentes na Suíça há 30 anos ou mais é diminuto (< 5%).
- O fluxo de saídas tem sido constante e tem vindo a aumentar nos últimos anos.
- As saídas de portugueses/as nos grupos etários 50-64 anos e 65+ mais do que duplicaram na última década, em termos percentuais.
- O maior volume de saídas deve-se, porém, a pessoas em idade ativa (25-39 anos).
- As naturalizações de emigrantes da 1ª vaga (1980 e início 90) estão em constante aumento.

UMA PESQUISA MULTI-SITUADA. Trabalho de campo em Portugal e na Suíça francófona, região onde se concentra a maior parte da população portuguesa.

Distribuição da população portuguesa permanente na Suíça, por cantão de residência, 2015



FONTE: Marques, José Carlos (2018). "Suíça". *Offen Country Reports*, 8. Lisboa: Observatório da Emigração, CIES-IUL, ISCTE-IUL.

NATURALIZAÇÕES. Mais emigrantes da 1ª geração optam pela aquisição da nacionalidade suíça. Em 2017, Portugal representou o 3º grupo populacional que mais se naturalizou.



FONTE: INE (2012). *Censos - Resultados definitivos. Portugal - 2011: População*. Marques, J.C. (2016). *Suíça. Off Country Reports*, 3. Lisboa: Observatório da Emigração, CIES-IUL, ISCTE-IUL. doi:10.15847/OEOMCRO2016.

Office fédéral de la statistique (2016). *Acquisition de la nationalité suisse selon la nationalité antérieure, le lieu de naissance et la durée de résidence*. Secrétariat d'Etat aux migrations, diverses statistiques.

II.2 Guião de entrevista a migrantes (tópicos a serem abordados)

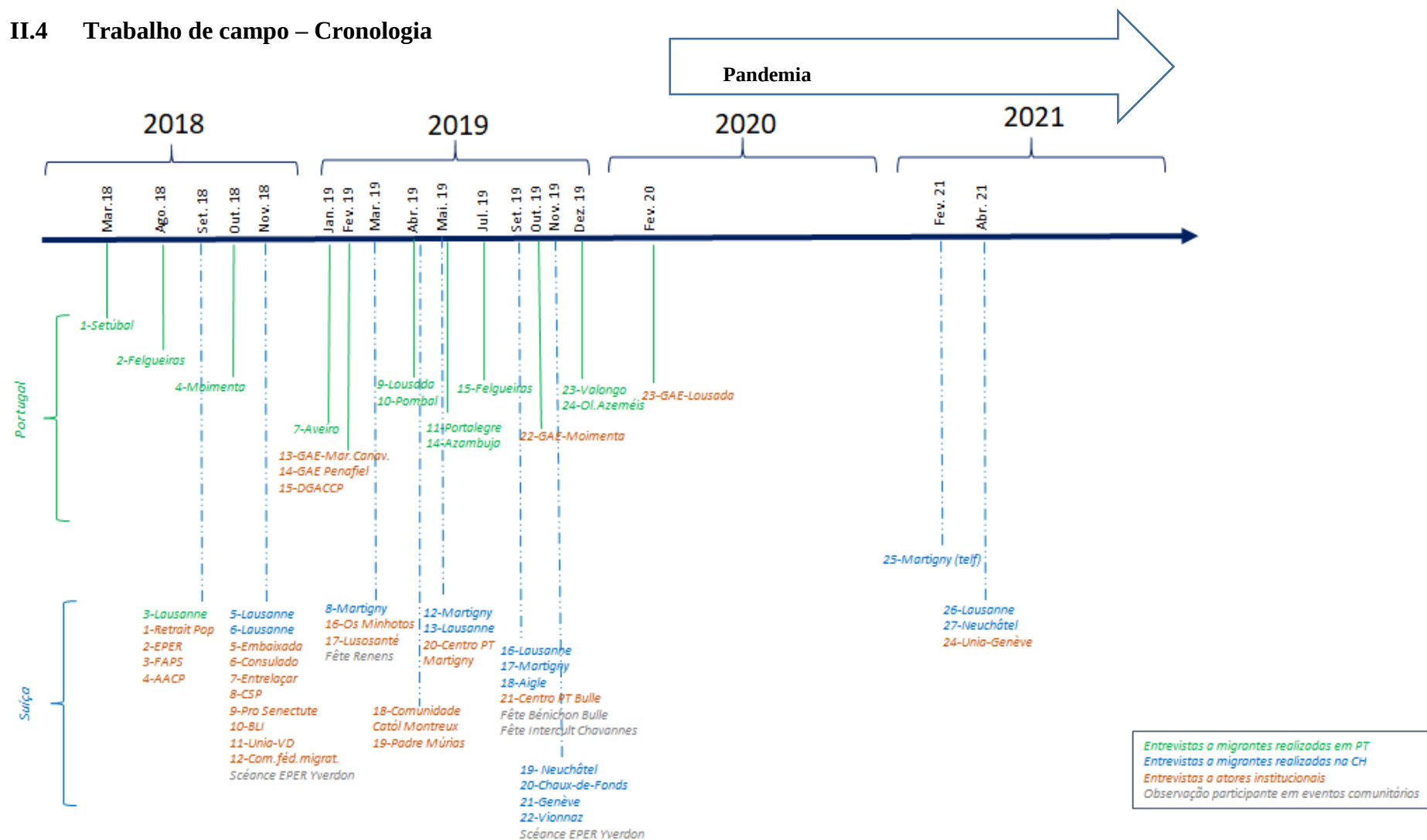
- Origem
- Vida antes de emigrar
- Projeto migratório inicial
- Percurso profissional na emigração
- Habitação na emigração
- Relação com Portugal
- Integração e relação com a Suíça
- Participação cívica
- Vida social e tempos livres
- Saúde e prestações sociais
- Regresso
- Reforma
- Família na Suíça
- Vai-e-vem entre os dois países / Práticas transnacionais
- Sentimentos de pertença / Identidade

II.3 Lista das instituições contactadas durante a pesquisa de terreno

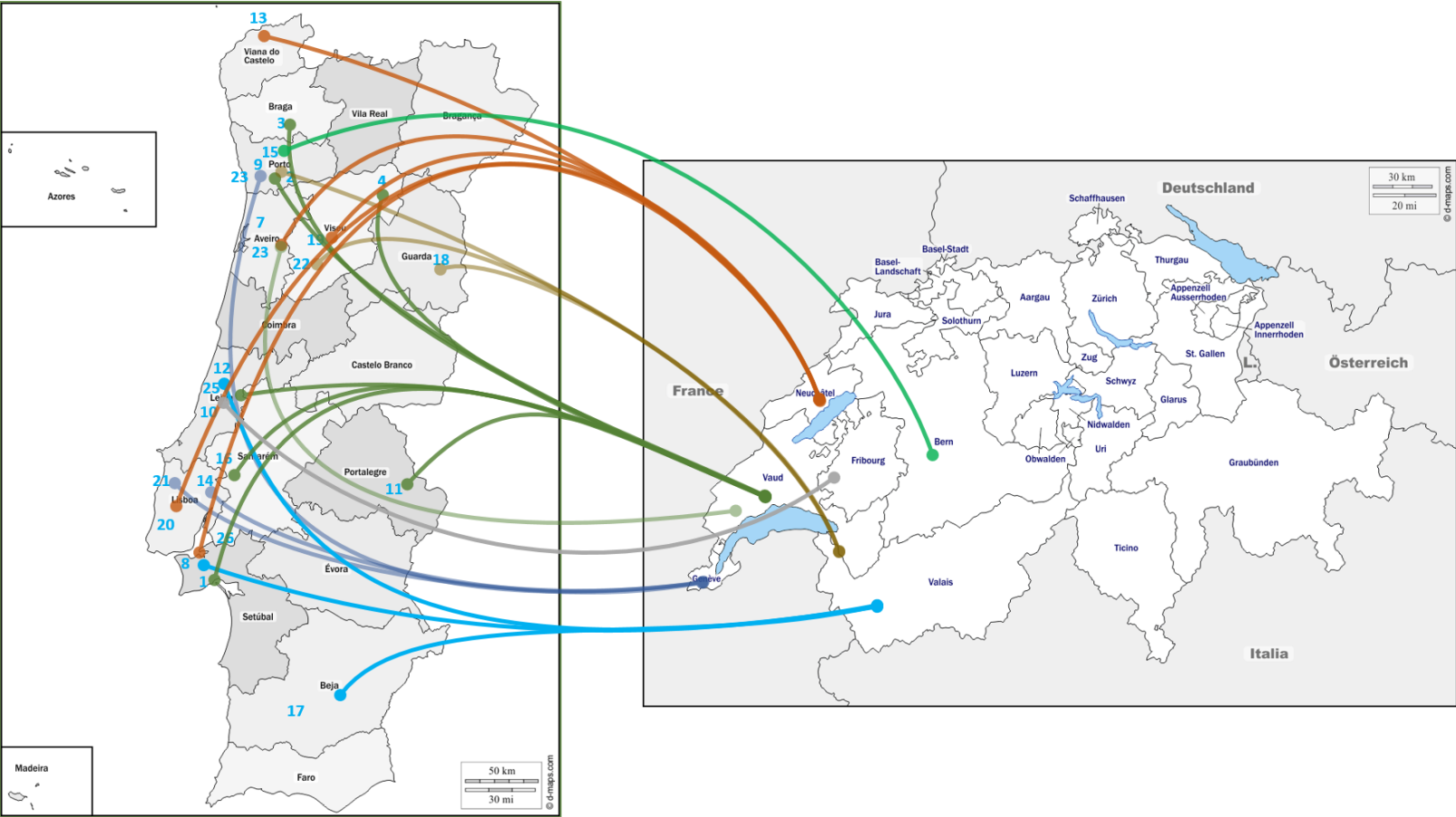
(Por ordem alfabética)

SUIÇA		
Associação de Apoio à Comunidade Portuguesa (AACP)	Vevey	Fundada em 2011, extinta em 2020
Association Entrelaçar	Lausanne	Apoio às pessoas de língua portuguesa desde 1996
Bureau Cantonal de l'Intégration (BCI)	Lausanne	Fundado em 2009
Caritas	Genebra	Associação suíça vacacionada para o apoio social
Centrale de Compensation (CdC)	Genebra	Entidade responsável pelo pagamento das pensões no estrangeiro
Centro Português de Martigny	Martigny	Fundado em 1985
Commission Consultative Suisses-Immigrés (CCSI)	Yverdon	Estrutura de âmbito local que integra representantes das comunidades estrangeiras
Commission Fédérale des Migrations	Fribourg	
Consulado Geral de Portugal	Genebra	
Centre Social Protestant (CSP)	Lausanne	Serviço «Info-Conseil Migration»
Embaixada de Portugal	Berna	
Entraide Protestante (EPER)	Lausanne	Programa « Idade e migrações »
Federação das Associações Portuguesas de Suíça (FAPS)	Lausanne	Congrega as associações portuguesas
LusoSanté - Association des professionnels de la santé lusophones	Lausanne	Fundada em 2015
Missão Católica Portuguesa - Vaud	Lausanne	Fundada em 1972
Pro Senectute	Lausanne	Apoio a pessoas reformadas
Rancho Folclórico “Os Minhotos”	Renens	Um dos mais antigos de Vaud
Retraites Populaires	Lausanne	Principal caixa de pensões de Vaud
UNIA - Vaud	Lausanne	Sindicato
UNIA - Genève	Genebra	Sindicato
PORTUGAL		
Direção Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas, Serviço regional norte (DGACCP)	Porto	
Gabinete de Apoio ao Emigrante (GAE)	Marco de Canavezes	
Gabinete de Apoio ao Emigrante (GAE)	Lousada	
Gabinete de Apoio ao Emigrante (GAE)	Moimenta da Beira	
Gabinete de Apoio ao Emigrante (GAE)	Penafiel	

II.4 Trabalho de campo – Cronologia



II.5 Lugares de partida e chegada das pessoas entrevistadas e vice-versa



II.6 Lista das colaborações com a comunicação social

Data Publicação	Órgão de comunicação	Título da peça
03.08.2019	Jornal Expresso	Emigrantes portugueses na Suíça estão a regressar em massa https://expresso.pt/sociedade/2019-08-03-Emigrantes-portugueses-na-Suica-estao-a-regressar-em-massa
30.09.2019	Rádio Renascença	Jornal da tarde: entrevista sobre a diminuição das entradas de portugueses na Suíça
03.10.2019	LAND Semanário luxemburguês	Le point de non-retour https://www.land.lu/page/article/979/335979/DEU/index.html
04.10.2019	Tribune de Genève Diário regional suíço	La gauche portugaise surfe sur son bilan économique https://www.tdg.ch/la-gauche-portugaise-surfe-sur-son-bilan-economique-943196602754
Dez. 2019	Entre Campus Revista do Iscte	Emigrantes portugueses na Suíça, entre partir e ficar https://www.iscte-iul.pt/magazine/artigo/4
27.02.2020	La Liberté Diário regional suíço	Ces Portugais qui rentrent au pays https://www.laliberte.ch/news/regions/canton/ces-portugais-qui-rentrent-au-pays-555450
17.07.2020	SwissInfo	Os "vai-e-vens" da emigração portuguesa na Suíça: ir além dos clichés https://www.swissinfo.ch/por/os-vai-e-vens-da-emigra%C3%A7%C3%A3o-portuguesa-na-su%C3%AD%C3%A7a-ir-al%C3%A9m-dos-clich%C3%A9s/45828942
17.10.2021	SonntagsBlick Semanário suíço de referência	Tausende Portugiesen verlassen die Schweiz https://www.blick.ch/schweiz/zurueck-in-die-alte-heimat-tausende-portugiesen-verlassen-die-schweiz-id16913818.html
24.11.2021	SRF Rádio nacional suíça, antena regional Grisões	Entrevistada por Marc Melcher para o jornal da tarde
05.04.2022	SRF Rádio nacional suíça em língua alemã	Neues Leben in der alten Heimat: Rückkehr nach Portugal https://www.srf.ch/news/international/portugal-im-aufbruch-neues-leben-in-der-alten-heimat-rueckkehr-nach-portugal
05.04.2022	SRF Rádio nacional suíça em língua alemã	Portugals starke Wirtschaft lockt Einheimische zurück ins Land https://www.srf.ch/audio/news-plus/portugals-starke-wirtschaft-lockt-einheimische-zurueck-ins-land?id=12172350
25.03.2022	TagesAnzeiger Jornal diário suíço de referência	Nach 40 Jahren in der Schweiz ziehen sie zurück nach Portugal https://www.tagesanzeiger.ch/nach-40-jahren-in-der-schweiz-ziehen-sie-zurueck-nach-portugal-604649148292
22.05.2022	RSR Rádio nacional suíça em língua francesa	Entrevistada por Julie Rausis para o programa <i>Ici la Suisse</i> https://www.rts.ch/audio-podcast/2022/audio/ici-la-suisse-etre-portugais-en-suisse-en-2022-25825976.html
12.02.2023	TSR Televisão nacional suíça em língua francesa	Entrevista para o telejornal da noite, reportagem Les Portugais de Suisse sont de plus en plus nombreux à rentrer au pays https://www.rts.ch/play/tv/19h30/video/les-portugais-de-suisse-sont-de-plus-en-plus-nombreux-a-rentre-au-pays-?urn=urn:rts:video:13778621

II.7 Pandemia e fronteiras – Cronologia

	Títulos das notícias	Fonte
11 de março de 2020	“Covid-19. OMS declara pandemia”	DN: https://www.dn.pt/mundo/covid-19-oms-declara-pandemia-11915188.html
16 de março de 2020	“Retour des frontières, transports à l'arrêt” A Suíça repõe o controlo nas fronteiras com a Itália, França, Alemanha e Áustria	Radiotélévision Suisse Romande : https://www.rts.ch/info/suisse/12044807-16-mars-2020-la-suisse-bascule-dans-le-confinement.html#chap02
25 de março de 2020	“Coronavirus : la Suisse étend les contrôles aux frontières à tous les États Schengen”	Administração suíça: https://www.admin.ch/gov/fr/accueil/documentation/communiques.msg-id-78563.html
01 de abril de 2020	“‘Por favor não venham’ é o apelo aos emigrantes feito pelo autarca de Vila Real”	DN: https://www.dn.pt/pais/por-favor-nao-venham-e-o-apelo-aos-emigrantes-feito-pelo-autarca-de-vila-real-12014385.html
02 de abril de 2020	“Santos Silva pede a emigrantes suspensão da ‘bela tradição’ de vir a Portugal na Páscoa”	TSF: https://www.tsf.pt/portugal/politica/santos-silva-pede-a-emigrantes-suspensao-bela-tradicao-de-vir-a-portugal-na-pascoa-12021410.html
10 de abril de 2020	“Portugal fecha fronteiras durante a Páscoa para evitar nova onda de contágio”	RFI: https://www.rfi.fr/br/portugal/20200410-portugal-fecha-fronteiras-durante-a-pascoa-para-evitar-nova-onda-de-contagio
24 de abril de 2020	[Excerto do diário de campo] Telefonei hoje à Noémia para saber como ela e o marido passaram a Páscoa. Enquanto a escuto, tomo nota daquilo que me conta: “Eu tenho estado sempre por aqui, em casa. Porque aqui, na nossa aldeia, <i>quando chegaram alguns emigrantes, o presidente da junta vinha-lhes logo dizer: vocês têm de fazer a quarentena. Pessoas que vão e vêm. Mais franceses. Muitos suíços não vieram [este ano]. E houve pessoas que vieram de Lisboa para a aldeia.</i> ”	
02 de maio de 2020	“Vários países aliviam confinamento, mas nenhum abre fronteiras”	SAPO: https://viagens.sapo.pt/viajar/noticias-viajar/artigos/covid-19-varios-paises-aliviam-confinamento-mas-nenhum-abre-fronteiras
08 de maio de 2020	“Viagens no espaço Schengen devem continuar com restrições até 15 de Junho”	RTP: https://www.rtp.pt/noticias/mundo/viagens-no-espaco-shengen-devem-continuar-com-restricoes-ate-15-de-junho_v1227339
12 de maio de 2020	“Covid-19: Governo mantém fronteiras encerradas depois do dia 14 de Maio”	PUBLICO: https://www.pu-blico.pt/2020/05/12/politica/noticia/covid19-governo-mantem-fronteiras-encerradas-dia-14-maio-1916314
12 de maio de 2020	“Operação ir a Portugal nas férias: difícil mas aconselhado” “O governo português quer os emigrantes no verão (...) ainda falta abrir fronteiras, pôr aviões no ar”	CONTACTO: https://www.wort.lu/pt/sociedade/operac-o-ir-a-portugal-nas-ferias-dif-cil-mas-aconselhado-5ebae171da2cc1784e35d93c
30 de maio de 2020	“Emigrantes querem verão em Portugal e estão a optar por entradas terrestres”	EXPRESSO: https://expresso.pt/sociedade/2020-05-30-Covid-19.-Emigrantes-querem-verao-em-Portugal-e-estao-a-optar-por-entradas-terrestres
25 de set de 2020	“Quarentena obrigatória para quem viajar de Portugal para a Suíça a partir de segunda-feira”	TSF: https://www.tsf.pt/portugal/sociedade/quarentena-obrigatoria-para-quem-viajar-de-portugal-para-a-suica-a-partir-de-segunda-feira-12760594.html

28 de out de 2020	"Portugal fora da 'lista negra' da Suíça nas condicionantes às viagens"	https://expresso.pt/sociedade/2020-10-28-Portugal-fora-da-lista-negra-da-Suica-nas-condicionantes-as-viagens
19 de janeiro de 2021	"Le Portugal va de record en record et interdit les déplacements à l'étranger"	20 minutes : https://www.20minutes.fr/monde/2964703-20210129-coronavirus-portugal-va-record-record-interdit-deplacements-etranger
16 de abril de 2021	"Restrições às viagens de avião até 30 de abril"	Portal do Governo: https://eportugal.gov.pt/noticias/restricoes-as-viagens-de-aviao-ate-30-de-abril
25 de set. de 2021	"Switzerland extended its list of countries from which travellers had to quarantine on arrival, including Portugal"	https://econews.pt/2020/10/29/switzerland-lifts-travel-restrictions-on-residents-of-portugal-others/
30 de nov de 2021	"Suíça coloca Portugal na lista de países de risco"	TSF : https://www.tsf.pt/mundo/suica-coloca-portugal-na-lista-de-paises-de-risco-14366212.html
30 de nov de 2021	"Suíça exige teste negativo e quarentena a viajantes de Portugal"	DN: https://www.dn.pt/sociedade/suica-exige-teste-negativo-e-quarentena-a-viajantes-de-portugal-14366427.html
03 de dez de 2021	"Suíça já não impõe quarentena para quem viaja de Portugal"	DN: https://www.dn.pt/internacional/suica-ja-nao-impoe-quarentena-para-quem-viaja-de-portugal-14377321.html

Anexo III (capítulo 3)

III.1 Tipos de *Permis de travail* (autorizações de trabalho) em vigor na Suíça

Até 2002

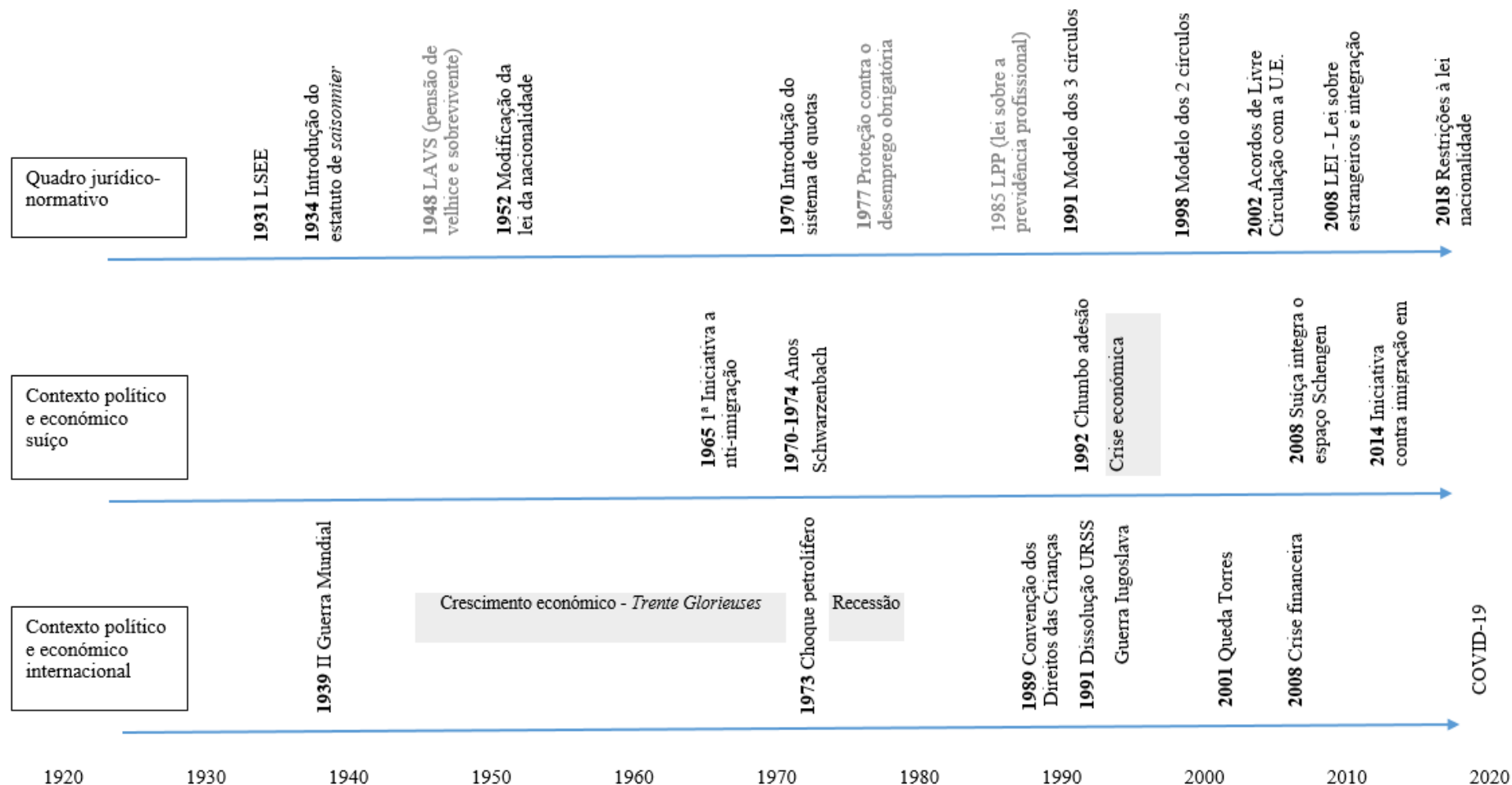
- **Permis A:** autorização de permanência **sazonal**, consentida por um período máximo de nove meses. Eram necessários 4 contratos anuais consecutivos para obter o Permis B; não era consentida a mobilidade geográfica e profissional; era recusado às mulheres quando eram mães de crianças menores de 16 anos.
- **Permis B:** autorização de residência **anual**, renovada a cada doze meses. Possibilitava o reagrupamento familiar e a mobilidade tanto geográfica como profissional.
- **Permis C:** autorização de residência **permanente**, renovada a cada cinco anos. Os direitos laborais eram equiparados aos de cidadãos/ãs nacionais. Eram necessários dez anos de residência ininterrupta para obter o Permis C.

Desde 2002

Existe uma distinção em função da origem (UE/EFTA e fora UE/EFTA); só são aqui consideradas as autorizações que se aplicam a cidadãos/ãs da Europa:

- **Permis L:** autorização de curta duração; quando o contrato de trabalho tem duração superior a 4 meses e inferior a 12 meses.
- **Permis B:** autorização de longa duração, válida por cinco anos; quando o contrato de trabalho tem duração superior a 12 meses.
- **Permis C:** autorização de se estabelecer por tempo indeterminado; pode ser atribuída quando a pessoa residiu de forma ininterrupta na Suíça por um período mínimo de cinco anos.
- **Permis G:** autorização de trabalho para trabalhadores/as transfronteiriços/as; para pessoas que residem de forma permanente num país limítrofe, a pessoa pode, no entanto, permanecer na Suíça durante vários dias.

III.2 Imigração e integração: principais marcos temporais



III.3 Caraterização do perfil socioprofissional das pessoas entrevistadas e estatuto legal no ano de emigração

Ano emigração	Idade ¹⁵⁹	Nome (fictício)	Distrito de origem ¹⁶⁰	Profissão dos pais ¹⁶¹	Escolaridade	Emprego(s) em Portugal	1.º emprego na Suíça	Estatuto legal na Suíça
1972	64	Sónia	Lisboa	Pai carpinteiro Mãe mulher-a-dias	9.º ano	Empregada de escritório	Empregada de cafetaria	Permis B
1980	65	Fernando	Lisboa	Pais saisonniers na Suíça	11.º ano	Desenhador técnico	Fábrica	Permis B
1972	64	Óscar	Lisboa	Pais camponeses	4.ª classe incompleta	Aprendiz serralheiro	Assistente operacional no hospital	Situação irregular > Permis B
1984	54	Carlota	Lisboa		4.ª classe		Empregada csas particular	Situação irregular
1988	59	Augusta	Viana do Castelo	Pai pequeno comerciante	6.ª classe	Empregada de loja	Restauração	Permis A
1974	62	Albano	Viana do Castelo	Pai pequeno proprietário (madeira e vinhas)	5.ª classe	Trabalhava com o pai	Hotelaria	Permis A
1976	67	Rita	Lisboa		9.º ano	Contabilidade	Hotelaria	Permis A
1976	70	Alberto	Lisboa		Curso comercial		Hotelaria	Permis A

¹⁵⁹ Idade no momento da entrevista

¹⁶⁰ Distrito de onde saíram as pessoas no momento em que emigram. Nem sempre corresponde à naturalidade, tendo havido migrações internas em fases anteriores da vida, por exemplo: Sónia nasceu em Coimbra e Simão nasceu no concelho de Grândola, ambos vêm com a família para a Grande Lisboa durante a infância; Júlio nasceu no concelho de Évora e muda-se para Setúbal recém-casado; Florbela nasceu em Angola e vem para Lisboa no seguimento do 25 de abril de 1974.

¹⁶¹ São referidos aqui os elementos que emergiram durante as entrevistas. Nem sempre foram obtidas informações detalhadas sobre os pais (porque não constitui um objetivo da entrevista explorar a infância/juventude, mas somente os anos anteriores à emigração); não é, por isso, possível indicar se os que eram “camponeses” eram jornaleiros ou proprietários das suas terras.

1978	68	Telmo	Beja	Pais camponeses	4. ^a classe > 6.º ano (noite)	Guardar o gado, depois construção civil	Agricultura	Permis A
1978	66	Bernarda	Beja	Pai construção civil	4. ^a classe	Criada de servir e agricultura	Fábrica	Permis A (no 1.º ano, depois engravidou e ficou em situação irregular)
1979	60	Sérgio	Viseu	Pai proprietário de terras	7.º ano do liceu	Estudante	Restauração (lavar pratos)	Permis A
1981	54	Celina	Viseu	Pais camponeses	7.º ano do liceu	Empregada num aviário	Restauração	Permis A
1979	68	Arnaldo	Braga	Pais camponeses	4. ^a classe	Campo	Construção civil	Situação irregular
1983	63	Mariana	Braga	Pais camponeses (proprietários de terras)	4. ^a classe	Campo	Cafetaria	Situação irregular
1979	65	Antónia	Aveiro		4. ^a classe	Pedreiras (por conta própria)	Construção civil	Permis A
1979	67	Miguel	Aveiro		4. ^a classe	Campo	Limpezas	Situação irregular
1980	64	Leonardo	Viseu	Pais camponeses	4. ^a classe	Trabalhador rural	Construção civil	Permis A
1980	63	Noémia	Viseu	Pais camponeses	4. ^a classe	Empregada doméstica	Limpezas	Situação irregular
1980	65	Mário	Santarém	Orfão de pai Mãe camponesa (proprietária)	4. ^a classe > Escola industrial (noite)	Eletricista	Hotelaria	Permis A
1980	63	Armanda	Santarém	Pais camponeses (à jorna) + vinhas próprias	4. ^a classe	Camponesa (deixou de trabalhar quando foi mãe)	Hotelaria	Permis A

1980	64	André	Coimbra	Pai resina Mãe agricultora (avós proprietá- rios de terrenos)	4.ª classe	Pesca do bacalhau, operário fabril, de- pois desempregado	Construção civil	Situação irregular (mulher e filho ficam em PT)
1981	63	Francisca	Porto	Pai maquinista da CP Mãe bordadeira	4.ª classe	Comércio por conta própria (bordados)	Limpezas	Situação irregular
1981	68	Augusto	Porto	Pai lenhador Mãe bordadeira	4.ª classe	Construção civil	Restauração	Permis A
1982	63	José	Santarém	Pai motorista Mãe camponesa	4.ª classe	Operário fabril	Construção civil	Permis A
1984	63	Lurdes	Santarém	Pais camponeses	4.ª classe	Operária fabril (dei- xou de trabalho quando foi mãe)	Limpezas	Situação irregular
1982	60	Alexandre	Viseu	Pai carpinteiro Mãe camponesa	4.ª classe		Horticultura	Permis A
1986	67	Júlio	Évora	Camponeses	4.ª classe	Soldador	Soldador	Permis A
1988	63	Margarida	Évora	Camponeses	4.ª classe	Empregada doméstica	Auxiliar lar de idoso	Permis B
1985	58	Albino	Viseu	Camponeses (proprietários)	4.ª classe	Construção civil	Restauração	Permis A
1982	68	Jerónimo	Santarém	Pais comerciantes	9.º ano	Vendedor automóvel	Viticultura	Permis A
1983	65	Florbela	Angola	Pais comerciantes	Liceu	Secretária	Limpezas	Situação irregular
1982	60	Afonso	Leiria		6.ª classe	Carpinteiro	Carpinteiro	Permis A
1983	59	Inês	Leiria		6.ª classe		Ama (interna)	Situação irregular
1984	61	Luís	Santarém		6.ª classe	Empregado de loja	Construção civil	Permis A

1984	61	Anabela	Castelo Branco		6.ª classe	Auxiliar de creche	Limpezas	Permis A
1984	65	Emílio	Porto	Pai serralheiro	4.ª classe	Ajudante picheleiro, pedreiro, depois operário têxtil	Restauração	Situação irregular
1984	66	Filipa	Porto		4.ª classe	Operária têxtil, depois ficou desempregada	Governanta	
1985	58	Catarina	Aveiro	Camponeses	4.ª classe	Doméstica	Mulher-a-dias	Situação irregular
1985	60	Adélio	Aveiro		4.ª classe	Construção civil (por conta própria)	Construção civil	Situação irregular
1986	60	Ricardo	Leiria	Pai empregado fabril Mãe doméstica	9.º ano	Construção civil (pintor)	Restauração	Permis A
1986	57	Marta	Leiria	Pai eletricista Mãe doméstica	7.º ano incompleto	Empregada doméstica	Restauração	
1987	68	Simão	Setúbal	Pai camponês > obras	4.ª classe (6.º ano à noite)	Sócio-gerente oficina mecânica	Oficina mecânica	Permis B
1987	67	Rosália	Setúbal	Pai funcionário público Mãe doméstica	9.º ano	Escritório da oficina do marido (informal)	Assistente de enfermagem	Permis B
1990	60	Irene	Lisboa		6.ª classe	Empregada de loja	Restauração	Permis B (reagr.fam.)
1987	76	Rogério	Lisboa		4.ª classe	Peixeiro	Caminhos-de-ferro	Permis A
1994	60	Celestino	Viseu	Pai construção Mãe agricultura	5.ª classe	Era motorista, mas ficou desempregado (falência empresa)	Viticultura	Permis A

1994	58	Rute	Viseu		4.ª classe	Vendedora numa loja em solteira e doméstica depois de casar	Viticultura	Permis A
2002	61	Álvaro	Porto	Pai pedreiro Mãe camponesa	4.ª classe			Permis B (*)
2002	58	Maria João	Porto	Pai inválido (acidente na construção civil) Mãe bordadeira (a domicílio)	4.ª classe		Hotel	Permis B (*)
2004	69	Elisa	Porto	Pai pedreiro (contra própria) Mãe camponesa (jornaleira)	4.ª classe	Agricultura	Ama + limpezas	Permis B (*)
2004	71	Gustavo	Porto		4.ª classe	Construção civil	Construção civil	Permis B (*)

(*) Migração após a entrada em vigor do ordo sobre a Livre Circulação de Pessoas entre a Suíça e a União Europeia em 2002

N.B: Antes de 2002, a obtenção direta de um Permis B A era possível mediante um contrato de trabalho num setor económico específico (p.ex. saúde, mecânica), ou em consequência do reagrupamento familiar.

III.4 A mobilização pela abolição do estatuto de “saisonnier”

Desfile do 1.º de Maio de 1980 em Zurique: manifestantes de origem portuguesa seguram bandeiras de apoio à “Mitenand, iniciativa para uma nova política em matéria de estrangeiros”.



Fotos de Gertrud Vogler. Fonte: Schweizerisches Sozialarchiv

Grupo de trabalhadores sazonais portugueses na manifestação pela melhoria de direitos dos trabalhadores “temporários”, organizada em Bern pelo Syndicat industrie et bâtiment (SIB) a 15 de outubro de 1993.



Manifestantes entregam as suas exigências ao cônsul, Vitor Gil.



Fotos de Alexandre Egger. Fonte: Schweizerisches Sozialarchiv

III.5 O estatuto de “saisonnier” nos *media*

A comunicação social suíça produziu várias reportagens nas décadas de 1960-80 que, em grande parte, se encontram disponíveis na Internet. A seleção aqui apresentada é ilustrativa (e não exaustiva) e inclui apenas materiais produzidos na Suíça de língua francesa. Após alguns anos de silêncio, no seguimento da alteração do quadro normativo e da abolição do estatuto de “saisonnier”, na última década, o tema volta a chamar a atenção da comunicação social, tendo começado a surgir uma produção literária sobre o tempo dos “saisonniers”, mas também exposições e projetos de investigação académica.

Reportagens e programas televisivos

16.04.1960, RTS, « Le retour des saisonniers »

www.rts.ch/archives/tv/information/continents-sans-visa/12663732-le-retour-des-saison-niers.html

28.11.1969, RTS, « Une famille clandestine »

www.rts.ch/archives/tv/information/temps-present/13542872-une-famille-clandestine.html

16.06.1971, RTS, *MadameTV*, « Mon père, un travailleur étranger »

www.rts.ch/play/tv/madame-tv/video/mon-pere-un-travailleur-etranget?urn=urn:rts:video:12663917

18.03.1976, RTS, *Temps Présent*, « Le retour »

www.rts.ch/archives/tv/information/temps-present/10201022-le-retour.html

25.04.1978, RTS, *Tell Quel*, « Les saisonniers » [com referências à migração portuguesa]

www.rts.ch/archives/tv/divers/3444072-les-saisonniers.html

27.11.1980, RTS, *Temps Présent*, « Les saisonniers »

www.rts.ch/play/tv/temps-present/video/les-saisonniers?urn=urn:rts:video:10201189

16.05.1983, RTS, *Temps Présent*, « Printemps amer » [sobre a migração portuguesa]

www.rts.ch/archives/tv/information/temps-present/8247677-printemps-amer.html

04.12.2018, RTS, « Souvenirs de saisonniers »

www.rts.ch/play/tv/edition-archives/video/souvenirs-de-saisonniers?urn=urn:rts:video:10043777

05.11.2019, RTS, « Genève: une exposition est consacrée aux travailleurs saisonniers: Ils ont été des millions à venir travailler en Suisse »

www.rts.ch/play/tv/19h30/video/geneve-une-exposition-est-consacree-aux-travailleurs-saisonniers-ils-ont-ete-des-millions-a-venir-travailler-en-suisse-?urn=urn:rts:video:10842792

Documentários

04.04.1963, « Saisonniers d’Espagne» realizado por Claude Goretta

www.rts.ch/archives/tv/information/continents-sans-visa/3466517-saisonniers-despagne.html

22.06.2003, « Saisonniers en Suisse: une vie à la dure », realizado por Alex Mayenfisch

<https://www.rts.ch/archives/tv/divers/documentaires/5128347-une-vie-a-la-dure.html>

Recortes de imprensa

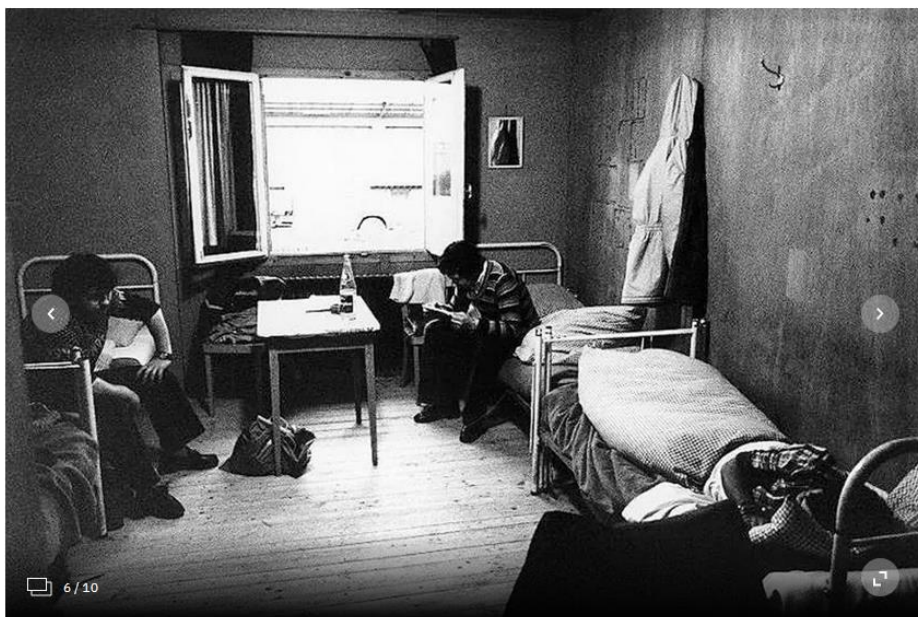
07.06.2020, RTS, « Souvenir d'une "enfant du placard", fille de saisonniers qui a vécu cachée en Suisse »

www.rts.ch/play/tv/19h30/video/souvenir-dune-enfant-du-placard-fille-de-saisonniers-qui-a-vecu-cachee-en-suisse-?urn=urn:rts:video:11381632

26.08.2022, *Le Matin*, « Quand la Suisse refusait les familles de ses saisonniers », www.lematin.ch/story/quand-la-suisse-refusait-les-familles-de-ses-saisonniers-927908341968

13.11.2022, *24Heures*, « Près de 50'000 petits Italiens ont été cachés entre 1949 et 1975 », www.24heures.ch/pres-de-50000-petits-italiens-ont-ete-caches-entre-1949-et-1975-114592343422

III.6 Condições de habitação dos trabalhadores *saisonniers* na construção



La chambre que partagent plusieurs travailleurs saisonniers dans leur baraque.
Uri Werner Urech/Archives Sociales Suisses



Dans la salle commune, qui sert de cantine, chacun cuisine pour soi.
Uri Werner Urech/Archives Sociales Suisses

Sobre este assunto, ver as seguintes reportagens:

- <https://www.rts.ch/archives/tv/divers/edition-archives/12204140-une-suisse-deux-epoques-les-logements-des-saisonniers-du-boisdesfreres.html>
- <https://www.rts.ch/archives/tv/information/temps-present/10201189-les-saisonniers.html>
- <https://www.letemps.ch/video/geneve/une-suisse-deux-epoques-bois-freres>

III.7 Evolução do número de entradas de portugueses/as na Suíça desde 1969

Ano	Total	Homens	Mulheres	Taxa de feminização (%)
1969	743	398	345	46,4
1970	816	359	457	56,0
1971	825	387	438	53,1
1972	1026	588	438	42,7
1973	1159	628	531	45,8
1974	992	544	448	45,2
1975	791	397	394	49,8
1976	960	528	432	45,0
1977	1004	496	508	50,6
1978	1096	552	544	49,6
1979	1680	835	845	50,3
1980	2 888	1 439	1 449	50,2
1981	3 977	2 120	1 857	46,7
1982	5 342	2 847	2 495	46,7
1983	4 992	2 670	2 322	46,5
1984	6 327	3 427	2 900	45,8
1985	8 101	4 360	3 741	46,2
1986	10 214	5 204	5 010	49,1
1987	11 051	5 662	5 389	48,8
1988	12 137	6 336	5 801	47,8
1989	14 253	7 585	6 668	46,8
1990	19 684	10 152	9 532	48,4
1991	19 784	10 409	9 375	47,4
1992	18 755	9 552	9 203	49,1
1993	14 800	7 459	7 341	49,6
1994	12 271	5 874	6 397	52,1
1995	10 362	5 035	5 327	51,4
1996	7 484	3 502	3 982	53,2
1997	5 599	2 686	2 913	52,0
1998	5 105	2 532	2 573	50,4
1999	4 996	2 468	2 528	50,6
2000	4 911	2 475	2 436	49,6
2001	4 931	2 604	2 327	47,2

2002	9335	5492	3843	41,2
2003	12270	6885	5385	43,9
2004	13593	8006	5587	41,1
2005	12169	7136	5033	41,4
2006	12497	7258	5239	41,9
2007	15470	9260	6210	40,1
2008	17772	10292	7480	42,1
2009	13670	7822	5848	42,8
2010	12826	7577	5249	40,9
2011	15358	9129	6229	40,6
2012	18577	10975	7602	40,9
2013	19925	11381	8544	42,9
2014	14893	8350	6543	43,9
2015	12617	6900	5717	45,3
2016	10146	5 758	4 388	43,2
2017	9231	5140	4091	44,3
2018	8704	5047	3657	42,0
2019	8347	4887	3460	41,5

Fonte: SEM, Secrétariat d'état aux migrations

III.8 Exemplo de um contrato de trabalho de “saisonnier”

Contrato de um trabalhador português na área da agricultura, cantão de Vaud, ano 1981. Horário normal de trabalho: 55horas.

A.I.G./Sict
29 DEC 1980

**SCHWEIZ
SUISSE
SWITZERLAND**

**Arbeitsvertrag*
Contrat de travail*
Employment contract***

Form. **E 3**

Zwischen dem Arbeitgeber
Entre l'employeur
Between the employer

und dem Arbeitnehmer (Name und Vorname)
et le travailleur (nom et prénom)
and the employee (Surname and Christian name (s))

Geburtsdatum
Date de naissance
Date of birth

Geschlecht
Sexe
Sex

Zivilstand
Etat civil
Civil status

Nationalität
Nationalité
Nationality

wohnt in
domicilié à
domiciled in (at)

Kanton
canton
canton

15.1.50

masculin

marie

Portugal

Pully

Vaud

wird unter Vorbehalt der fremdenpolizeilichen Maßnahmen folgender Arbeitsvertrag abgeschlossen:
est conclu, sous réserve des mesures de police des étrangers, le contrat de travail suivant:
is herewith established, subject to the regulations of the Alien Registration Board, the following Employment Contract:

1. Der Arbeitgeber stellt den Arbeitnehmer als
L'employeur engage le travailleur en qualité de
The employer engages the employee as

2. Die Stelle ist spätestens am
L'entrée en service doit avoir lieu au plus tard le
The employee shall take up work on

3. Der Vertrag gilt bis
L'engagement dure jusqu'
The employment shall last until

4. Der Lohn beträgt Fr.
Le salaire se monte à Fr.
The salary shall amount to SFr

5. Die normale Arbeitszeit beträgt wöchentlich
La durée normale du travail est de
The normal period of work shall be of

6. Besondere Bestimmungen (auszufüllen, wenn für die Branche besondere Bedingungen gelten):
Dispositions particulières (à remplir pour les branches ayant des conditions spéciales):
Particular regulations (to be filled in for lines with special conditions):

7. Im übrigen gelten die nachstehenden Bedingungen.
Sont applicables en outre les conditions ci-après.
Moreover, are applicable the terms stated hereafter.

Ort und Datum
Lieu et date
Place and date

Der Arbeitgeber
L'employeur
The Employer

Der Arbeitnehmer
Le travailleur
The Employee

Pully, 26.12.1980 P. Roteng.

Weitere Bedingungen
a) Der Arbeitgeber hat für angemessene Unterkunft des Arbeitnehmers zu sorgen. Nähere Angaben über Unterkunft- und Verpflegungsmöglichkeiten (Ort, Preis etc.):

Autres conditions
a) L'employeur fait de sorte que le travailleur soit logé convenablement. Renseignements sur les possibilités existantes d'obtenir le logement et la nourriture (lieu, prix etc.):

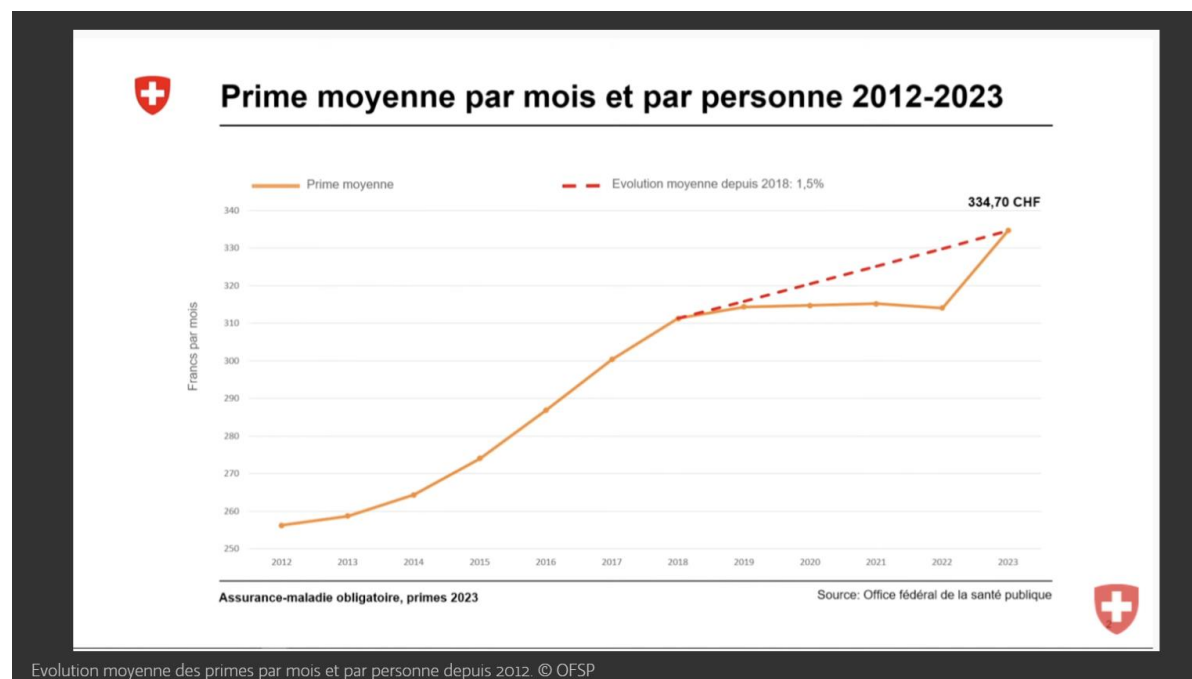
Other Terms
a) The employer shall see that the employee can find appropriate accommodation. Further information about room and board available to the employee (place, price etc.):

* Formular für Arbeitskräfte aus entfernteren Ländern, in 3 Exemplaren auszufüllen (1 Ex. für den Arbeitnehmer, 1 Ex. für den Arbeitgeber, 1 Ex. ist dem Gesuch um Erteilung der Aufenthaltsbewilligung beizulegen)
Formule pour travailleur originaire d'un pays éloigné, à remplir en trois exemplaires (1 ex. pour le travailleur, 1 ex. pour l'employeur, 1 ex. à joindre à la demande d'autorisation)
Form for Employees from distant Countries to be established in three copies (1 copy for the employee, 1 copy for the employer, 1 copy to be attached to the application)

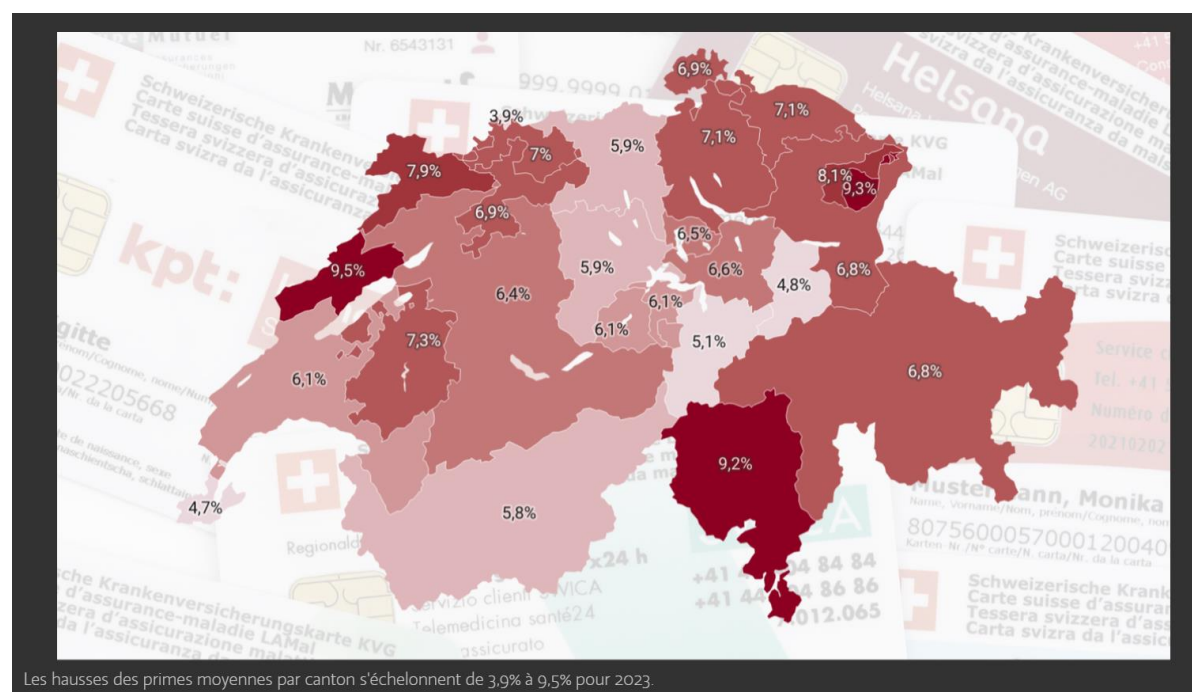
** Nichtzutreffendes streichen. Biffer ce qui ne convient pas. Cancel which does not apply.

III.9 Aumentos dos valores dos seguros de saúde

Aumento do prémio médio mensal de um seguro de saúde entre 2012 e 2023



Aumento médio por cantão para 2023



Prémio médio mensal de um seguro de saúde (adulto), variações entre cantões (as setas assinalam os cantões com a maior percentagem de população portuguesa)

Augmentation moyenne en %

Canton	Primes 2022	Primes 2023	Variation en %	Variation en fr.
AG	346,80 fr.	368,00 fr.	6,1%	21,20 fr.
AI	256,60 fr.	280,90 fr.	9,5%	24,30 fr.
AR	317,20 fr.	343,30 fr.	8,2%	26,10 fr.
BE	381,80 fr.	407,20 fr.	6,6%	25,40 fr.
BL	421,20 fr.	450,70 fr.	7%	29,60 fr.
BS	476,30 fr.	493,60 fr.	3,6%	17,30 fr.
FR	352,70 fr.	379,60 fr.	7,6%	26,90 fr.
GE	479,60 fr.	499,60 fr.	4,2%	20,00 fr.
GL	331,70 fr.	347,10 fr.	4,7%	15,40 fr.
GR	319,70 fr.	340,00 fr.	6,4%	20,30 fr.
JU	405,50 fr.	436,90 fr.	7,8%	31,40 fr.
LU	323,80 fr.	342,20 fr.	5,7%	18,40 fr.
NE	423,80 fr.	462,10 fr.	9%	38,20 fr.
NW	299,20 fr.	317,80 fr.	6,2%	18,70 fr.
OW	305,70 fr.	324,00 fr.	6%	18,30 fr.
SG	329,10 fr.	351,90 fr.	6,9%	22,80 fr.
SH	360,20 fr.	383,70 fr.	6,5%	23,50 fr.
SO	371,00 fr.	397,50 fr.	7,2%	26,50 fr.
SZ	318,60 fr.	340,10 fr.	6,8%	21,50 fr.
TG	330,80 fr.	354,30 fr.	7,1%	23,50 fr.
TI	424,10 fr.	462,40 fr.	9%	38,20 fr.
UR	288,20 fr.	302,90 fr.	5,1%	14,70 fr.
VD	418,20 fr.	442,80 fr.	5,9%	24,60 fr.
VS	352,30 fr.	372,90 fr.	5,8%	20,60 fr.
ZG	301,50 fr.	321,30 fr.	6,6%	19,90 fr.
ZH	360,00 fr.	385,30 fr.	7%	25,30 fr.
CH	372,70 fr.	397,20 fr.	6,6%	24,50 fr.

Données moyennes toutes franchises et modèles confondus.

Fonte: Le Temps, 27.09.2022, www.letemps.ch/suisse/combinaison-linflation-hausse-prime-craindre-une-precarisation